BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. LXXI N.° 131 (144) ANO DE 2023

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. LXXI N.os 131 (144) ANO DE 2023

BRACARA AUGUSTA

DIRECTOR

LUÍS ALEXANDRE CABRAL DA SILVA PEREIRA
(Professor da Faculdade de Filosofia de Braga)

CONSELHO DE REDAÇÃO

LUÍS ANTÓNIO DE OLIVEIRA RAMOS
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

AURÉLIO DE OLIVEIRA
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

ARMANDO MALHEIRO
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

ANTÓNIO FRANKLIM NEIVA SOARES
(Professor da Universidade do Minho)

MARIA DO CARMO FRANCO RIBEIRO
(Professora Auxiliar do ICS da Universidade do Minho)

ALEXANDRA PATRÍCIA LOPES ESTEVES
(Professora Auxiliar com agregação
na Universidade do Minho)

MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA
(Professor da Universidade do Minho)

COORDENAÇÃO GERAL

PELOURO DA CULTURA

Nota de Apresentação

Embora com assinalável e indesejável atraso, que se deve a fatores de natureza imponderável, aqui estamos a apresentar o número 131(144) da revista Bracara Augusta, correspondente ao ano de 2023. Como sempre, compõem-no artigos de natureza vária, neste caso sete, ao todo, abordando temas que têm alguma relação com a cidade de Braga.

Pela sua extensão e importância para a história da cidade, na época do liberalismo, chamamos a atenção para o artigo de José de Sepúlveda Macedo "Braga e a Mudança liberal", já iniciado no número 130 (143) de 2022, pp. 223-286. O autor identifica a principal fonte de informação para o seu vasto estudo que foi o manuscrito intitulado ***Memórias de Braga,*** *da autoria de João Baptista Vieira Gomes, conhecido também pelo nome de Dr. Chasco. Recorre, contudo, a várias outras fontes, principalmente a inúmeros jornais da época, de variada orientação ideológica, onde vai buscar informações pormenorizadas e, por vezes, muito realistas, que nos permitem ter da vida diária da cidade uma visão interessante e até pitoresca, revelando aspetos dos quais, provavelmente, nem sequer suspeitaríamos. A época escolhida foi a das complexas lutas liberais, tão importante para o futuro político de Portugal.*

No artigo "Sobre a designação 'capela' dos Monges", de Eduardo Pires Oliveira, explica o autor a origem da expressão "capela dos Monges" dada ao belíssimo espaço existente no edifício da basílica dos Congregados, da autoria de André Soares. A designação de monges aplicada aos padres oratorianos é, realmente, inexata porque eles, na verdade, não eram monges. Não tinham hábito, como os franciscanos ou os dominicanos, nem rezavam em conjunto as orações no coro. Contudo, a designação terá nascido do facto de, já desde o século XVII

e princípios do XVIII até à atualidade, se chamar "convento" ao edifício e ser assim que sempre foi conhecido, popularmente. Por outro lado, o autor defende que o belíssimo espaço não deveria identificar-se por capela da Senhora da Aparecida (designação que parece ter-se iniciado com Robert Smith), mas antes por capela de Nossa Senhora da Conceição ou da Imaculada Conceição, cuja imagem ainda existe e é exposta à veneração dos fiéis em época própria. O autor não se opõe, contudo, a que se continue a chamar monges aos padres oratorianos porque foi assim que, desde sempre, foram conhecidos em Braga.

O estudo "Os (carto)grafismos de um manuscrito setecentista de memórias: notícias íntimas do ***Teatro da Guerra****" tem como autores os professores universitários Miguel Sopas de Melo Bandeira, Ana Maria Macedo e Mário Gonçalves Fernandes. O manuscrito analisado encontra-se no Arquivo Distrital de Braga, tem cerca de 700 páginas e é da segunda metade do século XVIII. Embora sejam as memórias de um mercador de Braga, muito provavelmente Miguel Luís Araújo (1740-1801), não têm caráter autobiográfico. Escritas ao longo de 35 anos (1755-1790), iniciam-se após o terramoto de Lisboa, a que o autor escapou com vida. Nele podemos encontrar eventos da vida corrente, desde desacatos públicos até a obras e inaugurações, às fugas de presos, à vida quotidiana dos conventos, mas também a factos da vida política, como nomeações e legislação; ou ainda, acontecimentos raros, como o nascimento de crianças siamesas ou desvio dos comportamentos sociais, de que é exemplo a mulher fugitiva que andava disfarçada de homem. Os autores analisam ainda pormenorizadamente as três únicas ilustrações insertas no manuscrito, que se relacionam com o relato dos acontecimentos relativos à Guerra dos Sete Anos (1756-63).*

De João M. Fernandes apresentamos o artigo "O primeiro jogo oficial de futebol de âmbito nacional do Sporting Clube de Braga" que se realizou em junho de 1923. O artigo segue o percurso do Sporting de Braga desde a sua fundação até esse primeiro jogo de âmbito nacional. É mais um excelente contributo para esclarecer definitivamente a história do mais importante clube desportivo da cidade de Braga.

Não podia a revista Bracara Augusta deixar de referir uma figura ímpar do pensamento e da cultura portuguesas que, não sendo natural da cidade de Braga, aqui viveu vários anos e aqui desenvolveu talvez a parte mais significativa da sua atividade docente. Referimo-nos ao jesuíta Padre Júlio Fragata, professor na Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa, onde ensinava História da Filosofia Moderna. Nasceu em Bragança, em 1920. Celebrámos, portanto, há três anos, o centenário do seu nascimento. Para além da atividade como docente na Faculdade de Filosofia de Braga, onde começou a ensinar em 1954 e da qual foi diretor durante 15 anos, esteve incumbido da Regência da cadeira de História da Filosofia Moderna na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e dos cursos ministrados no Brasil. É de salientar ainda o seu grande empenho no lançamento da secção de Viseu da Universidade Católica e da Extensão na ilha da Madeira da mesma Universidade, das quais também foi diretor. O artigo, escrito por uma sobrinha, também ela investigadora, tem a relevante particularidade de, recordando as conversas que com ele teve, nos permitir captar "ao vivo", digamos assim, a sua maneira de filosofar através do diálogo sereno e arguto, método que vem, aliás, desde as origens gregas da filosofia. O município de Braga já soube reconhecer a importância cultural desta personalidade tão relevante, conferindo o seu nome a uma avenida da cidade.

Por ocasião dos 110 anos dos primeiros contactos da Confraria do Bom Jesus com Raul Lino, escreve José Carlos Gonçalves Peixoto sobre a obra que o grande arquiteto português, um dos mais importantes do século XX, deixou no Bom Jesus do Monte, entre 1913 e 1936. Julgamos que muitas pessoas, mesmo de Braga, não terão conhecimento destas intervenções, mas ficamos agora a saber que Raul Lino projetou algumas importantes obras no espaço do Santuário, nomeadamente, o parque de diversões, o casino, o coreto, a casa dos capelães, a casa das estampas, quiosques e apeadeiros do ascensor, bem como melhoramentos nos hotéis. O autor do artigo enriquece o seu precioso trabalho com uma breve resenha histórica da vida e obra do multifacetado arquiteto, enquadrando-o nos mais importantes movimentos artísticos do século XX em Portugal.

Como sempre, deixamos aqui o nosso agradecimento a quantos contribuíram para tornar possível o presente número da revista Bracara Augusta. Os nossos agradecimentos vão, em primeiro lugar, para os autores dos artigos que, generosamente, nos dão a oportunidade, através da sua investigação, de aprofundarmos os nossos conhecimentos sobre a rica história da cidade de Braga, no presente caso desde o século XVII até à atualidade. Depois queremos lembrar todos os funcionários do Arquivo Municipal, não esquecendo o técnico informático que compõe as páginas da revista. A todos o nosso reconhecido agradecimento. E, por fim, não podemos também deixar de lembrar a quantos se dedicam à investigação histórica que a Bracara Augusta é o espaço indicado para dar a conhecer a um público amplo os resultados das suas investigações. Ela é a sua revista.

Luís da Silva Pereira

Os (carto)grafismos de um manuscrito setecentista de memórias: notícias íntimas do *teatro da guerra* [1]

MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA *
ANA MARIA MACEDO **
MÁRIO GONÇALVES FERNANDES ***

1. ENQUADRAMENTO

A motivação do presente texto decorre da reflexão ensaiada a partir da sugestão de um manuscrito memorial da segunda metade do século XVIII que dá pelo nome de *Livro Curioso*, e que se encontra no Arquivo Distrital de Braga (Portugal). Documento original pelo tempo e o modo em que foi escrito. Pode-se dizer que o seu conteúdo amplia de interesse e de alcance, muito em particular, pela perseverança sistémica dos registos, e pela espontaneidade decorrente do anonimato que o autor, um bracarense, entendeu dar à obra. O espaço de reflexão que aqui se apresenta reporta-se à expressão peculiar de uma mundivisão alargada, cujo espetro de representação vai do local ao global. A partir do registo da cidade de Braga (Portugal) setecentista,

* Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, Instituto de Educação. bandeira@ie.uminho.pt
** Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, Estudos Culturais. maceana@gmail.com
*** Universidade do Porto, Departamento de Geografia. Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território. mgfernan@letras.up.pt

[1] Texto integral que originou o pequeno resumo apresentado ao IX Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica e IV Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica (S. Paulo) – Bandeira, M., Macedo, A. & Fernandes, M. G. (2022), "Expressões (carto)gráficas setecentistas do teatro da guerra a partir do 'Livro Curioso'", Anais do: caderno de resumos/ coordenadores Antônio Gilberto Costa, Jorge Pimentel Cintra. Belo Horizonte: UFMG/IGC, pp. 293-299, ISBN: 978-65-89335-04-7.

sobretudo, respeitando ao seu quotidiano, deparamo-nos com um testemunho coevo das articulações de escala entre os diferentes eventos, desde as informações que o autor vai obtendo ao longo da narrativa, passando pelas deslocações que faz até às impressões que constrói a partir das suas próprias observações intimas.

Com efeito, desde a condição restrita de uma pequena cidade do norte de Portugal, ainda que de grande importância simbólica para cristandade e para a monarquia absoluta da época, Braga continua para a ser a sede *neoplatónica* de um dos principais senhorios de *antigo regime*, a partir da qual se projeta todo um cosmopolitismo incompreensível fora deste quadro (Bandeira, M. 2000).

O século XVIII inscreveu-se na historiografia ocidental como o século das *luzes*, período sob o qual deu sequência a todo um movimento mental iniciado duzentos anos antes a partir da Europa, com impacto universal, pela afirmação de uma consciência diversificada e, simultaneamente, una, muito em particular no campo das artes, concertando os princípios da *razão* e da *paixão*. Uma centúria promotora de dicotomias no pensamento filosófico que denominamos de ilustração ou iluminismo, havendo por base do conhecimento a razão para explicar os fenómenos naturais e sociais, e a ideia diretora de permanente progresso que subjaz a todo o esforço humano. Um século onde a emergência do pensamento científico se concilia bem com a ideia de natureza e de Deus. Onde a regularidade convive bem com a irregularidade. Isto é, e ainda, a convivência pacífica entre os paradoxos do barroco com a crescente hegemonização dos métodos científicos e do descritivismo empirista. Uma época em que a retórica das imagens, a sua exaltação estética, dá lugar à quantificação e geometrização do saber, sobretudo pelas implicações na medição, localização e representação do território, consubstanciado, neste caso, no desenvolvimento surpreendente da cartografia. Uma cartografia simultaneamente útil e bela.

Será pois neste contexto de transição da segunda metade do século XVIII que iremos nos debruçar sobre o ***Livro Curioso*** (LC), fundamentalmente um livro de memórias privadas mas, simultaneamente, uma fonte histórica necessária ao forquilhar da sempre circunstancial "verdade histórica".

Para lá do amplo campo de possibilidades que o seu estudo pode suscitar, iremos, sobretudo, nos reter mais em pormenor na análise das três únicas ilustrações nele insertas. Salvaguardando que, no plano estritamente científico, não se tratando propiamente de exemplos canónicos, ou mesmo pré-eruditos, não podendo ser classificados

como produtos cartográficos originais, que na realidade não o são, valerão, sobretudo, pelo testemunho que nos legam das mentalidades associadas ao uso e interpretação da ilustração gráfica, embora denominados de "mapas". Com a particularidade, neste caso, de evidenciar a representação do território e as ações que sobre ele incidem a partir do olhar atento do senso-comum. Isto é, um pioneirismo da expressão de "opinião pública".

Começaremos pois por apresentar o *Livro* para depois analisar as ilustrações nele patentes, o que representam e o que poderão significar. Deixaremos, por fim, uma reflexão sobre a importância da imagem ilustrada representativa do espaço territorial, como um exemplo do tempo em que o seu desfrute e acesso era muito segmentado, para não dizer alheio à maioria absoluta da população, mas que, no entanto, refletia a sua crescente difusão e literacia.

2. O LIVRO CURIOSO E AS MEMÓRIAS PRIVADAS

O LC é um manuscrito de cerca de 700 *páginas*, respeitante às memórias de um mercador bracarense de meados do século XVIII, que quis manter o anonimato[2], tendo sido escritas ao longo de 35 anos (1755-1790), iniciadas a partir da sua épica sobrevivência ao trágico terramoto de Lisboa.

Estes registos privados integram a mesma finalidade de um conjunto de memórias coevas locais, todavia, sem ilustrações, que denotam o ambiente cultural e intelectual existente na cidade de Braga, mormente a presença de uma nova mentalidade ilustrada veiculada pelos *letrados*, cientes da necessidade de interpretar as "notícias" e deixar as suas impressões pessoais sobre as "curiosidades" para a memória futura[3]. Para lá da detalhada descrição dos principais fastos

---

[2] Pelo cruzamento de informação do conteúdo do próprio texto foi possível apurar, com elevada probabilidade, ter sido seu autor Miguel Luís Araújo – 1740-1801; *cf* Macedo, Ana Maria (2020). Estudo Introdutório, *in* Livro Curioso, ADB/CMB, col. Estudos e Manuscritos, (transcrição, Rui Faria), Braga, pp. 11-23.

[3] Cf. Macedo, Ana (2020), de que são exemplo outros memorialistas do mesmo período, que nos deixaram registos escritos pelo seu punho, como: o Padre Manuel da Silva Thadim (?-1791), procurador e advogado em Braga, autor do manuscrito *Diário Bracarense* de 1764; o desembargador Inácio José Peixoto (1732-1808), que redigiu as suas *Memórias Particulares;* ou o fidalgo João Luís Jácome (1735-1810), da família Jácome de Vasconcelos, com o seu *Diário e Livro de Razão.*

da vida quotidiana da cidade barroca, da política local, das festas, dos eventos extraordinários, registam-se igualmente os grandes acontecimentos internacionais da época, refletindo o modo como as “novas” chegavam a Braga.

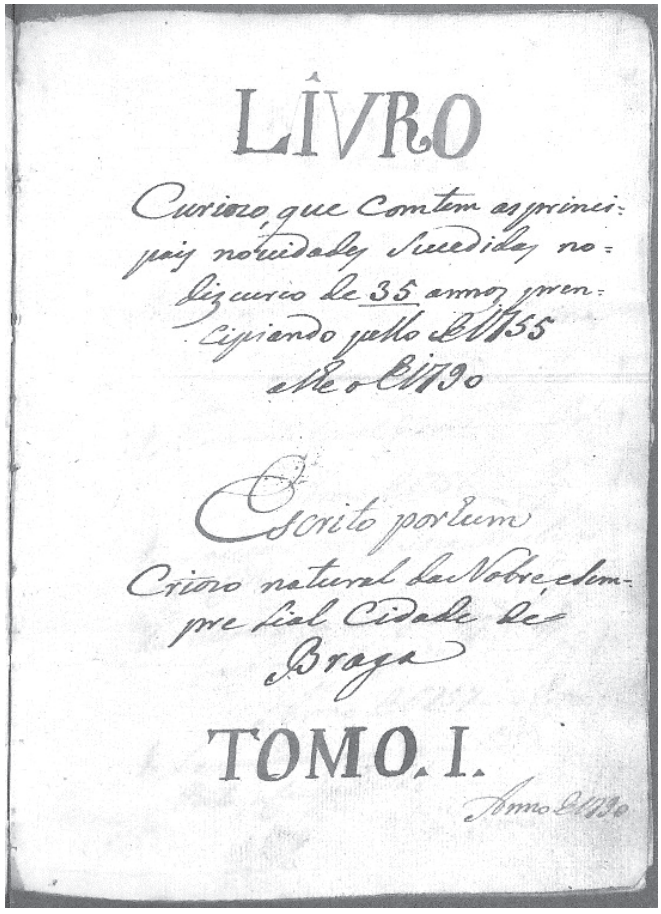

LIVRO
Curioso, que Comtem as princi:
pais novidades Sucedidas no:
dizcurso de 35 annos pren:
cipiando pello de 1755
ate o de 1790
Escrito por hum
Crioso natural da Nobre, e sem:
pre Leal Cidade de
Braga
TOMO. I.
Anno de 1790

Figura 1: *Folha de rosto* do Livro Curioso (*fac-simile*)[4] – edição CMB/ADB (2020)

O domínio das memórias privadas e os estudos das histórias de vida, mais do que uma circunstância do pós-modernismo veiculados pelos chamados *Estudos Culturais*, permitem-nos alargar o conhecimento

[4] https://www.macedocannata.com/pt/projects/livro-curioso/; acedido em setembro de 2022.

e considerar uma polissemia historiográfica para lá das fontes canónicas baseadas na hegemonia dos documentos formais e na diplomática em geral. Diríamos ainda mais pertinentes para o estudo da cartografia histórica e da ilustração impressa, pela relação que estas têm com os sistemas de poder coletivo. Os escritos *da própria vida não podem ser considerad*[o]*s tão só como atos subjetivos, pois estes retratam experiências reais de vivências do todo social, permitindo apercebermo-nos dos mecanismos culturais e das relações de poder aí estabelecidas* (Macedo, A. 2019, p. 54), dando assim uma perspetiva necessariamente diferente das narrativas, mais sensitiva, esclarecendo pontos omissos, confirmando ou lançando novas questões, enfim, alargando o acervo informacional sobre os assuntos práticos da ordem do dia.

De um modo muito sintético, o LC sendo um escrito de memórias privadas não é um livro autobiográfico, com conteúdos explícitos de caráter intimista ou psicológico, ele procura antes retratar a atualidade e relevar os eventos mais notáveis na perspetiva do seu autor. Muito referenciado à circulação das informações e da leitura das *gazetas* da época – aliás, ao qual o próprio alude mais do que uma vez – e a outros veículos de informação de novidades primários, como correspondência. Dir-se-ia tratar-se de uma prática de jornalismo *avant--la-lettre*, não fosse o seu caráter discreto, intimista, para usufruto pessoal, fácil de entender numa sociedade e numa época em que a censura e a prisão de escritores eram frequentes, fazendo do texto anónimo uma prática corrente da literacia (Franzini, E. 1999).

O princípio noticioso está bem evidente no prolixo *índex* de 43 páginas, muito detalhado, e no qual sobressai o conjunto de temas constantes que retêm o nosso autor. Já o dissemos, o facto de este iniciar os relatos pela observação direta do terramoto de 1755 em Lisboa, quando tinha 15 anos, mais do que a descrição de um evento simbólico e seguramente marcante como algo extraordinário, por certo exigiu a todos os sobreviventes o condicionamento existencial de um recomeço. Certamente um novo modo de olhar a vida, para o qual o LC, podemos admitir, terá feito parte de um desses compromissos de consciência. A verdade, porém, é que os seus registos memoriais irão incluir todo o género de observações.Umas mais prosaicas, mas a maioria com um espectro enciclopédico. Desde os acontecimentos naturais subsequentes, como: outros sismos; as inclemências meteorológicas, das grandes trovoadas até às calamidades; até aos acontecimentos sociais mais mundanos. O tom da descrição não é linear, porque

os escritos oscilam entre uma ótica de deslumbramento, entre a descrição do acontecimento maravilhoso, onde certamente é possível detetar sugestões da mão divina, ou sinais do *fim do mundo*; e, por outro lado, a conformação com o desconhecido, mais esperançosa na indagação, benevolente perante a convicção de poder existir uma explicação racional para o sucedido que, não sendo então conhecida, um dia pudesse vir a ser reconhecida e, naturalmente, controlada.

Apesar da maior parte da narrativa corresponder à cidade de Braga, esta também incide nos fastos do reino e, com menor frequência, dedica passagens aos grandes eventos internacionais. Curiosamente, são estes últimos os mais suscetíveis à ilustração. Não é claro, porém, que as informações exaradas, pelo menos na hipotética fase de redação mais amadurecida, sejam apenas aquelas que chegam a Braga, ou se o nosso autor, já enquanto mercador estabelecido, houvera recolhido informação das implícitas viagens que, certamente, precisou de realizar. Um princípio é certo, a crónica do quotidiano local e das principais festividades relacionadas com os acontecimentos importantes da corte real e do arcebispado irão merecer maior relevo e o lavrar detalhado de quem a eles assistiu. Ou não fosse Braga, por virtude própria, uma cidade de representações exuberantes e festas permanentes, como nos relata Inácio José Peixoto, outro cronista local da época. Veja-se o exemplo das celebrações do Jubileu do Santuário do Bom Jesus, às quais acorreram romeiros das cercanias e outras cidades próximas. Ou os grandiosos préstitos onde figuraram os arcebispos que armavam verdadeiras cortes em movimento pelo País. Excluindo o interregno da sucessão, e a parte final da prelatura de D. Frei Caetano Brandão (1790-1805), entre os anos de 1741 e 1789, os dois antístites reinantes em Braga, D. José e D. Gaspar eram, simultaneamente, filhos e irmãos de Rei. Daí toda a sucessão de festejos associados às entradas e tomadas de posse, mas também às celebrações de nascimentos, casamentos e aniversários reais; e, naturalmente, também às exéquias e à referência dos infaustos acontecimentos. Mesmo que a motivação referencial fosse religiosa, toda a festa estava associada a festejos mundanos diversos, como representações, concertos e touradas. Isto já para não falar nas celebrações públicas do calendário religioso, intensamente observadas e vividas em Braga.

Como o título bem o refere, o livro é também um repositório cronológico de curiosidades. Aí podemos encontrar os eventos mais mundanos ou particulares, desde os desacatos públicos, às obras e inaugurações; às fugas de presos, ao interesse pela vida quotidiana

dos conventos, às mudanças de mercados ou factos da vida política, como nomeações e legislação. Ou ainda, acontecimentos raros, extraordinários, como o nascimento de crianças siamesas ou manifestações de desvio dos comportamentos sociais tolerados, de que é exemplo a mulher fugitiva que andava disfarçada de homem. Mas também, os *milagres* e as sugestões da *mão divina*, no quadro da interceção providencial dos santos e outras curas inexplicáveis.

Os temas da guerra, com todas as suas implicações diretas e indiretas, merecem naturalmente destaque. Não porque os conflitos tenham passado pela cidade durante este período, mas a sua iminência, as notícias da presença de exércitos invasores no reino, os processos de recrutamento das tropas, as despesas extraordinárias com a guerra, irão ocupar, sobretudo, entre 1761 e os três anos seguintes, toda a ênfase narrativa. No último trimestre daquele ano, ainda no rescaldo dos festejos do nascimento do príncipe D. José, filho de D. Pedro, cujos padrinhos foram o rei e a rainha, chegaram as primeiras notícias da guerra com Castela, que "tudo fez parar de alegria em tristezas"[5]. Portugal participava assim do período final da *guerra dos Sete Anos* (1756-63). A partir daqui os assuntos militares e da guerra, tal como hoje, tornam-se no tema memorial recorrente. Surgem as notícias referentes à incorporação forçada dos mancebos, com todo o drama das deserções, a coação feita sobre os pais e os familiares, com chantagens, prisões, arrestos e confiscos; o relato dos impostos agravados e o efeito das despesas gerais com a guerra; dos aboletamentos de tropas na cidade e dos seus movimentos na região; mas também das primeiras notícias que chegavam da frente de combate. Finalmente, só no inicio de 1763, o pregão anunciaria a paz, a mando de D. Jorge Chary, um general estrangeiro que casualmente se encontrava em Braga.

A guerra é um monstro que ora se aproxima, ora se afasta, sem desaparecer defintivamente. Tanto se faz sentir pela desqualificação geral do quotidiano das pessoas, pela carestia, separação, medo; como pela iminência da sua chegada, inevitavelmente com feridos e mortos. A proximidade da guerra e a possibilidade de esta chegar à cidade, com o tipo de comunicação então existente, explicará o modo de abordagem que o memorialista partilha connosco. As parcas imagens que o autor decide inserir no texto elegem, por um lado, o contexto decisivo que levou à expulsão do invasor do território nacional e completam-se

---

[5] LC p. [82](80) [original] (edição transcrita).

com o prolongamento dos seus efeitos, já não envolvendo diretamente os portugueses, mas tendo presente a prossecução da beligerância entre as mesmas potências noutras paragens peninsulares.

3. A PERCEÇÃO DA ILUSTRAÇÃO DE GUERRA: UM EXEMPLO (CARTO)GRÁFICO, DA PROXIMIDADE AO FANTÁSTICO

As três únicas imagens que acompanham este longo manuscrito, desde logo pela sua exclusividade, são por si só um testemunho coevo genuíno do enquadramento da ilustração num texto, do condicionamento da guerra na vida quotidiana e, naturalmente, da perceção e representação dos teatros de operações na aceção do senso-comum. De salientar também a pertinência que podem ter para a compreensão da atualidade, relevando a validade das posições militares defensivas que, então, tal como hoje, pareciam levar a preferência sobre as ofensivas.

3.1 O "Mapa" do dispositivo defensivo da "Guerra Fantástica" no vale do Tejo (1762)

O primeiro exemplo reporta-se à denominada "Guerra Fantástica", como acima referimos, uma decorrência do envolvimento do reino de Portugal no conflito europeu da *Guerra dos Sete Anos* (1756-63), quando o território nacional foi invadido por um exército da aliança franco-espanhola. As novas que antecedem as ilustrações começam por dar nota dos brutais arregimentamentos, na véspera de Natal, de moços para a guerra. Detalhando, "vinham dois homens de cada rua dizer quantos moços havia nela capazes"[6], que não poupavam a prisão dos pais e irmãos, quando estes conseguiam fugir, "algumas casas ficaram despovoadas e os montes cheios de gente escondida padecendo fomes e frios (…) isto foi geral por toda parte, com ordens apertadíssimas…"[7].

As tropas invasoras que entraram por Trás-os-Montes, sem que as praças-forte oferecessem oposição, deparam-se, porém, com a resistência popular dos paisanos, frequentemente organizados em *ordenanças*, que foram desgastando e esmorecendo o ímpeto da penetração, conseguindo pela guerrilha dissuadir os invasores de se dirigirem ao Porto. O LC dá então nota dos editais do Marquês de

[6] LC p. [83](80).
[7] LC p. [84](81).

Sarria, comandante das tropas espanholas, ao transcrever o empenho do invasor em persuadir as vítimas das suas intenções pacíficas e do respeito pelos bens dos invadidos, quando na realidade do terreno as suas tropas saqueavam e exerciam as mais funestas arbitrariedades, tão recorrentemente comuns à brutalidade da guerra. Nesta passagem, cujo autor assume fazer a "relação de notícias, para que se veja o abalo que causou a todo o reino..."[8], o LC vai transcrevendo sucessivas *cartas*[9] supostamente expedidas dos mais diversos pontos do País (Lisboa, Coimbra, Lamego, Abrantes e Penamacor), todavia, não esclarecendo se estas são emitidas por correspondente(s), ou se provêm mesmo do próprio autor, na possibilidade de terem sido ulteriormente copiadas. Afirma, "todas juntas aqui descrevo sem seguir a ordem dos meses como devo até agora, para ao depois levar a minha história mais direita sem interromper com estas notícias, e daqui se podem acomodar para a p[ar]te a que tocarem, *etc.*"[10]. Ora é precisamente junto à carta *expedida* de Abrantes, de 10 de outubro de 1762, inserta entre as páginas [108](93) e [109](98), que o autor decide incluir, como primeira imagem do livro, o levantamento do dispositivo militar concebido pelo "príncipe de Lalipe" [Wilhelm zu Schaumburg-Lippe, mais conhecido por Conde de Lippe, (1724-1777)[11]], que veio a revelar-se crucial na defesa do País, face à expectante invasão pelo vale do Tejo até Lisboa. Uma opção *editorial* que se justifica, do nosso ponto de vista, por se tratar do momento crucial da campanha da "Guerra Fantástica" que determinou a inversão dos acontecimentos a favor dos invadidos. O Conde de Lippe é hoje consensualmente reconhecido como o principal mentor e estratega desse período militar da nossa História, exercendo o posto de *Marechal-General* do exército luso-britânico. Competência que lhe foi outorgada pelo Rei D. José I, tendo-lhe até concedido o atributo de *Alteza*.

---

8 LC p. [88](83).

9 LC pp. [89](83) a [124](106).

10 LC p. [88](83).

11 Célebre príncipe governante do pequeno estado de Schaumburg-Lippe, na baixa Saxónia. Um protagonista do *iluminismo* alemão chegado a Portugal em 3 de julho de 1762 no âmbito da aliança luso-britânica, para comandar e, sobretudo, reorganizar o exército português, de modo tão estruturante que ainda hoje subsistem princípios na organização militar portuguesa. Reconhecido pensador e didata militar responsável por algumas das doutrinas matriciais que inspiraram os reformadores do exército prussiano e, por consequência, modelaram a grande tradição militar alemã. Como teórico da ciência militar foi mestre dos famosos doutrinadores: Scharnhorst; Gneisenau; e, Clausewitz (Brito; António P. C. Mesquita (2011). *Publicações Alemãs Sobre o Conde de Lippe – Uma Orientação Bibliográfica*. Revista Militar N.º 2508; pp 83-150.

Figura 2: "mapa" (MLA); Livro Curioso, ms. ADB, insert. pp.108-108

O desenho, chamado de "Mapa", seguramente reproduzido a partir de um esquisso de campanha, quiçá publicado e depois copiado da imprensa[12], ilustra-nos a disposição das forças conflituantes – luso-britânicas *vs* franco-espanholas – instaladas na margem norte do rio Tejo, entre Santarém e Castelo Branco, aquando da incursão franco-espanhola (1762). De acordo com o LC, só da parte portuguesa, "de Santarém para diante", estamos perante a presença de um exército com mais de "quarenta mil homens", que as cartas vão dando nota da evolução e dos movimentos à medida que as notícias vão chegando. Ainda assim, só pela leitura da imagem, através da sua simbologia gráfica, é possível reunir um total de 47 regimentos de infantaria e cavalaria do lado luso-britânico, face a 40 franco-espanhóis[13]; e 5 baterias de artilharia[14]. Embora o autor o refira como "Mapa", sendo portador até de uma "explicação" que "vai nas costas delle declarado legendada por numeros para os curiosos poderem perceber", trata-se de uma

---

[12] O desenho exibe um monograma com entrelaçamento das siglas – MLA – muito provavelmente (Miguel Luís de Araújo), o autor suposto das memórias e, neste caso, também da reprodução em causa.

[13] Com superioridade na infantaria para os portugueses e na cavalaria para os espanhóis.

[14] Sendo a do lado oposto exclusivamente francesa, com "3 baterias de 6, 8 e 10" e a do lado luso-britânico de 2 baterias com 12 peças, uma das quais da Armada.

expressão, diríamos, proto cartográfica da situação militar, como então era já comum executar no meio castrense. Apesar dos seus contornos gráficos rudes, com aguarelado impressivo sobre os riscos, próprios de uma finalidade expedita, também fica demonstrado o inequívoco valor da divulgação do *teatro* dos acontecimentos, a função instrumental, mais própria da representação topográfica operacional. Muito concretamente, o enquadramento define ortogonalmente o território entre as cidades acima referidas, tendo por primeiro plano o rio Tejo, com indicação de três afluentes, naturalmente, com relevo para o local "onde entram os dois rios Zêzere e Tejo" em que "se manda[ou] fazer um forte no sítio"[15] (Constância), para instalar o estado maior do Conde de Lippe. Os outros dois afluentes, merecedores de destaque, referem-se ao denominado *rio Castro*, mais difícil de detetar por estar associado às povoações do Sardoal e Villa de Rey. Povoação esta, diga-se, aqui relevada por via da importância tática, ao ser identificada pela destruição de uma ponte que dava servidão ao setor.

Para lá do caráter fundamentalmente simbólico da imagem, os erros posicionais são grosseiros, e aumentam, como é natural, em função da opção partidária do narrador. Isto é, de oeste para leste, das posições defensivas dos invadidos para as dos assediantes franco-espanhóis. Na realidade, a povoação do Sardoal não se situa à margem do Tejo, tal e qual aparece exarada, como também não existe nenhum curso de água relevante que a liga a Villa de Rey. Ambas estas povoações se dispõem meridianamente a norte de Abrantes, justificàvelmente alinháveis numa perspetiva bélica de frente de contacto. Porém, ao contrário do que se pode observar na imagem, estas situam-se a poente do alinhamento de Mação (e de facto Mação localiza-se c. de 14km's em linha reta, a poente do Sardoal). Daí que o denominado *rio Castro*, que, todavia, não conseguimos detetar, por ter de se constituir como um obstáculo natural à eventual progressão de tropas, não possa, de todo, ser a *ribeira das olarias*. Esta efetivamente serve o Sardoal, mas tão assim, por razões de adversidade topográfica – considerada a proporção da representação entre Santarém e Vila Velha de Rodão – tão somente conjeturável apenas a duas hipóteses:

1 – a ribeira de Eiras, afluente do Tejo junto à atual barragem de Belver (freguesia de Ortiga, no extremo sul do município de Mação, no limite Santarém/Portalegre); ou, então, em alternativa,

---

[15] LC p. [88]83.

2 – o rio Ocreza, pouco mais de 2 Kms a jusante do que hoje é a barragem do Fratel, separando os distritos de Santarém e Castelo Branco.

Pelas mesmas razões de hostilidade topográfica, igualmente capaz de constituir obstáculo ao atravessamento a vau dos exércitos em confronto, do mesmo modo corretivo, propomos a consideração do rio Ponsul, que separa os concelhos de Castelo Branco de Idanha a Nova, como sendo o afluente representado na figura, da margem direita do Tejo a montante de Vila Velha de Rodão. Isto apesar da contiguidade gráfica do desenho induzir em erro, e da sua desembocadura na realidade se encontrar a c. 17,5 Kms a montante daquela Vila[16].

É verdade também que os restantes elementos visuais representados não são mais esclarecedores quanto à realidade dos factos. Veja-se a figuração icónica dos aglomerados populacionais, praticamente uniforme, somente interrompida pela grandeza relativa de Santarém e pela representação de muralhas nesta cidade, bem como, também, em Abrantes e Castelo Branco. Na verdade, o que releva de mais interessante no "mapa", será a representação das tropas no território. Apesar da natureza militar ser a finalidade dominante, o posicionamento das unidades não tem rigor, senão e apenas pelo número de efetivos, respetiva arma e a identificação do comando a quem está atribuído. Note-se o emprego da sinalética militar das unidades, que não sendo ainda aquela que mais tarde veio a se convencionar, mostra bem essa expressão de sistematização das artes da guerra. Cada corpo é representado por um símbolo geométrico (circulo=infantaria e quadrado= cavalaria). A artilharia surge representada por um pictograma de canhão estilizado, individualizando cada peça. Finalmente, a ideia global que se pretende transmitir é a de que existe um cerco tático sobre as poderosas posições franco-espanholas, tendo por principal objetivo, por um lado, travar a transposição do rio Zêzere – veja-se os acidentes orográficos particulares que nos elucidam a importância tática de dois locais de emboscada, por estes apenas deixarem passar, no máximo, dois soldados – e, simultaneamente, impedir a travessia para a margem do sul do Tejo. Por outro lado, pretende-se claramente fechar o (re)abastecimento, cortando as ligações do inimigo à retaguarda. Enfim, um dispositivo tático defensivo que procurava evitar o confronto aberto direto, destinado a proteger a todo custo Lisboa de uma invasão.

---

[16] Admitimos que o cruzamento de dados e a progressão das investigações relativas à "guerra fantástica" possam trazer esclarecimentos precisos sobre as hipóteses que aqui colocamos.

Figura 3: *a)* localização dos principais aglomerados no "Mapa" LC, ms ADB; fonte: *Googlemaps*

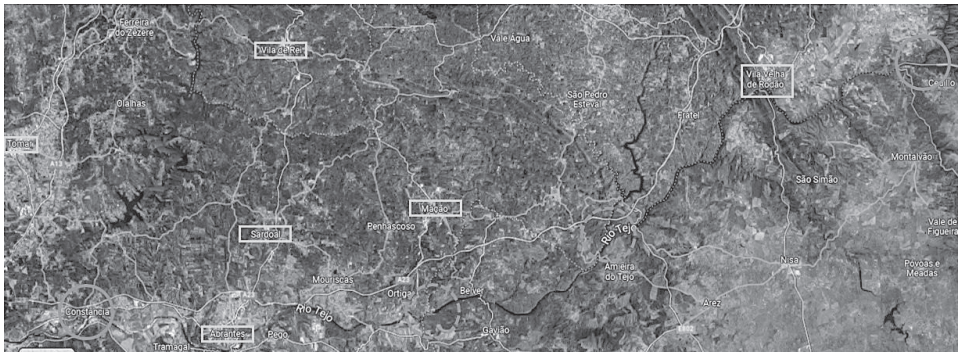


Figura 3: *b)* localização das principais referências toponímicas e foz dos rios referenciados no "Mapa" LC, ms ADB; fonte: *Googlemaps*

O presente "mapa" dá-nos conta de um momento crucial da guerra que, do ponto de vista estratégico, se viria a revelar fundamental para travar a invasão, daí também o mais que provável caráter francamente retrospetivo da sua conceção. Aliás, a guerra dos Sete Anos também ela estava próxima do seu fim, como relata o próprio LC ao divulgar os primeiros rumores desse desfecho, acrescentando notícia dos lances transatlânticos do conflito entre as potências, designadamente, com a

conquista de Havana (Cuba)[17] pelos ingleses. Facto que terá contribuído ainda mais no terreno ibérico para a desmoralização das tropas espanholas.

Sem surpresa, o próprio desenrolar do texto é revelador do posicionamento inequívoco do autor a favor das posições portuguesas, oscilando entre o tom de esperança e o otimismo perante o desenrolar das operações, convicto que as notícias dos sucessos e dos reforços de homens e meios não eram meros boatos, e de que as histórias trágicas são próprias da guerra. O cronista reconhece gratamente o apoio britânico, mas sempre vai dando nota das arbitrariedades que este perpetra no terreno, das rivalidades de comando, designadamente do comportamento indiferenciado de uma unidade mercenária suíça que então operava do lado português. Como sempre não existem tropas libertadoras isentas de provocar dano e sofrimento.

Ainda assim, sem uma afetação emocional expressa no relato, o autor recorre a fontes variadas e dispersas, discorrendo pela leitura da "gazeta", às informações avulsas, ao teor de editais, ao rol descritivo das pilhagens, dos sucessos, da ação de terra queimada, dos prisioneiros e das baixas, embora sempre indiretas, por se encontrar ausente da presença no terreno. Pelo LC ficamos a saber que se alternam, um pouco aleatoriamente, as pequenas escaramuças e os eventos pontuais com as disposições estratégicas e os movimentos mais amplos de tropas, mais os apontamentos do absurdo da guerra com as notícias internacionais. Chega até a incluir o episódio da iminência de uma suposta chegada a Braga do exército invasor, relatando o pânico que se instalou na cidade, ainda que isso não tivesse passado de um boato lançado por um bando de ladrões, acoitados por trás da Portela à espera de uma oportunidade de pilhagem.

Finda a transcrição das cartas, o LC passará a registar os eventos que denotam o esmorecer do conflito e o seu fim anunciado. Como testemunho do que se passava em Braga, o cronista relata que a notícia dos sucessos militares será dada por um oficial inglês (D. Jorge Chary) de passagem, ainda em dezembro de 1762[18]. Contudo, nos princípios do ano de 1763, o manuscrito não deixará de apontar a retirada das forças franco-espanholas e o anúncio da suspensão das hostilidades decretado pelo próprio Conde de Lipe. Notícias dos "preliminares

---

[17] Alusão a um navio que trouxe a notícia de que esta caíra em 11 de agosto; LC p. [109](99).

[18] LC pp. [141/2](114/5).

de paz entre Inglaterra, França, Portugal e Castela"[19] que, nas palavras do memorialista, causaram "grande alegria e contentamento em todo o povo".

Apesar disso, e ainda por muito tempo, a cidade de Braga e o seu termo não deixarão de sentir os efeitos dos rastos da guerra, prosseguindo ainda no aboletamento de tropas em trânsito, no recrutamento militar e até a visita de inspeção do próprio *Marechal-General*, Conde de Lippe, a Braga, em 18 de maio de 1764[20], por via dos trabalhos que mais o notabilizaram: a reorganização e modernização do exército português.

3.2 O Cerco de Gibraltar (1782)

Trezentas e cinquenta páginas adiante, depois de descrever pormenorizadamente os nove carros alegóricos de uma procissão, o autor introduz as duas restantes ilustrações patentes no LC, onde se apresentam os "Mapas da Praça de Gibraltar e dos barcos artilheiros". Também elas descritoras de um momento crucial de guerra que, apesar de já não envolver diretamente o reino de Portugal, deve o fundamento das suas motivações ainda aos sucessivos *pactos de Família* das realezas Bourbon, que tinham dado origem à Guerra dos Sete Anos (1756--63). No caso, as imagens referem-se ao grande Cerco de Gibraltar (1779/83)[21], ocorrido uma década depois, desta vez, sobretudo, incidente no domínio da guerra naval. Um passo do conflito que manteve os mesmos beligerantes do confronto anteriormente comentado, constituindo um lance providencial para os seus desígnios, designadamente pelo simbolismo que teve para a coroa britânica, agora que os ventos lhe sopravam de revés com a guerra da independência dos Estados Unidos da América (EUA). O rei de Espanha, Carlos III (1716-88), que ficou para História como o monarca do *império no qual o sol nunca se põe*, enredado nas tensões da hegemonia global, e uma vez mais com o apoio e a participação da França, ordenou em 1779 novo bloqueio marítimo a Gibraltar. Uma frota conjunta das duas nações convergiu então sobre o "rochedo" com o objetivo de cortar as ligações ao exte-

---

19 LC p. [146](117).

20 Na passagem é descrito o retrato físico do Conde de Lipe em pormenor, revelando que o nosso autor o observou de perto, tendo até dado nota de que este comprou duas pistolas a um reputado armeiro de Braga [156/7]122/3 LC.

21 LC pp. [460](249) – [465](250).

rior. Em reação, os ingleses enviaram uma armada de auxílio que, todavia, sem ter conseguido desmantelar o bloqueio permanentemente, obrigou a Espanha a reforçar o cerco por tempo indeterminado, com mais homens e meios. Assim, à medida que a guerra se desenrolava entre as potências, particularmente na América do Norte, com grande desgaste para todos, mas sobretudo em desfavor dos britânicos, estes resistiam estoicamente no sul da península Ibérica, mostrando aos aliados a incapacidade para travar os reabastecimentos ao reduto gibraltino, infligindo-lhe continuamente baixas, golpes de mão e sabotagens táticas frequentes. Razão suficiente para ter levado a aliança franco-espanhola a ordenar um "grande assalto"[22] final a Gibraltar (1782). Diga-se, confirmado pelo nosso cronista, num tempo em que "se avivaram muito as guerras que entre si traziam os franceses e espanhóis e americanos contra os ingleses"[23].

Do relato do afamado evento, desta vez, o cronista não omitiu a fonte, ao revelar tê-lo "tirado da gazeta", dando nota que o cerco até originou "apostas que se faziam em Portugal", expetantes do desfecho da contenda. Por aqui se compreende porque é que Miguel Araújo, o putativo autor do LC, decidiu incluir os "Mapas da Praça de Gibraltar e das barcas artilheiras mandadas fazer por Carlos 3º Rei de Espanha para o ataque da mesma Praça em o ano de 1782". Uma vez mais, não estando nós propriamente perante um produto cartográfico da situação, que os houve vários, é verdade, ou sequer mesmo de um desenho de fino traço, o autor declarou oferecer aos incautos, ou insondáveis leitores do LC, o voluntarismo generoso de satisfazer a sua curiosidade nos precisos termos em que este "ve[r]ja a forma desta Praça como também das barcas artilheiras [que] aqui as verá nos mapas junto q[*ue*] lhe ofereço p[*ara*] se divertirem"[24]. Veja-se, deliberadamente, uma finalidade útil de passatempo.

A primeira imagem compreende uma panorâmica tirada de um ponto de observação sobrelevado, situado no interior do golfo de Gibraltar, provavelmente cerca Palmones (Algeciras), atrás linhas onde estavam acantonadas as forças sitiantes espano-francesas. Tendo por plano principal o "rochedo" (lado poente), vendo-se na base a cidade

---

[22] Já tinham tentado um outro ataque com grandes meios no ano anterior, mas que foi gorado por uma antecipação dos sitiados, que tendo sabido das intenções, efetuaram de uma surtida (27-IX-1781) surpresa na véspera do ataque previsto que causou pesadas baixas e avultados estragos ao dispositivo militar dos sitiantes.

[23] LC p. [460](249).

[24] LC p. [464](250).

inglesa fortificada voltada para baía, e permitindo ainda observar, no canto superior direito, a cidade africana de Ceuta. Acrescentando ainda toda uma representação de expressão cartográfica com a delimitação do dito golfo.

O desenho, em si, é também ele de traço expedito, muito provavelmente copiado da profusão de imagens que circulavam na época por toda a Europa, e que mostram o mesmo enquadramento de perspetiva. Veja-se, por exemplo a Figura 5.

Figura 4: *Siege of Gibraltar (1779-1782). Panoramic view of Gibraltar under siege from Spanish fleet and land positions in foreground*.[25]

[25] De autor desconhecido; Editor: Crépy, Paris.
– http://dl.lib.brown.edu/catalog/catalog.php?verb=render&id=1256603353703125&view=showmods; acedido em setembro de 2022.

Figura 5: LC pp. [464/7/6] 251/2/3/4/5/6

Igualmente legendados para melhor ilustrar os acontecimentos, e assim permitir um atento acompanhamento das narrativas, ainda que sendo imagens de desfrute, retratam essa batalha que, apesar de não ter ultrapassado dois dias, se revestiu de um grande simbolismo para a História contemporânea ocidental. Para além das inúmeras vidas perdidas, particularmente do lado franco-espanhol, que fizeram do confronto aquela que ainda hoje, por diletância, é considerada a maior batalha da guerra da independência dos EUA, das circunstâncias que proporcionaram o ensaio de armamento moderno e das novas técnicas e táticas militares, este foi praticamente o cerco mais duradouro da história militar moderna. Note-se que o desfecho teve até o mérito de relançar o peso negocial dos britânicos nas circunstâncias desfavoráveis das conversações de paz em que já andavam envolvidos há tempo, sobretudo, depois de reconhecer a perda de Minorca e a independência dos EUA.

O "Grande Ataque" foi iniciado a 13 de setembro de 1782. Envolvendo mais de 65 mil homens (dos quais 5 mil eram defensores), 49 navios de linha e dez baterias flutuantes, protótipo de ensaio de

um novo tipo de artilharia naval específica que foi projetada especialmente para o cerco em questão.

A batalha foi uma das mais relatadas e comentadas da história militar moderna, pelo que, naturalmente, nos escusamos de entrar em detalhes redundantes. Para o caso, o que interessa fundamentalmente salientar com vista à compreensão do confronto e do seu alcance, reporta-se ao facto da cidade fortaleza de Gibraltar ser considerada inexpugnável face ao *estado da arte* da guerra de então, resistindo assim aos ataques terrestres e aos bloqueios navais convencionais de que foi frequentemente alvo. Seria, pois, no contexto deste impasse que iria surgir uma oportunidade ao exercício do engenho e da imaginação, proporcionando a entrada em cena do engenheiro militar francês, Jean Le Michaud d'Arçon (1733-1800) (figura 7), que concebeu e projetou as famosas *baterias flutuantes* (figura 8). Recurso ofensivo de tal modo expectante cuja fama rapidamente se estendeu à escala internacional, aqui confirmada pela inclusão do desenho exclusivo de uma *barca artilheira* no LC (figura 6).

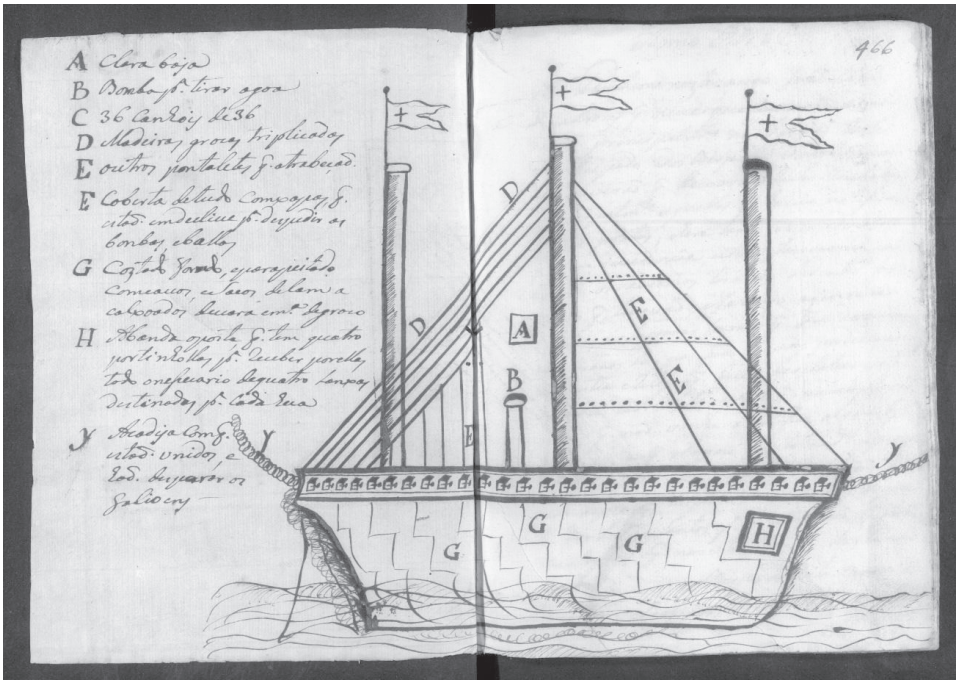


Figura 6: Barca artilheira, *in* LC

Se é verdade que a debilidade deste desenho é ainda maior face às outras reproduções, retemos o caráter determinante da sua inclusão, independentemente do ponto de vista, como sendo uma peça fundamental para o esclarecimento do desfecho dos acontecimentos.

Figura 7: ***Jean Le Michaud d'Arçon,***
Engenheiro militar francês, autor das *baterias artilheiras*[26]

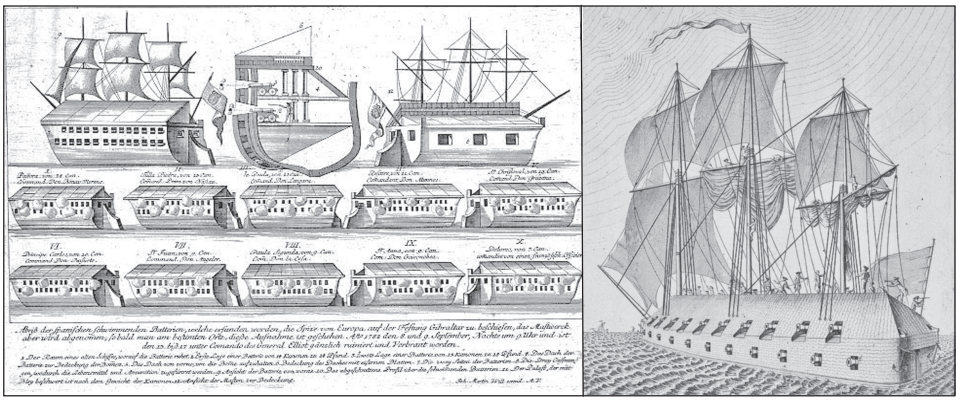


Figura 8: Gravuras Ilustradas, tendo à esquerda a descrição e os detalhes das 10 baterias flutuantes, e à direita um plano da "Pastora", embarcação bandeira do *esquadrão*[27]

---

[26] Johann Melchior Wyrsch – Musée de Pontarlier (Fr.).

[27] https://www.britishbattles.com/war-of-the-revolution-1775-to-1783/siege-of-gibraltar/; acedido em setembro de 2022.

As *baterias flutuantes* foram concebidas para serem "inquebráveis", "inafundáveis" e "à prova de fogo", revelando-se como percursoras das embarcações couraçadas que fazem hoje a marinha de guerra contemporânea. De acordo com o autor, a legenda transmite uma informação não inteiramente coincidente com a que vem veiculada em outras fontes institucionais. Para o LC, estes "galiões" foram destinados a atuar em conjunto, como uma linha contínua de dez baterias de artilharia naval, inicialmente para serem unidas entre si por cabos/ /cadeias. Dizem-nos as demais referências que estas embarcações dispunham de uma face de ataque revestida a "madeiras grossas triplicadas" (com *três pés* de espessura, sendo forradas de areia molhada); e, na "banda oposta q[ue] tem quatro portinholas p[ar] receber por elas todo o necessário de quatro lanchas..."; com uma "Coberta de tudo com chapas qu[e] estão em declive p[ar]a despedir as bombas e balas"; preparadas para travar a perfuração dos costado das embarcações, "forra(n)do e parapeita(n)do com cabos e sacos de lã acolchoados de vara e meia de grosso"; bem ainda, como sistemas de bombeamento para obstar aos incêndios. A juntar a todas estas novidades, aponte-se a poderosa máquina de artilharia capaz de fazer fogo cerrado sobre a praça. Isto é, cada uma das embarcações estava dotada de "*cinco* máquinas com duas fileiras de baterias e uma única fileira de cinco baterias perfazendo um total de 150 armas". Resta acrescentar que o dispositivo de ataque principal, sendo constituído pelas dez baterias flutuantes, integrava mais de cinco mil e duzentos homens, mobilizando todo um sistema apoiado por outras embarcações, como: vinte "navios-bomba" e uma frota franco-espanhola de cerca de meia-centena de navios de linha, reunindo o espantoso número de 30 mil marinheiros e fuzileiros navais. Finalmente, junto a toda esta massa de guerra flutuante, acompanhava ainda um exército terrestre de mais de três dezenas de milhar de combatentes.

Porém, por mais formidável que fosse o grande assalto, tanto na quantidade da sua força como na qualidade do engenho, passadas poucas horas de este se ter iniciado, revelou-se um tremendo fracasso e gerou uma catástrofe fatal para as forças assediantes. Ainda o dia não tinha acabado e as espantosas baterias flutuantes estavam destroçadas pela artilharia inglesa, provocando tremendas explosões cuja tragédia humana suscitou a comiseração dos sitiados, ao ponto de estes saírem das suas posições para ajudar a salvar as vidas humanas que restavam da tragédia. O desaire foi total, tendo o próprio comando

atacante mandado ordenar a destruição antecipada das duas embarcações que sobraram do ataque.

Apesar do cerco ter ainda durado mais algumas semanas, com o furar do bloqueio no mês seguinte, por um comboio naval de socorro britânico, deu-se finalmente o golpe de misericórdia no conflito, que obrigou a assinar a paz. A 7 de fevereiro de 1783 foi levantado o cerco, pondo fim a um assédio contínuo de três anos, sete meses e 12 dias de guerra, consignando aquele que, já referimos, é tido como o mais longo da história moderna.

4. O THEATRO DO MUNDO E A CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

As ilustrações insertas no LC permitem-nos considerar a abrangência memorial dos escritos privados, mas também o desenho do que pode ser considerado a estrutura de um plano informativo. As imagens do LC são caracterizadoras de uma época, das mentalidades emergentes veiculadas pelos tópicos de referência selecionados e da importância que é dada aos assuntos que merecem as raras honras da ilustração. Disso é exemplo particular o tema do cerco de Gibraltar, diríamos, enquanto modelo desta nova dimensão comunicacional. Referimo-nos concretamente ao espetáculo assumido com o levantamento de tribunas, na circunstância, montadas propositadamente para que uma assistência de ilustres espectadores pudesse assistir à grande função. No início haveria que assentar as famílias nobres da região, bem como toda a distinta fidalguia espano-francesa, que incluiu nobres e até *príncipes e irmãos dos reis de França e de Espanha*, para que estes pudessem desfrutar do grandioso "espetáculo barroco" da guerra. Mas, tal não bastasse, não passou menos despercebida aos cronistas da época a vasta plateia constituída por um outro "exército" de 80 mil espectadores, que se distribuiu por toda a amplitude do golfo de Gibraltar, esgotando a lotação das colinas adjacentes. Oferecia-se ao público curioso e expetante que assistia ao desenrolar do "grande assalto", o clímax dramático de um verdadeiro *theatro do mundo*. Uma batalha real convertida num espetáculo hiperbólico, comparável, no conteúdo, às festividades circenses da antiguidade latina, mas também, e porque não, *mutatis mutandis*, hoje reconhecível nos eventos de massa contemporâneos.

Daí a infausta fama e a vasta difusão que o cerco desencadeou através das *gazetas* da época, inspirando a publicação de inúmeros relatos e crónicas por toda a Europa. Como as publicadas justificações militares do engenheiro que projetou as *baterias flutuantes*, que até foram elogiadas pelo inimigo, passando pelos escritos históricos de um capitão inglês[28], de grande alcance, que participou nas ações militares, até à pintura ou à música, com W. A. Mozart a compor uma peça que lhe foi dedicada[29]. Ou ainda às primícias do *cartoonismo* humorístico (figura 9) ou mesmo como fonte de inspiração da literatura fantástica de aventuras[30].

Figura 9: Caricatura britânica do cerco: *O Duque de Crillon* (francês) *dando ordens para o cerco de Gibraltar*[31]

---

[28] Bethune, John Drinkwater (1785), *A history of the siege of Gibraltar, 1779-1783.*

[29] *Bardengesang auf Gibraltar: O Calpe! Dir donnert's am Fuße* (1782).

[30] Com a célebre personagem fictícia, o aventureiro Barão Münchhausen, criado por Rudolf Eric Raspe, na IV edição (178?) das suas aventuras, a participar no cerco.

[31] *L. Colley (publisher) 1782 – The Duke de Crillon Giving Orders for the Siege of Gibraltar caricature.*
– http://dl.lib.brown.edu/catalog/getimage.php?image_id=116188429930846.jp2.

Enquanto nascia na Europa a imprensa periódica, em finais do século XVII, em Portugal vivíamos ainda a contradição entre a afirmação das disposições do estado moderno e a privacidade da vida doméstica. Sendo, pois, neste ambiente, que se pode compreender melhor o incremento da produção de memórias, tanto públicas como privadas. Foram-se assim reunindo as condições necessárias à divulgação da imprensa escrita e ao consequente surgimento de uma opinião pública sobre os acontecimentos. E, porém, será preciso esperar pela segunda metade do século XVIII, precisamente no período em que o LC foi escrito, para se entender, de acordo com A. D. Rodrigues (1985), a categorização de uma denominada *opinião pública e a sua institucionalização como um campo autónomo de legitimidade*. Recorde-se que por essa altura se multiplicam os clubes privados de convívio e discussão e, mais tarde, os cafés, que fomentam a formação de correntes de opinião e que acompanham uma população urbana crescentemente alfabetizada, cada vez mais recetiva e sensível à disseminação da imprensa periódica. Isto tudo, ao mesmo tempo que se irá afirmar a tendência burguesa para se desenvolver o gosto intimista pela vida privada e, por decorrência, as condições propícias à proliferação dos escritos pessoais. Mais uma vez um tempo de grandes transformações culturais e sociais, que estimulará, e há-de legitimar a afirmação do indivíduo pela expressividade dos seus sentimentos, que farão transitar a pulsão das memórias da esfera doméstica para o espaço público. A opinião pública apresenta-se então enquanto um dever de cidadania e de empenho na vida pública. Arvorando-se assim como uma *instância do saber, dos factos, da honestidade, da razão a reivindicação da transparência dos actos do poder perante o julgamento da opinião pública instituída como tribunal de recurso* (Rodrigues, A. D. 1985).

No presente quadro vem a ser muito significativo que as memórias do LC se iniciem pelo acontecimento fantástico do terramoto de 1755, precisamente, pelo alcance planetário desse evento a partir de Lisboa, da capital do reino absolutista, suscitando ainda, ao nível do senso-comum, o duplo significado, de ira divina e de evento desconhecido que, por enquanto, escapava à razão dos mortais e ao conhecimento científico debutante. O providencialismo do sobrevivente que conta as suas memórias, reservando-se da discrição própria de um período de implacável censura, aliás, como os próprios *folios* memoriais nos dão conta, da perseguição intolerável aos opositores do regime (a tentativa de regicídio, a perseguição dos Jesuítas, as intimações regalistas do

marquês de Pombal ao Arcebispo de Braga, etc.). Ao mesmo tempo que se traduz por uma mentalidade enciclopedista, como diria Diderot, desenrolando o "grande rolo" dos acontecimentos, na descrição exaustiva e metódica dos factos, independentemente da sua natureza, com a sua razão intrínseca e sensibilidade de exposição.

O *ordine et ornato* atribuído à visão analógica do mundo, ao tentar encontrar a suprema harmonia na busca de uma sistematização ainda inconsciente, *na habilidade de descobrir semelhanças, como elementos comuns nas coisas que, enquanto tais, alcançam a universalidade* [32]. Um tempo em que a distinção entre a ciência e as artes oscilava ao longo de intensos debates filosófico-gnosiológicos sem termo. Enfim, a vontade de partilhar os saberes e as interrogações que sempre sobressaem de distintas sensibilidades e conhecimentos complementares, desde logo, face ao objeto cartográfico específico que nos convoca. Só assim poderia ser e faz sentido o nosso esforço comum.

---

[32] Vico, G. B. [1990], *apud* Franzini, Elio, 1999, pp. 32.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Bandeira, Miguel S. Melo (2000). O Espaço Urbano de Braga em Meados do Século XVIII, Afrontamento, Porto.

Bandeira, M., Macedo, A. & Fernandes, M. G. (2022), "Expressões (carto)gráficas setecentistas do teatro da guerra a partir do 'Livro Curioso'", Anais do: caderno de resumos/ coordenadores Antônio Gilberto Costa, Jorge Pimentel Cintra. Belo Horizonte: IX Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica e IV Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica (S. Paulo) – UFMG/ /IGC, pp. 293-299, ISBN: 978-65-89335-04-7.

Macedo, A. M.C. (2019). Arquivos de família e escritos autobiográficos: estudos de caso. Universidade do Minho, Braga. *http://hdl.handle.net/1822/60646.*

Barrento, António (2006). Guerra Fantástica 1762: Portugal, o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos; Lisboa: Tribuna da História. Nova História Militar de Portugal.

Brito, António Pedro da C. Mesquita (2011). *Publicações Alemãs Sobre o Conde de Lippe – Uma Orientação Bibliográfica*; Revista Militar N.º 2508 – Janeiro 2011, pp. 83-150.

Habermas, Jürgen (1978). *L'espace publique: archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Paris, Payot, 1978.

Franzini, E. A Estética do Século XVIII (1999). Ed. Estampa, 1ª ed. [1995].

Moreira, Luís M. (2012). *Mapas para uma Guerra Fantástica: Propaganda, Diplomacia e Ação Militar na Província de Entre Douro e Minho*; XXI Colóquio de História Militar.

Rodrigues, Adriano Duarte (1985) – *Espaço Público* – 2. Revista de Comunicação e Linguagens – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

---

https://en.wikipedia.org/wiki/Great_Siege_of_Gibraltar; acedido em setembro de 2022

https://www.britishbattles.com/war-of-the-revolution-1775-to-1783/siege-of-gibraltar/; acedido em setembro de 2022

Fontes:

Peixoto, Inácio José. *Me**mórias particulares*** **de José Inácio Peixoto – B**raga e Portugal na Europa do Século XVIII; Estudo introdutório de Luís A. Oliveira Ramos; Leitura e fixação do texto de José Viriato Capela (coord.); Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho; Braga, 1992.

Livro Curioso (2012). Ana Macedo (Estudo Introdutório) e Rui Faria (Transcrição); Arq. Dist. de Braga/UMinho & Câmara Municipal de Braga, col. estudos e manuscritos, Braga, 2020.

Sobre a designação "capela" dos Monges

EDUARDO PIRES DE OLIVEIRA [1]

Ao longo deste texto e de outros que temos escrito nos últimos tempos sobre a capela dos "Monges", o maravilhoso e pequenino espaço existente no interior do Convento dos Congregados, tivemos / teremos sempre o cuidado de escrever a palavra "Monges" entre aspas. Na realidade a palavra "Monges", mesmo com aspas, não é correcta porque os Congregados, ou Oratorianos, não eram monges. Eram sim *padres seculares sem quaisquer votos*[2]. A seu lado poderiam ter leigos, congregantes, algo que, de certa forma, pode fazer lembrar um pouco uma Ordem Terceira[3]. Usamos, porém, a palavra "Monges" porque o edifício em que esta capela se insere foi e tem sido sempre assim denominado pelas pessoas de Braga, quer na linguagem do quotidiano, quer na literatura de divulgação turística[4] quer, ainda, em múl-

---

[1] *epoeduardo@gmail.com.* ARTIS/Instituto de História de Arte/Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa.

[2] SANTOS, Eugénio – *O Oratório no Norte de Portugal: contribuição para o estudo da história religiosa e social*. Porto: INIC / Centro de História da Universidade do Porto, 1982, p. 36.

[3] Idem, p. 38. Veja-se também p. 139: *A aceitação de noviços estava minuciosamente regulamentada, preferindo-se a qualidade ao número, visto que os congregados deveriam entregar-se à acção pastoral continuamente e só a podiam desempenhar cabalmente os sacerdotes, os estatutos recomendavam a admissão do menor número possível de leigos*.

[4] Apresentaremos aqui apenas dois exemplos, ambos do século passado, um dos inícios (1905) e o outro de meados (1959). O primeiro é o *Guia do viajante em Braga*, da autoria de Azevedo Coutinho (2ª edição, Braga, p. 26-27): *Congregados, no campo de Sant'Anna... No ano de 1739, principiaram-se as obras de construção do* ***convento*** *e egreja que é uma das melhores de Braga...*
Por sua vez, no *Guia de Braga. Arte e turismo* (Braga, Câmara Municipal, p. 84), um livro que embora não apresente o nome do autor sabemos ter sido escrito por Álvaro

tiplos estudos como **Convento.** Se perguntarmos aos cidadãos de Braga qual é o nome por que designam este edifício teremos sempre uma única resposta: **Convento** dos Congregados.

Na verdade, se procurarmos a origem dessa prática poderemos dizer que já na documentação do século XVII se usava esta palavra: veja-se, por exemplo, um documento que os oratorianos – que tinham acabado de chegar a Braga em 1687 – lavraram aquando da construção do seu edifício, o *Contrato da obra de pedraria dos reverendos padres do Oratório de S. Filipe Neri com Domingos Moreira* (ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 446, fls. 46-49, datado de 4 de Maio de 1689), em que se pode ler o seguinte:

> *... queria edificar seu **convento** no Campo de Santa Ana onde de presente está...*
>
> ou
>
> *... e para se fazer um lanço de um dormitório do claustro do dito **convento** mandou fazer um rascunho e pôr o dito lanço a pregão...*

Do início do séc. XVIII, de 1706, lembramos as palavras da corografia do padre António Carvalho da Costa[5]:

> *O **Convento** de S. Felippe de Neri, em que residem quinze padres.*

Por sua vez, no texto que enviou para Lisboa para responder ao inquérito que lhe tinha sido remetido pelo governo central (*Memórias Parochiais,* 1758), o padre que regia os destinos da nova freguesia de S. José de S. Lázaro escreveu:

> *10. Tem o **convento** da Congregação do Oratorio de Sam Felipe de Neri e o das religiosas de Nossa Senhora da Penha de França, ambos situados no referido Campo de Sancta Anna...*[6]

Dória, podem-se ler as seguintes palavras: *Novamente na Avenida, seguiremos pelo mesmo passeio do sul até à Escola do Magistério, instalada no antigo **convento** dos Padres da Congregação de São Filipe de Neri...*

[5] COSTA, António Carvalho – *Corografia Portugueza e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal...*, 2ª ed. Vol. 1. Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868, p. 157. A primeira edição deste livro data de 1706 e foi impressa em Lisboa, na Tipografia de Valentim da Costa Deslandes.

[6] CAPELA, José Viriato; FERREIRA, Ana da Cunha – *Braga triunfante ao tempo das memórias paroquiais de 1758*. Braga: José Viriato Capela, 2002, p. 271.

Outra referência pode ser encontrada num volume das actas da Câmara Municipal de Braga do segundo quartel do século XVIII. Nele se pode ver que na acta relativa à sessão havida no dia 30 de Maio de 1763[7] também foi utilizada a palavra **convento** para referir este edifício:

> *... outrossim acordaram que se continuasse o cais que se acha feito do princípio da pracinha do Campo de Santa Ana até defronte do* ***convento*** *dos padres da congregação do oratório*...

Nos finais do século seguinte, XIX pode ler-se na edição do dia 1 de Janeiro de 1890 do jornal bracarense “O Constituinte”,

> *Desmoronamento. Está começado o desmoronamento da antiga casa da instrução primária que existia na cerca do extinto* ***Convento*** *dos Congregados e faceava com a cangosta contígua ao mesmo convento*.

No século XX são imensos os textos escritos que designam o edifício como convento. Vejamos apenas um, justamente editado pela então Igreja dos Congregados no momento em que terminaram as grandes obras que se estenderam durante alguns anos, dos finais da década de 1950 até 1966, intitulado *A Igreja dos Congregados. Alguns apontamentos para a sua história*[8], opúsculo que foi publicado sem o nome do autor, mas que segundo nos foi dito pelo próprio foi escrito pelo padre Manuel Fernando Sousa e Silva que então servia ali como capelão. Na página 12, por exemplo, pode ler-se *O* ***Convento*** *dos Oratorianos de Braga*... e um pouco mais à frente *um incêndio que... destruiu o Arquivo do* ***Convento***...

Mais recentemente, já nos inícios do presente século XXI, um antigo reitor dos Congregados, o padre Domingos Silva Araújo, escreveu no suplemento literário do jornal “Diário do Minho” uma série de cinco textos sobre o edifício com um título comum, *Basílica dos Congregados. Apontamentos para a sua história*[9]. Deve dizer-se que teve o cuidado de nunca chamar convento ao edifício, aliás este autor escreveu sobretudo sobre a igreja, sobre a basílica.

---

7 AMB. Caixa 22, Livro 44, 1758-1767, fól. 119.

8 Braga, [s/n Igreja dos Congregados], 1966.

9 Nas edições dos dias 14 e 28 de Dezembro de 2011 e 4, 18 e 25 de Janeiro de 2012.

O que é curioso é que nos seus textos se refere à capela que agora estudamos pela dupla designação de capela de Nossa Senhora da Aparecida ou dos Monges. No artigo saído na edição de 28 de Dezembro, na página VI, escreveu o seguinte:

> … *restaurou-se a capela de Nossa Senhora da Aparecida ou dos Monges, no primeiro andar*

E noutro local deste mesmo suplemento (p. VII)

> *André Soares é autor… dos altares de Nossa Senhora das Dores e de Nossa Senhora da Aparecida (capela dos Monges), na basílica dos Congregados…*

Por sua vez, no suplemento saído no dia 25 de Janeiro, apresenta na página IV a imagem de Nossa Senhora da Conceição, imagem que agora está na sacristia e que julgamos ser a que foi originalmente mandada fazer para esta capela dos "Monges".

E muitas mais vezes se poderia encontrar a palavra **convento** para referenciar este edifício. Mas achamos que são suficientes – para além de cronologicamente variadas – as múltiplas transcrições que atrás fizemos.

A primeira vez que vimos esta capela ser designada como *Nossa Senhora da Aparecida* foi no livro de Robert Smith intitulado *André Soares. Arquitecto do Minho*[10]. Como já escrevemos noutro local, na verdade Robert Smith mal a refere, de tal forma *que nem sequer faz qualquer alusão à sua parte mais extraordinária, o lanternim, apenas aflora em seis linhas o retábulo, que reproduz*[11].

Na notícia do jornal "Diário do Minho" datada de 8 de Junho de 1966 onde se dá a conhecer a iminente reabertura ao culto da igreja dos Congregados após a grande campanha de obras iniciada em 1958 (*O templo dos Congregados mais enriquecido e majestoso vai abrir ao público*) pode ver-se que o jornalista foi muito mais sensível à sua arte:

> *Como surpresa, foi mostrada aos jornalistas uma rara joia de arte, que é a capela dos padres oratorianos, que existia entaipada e foi descoberta durante as obras. O arquitecto Frei-*

---

[10] Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

[11] OLIVEIRA Eduardo Pires – *André Soares e o rococó do Minho*. Vol. 1. Porto, Faculdade de Letras/Universidade do Porto, 2012, p. 373. Acessível em *http://hdl.handle.net/10216/62456.*

tas Leal bem como os outros artistas, ficaram encantados com a beleza do pequenino templo onde foram colocadas todas as relíquias dos santos que existiam na velha sacristia e que são das mais valiosas de Portugal...

Por outro texto saído no mesmo jornal, mas em data muito mais recente, no dia 24 de Abril de 2021, intitulado *Capela de Nossa Senhora da Aparecida* e da autoria de Joaquim Gonçalves Pereira, pessoa que durante longos anos trabalhou no “Convento” dos Congregados como *sacristão e escriturário*, ficamos a saber que o retábulo que hoje se vê nesta capela estava na altura do restauro num outro lugar bastante diverso do original, mas que após a descoberta da capela o arquitecto responsável pelas obras, reconhecendo que estava ali indevidamente, deu instruções para que fosse colocado no sítio correcto:

Quando entrei ao serviço da igreja dos Congregados... em finais de 1961, a parte traseira do edifício da Igreja (rés-do-chão) compunha-se de dois espaços constituídos pela sacristia e um salão para reuniões e outras actividades. Na parte poente desse salão existia um arco cruzeiro (e que se mantém) onde estava incrustado o retábulo de Nª Sª da Aparecida. Diga-se, agora, que esses espaços são parte integrante da atual Capela das Confissões (na parte nascente) e da Sacristia (na parte poente) onde no referido arco cruzeiro está estabelecido um lavabo e respectivos toalheiros.

Quando das obras de remodelação geral da Igreja e anexos, levadas a cabo na década de 60 (entre 1964 e 1966) sob a orientação do Arq. Freitas Leal (de Lisboa), este reconheceu que esse retábulo da autoria do Arq. André Soares, mediante prévia medição, teria sido indevidamente deslocado da capela existente no andar superior, denominada por capela dos Frades (Frades Oratorianos que, então, ocupavam o espaço do primeiro andar) esta com duas varandas viradas sobre a Capela-mor da Igreja, pelo que, de comum acordo com a Irmandade de Nª Sª das Dores, ordenou se procedesse ao retomo desse retábulo para o seu local de origem, diga-se a Capela de Nª Sª da Aparecida...

Joaquim Gonçalves Pereira referia-se ao tempo em que a igreja e a pequenina parte do convento que lhe estava anexa fora restau-

rada. É interessante ver-se que no pequenino livro atrás referido e que nesta data foi escrito pelo padre que servia de capelão, *A Igreja dos Congregados. Alguns apontamentos para a sua história* (p. 36), há apenas duas curtíssimas linhas sobre esta capela sem, porém, lhe ser dado qualquer nome:

> *No primeiro andar destacamos, com especial interesse, o* restauro *de uma* ***Capela do séc. XVIII*** *– uma peça com muito interesse do barroco nortenho*.

Com estes textos não fica resolvido o conhecimento da data em que foi colocada uma imagem com a invocação de *Aparecida* nesta capela. Mas achamos serem suficientes para que se possa perceber que não era esse o culto original. Deveria sim ter havido ali uma imagem de Nossa Senhora da Conceição que foi com toda a certeza retirada quando se introduziu a de Nossa Senhora da Aparecida. Em que data foi feita a mudança? Não sabemos. Sabemos apenas que em uma conversa que o senhor Joaquim Gonçalves Pereira teve com a funcionária da secretaria, dona Maria da Graça, no dia 13 de Outubro de 2022, ele lhe disse que quando viera trabalhar para a igreja dos Congregados (finais de 1961) a imagem já estava colocada no retábulo que está na capela dos "Monges". Relembramos apenas que naquela data este retábulo estava deslocado no rés-do-chão, algures no local que corresponde hoje à capela das confissões.

Sabemos que ao contrário do que acontece no Brasil a invocação de Nossa Senhora da Aparecida não é, em Portugal, uma das que recebeu maior aplauso das populações. Por isso, com a ajuda do *google* percorremos o território português à procura de informações sobre locais onde podem ser encontrados templos com esta invocação.

Para além da existência de algumas pequenas capelas (Felgueiras, Sernancelhe, Estarreja…), encontramos apenas dois locais em que a devoção atingiu um grande vulto no nosso país. Uma é a que apresenta a data mais antiga, remonta ao ano de 1702 e está situada na freguesia de Balugães, concelho de Barcelos: é o santuário de Nossa Senhora da Aparecida, cujas festas maiores têm lugar no dia 15 de Agosto[12]. Refira-se que apesar da data o formato da Virgem não tem

---

[12] RIBEIRO, Bartolomeu – *Nossa Senhora da Aparecida: primeira aparição mariana em Portugal. 1702. 2ª* ed. Barcelos, Confraria de Nossa Senhora da Aparecida de Balugães, 1958.

o desenho de Nossa Senhora da Assumpção tem, sim, o de Nossa Senhora da Conceição.

A outra referência diz também respeito a um santuário; está localizado na freguesia de São Pedro Fins do Torno, concelho de Lousado, distrito do Porto. Até 1882 esta freguesia esteve sob a alçada da arquidiocese de Braga; após este ano passou para a alçada da diocese do Porto[13]. Este culto teve início *aí pelo* ano de 1823, após o aparecimento de uma imagem da Virgem no adro de uma capela existente há muitos anos – em outras versões da lenda diz-se que a imagem apareceu ao escavar uma mina que estava aluída, mina que antes era habitada pelo ermitão da capela e que depois lhe serviu de sepultura –, dedicada a Nossa Senhora da Conceição[14]. Repare-se que aqui a festa também tem lugar em meados de Agosto, entre os dias 13 e 15.

Esta capela de Nossa Senhora da Conceição foi construída em data que desconhecemos. Sabemos que foi acrescentada e alargada a partir de 1757[15] e que por razões que também estão fora do nosso conhecimento estas obras se estenderam por um período relativamente longo, de quatro anos, só recebendo autorização para ser benzida em Maio de 1761[16]. Em 1763 foi colocado nela um confessionário[17], o que eventualmente poderá significar que estava a receber bastante frequência da população, até porque está situada num local próximo da igreja matriz. Em 15 de Outubro de 1784 ainda se pode registar mais uma referência a esta capela, a *Provisão de adicao e fixacao… a favor de Antonio Ribeiro da Costa, clerigo in minoribus da mesma freguesia*[18].

---

[13] *https://pt.wikipedia.org/wiki/Torno_(Lousada).* Página consultada em 7 de Dezembro de 2022.

[14] Vejam-se sobretudo dois *sites*; um é o do local enquanto espaço sagrado que está bastante bem feito *(https://pt.wikipedia.org/wiki/Santuario_da_Nossa_Senhora_Aparecida).* O outro é a ficha elaborada pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais *http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=31187.* Ambas estas páginas foram consultadas em 7 de Dezembro de 2022.

[15] *Registo de provisao de licenca a favor do Paroco e fregueses de Sao Pedro Fins do Torno, para acrescentarem e alargarem a capela de Nossa Senhora da Conceicao da sua freguesia.* ADB. Registo Geral, vol. 123, fls. 210-211.

[16] *Registo de provisao a favor de Felix Antonio Borges, vigario de Sao Pedro Fins do Torno, para poder benzer a capela de Nossa Senhora da Conceicao sita na mesma freguesia.* ADB. Registo Geral, vol. 62, fls. 276-276v.

[17] *Registo de provisao a favor do Vigario Felix Antonio Borges e alguns sacerdotes e fregueses da freguesia de Sao Pedro Fins do Torno, para na capela de Nossa Senhora da Conceicao da sua freguesia poder colocar um confessionário.* ADB. Registo Geral, vol. 85, fls. 404-405.

[18] ADB. Registo Geral, vol. 225, fól. 295.

Usando outro local privilegiado para este tipo de buscas, as quase quatro centenas de volumes da série do arcebispado bracarense intitulada *Registo Geral* e que estão à guarda do Arquivo Distrital de Braga, nós apenas encontramos uma referência relativa ao santuário de Balugães, datada de 1771[19]. E duas à construção de capelas com esta invocação, uma localizada na freguesia de S. Clemente de Basto, concelho de Celorico de Basto (1789 – 1793[20]) e outra na de Gondar, concelho de Caminha (1797 e 1798[21]). Curiosamente o *Registo Geral* tem – como atrás pudemos ver – várias referências à capela de Nossa Senhora da Conceição de S. Pedro Fins de Torno, Lousado; mas não ficou registada nenhuma provisão assinalando a mudança do seu orago para Nossa Senhora da Aparecida.

Utilizando ainda mais outro local privilegiado para esta pesquisa, o grande inventário feito por um investigador sempre extremamente cuidadoso, o cónego Manuel Aguiar Barreiros, no final do primeiro terço do século XX sobre as invocações da Virgem que estão espalhadas pela área da arquidiocese de Braga[22] – mas que na realidade se circunscreveu ao Minho e às fímbrias do distrito do Porto que naquele tempo pertenciam à arquidiocese –, veremos que o autor apenas referencia o culto de Nossa Senhora da Aparecida em Balugães[23]. Mas mais ainda: nas páginas 23 a 26 deste seu livro ele teve o cuidado de fazer o inventário das 49 imagens da Virgem existentes na cidade de Braga. E em nenhum local referiu a invocação de Nossa Senhora da Aparecida!

É aliás muito curioso que Aguiar Barreiros registe a existência de duas invocações na igreja dos Congregados: a de Nossa Senhora das Dores (a quem o padre oratoriano Martinho Pereira votava uma imensa devoção[24]) e a de Nossa Senhora da Conceição. Se da primeira

---

19 *Registo de provisao para se dizer missa na capela do Senhor dos Passos, contigua a capela de Nossa Senhora da Aparecida da freguesia de Sao Martinho de Balugaes, a favor do Reverendo Antonio da Cunha, abade da igreja da dita freguesia*. ADB. Registo Geral, vol. 79, 236-236v.

20 ADB. Registo Geral, vol. 226, fól. 195v; vol. 227, fls. 124, 127 e 258-258v; e vol. 294, fls. 274v-276.

21 ADB. Registo Geral, vol. 232, fls. 227 e 250-253.

22 BARREIROS, Manuel Aguiar – *Nossa Senhora nas suas imagens e no seu culto na arquidiocese de Braga*. Braga, Edição da Revista "Opus Dei", 1931, p. 118-120.

23 BARREIROS, Manuel Aguiar – *Nossa Senhora nas suas imagens e no seu culto na arquidiocese de Braga*. Braga, Edição da Revista "Opus Dei", 1931, p. 118-120.

24 PEREIRA, Martinho – *Collecção sacro-dolorosa correcta e augmentada, em que se persuade a terníssima Devoção das Dores da Mãe de deos, e se ensinão muitos, e diversos modos de a obsequiar*... Lisboa, Na Officina de Francisco Luiz Ameno, 1791.

não há dúvidas que estava em altar próprio – mas naquela data colocado do lado do evangelho –, não podemos deixar de lamentar que não tenha deixado nenhuma indicação sobre o local onde se encontrava a segunda. Estaria no retábulo que hoje vemos na capela dos “Monges”? Por razões que iremos dar mais adiante nós acreditamos que é muito possível que sim.

Juntemos uma última referência. Em outro local fundamental para fazer pesquisas sobre objectos artísticos religiosos na área da arquidiocese de Braga, o catálogo da Exposição Mariana que teve lugar em Braga no ano de 1954[25], não deixa de ser significativo que o responsável pela exposição, de novo o Cónego Manuel Aguiar Barreiros, apenas cite a existência de uma pequenina escultura com a invocação de Nossa Senhora da Aparecida. É uma imagem datável do século XVIII, com 52 centímetros de altura e é proveniente do Santuário de Balugães; é a peça nº 125 (entre as 505 peças que expôs) e está reproduzida na lâmina XIII. Não refere, portanto, nenhuma Senhora da Aparecida no espaço do “Convento” dos Congregados.

Sabendo-se do fortíssimo relacionamento que existiu no século XVIII entre o Minho e o estado brasileiro de Minas Gerais poderia pensar-se que o santuário existente em Balugães tivera origem na devoção de um “torna-viagem” setecentista. A verdade, porém, é que não só 1702 é uma data demasiado precoce para este relacionamento como, também, o relato da aparição desta imagem no país irmão teve lugar não no território de Minas Gerais, mas sim em Guaratinguetá, no estado de São Paulo. Acresce ainda que a data mais antiga desta aparição nos remete apenas para o ano de 1717, ou seja, para 15 anos depois da que ocorrera em Balugães. Além disso, a primeira capela dedicada ao seu culto foi iniciada em Guaratinguetá apenas no ano de 1734 e só teve abertura pública em 26 de Julho de 1745. A grande difusão deste culto no Brasil aconteceu somente após a visita que no dia 20 de Abril de 1822 o príncipe regente D. Pedro e a sua comitiva fizeram ao santuário. Mas seria sobretudo, após 1904, ano em que a imagem foi coroada como rainha do Brasil pela princesa Isabel, que a sua fama explodiu em todo o Brasil. Em 1908 a igreja recebeu o título de Basílica Maior[26].

Mas não adianta falar mais sobre esta imagem porque quando a comparamos com a de Balugães elas não têm nada, absolutamente

---

[25] BARREIROS, Manuel Aguiar – *Ensaios iconográficos. Exposição Mariana*. Braga, 1954.

[26] Estas informações foram recolhidas no dia 7 de Outubro de 2022 no site *https://pt.wikipedia.org/wiki/Nossa_Senhora_da_Concei%C3%A7%C3%A3o_Aparecida*

nada que do ponto de vista iconográfico as aproxime. Bastará dizer que a portuguesa é uma virgem branca e a brasileira é uma virgem negra, que uma tem um menino ao colo e a outra tem as mãos unidas em prece...

Claro está que há aqui outra questão que tem de ser aqui colocada: qual era a invocação da Virgem a que os Oratorianos estavam mais ligados, por quem tinham uma maior devoção? Eugénio dos Santos foi o investigador que em Portugal levou mais longe o estudo sobre estes homens, de tal forma que lhes consagrou a sua tese de doutoramento[27]. Num ponto do seu estudo, quando discorre sobre a enorme importância que estes religiosos davam ao culto das relíquias[28], ensina-nos (p. 135):

> *Recomendava-se a todos, de uma forma especial, a devoção à Virgem, rezando-se-lhe o ofício ou terço e ladainha, obrigando-se os oratorianos com juramento a «defender a Imaculada Conceyção»*.

O que é que estas suas palavras nos ensinam? Uma coisa muito simples: que a haver uma imagem nesta capela privativa dos oratorianos, capela que pelas suas diminutas dimensões teria espaço para a colocação de apenas um retábulo de pequenas dimensões, retábulo em que não deveria haver local para a colocação de mais do que uma imagem, esta seria, muito certamente, a de uma invocação da Virgem e, muito concretamente, a da *Imaculada Conceyção*. E de maneira alguma de Nossa Senhora da Aparecida, um culto que em parte nenhuma da sua tese de doutoramento aparece referenciado.

Refira-se, por fim, que a imagem que agora está nos Congregados é uma cópia da que se pode ver na freguesia de S. Pedro Fins do Torno, concelho de Lousada, santuário implantado em uma capela mais antiga – curiosamente dedicada a Nossa Senhora da Conceição –, cuja imagem de Nossa Senhora da Aparecida está referenciada apenas a partir de 1823, ou seja, cerca de 48 anos após ter sido construída a capela dos Oratorianos.

---

[27] SANTOS, Eugénio – *O Oratório no Norte de Portugal: contribuição para o estudo da história religiosa e social*. Porto: INIC / Centro de História da Universidade do Porto, 1982.

[28] Relembramos aqui que o retábulo de Nossa Senhora das Dores é um altar relicário. E que na capela dos "Monges" há um bom conjunto de relicários, alguns muito possivelmente com desenho concebido por André Soares.

Diga-se, por fim, que estas imagens – Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Aparecida – têm uma dimensão muito semelhante: a primeira tem 96,5 centímetros de altura e a segunda tem 1 metro. Ou seja, a diferença é mínima, apenas 3,5 centímetros; mas poderá ser menor se considerarmos as bases em que estão implantadas.

A MODO DE CONCLUSÃO

Qual deverá ser a denominação que deverá ser utilizado para referenciar esta capela? Nós, mesmo sabendo que os oratorianos eram padres e que, excepcionalmente poderiam ter consigo leigos, preferimos a de “Monges”, atendendo a que o local em que se insere foi desde há séculos sempre conhecido como “convento”. E temos esta preferência precisamente por essa razão: porque, como demonstramos, é absolutamente inquestionável que a designação que a cidade dá a este enorme e magnífico edifício há quase três séculos e meio é a de **Convento** dos Congregados.

Mas aceitaríamos perfeitamente que passasse a ser conhecida como de **capela de Nossa Senhora da Conceição** caso a imagem que agora se encontra na sacristia, no rés-do-chão, voltasse para o seu local original. Transferir a imagem de **Nossa Senhora da Conceição** para esta capela seria, quanto a nós, a solução mais correcta pois assim seria reposta a verdade histórica. E desta forma o retábulo do século XVIII (1768?) voltaria a ter uma imagem do século XVIII (acreditamos que essa seja a imagem original) em vez de outra feita no século XX e que é representativa de um culto e de uma variante iconográfica que apenas surgiu no final do primeiro quartel do seculo XIX!

A designação que deve ser dada a esta capela é, porém, quanto a nós, um problema de somenos. O que é muito, muitíssimo importante, é a extrema qualidade da sua arquitectura – e nomeadamente a do seu extraordinário lanternim – e, também, do seu belíssimo retábulo, que para além de ter um desenho requintado recebeu uma execução primorosa!

CRONOLOGIA

. 1702. Início do Santuário de Nossa Senhora da Aparecida, em Balugães, concelho de Barcelos.

. 1717. Início do culto de Nossa Senhora da Aparecida, em Guaratinguetá, Estado de S. Paulo, Brasil.

. 1768 (?). Construção da capela dos "Monges", no segundo piso do "convento" dos Congregados, em Braga. Teria originalmente uma imagem de Nossa Senhora da Conceição.

. 1823. Início do culto a Nossa Senhora da Aparecida, na capela de Nossa Senhora da Conceição, em S. Pedro Fins do Torno, concelho de Lousado.

. Século XIX (???). Transferência do retábulo da capela dos "Monges", no "convento" dos Congregados, do local original para o piso térreo.

. Primeira metade da década de 1960 (?). Colocação da imagem de Nossa Senhora da Aparecida (variante do santuário de S. Pedro Fins do Torno, concelho de Lousado) na antiga capela de Nossa Senhora da Conceição, no "convento" dos Congregados, em Braga.

. Primeira metade da década de 1960. O retábulo da capela dos "Monges" volta para o seu local primitivo.

BIBLIOGRAFIA

Manuscritos

ADB (Arquivo Distrital de Braga). Nota do Tabelião Geral 1ª série, vol. 446, 502.

ADB. Registo Geral, vols. 62, 79, 85, 123, 226, 227, 232 e 294.

Impressos

A Igreja dos Congregados. Alguns apontamentos para a sua história. Braga, [Igreja dos Congregados], 1966.

ARAÚJO, Domingos Silva – *Basílica dos Congregados. Apontamentos para a sua história.* "Diário do Minho. Cultura". 14 e 28 de Dezembro de 2011 e 4, 18 e 25 de Janeiro de 2012.

BARREIROS, Manuel Aguiar – *Ensaios iconográficos. Exposição Mariana*. Braga, 1954.

BARREIROS, Manuel Aguiar – *Nossa Senhora nas suas imagens e no seu culto na arquidiocese de Braga*. Braga, Edição da Revista "Opus Dei", 1931.

CAPELA, José Viriato; FERREIRA, Ana da Cunha – *Braga triunfante ao tempo das memórias paroquiais de 1758*. Braga: José Viriato Capela, 2002.

COSTA, António Carvalho – *Corografia Portugueza e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal*... 2ª ed. Vol. 1. Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868.

COUTINHO, Azevedo – *Guia do viajante em Braga*. 2ª edição, Braga, s/n, 1905.

Desmoronamento. “O Constituinte”, Braga, 1 de Janeiro de 1890.

Guia de Braga. Arte e turismo. Braga, Câmara Municipal. 1959.

OLIVEIRA, Eduardo Pires – *André Soares e o rococó do Minho*. 4 vols. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras / Universidade do Porto, 2012. Acessível em *http://hdl.handle.net/10216/62456*

PEREIRA, Joaquim Gonçalves – *Capela de Nossa Senhora da Aparecida*. “Diário do Minho”, Braga, 24 de Abril de 2021.

PEREIRA, Martinho – *Collecção sacro-dolorosa correcta e augmentada, em que se persuade a terníssima Devoção das Dores da Mãe de deos, e se ensinão muitos, e diversos modos de a obsequiar*... Lisboa, Na Officina de Francisco Luiz Ameno, 1791.

RIBEIRO, Bartolomeu – *Nossa Senhora da Aparecida: primeira aparição mariana em Portugal*. *1702*. 3ª ed. Barcelos, Confraria de Nossa Senhora da Aparecida de Balugães, 1987 (1ª ed: 1935, 2ª ed. 1958).

SANTA MARIA, Agostinho de – *Santuário Mariano*, vol. 4. Lisboa, Na Officina de António Pedro Galram, 1712, pp. 118-119.

SANTOS, Eugénio – *O Oratório no Norte de Portugal: contribuição para o estudo da história religiosa e social*. Porto: INIC / Centro de História da Universidade do Porto, 1982.

SMITH, Robert C. – *André Soares. Arquitecto do Minho*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

O templo dos Congregados mais enriquecido e majestoso vai abrir ao público “Diário do Minho”, Braga, 8 de Junho de 1966.

Webgrafia

https://pt.wikipedia.org/wiki/Torno_(Lousada)

https://pt.wikipedia.org/wiki/Santuario_da_Nossa_Senhora_Aparecida

http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=31187

1 – Capela de Nossa Senhora da Conceição

2 – Nossa Senhora da Conceição

3 – Capela de Nossa Senhora da Aparecida

A obra do arquiteto Raúl Lino no Bom Jesus do Monte

JOSÉ CARLOS GONÇALVES PEIXOTO[1]

RESUMO

O arquiteto Raúl Lino (1879-1974) é considerado um dos maiores arquitetos do século XX, com uma vastíssima, eclética e singular obra no país em geral e no Bom Jesus do Monte em particular.

Nele observamos caraterísticas como conservador, ousado, tradicionalista, elitista, modernista, teorizador, revelando preocupações com a paisagem e a «Casa Portuguesa».

Promoveu a preservação, valorização e identidade do património cultural e histórico do país, através de uma abordagem e de um equilíbrio harmonioso entre a tradição e a modernidade, uma combinação entre elementos neoclássicos com caraterísticas tradicionais.

Raúl Lino projetou e concebeu algumas obras no Santuário do Bom Jesus, entre 1913 e 1936, nomeadamente, o coreto, o parque de diversões, casino, melhoramentos nos hotéis, casa dos capelães, casa das estampas e nos apeadeiros do ascensor.

Palavras Chave: Arquitetura, paisagem, modernismo, «Casa Portuguesa».

ABSTRACT

The architect Raúl Lino (1879-1974) is considered one of the greatest architects of the 20th century, with a vast, eclectic and unique work in the country in general and in Bom Jesus do Monte in particular.

In it we observe characteristics such as conservative, daring, traditionalist, modernist, theorist, revealing concerns with the landscape and the «Portuguese House».

Promoted the preservation, appreciation and identity of the country´s cultural and historical heritage, through an approach and a harmonious balance between tradition and modernity, a combination of neoclassical elements with traditional characteristics.

Raúl Lino designed and conceived some works in the Sanctuary of Bom Jesus, between 1913 and 1936, namely, the bandstand, the amusement park, casino, improvements to the hotels, the chaplains' house, the stamps' house and the lift stops.

Keywords: *Architecture, landscape, modernism, Portuguese House».*

---

[1] Historiador e investigador.

PREÂMBULO

Este trabalho resulta de um convite para proferir uma breve comunicação numa tertúlia sobre Raúl Lino. Encarei, de imediato, essa proposta como um desafio e uma espécie de aventura. Como não sou homem de fugir aos desafios da vida, logo no meu íntimo despertou a vontade de aceitar. Só não sabia se disporia de oportunidade de conhecimentos abrangentes para refletir e escrever sobre o assunto. Mesmo assim desconfio que a escassez do tempo me deixe alinhar algumas ideias e chegar ao fim. Por isso o meu reconhecimento por mais esta oportunidade, não para revisitar conteúdos que já foram explorados, mas para descobrir novos factos e abordagens. Não chegamos a tropeçar no convite, nem nas inquietações, pois viver é descobrir e quanto mais desvendamos mais intensamente vivemos.

Esta tertúlia insere-se no âmbito de um programa comemorativo e evocativo de Raúl Lino. Do mesmo constam conferências por especialistas na área, uma exposição, um belíssimo catálogo com o título *Raúl Lino, Arquitetura e Património do Bom Jesus*, e outras iniciativas com uma enorme mundividência cultural.

Saliento a excelente exposição, patente entre 2 de junho de 2023 e inícios do ano seguinte, pois, em minha opinião, uma amostra deve ser mais para ver do que para ler, como se fosse um filme que desperta os nossos sentidos e nos impele a olhar, uma interposição entre o nosso mundo e o mundo do homenageado, uma porta de entrada em novos enfrentamentos, um desafio para novas aventuras e um passeio por novos territórios e leituras. Assisti à inauguração da exposição e, sem pejo, foi um momento que me sensibilizou, sobretudo, por ampliar as fronteiras do conhecimento sobre Raúl Lino, por interpelar e potenciar a abordagem de novos temas relacionados com os bens culturais, a conflitualidade em redor da obra incontornável de Raúl Lino e o seu posicionamento na arquitetura. Não esqueço as intervenções, nomeadamente, do senhor Presidente da Confraria, do dr. Vicente Craveiro, do sr. Arcebispo Primaz e, até, da projeção de um vídeo retrospetivo da vida e do pensamento de Raúl Lino, que me deixaram curioso, ávido de maior aprofundamento, sobretudo, das influências, das raízes do tradicionalismo, do poder da sua arte como função de um conceito e de uma simbologia.

No fundo, estas iniciativas salientam efemérides que não podem ser remetidas ao esquecimento: comemoração dos 110 anos da pri-

meira referência e contato formal da confraria do Bom Jesus do Monte com Raúl Lino, que ocorreu em 24 de setembro de 1913, através de um convite para visitar a estância; dos 50 anos do seu falecimento, em 2024, e 90 anos da conclusão do casino. Não vamos com pomposos discursos, nem cortar fitas, nem salientar vozes e ecos, mas valorizar e contribuir para a divulgação do cortejo de obras de um singular arquiteto, como se dizia outrora, de um «riscador» e pensador da arte.

Sinto-me sensibilizado por participar nesta tertúlia, que procura dar voz e fornecer contributos para a divulgação do conjunto patrimonial cultural, arquitetónico, artístico, estético, paisagístico, com valor universal e de interesse público do Bom Jesus do Monte, o mais grandioso monumento na integração da arquitetura com a natureza e uma das mais conseguidas expressões da arte barroca, entre novos olhares e interpretações, que vai resistindo à erosão do tempo, ao conceito, aos diversos poderes, merecendo ser acarinhado por todos. Pretendemos salientar com esta intervenção o poder da arte, que perdura e transpõe esse mesmo poder e a consistência da obra de Raúl Lino que resiste à usura da longevidade.

Permitam-me um considerando no início desta intervenção. Não sou arquiteto, mas um historiador que dedicou grande parte do seu tempo ao Bom Jesus. Dadas as limitações científicas no campo da arquitetura, prevaleceu o imperativo histórico, não esquecendo e tendo presente o pensamento de Winston Churchill: «*uma boa comunicação deve ser como um vestido de senhora: largo o suficiente para encobrir o assunto; curto o bastante para manter o interesse*». Ou seja, vou procurar, contra o habitual, ser largo no assunto, mas curto no tempo, pois, segundo o pensamento de S.to Agostinho «*não há nada mais precioso do que o tempo e nada que mais se desperdice*». Neste sentido, também se enquadra, aqui, a primeira estrofe do soneto «Do Tempo» de frei Castelo Branco: «*Deus nos pede do tempo estreita conta! É preciso dar conta a Deus do tempo! Mas como dar, do tempo, tanta conta! Se se perde sem conta tanto tempo?!*».

1 – VIDA E OBRA (1879-1974)

Muitos foram os artífices e obreiros do Bom Jesus[2]. Para além dos mesários, benfeitores e empreendedores como D. Rodrigo de Moura Teles, salientamos os riscadores, os arquitetos, os mestres pedreiros, que deixaram obra nesta idílica estância, e que não podemos deixar de mencionar entre tantos: André Soares, Villa-Lobos, Carlos Amarante, Manuel Couto Guimarães, Moura Coutinho, Ernesto Korrodi, Januário Godinho e Raúl Lino.

O proeminente arquiteto e urbanista Raúl Lino foi um polifacetado artista, pensador, uma das figuras mais importantes do movimento de renovação arquitetónica em Portugal no século XX.

Depois de uma laboriosa e extensa vida, deixou-nos um legado duradouro, perto de 700 projetos, uma vastíssima obra e representações gráficas emblemáticas e significativas para a arquitetura portuguesa.

Contribuiu para a promoção, valorização e identidade do património cultural, através de uma abordagem e de um equilíbrio harmonioso entre a tradição e a modernidade, uma combinação entre elementos neoclássicos com caraterísticas tradicionais.

José Augusto França[3] coloca Ventura Terra e Raúl Lino a par, como os mais importantes arquitetos lisboetas, de 1900, e José Marques da Silva, com idêntico destaque no Porto.

No tocante ao escrutínio público, Pedro Vieira de Almeida[4] opina que a arquitetura moderna surge em Portugal à volta de 1900, sendo o principal rosto José Luís Monteiro, mestre de gerações sucessivas, como Cristino da Silva, Carlos Ramos, Cottinelli Telmo, Porfírio Pardal Monteiro e classifica José Marques da Silva, Raúl Lino e Ventura Terra, como os primeiros arquitetos modernos cuja formação classicista não os impediu de realizar obras que só no contexto das dinâmicas do século XX fazem sentido.

Conhecemos também incursões de Raúl Lino, noutras áreas e que tiveram repercussões assinaláveis[5].

---

[2] Consultar a nossa obra *Bom Jesus do Monte*, 2.ª edição, 2023, pp. 256 a 301.

[3] *História da Arte em Portugal no século XIX,* 1ª edição, 1966.

[4] *História da Arte em Portugal – A Arquitectura Moderna,* vol. 14, Edições Alfa,1986.

[5] Estou a lembrar-me, especificamente, de alguns artigos em jornais e revistas que vieram a público em jornais do norte: «A arte da jardinagem – É preciso desenvolver em Portugal o culto da árvore», in *Notícias de Barcelos*, de 23 de julho de 1936.

De entre tantas obras, planos, desenhos, esboços e projetos, muitos mereciam uma reabilitação. Permitam-me salientar, apenas, dois casos cujo critério é a proximidade, o meu envolvimento ao longo do tempo e a minha admiração pela sua obra.

Conheci desde o fim da adolescência o Banco do Ramalho, quando frequentava o parque do Gerês, logo à entrada do parque florestal da Assureira. Viria a encontrá-lo, mais tarde, a saque e vandalizado. O artístico Banco de Ramalho, em granito, foi construído por iniciativa da Sociedade de Propaganda de Portugal, para perpetuar a memória do escritor Ramalho Ortigão que considerava a originalidade nacional resultado da reelaboração de influências externas.

Como é sabido Ramalho frequentava o Gerês, costumava passar horas naquele local sentado num penedo, de cuja pedra se construiu um banco. Foi inaugurado em 1920, delineado e debaixo da orientação de Raúl Lino. Este local paradisíaco passou depois por um completo abandono. O recinto estava rodeado por cedros centenários que, entretanto, foram cortados[6]. Possuía várias esferas em granito que encimavam este belo exemplar da autoria de Raúl Lino, mas nenhuma se encontra porque foram roubadas. Em última instância, este banco representava uma homenagem de Raúl Lino ao neolusitanismo de Ramalho Ortigão com a publicação de *O Culto da Arte em Portugal*, em 1896.

[6] In *Diário de Notícias* de 28-7-1920, *Geresão* de 20-6-1995, *Geresão* de 20-6-2013, *Geresão* de 20-10-2013.

O segundo caso prende-se com a casa de Agustina Bessa-Luís (1922-2019), em Esposende. Depois de Vila Meã, e antes de se fixar no seu Porto seguro, onde residiu grande parte da sua vida, Agustina viveu em Esposende[7], nos anos 60, numa moradia assinada por Raúl Lino, como alguém dizia: «*a alma do norte floresceu um dia, construiu nos pinhais um chalé à moda de mestre Raúl Lino*»[8]. De início entre pinhais, atualmente numa transversal à marginal.

No litoral de Esposende, privou, de perto, com a amiga e escritora Ilse Losa, autora do *Faísca*, livro que li aos meus filhos. Vieira da Silva e o marido Arpad Szenes[9] também ocupam um lugar privilegiado na casa Bessa-Luís, desde logo através das várias pinturas que decoravam algumas das paredes, mas também de *Longos Dias Têm Cem Anos*, a biografia que Agustina escreveu sobre a pintora: «*a primeira vez que veio a nossa casa, morávamos em Esposende*».

---

7 Na atual avenida Rocha Gonçalves, n.º 11. Agustina refere que viveu em muitas casas. De entre elas, passou por Godim, no Douro; pela Póvoa de Varzim, onde frequentou o Diana Bar e se encontrava com José Régio; e por Esposende. Um pouco na sequência do que pensava «*abandonar as coisas enquanto é tempo*». Enquanto Raúl Lino tinha uma devoção pelo cipreste, Agustina expressa grande admiração pela magnólia.

8 *Farol de Esposende*, de 28-6-2019.

9 Colocamos o nome de Vieira da Silva pela sua ligação familiar ao fundador do ascensor do Bom Jesus. A pintora era filha única de Marcos Vieira da Silva e de Maria do Céu Vieira da Silva. O avô paterno era João Vieira da Silva irmão da esposa do fundador do Funicular e o avô materno diretor do jornal *O Século*.

Sobre Esposende escreveu alguns dos mais belos textos, entre os quais «Memória de Esposende» (1972), onde refere: «*Quando fui pela primeira vez a Esposende, achei que sucedia alguma coisa de solene; como um rito. Era julho. Nas noites em que o calor abrasava, vinha do rio um hálito de vasa. Como se o princípio do mundo rompesse o cristal das areias e borbulhasse uma vida espessa e cega, no iodo*. (…)»[10].

Noutro livro *O Livro de Agustina* (2017), um dos seus últimos registos de natureza autobiográfica, escreve: «(…) *sem ser de índole marítima, porque o mar não me parece um elemento leal como a terra, em Esposende conheci dias duma perfeita harmonia comigo mesma. As pessoas foram boas para mim, com essa bondade que não se interpreta, só se regista. Nada acontecia e tudo era importante. (…) Nessa altura já me chamavam a eremita de Esposende. Estava a tornar-me típica e, além disso, a ficar bronzeada* (…)».

Para além destes exemplares e, entre centenas de obras, recordo algumas de forma quase arbitrária, dispensando linhas de força que poderão ser questionadas:

– a casa do Cipreste, a sua própria habitação (1912), em S. Pedro de Sintra. É a vida de Raúl Lino inscrita na pedra. A casa é um todo, um todo vivo. Tudo nasce no pátio. É a partir da intimidade do pátio que o restante espaço se organiza; a casa do Marco é o abrigo do guerreiro e da sua família. A casa, as plantas, a arriba, o céu e o mar constroem momentos de relação na mãe-natureza;

– a casa Vila Luso (1907), em Lisboa, exemplo notável onde combina elementos neoclássicos com características vernaculares portuguesas;

– a casa dos Patudos (construída entre 1905 e 1908), em Alpiarça, palácio construído para José Relvas, político e colecionador de arte;

– os bairros de Alvalade e Restelo, como amostras criativas de áreas residenciais modernas;

– a casa de Santa Maria (construída entre 1903-1907), em Sintra;

– o projeto de restauração e reconstrução do Palácio de Queluz, um palácio do século XVIII localizado nos arredores de Lisboa;

– a casa da Quinta da Bacalhoa, projetada em 1922, em Azeitão;

---

[10] Agustina Bessa Luís, "Memória de Esposende", in *Alegria do Mundo*, vol. II (Escritos dos Anos de 1970 a 1974). Lisboa, Guimarães Editores, 1998.

– as casas de Rey Colaço, Silva Gomes, Jaime Batalha Reis e Jorge O´Neill, a vila Tanger, a casa da quinta da Comenda, em Setúbal.

Raúl Lino não passou ao largo da polémica. Os artífices da arte estavam divididos pela ideologia. Defensores e adversários digladiavam-se verbalmente e não se ouviam. Uma das manifestações era o regionalismo arquitetónico não como uma reação à industrialização, nem como uma apologia do regresso ao campo, mas, primordialmente, como a capacidade do mundo rural sustentar uma cultura nacional. Uma forma dos artistas expressarem novas interpretações identitárias da arte nos finais do século XIX e princípios do seguinte. Este surgimento e sortimento contrasta com uma pluralidade de contextualizações, expressões culturais e correntes de pensamento. Passamos a descrever alguns «caldos de cultura» que sobressaíram, sem preconceitos e complexos, no panorama e na arte nacional, em geral, e na obra de Raúl Lino em particular.

a) Os primeiros indícios de instabilidade vinham da década de 1870, nas comunicações que Antero de Quental (1842-1891) e Eça de Queiroz (1845-1900) proferiram nas Conferências do Casino (1871), entre outros autores da geração de 70, que o desencanto designou de «vencidos da vida» (1887-1894). O nosso país, sendo periférico, foi marcado por um cruzamento de culturas, onde o nacional vs estrangeiro configura uma preocupação generalizada.

Antero de Quental, no século XIX, interroga a sua geração da viabilidade do nosso povo perante a ofuscante decadência. A par de uma ironia salvífica e de um pessimismo decadente, dado que o passado era um cadáver putrefacto e o futuro uma utopia longínqua, o presente não tinha lugar. Esta fragilidade ôntica, como referia Eduardo Lourenço, entre o pessimismo e o otimismo, incapacitava-nos de viver o presente. Perante tal pessimismo Antero aponta dois sentimentos distintos, duas saídas para o pessimismo: o telurismo e o patriotismo. O primeiro relativo ao amor à terra, o segundo, sendo uma ideia abstrata, relaciona-se com o amor à nação[11]. Outra opinião posterior acrescenta mais informação à temática, nomeadamente, Fernando Pessoa: «*o português é capaz de tudo, logo que não lhe exijam que o seja, porque somos um grande povo de heróis adiados*».

---

[11] Antero de Quental, «Considerações sobre a Filosofia da História Literária Portuguesa», in *Prosas Escolhidas*, p. 162.

O aparecimento de ideias nacionalistas e a emergência de uma cultura popular sofre um notório incremento. Neste contexto foi determinante o papel de Raúl Lino, como teórico e influenciador, no arranque do século XX.

Também não foi despiciendo o contributo de Alexandre Herculano para a história, a literatura e a reinvenção da defesa do património arquitetónico, assente na qualidade artística e não na especificidade nacional.

b) Não se pode dissociar a arquitetura do contexto e da história em que foi criada. Nos finais do século XIX, predominavam na expressão cultural do país, o decadentismo, o saudosismo veiculado pela *A Arte de Ser Português* de Teixeira de Pascoais e o neogarretismo de Alberto de Oliveira.

O neogarrettismo surge na década de 90 de oitocentos, a pretexto da exaltação do papel dos românticos, o correlato de um sentimento de orfandade, a perda de identidade, tudo agudizado na sequência do ultimato britânico de 1890. É apresentado ao país pelo prospeto da revista *Arte Portuguesa*, que pretende robustecer o sentimento da nacionalidade, de uma cultura nacional, da valorização da história, do património, dos temas populares e da paisagem. A historicidade das nações e o valor patrimonial da arquitetura rural emergiu com Alberto de Oliveira dando relevo às «casas de alpendre», genuinamente portuguesas, contribuindo para o fim dos chalés, «*essa amálgama inestética, à base de retalhos de madeira*» batizados de vivendas, tugúrios e vilas[12].

O escritor Alberto de Oliveira estabelece uma doutrina para o ruralismo artístico, regressando à tradição, a Garrett, ao campo, em oposição ao rebuscamento literário e vícios da civilização.

Até Emílio Biel (1838-1915), que tanto contribuiu para a notoriedade do Bom Jesus, com o seu trabalho deixou-nos encantadoras ilustrações na publicação *A Arte e a Natureza em Portugal*.

Mais tarde os censores de Garrett e dos neogarrettianos, concretamente, o iconoclasta António Ferro, reduziram a «modernidade» às ideias de simplicidade etnográfica, difundidas pelo Secretariado da Propaganda Nacional. Para esta política nacionalista, nota-se o aproveitamento de António Ferro na busca de raízes e fundamentos nos textos de Raúl Lino sobre a arquitetura portuguesa.

---

[12] Ver António Mesquita de Figueiredo, *Ilustração Portuguesa*, 1913 e Rocha Peixoto, *Etnografia Portuguesa*, Publicações Dom Quixote, 1990.

c) À vitória do nacionalismo artístico de José de Figueiredo sucedeu como protagonista e continuador da historiografia artística nacionalista o médico Reynaldo dos Santos. Ambos sustentaram princípios e conceitos: a arte e a nação eram uma unidade, um todo, uma individualidade acompanhando a história sem se despersonalizar. Ao estudioso competia procurar o «carácter» português na arquitetura, na pintura, na escultura e nas artes decorativas. José de Figueiredo, em 1901, chegou a atribuir a desnacionalização ao «desconhecimento da nossa terra».

d) A oposição à atração pela «internacionalização absoluta», de outro modo, a substituição do nacional pela universalidade e pela globalização. A identidade coletiva inicia um processo de transformação.

e) A promoção da casa portuguesa[13], ou seja, a revista *A Arquitectura Portuguesa* procedia à divulgação militante de um novo tipo de moradia conhecido por casa portuguesa, ampliando assim a repercussão dos projetos de Raúl Lino e Edmundo Tavares. Com Raúl Lino cresce a vaga nacionalista de colocar a cultura «ao serviço da Nação» e de ser o próprio Estado a dirigir a nacionalização da cultura.

f) As propostas de António Quadros na introdução a uma estética existencialista, criando uma «escola portuguesa de arte moderna», menosprezando uma «*arte abstrata e outras formas escolásticas congéneres serventuárias de Paris*».

g) O amplo embate, e combate teórico e técnico, no campo da arquitetura em nome de princípios orientadores do património cultural, como o ataque de Fernando Távora à «casa portuguesa»[14], atingiu o cume no primeiro Congresso de Arquitetura, em 1948, e no inquérito à arquitetura popular que se arrastou durante o fim do Estado Novo. Simultaneamente, Raúl Lino exultava o «amor das nossas coisas» contra um certo «utilitarismo». O inquérito, dividido por seis zonas do território continental, decorreu entre 1955 e 1960, tendo sido publicado o relatório pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos, em 1961, que serviu os propósitos ideológicos da sua realização. Seis leituras tão diversas quanto os seus autores. Apontam Raúl Lino como inventor e instigador do que chamam impropriamente a «casa à antiga portuguesa».

Abordar o tema da «casa portuguesa» pode levar-nos para vários caminhos. A realidade da habitação da generalidade dos portu-

---

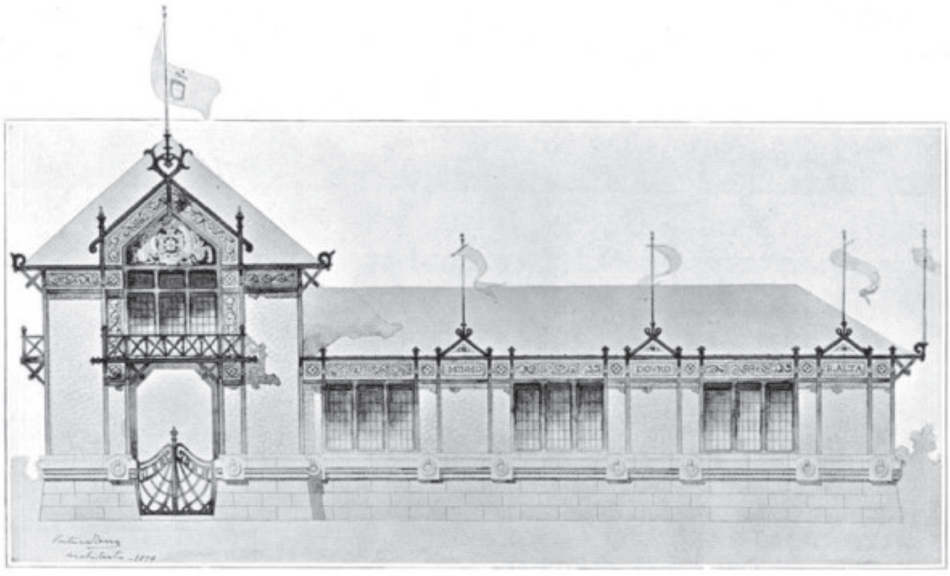
[13] Plasmada em três livros de referência: *A Nossa Casa*, de 1918; *A Casa Portuguesa*, de 1929; e *Casas Portuguesas*, de 1933.

[14] Fernando Távora (1923-2005), «O problema da casa portuguesa», *ALÉO*, Lisboa, n.º 9, 10 novembro 1945.

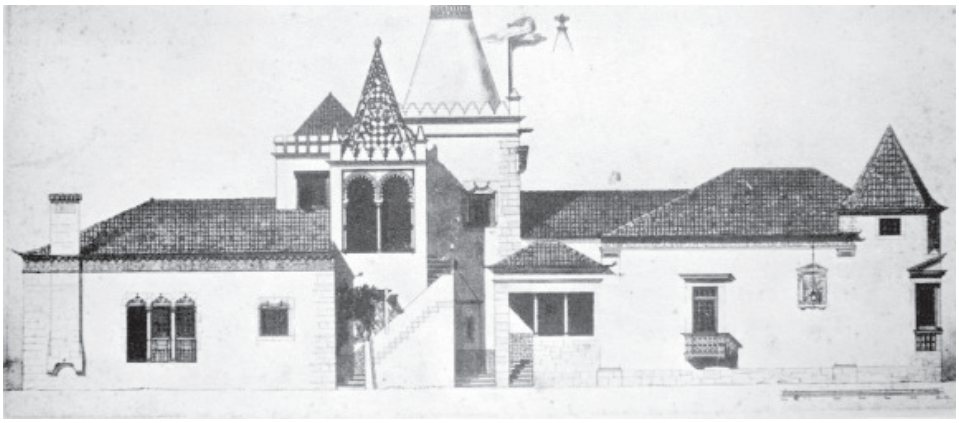
gueses, ao longo da segunda metade do seculo XX, carateriza-se por elevado pauperismo, por um cenário cru, sujo, austero, desconfortável, decrépito e exíguo. Um tempo onde o espaço era polivalente, sobrelotado, o granito se vestia de escuridão, com divisões sombrias onde a luz teima entrar pelo telhado e a precaridade se manifestava por ausência de água canalizada, eletricidade e saneamento. Nas grandes cidades pululavam os bairros de lata, ilhas e barracas. A pobreza era varrida para as periferias. Paralelamente, a habitação própria das classes privilegiadas e das elites sobressaía nos tons cinzentos da paisagem. Como esclarecimento, o nosso objetivo não passa por reescrever a história da habitação, pese embora os dados estatísticos e oficiais serem clarividentes.

No campo da arquitetura assistia-se a uma disputa entre pares. No início do século XX, as arquiteturas singulares e distintas de Ventura Terra e de Raúl Lino disponibilizam novos valores e novas práticas arquitetónicas.

Observando o projeto vencedor do *Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de 1900* de Ventura Terra (Seixas, 1866 - 1919) e o vencido de Raúl Lino, percebem-se, com clarividência, as vias propostas pelos signatários:



Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de 1900
Projeto vencedor e construído no local



Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de 1900

– a do projeto vencedor, conformou o ensejo de modernidade e cosmopolitismo parisiense, o tom progressista da própria exposição que consagrou o *Art Nouveau*. Ventura Terra propalava o descolamento da via progressista avessa à tradição. Promove o emprego do ferro, do vidro, do betão-armado e o funcionalismo na arquitetura nacional;

– a de Raúl Lino agregou estilos moçárabe e manuelino numa estrutura do renascimento com elementos e simbólica da arquitetura nacional – profusão de azulejos, gradeamentos, janelas de canto, escadas adoçadas, sacadas, arcos manuelinos e em ferradura, chaminés, fachadas adornadas com motivos femininos e vegetais, contornos suavemente eróticos e barrocos. Raúl Lino conviveu com as grandes fraturas do século XX, com as vanguardas iconoclastas do pós-guerra nos anos 20, da modernidade e da pós-modernidade, com a crise das convenções nos anos 60, com a desregulação económica e o neoliberalismo dos anos 80, com as dicotomias: «reconciliação entre o passado e o presente, a arte e a indústria, a técnica e a natureza, a sabedoria e a performance, a autoridade e a inovação, o conservadorismo e a liberdade, a ética e a estética, o consumo e a solidariedade». Ousamos afirmar que concilia a arquitetura erudita com a tradição popular.

Na sua autobiografia, Raúl Lino comenta que: «*o seu desinteresse por Ventura Terra deriva das suas características pessoais e espirituais e, em particular, à sua produção progressista, configurada que foi no eclético estilo Beaux-Arts parisiense e próximo do Art Nouveau*».

Resumindo, Ventura Terra mais cosmopolita e racional, Raúl Lino mais conservador e passional associando, de forma moderna, a tradição, técnica, estética e inovação. Também podem ser entendidas como complementares ao refletirem sobre o legado de oitocentos, procurando novas respostas que vão marcar os alvores e a primeira metade do século XX português. Ventura Terra é o contraponto de Raúl Lino, devido ao papel determinante na evolução da habitação.

Nos inícios do século XX, Ventura Terra desenvolve o projeto do santuário do Sagrado Coração de Jesus, ou basílica de Santa Luzia, ex-libris de Viana do Castelo, em contrapartida Raúl Lino recebe o convite para fazer um plano de melhoramentos para o emblemático Bom Jesus, o cartão-de-visita da cidade de Braga. Ambos os arquitetos não iniciam um processo a partir do zero, o primeiro confronta-se com uma pequena ermida medieval dedicada a Santa Luzia (demolida em 1927) e as ruínas da citânia, o segundo com uma obra monumental a que chamaram a nova Jerusalém.

Permitam-me outra referência ao santuário vianense (projetado em 1899, principiado em 1904 e inaugurado em 1959), inspirado no estilo bizantino, neorromântico e neogótico do Sacré Coeur, de Paris, à semelhança da fachada da igreja do Colégio de São Caetano (inaugurada em 1904), em Braga, obra delineada e concebida pelo dr. António Brandão Pereira, provedor do colégio e vedor do parque do Bom Jesus[15]. Destacamos, igualmente, no santuário vianense o funicular, que em 2023 comemora o seu primeiro centenário, enquanto o Bom Jesus já celebrou 141 anos[16] e os miradouros dos dois esplendorosos santuários que nos oferecem uma vibrante e espetacular paisagem sobre as respetivas urbes.

Nesta brevíssima resenha histórica da vida de Raúl Lino, pois não é esse o nosso propósito, diríamos estar perante um arquiteto

---

[15] Consultar o nosso livro *O Colégio de S. Caetano, Instituição Bracarense, 1791-1998*, ed. do CSC, 1998, pp. 140-148. Grande jurisconsulto e figura multifacetada. Segundo o *Commercio do Minho*, de 10 de novembro de 1888, na exposição de vinhos de Berlim com o vinho da sua propriedade na freguesia de Gondizalves, tendo obtido o 2.º prémio com o vinho tinto, colheita de 1887. Anteriormente, também, já tinha sido já premiado com medalha de cobre na exposição agrícola de Lisboa, em 1884.

[16] Algumas obras de Miguel Ventura Terra: venceu o concurso de reconstrução da Câmara dos Deputados após o incêndio de 1895; em 1900, idealizou o pedestal para o monumento ao Marechal Saldanha do escultor Tomás Costa; foi o autor da primeira creche lisboeta; em 1902 foi o ano de concretizar o Palacete de Henrique José Monteiro Mendonça, galardoado com o Prémio Valmor 1909; a Casa do Jacinto Cândido; a casa de Guilherme Pereira de Carvalho; o prédio do Comendador Emílio Liguori; na Rua Alexandre Herculano, Ventura Terra traçou também o seu próprio edifício residencial, exemplo

multifacetado, cuja obra proeminente e diversificada se distribui por projetos, estudos, desenhos de mobiliário, peças de cerâmica, vitrais, memórias descritivas, decoração, materiais e técnicas construtivas, azulejaria, como por escritos doutrinários na imprensa, publicações, ilustrações de livros e cenários para teatro. Valorizava uma íntima e profunda vinculação da arquitetura à natureza, privilegiando espaços com afloramentos rochosos e elementos vegetais, propiciando a fruição de magníficas perspetivas visuais para o horizonte. Veja-se a localização do Parque de Diversões (Casino e Colunata) no Bom Jesus.

De tudo, temos no Bom Jesus uma amostra do estilo peculiar de Raúl Lino, a linguagem arquitetónica genuinamente portuguesa, reminiscências estilísticas e estéticas, raízes e influências, a filiação da «Casa Portuguesa», a atmosfera tradicionalista e modernista, numa perspetiva e critério marcadamente histórico: planta que pontualmente se estende do interior para o jardim, através da inserção de alpendres; cobertura sanqueada e arrematada pelo beiral; telhados que seriam cobertos com telha lusa, em forma de canudo; guarnecimento dos vãos em cantaria; caiação a branco e a cor; aplicação de azulejos; alvenaria, granito e cal; persianas verdes; arcarias, arcos manuelinos e em ferradura, e cumes pontiagudos ou em agulha; chaminé historiada; janelas de canto; escadas adoçadas e sacadas; inserção na paisagem (remete o sentimento da paisagem natural para os alvores do romantismo, onde os edifícios se demarcam da natureza mas emergem dela); culto da árvore (símbolo da perfeição)[17], a vegetação, a rocha; exclusão dos materiais modernos de tudo o que fica à vista, como: pedra artificial, marmorite, cimento, remendos de massa em cantarias deterioradas; discrição na instalação do aquecimento ou de iluminação.

---

significativo da aplicação da Arte Nova em Portugal que foi o 2º Prémio Valmor a ser atribuído, no ano de 1903; em 1905 projetou o Banco Lisboa & Açores; traçou o Palacete Valmor, por encomenda da Viscondessa de Valmor; os Liceus Camões (1907), Pedro Nunes (1908), e Maria Amália Vaz de Carvalho (1913); em 1907 traçou a casa de João Silvestre de Almeida, com vitrais Arte Nova; em 1908, idealizou a Maternidade Alfredo da Costa; o palacete para José Joaquim da Silva Graça (avô materno de Maria Helena Vieira da Silva., diretor do jornal *O Século*, que foi vendido para se transformar no Hotel Aviz, demolido em 1962; em 1908, o Palácio Marquês de Vale Flôr; em 1912--1913, num traçado representativo da Arte do Ferro projeta o seu Teatro Politeama.

[17] A árvore (oliveira, cipreste) adquirem valor simbólico. Os jardins uma recriação do paraíso perdido.

2 – INTERVENÇÕES NA ESTÂNCIA

2.1 – AS PRIMEIRAS ABORDAGENS E CONTACTOS

As intervenções de Raúl Lino no Bom Jesus distribuem-se por vários locais e encontram-se balizadas num limite temporal alargado, aproximadamente entre 1913 e 1936. Temos conhecimento que, informalmente, a partir de 1904 o seu nome corria nas alamedas da estância. A evocação de Raúl Lino corria entre os mesários, candidatos à presidência do município e as elites bracarenses. Esta linha cronológica e temática relaciona-se, fundamentalmente, com os assuntos que se debatiam nas reuniões da confraria e com a entidade que emprestaria mais prestígio para delinear tais abordagens.

No dealbar do século XX, por questões de atração turística, considerava-se pertinente empreender mecanismos de atratividade, como a oferta hoteleira de qualidade, a luz elétrica, os balneários, o lúdico (ténis) e a diversão (casino). O convite para a produção de projetos estaria reservado para mais tarde. A gravidade e grandeza de um sítio depende de um todo e não dos seus diferenciais competitivos. O fim é assinalado por uma carta endereçada a Raúl Lino, em 17 de junho de 1936, secretário da confraria Eduardo da Silva Esperança. Este afastamento torna-se evidente a partir do momento em que passou a integrar os quadros da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Nesta onda se situa o «chamamento» de Raúl Lino para se envolver na promoção da estância que passava por novos planos e melhorias, como o coreto, o parque de diversões composto pelo casino (salão de chã) e colunata, os hotéis (Parque, Chalet dos Benfeitores, Sul-Americano e do Lago), a casa das estampas, a casa dos capelães (casa dos correios e do telégrafo), as estações do ascensor (apeadeiro inferior e superior), e os quiosques (Bazar Brasil e Bar do Lago).

Num balanço genérico, apenas o parque de diversões, composto pelo casino, salão de chã e colunata, pode ser considerado a sua única obra de raiz «*ab imis fundamentis*», o momento áureo da sua intervenção. As restantes obras não passam de meras remodelações, alterações e melhoramentos. Também encontramos outros contributos arquitetónicos, que, entretanto, não foram contemplados.

Lamentavelmente não encontramos no arquivo da confraria os projetos do famoso arquiteto português, à exceção de pequenos fragmentos. Mas, felizmente, não estão perdidos, pois a Biblioteca de Arte

da Fundação Calouste Gulbenkian possui o espólio do arquiteto Raúl Lino doado pela família à Fundação Gulbenkian na década de 80, composto de 19 mil desenhos relativos a 667 projetos de Raúl Lino que inclui memórias descritivas, fotografias, correspondência e recortes de imprensa.

Neste espólio deparamos com os projetos de Raúl Lino para a estância do Bom Jesus do Monte, que, logicamente, também deveriam estar na posse e no acervo do arquivo da confraria.

Consultamos o espólio de Raúl Lino, relativo à estância do Bom Jesus do Monte, que consta do catálogo da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian:

– alçados, plantas, pormenores: transformação da casa denominada "chalet dos benfeitores", 1929. 1 desenho original; 1:10, 1:100; 49x87 cm;

– alçados, corte, plantas, pormenores: transformação da Casa dos Capelães, 1929-1930. 4 desenhos originais; 1:5 a 1:100; 28 x 20,5 cm a 49 x 85,5 cm;

– alçados, plantas, pormenores: Hotel do Parque, Hotel Sul Americano, [s.d.]. 4 desenhos originais; 1:1 a 1:100; 42,5 x 62 cm;

– alçados, corte, plantas, pormenores: quiosques, [s.d.]. 3 desenhos originais; 1:1 a 1:50; 36 x 28,5 cm, 57 x 58 cm;

– alçados, plantas, pormenores: estação do elevador, [s.d.]. 2 desenhos originais; 1:1 a 1:50; 30,5 x 71,5 cm;

– memória descritiva: alterações, Hotel do Parque: [s.d.]. 2 folhas;

– correspondência datada de 1932 e 1936. 2 documentos;

– plantas: casino, [s.d.]. 5 desenhos (2 originais, 3 cópias); 1:100; 35 x 63 cm, 34 x 78 cm;

– alçados, cortes, plantas: casino, 1925. 7 desenhos originais; 1:100; 26 x 32,5 cm a 29 x 81 cm;

– pormenores: casino, 1929-1932. 10 desenhos originais; 1:1 a 1:100; 46 x 30,5 cm a 55,5 x 70 cm;

– memória descritiva: obra do casino, projeto de decoração, nota prévia justificativa e descrição: 1930. 10 folhas;

– memória descritiva: obra do casino, projeto de decoração, nota prévia justificativa e descrição: 1930. 9 folhas.

Ao longo de quase três décadas, Raúl Lino manteve contactos e correspondência com diversos interlocutores, especialmente, presidentes e outros vedores da confraria: conselheiro Carlos da Cunha Pimentel da Gama Lobos, presidente da confraria do Bom Jesus entre 1901-1904; conselheiro Serafim Antunes Rodrigues Guimarães, presi-

dente da confraria entre 1904-1906; Bernardo Martins Sequeira, benfeitor, promotor de grandes subscrições para o Bom Jesus, vedor das obras entre 1906 e 1912; Júlio António de Amorim Lima, grande benfeitor, mordomo da confraria (1908-1912) e vedor da fazenda (1915--1917); doutor Luís Maria da Silva Ramos, presidente da confraria entre 1907-1912; Sebastião Mesquita Correia de Oliveira, presidente da confraria entre 1913-1917; tenente coronel Albano Justino Lopes Gonçalves, presidente da confraria entre 1915-1917 e 1919-1927; João Lobo Machado Cardoso de Amaral (visconde do Paço de Nespereira), presidente da confraria entre 1908-1912; doutor João Teixeira da Silva, capitão de engenharia, presidente da confraria em 1918, dr. Eurico da Taxa Ribeiro, secretário da confraria do Bom Jesus do Monte entre 1908-1915; doutor José Duarte Carrilho, presidente da confraria em 1919 e a partir de 1928; dr. António Avelino Gonçalves, presidente da confraria do Bom Jesus do Monte entre 1931-34; dr. Luís Carlos de Lima de Almeida Braga, presidente da confraria do Bom Jesus do Monte entre 1934-1952; Eduardo da Silva Esperança, vedor do museu e da biblioteca entre 1931-34 e secretário da confraria do Bom Jesus do Monte entre 1934-1943.

A leitura das atas da confraria do Bom Jesus do Monte, para alguns fastidiosa, para os historiadores uma fonte poderosa de muita informação, permite-nos um conhecimento pormenorizado de todo o processo, complementado com notícias dos jornais da cidade, com a correspondência travada e outros acervos, nomeadamente, arquivos.

Os primeiros contactos formais com Raúl Lino remontam ao ano de 1913. No entanto, muito antes se alvitrava entre os membros da mesa administrativa da confraria a hipótese de contatar Raúl Lino, um nome que se impunha na arquitetura portuguesa.

Sobraram ocasiões e causou-nos alguma estranheza não ter sido convidado para este plano Ernesto Korrodi (1870, Zurique-1944, Leiria)[18], autor de assinaláveis imóveis da corrente artística que marcou o

[18] Vencedor de dois prémios Valmor. Assinou mais de 400 projetos, distribuídos por 67 municípios. A título exemplificativo, mencionamos outras obras de Ernesto Korrodi em Braga: Banco de Portugal; Castelo da Quinta de Semelhe de João José Ferreira Rego; Estação dos Caminhos de Ferro; Casa Maximinos, no largo de S. Pedro; Casa dos Castelos do Bom Jesus, encomenda de Augusto da Rocha Romariz (1815-1892); Plano primitivo do Parque de São João; (1905) – Palacete Domingos Afonso na rua do Carvalhal; (1911) – Coreto de S. Lázaro na freguesia de S. Lázaro; (1903) – Gruta do Bom Jesus; (1913) Mirante no Bom Jesus do Monte; (1914) – Auto-Garage Zenha & C.ia; (1915) – Palácio/Castelo de Da Chica em Palmeira; (1918) – Alteração de edifício Bernardo Sequeira; (1918) – Alteração da Igreja Paroquial de S. Paio de Merelim; Constru-

início do século XX, com obra feita no Bom Jesus: em 1903 a gruta; e o mirante, em forma de caramanchão ou coreto, por cima da mesma gruta, inaugurado em 2 de janeiro de 1913, com influências da Arte Nova, movimento artístico surgido um pouco antes, em finais do século XIX, como reação ao academismo, recorrendo a linhas curvas, motivos vegetalistas e conjugação de formas.

Em nossa opinião, por mero provincianismo, dado que a nível nacional rivalizavam Ventura Terra e Raúl Lino. Talvez acreditassem num vento de mudança e esperança, um secreto anseio de rumar ao neoclássico. Até 1913 o nome de Raúl Lino surgiu em conversas informais e era propalado e sugerido para projetar melhoramentos, mas tal, apenas, viria a acontecer alguns anos depois.

As preocupações estavam voltadas e incidiam, fundamentalmente, no estado precário em que se encontrava o hotel do Elevador (Grande Hotel) e na necessidade de remodelar esta unidade hoteleira. A mesa, sob a presidência do visconde do Paço de Nespereira, em 12 de maio de 1909, decidiu convidar o engenheiro João Teixeira da Silva[19] e o empreiteiro António Martins Ferreira para examinarem o referido hotel e darem o parecer sobre a conveniência da construção de um segundo andar de forma a tornar amplo e confortável a dita unidade hoteleira. O parecer foi favorável. Dado que a confraria não tem hipótese de construir um hotel de primeira ordem propõe suspender o arrendamento à empresa Gomes e Matos (herdeiros do direito de opção outorgado a Manuel Joaquim Gomes, fundador do Ascensor) e proceder ao orçamento da referida empreitada. Mas esta obra não foi parar às mãos de Raúl Lino. Segundo o teor da sessão, de 16 de junho de 1909, o projeto de ampliação do Grande Hotel do Elevador foi elaborado por João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça[20], sendo aprovado.

ção de agência bancária BNU; (1929) – Reconstrução da Igreja de N. Sr.ª da Purificação, Palmeira; (1930) – Construção de edifício unifamiliar José Graça, em Palmeira (consultar José Manuel Teixeira, *Arquiteto Ernesto Korrodi, Vi(n)da e Obra*, dois volumes, Universidade Fernando Pessoas, Porto, 2018).

19 Capitão e tenente-coronel, engenheiro militar, pertencente aos quadros da repartição distrital de Obras Públicas; chefe dos serviços de conservação das estradas. Colaborou com Moura Coutinho nas obras da fachada da Igreja do Carmo.

20 Nasceu em 25 de março de 1872 na freguesia de Arcos, Concelho de Anadia e faleceu em 1954. Moura Coutinho chega a Braga muito jovem e vai trabalhar na Direção das Obras Públicas. Não sendo academicamente arquiteto, isso não o impediu de se aventurar na arte de riscar e construir em muitas regiões do país. Eis, alguns dos projetos construídos de obras públicas e privadas executadas em Braga: Asilo de Mendicidade "Conde de Agrolongo"; Teatro Circo; Banco Nacional Ultramarino; fachada da Igreja da

Em 1912, a nova mesa administrativa, presidida por Sebastião Mesquita Correia de Oliveira, apresentou na sessão de 17 de março, um plano de ação com 14 pontos. De entre estes salientamos: reforma dos estatutos, construção de um elegante casino e balneário em local a definir, ampliação do hotel do Elevador e do hotel do Parque, reabilitação da casa dos Capelães.

Para dar sequência ao programa estabelecido, só no ano seguinte, em 24 de setembro de 1913, a confraria decide convidar Raúl Lino para visitar o Bom Jesus, e para levantar a planta dos melhoramentos a efetuar na formosa estância. O convite poi endereçado pelo secretário da confraria dr. Eurico Taxa Ribeiro por impedimento do juiz-presidente Sebastião Mesquita Correia de Oliveira e do vice-presidente Joaquim de Oliveira Guimarães.

Quase dois meses depois, em 21 de novembro de 1913, foram apresentados os primeiros desenhos dos melhoramentos e memórias descritivas elaborados por Raúl Lino a serem contemplados no plano geral da estância.

Pela conceção do trabalho, desenhos e estudos para aformoseamento da estância, Raúl Lino recebeu, em 31 de dezembro de 1913, a título de curiosidade, o valor de 112 escudos e 68 cêntimos (112#68). Entre 1913 e 1928, segue-se um longo período de correspondência. Volta a visitar a estância em 1928, conforme ata de 27 de janeiro.

Este convite a Raúl Lino mereceu o empenho e a influência do tenente-coronel Albano Justino Lopes Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Braga, desde novembro de 1912 a maio de 1915, que procurou por todos os meios alterar o «status quo», o marasmo da cidade e do Bom Jesus. Deve-se, indiretamente, àquele benemérito o

---

Ordem do Carmo; Banco de Portugal (1920-28); remodelação interior do Banco do Minho (1920-21, demolido); remodelação do Banco Espírito Santo (1930-31); Padaria *A Nacional* (1922-28); Casa e Padaria/Pastelaria *Ferreira Capa* (1923-29 e 1934-38; remodelação das fachadas e dos interiores de dois edifícios); remodelação dos interiores do café *A Brasileira* (1929); Hotel Aliança (1926-34, demolido); Edifício do Turismo (1935-37); Mercado Municipal em ferro (1914-15); remodelação interior do palacete dos *Vilhenas Coutinhos* adaptado para Tribunal (1922-31); Cozinha Económica, 1932; Ateneu Comercial de Braga (1º projeto de 1910/11 e o 2º projeto de 1923-27); Garagem Auto-Palace, *O Nosso Café*, 1914-16); CUF – Companhia União Fabril, 1916, na Avenida da Liberdade, junto ao Teatro Circo; Fábrica de chapéus *A Industrial*, 1922; portão e gradeamento da escadaria do Liceu Sá de Miranda (1929-33); casa do general Lobato Guerra, 1914; casa do Artista (1915-17); prédio de rendimento para habitação e comércio de António Maria Lopes (1922-35); casa de Moura Coutinho, no Largo de S. João do Souto, segunda metade da década de 1920; casas na rua Júlio de Lima (décadas de 20 e 30); casa de Augusto Cruz (1928-29).

convite ao arquiteto Raúl Lino[21], para apresentar estudos e delinear projetos para o melhoramento do santuário.

Desta forma, é sob o mandato de Albano Justino Lopes Gonçalves[22] que se processam os mais intensos e importantes contatos com Raúl Lino. O antigo presidente da edilidade[23] abraçou a causa e vestiu a camisola da planeada projeção da estância. A este militar se atribui a fundação do museu (1916), da biblioteca (1918), do novo coreto, da casa das estampas, dos quiosques, do parque de diversões, do casino, da aquisição de novo telescópio (o primeiro foi oferecido em 5 de janeiro de 1862). Em 20 de dezembro de 1924, a confraria do Bom Jesus do Monte adquire outro à casa alemã Goerz de Hamburgo) num ano ímpar para a cidade dos arcebispos, devido, sobretudo, aos congressos que se realizaram: o primeiro congresso eucarístico nacional (2 a 6 de julho de 1924)[24], o congresso pedagógico dos professores (de 8 a 12 de agosto de 1924) e o III Congresso Agrícola Nacional de Braga[25], em finais de julho de 1924. Neste ambiente, o Bom Jesus aco-

---

[21] Confraria do Bom Jesus do Monte, «*Pagamento feito ao architecto Raúl Lino por estudos de melhoramentos,* 31 de dezembro de 1913», Livro de contas (1913-1914), n.º 67. Raúl Lino visita o Bom Jesus do Monte em 1913 e depois em 20 e 21 de janeiro de 1928. Registo de Aquisições, fl.19.

[22] Admitido como irmão da confraria em 21 de junho de 1906, então capitão de infantaria, casado e morador na rua d'El Rei, em Braga.

[23] Foi um apaixonado pela música, regente de Orquestra e tocava flauta com grande mestria. Escriturário do Colégio de S. Caetano em 1912, presidente da Câmara Municipal de Braga (1912-1915) e juiz presidente da Confraria do Bom Jesus do Monte entre 1915-1917, 1919-1927.

[24] Curiosamente, decorridos 100 anos, vai decorrer em Braga o 5.º Congresso Eucarístico Nacional, entre 31 de maio e 2 de junho de 2024.

[25] Decorreu na cidade dos arcebispos entre 27 e 30 de julho de 1924. O Congresso Agrícola de Braga surge na sequência de outros: o Primeiro Congresso Agrícola (20 e 27 de fevereiro de 1888), o II Congresso Agrícola (10 a 12 de janeiro de 1889, o Congresso Agrícola de Estremoz de 20 de fevereiro de 1889, o Congresso Agrícola de Évora de 1 de abril de 1889, o Congresso Vitícola Nacional de 4 de fevereiro de 1895, o Congresso Agrícola de 8 a 10 de março de 1897.
Neste congresso esteve presente o Ministro da Agricultura dr. Torres Garcia, in *Jornal do Norte* de 27 de julho de 1924. Da comissão organizadora faziam parte o Conde de Azevedo, dr. António Pereira de Magalhães Pereira, dr. Justino Amorim, capitão Caravana, mons. José Augusto Ferreira, dr. Carvalho Guerra, Adelino Correia, Simão Duarte de Oliveira.
O entusiasmo pelos congressos era tal que, em Braga, em 1924, outros aconteceram: o primeiro congresso eucarístico nacional (2 a 6 de julho de 1924) e o congresso pedagógico dos professores (de 8 a 12 de agosto de 1924). No embalo e no auge de tão grande entusiasmo o Presidente da Câmara de Braga e Presidente da Confraria do Bom Jesus, Albano Justino Lopes Gonçalves, tendo em conta uma estratégia de atração turística decidiu adquirir em 20 de dezembro de 1924, outro telescópio à casa

lheu muitos forasteiros. Haveria que atrair visitantes ao sacro monte, daí a inclusão, em 1924, do Bom Jesus na Comissão de Iniciativa do Turismo de Braga (CITB).

2.2 – CORETO

Há territórios e regiões específicas que marcam e são referência no panorama arquitetónico mundial, apresentando obras de enorme excelência, beleza, sensibilidade e profundidade humana.

As nossas afirmações sobre as intervenções de Raúl Lino no Bom Jesus, não se enquadram do ponto de vista da mera apreciação arquitetónica, mas, fundamentalmente, numa perspetiva histórica e factual.

O coreto é um elemento icónico do Bom Jesus do Monte e desempenha um papel importante nas atividades e eventos realizados no local. Ele serve como um ponto de encontro, palco para apresentações musicais e local para admirar a paisagem envolvente. A parte profana das festividades, do passado, centravam-se, essencialmente, à volta do coreto. A interação deste segmento com o conjunto não era um acidente, mas possuía um peso estrutural.

Os coretos no Bom Jesus passaram por três fases temporais.

a) Os que foram implementados em finais do século XIX. A ideia da implementação de um coreto remonta, ao século XIX, ao período em que o dr. António Brandão Pereira, na qualidade de Vedor das Obras, se notabilizou na transformação dos terrenos envolventes do santuário para a criação de um parque arborizado, com o seu magnífico lago, grutas artificiais, alamedas e um coreto. Então, o concelho de Braga contava com mais de uma dezena de bandas de música. O coreto era a estrutura apropriada para a difusão, apresentação, atuação e fruição da música popular, geralmente destinado para ocasiões festivas e arraiais populares, no caso para as festas do Espírito Santo. Infelizmente, este vasto panorama de bandas filarmónicas amadoras deixou de existir. A partir da década de 70, do séc. XX, apenas a Banda Musical de Cabreiros se encontra no ativo.

A partir de 1900 já existem referências a coretos[26], que, conjunturalmente, ofereciam oportunidades para relaxar e beneficiar de

---

alemã Optische Anstalt C. P. Goerz, A.G., de BeRaúl Linoim – Friedenau (a ata refere Hamburgo).

Sobre este congresso ver também: O *Jornal do Norte* de 27 de julho de 1924 e 03 de agosto de 1924; *A Verdade* de 31 de julho de 1924, 7 de agosto de 1924; *Acção Realista*, n.º 5, de 1 de agosto de 1924.

[26] Ata de 21 de novembro.

cultura. Dois anos após, várias atas mencionam o coreto. Concretamente, na ata de 9 de outubro de 1902 alude-se à existência de dois coretos para bandas de música que, entretanto, foram substituídos.

b) Os três coretos «Art Nouveau», nas fotos abaixo, que foram executados debaixo da orientação de Bernardo Sequeira, a partir de 1905, em diferentes locais. Em nosso entender, concebidos por Ernesto Korrodi[27].

O primeiro, num mirante por cima da gruta, conhecido também como caramanchão, pavilhão ou belveder. As grutas, elemento simbólico do romantismo, já estão referenciadas no Bom Jesus[28] a partir do século XVIII. A gruta melodiosa e fresca de Ernesto Korrodi, mais parecida com um retiro, foi iniciada em 1902. A 23 de maio de 1912, no topo da gruta ergueu-se uma armação de ferro e betão para a execução do coreto, de modo a imitar troncos de árvores, como se pode ver em outras armações no parque. O coreto tem formato octogonal e no chão uma rosa dos ventos com a data da inauguração 2 de janeiro de 1913.

O segundo, de forma octogonal, na extremidade do lago, ampliado pelo vedor Bernardo Sequeira, em 1908, a expensas do benfeitor Júlio António de Amorim Lima.

O terceiro, o principal, na esplanada do templo. Este último, o mais icónico, data de 1906. Na sessão de 21 de maio deste ano alude-se à construção de um coreto de ferro forjado para banda de música e respetivo lustre, com 40 cadeiras de ferro e estantes no mesmo material. Este primitivo coreto possuía uma estrutura arquitetónica singular, fazendo parte do conjunto paisagístico e monumental. Tem uma base granítica, enquanto a parte superior era formada por uma estrutura de ferro com cúpula e telhado em forma de pagode, uma singela pérgula (estrutura apoiada em colunas ou pilares verticais que normalmente suportam vigas transversais e um telhado. Acabam por criar um recanto aconchegante, uma área exclusiva, dando a sensação de estar noutro espaço. Como indicamos anteriormente, e em nossa opinião, este coreto foi idealizado por Ernesto Korrodi, um dos mais destacados arquitetos de arte nova, e construído pela Companhia Aliança, na fun-

---

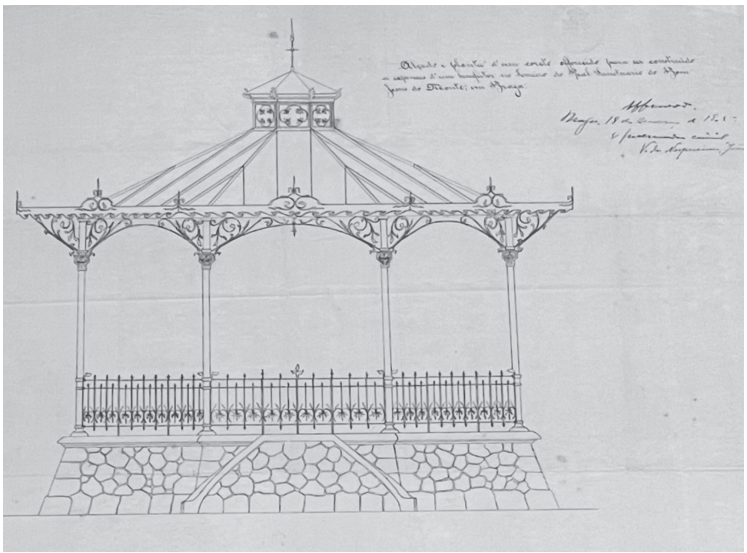
[27] A nossa convicção baseia-se em três pontos. Primeiro, a relação com Bernardo Sequeira. Korrodi projetou alterações na residência de Bernardo Sequeira. Segundo, fez outro coreto, em tudo semelhante aos anteriores, na Casa dos Castelos no Bom Jesus. Terceiro concebeu outro na freguesia de S. Lázaro.

[28] Ata de 8 de março de 1779.

dição de Massarelos, em 1905. Pela ata de 21 de maio de 1906, constatamos que tudo se deveu à ação organizadora e benemérita do confrade e vedor das obras Bernardo Martins Sequeira, que, graças a uma subscrição pública e a expensas suas, levantou este ícone da arte nova. Deste coreto sobressai o ferro, ondulante e dinâmico, a estética naturalista, elementos típicos da «*Art Noveau*», que se expandiu poucos anos antes, entre 1890-1920, em Paris.

Coreto «Art Noveau» no Bom Jesus

O mesmo coreto depois de adquirido pelo santuário de São Bento da Porta Aberta



Paralelamente na cidade, o presidente da câmara municipal, tenente coronel Albano Justino Lopes Gonçalves, no biénio 1911-12, promovia a construção de um mercado municipal[29] fechado dotado das infraestruturas adequadas, defendendo a ideia de um novo mercado no mesmo local, segundo a velha tradição[30]. Apresentaram-se a concurso, numa segunda tentativa, duas propostas, uma da Fundição de Massarelos e outra de Domingos José Afonso, sendo esta a vencedora. O mercado municipal[31], em ferro industrial, foi inaugurado em 1 de outubro de 1915. Este mercado, sito na praça do município foi encerrado e demolido em 1955, sendo substituído pelo novo mercado sito no Campo da Feira.

Mas voltemos ao coreto do Bom Jesus, pois o tempo segue sempre a sua marcha, sendo nós que passamos pelo tempo e não o inverso.

c) A partir de 1913, surge a ideia, o esboço e o projeto de construção de novo coreto da autoria de Raúl Lino. Na década de vinte pensa-se, definitivamente, na reabilitação do coreto da esplanada do templo. Dizia-se, então, que se impunha gritantemente a remodelação do coreto, dado que o existente afrontava a grandiosidade do local. Impõe-se, desta forma, a construção de um novo coreto. Nos finais da década de vinte, a mesa aproveitou os desenhos e a memória descritiva que o arquiteto Raúl Lino tinha apresentado há mais de uma dúzia de anos, em 21 de novembro de 1913, juntamente com outros desenhos para o embelezamento e remodelação da estância. As dúvidas inquietavam a confraria e, antes de qualquer obra, volta a questionar e a pedir nova opinião ao mestre Raúl Lino, em 1925, decorridos mais de uma dúzia de anos, cuja resposta foi do seguinte teor: «*O coreto tal como está, afronta o local e o templo. A sua situação é, todavia, aproveitável estando, no entanto, em igualdade de circunstâncias sem uma outra, mais em cima, próxima da gruta. Opto, todavia pela atual situação para poder fazer-se o aproveitamento da base granítica, o que, sob o ponto de vista económico, é muito importante, sendo, também, aconselhável, a localização atual por ser a que está mais em contacto com o público a quem o coreto tem de servir. Uma só dificul-*

---

[29] O anterior, que já não servia a população, tinha sido inaugurado em 5 de novembro de 1876.

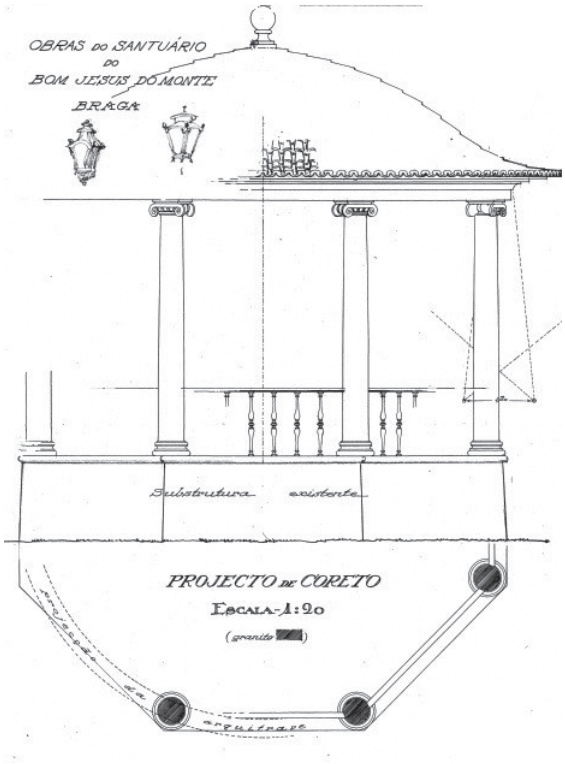
[30] Moura Coutinho, «Dois problemas de Urbanização. II – O Mercado», in *O Correio do Minho*, Braga, 17 de fevereiro de 1952.

[31] O tenente-coronel Lopes Gonçalves promoveu a edificação, em 1915, do mercado municipal e do Teatro Circo, obras que saíram do traço de Moura Coutinho.

dade apareceria: é a de que o meu estudo antigo é sobre o redondo; mas eu modificá-lo-ei sobre o oitavado da base atual (oito belas colunas de granito)*, não devendo ficar menos interessante*».

Em 1926, o coreto da «art Nouveau» ainda servia, perfeitamente, os intentos para que foi criado, pois continuava a revestir-se de importância capital para o desenvolvimento cultural da estância, a ponto de a partir de 7 de julho se ter decidido contratar a Banda do Regimento de Infantaria n.º 8 para se exibir, uma vez por semana, no coreto da «arte do ferro», material, então, em voga.

Por vicissitudes várias, a concretização do novo projeto foi sendo sucessivamente adiado, pelo foi necessário reformulá-lo, o que viria a acontecer a partir de 1928.



O presidente da confraria, Duarte Carrilho, em artigo de opinião[32] datado de 1930, exprimia-se deste modo nos jornais da cidade: «*Raúl Lino foi a pessoa que melhor sentiu até agora a obra do grande arqui-*

[32] *Diário do Minho*, 30 de julho.

teto Carlos Amarante, opinião sempre ouvida e respeitada tanto em Braga como no país. O projeto do coreto é das suas obras mais felizes e primorosas, formando um encantador conjunto de oito belas colunas de granito e telhado à portuguesa».

Segundo carta de Raúl Lino, datada de 6 de novembro de 1932, o arquiteto informa que enviou um rolo registado com o projeto de madeiramento e cobertura do coreto. Esta transformação, ainda, se processou, por ironia do destino, recorrendo a donativos angariados pelas subscrições que Bernardo Martins Sequeira (S. Jerónimo de Real, 1843 – São Vítor, 1927) havia efetuado junto de benfeitores muitos anos antes. Os donativos que possibilitaram esta transformação, justificou uma placa de homenagem póstuma ao mesário Bernardo Sequeira. Em 5 de dezembro, a mesa expressava preocupação em concluir as obras do coreto.

Mas o desassossego continuou no ano seguinte. A mesa, em 23 de janeiro de 1933, teve conhecimento dos trabalhos que faltavam executar para a conclusão da obra, sendo necessário organizar novo caderno de encargos. Em sessão de mesa, de 25 de abril do mesmo ano, foram aceites duas propostas para a conclusão das obras: dos empreiteiros Francisco de Sá e de António Peixoto nos valores, respetivos, de 8.300#00 e 8.650#00.

Mas as obras ainda se prolongaram, pois um ofício, datado de 17 de junho de 1936, endereçado a Raúl Lino, o secretário da mesa, Eduardo da Silva Esperança, escrevia: «*o coreto do largo do Bom Jesus, há pouco reconstruído segundo projeto de V.ª Ex.ª, satisfaz completamente aos fins a que se tinham em vista, e nomeadamente às condições acústicas*».

Neste ano, aqui se centraram os principais atrativos das célebres festas do Espírito Santo.

A mesa, couraçada com esta opinião, vendeu, de imediato, a feérica parte metálica do coreto para o santuário de S. Bento da Porta Aberta por 6.000#00, substituindo-a por um conjunto formado por uma estrutura oitavada, com oito belas colunatas de granito, uma cúpula segundo a estética neoclássica e tradicional, tudo concebido pelo arquiteto Raúl Lino[33].

---

[33] A ele se atribui um estilo arquitetónico chamado de *Português Suave*, incorporando características da arquitetura tradicional.

2.3 – PARQUE DE DIVERSÕES, CASINO E COLUNATA

O Bom Jesus é uma estância criada pela fé, onde o espiritual ocupa o primeiro lugar, combinando natureza, história, cultura e tradição, não significando, isso, desinteresse pelo lazer e repouso, que devem ser proporcionados aos frequentadores e visitantes.

O homem, na diacronia da história, em todos os tempos e lugares, evoluiu com o movimento, com as emoções, com as várias formas de arte e expressão e, desse modo, procurou transformar os seres e os sítios deste mundo. Progrediram, também, os conceitos, os acontecimentos culturais e sociais, os anseios, as necessidades da humanidade e os diferentes modos de vida.

O século XIX trouxe diversão, recreio e espetáculo ao Bom Jesus, conciliando uma equilibrada harmonia entre o religioso e o profano. Desde as esplanadas, os largos, as avenidas largas, os recintos onde ocorriam os festejos e arraiais até à criação de infraestruturas mais profissionais. A confraria votou este espaço para fazer coabitar o corpo são com a mente sã e para responder às grandes peregrinações e romarias. Daí a preocupação em transformar a Esplanada dos Fornos, não num tradicional local de comércio de «comes e bebes», «de romaria, recreio e folclore», de «botequins, doçarias e tabernas», mas num espaço apto a albergar eventos e festas polivalentes, bailes, chás dançantes, jantares de gala, exposições, saraus, congressos. Foi assim que o casino, durante muitos anos e sobretudo nos seus momentos de apogeu, ofereceu programas socioculturais muito atrativos, onde não faltaram as festas tradicionais, os animados arraiais minhotos, os concertos de bandas de música, espetáculos com os melhores cançonetistas, declamadores, ilusionistas, orquestras ligeiras e sinfónicas, soirées dançantes, matinées festivas, jantares de gala, banquetes de benemerência, centro de convívio, de reuniões e de congressos. Os periódicos da região foram, neste percurso temporal, dando conta destes diversificados eventos. Esteve sempre afastado, no espírito da confraria, o sentido que a palavra assume nos nossos dias «*local de jogo de sorte e azar*», embora o assunto fosse amplamente propalado nos meios de comunicação social.

O Parque de Diversões (e todas as suas valências integradas casino, salão de Chã, restaurante, salão de baile, colunata) é uma estrutura situada nos jardins do Santuário e uma amostra notável da arquitetura de Lino, combinando elementos tradicionais e modernos. O salão de chá apresenta uma fachada neoclássica, com detalhes

ornamentais e colunas que remetem para a arquitetura clássica grega. O interior do salão é espaçoso e elegante, com elementos decorativos que combinam o estilo clássico com toques contemporâneos. Foi concebido como um local para os visitantes repousarem e fruírem da paisagem. Lino foi, também, o responsável pelo primitivo projeto da colunata, estrutura impressionante composta por uma série de colunas dispostas em semicírculo, criando uma galeria coberta que percorre uma parte dos jardins, tornando-se num elemento icónico do local.

O início do processo do casino remonta ao ano de 1904, quando a confraria pretendia um destino mais dignificante para a Esplanada dos Fornos, um espaçoso largo limitado a norte por um comprido parapeito, onde se observa um magnífico panorama sobre a urbe bimilenar bracarense.

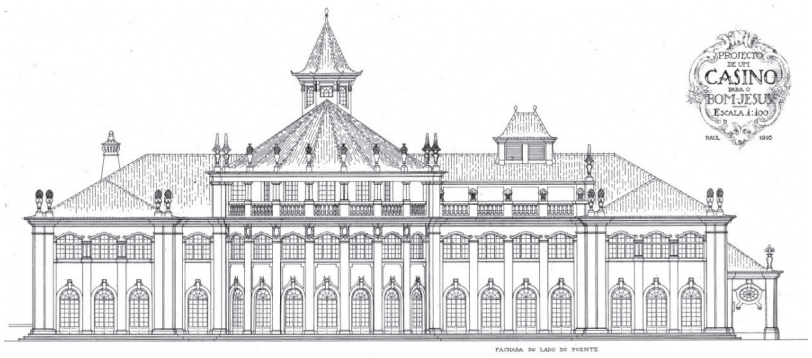
A confraria pressionada pela questão hoteleira, em ata de 5 de agosto de 1904, começa a debater o assunto nas reuniões da instituição. O presidente, conselheiro Serafim Antunes Rodrigues Guimarães, enumera, como desígnio, um conjunto de obras que urge efetuar (luz elétrica, balneário, casino) a fim de transformar a estância o mais «*possível agradável aos forasteiros*», facultar uma frequência mais elevada de visitantes na época de verão, melhorar as fontes de receita e dar satisfação às ondas de desenvolvimento.

Mas concretizar é bem mais difícil, sobretudo quando as questões financeiras falam mais alto. Dificuldades económicas impediram que a construção do casino se concretizasse mais cedo, bem como a falta de acolhimento da ideia de casino nas mentes conservadoras dos cidadãos bracarenses.

Desta forma o processo arrastou-se. A mesa, em 1913, colocou a hipótese da conversão do hotel do Elevador em casino (sessão de 26 de janeiro), então, arrendado à empresa Gomes e Matos.

Artur Pimentel, de Vila Nova de Gaia, chegou a apresentar uma proposta, em 19 de março de 1913, que não encontrou terreno favorável, pois a sessão da confraria, de 9 de maio, presidida por Sebastião Mesquita Correia de Oliveira, dá conhecimento que Artur Pimentel, autor da proposta de adaptação do hotel do Elevador a casino, não aceitou a contraproposta da confraria apresentada em 24 de março.

Como referimos anteriormente, o arquiteto Raúl Lino apresentou os desenhos e a memória descritiva dos melhoramentos a realizar no Bom Jesus do Monte, inclusivamente um primeiro estudo do casino, que ficou pelo papel, em 21 de novembro de 1913.



Projeto datado de 1916

Mas só, em 10 de Janeiro de 1916, é aprovada a primeira versão do projeto do casino[34], depois de uma análise exaustiva. Então o presidente da mesa, Albano Justino Lopes Gonçalves definiu-o «*como um projeto verdadeiramente grandioso e elegantíssimo nas suas linhas gerais... edificação sumptuosa que irá enriquecer a estância*».

A este propósito, o *Diário de Notícias*, de 9 de abril de 1916, tem uma versão algo diferente. Refere que Raúl Lino procedeu a alterações profundas: «... *acaba de concluir, agora, um projeto verdadeiramente grandioso e elegantíssimo nas suas linhas gerais, para o casino a construir no Bom Jesus de Braga... revestido de todos os confortos, comodidades e luxo... vimo-lo ontem na casa de Raúl Lino, um verdadeiro ninho de arte... edifício com 47 metros de comprimento por 22 de fundo, compõe-se de 3 pavimentos e no seu exterior apresenta remanescências das lindas edificações do séc. XVIII... destacam-se no seu interior o salão de festas, o palco, o de baile em forma elítica, as salas de leitura, de jogo e de conversa... o projeto vai ser entregue brevemente na confraria*».

O projeto, conforme imagem informa, está datado de 1916. Infelizmente, dada a grandiosidade do projeto, este não chegaria a ser implementado.

Na ausência de uma vontade consistente em avançar com o projeto primitivo, o tempo foi correndo e, mais tarde, na década de vinte, Raúl Lino apresentou uma segunda versão, radicalmente oposta, basta atentar na opinião do mesário e historiador Alberto Feio que o defi-

---

[34] A confraria do Bom Jesus do Monte, *Livro de Actas, 1905-1920*, fol. 112 e *Livro de Contas, 1916-1917*, 7 de outubro de 1916, n.º 77.

niu desta forma: é uma «*edificação pequena e agradável, de sabor minhoto*».

As atenções estavam concentradas na Esplanada dos Fornos, que passavam por fazer deste soberbo e aprazível espaço, com um antanho assente em arrais e distrações populares, com as suas vistas ímpares, um local apetecível para diversificados projetos, nomeadamente, um parque de diversões, com um casino, salão de festas, casa de chã, restaurante, bar, colunata de eventos e arranjos exteriores com repuxo, obeliscos, bancos, parapeitos e mesa.

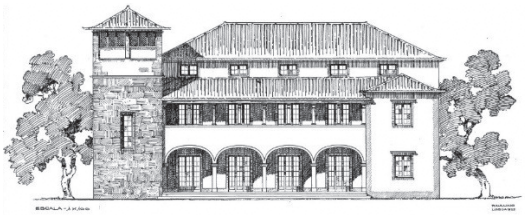
A década de vinte e inícios de trinta marcaram o período construtivo do parque de diversões, cujas principais datas registamos na linha do tempo:

1916	1922	1924	1925	1927	1928-1932	1933-1934
Primeira versão do projeto do casino.	Proposta de um casino e hotel.	Inclusão do BJM na Zona de Turismo de Braga (CITB). Congressos.	Contrato de Arrendamento com a CITB. Primeiro projeto da segunda versão do casino.	Arranque formal das obras.	Empreitadas Decoração Arranjos exteriores.	Inauguração Conclusão das obras.

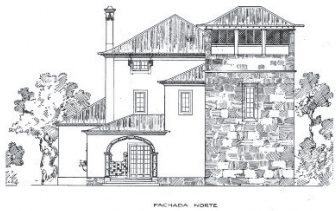
Vamos, de seguida, desenvolver, em pormenor, cada um destes passos.

Como as obras do casino não avançavam, surgiu na mesa da confraria, em 7 de dezembro de 1922, uma proposta de construção de um casino e hotel com 200 quartos, na esplanada dos Fornos, assinada pelo empresário António Salvador da Costa, da rua Tomás Ribeiro, n.º 97, Lisboa. A confraria acolheu bem a proposta, debruçou-se sobre o assunto e respondeu, em sessão de 18 de dezembro do mesmo ano, do seguinte modo: «*que o proponente se deveria comprometer a executar o projeto do Arq. Raúl Lino*». Dada a falta de vontade em acolher as propostas impostas pela entidade gestora do espaço, o entusiasmo do empresário lisboeta esmoreceu.

Dois anos depois, a estância do Bom Jesus, pelo decreto n.º 10.070 de 5 de setembro, foi incluída na Zona de Turismo de Braga (Comissão de Iniciativa de Turismo de Braga). Não esquecer que, em 1924, Braga foi alvo de muito turismo devido à realização de três históricos congressos. Assim a confraria e a CITB demarcaram o terreno e a esfera de ação de cada entidade.

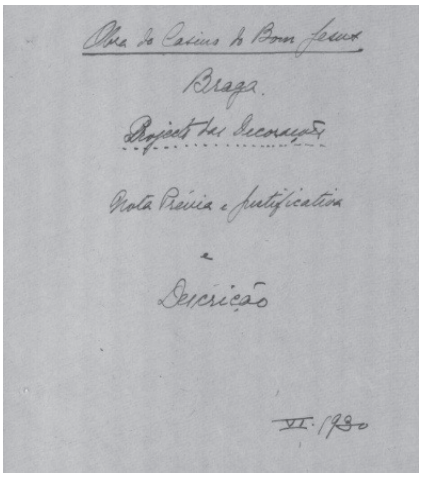


Projeto da Fachada do Casino, datado de 1925

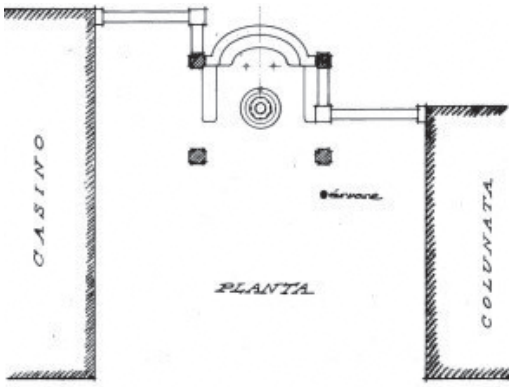


Projeto datado de Julho de 1929

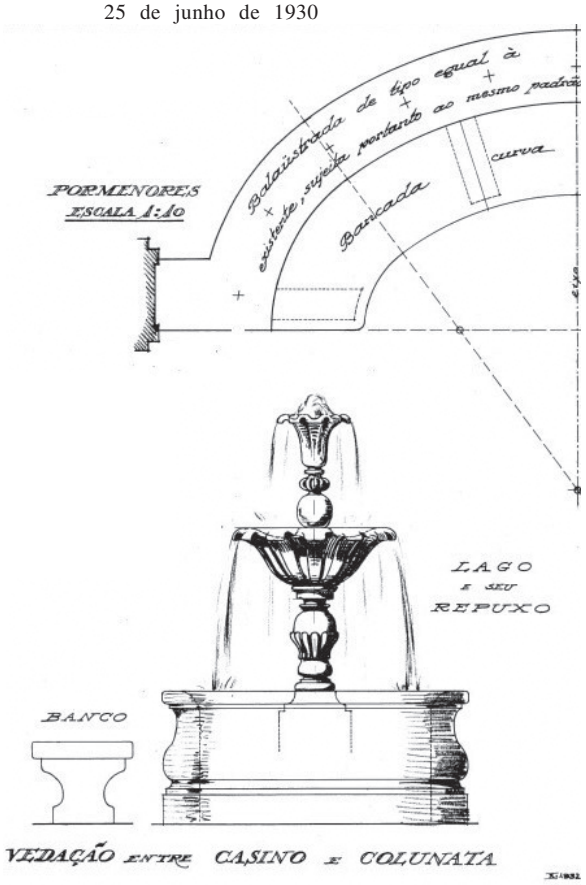
Entrada para o parque de diversões, projeto datado de 1932

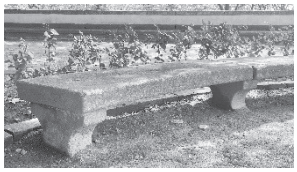

Obra do Casino do Bom Jesus
Braga.
Projecto das Decorações
Nota Prévia e Justificativa
e
Descrição
VI. 1930

Projeto de Decoração, CITB, 25 de junho de 1930



Casino, Colunata Exterior, Outubro de 1932





No ano seguinte, celebrou-se o contrato de arrendamento, autorizado por ata de 22 de julho de 1925, entre a confraria do Bom Jesus do Monte e a CITB (Comissão de Iniciativa do Turismo de Braga). Em 22 de dezembro de 1925 procede-se à escritura de arrendamento. Do teor da escritura constava a cedência da Esplanada (largo) dos Fornos para ser transformada num parque de jogos e diversões, à exceção do jogo de azar, pelo prazo de 18 anos. Este ano marca o arranque simbólico da construção do parque de diversões e das obras do casino, segundo projeto de Raúl Lino, que neste ano assina 5 plantas do casino, 7 desenhos originais de alçados e cortes.

O primeiro Projeto da Fachada do Casino, desta segunda versão, data de 1925, enquanto, paralelamente, o arquiteto Moura Coutinho também projeta, em 1925, um Parque de Diversões para o Bom Jesus e um casino para o Parque da Ponte, em 1927, mas nenhum deles conheceu a luz do dia[35].

O arranque formal[36] só aconteceria em 1927, com a adjudicação da obra de pedraria ao empreiteiro Domingos Parente, orçada em 129.450#00. O *Correio do Minho* de 20 de maio de 1927, escrevia: «*este projeto é bem mais modesto que o primitivo, sendo do mesmo autor. O primitivo para ser executado, só para a construção, necessitaria de mais de 2.000 contos. A segunda versão, mais modesta, a Comissão de Iniciativa e Turismo de Braga gastará pelo menos 600 contos*».

As obras começaram com novo ritmo, não só por iniciativa da mesa, como também pela pressão exercida pela CITB, sempre com o olhar atento, pessoal e técnico de Raúl Lino que acompanhou as diferentes fases do processo.

Caraterizou-se por uma discussão pública sobre os fins do casino. Impunha-se uma transição, dar um passo em frente, mas esta controvérsia não acompanhava os condicionalismos da velocidade e das prioridades. Alguns tentam resistir ao que parece inevitável. Um artigo publicado no *Diário do Minho,* de 22 de abril de 1927, com o título «*O casino do Bom Jesus. Uma opinião sensata*» referia que Vítor Brandão (filho do mesário António Brandão Pereira) discorda do local para a instalação do casino, argumentando que se tal acontecer, para onde vão os fornos, os típicos lugares de romaria onde se come, bebe e

---

[35] Rita Maria Machado Martins, *João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1872 – 1954) Arquitectura e Urbanismo*, setembro de 2010.

[36] *Diário do Minho* de 14 de abril de 1927.

dança, e onde irão colocar as suas carruagens e autos dos frequentadores e hóspedes dos hotéis. Outros artigos foram publicados nos jornais da cidade mostrando oposição à localização do casino[37], apontando outros espaços para a sua instalação.

O *Diário do Minho*, de 8 de maio de 1927, questionava o caminho a seguir relativamente ao exercício do «jogo de azar» no casino do Bom Jesus. Neste sentido, os mesários aprovaram uma resolução sobre o assunto, onde se acrescenta que seria antagónico com as condições que devem caraterizar uma estação de repouso e inconciliável com as tradições e caráter religioso. Daí ser absolutamente interdito o «jogo de azar», restando ao casino ser um local de diversão, evitando esse ruído nos hotéis. A esta decisão, Vítor Brandão no *Diário do Minho*, de 10 de maio de 1927, contrapunha que a decisão da confraria se revestia de dois aspetos: um bom e um mau. O primeiro é a proibição do jogo, o segundo não tem em consideração que a estância fica fora da «exclusividade do jogo» que está a ser disputado por várias regiões do país. Entretanto, o signatário não propunha um caminho alternativo[38].

As obras avançavam e, em 1928, procedeu-se à arrematação da empreitada da obra de caiador do casino[39]. No mesmo ano executaram-se os bancos de granito, segundo desenho de Raúl Lino, conforme ofício de 26 de julho de 1928. Neste ano assiste-se a vários pagamentos e indemnizações ao empreiteiro do casino, Domingos Parente[40]. No ano seguinte, estava em curso a arrematação da obra de carpintaria no parque de diversões[41].

---

37 Artigo do Dr. João Teixeira da Silva, *Correio do Minho* de 22 de abril de 1927.

38 Não é nosso propósito censurar a febre do jogo, apontar o dedo, nem fazer eco da voz do povo (faucibus haesit) muito em voga em zonas balneares (Foz, Espinho, Póvoa de Varzim). Houve quem acusasse os abades do Minho de fecharem os olhos a esta atividade: «o jogo é pura e simples invenção recreativa dos padres e dos morgados da província do Minho (…). Todos os anos se arruínam muitas famílias com o jogo da Póvoa de Varzim» (Gomes de Amorim, *As duas Fiandeiras*, Lisboa, 1881. Em relação ao jogo emprega o termo «loucura»). Outros escritores se pronunciaram sobre este fenómeno: Ramalho Ortigão (*As Praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*, Porto, 1876), D. António Costa (*No Minho*, Lisboa, 1874. Em relação do jogo menciona «delírio»), Camilo Castelo Branco penitencia-se de se ter deixado seduzir pelo jogo «Joguei na roleta como qualquer patife. Perdi 120 libras como se as tivesse roubado» (in *Camilo íntimo. Cartas inéditas de Camilo C. Branco ao Visconde de Ouguela*, Lisboa, 2012).

39 *Diário do Minho*, de 19 de junho de 1928.

40 Atas de 9 de janeiro de 1928 e 24 de fevereiro de 1928.

41 *Diário do Minho*, de 2 de março de 1929.

Encontramos na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian uma dezena de desenhos originais de pormenores do casino (com datas entre 1929 e 1932).

Assistia-se a um sopro vital do estado anímico, quando, em 1930, Raúl Lino assina a memória descritiva com o título: «*Projeto de decoração para o casino. Nota Prévia e Justificativa*», datado de 25 de junho. Neste ano, foi presente a concurso a empreitada das instalações sanitárias do Casino e do Parque de Diversões[42].

O engenheiro civil António Valença, em nome da CITB (Comissão de Iniciativa e Turismo de Braga), endereçou uma missiva, datada de 11 de novembro de 1932, em resposta a outra carta de Raúl Lino, com data de 26 de outubro, revelando que a confraria recebeu do mestre Raúl Lino: três cópias do projeto de Raúl Lino, para a vedação entre o casino e a colunata e um desenho para uma entrada ampla com portão de acesso à estrada da Consolação[43]; informações sobre os azulejos; e a conta dos honorários. Na esteira do exposto anteriormente, os jornais da cidade já davam conhecimento que o casino «*vai ser concluído com brevidade, de forma a poder abrir no próximo verão*»[44]. Assim, em 28 de agosto de 1933, é inaugurado o salão nobre, com um pomposo programa.

A parte restante das obras do casino são concluídas em 1934. A propósito, a Comissão de Iniciativa e Turismo de Braga, que suportou todos os encargos dispendiosos da construção, considera que foi um erro chamar-se «casino», preferindo antes tratar-se de um «Parque de Diversões»[45], ou seja, um parque de divertimentos com um amplo jardim a abraçar o «templo» dedicado à cultura, entretenimento e arte.

Decorridos meia dúzia de anos, em 1940, a CITB decide intervir, por decisão tomada em 8 de agosto, na conservação e reparação do casino. Quatro anos depois, o casino passou para a posse da confraria, por entrega feita pela Câmara Municipal de Braga, conforme auto de 29 de dezembro de 1944. Em 30 de outubro de 1951, a confraria procedeu ao pagamento de dois mil escudos ao arquiteto Moura Coutinho por um anteprojeto que executou para melhor aproveitamento da

---

42 *Diário do Minho*, de 2 de novembro de 1930.

43 Perto do Bom Jesus, na freguesia de Nogueiró, existe a capela de Nossa senhora da Consolação, à volta da qual se realiza, desde data remota, uma romaria onde as bandas de música tinham, por hábito, subir ao Bom Jesus, descendo depois ao monte da Consolação.

44 *Diário do Minho*, de 21 de fevereiro de 1933

45 *O Primeiro de Janeiro,* de 6 de setembro de 1934.

colunata existente no Parque de Diversões. Moura Coutinho teve um papel determinante no redimensionamento do espaço, sobretudo a partir de 1950.

Aos primórdios do casino associam-se um conjunto de festas, solenidades e eventos de toda a ordem que deixaram vestígios. Foram muitas e relevantes as iniciativas com muita repercussão que ocorreram no casino. Prolíferos momentos bem publicitados nos jornais da cidade e do Porto, como grandiosos jantares, receções, verbenas, passagens de ano abrilhantada por categorizadas orquestras[46], «a festa da arte», «o salão de arte fotográfica», «um recital de João Villaret». A título de exemplo relatamos um acontecimento que, na época, obteve muita repercussão. Aconteceu em 24 de agosto de 1952, uma exposição fotográfica (salão de arte fotográfica), promovida pela mesa daquela estância e na qual figuraram mais de 150 trabalhos, cujo júri era composto pelos senhores João da Costa Leite, delegado no Porto do Grémio Português de Fotografia; António Mendes, delegado da Associação Fotográfica do Porto; Platão Mendes, fotógrafo profissional. Saíram vencedores na categoria documental António Santos de Almeida Júnior, de Lisboa, com a fotografia Arcadas do Casino; na categoria artística Mário Pinto de Queluz, com Cozinha do Louzal. Nesta viagem pela dinamização cultural e social desta infraestrutura, a velocidade começou a esmorecer, facto que levou a Câmara Municipal de Braga, em 29 de abril de 1954, a tomar providências para dinamizar o turismo e garantir o funcionamento do casino.

Em reunião de confraria, de 22 de fevereiro de 1980, foi aprovada a minuta da concessão da exploração do casino. Nos últimos anos tem sido explorada pela Sociedade de Hotéis do Bom Jesus.

Resumindo, Raúl Lino foi o apóstolo da revivescência da habitação portuguesa, quando escreveu: «*as casas devem ser de harmonia com o fim a que se destinam e com o local, impondo-se, igualmente, o respeito pelas condições sociais do país em que se vive e, implicitamente pela tradição, definindo que a base segura e certa para um tal movimento de reintegração é aquilo que já existe: a terra que nos serviu de berço, com suas caraterísticas, com seu clima, com sua tradição e a índole da nossa gente*». Esta filosofia e conceção da casa portuguesa aplica-se, a nosso ver, neste exemplar segundo projeto do casino, onde observamos evidências, caraterísticas da propalada casa típica portuguesa.

---

[46] *Diário do Minho*, 23 de dezembro de 1959.

2.4 – A QUESTÃO HOTELEIRA

Os hotéis do Bom Jesus são, fundamentalmente, estruturas do século XIX, unidades turísticas herdeiras das famosas hospedarias e mais remotamente dos quartéis.

A questão hoteleira dava uma grande novela, com muitos episódios. Raramente deixava a alma leve e a mente aliviada, bem pelo contrário, as vicissitudes excediam a normalidade: desde as diferentes nomenclaturas por que foram designados os hotéis; os momentos de ouro e de declínio (períodos áureos e baixos); as épocas baixas que deixavam marcas; a publicidade negativa sobre as más condições sanitárias e higiénicas que os hotéis ofereciam; a quantidade de arrendatários que passaram pelas unidades hoteleiras, geralmente por contratos de cinco anos, com cláusulas que os proponentes, antes de concorrerem, tinham de consultar na secretaria da confraria existente na cidade e anunciados nos jornais da cidade; a contestação das rendas; o direito de opção do hotel do Elevador; os trespasses do emprazamento (arrendamento) dos hotéis, como, por exemplo, para a sociedade «Hotéis Portugueses de Turismo»; as polémicas que deram origem a um livro com o título «a questão hoteleira»; os conflitos em tribunais, alguns dirimidos por grandes advogados como Afonso Costa[47]; a constante necessidade de obras e melhoramentos; e a ocupação pelas mais importantes personalidades do país, desde a realeza à burguesia.

Este local sempre foi cobiçado por empresários do setor da hotelaria. Assistimos, ao longo do tempo, a várias propostas para a construção de hotéis no Bom Jesus. Uma dessas iniciativas tem origem em António Claro, Manuel Avelino Pinto Braga e João Batista Ferreira Couto que entregaram e foi analisada em confraria, em reunião de 12 de dezembro de 1905, uma proposta para a construção, segundo eles, do Grande Hotel do Bom Jesus, de um majestoso edifício, com amplas salas de baile e leitura, com serviços clínicos, farmacêuticos e de correio, com capacidade para 300 hóspedes.

Não exploramos, aqui, a história do hotel do Elevador, porque não existiram propostas e projetos de Raúl Lino para intervir neste unidade hoteleira pelo simples facto de Manuel Joaquim Gomes, fun-

---

[47] Costa, Dr. Afonso – *Esclarecimento sobre o direito de opção nos arrendamentos do Grande Hotel do Bom Jesus do Monte*, Porto, Tip. da papelaria Ribeiro, 1913; *A Questão Hoteleira no Bom Jesus do Monte*, Braga, Tip. Oficina de S. José, 1928.

dador do ascensor, e por contrato celebrado entre a confraria e este empresário, em 13 de maio de 1880 e reformulado em 15 de março de 1883, tendo em conta o investimento efetuado no ascensor, lhe outorgarem várias contrapartidas: fornecimento de água, exploração da unidades hoteleiras por vários anos e o direito de opção em futuros concursos de arrendamento do Grande Hotel do Elevador. Esta cláusula, com o desenrolar dos anos, provocou muitos atritos, alguns dirimidos em tribunal e condicionou muitos contratos de arrendamento. Com a morte prematura de Manuel Joaquim Gomes todos esses direitos passaram para a empresa Gomes e Matos, do seu filho Alfredo Vieira Gomes e do seu genro José Luís Gomes de Matos[48].

2.4.1 – HOTEL DO LAGO

Sabemos da sua existência, a partir de 1877, com a respetiva inscrição predial, n.º 12246. Situava-se fora do perímetro da cerca do Bom Jesus, extramuros aos terrenos da confraria, mais acima e

---

[48] Um breve historial deste hotel. Em 1909 constata-se a necessidade de grandes obras. Para o efeito foi decidido contrair um empréstimo de 25 contos, concretamente, para a construção de um segundo andar. Na sessão de 12 de junho o empréstimo foi elevado para 35 contos. Em sessão de 16 de junho é apresentado o projeto de ampliação do Grande Hotel do Elevador elaborado por João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça. Foi aprovado. Em 29 de outubro é apresentada a conta do projeto, por ofício enviado pelo arquiteto Moura Coutinho.
Muitas são as polémicas por causa do arrendamento do Hotel do Elevador (Grande Hotel), ou porque aos concursos de arrendamento não aparecem concorrentes, ou, então quando aparecem, a empresa Gomes e Matos exerce o direito de opção. Em 24 de setembro de 1913 é assinada nova escritura de arrendamento, como acontece com o arrendamento, em 14 de setembro de 1914, a Pedro Afonso de Oliveira, contestado pela empresa Gomes e Matos, apresentando uma declaração onde consta que, pelo valor em causa reclamam o direito de preferência. Tal declaração foi indeferida. O conflito chegou ao tribunal da relação, ver sessão de 18 de dezembro de 1915. Claro, o litígio seria resolvido em contencioso, no tribunal da relação por decisão datada de 11 de agosto de 1916, que mantinha o «direito de opção». Por ata, de 31 de dezembro de 1919, a empresa Gomes e Matos arrendatária do Grande Hotel do Elevador trespassou o direito de opção para a sociedade «Hotéis Portugueses de Turismo». Outro problema para a confraria do Bom Jesus. Em sessão de 25 de março de 1920, a sociedade Hotéis Portugueses de Turismo faz uma proposta de arrendamento com o encargo da sociedade proceder à ampliação do hotel, conforme planta e condições que juntavam. A mesa resolver recusar tal proposta, sugerindo que a confraria contrair um empréstimo para a construção de um novo Hotel. Novamente, em sessão de 10 de novembro de 1920, depois de abertura de concurso de novo arrendamento, vê-se a braços com o problema de sempre: a sociedade Hotéis Portugueses de Turismo reclama, agora, para ela o direito de opção porque foi trespassado, não reconhecendo à mesa o direito de pôr a concurso a arrematação.

ladeando o lago que atribuiu o nome a esta infraestrutura. Fundado por Manuel Joaquim Gomes e, a partir de 1895, aos seus sucessores, a empresa Gomes e Matos.

Tendo em conta a situação em termos de propriedade e o futuro daquela unidade hoteleira, a confraria não poderia intervir, apenas solicitou a Raúl Lino planos de melhoramentos e de regularização das entradas junto ao hotel do Lago, conforme teor da ata de 9 de abril de 1926.

A partir de 1927, os jornais anunciavam a venda desta unidade hoteleira, mas tal só aconteceria muito mais tarde[49].

A incorporação do hotel do lago no domínio fundiário da confraria começou a ser pensado a partir de 24 de maio de 1936, onde se lê que, em virtude da modificação do percurso da estrada que conduzia ao Sameiro, seria uma boa hipótese, sendo presidente Luís Carlos de Lima de Almeida Braga e secretário Eduardo Esperança (proprietário da famosa casa Esperança, na rua do Souto).

A via que passava do lado sul do hotel, passou para o lado nascente, passando a unidade hoteleira a integrar os terrenos da estância pelo que aconselharia a sua aquisição pela irmandade. A assinatura da escritura de mudança de posse aconteceria em 12 de dezembro de 1940.

2.4.2 – HOTEL SUL AMERICANO

Remonta à segunda metade do século XIX a construção deste hotel, outrora denominado do Sul e atualmente do Templo.

Em 1885 temos conhecimento de obras de carpintaria no Hotel do Sul, a cargo de Domingos José Barbosa[50].

O icónico hotel Sul Americano sofreu remodelações, entre 1902 e 1903, segundo projeto de António de Moura Coutinho. Mas o sonho de construir um grande hotel desvaneceu-se.

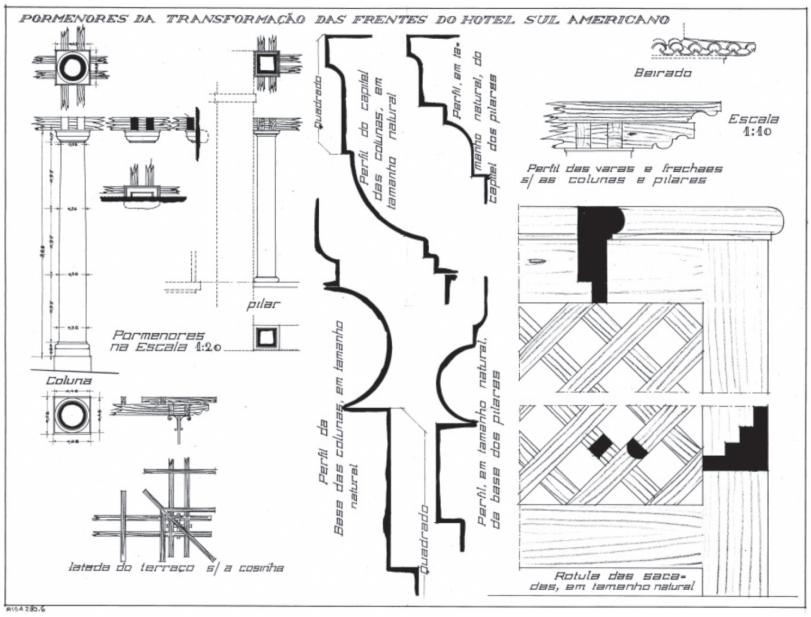
Como todas as unidades hoteleiras, a exploração passava não por administração direta da confraria, mas pelo regime de arrendamento. Muitos foram os contratos de arrendamento, quer antes de 8 de novembro de 1903 a quem foi arrendado a José de Oliveira Pinto, quer depois desta data.

O conteúdo da ata da confraria de 19 de setembro de 1012, remete-nos para a necessidade de obras nos hotéis do Parque e Sul Americano, onde se discutiu o projeto e o caderno de encargos. No entanto, logo a seguir, em 30 de novembro, a confraria aprova o projeto e arrenda o hotel do Sul a Manuel Joaquim Pereira Carneiro. A sessão de 7 de dezembro apresenta o teor do «*Auto de arrematação das obras de empreitada de ampliação do Hotel do Sul*», datado de 28 de dezembro de 1912, ao que apareceram 4 propostas. A obra

---

[49] Ver anúncio do *Diário do Minho* de 13 de outubro de 1927.

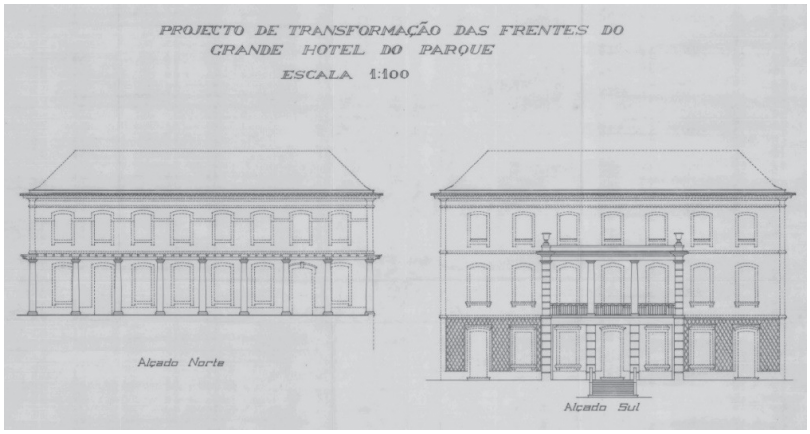
[50] Arquivo da confraria, *Livro da Conta de Ordinários de Tesourado das Esmolas*, 30 de junho de 1885, fl. 34.



foi adjudicada a Francisco Fernandes Canário por 4.760#00. Em 1915, assistimos à conclusão das obras[51], mediante auto de entrega de 4 de março desse ano. As obras não estagnaram por aqui. Agora, com a intervenção e as ideias de Raúl Lino, em 1928, enviando para o efeito alçados, plantas e pormenores para a remodelação do hotel Sul Americano. O *Diário do Minho*[52], dos finais da década de vinte, anunciava que o edifício tinha sido «completamente restaurado». Mas não é totalmente verdade, pois Raúl Lino, em carta de 11 de junho de 1930, sugeria a uniformização da fachada principal, e uma «pérgula» voltada para o casino. Concluindo Raúl Lino esteve envolvido neste restauro, apresentando uma arquitetura imponente e grandiosa, com detalhes ornamentais característicos do estilo eclético da época, como a colocação de uma pérgula na zona da cozinha, uniformização da fachada, aplicação de azulejos de tipo vegetalista junto dos beirais e a rematar as padieiras das portas e janelas.

51 Consultar ata de 6 de fevereiro de 1915.
52 De 7 de agosto de 1928.

2.4.3 – HOTEL DO PARQUE E CHALET DOS BENFEITORES



O Hotel do Parque resultou, também, da reconstrução de um edifício oitocentista. Nesta época, em 1878, era comumente designado por hotel dos Arcos. Possuía uma fachada elegante e imponente, com elementos arquitetónicos e detalhes ornamentais clássicos, como colunas e frontões.

Raúl Lino também se envolveu nas alterações e remodelações do hotel do Parque e do Chalet dos Benfeitores, sobretudo a partir 1913, mas as grandes intervenções processaram-se entre 1924 e 1928.

O conceito de Chalet remete-nos para o romantismo, para os finais do século XIX. Por todo o país floresciam Chalets: em Cascais, pontificava desde 1873 o Chalet Palmela, projetado pelo arquiteto inglês Thomas Henry Wyatt[53]. À medida que crescia este conceito de Chalet, como realçava Ramalho Ortigão, buscava-se semelhanças e apreço pelas pequenas casas rurais, comparáveis às dos nossos avós. Paralelamente crescia um discurso crítico dessa «*híbrida confusão alucinada do chalet suíço, do cottage inglês, da fortaleza normanda, do minarete tártaro e da mesquita moura*», como dizia José-Augusto França: esse «*horto psiquiátrico*» que só um influxo nacional poderia curar. Assim as reações contra os chalés aumentaram com a sua vulgarização, que produziu caricaturas de telhados abruptos um pouco por todo o país.

---

[53] E o chalet Ficalho, também em Cascais, edificado em 1897, sobre um projeto de Manuel Ferreira dos Santos. Residência dos aristocratas Condes de Ficalho. Prémio de reabilitação VIALVA 2023 atribuído pela fundação Calouste Gulbenkian.

Terá sido Ventura Terra quem definiu, em Portugal, a composição mais habitual do Chalet, propondo, também, um modelo de casa de veraneio, organizada em banda, mais cosmopolita e inovadora que os projetos unifamiliares de Raúl Lino, propostos em *Casas Portuguesas.* Raúl Lino se não alinhou na moda do «chalet», do «château», do «cottage», também não fez cedências ao «mau gosto da arquitetura antiga portuguesa e estrangeira» e ao decadentismo.

O Chalet dos Benfeitores foi projetado em 1877. Carateriza-se por ser uma estrutura implantada nos jardins do santuário, por cima da atual casa das estampas e pelo estilo arquitetónico eclético, com influências do neogótico e do estilo romântico. Funcionou sempre como uma sucursal do hotel do Parque. Possuía uma fachada pitoresca com influências estrangeiradas. O interior do Chalet era decorado com móveis e elementos que remetiam à época. Construído em madeira, estilo arte-nova, influenciado, com certeza, pelas montanhas e regiões helvéticas, alpes suíços, típicas edificações de montanha onde os benfeitores acorriam pelas suas propriedades e preponderâncias medicinais. A data da conclusão[54] remonta a 1900.

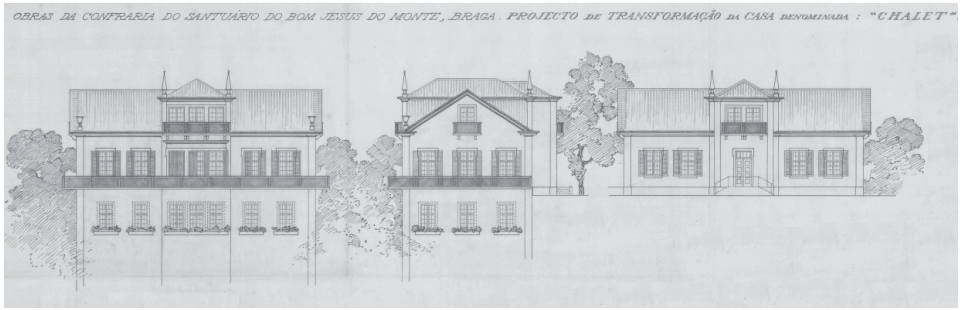
A exploração do Chalet, à semelhança das outras unidades hoteleiras, passava pelo arrendamento. Daí serem vários os arrendatários (Manuel Ribeiro de Carvalho, João Batista Ferreira Couto, José da Costa Júnior, Sociedade Hotéis Portugueses de Turismo).

Em 1905, concluiu-se a ligação da linha telefónica entre o Hotel do Parque e o Chalet.

---

[54] *Livro dos termos e Acordãos*, 4 de fevereiro de 1900, fl. 111v.

CHALET



Chalet, projeto datado de outubro de 1929

Mas regressemos ao hotel do Parque. Em 28 de abril de 1909, a mesa considera que há necessidade de obras nos hotéis, para evitar censuras, pois não oferecem comodidades e conforto aos forasteiros. Frisa, igualmente, a necessidade de um hotel de primeira ordem. Mas só em 1913, foi presente e aprovado o auto, datado de 5 de janeiro, com o título «*Auto de arrematação e adjudicação da empreitada das*

obras de ampliação do hotel do Parque». Compareceram 4 propostas. A empreitada foi adjudicada a Guilherme José Pereira pelo valor de 14.350#00. As obras continuaram no ano seguinte. Em 9 de fevereiro de 1914 procedia-se ao pagamento da 7.ª tranche.

Mas os problemas com o hotel continuaram e ouviam-se novas proclamações de urgência de conservação, de modo que, em 17 de abril de 1920, a confraria decide contrair um empréstimo de 50.000#00 para novas reabilitações dos hotéis e outros locais. Também se colocou a hipótese, neste dia, de construir um emblemático grande hotel de raiz, dadas as debilidades existentes nas diferentes unidades hoteleiras.

Nesta sanha, três anos após, afirmava-se em sessão de confraria de 30 de janeiro de 1923, que eram imperiosas e urgentes as obras de aformoseamento e conservação do hotel do Parque e do Chalet dos Benfeitores.

É, agora, que se reclama a urgência de obras no hotel do Parque e no Chalet, pelo que se acode aos planos de Raúl Lino, conforme ata de 9 de abril de 1929. Devido ao mau estado de conservação, a maioria dos membros da confraria, em reunião de 15 de outubro de 1929, opta pela reconstrução, analisando, para o efeito, um estudo de melhoramento urgente do Chalet dos Benfeitores de Raúl Lino, com o título «*Projeto de Transformação da Casa denominado Chalet*».

Nesta sessão da confraria não houve unanimidade, pois o presidente era adepto da demolição do Chalet.

Perante significativa divisão dos membros da confraria, Raúl Lino, em carta datada de 11 de junho de 1930, dá conhecimento que enviou dois projetos completos para os hotéis do Parque e Sul Americano, juntando, também, os primitivos estudos. Nesta missiva, o autor apresenta as grandes ideias do projeto do hotel do Parque: criação de um terraço, adoçado à fachada, suportado por colunas; introdução de sacadas; capitéis nas frontarias; um pórtico para dar relevo à frontaria; dotar a fachada norte (voltada para o terreiro dos evangelistas) de uma elegante «pérgula», sustentada por robustas colunas de granito e um varandim e balaustrada em redor da unidade hoteleira[55]. A pérgula (varanda exterior ou terraço coberto) é emblemática na inconfundível arquitetura de Lino.

Em 17 de abril de 1931, decide-se, dados os problemas existentes, desanexar o Chalet dos Benfeitores do hotel do Parque e acen-

[55] Que foi colocada, conforme ata de 28 de janeiro de 1935.

tua-se o aperto de proceder a obras, sobretudo no hotel do Parque[56], para não lançar desprestígio na estância.

Dada a inevitabilidade e a pressa de obras no hotel do Parque[57], a confraria solicitou ao Governador Civil isenção de concurso público, aceitando, apenas, o acatamento de propostas, para facilitar a execução. Para tal, a confraria contraiu um empréstimo de 500 contos.

O teor da ata de 23 de abril de 1932, dá conhecimento do arranque das obras no hotel do Parque, que foram adjudicadas a Luís Martins Ferreira e Filhos, de acordo com os planos e as indicações de Raúl Lino. As imagens supra mostram as diferenças entre o antes e o depois, concretamente, o aumento de mais um andar.

Mas permanecia o problema «Chalet» pois apresentava um elevado estado de degradação. O dilema permanecia: manutenção ou demolição[58].

Terminadas as obras, admitiu-se a hipótese de converter o hotel do Parque num colégio[59]. Para espanto nosso, ainda chegou a funcionar como uma residência de jesuítas, entre outubro de 1935 e fins de 1936. Aqui permaneceram os jesuítas espanhóis, enquanto não se concluíam as instalações de Soutelo (escolhida em detrimento do convento da Torre), acordo feito com o padre José M. Mazarrasa, superior dos Jesuítas Espanhóis. De fora, deste arrendamento, permaneceram as lojas do piso inferior: barbearia, pastelaria, restaurante e adega.

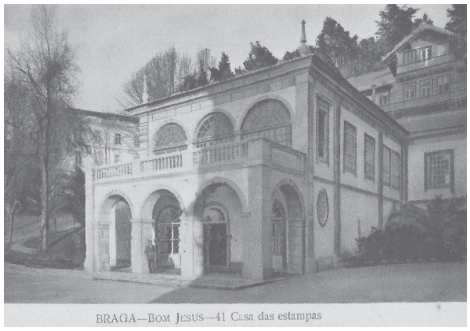
Permanecia a pedra no sapato, de modo que a confraria, em 1942, ainda mandou proceder a estudos para a transformação do Chalet[60]. No ano seguinte[61], a confraria reconhecia que o Chalet tinha um estilo inadequado para o local, estava envelhecido, mesmo assim, foi mandado fazer um projeto de ampliação e arranjo para ser enviado ao Ministro das Obras Públicas. Em 1945, ainda se consultam empreiteiros para dar orçamentos para as obras do Chalet[62].

É aqui que entra o juiz da confraria, Luís Carlos de Lima de Almeida Braga (presidente entre 1934-1952), no seu livro «*Grandezas e Misérias do Bom Jesus*», datado de 1940, onde refere que «*era necessário demolir aquele chalet*». Tal só aconteceria em 24 de maio de 1945.

---

56 Ata de 18 de maio de 1931.
57 Ata de 28 de março de 1932.
58 Ata de 25 de abril de 1933
59 Ata de 16 de dezembro de 1933.
60 Ata de 23 de novembro de 1942.
61 Ata de 23 de novembro de 1943.
62 Ata de 14 de março de 1945.

2.5 – CASA DAS ESTAMPAS



A casa das estampas[63], nas proximidades do adro e do templo, já era mencionada nos livros da confraria em 1897, estabelecimento privilegiado para os turistas adquirirem alguma recordação do local que visitaram.

O piso superior da casa das estampas chegou a funcionar como casa de apoio ao culto, secretaria do reitor do santuário, sucursal do hotel do Parque, restaurante Costa, museu, biblioteca, sala de leitura, observatório meteorológico, GNR e, ultimamente, sede da Confraria do Bom Jesus do Monte.

Com a aprovação e criação de um museu em 23 de outubro de 1916, a confraria começa a observar os projetos de melhoramentos de Raúl Lino com mais acuidade. Em 14 de Novembro de 1917, a confraria decide-se pela ampliação do museu. De seguida, em 1918, é criada a biblioteca do santuário, constituída pela livraria de Gaspar Leite de Azevedo, oficial aposentado do Governo Civil de Viana do Castelo, a qual fica instalada em anexo da casa das estampas, onde se encontra o museu da confraria e, alguns anos depois, em 16 de maio de 1928, por mais um conjunto de livros doados pelo dr. Manuel Monteiro, constituído por uma coletânea de livros, na maioria romances de clássicos franceses.

Foi aprovada, em 16 de março de 1919, sendo presidente o dr. João Teixeira da Silva, a entrega ao arquiteto Raúl Lino de oitenta escudos, por duas aguarelas para o projeto das obras a fazer com a modificação da casa das Estampas.

---

[63] Confraria do Bom Jesus do Monte, *Livro da Conta de Ordinários do Tesourado das Esmolas*, 30 de junho de 1897, fl.110.

Em 17 de abril de 1920 a confraria decide contrair um empréstimo de 50.000#00 para obras na casa das estampas, entre várias. Logo a seguir, em 29 de outubro de 1920 constatou-se a necessidade de processar alterações na fachada visto o seu aspeto não condizer com a dignidade do local. Para a reconstrução da casa das estampas, museu/arquivo/biblioteca, posto da GNR, pequeno observatório meteorológico[64], a mesa gerente do santuário do Bom Jesus do Monte vendeu, em 1921, fundos no valor de 8.479$00, 40 ações do Banco Aliança e 41 ações do Banco do Minho.

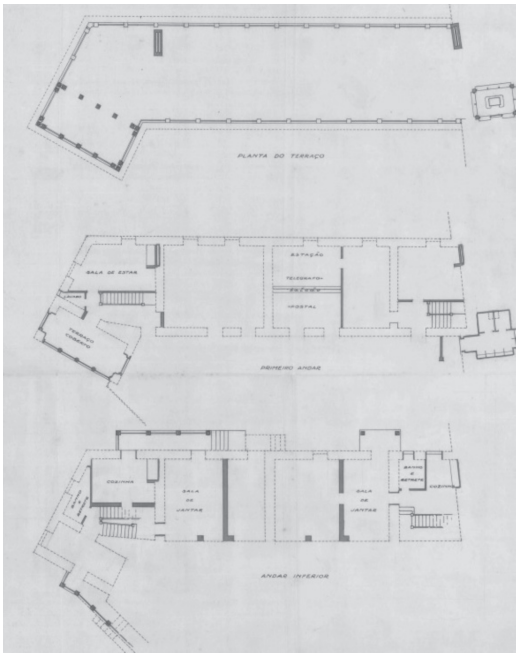
Finalmente, as obras de remodelação da casa das estampas conhecem o termo em 1926, conforme projeto do arquiteto Raúl Lino, sobretudo com um avançado na fachada em arcaria assente em colunas robustas e a colocação de um painel de azulejos com motivos florais e moldura barroca, em ouro sobre uma sinfonia de azul. A biblioteca e museu passam a ocupar o piso superior da casa das estampas. Para coroar toda esta azáfama, a confraria, em 21 de abril do mesmo ano, tratou da impressão do catálogo (inventário) da biblioteca, a cargo de Alberto Feio, que viria a ser impresso no ano seguinte[65].

---

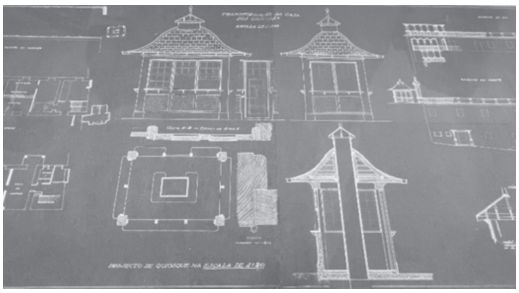
64 *Diário do Minho*, 15-05-1921.

65 *Catálogo Geral da Biblioteca*, referido a 1 de janeiro de 1927, Braga, Oficina de S. José, 1927.

2.6 – CASA DOS CAPELÃES

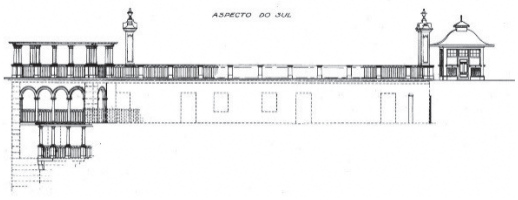


Projeto de janeiro de 1929



Projeto de janeiro de 1929

Fotografia datada de 1 de agosto de 1973



Casa dos Capelães, projeto datado de 1929

A casa dos capelães era a residência dos reitores do santuário. Desde sempre existiu um edifício com esta finalidade.

Como tudo, até os monumentos sofrem com a voragem do tempo e a degradação torna-se um facto consumado, o que acontecia em finais do século XIX.

Daí, a casa dos capelães também ser incluída num programa ambicioso, de rejuvenescimento e remodelação geral da estância, solicitado ao arquiteto Raúl Lino.

O empréstimo de 50.000#00 contraído, já anteriormente referenciado, também se destinava a obras na casa dos capelães. No entanto, de acordo com a mesma fonte, datada de 9 de janeiro de 1928, ainda permanecia a intenção de remodelar a casa dos capelães e sanitários adjacentes. No ano seguinte, finalmente, processou-se a reconstrução por administração direta da casa dos capelães[66], segundo esboço de Raúl Lino que previa uma transformação funcional e estética do local com: um enorme terraço, um quiosque, uma zona coberta no terraço superior, alterações na fachada frontal e traseira, duas cozinhas e duas salas de jantar, casas de banho, sanitários, lavabos, no primeiro andar um terraço coberto com arcaria, remodelação da estação do telégrafo e do posto dos correios, e uma sala de estar.

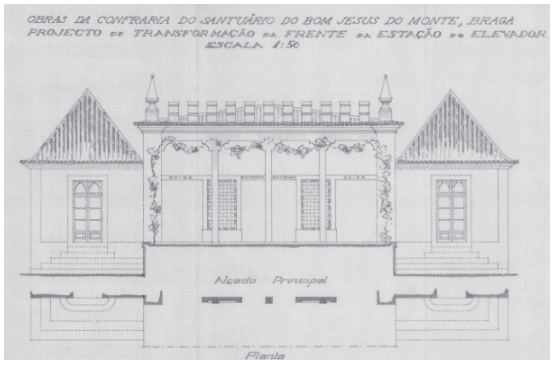
A execução da obra repartiu-se por etapas: em 1929, anúncio para abertura de concurso, para a execução da obra de pedraria da casa dos capelães[67]. Em 1930, o juiz presidente da confraria, dr. José Duarte Carrilho, informa que era necessária maior dotação para a obra da casa dos capelães[68].

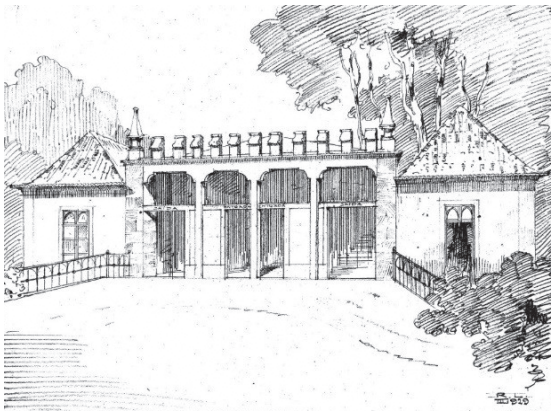
A parte final da obra foi acompanhada pelo arquiteto Moura Coutinho e pelo engenheiro António Valença, diretor das Obras Públicas de Braga. Conforme teor da sessão da confraria, de 10 de abril de 1930, o arquiteto Moura Coutinho propunha uma reestruturação interna da casa dos capelães, ouvido o capelão mor. Aos serviços prestados por Moura Coutinho e António Valença foram alocadas verbas no valor de três mil escudos[69], em 1933.

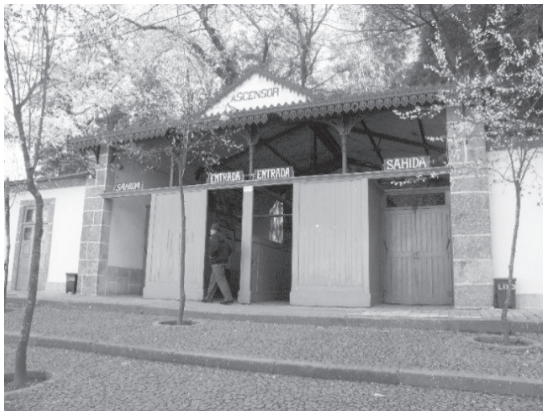
---

66 Ata de 16 de julho de 1929.
67 *Diário do Minho* de 31 de julho de 1929.
68 Ata de 10 de abril de 1930.
69 Ata de 8 de setembro de 1933.

2.7 – ESTAÇÕES DO ASCENSOR







Os apeadeiros inferior e superior conheceram várias imagens e fachadas ao longo do tempo.

Relativamente ao apeadeiro inferior, a última intervenção aconteceria em 1929. Depois de solicitar dados métricos para a estilização da frontaria do ascensor, Raúl Lino apresenta uma proposta com o título «*Projeto de Transformação da Frente da Estação do Elevador, escala 1:50*», ou seja, um esboço para o apeadeiro norte ou estação inferior do ascensor[70]. Mais uma vez, Raúl Lino pretende substituir a estrutura em ferro por colunas graníticas, mas aqui a sua proposta derrapou.

A intenção era avançar, mas os contratos iniciais de exploração, assinados em 1880 e 1882, dificultavam a tarefa, pois colocava-se a

[70] Ata de 9 de abril de 1929.

questão de saber quem deveria suportar as despesas: a confraria ou a entidade que explorava o ascensor, os Serviços Municipalizados.

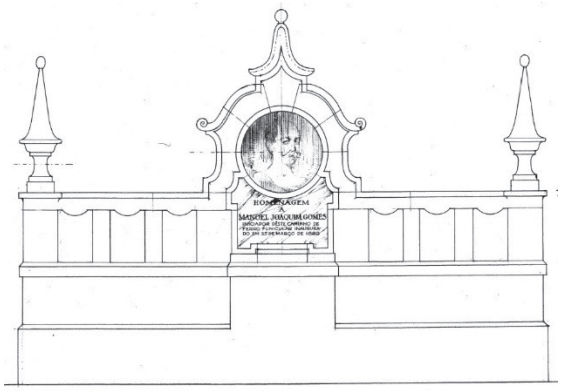
A ata de 22 de agosto de 1930 propõe os termos em que deveria assentar um novo contrato. Dele extraímos alguns itens: a retificação da esplanada inferior do ascensor, a transformação do edifício de entrada do mesmo, a transformação em alpendre da parte superior do ascensor tendo em consideração o estilo e a arte do local.

No que concerne ao apeadeiro inferior, quase nada se praticamente do projeto de R. Lino, pois, ainda hoje, conserva grande parte da estrutura «Arte Nova» de 1905.

Raúl Lino também elaborou esboços para o apeadeiro superior, também conhecido pelo apeadeiro sul. Em 1 de maio de 1930, apresentou um projeto de cantaria para emoldurar o medalhão de bronze para colocar a efígie de Manuel Joaquim Gomes.

Entretanto, a confraria foi confrontada com outros projetos, acabando por se chegar a uma solução híbrida, entre os esboços de Raúl Lino e Zeferino Couto[71]. Pelo exposto, o busto em alto relevo do fundador do ascensor, executado pelo escultor Henrique Moreira, que, apenas, seria inaugurado em 1957, por ocasião do 75.º aniversário do elevador.

Projeto de Zeferino Couto



Projeto de Raúl Lino, datado de maio de 1930

[71] João de Moura Coutinho criou uma verdadeira escola de arquitetura em Braga. Foram seus colaboradores o arqº José Vilaça (o autor do zimbório do templo do Sameiro), que foi deles o mais prestigioso, o José Morais, o Amílcar Monteiro, um proficiente escultor, o Pintor Armando Basto, o Pintor Abel Mendes e o Escultor Zeferino Couto, este particularmente nas esculturas do Teatro Circo.

2.8 – QUIOSQUES

Eram estruturas da segunda metade do século XIX e que sofreram alterações ao longo do século seguinte.

Em 1890, um requerimento de José Maria Rodrigues solicitava licença para a colocação de um Quiosque, junto do pórtico e do apeadeiro inferior do ascensor, a juntar aos existentes explorados por Clementina Duarte.

Existiam três quiosques: da Esplanada do Templo (Bazar Brasil); do Lago (Bar do Lago); do Pórtico (ou do Arco).

O quiosque do pórtico já estava arrendado em 10 de março de 1904. Novamente arrendado em 9 de janeiro de 1914. Demolido, por decisão tomado em 20 de dezembro de 1924, em virtude do péssimo estado de conservação.

O elegante quiosque do largo do templo, conhecido por Bazar Brasil, bem como o bar da zona do lago, devem-se ao esforço e ao conhecimento do vedor das obras, Bernardo Martins Sequeira, em 1906. Estes polivalentes quiosques, assentes numa estrutura em ferro, ergueram-se a expensas e dedicação do referido mesário, de Júlio António de Amorim Lima e de outros benfeitores e subscritores de um peditório[72]. Não descartamos a hipótese do Bazar Brasil ter sido delineado por Ernesto Korrodi, pelas razões apontadas anteriormente.

---

[72] Ata de 21 de maio de 1906.

A exploração destes quiosques também passou pelo regime de arrendamento, com todas as vicissitudes do processo, à semelhança do que se passava com o regime arrendatário dos hotéis[73].

Para além de funcionarem comos pequenos bares e comércio de artigos religiosos, faziam, por vezes, concorrência à casa das estampas. Daí nas condições prévias, previstas nos concursos de abertura de cada arrendamento, se fixar uma listagem de produtos que podiam, ou não comercializar.

O Bazar Brasil não passava de um romântico botequim, situado na esplanada, eirado ou terreiro do templo, entre a capela da Descida da Cruz e a estátua de Pilatos, local adequado para reanimar os sedentos sob as sombras das árvores frondosas, os aromas naturais e o cantar dos passarinhos. Era uma construção em ferro e madeira, de estilo Arte Nova, «belle époque», que contrastava com a atmosfera do lugar e, por isso, para alguns, feria a sensibilidade e a monumentalidade neoclássica do sítio. Funcionava como posto de venda de refrescos, tabacos, souvenirs e brinquedos.

Em 1927, tendo como desculpa o desgaste do ferro, colocava-se a questão de demolição do Bazar Brasil, uma estrutura verdadeiramente icónica. Colocaram-se em cima da mesa várias propostas alternativas para o substituir, entre as quais, a demolição e transformação num balneário/vestuário para apoio aos campos de ténis, ou transformação numa barraca de tiro.

Tendo em conta o exposto, foi aprovado, em sessão de 24 de outubro de 1927, solicitar planos e projetos para os quiosques a Raúl Lino, com mais premência para o quiosque da esplanada do templo.

No mês seguinte (sessão de 18 de novembro de 1927) o presidente levanta três questões sobre os quiosques: uma sentimental, outra estética, outra económica. A sentimental desaparecera com a morte de Bernardo Sequeira (o construtor, em 1906, do quiosque do templo). A estética condenava a transferência. A económica não existia, uma vez que a renda era mínima e fazia concorrência à Casa das Estampas.

---

[73] Em sessão de 16 de setembro de 1909, a confraria do Bom Jesus do Monte arrenda por seis anos dois quiosques (do Templo e do Lago) a Miguel Francisco Duarte. Em 1916, tendo em contas as propostas do concurso, Domingos Duarte Goja passou a arrendatário dos quiosques do lago e da esplanada do templo por um prazo de cinco anos. Na reunião de mesa de 20 de agosto de 1920, a confraria do Bom Jesus do Monte decide rescindir o contrato com o arrendatário do «Bazar», Domingos Duarte Goja, em virtude do mesmo fazer concorrência com a Casa das Estampas. De acordo com a sessão de 27 de junho de 1934, foi estabelecido contrato de arrendamento do quiosque do templo com Manuel Cardoso.

Daí a necessidade de resolver este assunto por questões estéticas. Perante o exposto, a mesa resolveu consultar o arquiteto Raúl Lino sobre a possibilidade de converter o quiosque em barraca de tiro e se demolisse, desde já, o referido quiosque. Perante as hipóteses em causa, em 1928, Raúl Lino apresenta dois esboços:

– um, para substituir o quiosque da esplanada do templo, com o título «*projeto de transformação do antigo quiosque em vestiário e balneário para tennis*». No fundo, procede do mesmo modo com o que fez no coreto, substitui as colunas de ferro por colunas em granito, mantendo genericamente a estrutura;

– outro, para o quiosque do lago, com base na decisão da mesa da confraria exarada em ata de 10 de maio de 1928. Esta estrutura situava-se no preciso lugar do antigo, que vai ser desmantelado. Esta decisão teve um voto contra do mesário Afonso Marinho. Este projeto visava substituir outro, construído, também, em 1906, a expensas de Bernardo Sequeira, conforme anúncio do *Diário do Minho*, de 9 de julho de 1928, onde se estabelece datas de concurso e exploração do novo quiosque do lago, de acordo com o programa e moldes apresentados por Raúl Lino.

Em abril de 1929, procedeu-se à abertura de propostas para a construção de novo quiosque na esplanada do templo[74], no local do anterior, nos precisos termos apresentados por Raúl Lino. A única proposta, no valor de 19.990#00, foi apresentada pelo construtor civil Francisco de Sá, morador na rua do Corvo. Esta proposta não foi aceite e a confraria abre um segundo concurso[75].

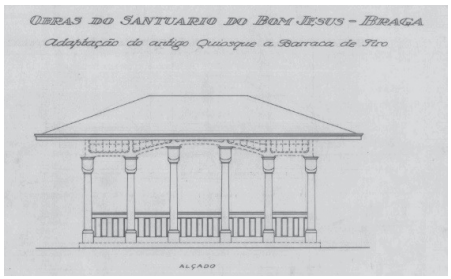
No ano seguinte, o juiz presidente da confraria, Duarte Carrilho[76], informa que já se tinha removido o antigo quiosque (Bazar Brasil) e que se tinham produzido alterações, e melhoramentos na saída do ascensor e na esplanada do templo.

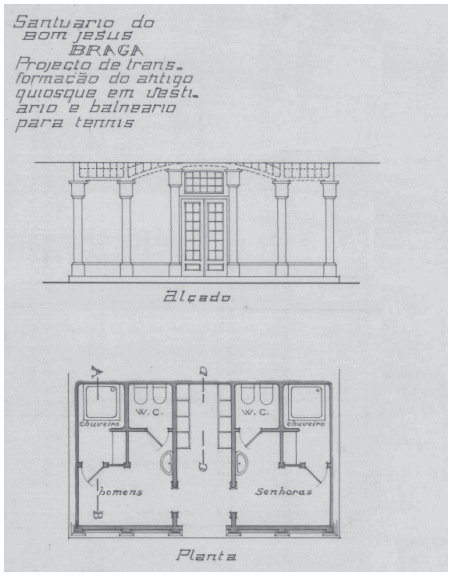
---

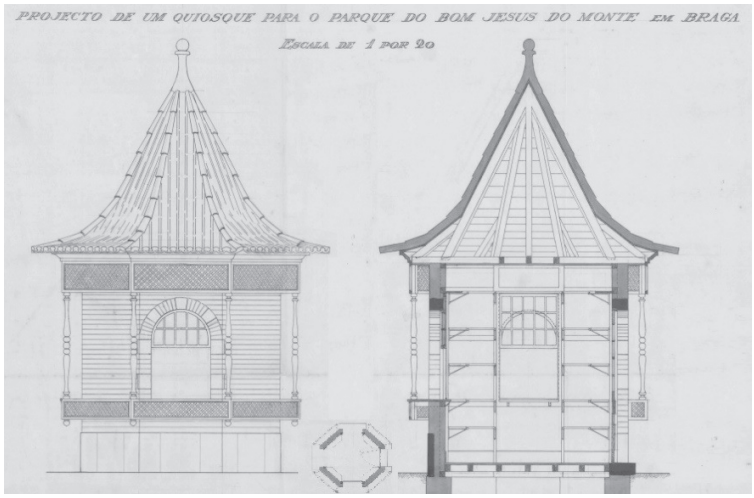
[74] Ata de 25 de abril de 1929.

[75] Para dar cumprimento ao exposto, o anúncio do *Diário do Minho* de 14 de junho de 1929, dá conhecimento da arrematação do quiosque do templo.

[76] *Diário do Minho,* de 30 de julho de 1930.


OBRAS DO SANTUARIO DO BOM JESUS - BRAGA
Adaptação do antigo Quiosque a Barraca de Tiro
ALÇADO


Santuario do
Bom jesus
BRAGA
Projecto de trans-
formação do antigo
quiosque em Vesti-
ario e balneario
para tennis
Alçado
W. C.
Chuveiro
W. C.
Chuveiro
homens
Senhoras
Planta


PROJECTO DE UM QUIOSQUE PARA O PARQUE DO BOM JESUS DO MONTE EM BRAGA
ESCALA DE 1 POR 20

CONCLUSÃO

Numa súmula temática e ideológica, Raúl Lino procurou no Bom Jesus articular a tradição com o neoclássico, revelando pormenores de um naturalismo romântico, o estilo «Casa Portuguesa», o uso do granito, as bases e colunas em granito, a utilização de varandas, alpendres, «pérgulas» de feição mediterrânica, os azulejos como exigência de cultivar a tradição portuguesa com motivos florais e vegetalistas, em detrimento do ferro forjado ou batido da «Art Nouveau».

A «belle-époque» foi marcada por profundas transformações culturais, com novos modos de pensar e viver. Tempos de «Moulin Rouge», de Henri de Toulouse-Lautrec, cabarés, cancan, cinema, impressionismo e «Art Nouveau». Tempos de inovações: telefone, telégrafo, automóvel. Tempos de cafés-concertos, balés, ópera, livrarias, teatros, *boulevards* e alta costura.

A Arte Nova surge neste contexto, como uma corrente artística que teve seu início na Europa nos finais do século XIX, com um caráter bastante decorativo. Esse movimento abrangeu as artes plásticas, o design de interiores e a arquitetura. Surgiu num período dominado pela tradição e pelo rigor formal de outras correntes, como a Arte Académica e a Neoclássica, num momento de desenvolvimento da segunda revolução industrial e da experimentação de novos materiais, como o vidro (vitrais e mosaicos), metal, madeira, ferro, o estilo floreado, a estética naturalista (folhas, flores), elementos decorativos, formas sinuosas, ondulantes e assimetria, sendo substituído, de forma natural, pela «art déco», uma certa inspiração no rococó e no barroco (Antoni Gaudi, Alfons Maria Mucha, Gustav Klimt, Victor Horta).

Na sua obra patente na estância, o polémico Raúl Lino deixa-nos marcas do seu estilo conservador e poético, nas formas e nos pormenores. Assim constatamos um retorno ao neoclássico, com origem em Carlos Amarante, ao estilo «Casa Portuguesa», em detrimento da conservação e renovação de estruturas da «Art Nouveau», em síntese, estamos perante um expressivo criador de uma «arte nova portuguesa» na busca de uma identidade nacional».

BIBLIOGRAFIA

D'Orey, Manuel Bernardo, *Fundamentos da Arquitetura em Raúl Lino*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2012.

Fernandes, José Manuel, *Arquitectura portuguesa: temas actuai,* Lisboa, Edições Cotovia. 1993.

Fernandes, José Manuel, *Português Suave: arquitecturas do estado novo*, Lisboa, IPPAR, 2003.

Irene Ribeiro, *Raúl Lino, pensador nacionalista da arquitectura*, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1994.

Jencks, Charles, *Movimentos Modernos em Arquitectura*, Lisboa, ed. Edições 70, 1985.

Lino, Raúl, *A Casa Portuguesa*. Lisboa: Comissariado Geral da Exposição de Sevilha, 1922.

Lino, Raúl, *A Nossa Casa – Apontamentos sobre o bom gosto na construção de casas simples*. Lisboa: Atlântida, 1918.

Lino, Raúl, *Casas Portuguesas – Alguns apontamentos sobre o arquitecturar das casas simples,* Lisboa, Valentim de Carvalho, 1933.

Pereira, Paulo Alexandre Alves Manta, *Raúl Lino – Arquitetura e Paisagem (1900--1948)* Lisboa, 2012.

Pereira, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, ed. Círculo de Leitores e Autores, 1995.

Quintino, José Luís da Costa, *A obra do arquiteto Raúl Lino,* Universidade Nova de Lisboa, 1983;

Irene Ribeiro, *Raúl Lino, Pensador nacionalista da Arquitetura*, Universidade do Porto, 1993.

Maria do Carmo Pimenta de Vasconcelos e Sousa Lino, *As artes decorativas na obra de Raúl Lino*, Universidade Lusíada, 1999.

Bernardo D'Orey Manoel, *Permanência e revelação em Raúl Lino*, Universidade Lusíada, 2007.

Ribeiro, Irene, *Raúl Lino, Pensador Nacionalista da Arquitectura*, Porto, Faculdade de Arquitectura da UP, 1994.

Santos, Joana Santos, *Raúl Lino (1879-1974)*, Quidnovi, 2011.

Silva, Raquel Henriques, "Arquitecturas de veraneio" in *Património Estudos*. Revista semestral do Instituto Português do Património Arquitectónico, nº 7, 2004, p.5-10.

Silva, Raquel Henriques, in *Miguel Ventura Terra. A arquitectura como projecto de vida*. Esposende: Câmara Municipal de Esposende, 2006 (catálogo de exposição coordenado por Ana Isabel Ribeiro).

O primeiro jogo oficial de futebol de âmbito nacional do Sporting Clube de Braga

JOÃO M. FERNANDES *

RESUMO

O Sporting Clube de Braga (SCB) é um dos mais importantes clubes portugueses, tendo a sua fundação estatutária ocorrido em janeiro de 1921. O primeiro jogo de futebol, oficial e de âmbito nacional, disputado pelo SCB foi realizado em junho 1923, por ocasião da 2.ª edição do Campeonato de Portugal. Para disputar esse jogo frente à Associação Académica de Coimbra (AAC), o SCB teve que se sagrar campeão distrital de Braga em 1922/23, conquistando assim o primeiro título oficial da sua história centenária. Este artigo aborda o percurso do SCB, desde a sua fundação até à disputa desse primeiro jogo nacional.

Palavras chave: Desporto, História, Futebol, Braga, Sporting Clube de Braga, Campeonato de Portugal.

ABSTRACT

Sporting Clube de Braga (SCB) is one of the most important Portuguese clubs, with its official foundation taking place in January 1921. The first official football match played by SCB at a national-level competition was held in June 1923, on the occasion of the 2nd edition of the Portuguese Championship. To play this match against Associação Académica de Coimbra (AAC), SCB had to become district champion of Braga in 1922/23, thus winning the first official title in its centenary history. This article discusses SCB's journey, from its foundation to the dispute of that first national match.

Keywords: *Sports, History, Football, Braga, Sporting Clube de Braga, Championship of Portugal.*

---

* Dep. Informática, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

1. INTRODUÇÃO

O início da prática do futebol em Braga terá ocorrido algures entre 1905 e 1908, no Liceu Nacional Central de Braga[1]. O interesse da população da cidade de Braga pelo desporto, em geral, e pelo futebol, em particular, ganharia expressão mais visível nas décadas de 1910 e 1920, período em que aparecem vários clubes. O SCB também foi criado nessa época, embora a data da sua fundação não seja um tema completamente fechado.[2] Oficialmente, o clube considera o dia 19 de janeiro de 1921, como sua data fundacional, embora existam documentos oficiais que indicam que o clube terá sido criado a 20 de março de 1919. Este artigo descreve o processo que levou o SCB a ser o primeiro clube do Minho (distritos de Braga e de Viana do Castelo) e o terceiro a nível nacional, a par da Associação Académica de Coimbra (AAC), a participar em provas nacionais, organizadas sob a égide da UFP (atual FPF).[3]

O artigo encontra-se estruturado da seguinte forma. Na secção 2, descrevem-se os primeiros jogos informais disputados pelo SCB. A secção 3 discute a fundação da Associação de Futebol de Braga (AFB), organismo que viria a conferir caráter organizado à prática do futebol no distrito. Na secção 4 faz-se uma breve descrição do primeiro campeonato distrital que o SCB disputou e venceu. Foi precisamente a conquista do título distrital que permitiu ao SCB participar no Campeonato de Portugal, em que viria a disputar o seu primeiro jogo oficial de âmbito nacional.

2. PRIMEIROS JOGOS INFORMAIS

O processo de criação do SCB foi iniciado em 1919 por um grupo alargado de jovens rapazes que queriam jogar à bola. Esse era, no essencial, o seu grande desejo, mas concomitantemente esse grupo

---

1 Lopes, J. (2022). Pelo "foot-ball" braguês: A história escondida do SCB. [edição do autor], Braga, p. 13.

2 Fernandes, J. M. e Machado J. B. (2020). A fundação do Sporting Clube de Braga, Bracara Augusta LXVIII(126-127):503-538.

3 A atual Federação Portuguesa de Futebol (FPF) teve a designação de União Portuguesa de Futebol (UFP) entre 1914 e 1926. A FPF tem por missão tutelar e regular o futebol em Portugal e rege-se pelos seus estatutos, mas também pelas normas a que está vinculada por força da sua filiação nas congéneres europeia (UEFA) e mundial (FIFA).

tratou de dar existência legal ao clube. Não é difícil acreditar que o clube disputou informalmente jogos logo em 1919, o que aliás está em linha com o facto de Joaquim Oliveira e Costa (3.º presidente do SCB em 1922 e 1923) referir ter sido futebolista do clube entre 1919 e 1926.[4] Contudo, o primeiro desafio do SCB de que há notícia ocorreu no dia 24 de Junho de 1920 (dia de São João e feriado na cidade de Braga).[5] A partida, contra o Sport Clube Caixeiros (de Braga) e realizada nos terrenos do antigo Colégio do Espírito Santo, às 17h00, saldou-se por uma vitória do SCB por uns expressivos 4-0. Nessa tarde, o SCB alinhou com Carlos Morais, José Pereira, Fernando Pereira, Gomes, Vieira, Mouta, Eurico Sameiro, Luiz Braga, Vale, Mota, Braga. O jogo teve uma grande assistência[6] e foram distribuídas medalhas aos vencedores.

A imprensa faz também referência a um segundo jogo do SCB contra o Liberdade FC (também de Braga) disputado no dia 13 de março de 1921.[7] O SCB venceu o jogo por 8-0. Os jogadores que alinharam pelo SCB e marcaram golos (indicados entre parêntesis) foram os seguintes: Carlos Morais, Seara (1), José Pereira, Fernando Pereira, Nascimento Gomes, Horácio Cunha (2), Alfredo Figueiredo (1), Juca Araújo (1), F. Dias (1), Mota (2), Francisco Estelita. Este jogo teve a particularidade de, a meio, ter sido interrompido, pois os jogadores do Liberdade FC, não satisfeitos com a validação de um golo do SCB, deitaram-se no chão. Para resolver o assunto, o árbitro decidiu não validar o golo e assim o jogo pôde ser retomado.

No dia 3 de abril de 1921, realiza-se a festa desportiva de inauguração oficial do SCB.[8] O evento contou obviamente com uma partida de futebol, entre o clube organizador e o Braga Sport Club. Venceu o SCB por 3-1.

Neste conjunto de jogos iniciais do SCB, cabe ainda referir os dois desafios disputados contra o SC Algés.[9] Este par de jogos, disputados nos dias 1 e 3 de maio de 1921, contra um adversário da zona de Lisboa, constitui o primeiro verdadeiro teste do SCB ao seu nível

---

4 Correio do Minho, 1949-06-28.

5 Diário do Minho, 1920-06-24; Os Sports, 1920-07-01. O jornal O Comércio do Porto, 1920-06-24, não refere o jogo, mas indica que o programa das festas sanjoaninas de Braga incluía "foot-ball" no programa.

6 Jornal de Notícias, 1920-06-26.

7 Lusitano, 1921-03-17; A Mocidade, 1921-03-20.

8 Lusitano, 1921-03-24 e 1921-04-14; A Mocidade, 1921-04-16.

9 Diário do Minho, 1921-03-30, 1921-04-21, 1921-04-24, 1921-04-27 e 1921-04-30.

competitivo, pois com adversários locais a exigência era bem mais baixa. Com estes jogos, chegaram as primeiras derrotas conhecidas da história futebolística do SCB: 2-5 no primeiro jogo[10] e 0-8 no segundo.[11]

Ainda em maio de 1921, o SCB defronta, no dia 22, o Varzim SC, clube do distrito do Porto já com forte tradição no futebol.[12] O jogo, realizado no campo da atual Escola Sá de Miranda, terminou com um empate (1-1), tendo o golo bracarense sido apontado por Germano Vasconcelos.

3. FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE BRAGA

O mapa da difusão do futebol em Portugal encontra-se relacionado com três fatores: a presença de ingleses, o nível de urbanização e o grau de industrialização. Essa difusão, apesar de marcada por ritmos e lógicas diferentes, deu-se sobretudo a partir da iniciativa dos clubes. A primeira associação de clubes de futebol, a AF Lisboa, foi criada em 1910. A segunda, a de Portalegre, em 1911, num distrito que, nessa altura, albergava um forte conjunto de indústrias corticeiras e têxteis.[13] Seguiu-se a AF Porto, em 1912.[14] Foram estas três associações que fundaram a FPF a 31 de março de 1914, pois eram na altura as únicas existentes.[15] A AF Funchal (Madeira) foi criada em 1916. Na primeira metade da década de 1920, foram fundadas várias associações: Évora, Angra do Heroísmo, Faro (Algarve), Coimbra, Braga, Viana do Castelo, Aveiro, Vila Real, Ponta Delgada, Santarém, Bragança, Leiria e Beja. E, pouco depois, todos os distritos do país possuíam a sua associação de futebol. As últimas associações a serem criadas foram as de Castelo Branco (1936) e da Guarda (1940).

A AFB, filiada na FPF, é o organismo responsável pela organização e regulamentação da prática do futebol no espaço geográfico do

---

10 Diário do Minho, 1921-05-03; O Comércio do Porto, 1921-05-03; A Mocidade, 1921-05-15.
11 Diário do Minho, 1921-05-04, 1921-05-05; O Comércio do Porto, 1921-05-05.
12 Diário do Minho, 1921-05-24; O Lusitano, 1921-05-26.
13 Gaspar, J. (1971). Aspectos geográficos do futebol em Portugal. Brotéria, Lisboa, p. 6.
14 Braga, Á. (1987). Associação de Futebol do Porto: 75 anos ao serviço do futebol. Associação de Futebol do Porto, Porto, p. 7.
15 Parreirão, H. (1989). 1914-1989: Os anos de diamante no 1.º centenário do futebol português. Federação Portuguesa de Futebol, Lisboa, p. 59. Coelho, J. N. e Pinheiro, F. (2002). A paixão do povo: História do futebol em Portugal. Afrontamento, Porto, p. 155.

distrito de Braga. Esta área inclui atualmente os concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vila Nova de Famalicão, Vieira do Minho, Vila Verde e Vizela. A AFB também já foi responsável por tutelar os clubes do distrito de Viana do Castelo, entre 1943 e 1972, quando a respetiva associação de futebol suspendeu a sua atividade.

A prática do futebol na cidade de Braga ter-se-á iniciado em 1909, por um grupo de sargentos do Regimento de Infantaria n.º 8, como, em 1934, refere Bernardino Gomes, na revista comemorativa do 15.º aniversário do SCB.[16] Contudo, Lopes aponta para que o futebol tenha sido experimentado mais cedo (algures entre 1905 e 1908), no Liceu Nacional Central de Braga.[17] Apareceriam, poucos anos depois, vários clubes em Braga: Foot-Ball Club de Braga (1913), Estrela Foot-Ball Club[18] (1913), Minho Sport Clube (1914),[19] Sporting Clube de Braga,[20] Grupo Desportivo da Juventude Católica (1915), Escoteiros de Portugal Grupo 18 (1916 ou antes), Grupo Desportivo da Juventude Operária (1916 ou antes), Liberdade Foot-Ball Club (1916) e Maximinos Futebol Club (1916). Até 1923 surgiram 21 clubes de futebol no concelho de Braga.[21] Pelo menos um deles, Tadim SC, estava sediado fora do casco urbano. Braga foi o epicentro do futebol minhoto no início do séc. XX, num "terramoto" que se espalharia a todo o distrito. Em novembro de 1931, os 22 clubes filiados na AFB distribuíam-se da seguinte forma pelos concelhos: Braga (11), Barcelos (4), Fafe (2), V. N. Famalicão (2), Esposende (1), Guimarães (1) e Póvoa de Lanhoso (1).[22]

---

16 Voltamos aqui a ser confrontados com a data de fundação do SCB relativa ao ano de 1919.

17 Lopes, J. (2022). Pelo "foot-ball" braguês: A história escondida do SCB. [edição do autor], Braga, p. 9.

18 Mudou de designação para Sport Lisboa e Braga e assumiu-se como filial do SL Benfica, em 1914.

19 O Sport de Lisboa, 1914-07-25.

20 O SCB, fundado em 1914 e de que apenas são conhecidas três notícias (Echos do Minho, 1914-09-16 e 1914-10-08; Jornal de Notícias, 1914-09-16), nenhuma das quais se reporta a qualquer atividade relacionada com a prática efetiva de alguma modalidade desportiva, não parece ser o mesmo clube que atualmente usa a mesma designação. Mais detalhes sobre este tema podem ser encontrados em: Fernandes, J. M. e Machado J. B. (2020). A fundação do Sporting Clube de Braga, Bracara Augusta LXVIII (126-127): 503-538.

21 Lopes, J. (2022). Pelo "foot-ball" braguês: A história escondida do SCB. [edição do autor], Braga, pp. 103-106.

22 Correio do Minho e Diário do Minho, 1931-11-07.

O cenário de domínio de Braga mantinha-se, pois metade dos clubes estavam sediados na capital do distrito.

O primeiro jogo de futebol realizado no Minho, fora do contexto escolar, terá sido disputado no dia 12 de abril 1908 em Esposende.[23] No campo da Brigadeira,[24] defrontaram-se Tennis Clube e Espozende Foot-Ball Club, sendo o resultado final um empate a duas bolas. É provável que o Tennis Clube também fosse um grupo de Esposende, uma vez que o cronista não refere a sua proveniência, como era comum na época quando o nome do clube não o incluísse. Em Esposende, existiram dois clubes de ciclismo ainda no séc. XIX: Cyclo Club Espozendense em 1896 e Velo-Club Espozendense em 1897.[25] Em 1908, há referência na imprensa ao Clube de Caçadores de Espozende[26] e, em 1909, ao Club Fluvial Espozendense.[27] Não se deve estranhar esta atividade desportiva ter acontecido em Esposende, que apesar de ser uma pequena localidade, se situa junto ao mar e é banhada pelo rio Cávado. Em Portugal, muitos dos primeiros clubes desportivos apareceram precisamente ligados aos desportos náuticos: Associação Naval de Lisboa (1856), Clube Fluvial Portuense (Porto, 1876), Clube Naval de Lisboa (1892), Associação Naval 1.º Maio (Figueira da Foz, 1893), Sport Clube Vianense (Viana do Castelo; 1898). Com tanta oferta desportiva, é natural que a mocidade de Esposende tenha também querido experimentar o futebol, cuja atividade foi relativamente intensa na década de 1910, com vários jogos a serem noticiados na imprensa local.[28] O Espozende Sport Club, de que há notícias pelo menos desde

---

23 O Espozendense, 1908-04-16.

24 A zona designada por Brigadeira situa-se na atual Travessa de Vasco da Gama, perto da qual se encontra precisamente a Travessa da Brigadeira. A zona fica próxima do atual posto da G.N.R., da central de camionagem e do recinto da feira quinzenal, contígua à Estrada Nacional 13 (por trás do Estádio Padre Sá Pereira, mais para sudeste).

25 O Povo Espozendense, 1896-11-15, 1896-11-22, 1896-12-06, 1896-12-20, 1897-04-15, 1897-06-20, 1897-08-29, 1898-08-07, 1898-08-21, 1898-10-30 e 1899-01-22. É provável que se trate do mesmo clube, que terá procedido a uma alteração da sua designação.

26 O Espozendense, 1908-09-20. Além de ser uma modalidade desportiva com presença nas Olimpíadas modernas desde a sua 1.ª edição em 1896, o tiro desportivo era considerado de relevância patriótica por contribuir para o reforço da capacidade militar do país. O tiro era visto essencialmente como uma forma de preparar os cidadãos para a defesa do país e não tanto como um desporto.

27 O Espozendense, 1909-07-29.

28 O Espozendense, 1910-09-29, 1916-06-15, 1916-09-14, 1916-10-26; ver também nota de rodapé anterior.

1916,[29] renasceria em 1949 e viria a ser o principal emblema desportivo do concelho até à sua extinção em 1978.[30]

Em Barcelos, há registos de vários clubes desde 1909: Sport Clube Barcellense (1909), União Foot Ball Barcelense (1912),[31] Barcelos Sporting Club (1913)[32]. O Gil Vicente Futebol Clube só seria criado em 1924.

A primeira referência documentada ao futebol em Guimarães refere-se a ao Foot-Ball Grupo Vimaranense corria o ano de 1913.[33] Contudo, há também a referência à existência do Atlético Sport Club em 1913, numa entrevista, realizada em 1934, a António Gualberto Pereira, na altura presidente do Vitória Sport Club.[34] Há ainda referência a duas equipas em 1912.[35] O clube vitoriano foi fundado oficialmente em 1922, mas há indícios que sustentam que terá organizado equipas de futebol em 1918.[36]

O entusiasmo pelo futebol era evidente, como se pode depreender por todo este fervilhar associativo, e alastrava-se muito rapidamente em todo o Minho. Em diferentes localidades, apareceriam as primeiras equipas e seriam disputados os primeiros jogos ainda na década de 1910 ou na primeira metade da década de 1920: Ponte de Lima (c.1910),[37] Monção (1911),[38] Viana do Castelo (1916),[39] Vila Nova

---

29 O Espozendense, 1916-06-15.

30 Jornal de Esposende, 1990-06-01.

31 O clube comemorou o seu 11.º aniversário em 1923; Acção Social, 1923-10-25.

32 O Radical, 1913-04-26 e 1913-06-14.

33 Alvorada, 1913-03-13.

34 Correio do Minho, 1934-09-23.

35 Mais Guimarães – A Revista, 2015-09 (Neves, A. A. O Vitória, no tempo do foot-ball (1922-1927).

36 Rocha, R. (1997). Vitória: 75 anos de história. Vitória Sport Clube, Guimarães. Sousa, S. (2007). Victória Sport Clube: Uma fotobiografia. Guimarães, Opera Omnia, p. 11.

37 O futebol terá sido introduzido em Ponte de Lima por volta de 1910 quando Francisco Abreu de Lima apareceu com uma bola no Campo do Arnado, localizado na freguesia de Arcozelo. Ver: Gonçalves, J. C. (2013). "Os Limianos" e a história do futebol em Ponte de Lima. Câmara Municipal de Ponte de Lima, Ponte de Lima, p. 15.

38 Ilustração Portuguesa, 1911-07-03. Ver também A Terra Minhota, 2022-04-15 (Barreto Nunes, J. A. Desportivo de Monção: História breve e seus antecedentes entre 1911 e 1951).

39 A fundação em 1916 de vários clubes de futebol ou da criação de equipas de futebol em clubes já existentes (União Futebol dos Empregados do Comércio, Grupo Sportivo Vianense, Racing Clube de Viana e Viana Taurino Clube) é referido por: Viana, R. A. F., Peixoto, A. M. e Silva, P. P. (1998). S. C. Vianense 100 anos de história em datas. 1898/1998. Sport Clube Vianense, Viana do Castelo, p. 39. Ver também: Rosa, J. A. (1973). O primeiro jogo de foot-ball disputado em Viana, in Bodas de diamante do Sport Clube Vianense 1898- 1973. A Aurora do Lima, Viana do Castelo.

de Famalicão (1916),[40] Fão (1921),[41] Fafe (1924).[42] Em 1925, funda-se o Sport Clube Fermilense, um clube sediado em Fermil de Basto, concelho de Celorico de Basto. O futebol chegava também às zonas mais rurais do distrito, bem longe dos grandes centros urbanos e populacionais.

Assim, com todo este entusiasmo crescente em relação ao futebol, não é de estranhar que as primeiras notícias relativas à tentativa de criação de uma associação de futebol no distrito de Braga remontem a dezembro de 1915, já com a presença de alguns nomes que marcaram a história do futebol distrital (António da Costa Gomes, Manuel da Costa Vilan Pereira e Joaquim de Oliveira e Costa), em representação dos clubes Foot-Ball Club de Braga (FBC Braga), Minho Sport Club (Minho SC) e Sport Lisboa e Braga (SL Braga).[43] Em 1916, há novas referências na imprensa local à possibilidade da fundação da AFB.[44] O propósito da criação da AFB era fomentar a prática do futebol e dar caráter organizativo à sua prática, numa altura em que, como se viu, começavam a aparecer vários clubes no distrito. Era necessário organizar jogos, nomear árbitros para os dirigir e estabelecer alguma ordem no movimento associativo.

---

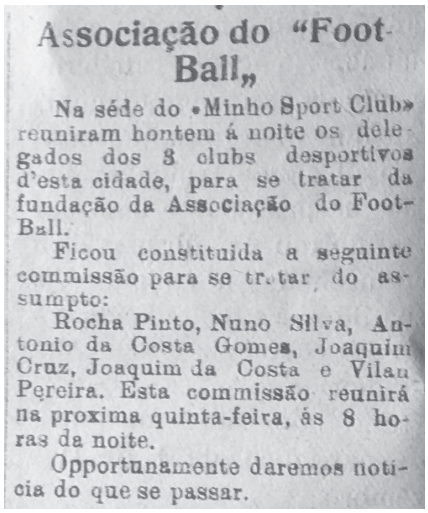
40 Sport, 1916-02-20. Ver também: Reis-Sá, J. (2016). A história do Vila Nova: 85 anos do Futebol Clube de Famalicão. Futebol Clube de Famalicão, Vila Nova de Famalicão, pp. XX.

41 O Novo Fangueiro, 2002-08-10 e 2002-11-10 (Saraiva, A. A história do futebol em Fão). Há uma notícia que parece indicar a realização de um jogo em Fão em 1910: "Foot-Ball Club: (...) teve logar o match de Foot-Ball no Campo do mesmo Club, alem da ponte, lado norte desta vila", O Espozendense, 1910-09-29.

42 O primeiro jogo ter-se-á realizado no dia 9 de março de 1924, na Feira Velha; O Desforço, 1924-03-20.

43 Echos do Minho, 1915-12-02, 1915-12-04, 1915-12-05 e 1915-12-19.

44 Norte Desportivo, 1916-02-10 e 1916-06-15.



Associação do "Foot-Ball„

Na séde do «Minho Sport Club» reuniram hontem á noite os delegados dos 8 clubs desportivos d'esta cidade, para se tratar da fundação da Associação do Foot-Ball.

Ficou constituida a seguinte commissão para se tratar do assumpto:

Rocha Pinto, Nuno Silva, Antonio da Costa Gomes, Joaquim Cruz, Joaquim da Costa e Vilau Pereira. Esta commissão reunirá na proxima quinta-feira, ás 8 horas da noite.

Opportunamente daremos noticia do que se passar.

Echos do Minho, 1915-12-05

Só após o fim da I Guerra Mundial e o fim da pandemia da gripe espanhola é que as populações minhotas começaram a desenvolver de novo as suas atividades associativas e recreativas num contexto social, político e económico bastante mais estável. A ausência de entidades que regulassem o futebol nos distritos minhotos e, consequentemente, a inexistência de provas oficiais, levou a algumas situações caricatas. Em agosto de 1921, o Varzim SC, um clube localizado no distrito do Porto, intitulava-se muito orgulhosamente Campeão do Minho.[45] A utilização desse título resultava de o próprio clube ter instituído o campeonato do Minho e de ter anteriormente (ver secção anterior) empatado um jogo disputado na cidade dos Arcebispos face ao SCB.[46] O campeonato teve algumas inscrições, mas acabou por não ser disputado qualquer jogo. Ainda assim, o Varzim SC considerou-se vencedor da prova, pelo facto de o SCB não ter restituído a visita que o clube poveiro havia feito a Braga. Em novembro de 1921, é a vez do Grupo Desportivo Famalicense anunciar a intenção de organizar o Campeonato do Minho, prova em que todos os desafios seriam disputados no seu campo de jogos.[47] Também não há informações que este campeonato tenha tido qualquer jogo.

---

45 O Lusitano, 1921-09-01.

46 O Comércio do Porto, 1921-09-03; Sporting, 1921-09-10; O Lusitano, 1921-10-06.

47 O Comércio do Porto, 1921-11-24; Sporting, 1921-11-26; Invicta Sport, 1921-12-10.

Estes dois episódios evidenciam a desorganização competitiva do futebol no distrito de Braga, mas também o grande entusiasmo que o mesmo já tinha junto da população. Mostram também o quão importante era para os clubes poderem ostentar títulos, no caso o de "Campeão do Minho", que seria reclamado, ao longo dos anos, por muitos deles, mesmo quando não havia qualquer prova que o outorgasse.

No final de 1921 têm lugar as primeiras reuniões de preparação para a criação e a constituição da AFB.[48] O dia 27 de novembro de 1921 aparece referido como sendo a data de fundação na primeira página da edição de 7 de dezembro de 1921 do Diário do Minho, citando ainda a existência de estatutos. Na edição de 29 de novembro de 1921, o mesmo jornal refere a eleição da direção da AFB, composta pelas seguintes personalidades: Joaquim de Oliveira e Costa (SCB), Carlos José de Morais (SCB), Domingos Calheiros de Carvalho (Braga SC),[49] José Duarte Rodrigues (Braga SC)[50] e Manuel da Costa Vilan Pereira[51]. Repare-se que dos três nomes referidos na tentativa de criação da AFB em 1915, ou seja, seis anos antes, só o de António da Costa Gomes não aparece agora referido.

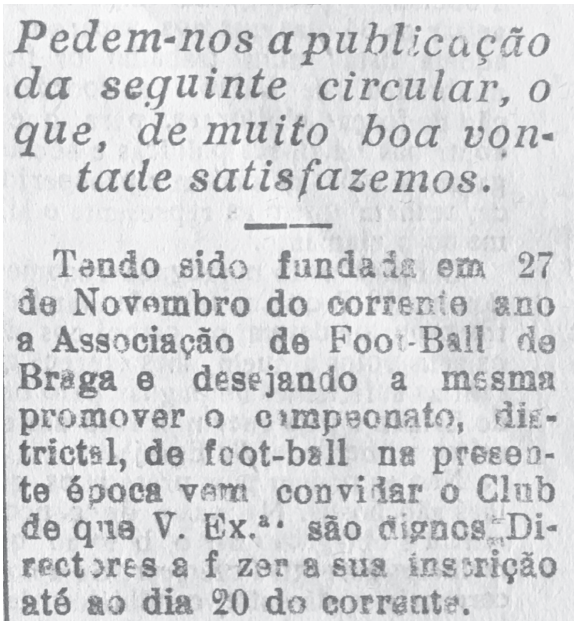
---

48 Diário do Minho, 1921-11-27, 1921-11-29, 1921-11-30 e 1921-12-18; O Comércio do Porto, 1921-11-30; Os Sports, 1921-12-04; Sporting, 1921-12-10.

49 Não confundir o Sporting Club Braga com o Braga Sport Club, que foi a designação dada ao Comércio SC em 1921 (O Lusitano 1921-01-06; Os Sports, 1921-01-13). Domingos jogou pelo Comércio SC no desafio contra o Liberdade FC; O Lusitano 1920--12-01. Anteriormente, pertenceu ao SL Braga; Echos do Minho, 1915-10-06, 1915-10-10, 1915-10-12, 1915-11-27 e 1915-12-11.

50 O seu nome aparece ligado ao SL Braga; Echos do Minho, 1915-10-10 e 1915-10-12. Também é indicado como 2.º secretário da assembleia geral do Braga SC; O Lusitano, 1924-01-10. Fez ainda parte de equipas de tiro do SCB na década de 1930; ver: Fernandes, J. M. e Oliveira, E. P. (2021). A história do Sporting Clube de Braga. Lisboa, Contraponto, pp. 345.

51 Foi jogador do Estrela SC, SL Braga e Minho SC, mas em 1921 talvez não tivesse vínculo com nenhum clube.



Pedem-nos a publicação da seguinte circular, o que, de muito boa vontade satisfazemos.

———

Tendo sido fundada em 27 de Novembro do corrente ano a Associação de Foot-Ball de Braga e desejando a mesma promover o campeonato, distrital, de foot-ball na presente época vem convidar o Club de que V. Ex.ª são dignos Directores a fazer a sua inscrição até ao dia 20 do corrente.

Diário do Minho, 1921-12-07

Estes esforços permitiram mesmo organizar campeonatos distritais (três categorias) que arrancaram a 19 de fevereiro de 1922.[52] Estavam inscritos nas diferentes provas seis clubes (cinco de Braga e um de V. N. Famalicão): Boavista FC,[53] Bracarense SC, Braga SC, Estrela SC, GD Famalicense e SCB. O SCB mostrava-se já a maior força futebolística do distrito, ao apresentar-se com equipas nas três categorias. A primeira jornada teve quatro jogos, o que permitiu a 88 futebolistas estrearem-se em jogos oficiais:

– SCB 4-1 Braga SC (1.as categorias)
– SCB 2-1 Braga SC (2.as categorias)
– SCB 5-4 Estrela SC (3.as categorias)
– Boa Vista FC 2-1 Bracarense SC (3.as categorias)

Contudo, devido a incompatibilidades entre alguns clubes, nomeadamente o SCB e o GD Famalicense, os campeonatos são interrompi-

[52] Os Sports, 1921-12-18; Diário do Minho, 1922-02-16, 1922-02-17, 1922-02-19 e 1922-02-21.
[53] Grafado à época como Boa Vista FC.

dos menos de um mês após se terem iniciado.[54] A AFB deixava de cumprir a sua função de dinamizadora do futebol distrital e a sua existência formal não terá sido oficializada.

Estes contratempos não duraram muito tempo, uma vez que a prática do futebol se implantava de forma crescente por todo o Minho. Assim, ainda em 1922, ocorreria oficialmente a fundação da AFB a 23 de novembro por iniciativa liderada pelo SCB, que é aliás o único clube fundador ainda em atividade.[55] Por ocasião dos 75 anos da AFB, João Gomes de Oliveira foi distinguido na qualidade de presidente do SCB, o único clube fundador da AFB em atividade.[56] O Braga SC e o Liberdade FC (de Braga), entretanto extintos, foram os outros dois clubes que participaram na fundação da AFB, sendo que não há registo que o último deles tenha sido sequer filiado. Gabriel d'Almeida Maia, Bernardino José da Silva Gomes, José João Rodrigues, Manuel Luiz Ferreira, Manuel da Costa Vilan Pereira, António da Costa Gomes, Fernando Carvalho Pereira e Celestino Lobo foram considerados como sócios fundadores da AFB, em assembleia geral realizada em junho de 1943, tendo posteriormente sido agraciados com o estatuto de sócios honorários.

Bernardino, Fernando e Celestino estavam vinculados ao SCB, António também devia estar e Manuel Luiz estaria ligado ao Braga SC.[57] Manuel Vilan Pereira continuaria sem vínculo clubístico em 1922. Gabriel, apesar de ter anteriormente estado ligado ao FBC Braga, poderia agora estar comprometido com o Liberdade FC, pois no jogo que este clube disputou contra Estrela SC, um ano antes, surge um

---

54 Sporting, 1922-02-10 e 1922-02-17; Diário do Minho, 1922-03-16.

55 A data de fundação é indicada como sendo 27 de novembro de 1922 no pergaminho que a AFB produziu para comemoração dos seus 50 anos. Ver: Delgado, F. N. (1972). Associação de Futebol de Braga: Cinquentenário 1922-1972. Associação de Futebol de Braga, Ver: Braga, pp. 10-11. Ver ainda: Delgado, F. N. e Guimarães, A. C. (1997). Associação de Futebol de Braga: Subsídios para a história dos 75 anos. Associação de Futebol de Braga, Braga, pp. 10, 16.

56 Diário do Minho, 1997-12-03.

57 Os dois primeiros faziam parte da equipa do clube que jogou contra uma equipa de sargentos da Infantaria; Illustração Catholica, 1913-11-08. O leitor não deve estranhar esta situação, pois nas décadas de 1910 e 1920, as pessoas ligadas ao futebol desempenhavam vários papéis (jogadores, dirigentes, árbitros, jornalistas). Manuel Ferreira fez parte da comissão organizadora que fundou, em 1914, o Minho SC e aparece referido como jogador desse clube em 1915; Echos do Minho, 1915-10-02. Manuel Ferreira foi ainda administrador do jornal "Norte Desportivo" (1916), que contou também com Bernardino Gomes e Vilan Pereira como seus redatores. Manuel Ferreira aparece como membro da direção do Braga SC; O Lusitano, 1924-01-10.

jogador de nome Maia no seu onze inicial.[58] José João Rodrigues[59] poderia também ser representante do Liberdade FC, embora não conste dos órgãos sociais do clube eleitos em janeiro de 1921.[60]

A primeira reunião da AFB ocorre no dia 4 de dezembro de 1922, com a presença de Germano de Vasconcelos (presidente), Celestino Lobo (primeiro secretário), Fernando de Carvalho Pereira (segundo secretário), António da Costa Gomes (tesoureiro), Francisco Teixeira da Silva (vogal) e Armando Guimarães (vogal). Estes nomes estão fortemente ligados aos primeiros anos de existência do SCB. Germano, Celestino, Francisco e Fernando fizeram parte dos corpos sociais do SCB no período de 1921 a 1923. Francisco Teixeira da Silva foi o 2.º presidente do clube entre junho de 1921 e janeiro de 1922. Germano de Vasconcelos foi jogador e treinador do clube. Celestino Lobo teria uma ligação de mais de 50 anos ao clube. Celestino e Germano seriam ambos presidentes da AFB e são, sem dúvida, figuras de referência para o estabelecimento do futebol organizado no distrito. António da Costa Gomes fez parte dos pioneiros do futebol bracarense através de forte ligação ao FBC Braga,[61] mas faria parte do Conselho Fiscal do SCB, como suplente, em 1922 e, como efetivo, entre 1931 e 1933. Só Armando Guimarães parece não ter tido ligação ao SCB.

Os primeiros estatutos da AFB foram aprovados em 28 de junho de 1924, numa assembleia geral que contou com a presença de representantes dos seguintes clubes: SCB, Vitória SC, Braga SC, Triunfo SC, Estrela SC e Boa Vista FC.[62] A AFB obteria o estatuto de utilidade pública a 25 de março de 1985.

---

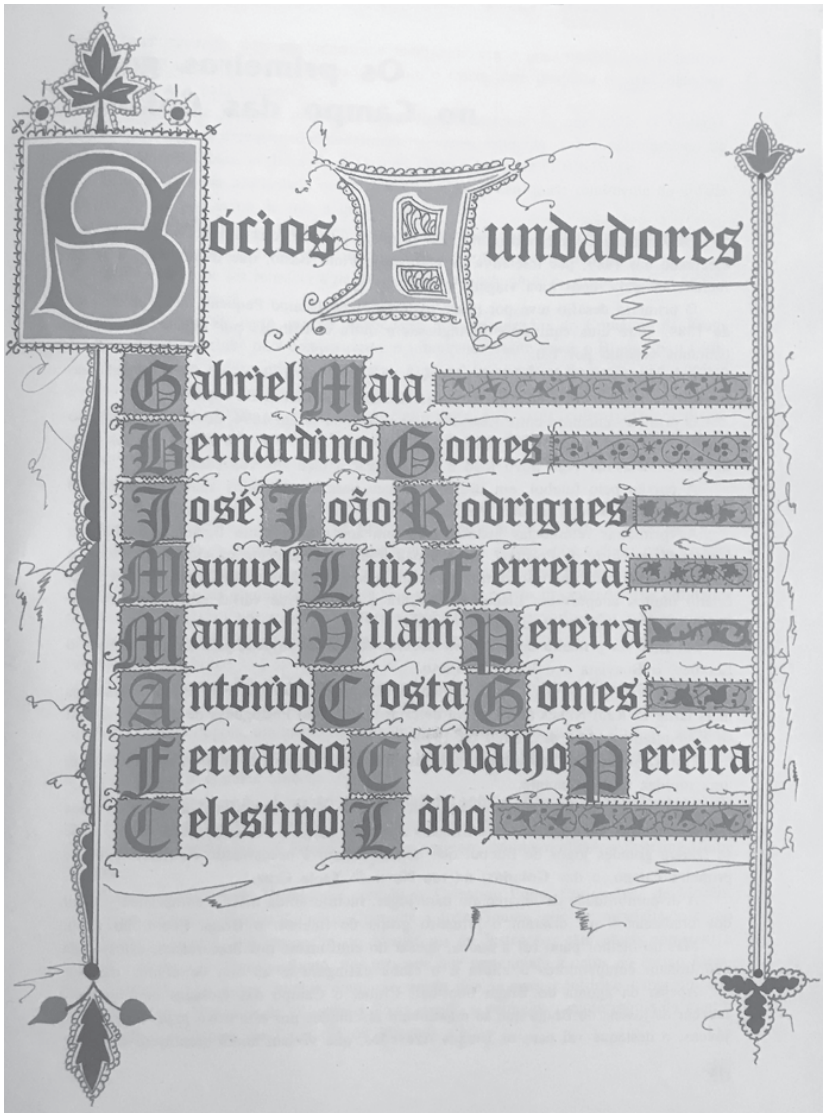
58 Diário do Minho, 1921-11-30. Alternativamente, esse jogador poderá ser José Moreira Maia que era o capitão do 2.º team do Liberdade FC em 1921; O Lusitano, 1921-01-13.

59 Repare-se que na tentativa de formar a AFB em 1921 havia um elemento chamado José Duarte Rodrigues. Em 1922, participa José João Rodrigues. Estamos em crer que poderá ser a mesma pessoa. Ver nota de rodapé 50.

60 O Lusitano, 1921-01-13.

61 Echos do Minho, 1915-11-30.

62 Delgado, F. N. e Guimarães, A. C. (1997). Associação de Futebol de Braga: Subsídios para a história dos 75 anos. Associação de Futebol de Braga, Braga, pp. 18.



Pergaminho com o nome dos oito fundadores da AFB

4. PRIMEIRO CAMPEONATO DISTRITAL

A primeira edição do campeonato distrital (primeiras categorias) foi disputada por seis clubes, quatro de Braga e dois de Barcelos: Boavista FC, Estrela SC, SC Bracarense, SCB, Triunfo SC, União FB Barcelense e estava organizada no modelo clássico (todos contra todos a duas voltas), pelo que seriam disputadas 10 jornadas. Os primeiros jogos foram disputados no dia 7 de janeiro de 1923. No jogo SCB 5-0 Boavista FC, destacaram-se, na equipa vencedora, Germano Vasconcelos, Américo Teixeira e Neca Silva.[63] A imprensa bracarense não deu especial destaque a esta prova, com a honrosa exceção de "O Ferrão", jornal de Braga em que estavam envolvidos Alfredo Malheiro e Celestino Lobo. O Diário do Minho, por exemplo, não faz referência alguma a este campeonato.

Fruto da pouca experiência organizativa e do reduzido tempo que houve para o organizar e preparar, o campeonato teve vários incidentes. Por exemplo, o jogo Boavista FC 0-1 Triunfo SC inicialmente foi homologado com o resultado 1-0. Devido a um mal-entendido, o Triunfo SC, a meio da prova, ameaçou desvincular-se da AFB. Houve também vários protestos e faltas de comparência. Um dos protestos, relativo ao jogo SCB – União FB Barcelense, estaria na génese da desistência do clube de Barcelos. Antes do início da 2.ª volta, as equipas foram divididas em duas séries.[64] O jogo final entre o Boavista FC e o SCB, que iria permitir determinar o campeão também não se disputou, em razão da desistência do primeiro. Assim, o SCB foi declarado vencedor deste primeiro campeonato distrital, o que lhe garantiu a presença no Campeonato de Portugal, como orgulhoso e primeiro campeão do distrito de Braga.[65]

5. PRIMEIRO JOGO NACIONAL OFICIAL

A AFB seria formalmente inscrita no organismo federativo (à época ainda designado UFP) no dia 21 de abril de 1923.[66] Nessa data, também foi inscrita a AF Coimbra. Estas inscrições permitiram que cada

---

63 O Lusitano, 1923-01-11. A crónica anuncia o resultado de 4-0.
64 O Ferrão, 1923-03-04.
65 O Ferrão, 1923-05-10; Diário do Minho, 1923-06-05.
66 Os Sports, 1923-04-25.

uma destas duas associações conseguisse logo em 1922/23 ter um seu representante na 2.ª edição do Campeonato de Portugal. O SCB, como campeão distrital de Braga, e a AAC foram dois dos seis participantes, juntamente com o Sporting Clube de Portugal (Lisboa), o Futebol Clube do Porto (Porto), Lusitano Futebol Clube de Vila Real de Santo António (Algarve) e Clube Sport Marítimo (Madeira). Esta 2.ª edição contou assim com seis clubes participantes de outras tantas associações distritais, um incremento significativo face à 1.ª edição em 1921/22 que só contou com dois participantes.

Todos os jogos do II Campeonato de Portugal foram disputados a uma só mão, em campo neutro, com recurso a prolongamento e penáltis, caso necessário. Na 1.ª eliminatória, participaram apenas os clubes da AFB e da AF Coimbra. O vencedor dessa eliminatória defrontaria o representante da AF Algarve e nas meias-finais entraram os clubes da AF Lisboa, da AF Madeira e da AF Porto.[67] Assim, SCB e AAC abriram a competição, naquele que foi o quarto jogo de âmbito nacional.[68] O jogo foi disputado no dia 3 de junho de 1923, no campo da Constituição na cidade do Porto. Dirigiu a partida Alfredo Figueiredo, que substituiu Ivo Cid Lemos, o árbitro nomeado para o jogo, mas que não compareceu. O SCB alinhou com Carlos Morais, Afonso Aragão, Augusto Romão, Ramião, Germano Vasconcelos, Zeca, Machado, Abreu, Neca Silva, Daniel, Américo Teixeira. Já a equipa de Coimbra apresentou-se com João Ferreira, Ribeiro da Costa, Prudêncio, Miguel, Teófilo Esquível, Galante, José Afonso, Francisco Ferreira, Augusto Pais, Neto, Gil Vicente. O jogo, segundo a generalidade da imprensa, não teve grande nível futebolístico.[69] O resultado final foi uma vitória por 2-1 para os academistas, com golos apontados por Augusto Pais e Neto. O golo bracarense foi marcado por Abreu. A imprensa de Braga criticou a atuação do árbitro da partida, apontando-lhe a responsabilidade pela derrota bracarense.[70]

---

67 Os Sports, 1923-04-25.

68 A primeira edição do Campeonato de Portugal teve a participação de apenas dois clubes: FC Porto e Sporting CP. A final disputou-se a duas mãos, mas, como cada equipa venceu o jogo que disputou na sua casa, foi necessário disputar um terceiro jogo, uma finalíssima, para decidir o campeão.

69 Sporting, 1923-06-06; Os Sports, 1923-06-07; Invicta Sport, 1923-06-09.

70 Diário do Minho, 1923-06-05; O Lusitano, 1923-06-07.

Carlos Morais

Afonso Aragão (1902-1965)

Augusto Romão

Ramião

Germano Vasconcelos (1891-1979)

Machado (1901-1969)

Abreu

Neca Silva (1903-1948)

Américo Teixeira

Fotografias de nove dos 11 jogadores que participaram no 1.º jogo oficial, de âmbito nacional, do SCB.

7. CONCLUSÃO

Este artigo aborda o primeiro jogo de uma equipa de futebol do SCB no âmbito de uma prova oficial de âmbito nacional. São descritos os diferentes passos que foram dados para se chegar à disputa desse marcante jogo, incluindo os primeiros jogos informais, a criação da AFB e a disputa do 1.º campeonato distrital.

Júlio Fragata – Uma Lição de Ciência e de Vida

MARIA TERESA FRAGATA *

RESUMO

Foram muitas as conversas, muitas as interrogações, mas do muito que nos soube transmitir com palavras simples e pensamento profundo e vigoroso, Júlio Fragata legou-nos a capacidade de levar a criatividade do seu pensar a novas conclusões e verdades inatingíveis.

ABSTRACT

There were many conversations, many questions, but Júlio Fragata, for how much he was able to convey to us with simple words and deep, powerful thought, bequeathed us the ability to take the creativity of his thinking to new conclusions and unattainable truths.

Palavras-Chave: metodologia, metafísica, uno, múltiplo, ser, essente

Key words: *methodology, metaphysics, one, multiple, being, essent*

Não é tarefa fácil recordar alguém cujo labor deixou um marco na vida de todos nós, mas as palavras ou o silêncio que sempre as acompanha servir-nos-ão, certamente, para levar a bom termo a evocação que se pretende, simples e sentida, como acontece com a vida de meu tio, Pe. Júlio Fragata.

---

* Investigadora. Doutorada pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa e pela Universidade de Bordéus.

Júlio Fragata nasceu a 17 de Abril de 1920, na pequena aldeia de Seixo de Ansiães do Distrito de Bragança, tendo sido registado em Carrazeda de Ansiães onde o meu avô era professor primário. Foi o primeiro de mais dois irmãos, o meu pai Armando, nascido em Bragança, e o meu tio Luís, nascido em Montemor-o-Velho. É notória a variedade de locais de nascimento dos meus tios e pai, mas existe, na verdade, uma explicação para estas raízes saltitantes e pouco comuns para a época. O meu avô António Júlio, nascido em Lagoaça do concelho de Freixo de Espada à Cinta, gostava imenso de mudar de ares! Tinha a seu favor o ter terminado o Magistério com a média de 20 valores e, por esse motivo, nunca ter tido qualquer problema com a sua colocação enquanto professor. A minha avó Rosalina sempre o acompanhou, pacientemente, e daí o nascimento dos seus três filhos ter ocorrido em locais bem distintos – a aldeia de Carrazeda de Ansiães, a cidade de Bragança e a vila de Montemor-o-Velho! Será desta vila que rumam a Mirandela onde Júlio Fragata fará a primeira comunhão, celebrada pelo pároco Pe. Luís que lhe ofereceu a sua primeira estampa de Santa Teresinha e que ele viria a guardar com a maior dedicação durante toda a sua vida. Nova mudança de ares, desta feita para Moncorvo onde seria crismado pelo Bispo de Bragança, D. António Bento Martins Júnior, que na altura estava em visita pastoral a esta diocese, cujo pároco era o Pe. António Pimpim. Em 1932, iniciou os seus estudos preparatórios para o sacerdócio no Seminário da Costa, em Guimarães e o meu avô acabou por fixar residência na cidade do Porto, onde mudaria de casa mais nove vezes, duas delas no mesmo prédio! Lembro-me do sorriso do meu tio ao recordar todas estas mudanças por ele anotadas no seu diário de família, e cito, “Os meus irmãos viviam em eterna surpresa! Em Guimarães, aguardava com serenidade informações sobre cada mudança e anotava no meu caderninho a rua e número da nova habitação!”

Impossível resistir ao seu sorriso de cada vez que nos presenteava com estas recordações, aliás o mesmo sorriso meigo e cheio de luz que sempre o acompanhou e que tanto aliviou a minha avó no confronto com todas estas mudanças.

Com a sua entrada para a Companhia de Jesus, em 1937, iniciou um percurso brilhante enquanto sacerdote e professor de várias universidades estatais e da igreja. Licenciou-se em Filosofia em 1947, obteve em 1951, um ano depois de ser ordenado sacerdote, a licenciatura em Teologia na Universidade de Innsbruck, na Áustria de onde partiu para Roma onde, em 1954, defendeu a sua tese “A Fenomenologia de Husserl como Fundamento da Filosofia”, e obteve o seu grau de Doutor em Filosofia. Não irei enumerar todos os locais que beneficiaram da sua presença, mas não posso deixar de

salientar o seu apego à Faculdade de Filosofia de Braga, onde começou a ensinar em 1954 e da qual foi diretor mais de 15 anos, as suas funções de Incumbido de Regência para a cadeira de História da Filosofia Moderna na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dos cursos ministrados no Brasil, do seu trabalho enquanto Provincial da Companhia de Jesus, em Lisboa, e do seu grande empenho no lançamento da secção de Viseu da Universidade Católica Portuguesa e da Extensão madeirense da mesma Universidade, das quais também foi Diretor.

Sacerdote da Companhia de Jesus, filósofo e pensador, professor e pedagogo, todas estas designações encaixam perfeitamente na sua figura pequenina, irrequieta, mas de sorriso sempre doce. De uma generosidade e simplicidade raras e de coração aberto para todos Júlio Fragata soube, com a sua inteligência e bondade, encantar e enriquecer o pensamento de todos os que com ele se cruzaram. De diálogo fácil, incentivava a que os seus alunos iniciassem um trabalho de investigação como se se tratasse, como ele tantas vezes me disse, de um despertar para a aventura do pensar. Orientava-os, sem se impor, qualidade também tão rara ainda nos tempos de hoje, e surpreendia-os com a argúcia com que envolvia o seu raciocínio.

No pouco tempo de que dispunha para visitar a família mostrou sempre uma paciência sem limites para acompanhar esta sua sobrinha muito palavrosa e de silêncios bem difíceis! Como era possível a uma adolescente estar calada quando tinha à sua frente um autêntico ficheiro de assuntos para ela percorrer e dar largas à sua imaginação? Poder abrir aquela gavetinha do seu pensamento acalmava a minha irrequietude e despertou-me para as suas aventuras do pensamento através da palavra!

Lançada a semente, a vida não permitiu que ela germinasse de imediato. Os anos foram passando e, rápido, dei por mim a chorar a sua perda e a sentir o quanto a sua presença terrena significara para mim!

Prometera-lhe não abandonar a *nossa* grande aventura pelo Saber e deitei mãos à obra. Saliento o *nossa*, porque os meus passos necessitaram dos dele para me orientar numa área, a filosófica, que não sendo a minha, sempre fez parte da minha aprendizagem e foi essencial na reflexão e análise dos temas que me propus desenvolver, quer no mestrado, quer no doutoramento. E se estas duas aventuras foram bafejadas por muitas das conversas que mantivemos um com o outro, algumas delas por mim registadas, no meu trabalho de doutoramento encontrei-me na companhia de alguns dos seus filósofos preferidos – Aristóteles, Descartes, Kant,

Kierkgaard, Heidegger, Marx, Ernst Bloch, Karl Jaspers, Sartre e Husserl – a quem também dei a mão para navegar por mares bem turbulentos do pensamento europeu entre os séculos XVI e XX e de ajuda preciosa para o enquadramento dos autores que me propusera trabalhar.

Gostava de transmitir o quanto as lições de Júlio Fragata me abriram as portas à sua concretização e o quanto o *meu caderninho de notas do tio sábio* – assim o intitulei na minha adolescência – e registo de muitas das nossas conversas me foi útil.

Uma delas aconteceu na Brotéria e estendeu-se sobre a escrita enquanto comunicação do pensamento e divulgadora de ideias de maneira profunda e clara. Em causa o seu livro *Noções de Metodologia – Para a Elaboração de um Trabalho Científico* – que eu levava comigo.

Sempre com aquele sorriso que tão bem o caracterizava, comentou:

– Pelo que vejo, já te deste ao trabalho de folhear o meu livro!

– É verdade! Estive na biblioteca a lê-lo! Que leitura tão agradável!

– Que bom, que assim me julgas! É um livro, sim, de leitura simples e que espero seja de grande utilidade para jovens, como tu, que agora iniciam alguns trabalhos e outros que queiram ir mais além nas suas investigações, como eu gostaria que acontecesse contigo mais tarde.

– Simples de ler, mas não só, respondi eu! Senti que foi muito conciso na sua elaboração, cuidadoso em querer fazer-se entender através da simplicidade com que expõe os seus argumentos!

– Tudo tem uma razão de ser, Teresinha! Se viveres a vida em simplicidade o pensamento acompanha-a e ao fazermo-lo conseguimos o raciocínio certo para que nos entendam com clareza e exatidão. Não nos devemos alongar por palavras que só servem para sobrecarregar o pensamento de quem nos lê. Daí ser muito importante a escolha do tema a abordar para ser sentido como sendo a tua inclinação pessoal; se não o fizeres dificilmente vais conseguir ser perseverante e desenvolver o teu trabalho de forma concisa e com as palavras necessárias para que entendam o que queres transmitir. Se, pelo contrário, sentires prazer no que escreves, porque o escolheste, vais ver que não precisas de dizer mais do que o que é necessário.

– Que engraçado, interrompi eu, está então a dizer-me que a verbosidade pode arruinar um trabalho!

– Claro, há que ser conciso como já te manifestei. Clarificar em demasia leva ao obscurecimento, prejudica o nosso interesse pela leitura e quando damos por isso estamos aborrecidos.

– E abrimos a boca de cansaço, digo eu! Agora compreendo o quanto uma palavra pode significar! Mas tenho que lhe confessar algo! Eu, que sou muito palavrosa, quando escrevo não gosto muito de me alargar em explicações! Estranho, não é? Até porque os autores de que gosto, como o tio sabe, são um pouco problemáticos – e falo de Goethe, Schiller, Joyce, Kafka, Celan, o nosso Pessoa – e receio não conseguir em poucas palavras desenvolver o que pretendo!

– Vais ver que não é bem assim como estás a pensar! Se fores ao fundo das questões e atingires algo ainda oculto nesses teus autores estarás sempre no bom caminho e, para o percorreres, não vais necessitar de muitas palavras. Tens de ser persistente e de ter a calma e tranquilidade necessárias para não esmoreceres na tua pesquisa. E acima de tudo nunca te esqueças de que deves utilizar um estilo singelo, despretensioso e elegante! Sabes por quê? Porque o estilo vai ser sempre o espelho do teu pensamento!

Aliviada, mas ainda duvidosa do caminho a tomar, disse:

– A sua enorme capacidade de tornar fácil o que para mim começa a ser difícil é estonteante, querido tio!

– Vê o fácil e esquece o difícil. Como já te disse, a escolha de um trabalho é de carácter pessoal. O professor pode sugerir, mas a decisão será sempre tua. Com a decisão tomada será bom não voltares atrás independentemente das dificuldades que possam surgir! Por isso eu insisto em dizer que, ao iniciares um trabalho, não deves ser muito minuciosa. O pormenor vai aparecendo à medida que vais escrevendo e muita coisa vais ter que alterar no seu percurso!

– Se eu conseguir ter tudo isso presente, parece fácil, sim! Mas se eu enveredar algum dia por um destes autores, será que me vou perder em alguma encruzilhada de onde não vou conseguir sair?

– Tenho que te recordar que as grandes hipóteses científicas exigem sempre dois trabalhos – observação e reflexão. Voltamos ao início da nossa conversa. Sê persistente para ires ao fundo de uma questão, precisa para não te perderes em deambulações e vive esses momentos com calma e tranquilidade. Se Deus o permitir gostava muito de ainda poder serenar-te e de partilhar da tua aventura.

– E vai partilhar, sim! Abriu-me o caminho, convidou-me para ir à descoberta e não quero ir sozinha!

Sorriu com os seus olhitos brilhantes e agradado com o meu entusiasmo pelo “pouquinho” que ele sempre referia transmitir. E era tanto, mas tanto, o que ele me oferecia para eu poder dar vida à palavra!

Sem ele, fisicamente, mas sentindo-o, dei por finda a minha aventura de mestrado, enveredei para o doutoramento e pressenti o seu agrado pela minha escolha – dar voz e silêncio a dois grandes vultos da cultura portuguesa e belga – Fernando Pessoa e Maurice Maeterlinck. E, de tal modo estou certa deste seu agrado que faço dele também estas palavras que o meu afeto vos dita:

– Conhecendo como te conheço, só posso dizer, que grande aventura! Prepara-te para falares com eles a duas vozes e não te esqueças do fiel que as equilibra! Serão muitas as questões, muitas as indecisões, mas as vozes possíveis e impossíveis marcarão os teus passos no silêncio de que ambos tanto gostamos!

Ao relatar-vos tudo isto, sinto que os meus encontros e trocas de impressões com o meu tio nunca acabaram! Continuei e continuo a colocar-lhe questões sempre que necessito, mesmo que a resposta só esteja para lá do visível e do audível por mim percepcionado. Ao servir-me do meu *caderninho de notas do tio sábio* enquanto doutoranda e a viver a enorme instabilidade referencial dos meus autores, senti que as suas palavras se sobrepuseram a essa inquietude e me ajudaram a explicar uma escrita vivida num eterno movimento em direção ao absoluto sempre na busca de um estado de alma e a justificar a forma infinita que definiu o inacabamento de grande parte dos seus escritos.

A conversa que se segue valida este meu sentir e é, entre muitas, a que mais me comove, dada a proximidade do ano em que o perdi – início de 1985 – e pelo local onde aconteceu – a sua estadia de uma noite em minha casa. Folheando um dos livros que eu tinha na mesa olhou-me com ar desafiador:

– Estás a ler Pessoa, muito bem! Considero-o um grande poeta filósofo que tem estado esquecido e é bem merecedor de atenção! Do que dele conheço, e não será tanto como tu, gostava que me esclarecesses quanto ao seu pensamento metafísico.

– Querido tio está a pedir-me explicações, a mim que tanto necessito das suas ... como se eu lhe pudesse ensinar algo que não saiba!

O seu sorriso era desafiador e continuei:

– Pessoa é um ser desinquieto na sua multiplicidade, certo? Parece ter sido sempre a voz em muitas vozes só para se conhecer a si e ao mundo e os seus heterónimos são disso prova dada uma vez que foi através de muitos deles que começou a conceber a metafísica primeiro como ciência do Ser, da Verdade ou Absoluto, a entendê-la depois como arte e só

mais tarde como gnose. E foi ao entender o Ser como pensamento ou essência sem existência que criou uma relação de identidade entre Ser e Não Ser, criação essa que o fez viver na negação. É doloroso, só de pensar, não acha? Mas agora sou eu que pergunto, de que maneira é que explica a passagem do uno ao múltiplo deste nosso poeta filósofo?

– Ora aí está algo bem interessante. Chegámos onde eu gostaria que chegasses!

O problema do uno e do múltiplo, como penso que já falámos há uns tempos, estimulou a reflexão filosófica desde os primórdios da filosofia ocidental. Já antes de Platão, Parménides e Heraclito se criaram duas correntes opostas, a primeiro em que o Ser era totalidade absoluta e uno e a segunda em que o Ser era mobilidade e pura dispersão. Resumindo, já nesta altura estás perante um imobilismo e um mobilismo exagerado, tendências que levaram mais tarde a que determinados filósofos acentuassem a unidade em detrimento da multiplicidade. Espinosa e Hegel são dois deles.

– Mas também outros houve que acentuaram a multiplicidade. Em tempos falámos de Hume, de Fichte. Parece-me um beco sem saída!

– Não será bem assim, Teresinha. Com a analogia conciliamos estes extremos – o ser não é pura unidade, nem pura dispersão. Engloba, portanto, os dois numa unidade imperfeita que sintetiza a identidade e diversidade.

– Mas então qual será a solução para essa unidade imperfeita?

Com as mãos uma na outra, como ele tanto gostava de falar, e muito agradado com a conversa, continuou:

– Já te falei do *ser* e do *essente*, não é verdade? O *ser* exprime a unidade e o *essente* a multiplicidade. O *ser* invade e transcende os *essentes* e a multiplicidade nasce do *ser*, não vem de fora dele. Tens que também ter em conta que qualquer *essente* da nossa experiência está sempre em evolução e não deixa de ser ele mesmo. De acordo com a teoria aristotélica de acto e potência em que um *ser* assume a sua realização de acordo com um fim e é em virtude deste que se transforma, estamos a caminho de uma concepção evolutiva do mundo e dos seus *essentes!*

– Mas como é que um *essente* é ele-mesmo pelo todo e diversificado pelo todo também?

– O *essente* é uno com o *ser*, com outro *essente* e consigo mesmo, mas também diverso do *ser*, dos outros *essentes* e até de si mesmo. O *essente* mantém com o *ser* uma intimidade, uma interioridade que o singulariza e que está implicada nele próprio e uma exterioridade ao poder distinguir-se do *ser*. Esta interioridade e exterioridade unificam-se numa totalidade e são estes três princípios que explicam a sua diversidade.

– Mas como é que o *essente* continua ele mesmo com todas as alterações do seu *ser*?

– Se voltarmos a Fernando Pessoa, motivo da nossa conversa, será capaz de explicar a passagem do uno e do múltiplo através duma determinação do *ser* dado que ele ao multiplicar-se nega-se a si próprio, e por quê? Porque para ele o *ser* e o *essente* existem na sua aparência, na sua necessidade de mudança, mudança essa que se dá na substância, não no *ser*. Ele acaba por não se realizar na sua multiplicidade, por isso a sua voz se torna uma voz impossível na multiplicidade do seu *ser*.

Esta nossa troca de impressões entrou pela noite dentro e poderia ter continuado não fossem os afazeres que o esperavam no dia seguinte. Radiante com os meus porquês, ficou a vontade de mais encontros que os houve, mas mais para lhe fazer sentir o quanto estava com ele e o quanto rezava para Deus lhe minorar a dor.

Deixou-me com as palavras que serviram de abrigo à minha investigação e que me aproximaram de um mundo real, de um imaginário, de um todo e de um nada, de um querer e de um ser, de um simples acreditar e desacreditar, de um misto antagónico de pensar, mas que me fizeram ver o visível e invisível da existência humana na figura que se queria singular do ser humano. E acima de tudo, as nossas palavras deram forma e vida à *nossa* aventura, sempre a dois, e ao trabalho que lhe dediquei.

Ao estar-lhe eternamente grata pela cumplicidade e carinho que sempre nos uniu e pela vontade que sempre teve em me abrir caminhos para o Saber, sinto que ao lado do Ser infinito que sempre o acompanhou me ajuda todos os dias a sorrir à Vida!

REFERÊNCIAS:

Fragata, Júlio. *Noções de Metodologia – Para a Elaboração de um Trabalho Científico, 3ª Edição*, Porto, Tavares Martins, 1980.

Fragata, Júlio. *Problemas da Filosofia Contemporânea*. Publicações da Faculdade de Filosofia de Braga, 1989.

Braga e a mudança liberal

JOSÉ DE SEPÚLVEDA MACEDO *

A ESTABILIZAÇÃO ANUNCIADA

O período anterior a 1851 foi marcado pela luta armada entre os miguelistas, os cartistas e os setembristas. O último episódio desta luta, a Patuleia, pouco ou nada resolveu. Podemos dizer que se limitou a reduzir as já diminutas possibilidades dos absolutistas regressarem à área do poder. Os miguelistas sabiam-no, embora mais tarde, durante a década de 70, tivessem reatado as esperanças quando os tradicionalistas espanhóis pegaram em armas contra a República recentemente instaurada naquele país. Mas de uma maneira geral, excluindo alguns irredutíveis, a consciência da derrota tornou-se dominante, como o comprova o Realista Independente, jornal tradicionalista editado em Braga, que em 1847 aconselhava o voto nos cartistas. Afirmava que se D. Miguel era impossível, só a Carta podia salvar a nação.

Até 1851, no que respeita aos liberais, permaneceram as quezílias e os afrontamentos entre os cartistas e os setembristas. O Conde de Tomar conseguiu regressar ao poder e a sua capacidade de dividir a família liberal portuguesa continuava intacta. São de todos conhecidas as rivalidades que opunham Costa Cabral e o marechal Saldanha e elas não auguravam nada de bom. Dava a sensação que o país apenas entraria em processo de pacificação quando um dos dois fosse capaz de afastar o outro.

* Licenciado em História pela Universidade do Porto em 1978. Professor aposentado do Ensino Básico e Secundário. E-mail: *sepulvedamacedo@gmail.com*

Liderado pelo duque de Saldanha, o golpe da Regeneração ocorrido em Abril de 1851 marcou um ponto de viragem. Era agora possível iniciar um período de paz onde as tarefas ligadas ao desenvolvimento e à modernização pudessem finalmente ter lugar. O país poderia calmamente caminhar em direcção ao progresso e Braga acompanhá-lo-ia. Poderiam principiar as obras e as questões ligadas à obtenção dos recursos financeiros indispensáveis entrariam na ordem do dia.

Durante o liberalismo monárquico e certamente não apenas nele, Braga poderia ser apontada como a capital das aparências. As ideias e os comportamentos mais afastados da tradição assustavam-na. A manutenção da imagem preocupava-a. Num mundo em rápida transformação que avançava no caminho do progresso, Braga também não se sentia bem com o seu próprio conservadorismo. A cidade gostava de parecer moderna e esse seu sentimento era muito bem interpretado pelos políticos locais. Abominando enfrentar a tradição, os bracarenses tentavam conciliar o passado e o presente, mostrando-se disponíveis para a promoção de obras que criassem uma imagem de progressismo à sua cidade. Estas obras eram por vezes realizadas à custa da demolição de construções antigas de reconhecido valor arquitectónico. É a isso que vamos assistir em Braga a partir da chegada da Regeneração, em 1851.

Nacionalmente, houve necessidade de recorrer ao crédito externo e os governos ficaram dependentes do mercado de capitais e da conjuntura internacional que nem sempre era a mais favorável. Seria no final da década de 60 que a economia nacional sofreria o primeiro grande abalo dos novos tempos. Quanto a Braga, as obras da cidade foram-se realizando, tal como no conjunto do país, à custa de empréstimos. Só que para os conseguir era necessário aumentar a carga fiscal sobre o consumo e isso também gerava descontentamento. Aproximava-se a Janeirinha.

O GOVERNO DE SALDANHA

O golpe da Regeneração, ocorrido no final de Abril de 1851, tinha um objectivo preciso: atingir a pacificação. Para a conseguir, o duque de Saldanha foi cauteloso. Começou por recusar os apoios partidários que lhe foram oferecidos. Não queria ficar a dever favores aos promotores das divisões que pretendia eliminar. O seu movi-

mento apenas atingiria o objectivo pretendido se fosse puramente militar, se fosse suprapartidário. E depois, então sim, seria possível esbater as diferenças, afastando as lutas partidárias para fora do local onde até então tinham acontecido – os quartéis, e remetendo-as para o sítio de onde nunca deviam ter saído, o Parlamento. Esta vontade de harmonização manifestou-se quase no imediato. Apenas 15 dias depois do golpe, a reunião da Câmara de Braga produziu uma acta surpreendente. Dizia-se:

> "Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte portaria – Ilustríssimo senhor – Por ordem de Sua Ex.ª o Marechal Duque de Saldanha, transmito a Vossa Senhoria por cópia autêntica, a portaria desta data pela qual é exonerado do lugar de escrivão desta Câmara, António José de Freitas Cunha e restituído ao exercício do mesmo lugar Manuel Joaquim da Silva Braga Manso, a fim de que a mesma Câmara se sirva dar-lhe cumprimento na parte que lhe pertence." – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de 1850-52*).

O setembrista Manso, o já nosso conhecido produtor de grandes erros ortográficos – Ver *Bracara Augusta nº 130,* Dezembro de 2022 – ascendia finalmente à qualidade de secretário vitalício da Câmara. E curiosamente conseguiu-o pela mão do grande Saldanha, um militar cujo percurso era tudo menos setembrista.

Mas a voragem demissionária não terá ficado por aqui. A tentativa de iniciar uma época de consenso pacificador terá feito com que Saldanha tentasse harmonizar os velhos patuleias mais moderados, com os políticos cartistas menos radicais, não cabralistas. E a vereação da Câmara de Braga, comprometida com o cabralismo, estava naturalmente condenada e terá sido por isso também uma vítima dos novos tempos. Na falta de documentos que o afirmem taxativamente, esta é a interpretação que parece mais consentânea com a realidade, para a demissão de uma Câmara Municipal que aconteceu em 24 de Outubro de 1851. A demissão foi seca e sem explicações adicionais:

> "Leu-se a acta antecedente e foi aprovada e logo pelo dito presidente foi apresentado um ofício do Governo Civil com data de hoje em que remetia por cópia o decreto pelo qual Sua Majestade a Rainha em 15 do corrente houve por bem dissolver a Câmara Municipal da cidade de Braga, cuja cópia do dito decreto, depois de lida à Câmara esta se deu imediatamente por dissolvida, não obstante reconhecerem os membros da mesma Câmara não haver motivos justos ou infracção de leis pelo que deva ser dissolvida."

A vereação da Câmara de Braga, comprometida com o cabralismo, estava condenada e sabia disso. Seria substituída por uma Comissão Municipal que ainda procederia a um pequeno ajuste, afastando o fiscal de obras, Guilherme José de Macedo Sá e Abreu, fazendo-o substituir por João Joaquim de Araújo Veiga. Esta demissão não teria qualquer importância relevante, se o funcionário demitido não resolvesse protestar junto do Conselho de Distrito. Foi um protesto que motivou uma resposta da Comissão Municipal, resposta que pôs a nu as arbitrariedades habituais em processos desta natureza. Espantosamente, constata-se que o fiscal, agora demitido, tinha obtido aquele emprego em 12 de Novembro de 1847, numa vaga aberta precisamente pela demissão do funcionário que agora lhe estava a retirar o lugar! Tinha sido uma ordem directa do governador Civil da altura, dada sem razões palpáveis pois o funcionário demitido tinha um currículo exemplar, com vários louvores. Agora, em 27 de Dezembro de 1851, a Comissão Municipal faz a pergunta óbvia:

> "Se o programa da Regeneração não é demissionário (*como alegava Guilherme Sá e Abreu na sua exposição*), (...) que programa era então o de 1847, em que se expulsavam empregados idóneos sem sombra de crime nem erro, sem sombra de audiência prévia e só pelo misterioso e formal mando, não convém?" – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de 1850 a 1852*).

Dois meses depois, já com uma nova vereação liderada pelo Barão de S. Martinho, um cabralista, o funcionário agora demitido seria *reconvertido* para fiscal de Posturas, com o ordenado de 200 reis diários. Esta alteração talvez corresponda a uma mudança nas opções do governo de Saldanha. O marechal, inicialmente ligado a personalidades setembristas, acabaria, devido às pressões, por se virar pouco a pouco para as influências cartistas.

A consolidação do poder de Saldanha passou por vários momentos, alguns sem intervenção directa e consciente do marechal duque. Primeiro foi o esvaziamento do radicalismo setembrista, em parte determinado pela derrota da revolução francesa de 1848 e pelo fim dos sonhos de justiça social a ela associados. A integração do radicalismo de esquerda nas estruturas políticas legais arrastou consigo o esvaziamento do cabralismo. Este passou a não ter espaço de afirmação, nem razão de ser. Durante os primeiros anos da Regeneração, o partido cabralista, esteve ora dividido, ora unido num

abraço fraternal que juntava ou separava os dois irmãos, António e José. Nesta fase os cabralistas sentiram muitas dificuldades em encontrar uma lógica de actuação, um rumo, uma base a partir da qual se pudessem organizar e agir. Na fase do radicalismo setembrista tinha existido um inimigo óbvio. Agora era tudo muito mais difuso. Os regeneradores, o outro inimigo, também abominavam o radicalismo. A única coisa possível que lhes podia ser apontada era a incapacidade para unirem a família portuguesa e para darem segurança às populações. À escala de uma cidade como Braga, isso vai notar-se no jornal *O Moderado,* um periódico cabralista. Ele apontava as suas baterias para a segurança. Não havia praticamente número nenhum onde o Moderado não apresentasse um roubo, um assassinato, o não cumprimento das Posturas, um escândalo a envolver um político local ou nacional, uma questão de segurança, no fundo. Os seus inimigos principais já não eram os miguelistas, cada vez mais divididos e em vias de se transformarem numa insignificância arqueológica. Também não eram os setembristas, dia após dia mais integrados, mais moderados e mais convencidos de que era possível atingir os objectivos através do parlamentarismo não golpista. O principal partido a disputar-lhes a influência era agora o regenerador.

O marechal, por sua vez, usou as armas que tinha ao dispor e fê-lo com mestria. Cativou os militares, impondo aquilo que na altura ficou conhecido como *promoção monstro*. No seu livro *Entre Duas Revoluções*, *J. Barbosa Colen* traçou-nos um quadro aproximado do que terá acontecido. Disse ele que quanto aos sargentos, todos foram feitos alferes.

> "Não se queria saber de merecimentos, de moralidade, de aptidão e até da realidade dos serviços. (...) Alferes todos!"

Depois seduziu os setembristas com algumas medidas políticas, nas quais se devem sublinhar as eleições directas, preconizadas em 1852 no Art.º 4º no Acto Adicional à Carta. O novo texto constitucional também passou a prever a obrigação de ser o parlamento a controlar a assinatura dos tratados internacionais. Finalmente, veio talvez a medida de maior impacto para os anos seguintes. A principal razão do fracasso de Costa Cabral esteve ligada à sua incapacidade em obter dinheiro na banca estrangeira. A insegurança nacional e internacional não convidava as instituições bancárias ao empréstimo. A aflição levou o conde de Tomar a recorrer à algibeira dos contribuintes, com os resultados catastróficos que são conhecidos.

Mas agora foi diferente. O novo ministro da Fazenda, Fontes Pereira de Melo, reduziu unilateralmente os juros da dívida para 3% e suspendeu a amortização dos empréstimos antigos. Na prática perpetuou a dívida existente. Tratou-se de uma jogada arriscada que resultou. A banca internacional aceitou a medida e o capital necessário para a modernização do país começou a fluir.

A ideia central de Fontes era a promoção de vias de comunicação. Imaginava que elas iriam permitir o desenvolvimento económico, pois as empresas produtoras passariam a ter ao seu dispor um mercado alargado. Esqueceu-se de um aspecto essencial. O grande atraso das nossas empresas produtoras iria transformar essas vias de comunicação em facilitadoras da circulação, sobretudo das mercadorias *estrangeiras*, cuja produção era mis barata O único meio de evitar isso era a imposição de taxas alfandegárias fortes sobre as importações. Só que essa medida arriscava-se a travar o afluxo dos capitais, que a construção de obras públicas exigia.

Braga vai ter, portanto, estradas novas. Mais tarde, virão os caminhos-de-ferro. E também haverá outras obras não ligadas aos transportes. Não foi no imediato, mas as coisas começaram a acontecer.

O ano de 1852 seria o da visita de D. Maria II à cidade. Foi um frenesim, um momento especial de envolvimento e de grande aceitação das instituições liberais. Foi um momento de despesas, também. Na reunião camarária de 14 de Abril de 1852 tomou-se conhecimento da novidade e adoptaram-se algumas medidas:

> "Foi presente um ofício do Ex.mo Governador Civil, datado de 13 do corrente, (...) onde se "participa que Sua Majestade a Rainha, em companhia do seu Augusto esposo e de Suas Altezas o príncipe real e do infante D. Luís, duque do Porto, resolveram visitar as províncias do norte do Reino, vindo acompanhados de 20 pessoas de primeira categoria de ambos os sexos, além das mais que costumam fazer parte da real comitiva e dos criados de mesa e mais serviço bem como dos pertencentes ao indivíduos do real séquito: cumpre que V. Ex.ª empregue todos os esforços para serem devidamente reparados aonde o carecessem as estradas do trânsito de Suas Majestades e que constam do itinerário incluso bem como para que possam ter lugar as demonstrações de respeito e deferência."

Repare-se no pormenor da reparação das estradas do *trânsito*. Era preciso manter algumas aparências.

E era também necessário providenciar os alojamentos, coisa difícil numa cidade pequena, sem os aposentos indispensáveis para acolher tanta gente, pessoas de tanto gabarito. O Governador Civil recomendava:

> "Outro sim, V. Ex.ª terá o mais eficaz cuidado em que estejam prontas as casas em que Suas Majestades têm de repousar e constantes do mencionado itinerário e de outras que lhes pareçam indispensáveis para o alojamento das demais pessoas da real comitiva. (...) Foi pelo Ex.mo presidente proposto se devia nomear uma Comissão da cidade (...) para se incumbirem da prontificação da casa e de todos os aprestes necessários para a aposentadoria de Suas Majestades. Foi unanimemente resolvido que sim e nomearam o Ex.mo Presidente da Câmara e o vereador José Joaquim Soares Russell, António Feio de Magalhães Coutinho, Gaspar da Costa Pereira de Vilhena Coutinho e o Conselheiro Joaquim da Costa Rebelo. E foi encarregado o empregado da Câmara Bento José Ferreira Vilaça da iluminação da frente da casa da Câmara – Arco da Porta Nova, entrada do campo das Hortas e entrada da Cruz de Pedra."

Mas os trabalhos desta comissão eram excessivos e na reunião seguinte, em 17 de Abril de 1852, o Presidente propôs que se deviam nomear diferentes comissões nas ruas por onde têm de passar Suas Majestades, para se encarregarem dos festejos públicos, além daqueles que estavam a cargo da Câmara. E foi unanimemente resolvido que sim.

> "E nomearam outra para a limpeza da cidade e caminhos do concelho *por onde têm de passar Suas Majestades*, da qual é presidente o Ilustríssimo vereador Bento José da Silva Braga e faz parte dela o Ilustríssimo vereador Simão Pereira de Sousa Azevedo Barbosa. O Presidente encarregado de montar e tratar da aposentadoria das pessoas da Comitiva de Suas Majestades é o Ilustríssimo Administrador do Concelho e foram nomeados os Ilustríssimos Estêvão Falcão, Manuel José da Silva Araújo Cruz, João Augusto de Magalhães Carneiro, António Ferreira Couto, José António Pereira Matos do Vale, António Lopes Monteiro, Simão Pereira de Sousa Azevedo Barbosa e o conselheiro Francisco Manuel Costa. Resolveu-se se oficiasse aos presidentes destas comissões para que fossem cientes de que esta Câmara oficiara ao seu tesoureiro a autorizá-lo para satisfazer qualquer quantia que os presidentes das Comissões acima mencionados lhes requisitassem para ir custeando as despesas que se forem fazendo e no fim serem resgatados com uma ordem de pagamento."

Repare-se mais uma vez na questão da limpeza, limitada aos locais por onde têm de passar Suas Majestades. Mas nem tudo era um mar de rosas. Em 19 de Abril de 1852, a reunião camarária recebeu novas instruções que considerou excessivas:

> "Sendo quase certo e indubitável que Suas Majestades e Altezas quererão visitar o Santuário do Bom Jesus do Monte, vou lembrar a V. Ex.ª para o comunicar à Câmara a que preside que me parecia muito conveniente que a Câmara Municipal lhe preparasse ali um refresco para oferecer a Suas Majestades. Resolveu-se que se acusasse a recepção e se dissesse que em consequência das avultadas despesas que exige a recepção de Sua Majestade e real Família, não era possível fazer preparar um refresco quando Sua Majestade viesse ao Santuário do Bom Jesus."

E havia ainda a questão dos alojamentos, não completamente resolvida. Quem tinha casa disponível, sendo miguelista, poderia não a querer emprestar para a representante de uma família que considerava renegada.

> "Foi pelo Ex.mo Presidente declarado que D. Manuel de Noronha (*miguelista...*) tinha negado a casa que possui nesta cidade para nela se fazer a aposentadoria. Resolveu-se que se oficiasse ao Governador Civil para que designasse quais as casas em que se devia fazer a mesma aposentadoria ou dar as providências que se julguem convenientes, declarando-lhe que a Câmara espera em sessão permanente a sua resposta. E em seguida compareceu o Secretário-Geral do Governo Civil e indicou as casas que tem de aluguer na Rua da Água o Ex.mo conde de Vila Pouca."

O receio de falhar era grande e a imagem precisava de ser defendida. Até se oficiou ao Presidente da Câmara Municipal do Porto, questionando-o sobre o procedimento que a Câmara tinha adoptado no bando, quando Sua Majestade entrou pela primeira vez naquela cidade. A dúvida era se o bando tinha sido acompanhado apenas pelos guardas ou pela vereação inteira. E havia também a questão do embelezamento do espaço. O Presidente foi autorizado a arranjar bandeiras para embandeirar as ruas do trânsito de Sua Majestade. Até se decidiu o tipo de bandeiras a comprar. Resolveu-se que se mandassem fazer bacalhaus.

Em 22 de Abril de 1852, o cardeal-arcebispo apareceu em cena e informou:

> "Para Sua Majestade e real família está determinado o lugar ao lado do Evangelho em quatro cadeiras que se vão mandar pôr em um trono de dois degraus com dossel vermelho. (...) No lado da Epístola fica o trono com dossel para Sua Eminência." – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de 1852-53*).

A resposta da Câmara do Porto à consulta bracarense, sobre a natureza do bando anunciador, foi inconclusiva. A resposta reflectia a natureza de quem a dava. O Porto era uma cidade muito maior e colocar nela um bando a circular pelas ruas deve ter sido considerado uma loucura.

> "Foi presente um ofício do Ex.mo Presidente da Câmara do Porto em satisfação ao desta Câmara de 19 do corrente no qual se pedia esclarecimentos sobre a recepção de Sua Majestade e diz que a Câmara do Porto nunca mandou lançar bando pela vinda de Sua Majestade àquela cidade e apenas publicou um edital designando as ruas por onde devia transitar o cortejo, proibindo o fogo-de-artifício nas ruas do trânsito e convidando os seus habitantes a darem todas as manifestações de regozijo por tão gostosa ocasião."

Braga decidiria finalmente fazer sair o seu bando na máxima força:

> "Deliberou-se que no dia 28 do corrente a Câmara saísse incorporada a convidar os habitantes a conservarem limpas as fronteiras das suas janelas e a darem todas as demonstrações de regozijo público durante a estada de Suas Majestades nesta cidade e que se pedisse uma força do regimento nº 8 e a música para acompanhar a Câmara." – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de 1852-53*).

A visita da rainha e as obras das ruas em ritmo acelerado trouxeram problemas de tesouraria. Se até aí eram frequentes as arrematações para essas obras, a partir daqui instalou-se um intervalo significativo. E pior ainda, alguns pagamentos atrasaram-se, o que motivou protestos. Em Julho de 1852, o Asilo de Entrevados Inválidos, pediu que lhe pagassem a quota votada no orçamento municipal do ano de 1851 a 1852, por se achar vencida. A Câmara resolveu lançar as culpas sobre os outros. Recomendou que se dissesse que a gerência daquela época deixara o cofre do município *alcançado*. Que a Câmara pagaria logo que pudesse.

> "Em 28 de Julho de 1852, o Governador Civil informou que o Presidente da Câmara de Amares só conseguiria pagar a quota que devia

> para o sustento dos expostos, quando Braga lhe pagasse a parte que estava a reter, resultante da arrematação da travessia do Cávado em Santa Marta e Ancede. (...) Resolveu-se que se avisasse ao Ex.mo governador Civil a recepção do seu ofício, dizendo-lhe que a Câmara andava diligenciando um empréstimo, o qual tem esperança de em breves dias o realizar. E logo que o realize, de pronto satisfará não só a supradita verba, como outras que dizem respeito ao referido deficit."

Além do empréstimo de 1.600$000 reis, pedido em Setembro de 1852 e apenas concretizado no início de 1853, a Câmara começou a pôr a casa em ordem.

Em Julho de 1852, ficou resolvido acabar com um abuso. Os baixos do edifício camarário eram ocupados como habitação pelos guardas. E como eles muitas vezes prescindiam desse direito, tinham por hábito arrendá-los, utilizando-os como se fossem propriedade sua. A Câmara decidiu que isso tinha de acabar e que quando os não quiserem habitar, deviam fechar-se para ficarem devolutos pois não era decente os guardas estarem a arrendar prédios que pertenciam ao município. – (Conforme o *Livro de Actas da Câmara Municipal de 1852-53*). Passou-se uma situação semelhante na cadeia, em Outubro desse ano. A cadeia era um espaço dividido onde funcionavam dois estabelecimentos prisionais, com carcereiros diferentes que recebiam ordenados diversos:

> "Resolveu-se que o escrivão desta Câmara exigisse do Aljubeiro – Manuel José de Jesus, o papel do contrato de arrendamento da loja que fica por baixo da entrada da Cadeia do Aljube e que se oficiasse ao Ex.mo Governador Civil para, em Conselho de Distrito, aprovar o aumento de ordenado que esta Câmara quer fazer àquele carcereiro na quantia de 45.600 que vem a ser – os 12 mil reis que percebe de ordenado anual e 33 mil reis do seu rendimento da referida loja, ficando a referida loja a ser arrendada por esta Câmara como propriedade municipal, coibindo-se a indecência de um empregado estar a receber arrendamentos de um prédio pertencente ao município." – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de 1852-53*).

Este caso seria também referido no *Livro de Correspondência para o Governo civil (1856-63)*, embora os valores aí apresentados sejam algo diferentes. O Aljubeiro considerava-se injustiçado e protestou. Dizia que o carcereiro da outra cadeia era beneficiado porque, além do vencimento igual ao seu, tinha o direito de comercializar

os excrementos dos presos, que lhe rendiam coisa como 30.000 reis anuais. E a Câmara, incomodada, respondeu:

> "A Câmara Municipal não paga com excrementos aos empregados que vencem do seu cofre e os ordenados que ela talha são estabelecidos mais decentemente."

A febre das contas certas e das economias levou ao ponto de, em 24 de Março de 1853, se ter entrado num domínio espantosamente ridículo:

> "Foi presente um ofício da Repartição de Expostos – nº 189 datado de 21 de Maio corrente do Ex.mo governador Civil, informando que convinha reduzir a despesa de mortalhas que se continuam a dar aos expostos falecidos e que de ora em diante não devia ter cada uma nem mais que uma vara nem menos que meia vara, podendo servir as mesmas mortalhas feitas pelas amas da roda, sem que por isso se lhes pague coisa alguma." – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de 1852-53*).

Daqui se conclui que a morte estava cara. Ou que talvez a falta de dinheiro tivesse outras razões ainda desconhecidas...

Em Novembro, rebentou o escândalo. Descobriu-se que o tesoureiro *não era limpo de mãos*.

> "Resolveu-se que se participasse ao Ex.mo Governador Civil que o empregado da Fazenda Bento José Ferreira Vilaça tinha sido suspenso daquele emprego por ordem do Ex.mo Presidente da Câmara, por motivo de suspeita de que o mesmo empregado não era limpo de mãos e que a Câmara reunida hoje em sessão, não só aprovou aquela suspensão, mas por unanimidade fosse demitido e nomeada uma comissão de entre os vereadores, para procederem a um minucioso exame na Repartição da Fazenda para se verificar o prejuízo que deu ao cofre municipal, aquele empregado – e do que se liquidasse se levaria ao conhecimento de Sua Ex.ª." – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de 1852-53*).

Em meados de 1853, terminou a quarentena a que a edilidade se entregara, no que respeita às obras. Ia finalmente começar um dos períodos mais profícuos neste domínio. Sob a presidência do Barão de S. Martinho, tudo principiou pelo derrube da Porta do Souto, obra celebrada como exemplo do fim dos tempos medievais. Ia finalmente conseguir-se a união, em linha recta, dos dois centros da cidade, o histórico, em volta da Sé e o moderno, no campo de Sant'Ana.

Era uma obra que exigia receita nova. Foi em 20 de Maio de 1853, que em reunião da Câmara foi deliberada a convocação do Conselho Municipal para dali a três dias. Conjuntamente com a Câmara discutiriam…

> "… se convém lançar-se mais cinco reis em cada arrátel de carne fresca por tempo de 4 anos e o seu produto ser aplicado para se pagarem as expropriações que se fizerem no rompimento da Rua do Souto – e mandarem-se reformar as ruas da cidade, se os Ilustríssimos membros do Conselho Municipal com os Ilustríssimos vereadores concordarem nesta deliberação. Resolveu-se que se pedisse às Cortes autorização para a Câmara contrair um empréstimo de 20 contos de reis."

O momento era especial e como tal exigiam-se medidas incomuns. Foi contratado, embora a prazo, um engenheiro de obras. Os novos tempos exigiam-no.

> "Foi presente nesta sessão (14 de Outubro de 1853) o engenheiro Manuel do Couto Guimarães, chamado pela Câmara para levantar a planta e cortes do rompimento da Rua do Souto, e bem assim de todas as mais obras que se tentarem para o aformoseamento das ruas e praças da cidade, pelo empréstimo para que a Câmara se acha autorizada. E tratando-se do ordenado que aquele Engenheiro devia receber em compensação do seu trabalho, quer na direcção das ditas obras, quer no levantamento daquelas plantas", decidiram-se 240 mil reis pelo espaço de um ano. – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de 1853-54*).

A demolição da Porta do Souto foi olhada como um modelo a seguir no futuro.

> "Anunciou-se igualmente que tanto o plano dos cortes da referida rua do Souto como os alinhamentos contidos na planta e perfis levantados pelo Engenheiro da Câmara, ficavam adoptados para servir de regra em todas as obras que se fazem e de futuro se fizerem (…); e bem assim que ficava adoptada a edificação levantada pelo mesmo engenheiro, para modelo de todas as edificações que de ora em diante se fizessem nesta cidade; determinando-se igualmente que tanto aquela planta e perfis como este programa, se conservassem sempre patentes na secretaria da Câmara para poderem ser examinados e consultados por todos os cidadãos que tiverem de edificar nas ruas desta cidade." – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de 1853-54,* 10 de Novembro de 1853).

Muitos anos depois, em 22 de Novembro de 1884, *O Constituinte* relembrou estes tempos difíceis, quando se iniciaram os melho-

ramentos. Parte da cidade ter-se-á alarmado, situação que, em 1884, já seria impossível acontecer, no entender daquele periódico. Quem agora, perto do final do século XIX, defendesse o regresso da cidade à situação anterior ao Barão de S. Martinho, seria tido como doido.

A autorização para a contratação do empréstimo determinou o início dos trabalhos. Como não havia bancos, o capital chegou pela mão dos particulares. Os negócios estavam finalmente em movimento e a população com posses parecia aderir. Foi em 7 de Novembro de 1853.

> "Eram três horas e meio da tarde e declarou o Sr. Presidente aberta a sessão que era extraordinária. (...) E seguidamente entraram na referida sala das sessões os cidadãos Manuel António da Silva, negociante e morador no Largo da Porta do Souto e o cidadão António de Moura Monteiro, proprietário e morador no Largo da Fonte Nova; e cada um destes contou em cima da mesa aonde faz as suas sessões a Câmara Municipal, dois contos de reis cada um e ambos a quantia de 4 contos em bom metal sonante: e entrando na mesma sala em seguida o Tabelião de notas João Baptista Pereira da Silva e o Tesoureiro Municipal Francisco António Vieira Veloso com o procurador da sua irmã, Ana Maria Veloso e pelo referido João Baptista Pereira da Silva. Foi lido um instrumento de escritura pública lavrada em sua nota do qual consta que os dois cidadãos acima mencionados, Manuel António da Silva e António de Moura Monteiro emprestavam à Câmara Municipal cada um a quantia de dois contos de reis – cuja quantia se achava em cima da referida mesa das sessões, que o tesoureiro contou e recebeu e levou para meter no cofre do Município." – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de 1852-53*).

O resto do dinheiro em falta viria mais tarde. A mãe do tesoureiro, Ana Maria Veloso, seria a principal investidora e isso mostra que começavam a criar-se condições para voos mais altos e modernos. Embora o final do ano de 1853 fosse marcado pela morte da rainha e as despesas inerentes ao funeral tivessem ultrapassado os 500 mil reis, isso já não foi problema.

Pior, foi a sucessão do Barão de S. Martinho de Dume, um cabralista, que estava à frente da Câmara. Despeitada com a edilidade que lhe sucedia, a Câmara resolveu bater o pé, apoiando-se em aspectos burocráticos. Na sua luta, foi ajudada pelo único jornal político que existia na altura. Chamava-se *O Moderado* e era de matriz cabralista. Em 25 de Novembro de 1853, *O Moderado* publicava:

> "Os bracarenses anhelavam a reeleição da Câmara actual, porque queriam continuar a ser bem administrados, porque simpatizavam com os caracteres honestos, ilustrados e justiceiros que a compunham, por-

que viam em resultado das suas fadigas prosperar esta grande cidade, porque não viam, enfim, na Câmara moribunda um corrilho político, uma corporação de bando, um contributo de intrigas e paixões ignóbeis e mesquinhas. (...) Pretende V. Ex.ª (*Trata-se do Conde de Bertiandos, o governador civil...*) envolver a cidade de Braga na oprobriosa tarefa de eleger uns poucos de homens que por aí dizem ser de fortuna (alguns deles de boa índole, é verdade), mas pobres de inteligência?"

O argumento da Câmara do Barão de S. Martinho para não aceitar a nova vereação, apoiava-se no não cumprimento da lei no que respeita ao apuramento dos votos, que devia ser feito pela mesa principal, isto é, pela mesa que reunia as freguesias da cidade.

A resposta do Governador Civil foi dura.

"Foi declarada nula e sem efeito algum a deliberação por V. Ex.ª tomada com os vereadores do biénio passado em sessão de 2 do corrente e assim outra qualquer que tomem, como nula e ilegal, não tendo V. Ex.ª desde o dia 2 do corrente outra jurisdição que não seja a de deferir juramento aos novos eleitos (...) e por isso, como Governador Civil e executor dos diferentes acórdãos do Conselho de Distrito, ordeno que V. Ex.ª suspenda quaisquer funções municipais ou eleitorais que tenha determinado e a que tencione proceder e no dia 6 do corrente pelas 10 horas da manhã deferirá aos novos eleitos o juramento designado no art.º 95 do Código Administrativo por si ou por qualquer dos vereadores imediatos do biénio de 1852 a 1853, segundo a ordem e quadro da mesma Câmara quando os mais votados, por qualquer motivo se achem impedidos; Para o que se vai dar conhecimento aos novos eleitos (...) E propondo ele presidente à deliberação da Câmara o que convinha fazer, a Câmara decidiu unanimemente que conquanto entenda dever continuar no exercício das suas funções na forma do art.º 110 e 354 do Código Administrativo enquanto não fossem substituídos legalmente como o não foram, atentas as razões dadas na acta de 2 deste mês e que já levou ao governo de Sua Majestade e que por isso a ordem dada pelo governador Civil conquanto lhes ordene suspenderem as suas funções, importa uma dissolução que só pode ser ordenada por Decreto Régio, contudo, atendendo a *que a resistência se pode tornar perigosa à ordem pública e querendo arredar de si qualquer ideia de pouco respeito às ordens superiores*, muito principalmente para evitar a anarquia municipal que a autoridade superior parece querer introduzir, ordenando a suspensão das suas funções, decidiram suspender as mesmas e largando a Administração Municipal conquanto convenientemente não houver decisão do recurso que protestam interpor, dar de tudo conhecimento ao mesmo Governador Civil para prover na administração municipal, como lhe convenha e da qual se consideram privados por força do citado ofício; *não podendo o presidente e mais vereadores deferir o juramento* que se lhes ordena visto que se considerando legal-

> mente privados do exercício das suas funções como Câmara em que deviam continuar, *tal juramento não o comporta a sua consciência* e por este modo declinam de si toda a responsabilidade que sobre eles porventura se queira fazer pesada."

A transmissão de poderes acabaria por fazer-se, sendo os faltosos substituídos pelos vereadores que foram do biénio antecedente e de 1850 a 1851 – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de 1853-54*). Foi uma situação inédita.

Embora aparentemente desavindas, as duas vereações mostraram-se coincidentes na promoção das obras. Os próximos objectivos seriam a construção do Jardim Público, do Teatro e da estrada para o Bom Jesus.

A obra do teatro seria a primeira completamente assente na iniciativa privada. Mas inicialmente não estava previsto que fosse assim. A imprensa pressionava e lembrava a necessidade da obra. Ameaçava veladamente, fazendo comparações com Guimarães. Em 26 de Abril de 1854, o jornal *O Moderado* dizia:

> "Por vezes se tem tratado de erigir um teatro em Braga e de fazer um Passeio Público, condignos da terceira cidade do reino, desta nossa augusta Sintra do norte (...) Dois projectos de tão reconhecida utilidade pública, não há decerto um só bracarense que em tese os não deseje realizados."

E em 27 de Junho, apresentava um argumento capaz de mover as consciências:

> "Aos cavalheiros que compõem esta comissão (*Refere-se à comissão promotora da construção do teatro... em Guimarães*) já cabe muita glória e não menos aos senhores accionistas que não duvidaram empregar um capital, talvez improdutivo nestes primeiros anos, para colocar a nova cidade de Guimarães na vanguarda de tantas que pretendem ser mais civilizadas e que já teriam feito grandes progressos se os seus habitantes tivessem mais amor à civilização e menos aferro ao dinheiro."

Em 25 de Agosto de 1854, foi finalmente autorizado o indispensável empréstimo:

> "Art.º 1 – É autorizada a Câmara Municipal do concelho de Braga a contrair um empréstimo até à soma de 25.221$900 reis com juro que não exceda a 6% ao ano. Art.º 2 – Para a amortização do capital e juros do empréstimo será hipotecado o produto dos impostos seguintes: 1º –

O de 10 reis em cada rasa de sal consumido no concelho. 2º – O de 160 reis sobre cada carga de peixe (à excepção da sardinha), importado e consumido no concelho. 3º – O de 120 reis em cada carga de sardinha, importada e consumida no concelho. 4º – O de 5 reis com que por Carta de Lei de 22 de Agosto de 1853, foi aumentado o imposto sobre cada arrátel de carne verde ou seca de qualquer qualidade, logo que cesse a aplicação que lhe fora dada pela dota lei. §1 – Os tributos sobre o sal, peixe e sardinha serão cobrados por 4 anos a contar da promulgação da presente lei. §2 – O aumento do imposto sobre as carnes será cobrado por espaço de 7 anos a contar do dia em que cessar a aplicação estabelecida na citada lei de 22 de Agosto de 1853. Art.º 3 – O produto do empréstimo será exclusivamente aplicado á construção de um teatro e à feitura de um Jardim e Passeio Público em Braga: e bem assim ao acabamento das obras da Biblioteca Pública da mesma cidade."

Mais uma vez seriam os impostos, sobretudo sobre a carne e sobre o vinho, as armas utilizadas para fazer face ao pagamento das dívidas relacionadas com o empréstimo.

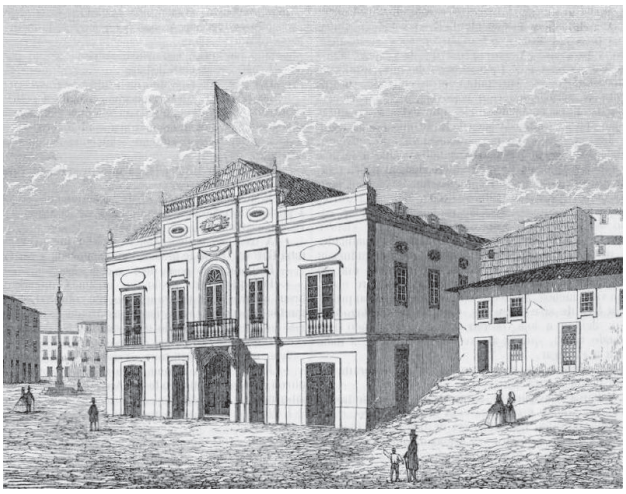


Imagem do Teatro S. Geraldo. Trata-se de um desenho de Nogueira da Silva, publicado no Archivo Pittoresco em 1862

Finalmente, depois de muita resistência, abria-se a almejada estrada do progresso. Já um ano antes, em 7 de Novembro de 1854, *O Moderado* exultara com a vitória que se anunciava:

"Um teatro e um Jardim em Braga, na terceira cidade do reino e bem dignamente reputada como a Sintra do Norte, serão dois padrões de glória para quem os realizar."

E melhor ainda, garantira-se a estrada do Bom Jesus, sempre pronta a relembrar aos que ainda duvidavam, que Braga continuava a ser fiel aos princípios religiosos, aos tempos de outrora. A cidade podia sentir-se orgulhosa. Mas enquanto pensava nestas obras, a cidade teria de enfrentar problemas muito graves. Foram situações que principiaram a desenhar-se logo em meados de 1854 e se repetiram ao longo desse ano e do seguinte. O *preço dos cereais* aumentava e as populações não gostavam.

> "Em consequência de ter subido o seu preço no mercado desta cidade, principiou a haver murmúrios do povo e para se evitar uma crise, a autoridade tomou providências. Em diferentes estradas deste município tem o povo pobre sentido e feito voltar alguns carros e cargas de cereais que saíam para fora." – (*O Moderado,* 14 de Julho de 1854).

Quinze dias depois, o governo aprovou a importação de cereais, ficando os estrangeiros equiparados a cereais nacionais. Em 6 de Fevereiro de 1855 estava instalado o flagelo da fome, segundo *O Moderado*:

> "Já que do estrangeiro não tem chegado até agora cereais bastantes para extirpar o grande mal – a fome – que já vi batendo não só à porta dos miseráveis, mas à de todos os que são abastados proprietários, é preciso adoptar medidas extraordinárias."

A caridade cristã já não conseguia responder com eficácia. Os próprios camponeses remediados estavam em dificuldades. A mendicidade tomou proporções alarmantes. Em 27 de Março de 1855, o *Moderado* aconselhava:

> "Percorrei de noite essas ruas e praças públicas e vereis cada passo um braço descarnado estendendo-se para vós, a pedir-vos uma esmola, vereis mais adiante outros a quem a fortuna sorriu cobrindo o rosto para não serem conhecidos, com voz submissa a pedirem esmola, para comprarem um bocadinho de pão para darem aos inocentes filhos."

A Câmara resolveu cortar despesas naquilo que lhe parecia mais óbvio, na iluminação. E curiosamente, o mesmo periódico que tanto lamentava as dificuldades populares, manifestou-se contra:

> "Apagar os lampiões nesta quadra e nesta crise, é privar os habitantes desta cidade de um dos mais poderosos recursos policiais contra os ladrões." (*O Moderado,* 6 de Março de 1855).

E apareceram os sem abrigo, aos quais o Governador Civil procurou dar resposta, pressionando a Câmara para que os recolhesse. Seria o desactivado quartel do Sardoal a desempenhar esse papel.

Quanto à fome, restava o recurso à caridade das classes altas. Mas elas resistiam à chamada, apoiando de forma deficiente a Comissão de Caridade que então se criou. Em 26 de Março de 1855, o *Pharol do Minho* resolveu pressionar, ameaçando publicar nomes:

> "A comissão de caridade (...) entende que aquelas pessoas a quem dirigiu cartas, e que até agora não têm subscrevido com coisa alguma, preferem antes socorrer os necessitados directamente e esmolá-los às suas portas: e por isso fará *publicar os nomes das ditas pessoas* para que os indigentes saibam onde devem dirigir-se."

E os lamentos contra a insensibilidade dos poderosos não se repetiram, o que quis dizer que as ameaças resultaram. Infelizmente, o problema não era apenas cerealífero. O oídio aparecera e os orçamentos, não só os familiares, ficaram completamente desorganizados. Em 3 de Julho de 1855 o *Bracarense* alertou:

> "O oídio acaba de aparecer em grande escala nas imediações da cidade e segundo informações que nos deram tem afectado a vinha em todo este distrito e no Alto Minho. A colheita do vinho este ano há-de ser entre nós muito escassa, se não for nula. (...) É com as rendas do vinho que os proprietários e caseiros, de ordinário, pagam as contribuições, os impostos municipais, as derramas paroquiais e alguns juros."

E para completar o quadro das desgraças, apareceu a cólera. É uma certeza que os corpos enfraquecidos resistem menos às doenças e em 1856 a cidade foi invadida pela cólera. Levando em conta o estado sanitário da cidade, apenas espanta que isso não tivesse acontecido há mais tempo. O quadro que a imprensa nos apresenta nesta área, especialmente o *Bracarense*, era verdadeiramente catastrófico.

> "Já se desinfectaram as cadeias da cidade, quando, segundo nos informou pessoa competente, são o maior foco de infecção que entre nós há? Já se procedeu à limpeza da cidade? Não há porventura no Hospital de S. Marcos uns poucos focos de infecção – as cloacas que transbordam de imundície, a ponto de se não poder habitar por perto, nem passar pela rua, entre este estabelecimento de caridade e a casa hoje do Sr. Miguel José Raio, por se achar cheia de imundície que são daquelas cloacas? Quando foi que a autoridade proporcionou os meios

> públicos, votados pelas cortes em favor da polícia sanitária, para fazer ali uma obra altamente reclamada pelas circunstâncias e que os administradores do Hospital não têm feito por falta de meios. Diga-nos mais: Já se limpou o charco que há entre o mesmo Hospital e as casas em frente à capela de S. Bento? Já se vedou os despejos de águas mal cheirosas ali perto do Largo do Ourado, onde se observa quase sempre um charco que exala pútridos miasmas e contém animais mortos? Já se limpou a Rua de Janes onde correm águas chocas e outras porcarias que saem dos canos das casas dos habitantes e com as quais se juntam as que vêm da cadeia do Castelo? Já se intimaram os vendeiros dos Chãos de Baixo para não despejarem as lavaduras com pedaços de peixe e bacalhau podre? Fiquemos hoje por aqui." – (*O Bracarense,* 27 de Julho de 1855).

Um mês depois, em 24 de Agosto, os alertas repetiram-se:

> "Chegou o mal; fez vítimas; e quais foram as medidas que apareceram? (...) O mal progrediu, atacando somente as classes indigentes. Nem macas havia, nem ainda as há convenientemente distribuídas, tendo-se chegado a usar a tumba dos mortos para conduzir os coléricos ao Hospital! Uma comissão de socorros criada antes de aparecer a cólera, nada fez! Foi decerto esta uma medida de aparato. (...) Precisava-se instantaneamente dos mais sérios cuidados sobre a higiene pública; a limpeza da cidade não se fez; sobre a venda de peixe, bacalhau e frutas podres, tomaram-se apenas uma ou duas medidas; a visita domiciliária fez-se uma só vez e mal; e quando a Mesa da Santa Casa da Misericórdia tratava de propiciar meios para sustentar um hospital de coléricos, fora do hospital civil, a autoridade proibiu-lho, chamando desperdícios a todas as despesas que ela fizesse na presente crise, e que não fossem aprovadas pelo Delegado de Saúde."

O jornal *O Moderado* de 19 de Dezembro de 1855 lembrou-se do lado mais religioso da cidade, infelizmente associado à pouca limpeza:

> "Numa terra onde tanto se acata a religião, custa a crer que os templos se encontrem exteriormente imundos como efectivamente se acham. Há por aí adro que se encontra reduzido a uma nojenta cloaca. E se o duvidam, examinem o de S. Vítor, o de S. João de Souto e, o que é mais, o mesmo da Sé Catedral."

E em 5 de Janeiro de 1856 concluiu, afirmando que acabara a peste e que a limpeza da cidade continuava abominável. Nem o exemplo da doença conseguira mover a consciência das autoridades. É muito curiosa a importância relativa que o jornal *Atalaia Católica* dá a esta

questão da higiene. Tratava-se de um periódico que se publicava com autorização eclesiástica e que portanto em princípio reflectia as posições da hierarquia da Igreja. Em 10 de Setembro de 1856, a *Atalaia Católica* disse algo extraordinário:

> "O remédio de tão grande mal (*a cólera*) bom é procurá-lo nos recursos da medicina e preveni-lo com disposições higiénicas; porém é certíssimo que a arte puramente humana nada consegue contra a ira de Deus, quando ela, longe de ser aplacada é mais irritada pela nossa obstinação no pecado."

Mais enfeudado ao poder estabelecido na Câmara de Braga e ao governo de Lisboa, *O Pharol do Minho* resistiu a considerar tão grave a situação sanitária. Preferiu não levantar tantas ondas. Em 2 de Agosto de 1855, o jornal entrou em polémica com *O Bracarense,* afirmando:

> "A reedificação dos matadouros públicos que noticiamos, não ficou só por recordação monumentosa; a Câmara Municipal tanto tem procurado obrigar os marchantes ir ali matar as reses que até nos consta que os mesmos recorreram para O Conselho de Distrito das determinações da Câmara. (...) O mesmo acontece no que respeita às cadeias da cidade, do descuido das quais se queixa o Bracarense. A nós constanos pelo contrário que muitos melhoramentos ali se têm efectuado, a instância e promovidos pelo actual Governador Civil, que tendo sido um entre os raros, que muitas vezes tem visitado aquelas prisões, tem feito com que novas serventias e arejamentos se tenham aberto nos aposentos, cuidando-se da limpeza das prisões e até do vestuário dos presos e tomando-se outras providências indispensáveis à comodidade e saúde dos mesmos. Também lhe podemos dizer alguma coisa sobre as dúvidas que se lhe oferecem a respeito das casas de serviço do Hospital de S. Marcos; mas como nem os enfermos nem o público com isso sofrem, teremos já a notar-lhe que ainda *não há muitos anos que o dito hospital tinha as cloacas dentro do próprio edifício*, o que era prejudicialíssimo; e por isso a administração do mesmo mandou edificar as mesmas fora do hospital."

Entre 1851 e 1856, a reorganização das forças políticas continuou a sua marcha. Numa fase inicial, o governo de Saldanha foi permanentemente assediado com apoios. Todos se queriam apresentar como indispensáveis, para assim poderem partilhar uma fatia da desejada autoridade.

Quanto aos miguelistas a situação era diferente. Estavam divididos entre a recusa da participação eleitoral e a aceitação dos

novos tempos. Tinham consciência de que a cedência em matéria eleitoral os faria comprar um novo problema. Se fossem eleitos seriam provavelmente obrigados a jurar fidelidade à Carta Constitucional e à família real reinante, contra quem sempre tinham lutado. Foi aliás isso o que aconteceu. Ao recusarem o juramento, os cinco deputados miguelistas eleitos em 1856, acabariam por ver vedada a sua entrada nas Cortes.

Os cartistas também não eram uma força homogénea. Aqueles que ainda não se tinham rendido à Regeneração eram uma minoria cada vez mais reduzida. Quanto aos partidários dos irmãos Cabral, iam resistindo como podiam, sustentados pela força que lhes advinha das posições importantes que continuavam a manter na Câmara dos Pares. Só que esta força era ilusória. Poderia esfumar-se, como sucedeu várias vezes ao longo do século XIX noutras situações, da forma mais simples e menos democrática que possamos imaginar. Bastava uma simples *fornada de Pares*, resultado de uma escolha real. Para alterar o equilíbrio dominante nesta Câmara era suficiente uma fornada de Pares. Bastava o rei escolhê-los, cedendo às pressões habituais dos governos acabados de nomear.

Os próprios cabralistas não eram uma força unificada. O irmão José Cabral começara por namorar a Regeneração, esperando de Saldanha a chamada para algum cargo governamental. Gorada essa hipótese, regressou aos braços do irmão António Bernardo.

Quanto aos setembristas ou àquilo que restava deles, estavam igualmente divididos em duas alas – os radicais e os ordeiros. Mantinham-se fiéis a Saldanha e numa primeira fase foram mesmo o grande apoio da nova situação. E só não desempenharam um papel mais determinante durante este período, porque Saldanha, pressionado pelos militares, os substituiu em 1852 por gente mais moderada, menos conotada com o radicalismo. Terá aliás começado nesta marginalização o início da cisão dentro da Regeneração, que acabaria por originar no futuro o aparecimento dos dois partidos centrais da vida política portuguesa desta fase: o Partido Regenerador e o Partido Histórico.

ATÉ AO INÍCIO DO 2.º GOVERNO DA LOULÉ

A política de obras públicas adoptada por Fontes Pereira de Melo exigia capitais avultados e a experiência cabralista demonstrava ser difícil e perigoso tentar obtê-los através do aumento da

carga fiscal. Foram estas dificuldades que impuseram o recurso ao crédito. Feita a opção, o valor dos juros ganhou uma nova acuidade, embora na fase inicial o custo do dinheiro tivesse momentaneamente descido na sequência da conversão forçada de 1852. Além dos juros, o outro grande problema dos empréstimos residia no capital que era possível obter sempre que o estado recorria a esta fonte de financiamento. Para que a entidade emprestadora aceitasse os desejados juros baixos, o estado português tinha de concordar receber apenas uma parte do capital. Quer isto dizer, que na prática, era habitual o país pagar *juros à cabeça*. A importância destes adiantamentos flutuava, de acordo com o mercado de capitais, e ao governo português só restava gerar confiança, para que as exigências da banca fossem mais suaves. Quando em 1856 o ministro da Fazenda sentiu que era o momento de aparentar uma imagem de maior rigor, declarando que o povo *podia e devia pagar mais*, a indignação instalou-se e a inquietação reapareceu. Ainda por cima, o momento em que essa declaração foi proferida não era o mais adequado. O país estava em sofrimento, com a fome a grassar, a cólera a espalhar-se e a consciência de um rei jovem e sensível a pairar.

A oposição reagiu e começou um processo de recolha de assinaturas contra as medidas de Fontes. E conseguiu milhares. Embora seguro da sua maioria do Parlamento, o governo de Saldanha tinha na Câmara dos Pares o seu ponto fraco. Estava consciente de que não conseguiria vencer a coligação antigovernamental alargada que se desenhava na Câmara Alta. Pediu ao monarca uma fornada de 12 Pares. Da recusa real, provavelmente potenciada pelos milhares de assinaturas da petição oposicionista, nasceu o pedido de demissão e a chegada do marquês de Loulé ao poder.

O ainda marquês de Loulé era um homem moderado, muito dado à conciliação. Não abandonara a ideia inicial que presidira à Regeneração. Era tio-avô de D. Pedro V e durante a juventude fora ministro do rei soldado, por ocasião do exílio açoriano. Simpatizara com os setembristas, embora se afastasse do radicalismo de algumas das suas ideias. Na apresentação do seu governo, foi aplaudido por Fontes, seu adversário principal, *quando declarou que prosseguiria a obra que este abandonara*. Resumindo, o governo derrotado mantinha o seu programa em funções. Apenas mudaram as personalidades e as sensibilidades. E é por isso que as únicas críticas que nesta fase inicial os regeneradores ousam fazer ao governo de Loulé, assentam na sua indecisão e na incapacidade de adopção de

medidas firmes. Repudiavam também as ideias radicais que aqui e ali por vezes transpareciam. É que sendo um moderado, o marquês de Loulé não tinha liberdade total. Precisava de fazer cedências às sensibilidades mais radicais do seu partido em que *também* se apoiava. Quanto á oposição cabralista, que tanto criticara a Regeneração, censurava no novo governo e na equipa administrativa local que o rodeava, a presença das personalidades e das políticas que tanto abominara. Continuava à espera do seu momento. Tentará ampliar a sua projecção, controlando o aparelho partidário do cartismo, então chefiado por António José de Ávila. Mas este, não querendo pactuar com radicalismos pouco adequados aos novos tempos de conciliação, abandonará o partido e passará a desempenhar momentaneamente outro papel. Nomeado por Loulé, em 1857, para ministro da Fazenda, passaria a constituir a força mais moderada num executivo já de si muito cordato. Este era, aliás, o grande medo que afligia os regeneradores. Se Ávila arrastasse consigo a maioria dos cartistas, deixaria de haver espaço para a afirmação política dos homens de Saldanha. *E então, aquela concórdia tão proclamada pelos regeneradores, arriscava-se a ser feita sem eles ou mesmo contra eles.* Felizmente para os regeneradores, as razões para aquele medo não se concretizaram. Após mais alguns sobressaltos, cada vez mais divididos, os cartistas vão tornar-se mais fracos nos anos seguintes. A sua sensibilidade cabralista acabaria por ser progressivamente absorvida pelos dois partidos herdeiros do movimento de Saldanha. O Partido Histórico tornou-se a casa dos amigos do irmão José e o Regenerador recebeu as hostes do mano António. Quanto a António José de Ávila, prosseguirá numa acção política mais independente. Depois de uma fugaz passagem pelo governo de Sá da Bandeira em 1865, participará nos executivos reformistas de 1868-70 liderados por António Alves Martins, o bispo de Viseu.

Vamos ter, portanto, um governo fontista sem Fontes. Mas as pequenas diferenças, que as circunstâncias impunham, estavam lá. Saldanha e com ele Fontes Pereira de Melo, deixaram em 1856 a governação, devido à resistência geral contra a sua tentativa de aumentar impostos. Esta resultara da tentativa de credibilizar as finanças portuguesas, em busca de melhores condições de crédito. A sua acção foi mesmo apodada de *esfoladora*. Só que a subida de Loulé ao poder não resolveu o problema. A necessidade de prosseguir a *mesma* política de obras públicas, também o pressionava ao *mesmo* aumento da carga fiscal. E isso era perigoso. Tinha de agir

com mais moderação e cuidado, se não quisesse cair no mesmo isolamento que vitimara o seu antecessor. Com os cabralistas a clamarem por economias, tinha se ser suficientemente hábil para prosseguir a mesma política, sem dar a perceber que era isso mesmo o que estava a fazer. Não conseguiria... Nunca a situação económica internacional lho permitiu.

A presença de Loulé, enquanto chefe de um governo, foi condicionada por um contexto muito desfavorável. O ano de 1857 foi marcado pela crise económica internacional que, iniciada nos EUA, rapidamente se estendeu à Inglaterra e à França. Em 1856, Fontes Pereira de Melo tinha rumado a Londres, em busca do crédito que lhe faltava para o prosseguimento das obras públicas. Os seus esforços seriam travados por um país convencido que o seu povo não podia nem devia pagar mais. O problema financeiro parecia não ter solução.

Além do problema financeiro, o novo governo teve de enfrentar uma situação política internacional muito complicada. Houve três casos interligados que lhe dificultaram a vida. Em primeiro lugar, aconteceu o choque com a França em razão do apresamento no navio negreiro Charles e George em plena faina ao largo de Moçambique. Sem força para fazer valer as suas posições, abandonado pelos ingleses a quem não convinha hostilizar a França, com quem atravessavam uma fase de relacionamento mais macio, o governo português teve de ceder. A presença de uma esquadra de guerra francesa no Tejo convenceu-o. Até aceitou pagar uma indemnização aos negreiros. Provava-se que Portugal era um país pequeno, sem qualquer capacidade de afirmação internacional. Demonstrava-se a inconsequência do orgulho nacionalista português, unicamente apoiado nas glórias passadas de um Império agora enfraquecido.

Ligada a este caso, por se tratar de uma questão igualmente francesa, está a chegada das Irmãs de Caridade. Estabelecida em Lisboa em 1857, esta Congregação procurava ajudar a população de Lisboa a enfrentar a febre-amarela. *Simplesmente as Irmãs recusavam-se a obedecer ao Prelado português*, e com essa atitude beliscavam novamente o orgulho nacional. Mas como agora não existia nenhuma esquadra ameaçadora, as Irmãs de Caridade, isoladas, foram as vítimas que sofreram a vingança do nacionalismo ferido. Acabariam por ser expulsas do país em Março de 1861, numa altura em que o Marquês de Loulé já presidia ao seu segundo governo. O processo das Irmãs de Caridade arrastou-se penosamente durante quatro anos, contribuindo para um desgaste lento, mas seguro,

da imagem consensual que o governo de Loulé pretendia transmitir. E a oposição não perdoava. Em 11 de Junho de 1862, *o Bracarense*, cavalgando o descontentamento religioso minhoto, relembrava que as Irmãs de Caridade tinham saído de Portugal. E questionava:

> "Mas que importa isso aos Históricos? O seu fim era expulsar as Irmãs de Caridade, porque as Irmãs de Caridade eram mais a subversão da ordem, eram o exército do Papa, que é o assassino do espírito e das almas, eram o terror das Lojas (*maçónicas...*) porque se introduziam ali como bruxas pelo buraco da fechadura."

Já *O Independente*, que na altura era propriedade de um membro setembrista do clero, o cónego Montalverne, não teve problemas em apoiar o governo numa medida que beliscava os interesses da Igreja. Usou para esse efeito os argumentos nacionalistas do partido Histórico:

> "O Instituto das Irmãs de Caridade francesas, tal e qual se achava atentava contra os princípios da independência nacional. Não era possível tolerar que no seio do país existisse uma associação religiosa que estivesse sujeita a um Prelado estrangeiro – que lhe prestasse obediência, recusando-se a prestá-la ao Prelado português." – (*O Independente,* 1 de Julho de 1861).

Na resolução do caso das Irmãs de Caridade, a imagem do governo histórico não passou incólume. Através de um comício em Lisboa, realizado em 5 de Março de 1861, a ala mais radical do partido quis empurrar o governo para a expulsão. E a oposição, que cavalgava cada vez mais o descontentamento religioso, acusou Loulé de ser o verdadeiro promotor desse comício. Segundo ela, o marquês montou um cenário para justificar as medidas proibitivas que o governo sempre tivera intenção de aplicar. Não era verdade, mas podia ser... À oposição, com vontade de atingir a imagem do executivo, não convinha que o caso fosse apresentado de outra maneira... O que é certo é que o governo anunciou antecipadamente a dissolução das Irmãs, procurando transformar aquele comício de protesto, que o poderia pôr em causa, numa manifestação onde seria louvado. Terá sido uma manobra que correu mal, como o diz *O Bracarense* de 15 de Março de 1861:

> "Esse célebre meeting da Sociedade Patriótica foi sem dúvida preparado por Sua Ex.ª para se descartar de algum colega a que é desafeiçoado e para se inculcar no Paço como indispensável. (...) "Todos sabemos

> que Sua Ex.ª promoveu uma sessão magna na chafarica do Beco do Rozendo onde se resolveu que houvesse no dia 10 um grande meeting no Rossio, para exigir do governo a expulsão das Irmãs de Caridade e a reforma da Câmara hereditária; e Sua Ex.ª que dá mais importância e valor às funções de venerável de um clube que aos deveres de ministro da Coroa, publicou logo a célebre portaria que apareceu no Diário de Lisboa, ditada segundo se diz por dois dos mais notáveis corifeus daquele Clube! Desgraçado país em que os negócios mais transcendentes do estado são decididos e votados no meio das trevas. (...) O Sr. Marquês de Loulé foi ludibriado por seus adeptos, que não se confinaram com as instruções que lhes foram dadas; porque apenas se viram à testa do meeting, esqueceram-se do seu grão-mestre e só trataram de lisonjear as turbas que os seguiam, prometendo-lhes a extinção dos tributos, a reforma da Carta, a expulsão dos lazaristas, a organização da guarda nacional, etc., etc."

E pior ainda, terminado o comício, foi ao duque de Saldanha que os manifestantes entregaram o documento com as suas exigências, para serem transmitidas ao rei. Parecia que confiavam mais no marechal que no próprio Loulé. As Irmãs de Caridade acabariam dissolvidas, mas não expulsas. Fiel ao seu espírito conciliador, Loulé criou uma congregação nacional com as mesmas funções assistenciais que só seria expulsa no ano seguinte, quando uma lei de âmbito mais geral proibiu todas as ordens religiosas de se dedicarem ao ensino.

O terceiro problema a afectar a imagem nacionalista do país ocorreu igualmente em 1857, com a Concordata assinada entre o Estado e a Santa Sé. Nesse documento, Portugal aceitou a redução das dimensões do padroado português no Oriente. Portugal sempre desejara promover acções de missionação católica nos territórios indianos da Inglaterra. A Santa Sé tinha ideias diferentes pois estava consciente da verdadeira dimensão a que estava reduzido o nosso império, que agora se limitava a Goa, Damão e Diu. Sendo o único membro do executivo a opor-se a esta Concordata, o ministro da Justiça resolveu demitir-se. A sua pasta seria preenchida em regime de acumulação por António José de Ávila, precisamente um dos ministros mais conservadores. Este reordenamento na esfera governativa foi mal recebido pela ala mais radical do partido Histórico e marcou o início de uma confrontação entre as duas sensibilidades que o compunham: a *unha branca* de Loulé e a *unha preta* dos radicais.

Havia ainda a questão do dinheiro, provavelmente a mais importante. Não existiam grandes alternativas que permitissem a conti-

nuação da política de obras públicas. Ou se faziam empréstimos ou se lançavam impostos. A via dos empréstimos era um verdadeiro tormento, devido às dificuldades da finança internacional. Aumentar os impostos continuava a ser extremamente perigoso.

Em 1859, *O Independente* era um bissemanário que circulava numa fase *ainda* cartista. Só mais tarde se tornaria propriedade do setembrista Montalverne. No número de 10 de Março desse ano apontou, em tom muito crítico, algumas dificuldades que o governo de Loulé atravessou. Samuel Morton Petto tinha sido o capitalista a quem o primeiro-ministro recorreu, em 1857, para relançar o movimento de obras públicas. Mas condicionado pela força da crise, Samuel Petto mostrou-se incapaz de reunir os capitais indispensáveis para a constituição da companhia a que se comprometera por contrato. Aflito, foi adiando o processo, na esperança de melhores tempos. Fê-lo sempre com a conivência de um governo que não tinha alternativas. Mas a oposição foi impiedosa e não deu espaço. Sugeriu corrupção. Disse o *Independente*:

> "São muitas e assaz fundadas, as suspeitas que pesam sobre o senhor ministro das Obras públicas de que o seu procedimento acerca do célebre contrato Petto é pouco digno de um ministro amigo do seu país e pouco próprio de um cavalheiro que estima a sua honra. A extraordinária predilecção e a demasiada indulgência manifestada constantemente pelo ministro em favor do respeitável Sir Samuel M. Petto é pouco natural e de maneira nenhuma fundada. Porquanto Sir M. Petto por contrato de 27 de Agosto de 1857 obrigou-se a construir e explorar uma linha do caminho de ferro de Lisboa até ao Porto: obrigou-se a concluir a mesma linha no prazo prefixo de 4 anos, prometendo, todavia fazê-lo em três, e até hoje não há feito nem um palmo desse caminho. (...) O que o ministro não quis fazer, quis fazê-lo a oposição, pedindo a rescisão do contrato, expressa nas cláusulas; porém, o ministro não só se opôs obstinadamente, mas ofereceu para ser aprovado um contrato novo, ultimamente estipulado com o seu predilecto e mui respeitável concessionário, Sir Samuel M. Petto. Não há dúvida; o ministro está unha e carne com Sir Petto, e vive com ele numa intimidade misteriosa, e se não é misteriosa, se é decifrável, pelo menos não pode ser explicada satisfatoriamente sem deixar gravemente ferida a honra do ministro. (...) Mas o que é o novo contrato? Que garantias dá ele de execução? Sir Petto obriga-se a construir e explorar uma linha de caminho-de-ferro até ao Porto; nós damos-lhe de subvenção 40%; emitem-se acções pelos 60; e nós garantimos o juro de seis e meio. Os capitalistas respeitáveis como Sir Petto cooperam em emitir acções com o fim de formar a companhia. Eis aqui o contrato, ou talvez melhor, eis aqui a burla." (19 de Março de 1859).

Como garantia, Samuel Petto deu ao estado português um documento que o Independente dizia que não garantia coisa nenhuma. Era uma simples promessa.

"Nós, abaixo assinados temos muita satisfação em nos compromettermos a cooperar em emitir acções, para o fim de formar uma companhia de accionistas, para ser construída e explorada uma linha do caminho-de-ferro de Lisboa até ao Porto!"

A grande crítica feita pela oposição ao ministério Loulé assentava na indolência do primeiro-ministro e na sua incapacidade em tomar decisões enérgicas. Afirmava-se que nas épocas de movimento civilizador, dois ou três anos de sono contribuem para um atraso irremediável. Nestas épocas tornam-se necessários governos que durmam pouco, dizia *O Bracarense* em 29 de Julho de 1859.

Se as dificuldades governamentais eram grandes, o mesmo se passava na administração municipal, por maioria de razão. Os orçamentos da Câmara de Braga de 1857-58 e de 1858-59 estiveram bloqueados em Lisboa, tornando inviável a concretização da vontade municipal de caminhar em direcção aos melhoramentos. Em *25 de Agosto de 1859, O Independente* transcreveu uma portaria do Ministério do Reino que apresentava as razões governamentais para um procedimento tão insólito. Basicamente era apontada uma mistura explosiva de irregularidades de gestão e de imprudência. *A Câmara Municipal não se preveniu para a eventualidade de as suas fontes de financiamento poderem secar*. Não foi propriamente uma seca atmosférica, mas foi o oídio, aliado a uma dose grande de imprudência. A maior parte das receitas da Câmara apoiava-se nos impostos lançados sobre o vinho e sobre a carne, como já vimos. Quando aquela doença afectou as videiras, a receita minguou, isso precisamente numa altura em que a edilidade se comprometera com despesas acrescidas, resultantes da iluminação a gás. E os sinais de que algo não estava a correr bem, do lado da receita, eram muitos. Logo em 20 de Junho de 1856, a Câmara, descontente com o resultado da arrematação do imposto sobre o vinho, decidiu arrecadá-lo por administração. Não havia nenhum capitalista que arriscasse um valor aceitável para os edis.

Uma portaria do Ministério do Reino explicou as causas do bloqueio do orçamento apontando-lhe vários erros onde figurava em posição de destaque a pagamento de juros com as receitas resul-

tantes dos próprios empréstimos e a apresentação de orçamentos com deficit, situação que contrariava as determinações do Código Administrativo. Será que a Câmara não sabia fazer orçamentos? Será que estas confusões eram habituais e que apenas se notavam quando havia incompatibilidades políticas entre as autoridades municipais e as nacionais? Será que havia solução?

A solução nasceria finalmente quase um ano depois, na fase final do governo regenerador de Joaquim António de Aguiar. Foi uma solução que apareceu depois de uma constatação extraordinária. Verificou-se que algumas das irregularidades camarárias bracarenses *tinham sido também cometidas pelo governo de Lisboa.* Isto é, o governo central deixara de ter argumentos válidos. Em 31 de Maio de 1860*, O Independente*, que na época já tinha assumido uma postura de apoio ao partido histórico, exultou:

> "Quebrou-se o encanto que há 4 anos encerrara e sumira, na secretaria do Reino, a questão da gerência municipal de Braga. O Sr. Fontes cedeu, enfim, não sabemos, se à força do seu dever, se aos amores de alguém, apresentando em Cortes um projecto de lei, tendente a desprender a Câmara desta cidade *dos laços com que o governo a tinha ligado*. Não podia o ministro do reino sustentar por mais tempo a pertinácia e despropósito com que tem colocado esta municipalidade numa situação desesperada, cercando-a de mil dificuldades, impedindo-a de satisfazer às necessidades mais instantes: não podia continuar a irrogar-lhe a censura imposta com que julgou feri-la em portaria de 11 de Agosto último. *Tal procedimento, depois da notável confissão do actual ministro da Fazenda, em seu relatório apresentado às Cortes na sessão de 26 de Janeiro findo seria o maior dos escândalos. (...) A existência do deficit, diz o senhor Casal Ribeiro, sucessivamente agravado, de um lado pelos juros das operações de crédito para cobrir a diferença entre a receita e a despesa, e do outro lado pelo aumento dos encargos do Tesouro, tem por mais de uma vez forçado o desvio de receita extraordinária votada para fins especiais e a aplicação às despesas gerais do estado de parte dessas receitas.* Este facto, qualquer que seja a responsabilidade legal que dela possa provir, é a consequência inevitável da situação anormal da Fazenda. O facto em que assenta essa questão acerca da gerência municipal, foi também consequência inevitável de circunstâncias que justificam plenamente a Câmara desta cidade, e que tornando-a muito menos responsável perante a lei, a colocam numa situação muito mais vantajosa que a do governo. A Câmara sentiu uma diminuição progressiva na receita que o imposto municipal devia produzir, sofrendo por isso um deficit. Depois de ter feito a possível redução na despesa, não podendo ainda assim apagar esse deficit, não querendo impor novos tributos e menos lançar derramas; propôs ao governo que lhe permitisse aplicar à amortização deste alcance, uma parte do

> rendimento do imposto votado para pagamento dos capitais que o município alevantara por empréstimo; mostrando à evidência que o total rendimento desse imposto durante o prazo legal, excedia muito a soma precisa para inteiro pagamento da dívida municipal."

Repare-se nas preocupações que o jornal, agora pertencente ao cónego Montalverne, demonstrou ao relatar o caso. A Câmara foi apresentada por ele como a vítima da intransigência do governo. Apenas lhe faltou dizer qual terá sido a cor política desse governo intransigente. Infelizmente para o Independente, o promotor da intransigência foi precisamente um governo *histórico* e, pior ainda, a solução que agora se desenhava fora trazida pela mão dos *regeneradores*...

A gestão camarária não entrou imediatamente em modo normal. Houve certamente necessidade de pagar contas antigas, regularizar situações menos claras e solucionar questões adiadas. Um ano depois, em 20 de Agosto de 1861, *O Bracarense* reconheceu que as coisas ainda não estavam nada bem. O quadro que pintou era pavoroso:

> "O município de Braga está pobre: as obras de necessidade, comodidade e aformoseamento estão atrasadas por falta de meios. Uma caixa de água projectada há muitos anos, e de urgente necessidade, está principiada e estacionada sem esperanças de poder-se ultimar, por carência de recursos. O encanamento das águas públicas está precisando de reforma com urgência, porque todos os dias arrebenta água em diversos pontos, pela ruína do aqueduto, minguando nos lugares de consumo e chegando até a sentir-se notável falta nos meses de estio. As ruas estão descalçadas e algumas intransitáveis para carruagens. A estrada para o Bom Jesus é pior do que um caminho de montanha, de modo que só a pé se pode ir com segurança visitar o santuário. A cadeia é um horroroso foco de imundícies. A casa dos expostos é antes um matadouro do que um asilo salutar de recém-nascidos. Não há um passeio público, não se têm aformoseado as ruas como pede o asseio e o bom gosto. (...) A causa disto está na falta de meios; porque o município dispõe de mui limitados rendimentos. E se o município é pobre, se está empenhado, se precisa de mais rigorosa economia para atender às suas despesas, será lícito que vá despender em festejos oficiais o que deve aplicar para obras de necessidade? (*Refere-se às despesas relacionadas com a visita de D. Pedro V à cidade*). Não seria melhor e até conforme com os desejos de Sua Majestade, manifestado numa portaria do Ministério do Reino, poupar o dinheiro dos cofres públicos e deixar os festejos à iniciativa espontânea dos cidadãos?" – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de 1860-61).*

O último grande melhoramento, a iluminação a gás, ocorrera no longínquo ano de 1856, ainda durante o governo Saldanha, com Fontes Pereira de Melo a preencher a pasta da Fazenda. Terá sido provavelmente o melhoramento que fez as contas do município descarrilarem. Vejamos:

> "Foi apresentada à Câmara (Em 27 de Março de 1856...) uma proposta feira por Jacques Mesnier, cidadão francês, em que ele se oferece a contratar com ela a iluminação desta cidade por meio de gás, debaixo de várias condições exaradas na mesma proposta. E a Câmara depois de ter deliberado acerca do objecto e reconhecendo a grande *barateza* que esta iluminação pode ter sobre a actual e que a opinião pública altamente a reclama como um melhoramento devido à terceira cidade do reino; acordou enfim que a iluminação actual fosse substituída por aquela de gás, aceitando-se desde já a proposta do dito Jacques Robert Mesnier para ser novamente considerada e comparada com quaisquer outras que porventura apareçam em concurso, que outro sim se abrisse até ao dia 15 de Abril próximo, fazendo-se para esse dia os competentes anúncios por edital afixado nos lugares públicos e publicado pela imprensa nesta cidade, na do Porto e Lisboa." – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de Braga de 1856-57*).

E foi logo no dia seguinte, em reunião com o Conselho Municipal, que se ultimaram pormenores e se constatou que afinal a barateza inicial não era assim tão evidente:

> "Por ele presidente foi comunicado (...) que a Câmara em sessão do dia de ontem deliberara substituir a iluminação actual pela de gás, contratado com qualquer empresário que oferecesse mais vantajosa proposta; mas que a despesa com esta nova iluminação excedia averba em que importava a actual e era por isso necessário criar para o custeamento dela meios de receita, visto que a receita ordinária não oferecia saldo algum que auxiliasse a execução deste pensamento, ai que a Câmara entendeu e determinou dotar esta cidade com um melhoramento de tanta magnitude, quando geralmente reclamado pelos seus habitantes; que além disto a Câmara estava autorizada a contrair um empréstimo na quantia de 11 contos e 868 mil reis para fazer abrir e levar a efeito uma nova estrada para o Bom Jesus do Monte; quantia que não era suficiente para as necessárias expropriações e para a mão-de-obra da mesma estrada: que tinham sido expedida à Câmara ordens terminantes do governo, concebidas em termos os mais severos a fim de que ela realize a confecção do Cemitério Público, para o qual não há meios alguns, visto que os fundos recebidos e em depósito com essa aplicação não só eram insuficientes, mas até foram dispostos ou despendidos diversamente pelas administrações transactas: que o aformo-

> seamento pedia que fosse alinhada uma parte da Rua do Souto, que pela sua tortuosidade e aperto não condiz de modo algum com a majestade que apresenta a corrente de novas casas da Porta do Souto, em frente da mesma rua: que era de absoluta necessidade reparar as calçadas de algumas ruas e muitos caminhos vicinais e que os meios votados para este objecto estavam inteiramente esgotados: que as águas da cidade eram poucas no verão, tendo a Câmara proporções para abastecer com facilidade, mandando abrir ou continuar as minas das Sete Fontes e reparar os canos públicos que em muitas partes não comportam peso de água e finalmente em 31 de Dezembro próximo pretérito existia um considerável deficit ou empenho, que em 30 de Junho próximo futuro tinha de ser ainda maior não só porque as vendas administradas pela Câmara não podiam dar a quantia em que tinham sido orçadas, mas também porque muitos dinheiros tiveram no ano pretérito aplicação diversa da que daquela que lhe fora dada no orçamento; e por todos os mencionados motivos propunha que se votassem novos meios de receita a fim de se proceder convenientemente na ocasião do próximo orçamento; e tendo a Câmara e Conselho Municipal entrado em deliberação e depois de discutida suficientemente a matéria, deliberou-se que se aumentasse o tributo lançado sobre os carros que entram nesta cidade, a saber de 10 reis sobre os moradores deste concelho e de 20 reis sobre os de fora, elevando-o a 30 reis cada um e por todos igualmente, visto que ainda assim fica sendo este tributo muito interior ao que se paga em quase todas as povoações desta província; e que o novo tributo de 5 reis com que por Carta de Lei foi aumentado o imposto sobre cada arrátel de carne verde e seca, continuasse por mais cinco anos a contar desde o dia em que cessar a aplicação deste mesmo imposto dado por lei de 7 de Agosto de 1854".

Concluindo, diremos que a situação financeira do município era desesperada e que o executivo camarário, em vez de a tentar resolver, decidiu criar novas despesas, com os naturais tributos destinados a aguentá-las. Uma verdadeira fuga para a frente...

A gestão camarária durante o período de 1856 a 1859, correspondeu ao primeiro governo do Marquês de Loulé e aos anos de chumbo sem orçamentos aprovados. Foi uma gestão penosa. Não havia dinheiro para nada. Confrontada com as circunstâncias, a Câmara tentou colocar ordem na casa. Em *2 de Janeiro de 1858*, a nova vereação, presidida por José Joaquim Soares Russell adoptou a medida mais radical possível.

> "Acordou-se por proposta do vereador fiscal, que não tendo sido ainda aprovado pelo governo o orçamento municipal do ano económico de 1857 a 1858 e para evitar qualquer responsabilidade, *se suspendessem as obras encetadas e respectivos pagamentos* até que pela Câmara

> se verifique o estado do cofre, se examinem os contratos relativos a essas obras e enfim os meios votados para as mesmas obras." – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de Braga de 1857-58*).

Era uma medida provisória que, em 30 de Junho de 1858, se tornou definitiva. Entrara-se numa fase de gestão dos assuntos correntes, com parte dos impostos a serem cobrados por administração ou com ameaças de o poderem vir ser. Frequentemente, a Câmara só com muita relutância e depois de várias tentativas aceitava os valores que a iniciativa privada propunha.

O caso do imposto sobre as carnes verdes e secas que a seguir é apresentado, demonstra exemplarmente o que estava em jogo. Em 12 de Junho de 1858,

> *"...*foi presente um requerimento de Lourenço da Costa Gonçalves Pereira Bernardes desta cidade, propondo à Câmara que ofereceria pelo imposto de 5 reis lançado em cada arrátel de carnes verdes e secas que se venderem para consumo neste concelho por tempo de um ano, a quantia de 5 contos e 400 mil reis. Acordou-se que se lhe aceitasse o lanço pelas seguintes razões – Primeiro – Apesar de ser esta quantia inferior à orçada é mais conveniente à Administração Municipal porque tendo ela de ser entregue aos credores nos prazos competentes e em dinheiro de prata ou ouro, nem a cobrança se verifica com a precisão necessária pelo meio de administração, nem nas espécies mencionadas e contratadas – Segundo – Porque no suposto caso também se não pode combinar definitivamente no fim de cada trimestre qual a quantia disponível para pagamento do juro e amortização, deixando um e outro de serem feitos do prefixo dia de cada trimestre, ficava a Câmara obrigada às justas exigências que aqueles credores podem fazer." – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de Braga de 1857-58*).

Talvez devido à natureza privada do contrato que tinha assinado, a iluminação a gás escapou a estes apertos. Em Maio de 1858, a Câmara tomou conhecimento, que estava pronta a fábrica que o iria produzir.

Como adiante se vê, embora as dificuldades fossem grandes, nada bania o aparato, especialmente quando *a conta não era paga pelas autoridades*. A reunião camarária de 13 de Agosto de 1858 demonstra-o:

> "Acordou-se que os vigias municipais das Posturas usem uma jaqueta de pano azul com botões amarelos tendo na gola VM de pano escarlate, sendo a gola e canhão tudo do mesmo pano e tudo à custa deles, vigias. E o fiscal usará de casaco de pano azul, gola e canhões do mesmo, botões amarelos e gola apertada."

A falta de dinheiro chegou ao ponto de motivar uma troca de argumentos azedos entre a Câmara e o Governo Civil, a respeito da comemoração do aniversário de D. Pedro V. E neste aspecto a autoridade distrital acabaria por utilizar um argumento que não tinha contraditório possível: *deu uma ordem*.

A obra da conclusão do Paço do Concelho foi outro problema. Era preciso terminá-la e se o dinheiro não existia, devia, segundo o Conselho de Estado, fazer-se um orçamento suplementar que votasse os meios necessários para se concretizar a necessária expropriação de uma casa. A Câmara não gostou da semi-ordem que estava a receber e retrucou, argumentando que eram falsas as informações prestadas pelo proprietário das casas que era preciso expropriar. Que os supostos 290 mil reis de rendimento anual que ele declarara auferir daquele edifício, não passavam afinal de uns meros 78.800. E que, portanto, o valor da expropriação tinha de ser muito mais reduzido.

O primeiro governo de Loulé aguentou-se durante três anos. Como vimos, este executivo foi condicionado por um contexto muito desfavorável. Além das tricas com a ala radical do partido nas questões da Concordata, da barca negreira Charles e George e das Irmãs de Caridade, Loulé teve de enfrentar o desafio da falta de dinheiro. Morton Petto mostrava-se incapaz, devido à crise internacional, de reunir os capitais indispensáveis para o lançamento de um caminho-de-ferro entre Lisboa e Porto. E a oposição interna não perdoava a excessiva contemporização ministerial com as demoras de Petto. O retrato da crise política foi dado em 11 de Março de 1859 por *O Bracarense*. Disse ele:

> "O ministério não se reconstituirá enquanto estiverem reunidas as Cortes; porque à reconstrução deve seguir-se a deserção de muitos deputados da maioria, que, por não serem contemplados ou os seus amigos se reunirão à oposição para derrubar o governo. A reconstrução, pois, é a morte e o ministério quer viver a todo o custo. Para fugir à reconstrução, enquanto se não discute a resposta ao discurso da coroa, pretextou-se a imensa responsabilidade do negócio Charles e George; pois ninguém queria partilhar as dificuldades de tão complicada questão. Veio depois a decantada concordata com a Cúria Romana, e dizia-se, quem há-de aceitar uma pasta antes de ser resolvida tão importante questão ministerial. Deixem passar a Concordata e depois terá lugar a reconstrução do gabinete. (...) A reconstrução não pode ter lugar enquanto não for discutido e resolvido o negócio do caminho-de-ferro do norte. Pesa sobre o gabinete a grave suspeita de ter favorecido as preten-

sões do Sr. Morton Petto; e a demora que tem havido e as dificuldades que tem ocorrido e obstado ao cumprimento do primitivo contrato, envolveram fatalmente o amável ministério em tão grande responsabilidade, que ninguém decerto quererá servir de Cirineu a tão pesada cruz."

Antigo Paço do Concelho, demolido em 1775

Dentro do partido Histórico, dava a sensação que todos queriam fazer parte do governo, mas que ninguém queria assumir a responsabilidade pelas medidas que era necessário tomar. Apertado por todos os lados, Loulé não aguentou e demitiu-se em 15 de Março de 1859. E como o jovem rei D. Pedro V não simpatizava com Fontes Pereira de Melo, entregou a chefia do governo ao duque de Terceira. Abria-se um novo tempo, que a História demonstraria ser curto. O grande problema a resolver era sempre o mesmo: o dinheiro. Em 10 de Setembro de 1859, *O Bracarense* mostrou-se esperançado com a assinatura dos contratos com José Salamanca e Charles Langlois, o primeiro referente aos caminhos-de-ferro e o segundo ligado à construção de estradas. A informação que deu era prometedora:

"Dizem de Lisboa que além do contrato provisório – Salamanca – para caminhos-de-ferro do norte e sul, está celebrado outros com uma companhia para a construção das estradas mais importantes do reino.

> (...) O governo trabalha, estuda e não dorme. Tem dado disso exuberantes provas. A oposição combate-o de um modo pouco digno. Não lhe agrada o contrato Salamanca, porque é bom demais! (...) E nós louvamo-lo por isso mesmo que fez o novo contrato para as referidas linhas férreas, e trabalha no desenvolvimento da riqueza nacional pelos melhoramentos materiais e morais."

Seria um entusiasmo prematuro... Logo em 31 de Janeiro de 1860, *O Bracarense* reconheceu a necessidade de fazer sacrifícios:

> "A situação do governo é melindrosa; a tarefa da Câmara é árdua. Projectos salvadores são difíceis de fazer na actualidade, e a sua discussão no seio de uma Câmara em que não haja decidido amor da pátria, é arriscada e pode até ser infecunda. O país não se emancipa da sua grande dívida, nem melhora moral e materialmente com a receita presente. Essa mal chega para a voragem das despesas ordinárias do estado. Mas é mister pagar e fazer melhoramentos para sairmos do abatimento a que nos levaram. É mister portanto sacrifícios. (...) É necessário fazer sacrifícios: façam-se contanto que deles resulte a salvação da pátria; mas paguem todos e haja justiça, para que uns não chorem e outros fiquem a rir."

Quem diria que um jornal permanentemente disposto a criticar o despesismo histórico, reconhecesse agora a necessidade de seguir a velha máxima de Fontes, segundo a qual o povo podia e devia pagar mais? Como sempre acontece nestas situações, só havia um caminho. Havia que dizer que os sacrifícios que agora se vislumbravam seriam muito mais justos do que os preconizados pelos históricos.

A prova de que alguma coisa estava a mudar, em termos de disponibilidade financeira sentiu-se nas polémicas com Guimarães sobre a directriz da estrada que ligaria o Porto a Chaves. *O Bracarense* puxou naturalmente a brasa para a sardinha da Roma portuguesa. Admitindo que no contrato Charles Langlois havia a ideia de...

> "... abrir uma artéria desde o Porto às raias de Portugal, que atravessasse o coração do Minho, o centro mais povoado, mais produtivo e mais rico do nosso país, para receber e conduzir à via-férrea, as suas variadas produções, não é pela directriz em questão que a estrada deve ser feita; porque Guimarães e Fafe não são o centro da província nem têm exclusivamente as outras condições a que o colega alude. Braga é que justamente forma esse centro, o que é fácil de conhecer com um pequeno estudo sobre mapas topográficos do Minho. (...) A nossa ligação com Trás-os-Montes deve verificar-se, pois, por meio de viação de

> menor distância, e de comunicação entre os centros mais comerciais e industriais. (...) O governo quer abrir uma artéria para receber e conduzir à via-férrea do Porto as variadas produções das duas províncias. Aonde é que concorrem? A Guimarães? Certamente que não."

Como mais tarde viria a acontecer com a directriz do caminho-de-ferro do Minho, também na questão da estrada para Trás-os-Montes Braga pretendeu marginalizar Guimarães (*O Bracarense,* 15 de Setembro de 1859). Uma semana depois, noticiou que uma das estradas contratadas com Charles Langlois era a que ligaria Braga a Guimarães. E também os caminhos vicinais estavam na calha:

> "Já têm sido apresentadas na administração do concelho algumas informações das comissões nomeadas para indicar quais os caminhos concelhios e vicinais que mais convinha fazer. É de esperar que dentro de poucos dias se tenham colhido todos os dados a este respeito e que em breve o governo esteja habilitado para poder apresentar às Câmaras esse útil projecto de que já temos falado."

As coisas pareciam estar a rolar. E havia também a grande esperança de desbloqueamento dos orçamentos municipais. Em 24 de Fevereiro de 1860, *O Bracarense* fez-se porta-voz desse desejo:

> "Perante o governo está o último orçamento da Câmara Municipal desta cidade, segundo consta de uma representação dos actuais vereadores, pedindo uma medida legislativa que acabe com os motivos que obstaram à aprovação dos de 1857-58 e 1858-59, se é que não foi uma influência sinistra que embaraçou a sua aprovação, como ainda é crença de muitos. Entusiasta pelos melhoramentos desta bela terra e cansados como todos os munícipes de ver decorrer alguns anos sem nela se fazer a mais pequena obra, pagando todos nós pesados tributos para o seu engrandecimento, unimos os nossos rogos aos dos vereadores deste biénio e pedimos ao governo que proponha, quanto antes a medida legislativa e disponha as coisas de modo que o orçamento seja aprovado, e a municipalidade desembaraçada para fazer todos os melhoramentos para que se tem pago e está pagando, e sair do estado em que se acha, de Câmara de mero expediente."

E abriram-se estradas novas, como a dos Arcos, embora com apenas uma légua construída. Tratou-se de uma légua com uma inauguração concorridíssima. Nela circularam todos os trens particulares e de aluguer da cidade, entre as 3 e as 8 horas da tarde do dia 6 de Maio de 1860.

O primeiro-ministro, o Duque de Terceira, faleceu neste mês de Maio. A nomeação de António José de Aguiar para o substituir convenceu Fontes Pereira de Melo que a sua vez seria eternamente adiada. Terá sido essa a razão que levou o ministério à demissão em Julho de 1860. Tudo aponta para se ter tratado de uma luta de galos. Não sendo ele o escolhido para substituir o duque de Terceira, Fontes deve ter tirado o tapete ao ministério. E abriu-se uma nova oportunidade para o Marquês de Loulé. E felizmente para ele, as condições em que se iria mover, pelo menos as financeiras, eram agora muito mais favoráveis.

A queda do governo de Aguiar não foi bem entendida. Ninguém a percebeu. Ainda por cima, o marquês repetiu o seu número do ano de 1856, declarando que ia seguir a mesma política do antecessor. *O Bracarense* de 10 de Julho de 1860 espelhou bem a perplexidade:

> "Temos à vista jornais de Lisboa que longe de nos esclarecerem sobre os verdadeiros motivos que levaram o ministério Fontes/Aguiar a pedir a sua demissão, cada vez nos enleiam mais o espírito, e nos confirmam o juízo que havíamos aventado ao vermos a lista dos novos ministros, da nenhuma significação política ou administrativa que tinha uma tal mudança; e se assim é, como nos explicaram de um modo constitucional e parlamentar, o que estamos observando e as solenes declarações dos cavalheiros novamente chamados ao gabinete? (...) O Sr. Marquês de Loulé apresentou-se na Câmara dos Srs. Deputados e em breves palavras declarou que o gabinete a que preside queria Câmara, tolerância política, liberdade e administração como a do governo transacto. O Sr. Ávila, ministro da Fazenda, depois de fazer os mais lisonjeiros e rasgados encómios à capacidade e ilustração do Sr. Casal Ribeiro, disse que adoptava e perfilhava todos os seus projectos financeiros. O Sr. Morais de Carvalho, ministro das justiças disse que adoptava também o projecto judicial do Sr. Martens Ferrão. O Sr. Tiago Horta, ministro das Obras Públicas, declarou que ia ocupar-se da reforma vinhateira do Douro do Sr. António Serpa. (...) Se acreditarmos pois, como devemos tão solenes e espontâneas declarações, parece-me lógico concluir, salvo melhor juízo que a mutação ministerial que o país acaba de ver, não importa mais do que uma simples troca de nomes; e como nós por índole, por formação social e coerência de princípios, pouco nos importam os indivíduos, pois acima deles, sejam gregos ou troianos está o bem público, o amor à justiça e á bem entendida liberdade, não deixaremos se o merecerem, de apoiar com nossas tão débeis, quão leais e desinteressadas vozes, todos os projectos e medidas governativas, assim como de estigmatizar todos aqueles actos que nos parecerem menos justos e pouco conformes com as necessidades e melhoramentos públicos de que o país tanto carece e que a época actual imperiosamente reclama."

No final de Agosto, *O Bracarense* voltou à carga, acusando Loulé de incoerência:

> "Este sistema que, enquanto não subiu ao poder tão acintosa guerra fez ao ministério Fontes – Aguiar; que todas as mediadas ainda as mais vitais e transcendentes alcunhava de ruinosas e espoliativas; que fez correr por todo o país bandos de amoucos excitando o espírito pacífico do povo contra a nova lei tributária, contra a lei da desamortização das freiras, contra todas as despesas públicas a que chamava desperdícios, promovendo milhares de representações arvorando a engodadora bandeira das economias e pregando por toda a parte que o povo não podia nem devia pagar mais, apenas sobre ao poder esquece-se de tudo quanto tinha prometido e com um descaramento sem exemplo na história parlamentar dos povos, onde impera o governo representativo, começa por declarar com a maior solenidade, no seio da representação nacional, que aceitava o pensamento dos ministros demitidos, e adoptava como sua a lei tributária contra a qual mais havia vociferado. A incoerência do pensamento político que alguém tão escandalosamente mostrou, já o tinha mostrado em 1856, aumentando os tributos contra que tanto havia clamado." – (*O Bracarense,* 24 de Agosto de 1860).

O 2.º GOVERNO DO MARQUÊS DE LOULÉ

Para *O Bracarense*, a incoerência do novo governo parece tê-lo feito esquecer as suas próprias contradições. Esta era aliás a postura habitual da imprensa politicamente alinhada, a esmagadora maioria daquela que existia. A lógica dos raciocínios era sempre a mesma. Quando estavam na oposição, os jornais criticavam os erros do governo, as obras que não fazia e devia fazer, as atitudes que tomava nos momentos eleitorais, etc. Após a chegada ao poder, as perspectivas invertiam-se. O novo governo afirmava-se agora muito consciente das necessidades dos pobrezinhos e se não fazia algo mais palpável era porque o governo anterior deixara os cofres vazios, tendo esbanjado sem qualquer pudor os recursos da nação. E em caso de necessidade, havia sempre um argumento imbatível. Se nós não fizemos isto ou aquilo, vocês também não o executaram quando estiveram nos conselhos da coroa. E naturalmente, quanto às eleições, elas tinham decorrido da forma mais libérrima que possamos imaginar. Mas havia um aspecto com que todos concordavam. Era preciso fazer economias. O problema é que ninguém as fazia, até porque se tratava de um objectivo que implicava a redução da despesa pública, com a consequente diminuição de vencimentos dos funcionários, que já eram tão baixos.

Apresentando-se até aí como arauto dos grandes melhoramentos que estariam prestes a aparecer, *O Bracarense* reconheceu, logo em 3 de Setembro de 1860, *dois meses depois da subida de Loulé*, que as estradas estavam muito atrasadas. E apontava as causas que até aí não enunciara, temeroso de que ao fazê-lo estivesse a dar argumentos aos adversários históricos quando eles estavam a passar pela oposição.

> "As Cortes têm votado da melhor vontade todos os meios que os governos têm pedido a fim de os habilitar para concluírem as estradas, há anos começadas e para abrirem outras novas incessantemente reclamadas. E que temos nós visto? Cardumes de engenheiros com milhões de bandeirolas a correr o país em todas as direcções, principalmente na proximidade das eleições, levantando traçados sobre traçados, gastando com trabalhos gráficos quantias superiores àquelas, em não poucos casos, que seriam necessárias para se fazerem as estradas projectadas e traçadas no papel; e quando se dá princípio a algumas para satisfazer as exigências de alguma potência eleitoral, é com tanta frouxidão e lenteza que por ano não se fazem mais de 4 ou 5 quilómetros. Os povos que ao princípio saudavam com entusiasmo e alvoroço qualquer engenheiro do governo que por aí aparecia, acompanhado de bandeirolas, porque acreditavam que em poucos meses veriam os trabalhos começados, principiam já a desconfiar, cansados de tanto esperar, de novas decepções e não tardará que os corram à pedra. A muitos pareceria carregado este quadro; porque ignoram talvez que há três anos estão abertos os trabalhos da estrada desta cidade para os Arcos; que ali se tem consumido enormes somas; que ainda não está cortada uma pedra para a ponte que se projecta sobre o Cávado; que ainda não se pagaram as expropriações junto a Vila verde; que muitas vezes têm sido despedidos operários por falta de dinheiro."

Apertado pela ala radical do seu partido na questão religiosa, Loulé tinha estremecido. Mas aquilo que mais desencanto lhe terá provocado, talvez tenham sido as desconfianças que apontavam o seu envolvimento no hipotético envenenamento e morte de D. Pedro V e do irmão deste, D. Fernando. Casado com uma tia-avó do monarca, insinuava-se, à boca fechada, que o Marquês poderia ter interesses no desaparecimento de uma concorrência que barrava o acesso dos seus descendentes a mais altos voos. Veladamente, *O Bracarense* dava-o a entender. Em 10 de Janeiro de 1862 dizia:

> "Causou gravíssima suspeita o não ter aparecido a moléstia, senão nos membros da família reinante, contagiar-se ao Infante D. João e não aos criados, fidalgos nem outras pessoas do palácio."

A fúria popular, embora não directamente ligada a esta desconfiança específica, fez-se sentir. Em Dezembro de 1861, Lisboa foi palco de motins populares antiministeriais, como há muito se não viam. E o Marquês de Loulé não aguentou. Demitiu-se. Regressaria ao poder em Fevereiro de 1862, acompanhado por membros da ala radical do seu partido, únicos que supostamente teriam capacidade para evitar a repetição do descontrolo popular. Entrava em cena a chamada *unha negra*...

Mas analisemos primeiro os dezoito meses anteriores: O problema que afligia o novo executivo de Loulé era o mesmo de sempre. Era preciso obter receita. Onde seria possível consegui-la? O último semestre de 1860 e o primeiro de 1861 foram meses perdidos. Em Abril de 1861, a Câmara de Deputados continuava a ser a mesma que sustentara os governos de Fontes e de Joaquim Augusto de Aguiar até meados de 1860. E isso não permitia o desenho das soluções mais adequadas. Em 26 de Abril desse ano, *o Bracarense* pôs o dedo na ferida, no meio da sua costumada propaganda:

> "O governo histórico, presidido pelo nobre dormente Marquês de Loulé e apoiado pelos clubes maçónicos que protestam acabar com os bens da Igreja, das freiras e das Irmandades, depois de ter gasto com afilhados o que deve ser aplicado para estradas e outros melhoramentos de que o país carece, projectou escapar-se dos apuros de contas, pedindo á Câmara dos Deputado aprovação dos seus desperdícios e autorização em globo para continuar a receber e a gastar. Mas a Câmara electiva que nem toda gostava das contas de saco, negou-se por maioria a tomar parte em semelhante desaforo financeiro e em nome da Carta Constitucional pediu a discussão do orçamento, para que o país soubesse em que tinha gasto o seu dinheiro e para decidir pela boa ou má aplicação dele, se devia conceder ou negar a sua confiança para continuar a gerir os negócios da nação." (...) Por isso e para extenuar o pobre enfermo com as agitações convulsivas de uma crise eleitoral, foi decretado *o assassinato da representação nacional e mandou-se proceder a nova eleição*."

Modificar a composição da Câmara de Deputados podia não ser suficiente. Era também necessária uma nova fornada de pares. E como sempre, *o Bracarense* protestou, pois os nomeados não eram da sua cor.

Para este jornal, as obras públicas dos Históricos eram uma roubalheira, um meio de empregar amigos. Em 5 de Julho de 1861, afirmava:

> "As obras públicas de todo o país que o atestem: em vez de serem administradas com economia e zelo, servem de nicho para afilha-

> dos e de pasto para zangões improdutivos. O pessoal técnico excede muito as proporções razoáveis com o desenvolvimento dos trabalhos. O luxo de conselheiros, inspectores, pagadores, directores e de mil e um empregados de secretaria não está em relação com as minguadas forças do Tesouro. (...) Na província do Minho, temos um exemplo. Começou-se a estrada dos Arcos há mais de seis anos e ainda não estão concluídas duas léguas! No Cávado não há ainda um palmo de pedra lavrada para a construção da ponte. (...) A estrada de Ponte de Lima progride com a mesma pressa. Fez-se um retalho ao sair de Braga, decretou-se outro retalho ao sair de Ponte e eis aí tudo. O retalho de Braga está arruinado pelo trânsito e pelo tempo. O retalho de Ponte está por ora na remessa dos possíveis. (...) A estrada de Guimarães está ainda em traços de lápis no papel dos projectos. Fez-se em praça por um preço que ninguém se animou a licitar."

E em 19 de Junho, conclui com a afirmação que no seu entender era a mais óbvia: apenas os regeneradores faziam alguma coisa...

> "Depois dos caminhos-de-ferro contratados pelos ministérios regeneradores, nem um só melhoramento material foi empreendido, estudado ou projectado nesta terra digna de melhor sorte. (...) O ministério actual não concebe a possibilidade de novos melhoramentos, julga o país no caminho do progresso, come e dorme. Em três ministérios diversos presididos pelo marquês de Loulé, e de que têm sido conspícuos membros os senhores Carlos Bento e Ávila, não têm aparecido um só projecto da sua iniciativa para melhoramento material ou moral."

Em 27 de Janeiro de 1862, os lamentos de *O* Bracarense repetiram-se. Nada havia mudado.

E quanto a Braga, o panorama não era melhor. As obras em que o município estava envolvido eram as mesmas de sempre: a estrada do Bom Jesus, o Passeio Público e a conclusão do edifício camarário. Mas as causas apontadas para a inacção são agora outras. Apontou-se para a ausência de obras a falta de recursos, como já anteriormente observamos a partir do *Livro de Actas* de 1860-61.

No período que se estende até Janeiro de 1864, apenas foi autorizado mais um empréstimo de 16 contos. Era manifestamente pouco, devido aos encargos fixos que oneravam o orçamento camarário. A Câmara vivia nos limites. Para termos uma ideia, no ano económico de 1862-63, a soma da receita ordinária da Câmara rondou os 21 contos, de acordo com o *Livro de Registo de Orçamentos*. Era deste bolo que se pagava tudo que não fossem obras. Só com os

expostos, a Câmara despendia aproximadamente 8 contos por ano, dos quais cerca de cinco eram da sua responsabilidade. A iluminação absorvia 4 contos anuais. E havia o pagamento aos funcionários da Câmara e da Administração do Concelho que em conjunto significavam uma despesa de cerca de 3 contos. Gastava-se também no pagamento do engenheiro das obras, em que a Câmara pagava metade do ordenado, sendo o restante dividido entre Barcelos, Guimarães e Vila Verde. E havia os dois Bibliotecários, os subsídios de assiduidade dos professores primários e também as obras de maior vulto, embora estas fossem pagas através da receita extraordinária dos empréstimos. E era preciso ainda pagar o juro e a amortização do capital dos créditos obtidos. Era manifestamente excessivo. A Câmara vivia nos limites.

O Bracarense apenas lamentava a vergonha de a cidade ainda não ter um cemitério. Em 8 de Novembro de 1861 constatou:

> "Destinou-se em tempo uma porção de terreno na Cerca do Carmo para ser convertido em Cemitério; mas a impropriedade do lugar e as péssimas condições higiénicas em que se acha para poder servir ao seu fim sem prejudicar a saúde pública, tornou irrealizável aquele primitivo projecto depois do qual já apareceu outro, que também não se realizou, para estabelecer o Cemitério no Monte de Arcos. Estará Braga condenada a não ter cemitério Público e a ver enterrar mas Igrejas com ofensa das leis eclesiásticas? Porque não se cuida pois de estabelecer o Cemitério Público na terceira cidade do reino?".

O Bracarense era assim. Estava sempre disposto a fazer a apologia do politicamente correcto, quando lhe convinha. Noutra altura irá declarar que o Cemitério não era uma prioridade.

Dois dias antes da eleição municipal de Dezembro de 1861, *O Bracarense* apontava os objectivos a atingir:

> "1 – Continuar e concluir as obras começadas e as que estão legalmente autorizadas com os meios votados: com especialidade a estrada e ruas de comunicação desta cidade para o Bom Jesus do Monte. 2 – Não lançar novos impostos regulando as despesas obrigatórias e facultativas, ordinárias e extraordinárias com os rendimentos próprios do município e com os impostos actuais, já pesados para o concelho. 3 – Não aumentar as despesas municipais com maior número de empregados ou maiores ordenados, tanto nos da Câmara como nos do administrador do Concelho ou Biblioteca Pública, empenhando-se em que o governo tome conta desta, para serem as suas despesas pagas pelo Tesouro: e trabalhar por diminuir e reduzir os ordenados e os

empregos quanto seja possível. 4 – Não deixar perder e menos alienar a água pública, já insuficiente para a cidade nos meses de escassez; fazendo cumprir à risca os contratos particulares existentes que não puderem ser rescindidos." – (*O Bracarense,* 29 de Novembro de 1861).

O problema da falta de dinheiro não se resolvia. A entrada em cena da *unha negra,* em Fevereiro de 1862, abriu novas perspectivas de o conseguir. Os boatos fervilhavam. Em 14 de Fevereiro de 1862, ainda antes da alteração ministerial que conduzira a unha preta ao poder, *o Bracarense* alertava:

"Os bens das Misericórdias, Hospitais, Câmaras Municipais, Juntas de paróquia, Confrarias, Irmandades, Recolhimentos e quaisquer outros estabelecimentos pios ou de beneficência, vão cair no abismo das finanças históricas se a oposição se não levantar imponente e respeitável contra o projecto apresentado ultimamente em Cortes pelo Ministro da Fazenda. (...) As Irmandades, Confrarias, Misericórdias, Hospitais e quaisquer outros estabelecimentos pios que até aqui eram com razão considerados outros tantos bancos rurais onde o proprietário podia encontrar meios para acudir às urgências da sua casa mediante a hipoteca e júri legal, não poderão de ora em diante mutuar os seus fundos sem licença do governo, quer dizer: para que as Irmandades e Confrarias possam dar o seu dinheiro a juro é necessário que o Sr. Ávila e seus sucessores deem licença; e como nem ao Sr. Ávila nem os seus sucessores convém essa mutuação, porque precisam lá do dinheiro, para repartir pelos amigos e afilhados que gozam imerecidas e gordas postas, seguir-se-á a total conversão dos fundos dos nossos estabelecimentos pios e de caridade em papeluchos de crédito furado que se sumirão um dia no cais de uma bancarrota, ou serão depreciados no mercado pela espantosa emissão, já extraordinária e crescente desses papeluchos."

Daqui para a frente, a questão da desamortização dos bens religiosos entraria na ordem do dia de forma intermitente, ao sabor da vontade e do receio de a fazer.

Por ter começado a agitação popular, o projecto foi adiado. Inicialmente foram apenas simples representações. Depois, foi diferente. E tudo aconteceu sempre sob a batuta do toque de sinos a rebate. Em 28 de Abril de 1862, *O Bracarense* relatava:

"Consta que o povo de alguns concelhos e aldeias vizinhas desta cidade começou a agitar-se ontem, tocando os sinos s rebate e protestando contra o ministério e contra o aumento de tributos; e que vai sair para a Póvoa de Lanhoso toda a força disponível do 6; mas até agora

(meio dia) ainda não saiu ou por não haver quem ou por falta de rumo. Hoje às 9 horas da manhã assevera-se que a agitação popular se vai estendendo pela margem do Rio Ave e que as torres das freguesias próximas às Taipas já tocavam a rebate e que os presentes que se dirigiram para uma feira que ali se faz, se dispersaram. O telégrafo de Guimarães foi cortado".

Dois dias depois, houve nova notícia:

"Agita-se o povo em diversos pontos deste distrito, instigado pela imperiosa necessidade de aliviar os seus padecimentos sociais. O movimento popular por ora insignificante, mas que de um momento para o outro pode tomar incremento e assumir um aspecto imponente é inteiramente espontânea, isolado e desprotegido. (...) Em tudo isto não se nota indício de combinação ou plano concertado com antecedência. O povo revoluciona-se nas imediações das paróquias e quando ouve tocar os sinos, arma-se cada um com o que pode e á voz de abaixo os tributos, abaixo o ministério que agora quer aumentar ainda maus esses tributos, Identificam-se os vontades e as acções e marcham, todos em procissão em busca do escrivão da Fazenda. (...) Os escrivães da Fazenda fogem, os papéis do processo tributário sofrem um auto de fé e o povo adormece em volta das cruzes dessas antipáticas papeletas." – (*O Bracarense,* 30 de Abril de 1862).

E nesse mesmo dia relatou-se motim na Póvoa de Lanhoso:

"Queimaram as papeletas dos tributos e do *recrutamento*. Acabada a fogueira, voltaram todos regularmente para sua casa. Depois que tudo estava acomodado, saiu desta cidade uma força de 40 baionetas que entrou em Guimarães à meia-noite de segunda-feira. Não encontrou amotinados nem guerrilhas." (...) "Na Póvoa tocaram os sinos a rebate do domingo, juntou-se povo e foi queimar as papeletas da Repartição de fazenda. Na segunda-feira tocaram todos os badalos da margem do Ave e do concelho e cidade de Guimarães; aglomerou-se o povo e em força de 600 marcharam para aquela cidade."

O grande motivo das desordens era a questão dos impostos. Mas o mal-estar não tinha uma causa exclusiva. Era um mal difuso que afectava todos os aspectos da vida. Eram os tributos, o recrutamento, os boatos sobre a desamortização dos bens religiosos, o novo sistema de pesos e medidas. Era de tudo um pouco. E depois, as notícias confirmavam aquilo que pareciam ser só boatos. Em 30 de Abril de 1862, confirmou-se que Lobo d' Ávila, ministro da Fazenda, aumentara a décima predial em 320 contos distribuídos pelo conjunto do país. Braga passou de 102.256$000 reis para 120.256$000.

Tal como sucedera durante a Maria da Fonte, Braga também não escapará ao terror. Em 7 de Maio de 1862*, O Bracarense*, sempre na primeira linha do ataque aos Históricos, anunciou, numa rubrica intitulada *Boletim da Revolta*:

> "Tocou também a rebate nas freguesias próximas desta cidade e de tarde apareceram três partidas de povo, uma ao poente, no monte S. Gregório e outra no sul na Falperra e a terceira no Bom Jesus, Esta última compunha-se, segundo dizem de 200 homens bem armados que obrigaram os capelães a tocar os sinos a rebate. Dizem que esperavam a junção com o povo de Vila Verde para atacarem Braga. A partida da Falperra fez junção, perto da noite com a do Bom Jesus. (...) As estradas foram guardadas mas não é provável que a cidade seja invadida porque a força que a guarnece é suficiente para impor respeito aos amotinados. (...) Diz-se que a agitação e motins se estendem pela Barca, Ponte de Lima e Arcos."

E dois dias depois afirmava:

> "Anteontem (4ª feira), reuniram-se os povos das aldeias circunvizinhas em diversos pontos. Para o lado das Taipas a reunião foi numerosa. Depois de gritarem contra o ministério e contra os tributos e *pesos novos* quase todos os amotinados dispersaram, com aviso de reunirem no dia seguinte em pontos determinados. Uma partida de perto de 50 homens armados, quase todos das aldeias que ficam a sul da cidade, avançou na tarde de quarta-feira até à estrada da Rua da Água. Apareceu ali o Administrador do Concelho e o delegado do procurador Régio que não puderam convencer os amotinados para que se retirassem. Saiu então uma força do 6, dividida em três pelotões, e foi atacar os revoltosos fazendo-lhes fogo. Travou-se tiroteio desde S. João da Ponte até ao Picoto sendo mortalmente ferida com uma bala perdida uma criança de três anos que estava junto de sua mãe à porta de casa perto da Ponte. Os amotinados retiraram apenas avistaram a tropa sobre a qual fizeram poucos tiros em resposta. (...) Na Póvoa de Lanhoso (...) renovaram-se os tumultos na quarta-feira. Uma imensidade de povo armado e desarmado invadiu a vila, clamando e bradando contra a sindicância que ali se estava tirando dos primeiros tumultos e contra os sindicantes. Também houve agitação em Prado e Famalicão."

A questão dos *pesos novos* pode parecer uma bizantinice, mas tem importância. A unidade de peso adoptada até ao início de 1862 era o arrátel, qualquer coisa como aproximadamente 458 gramas. Passando a usar-se o quilograma, foi criada nos consumidores a ilusão de que as mercadorias tinham sofrido um aumento de preço. Em

Barcelos, os manifestantes chegaram ao ponto de lançar os novos pesos ao Cávado.

O desespero das autoridades era grande. Aflito, o Governador Civil decidiu, em meados de Maio, fazer uma proclamação para tentar travar a loucura:

> "Habitantes do Distrito de Braga: Que pedis? – Que pretendeis? Julgais-vos vexados pelas novas leis tributárias? – Tendes no Parlamento os vossos representantes que não descuram vossos interesses; mas atendei a que os tributos são indispensáveis para que possais gozar os benefícios da civilização – os melhoramentos materiais – as estradas e os caminhos-de-ferro que tanto interessam ao comércio e à agricultura. (...) Habitantes do distrito de Braga: não queirais exacerbar a nossa sorte e dar ao país o funesto exemplo de desordens que podem conduzir-nos à dissolução e à anarquia. Não queirais magoar o coração magnânimo do nosso augusto monarca, que não poderá ver sem profundo desgosto a alucinação do povo que tão extremosamente ama e cuja felicidade é o seu mais ardente desejo."

Terá sido nesta altura que principiou a preparação do golpe de estado. Nele, foi figura destacada uma personagem já nossa conhecida chamada Manuel Joaquim Alves Passos, médico, professor do liceu, redactor principal e proprietário do jornal O Bracarense. É nesta altura que aquele bissemanário começa a fazer um aproveitamento mais conservador e religioso das notícias. Dá a sensação que procura potenciar o apoio popular para a situação nova que se estava a tentar criar. Em 9 de Junho de 1862, *O Bracarense* afirmava:

> "O deputado Ferrer, lente da Universidade e um dos patriarcas históricos mais ferrenhos, no seu voto separado que se pode chamar o vosso manifesto na questão religiosa disse de um modo absoluto e indiscreto que a reacção estava no episcopado e no clero. (...) E poucos dias depois, o ministro da Fazenda (...) clamava no parlamento contra a reacção e justificava que ele e vós todos, vingadores da liberdade, íeis acabar de uma vez para sempre com todas as influências religiosas. Outro ministro, o da Marinha, em pleno Parlamento disse, ameaçando o clero, que o púlpito, o confessionário e a administração dos sacramentos eram privilégios de que se usava e abusava. (...) O mesmo ministro, fazendo a sua profissão de fé na presença da Câmara, disse que amava e tinha do coração o Deus e a Religião dos seus maiores, porém que acima de tudo estava a liberdade dos nossos tempos. (...) Fazendo protesto da sua Religião disse, que nem precisava do Papa nem dos bispos nem do clero, pois que bastava ter a religião no coração, *negando assim a necessidade do culto*."

Em 11 de Junho de 1862, o mesmo jornal, como já tínhamos referido, informou que as Irmãs de Caridade tinham saído de Portugal.

Um mês depois, em 11 de Julho, apareceram novamente na berlinda a situação económica e a questão religiosa.

> "Portugal está às bordas do abismo. Duas ruinosíssimas operações financeiras estão próximas de concluir-se e só elas justificariam a oposição ilegal e facciosa de todos os excessos que se pudesse cometer. Por uma dessas operações emitem-se 9 milhões de papéis de crédito e por outra levantavam-se em Londres 10 milhões por um empréstimo. Junta esta soma enorme à dos outros empréstimos autorizados ultimamente pelas Cortes, excedem todos a fabulosa quantia de 20 milhões, cuja dívida é insolúvel para o pobre Portugal já empenhado e arruinado. Os estrangeiros prontificam-se a estes empréstimos e aos contratos das obras públicas mais dispendiosas e importantes, porque auferem deles lucros usurários e fabulosos e não receiam a bancarrota enquanto tivermos possessões no ultramar e algum palmo de terra lavradia no continente. Ao fazer as contas e em caso de insolubilidade pelas rendas do estado, lá estão os vizinhos ambiciosos e a baioneta dos seus exércitos para servirem de juízes. Se tais operações se concluem com os encargos e veniagas concomitantes já anunciadas e fáceis de prever no estado de crise e descrédito do Tesouro, podemos considerar para sempre o país hipotecado e irremediavelmente perdido. Estamos na beira do abismo. Em política não remos senão ódios e paixões: As instituições conservadoras da monarquia representativa estão ameaçadas pelo furor demagógico dos clubes históricos. A religião dos nossos pais, a Igreja Católica, o Papa e o clero são perseguidos, atacados e desconsiderados com furor republicano. Deus e a religião valem menos que a liberdade dos nossos tempos: as imunidades da Igreja são absorvidas pelas prerrogativas da Coroa que na linguagem demagógica dos clubes valem tanto como uma espécie que absorve todos os direitos e até os bens alheios, Ao culto chamam fanatismo e hipocrisia, ao Papa chamam algoz e assassino das almas, ao clero perseguem como reaccionário e aos seus direitos chamam privilégios abusivos."

A partir daqui, o golpe já devia estar em velocidade de cruzeiro. Alves Passos forçou nitidamente a sua detenção. Queria provar que a autoridade policial concelhia, materializada na pessoa do Administrador do Concelho, era despótica e prepotente. Queria provar que merecia ser substituída. Vejamos como aconteceu aquela detenção, na versão dada pelo próprio *Bracarense* em 21 de Julho de 1862. O espectáculo do tenor Real, dado do Teatro S. Geraldo, terá sido tão mau que recebeu uma pateada monstruosa.

> "O Administrador do Concelho que é um faccioso e faz o que lhe manda a súcia do governo falou do camarote e disse que se os pateantes se não acomodassem, os mandava pôr fora da sala e iria tudo para a cadeia. O povo riu-se deste despotazinho que ainda na penúltima representação tinha deixado dar pateadas toda a noite, ao seu deputado e amigo Torres e Almeida, ao Sr. Bento Miguel e Filho e aos outros que o Comércio de Braga já deu em rol para glória deles e vergonha do Administrador. Ora se estes cavalheiros tiveram licença do administrador para dar pateada a uma companhia portuguesa porque não tiveram ontem à noite os que a deram a um galego insolente e malcriado? (Pelos vistos o dito galego tinha promovido uma pateada à Companhia Macedo, que de Braga saiu com esse desgosto). É porque o deputado Torres e Almeida é o sustentáculo do serviço administrativo e os outros cavalheiros são da sua parcialidade.
>
> Enfim, o espectáculo começou e (...) o tenor cantou mal e o público advertiu-o de que deu fé da comedela de algumas notas agudas e da desafinação da sua voz. O Administrador assumiu os poderes do despotismo histórico e lá do alto, como Júpiter tonante mandou pôr fora da sala, não os pateantes porque então ficaria a sala vazia, mas o *redactor do Bracarense*, que é alvo de todas as sanhas da autoridade. O intimado disse em voz firme: sim senhor, eu vou sair da sala, mas isto é um despotismo, porque quando a penúltima representação foi feita, a autoridade tolerou uma pateada durante toda a noite e não se mandou sair ninguém da sala. Os amigos do redactor do Bracarense levantaram-se então e disseram: – Todos fora, se vai um, vão todos e a sala ficou quase vazia."

Alves Passos aproveitaria para retornar à sala quando o Administrador se afastou.

> "Então, estando assentado, desfrutando tranquilamente, (...) chegou-se ao redactor do Bracarense o escrivão do administrador do concelho e deu-lhe voz de preso, por ordem do despotazinho, que manda a justiça pelo funil da sua casa. O preso saiu imediatamente para o Aljube e ouviu o preso uma demonstração pública muito significativa, mas pacífica, da indignação geral contra os déspotas que abusam do poder para se vingar dos inimigos e favorecer os amigos. A força armada pensou que esta demonstração era já revolta e deu cargas de baioneta em diversas direcções, atropelando senhoras e cavalheiros que passavam ou se retiravam indignados do teatro."

Preenchidas as formalidades da sua detenção, Alves Passos foi convidado a retirar-se para a sua residência. Recusou, alegando receio pela sua segurança. Era óbvio que queria continuar detido. Queria construir uma imagem de vítima, para mais tarde conseguir

desempenhar a função que provavelmente lhe tinha sido atribuída. No dia 23 de Julho, dizia *O Bracarense*:

> "Mais de 200 pessoas esperavam à saída do cárcere para acompanhar a sua casa o preso que recuperava a liberdade entre uma honrosíssima oração de amizade e simpatia pública."

E nesse dia à noite foi parar à porta do redactor deste periódico uma serenata composta de mais de 300 pessoas. E *O Bracarense* concluiu:

> "Uma prisão que dá estes resultados é uma *feliz prisão*. O redactor do Bracarense pede às autoridades administrativas de Braga que o mandem prender outra vez."

Esta foi a versão dada pelo próprio *O Bracarense*. O *Comércio de Braga*, jornal ligado ao Partido Histórico, desmente ponto por ponto as afirmações do seu colega. Afirmou que o tenor Real não era um mau cantor e que o próprio *O* Bracarense o elogiara noutras crónicas. Que contrariamente ao que foi afirmado, o Administrador do Concelho sempre adoptou uma postura igual, quer quando interpelou Alves Passos quer quando noutras ocasiões teve de enfrentar outras pateadas. E que não foi obra do acaso a interpelação a Alves Passos. Que tinha sido ele o verdadeiro promotor da pateada.

À medida que se aproximava o momento do golpe, *O Bracarense* ia preparando o caminho para a vitória que desejava. Reforçava afirmações e suspeições que imaginava pudessem ter uma acção mobilizadora. Em 8 de Setembro de 1862, sob o título "*Adeus Confrarias*", dizia:

> "Receava-se até aqui a extinção das Confrarias por alguma medida legislativa que chamasse nacional o que é dos confrades; mas agora mais terrível inimigo aparece contra eles e é o administrador de Braga. (...) Na circular nº 565 manda o arrogante Administrador de Braga, em termos despóticos, que todos os juízes das Confrarias lhe digam quantos bens e rendimentos possuem as respectivas corporações nos anos passados e o orçamento para o futuro. Conclui assim a ditosa circular – *ficando Vossa Senhoria na inteligência de que deixando de dar cumprimento ao determinado nesta circular, será ipso facto dissolvida essa corporação*."

A religião era sempre a arma principal. E havia também que promover a imagem de Saldanha, personagem em nome de quem o golpe iria ser feito.

Em 12 de Setembro de 1862, três dias antes do golpe, *O Bracarense* desfez-se em elogios ao marechal:

> "Aterraram-se as harpias do Tesouro com o aparecimento do duque de Saldanha na Câmara e no Conselho do Estado. Quando o nobre marechal entrou em S. Bento, tudo se levantou, uns admirados e respeitosos, outros vencidos e aterrados. (...) O país inteiro aplaude o aparecimento do grande homem na cena pública. O exército espera dele e dos seus próprios brios a própria salvação. Viva o Duque de Saldanha! É o grito e a esperança de todos. (...) Abaixo os inimigos do exército! *Abaixo os inimigos da Religião Católica! Abaixo os hereges e blasfemos*!"

Uma autêntica maluqueira...

Manobras militares em frente ao quartel do Pópulo

A partir daqui, entendemos que o golpe de estado, que passou para a História com o nome de *Maria Bernarda*, não devia ser relatado pelo *Bracarense*. O envolvimento directo na revolta por parte de Manuel Joaquim Alves Passos, seu redactor principal e proprietário, retirou-lhe isenção e credibilidade. O tom utilizado nas páginas

do periódico é perfeitamente épico. Procura nitidamente apoio para o golpe. Sente, desde o início, que está tudo a correr mal, muito mal. As suas notícias são apenas momentos de mera propaganda. Preferimos por isso recorrer a um jornal mais independente, o *Comércio do Porto*. São dele as palavras seguintes, retiradas do número de 16 de Setembro de 1862:

> "Sendo grande a ansiedade em que se acha esta cidade por causa dos acontecimentos de Braga, damos este suplemento, comunicando aos Srs. assinantes as notícias que sabemos até esta hora e que temos por dignas de crédito. O Regimento 6, tendo à sua frente o capitão Macedo, sublevou-se a favor do marechal Saldanha e contra o Ministério. Não se sabe por ora com certeza se são verdadeiros os boatos que têm corrido da morte do chefe do estado-maior da 4ª Divisão Militar e do ferimento do coronel de Infantaria 8. Muito folgaremos que se não confirmem. Por ora não há notícia de algum outro movimento semelhante em qualquer outro ponto do Minho. De Lisboa vêm já dois regimentos para esta cidade (*Para o Porto...*). Por notícias fidedignas, sabemos que eles receberam ordem para embarcar sem demora e é, portanto, provável que cheguem amanhã. (...) Um nosso amigo chegado agora de Braga, confirma infelizmente a notícia da morte do chefe do estado-maior Vasconcelos e ferimento no coronel Gomes. Hoje damos as notícias que posteriormente chegaram ao nosso conhecimento por cartas e informações de pessoas chegadas na diligência de Braga.
>
> Quando se manifestou a sublevação, o Sr. Barão de Palme (*Comandante da 4ª Divisão Militar...*), acompanhado do chefe do estado-maior e do seu ajudante de ordens dirigiu-se para o Campo da Vinha. Chegado em frente de Infantaria 6 começou a falar aos soldados, excitando-os a conservarem-se fiéis à disciplina e ao governo constituído. Diz-se que foi nesta altura que uma força de Caçadores 3 saiu do quartel do Pópulo e deu uma descarga que matou o chefe do estado-maior e feriu o coronel Gomes e quebrou a espada do general. Este ainda quis conter os soldados, porém foi rodeado por uma força de Infantaria 6, que o levou debaixo de prisão para casa. O oficial que estava à frente da sublevação era o capitão de Infantaria 6, Macedo.
>
> Os oficiais, capitão, sargentos, cabos e soldados de Infantaria 6 que não aderiram à revolta saíram de Braga em direcção ao Porto, onde já chegaram alguns. A força sublevada saiu ontem às 10 horas da manhã em direcção a Barcelos. O destacamento de Infantaria 13 que estava em Barcelos não aderiu à revolta, apesar de ter ido ali expressamente um capitão para o sublevar.
>
> No Bom Jesus tocavam os sinos a rebate e estavam ali reunidos cerca de 200 populares. Às 2 horas e 30 minutos entrou em Braga uma força de cerca de 50 populares armados dando vivas à *Santa Religião*. No Campo de Sant'Ana havia colchas e damasco nas janelas.

O governador Civil e autoridades administrativas tinham desaparecido. Diz-se que as autoridades estabelecidas em Braga pelos sublevados são os Srs. Manuel Joaquim Alves Passos, como governador Civil e um fulano Magalhães, administrador. Consta por boa via que os revoltosos ficaram desanimados quando chegaram a Barcelos e viram que o 5 de Infantaria que contavam revolucionar, já dali tinha saído em marcha para o Porto, pela Póvoa de Varzim e deve chegar hoje, tendo já chegado as bagagens. (...) A linha telegráfica de Braga esteve interrompida pela manhã. De tarde tornou a funcionar até às 9 da noite, sendo depois de novo cortada."

Em 17 de Setembro de 1862, *o Comércio do Porto* adiantou outros pormenores.

"Na noite de 14 para 15, pelas 11 e meia para a meia-noite, alguém tratou de espalhar no quartel do Pópulo muita *aguardente* à tropa. Estava de Estado-Maior o capitão Macedo, o qual com sargentos de Caçadores 3 que estavam no mesmo quartel, fizeram dentro a revolta. Logo saiu uma força de 40 homens para surpreender a cavalaria no seu quartel, e uma guarda para o telégrafo, para este não trabalhar. Pela uma hora, três soldados de Cavalaria que se puderam escapulir, foram dar parte ao general, que pouco antes se deitara para descansar, porque tinha estado vigilante; porém tudo se tramava com tal sossego e sem ruído, que nada se pôde conhecer, e talvez oficiais que tinham estado com ele até à meia-noite o iludissem. Apenas soube o que havia, manda parte ao coronel Gomes e chefe do estado-maior e ele marcha com o seu ajudante para o quartel. Tratou de chamar á ordem a tropa, fala aos granadeiros e tudo se dispunha a acompanhá-los, quando o capitão Macedo e alguns sargentos se levantaram de novo, principiando então a confusão; uns, dando vivas ao general, outros ao duque de Saldanha e ao Macedo, e estavam nisto; Mas os Caçadores romperam firme na revolta. Tinham ido com ordem falsa ao quartel do Sardoal para dali sair o 9 e como este não saísse foi logo para ali um pelotão para o fazer sair. O 9 foi até ao campo de Vinha e formou abaixo do Convento dos Congregados, isto estando dentro do quartel do Pópulo o general que nada sabia nem tinha podido presenciar. Achando-se o 9 no Campo da Vinha, chegou o coronel Gomes, dirigiu-se ao Pópulo e vendo o perigo, saiu fora, quis tomar o comando do 9 para com esta força e com uma Companhia do 6 que com ele e com o general saiu para fora, combater a revolta. Houve conflito entre ele e o comandante do 9, por este julgar que o Gomes já estava na revolução. Então o coronel Gomes volta ao quartel e o Macedo tenta matá-lo à queima-roupa, o que não conseguiu porque o filho do coronel se enrodilhou no Macedo. Chega o chefe do Estado Maior e o Macedo o acometeu, metendo-lhe à cara um revólver. O chefe do Estado Maior ia sobre ele com a espada e foi então que os Caçadores lhe fizeram uma descarga e o mataram. Rompendo fogo do quartel para fora e de fora para o quartel, o coronel Gomes foi

ferido em uma perna e o general escapou por milagre, mas assim mesmo uma bala deu-lhe na bainha da espada levando-lhe o fim dela e o corta lamas. (...) Muitos soldados do 6 fugiram ao corpo e esconderam-se pelas casas. A cavalaria foi como presa para a porta do quartel do Pópulo, porém tentou reagir até à última. A final, o 9 recolheu a quartéis; mas o 6 saiu todo com caçadores e cavalaria e foram ao quartel do 9 e o obrigaram a ceder. Depois, distribuíram dinheiro aos soldados, (dizem que 1200 reis a cada um e um mê de pré)e um pão de trigo. (...) Reunida toda a força no Pópulo e Campo da Vinha, principiaram a preparar-se para marchar sobre o Porto – saindo logo para Barcelos em uma carruagem, um oficial do 13 que aqui estava e outro do 6, pois contavam com a força dali segura, assim como com o 7 de Guimarães. Era o capitão Macedo que comandava toda a força, e o Passos dispunha destes e mandava em tudo o mais. Embargaram-se cavalgaduras, fazendo apear gente que saía a cavalo para fora, embargaram carros, apearam gente, etc. É certo que não aderiu o povo, nem corria a reunir-se aos revoltosos; isso foi falsíssimo.

José Mota, combinado com os outros da revolução, durante a noite reuniu 54 homens, pela maior parte gente de má nota e desertores, e no Bom Jesus recebeu os rifles da polícia que do Paço lhe mandou o Passos – (*Era o fiscal da iluminação da Câmara Municipal e foi ordenada a sua demissão depois do fracasso da revolta. Acabaria mais tarde por ser nomeado fiscal do tabaco em Viana do Castelo, quando se converteu aos históricos*). Armou esses homens e com eles aqui entrou às duas da tarde; e para vergonha nossa, é aquela gente que está fazendo a guarda às cadeias e ao Paço! José Mota entrou a cavalo de espada e na frente e aos seus lados o Aires Murta e o decidido caixeiro do Sr. Vieira, vinham rodeados de rapaziada, mulheres desgraçadas e de ínfima gentalha. Toda esta súcia gritava – Viva o nosso comandante, o Sr. Josezinho da Mota – e de quando em quando – Viva a Santa Religião! – Porém, não excitaram o menor entusiasmo no povo, mas sim o maior desgosto e receio." (...) "As notícias que o Bracarense deu de revolta no Porto, Guimarães e Barcelos conheceu-se logo que eram falsas, que ainda às 3 horas da tarde, o 7 de Guimarães estava debaixo de ordem e o mesmo, que de Valença tinha chegado a Barcelos, havia retirado sobre o lado das Necessidades. À noite apresentaram na rua uma música de aldeia, a qual tocava o hino da Carta, porém todos se tinham fechado em suas casas. (...) Com a chegada da mala posta e notícias de que no Porto nada podiam conseguir, desanimaram bastante. A notícia de que o 7 de caçadores de Guimarães tinha, às 11 horas da noite, seguido para o Porto e o 5 retirado sobre as Necessidades e que a cavalaria, ou parte dela lhe tinha fugido, desanimou completamente os revoltosos. É certo que ao meio dia de hoje constou que aqui tudo estava em debandada, pois que a única força que restava já vinha a Martim, e na mesma hora chegaram aqui dois carros carregados com a bagagem que tinham levado. Também à mesma hora constou que o capitão Macedo já tinha fugido e que tinha tomado o lado

> do norte, passando à Ponte de Prado. Não sei se isto é verdade. O que é verdade é que a toda a hora aqui vão entrando soldados dispersos. Às 4 horas da tarde, o Passos retirou-se para casa, mas primeiro fez suspender o jornal Comércio de Braga. (*Era um periódico ligado aos históricos)* (...) Por mais que tocassem os sinos não se reuniu povo algum. Tudo está em debandada."

Em 18 de Setembro de 1862 houve nova notícia:

> "O Alves Passos desapareceu ontem à noite, depois de ter cometido mais o crime de abrir a mala do correio para a Póvoa de Lanhoso. (...) Fez-se auto de arrombamento e roubo do cofre do distrito. Faltam ainda os mais autos porque há mais arrombamentos."

E em 19 de Setembro de 1862 surgiu mais uma pequena informação:

> "O dinheiro roubado do Cofre distrital monta a uns 3 contos e tanto e algumas inscrições. Das outras repartições desapareceram diferentes coisas. Tem continuado a apresentar-se soldados, oficiais e sargentos. Andam pelos montes muitos soldados e alguns oficiais cheios de fome, mas receosos de se apresentarem na cidade. Consta que o general os mandara hoje procurar."

Falta apenas descobrir, mas isso nunca será conseguido, qual o verdadeiro papel do duque de Saldanha no meio de todo este processo, se é que teve algum. Será que Alves Passos e seus companheiros foram suficientemente loucos para se lançarem em nome do marechal num golpe de estado, sem que o próprio Saldanha tivesse conhecimento? É muito improvável. Aliás, exilado em Valência, Alves Passos não quebrou as ligações a Saldanha, fazendo com o marechal algumas incursões turísticas a França e a Itália. Regressaria em Dezembro de 1863, quando foi promulgada uma amnistia por ocasião do nascimento do futuro rei D. Carlos.

O segundo governo do marquês de Loulé manteve-se até 1865. Os quase cinco anos que conseguiu aguentar, foram tempos de agonia, de instabilidade, de indefinições repetidas e de trapalhadas imensas. O seu principal adversário, dentro do executivo e no interior das lojas maçónicas, era o ministro da Fazenda, Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, chefe da ala mais radical do partido Histórico, conhecida como *unha preta*. Chamado ao poder em Fevereiro de 1862. Lobo d'Ávila, depressa contribuiu para o desgaste crescente da imagem do exe-

cutivo. A imprensa mais conservadora passou a pente fino não só o seu passado, mas também o da família mais próxima. Descobriu imensos pontos fracos, capazes de destruir a imagem de qualquer político.

O caso mais antigo foi o da arrematação de Arouca, acontecido em 1862. *A Revolução de Setembro* relata-o no número de 12 de Março desse ano:

> "O escândalo da arrematação dos bens do convento de Arouca ao concunhado do Sr. Ministro da Fazenda tem feito grande sensação no público. (...) O ministro da Fazenda era considerado morto pela opinião pública e os próprios ministeriais andam envergonhados de tanta imoralidade. Será por ignorância que se retiraram bens da Praça e que depois de retirados se expuseram à licitação para o concunhado ficar com eles? Mas a ignorância na vida provada não se tolera nos Conselhos da Coroa Será por zelo da Fazenda que se iludiu a Praça? Pode a consciência do ministro justificar os seus actos? Mas não vemos a sua consciência e vemos os factos que mostram que não é escrupulosa. (...) Isto só tem um meio. A demissão."

Pressionado pela opinião pública e provavelmente pelo ministro Lobo d'Ávila, arrependido das consequências políticas do seu acto, o familiar beneficiado acabaria por requerer ao ministro uma autorização para ceder os direitos adquiridos naquele leilão fantasma, pedindo que o convento fosse de novo à praça. Negócios em família, no fundo...

O segundo caso, que na época também fez sensação, foi relatado pelo *Revolução de Setembro,* em *15 de* Agosto. Aconteceu pouco antes da Maria Bernarda, quando a população do Norte se revoltou contra os impostos, que considerava excessivos. Nessa altura, ministério da Fazenda autorizou um negociante de farinhas a importar 2000 moios de trigo, precisamente numa altura em que as compras de cereais ao estrangeiro estavam proibidas. O negociante ficava com a obrigação de os revender sob a forma de bolacha, no prazo de dois meses. Só que, devido à escassez da produção cerealífera nacional, era previsível, como já acontecera noutras alturas, que a necessidade de minorar os efeitos da fome impusesse a permissão da livre importação. Quer isto dizer que o referido negociante, José de Brito, ganhou dois preciosos meses que lhe garantiram pelo menos uma de duas vantagens. Ou exportaria o cereal sem concorrência sob a forma de bolacha ou conseguiria colocar o seu produto à venda dentro das fronteiras nacionais, antes de os outros

importadores poderem fazê-lo, ocupados com as complicações burocráticas ligadas à importação. As considerações emitidas na Portaria que autoriza o negócio são significativas. O que estava em causa era simplesmente o apoio a um capitalista específico e não a uma classe ou à população em geral. Vejamos:

> "Considerando que negada a permissão que o suplicante requer, terá de fechar-se um estabelecimento importante, com grave prejuízo tanto do proprietário como de muitas famílias cuja subsistência depende da sua permanente laboração; (...) Há por bem Sua Majestade (...) deferir à pretensão do suplicante."

Repare-se como o benefício a um particular foi justificado pela necessidade governamental de proteger o bem geral, de defender o emprego das famílias pobrezinhas. Foi sempre assim, e assim continuará a ser!

Em 1864 veio à luz do dia o caso *Soutulho*. Um irmão do ministro da Fazenda foi acusado na praça pública como mandante de um assassinato relacionado com uma questão de heranças. Aparentemente, o ministro estava a salvo, pois nada o podia incriminar. Só que Francisco de Paula Lobo d' Ávila, o irmão acusado, era general. Viria a tornar-se deputado e seria sugerido pelo executivo como candidato a medalha de mérito.

Mas o grande problema deste governo do Marquês de Loulé era, como sempre, a crónica falta de dinheiro. E os governos sabiam como consegui-lo. Era preciso escolher entre alternativas e nenhuma delas era muito segura. Aumentar os impostos arriscava-se a criar uma explosão social. Recorrer ao crédito sem dar as garantias que os credores aceitassem como válidas, poderia conduzir ao fracasso. O governo sabia que o mercado de capitais era caprichoso. O ideal seria combinar as duas opções de forma doseada. Já em 1862, ainda antes da Maria Bernarda, como atrás vimos, os jornais conservadores alertavam para a insegurança em que se encontravam os bens das Misericórdias, Hospitais, Câmaras Municipais, Juntas de Paróquia, Confrarias, Irmandades, Recolhimentos e quaisquer outros estabelecimentos pios ou de beneficência. Só que o projecto governamental de desamortização não avançara devido aos receios provocados pelas movimentações populares de 1862. Com os ânimos aparentemente mais calmos, talvez fosse agora o momento de fazer uma nova tentativa.

Os jornais locais ligados ao governo preocupavam-se e apontavam medidas. Em 20 de Janeiro de 1863*, O Progresso* apresentava-se como portador da solução milagrosa.

> "Publicou-se há pouco o orçamento para o ano económico de 1863--64 em que há um deficit de reis 1.399.150$547. (...) Tem havido (...) um desequilíbrio sempre ascendente entra a receita e a despesa do estado. Era logo indispensável, para melhorar a nossa situação financeira criar nova fonte de receita que não só fizesse face ao deficit para a despesa, mas que fossem amortizando pouco a pouco parte da dívida pública. A criação de novas fontes de receita demanda novos sacrifícios, um grande aumento ainda de despesa, como acontece actualmente com a construção de estradas e linhas férreas. *Devendo a construção dos caminhos-de-ferro acabar neste ano económico*, diminuirá na despesa a grande verba extraordinária que eles absorvem e a receita aumentará sucessivamente. Com o desenvolvimento da agricultura e de vários ramos da indústria e com as incalculáveis vantagens que todos têm de auferir da facilidade e rapidez de comunicações e de transporte, aumentará consideravelmente o rendimento colectivo e portanto a receita do estado."

Quer isto dizer que a proposta deste jornal se resumia a dois vectores: havia que moderar o ritmo das obras e aguardar que a protecção divina fizesse aquilo que não tinha feito até então. Talvez as obras fizessem aumentar o rendimento colectivo, contribuindo para que as contas ficassem equilibradas.

Mas o deficit não parava de crescer. E segundo aquilo que a imprensa oposicionista apontava, o agravamento das contas não resultava de despesas produtivas. Em 13 de Janeiro de 1863*, O Districto de Braga* criticava:

> "O estado da fazenda pública é lamentável. Temos à vista o orçamento de estado e a par de um deficit espantoso, vemos um aumento de 1600 contos."

E dois dias depois voltava à carga.

> "Serão encargos das somas levantadas para melhoramentos públicos que produziram tão excessivo aumento da despesa? Seriam as quantias empregadas nas úteis reformas da administração civil, da administração da justiça, numa boa e regular organização do exército ou mas fortificações de Lisboa e na protecção às nossas colinas ou no desenvolvimento da marinha de guerra que exigiram tamanho aumento da despesa pública?"

A primeira reacção foi o recurso ao crédito. Em 10 de Setembro de 1863*, O Districto de Braga*, noticiou:

> "Segundo o que dizem alguns jornais insuspeitos, por isso que defendem o Sr. Ministro da Fazenda, trata-se de um novo empréstimo de 3500 contos de reis, para garantia do qual se emitirão novos títulos de dívida pública fundada."

A moderação que o Progresso atrás recomendava, não passava de uma reflexão vazia de conteúdo prático. Enquanto as circunstâncias o permitissem, a vontade era a mesma de sempre. Imaginava-se que quantas mais obras se fizessem, mais rápida e fulgurante seria a recuperação do país. Em Janeiro de 1863 foi anunciado que a estrada de Guimarães avançava a bom ritmo. E em 20 de Março foi a vez da estrada de Chaves ser badalada como a rainha da festa. Só que com esta última, o caso era mais difícil. Os quilómetros eram muitos e a despesa muito grande. A estrada de Chaves permaneceu durante muito tempo como uma quimera que o governo agitava em épocas eleitorais. Mas isso não impedia o sonho. Em 20 de Março de 1863 *o Progresso*, porta-voz local do governo histórico, acreditava:

> "As duas províncias do Minho e Trás-os-Montes vão ver em breve traçar-se uma linha de comunicação entre a parte setentrional desta e o centro daquela. É o que nos assegura a portaria do Ministério das Obras Públicas que manda proceder aos estudos necessários, para concluídos eles, se proceder à arrematação. (...) Feita (...) a estrada de Chaves terá o norte da província de Trás-os-Montes uma comunicação curta e fácil não só com o centro do Minho mas com o centro e sul do país; e Braga crescerá em interesses e importância, como convém à terceira capital do reino."

Uma semana antes, *O Districto de Braga*, apesar de oposicionista, tinha acreditado nas promessas de um governo que abominava.

> "Baixou ontem à Direcção de Obras Públicas, para imediatamente se proceder ao estudo da estrada que há-de ligar esta cidade com a vila de Chaves, e por consequência com a província de Trás-os-Montes. Aos Deputados deste distrito, os Ilustríssimos e Ex.mos Srs. Marques Murta, Barão da Torre, Francisco Manuel Costa, Domingos de Barros, Guilherme Abreu, visconde de Pindela e Ferreira de Fafe se deve o governo mandar fazer esta estrada." – (14 de Março de 1863).

Em Maio de 1863, a imprensa bracarense acenou pela primeira vez com a ligação ferroviária do Porto a Braga.

> "Esse contínuo movimento que se observa quer na estrada que nos liga com o Porto, quer com a que vai para Barcelos ou Póvoa e Viana, junto à vastíssima população da província do Minho, são as mais seguras garantias que se podem ambicionar para a utilidade da exploração de uma via-férrea" – (*O Progresso,* 5 de Maio de 1863).

Cerca de um ano depois, Torres e Almeida, bracarense e deputado histórico por Famalicão, pressionou o ministério das Obras Públicas para que o governo autorizasse a contratação deste caminho-de-ferro. E em 26 de Abril de 1864*, O Progresso* mostrou-se receoso e vitimizou-se:

> "Concluem-se os caminhos-de-ferro do sul sem que a província do Minho veja um palmo de ferro carril. O Minho é a província mais populosa, mais agricultora, a de mais esperanças em todo o país. Faz-se a concessão dos caminhos-de-ferro de Évora a Estremoz e ao Crato; de Beja à margem direita do Guadiana, a entroncar com o caminho de Ferro de Sevilha; e de Beja ao litoral do Algarve – e o Minho fica votado ao ostracismo. (...) Feito o caminho-de-ferro de Lisboa ao Porto e a Badajoz, todos os outros deviam ceder em preferência ao caminho-de-ferro do Minho, porque ele não deve estacionar em Braga, mas seguir pelo meio da província e entroncar pelo norte com os caminhos de Espanha."

No mês seguinte disse que o processo avançaria mais um pouco no Parlamento:

> "Na Câmara de deputados entrou ontem em discussão o projecto para a construção do caminho de Ferro do Porto a Braga. Foi aprovado na generalidade. (...) A comissão reuniu-se ontem à noite e considerando todas as propostas, resolveu aprovar o caminho-de-ferro do Porto à fronteira da Galiza por Braga, o do Porto à Régua e o de Coimbra à fronteira de Espanha nas cercanias de Almeida" – (*O Progresso,* 13 de Maio de 1864).

Estava na hora de se aprofundar a discussão das directrizes da linha. Entre Julho e Outubro de 1863 o assunto já tinha sido aflorado na imprensa portuense. Quem o refere é mais uma vez o *Progresso* na sua edição de 10 de Julho de 1863:

> "Temos seguido como observadores a polémica que ultimamente se travou entre os nossos colegas do Jornal do Porto e o Diário Mercantil, sobre a directriz que o caminho-de-ferro de Braga deve seguir. Defende

> o Diário Mercantil o traçado que já aqui apresentamos como o que melhor nos parecia e que é marcado no decreto que autoriza a linha férrea de Braga. Este traçado é o litoral pela Foz, Leça, Vila do Conde, Póvoa e Barcelos. Impugna-o o Jornal do Porto preferindo-lhe um traçado pelo interior que entroncando com o caminho-de-ferro da Régua na foz do Sousa, atravesse os concelhos de Paredes, Penafiel, Lousada, Felgueiras, Paços de Ferreira e Guimarães."

Reconhecendo que, quer num caso quer no outro, os concelhos atravessados eram muito importantes, o Progresso apresentou as razões para a sua preferência pelo traçado junto ao litoral:

> "Se o traçado pelo litoral poderia ter a extensão de 70 quilómetros, quantos não terá mais o do interior? E sendo o grande e principal fim das vias-férreas economizar tempo e despesa no transporte, poderia acaso preferir-se a directriz em que terá de gastar mais tempo e dinheiro na viação?"

Em 18 de Agosto, *O Progresso* voltou à carga, com argumentos mais elaborados:

> "O caminho-de-ferro pelo traçado do interior, em preferência ao do litoral é sumamente prejudicial a Braga. Suponhamos que se adoptava tal traçado e examinemos o que resultava. Demos de barato a maior distância (20 a 30 km pelo menos) que haveria de percorrer, o que já não é um pequeno prejuízo de tempo e dinheiro e atendemos só aos interesses de que Braga era desfalcada, deixando de fazer-se por aqui o comércio do norte de Trás-os-Montes. É sabido que os viajantes e os objectos de transporte procuram o caminho mãos curto; ora encontrando-se em Vila Pouca de Aguiar as três estradas a macdam de Chaves, Bragança e Vila Real e seguindo dali uma estrada da mesma espécie por Cavez, Gandarela e Felgueiras – é evidente que se neste último ponto ou perto dele passasse o caminho-de-ferro, de preferência o procurariam os passageiros e as mercadorias que tiverem de seguir para o Porto, não passando, como é palpável em Braga nem Guimarães. (...) Braga, uma vez que não fique sendo o centro do comércio do Minho e do norte de Trás-os-Montes, é prejudicada e muito como mostraremos em artigos subsequentes."

E em 9 de Outubro, a neblina ficou menos cerrada, mostrando com maior evidência os interesses que estavam por trás da discussão. Dizia *O Progresso*:

> "É necessário confessar-se que o caminho-de-ferro não pode nem deve estacionar em Braga, há-de prosseguir, sangrando as suas férteis ribeiras para o alto Minho até se entroncar com o que passa em Orense,

> ficando assim fazendo parte da grande linha europeia pelos Pirenéus. Deve pois ser um caminho que comporte as mesmas velocidades e cujo traçado seja o mais curto possível. (...) As povoações que o colega quer que traçado oscule, também o devem ter e somos nós os primeiros a advogar os seus interesses, mas não podemos convir em que a linha *principal* se dobre e sujeite à da concorrência menor. Desejamos que Guimarães tenha um caminho-de-ferro para ser alimentado pelas estradas que ali convergem e não lesamos com o nosso projecto os seus interesses. (...) A passagem de Guimarães para Braga (...) não é olhada por nós de igual maneira. Para nós é uma linha *sucursal*, alimentando-se da artéria principal."

Resumindo, Braga aparentemente não se opunha a que a locomotiva passasse por Guimarães, mas não queria que esta cidade a recebesse em primeiro lugar. Achava que a ligação a Guimarães deveria ser preferencialmente uma sucursal, isto é um ramal. E que era de Braga e não de Guimarães, que a linha devia prosseguir em direcção ao norte da província.

À medida que a década de 60 avançava e com ela o governo de Loulé se aproximava do fim, fazia-se, como sempre, sentir a necessidade de receitas, pois os deficits cresciam de forma acentuada. Foram cerca de 3500 contos no orçamento de 1864-65.

> "Por enquanto declarou-nos o ministro que lhe basta um empréstimo de 3.377 contos de reis para acudir às urgências do serviço público".

Disso informou *O Bracarense* em 31 de Janeiro de 1865. Mas nesta altura atravessava-se um mau momento, não apenas nacional, e começava a ser difícil obter empréstimos. A recessão instalara-se e *O Bracarense* notou-o. Em 18 de Fevereiro de 1865, informava:

> "Nesta cidade, assim como noutras partes, estão as classes trabalhadoras a braços com a fome. Esmolam pelas ruas artistas honrados e amantes do trabalho a quem o inverno e a carestia de géneros privaram de recursos. Cabem aqui tributar público testemunho de louvor ao cavalheiro que governa interinamente este distrito; porque não só cuidou a tempo de organizar comissões de socorro que recorressem á caridade pública para alimentar os pobres, mas tem acertadamente empregado o seu zelo e actividade para que de tal prudência resulte todo o possível benefício. As comissões trabalham activamente e muitas centenares famílias indigentes têm sido socorridas por elas."

A situação iria piorar ainda mais, quando em 1866 chegaram ao país os ecos da crise económica internacional desse ano. Devem

ter aparecido dificuldades acrescidas na obtenção do crédito e começaram a exigir-se medidas mais radicais, ou pelo menos algo que acalmasse as desconfianças do mercado de capitais.

Só havia uma solução, precisamente aquela que o conservadorismo de Braga mais temia. Em 25 de Abril de 1864 o Bracarense faz eco da desconfiança que afligia as Irmandades e Confrarias desde o ano anterior.

> "Por parte da administração do concelho desta cidade, foram enviados novos ofícios às Irmandades e Confrarias a fim de responderem com urgência às perguntas formuladas nos ofícios anteriores, deixados até agora sem resposta pelas mesmas Irmandades e Confrarias. Os mesários destas associações religiosas não confiam em medidas nenhumas do governo histórico e desconfiam sobretudo das perguntas minuciosas que a autoridade lhes faz, entre as quais sobressai entre todas a de saber quais sejam os fundos e os rendimentos das Irmandades e Confrarias. (...) As Irmandades e Confrarias parece que estão resolvidas a convocar os irmãos ao som do badalo, a fim de proporem e resolverem entre si o modo de salvar os fundos e os rendimentos destas associações religiosas das garras dos tanas da situação."

E em 12 de Fevereiro de 1865 *O Bracarense* apareceu com novo alerta:

> "Preparem-se as Confrarias, Hospitais, Misericórdias, Câmaras Municipais e todos os estabelecimentos e associações públicas que tenham bens de raiz, jóias e alfaias de grande valor, para verem converter tudo em papéis de crédito precário e variável. Começou já na Câmara electiva a discussão do projecto do governo para esse fim e não faltará muito que seja convertido em lei. Argumentam com as necessidades do tesouro e não reconhecem os direitos de propriedade nem dão ouvidos s razões dos espoliados que receiam as contingências do futuro e a depreciação dos papéis que se lhe pretende impingir em troca de propriedade sólida."

Disse que se acontecesse a depreciação, os rendimentos baixariam e se houvesse bancarrota...

> "...do que não está longe em vista dos desperdícios e devorismo que tudo consome, ficarão arruinados os estabelecimentos pelo descrédito desses papéis de valor fictício."

Neste início de ano e relativamente à mesma questão, a *Gazeta de Braga* alinhou, em 21 de Fevereiro de 1865, no mesmo discurso alarmista. Sugeria que o governo, quando acabassem os

bens das Confrarias e das Irmandades, passaria à desamortização dos bens particulares e à tomada de posse de toda e qualquer propriedade. Era o socialismo em marcha.

O Progresso, jornal de Braga ligado ao partido histórico, tentou acalmar os receios. Em 21 de Fevereiro de 1865 informou:

> "A votação que acaba de ter lugar na Câmara electiva com referência à proposta de desamortização dos bens das Confrarias, Irmandades, Misericórdias, hospitais, municípios ou quaisquer estabelecimentos de mão morta é a melhor resposta que podem ter as corporações que têm representado contra a medida. Por 103 votos a favor contra 8 foi aprovada a proposta na generalidade. Só oito deputados votaram contra. (...) As 1173 Irmandades e confrarias do distrito de Braga possuem em dinheiro 2.180.944$271 reis e em propriedades 128.336$164 reis. Com esta avultada soma de 2.180941.271 reis não tem nada a desamortização. Os 128.336$164 reis é que terão de ser desamortizados. E não se persuade ninguém que o culto há-de sofrer com isso. Pelo contrário, as rendas das Irmandades e Confrarias que dantes provinham de foros, censos e pensões, sendo depois de inscrições, serão pagas muito mais pontualmente, de uma administração muito mais fácil e menos sujeita a abusos. E serão além disso elevadas quase ao dobro. São bens palpáveis os aumentos. Pela lei de 4 de Abril de 1861 foram vendidas por 849 contos de reis propriedades avaliadas em 545 contos. Com este produto compraram-se inscrições no valor de 1800 contos. O seu juro é hoje de 54 contos, enquanto o rendimento das propriedades, antes de serem desamortizadas, era apenas de 30 contos."

Neste processo surpreendeu que a Irmandade de S. Lázaro aderisse aos novos tempos, ainda antes de se ter consumado a votação desamortizadora. Mas, para a generalidade das forças conservadoras, com pouca vontade de ceder, restava adiar o problema e esperar que as representações contra a lei produzissem o milagre. Se o número de representações fosse grande, os poderes públicos não deixariam de atender os descontentes. Pelo menos seria adiada a fatal espoliação.

A administração municipal também atravessava dificuldades de Tesouraria. Em 17 de Novembro de 1863, a cerca de um mês da eleição municipal, o *Progresso*, jornal ligado ao Partido Histórico fez uma crítica demolidora da actuação da Câmara regeneradora. Procurou preparar o terreno para a derrota dos adversários.

> "Com que direito vem a Câmara actual pedir ao município a sua reeleição? Quais são os títulos que aproveita em seu favor? Serão os melhoramentos materiais? Não fez nenhuns; não há durante a sua

> administração uma obra só de iniciativa sua. Viu o estado miserável em que se acham as ruas e cruzou os braços. Viu importantes melhoramentos que todos reclamam e votou-se à inércia. Falar-nos-á no acabamento dos Paços municipais? Foi iniciativa das Câmaras transactas: encontrou nos cofres os dinheiros aplicados para essa obra; não fez mais do que administrá-la. Falar-nos-á da estrada do Bom Jesus? Também não é sua iniciativa. O que é seu é o entorpecimento que continuamente tem posto a uma obra da mais reconhecida necessidade; o que lhe pertence é a morosidade da obra; são os mil estorvos, os erros, os caprichos, os favores, os compadrios que têm presidido à confecção de uma estrada que devendo ser a mais formosa e mais bem traçada, é a mais vergonhosa e mais ridícula e mais defeituosa de todas as estradas possíveis. Isto é que eu sei. Será o Passeio do campo de Sant'Ana? É ao Sr. Governador Civil a quem se deve o estado em que se acha. À Câmara o que se deve são despesas enormes com aterros feitos hoje e desfeitos amanhã; com obras começadas e logo desfeitas. Será a administração municipal? Onde estão as contas para o município saber em que se têm consumido os dinheiros públicos? Onde estão os balancetes? Onde estão os documentos de fiscalização da Câmara? Em parte nenhuma. Do que o município tem documentos é de inércia, dos desacertos; dos desperdícios. (...) Se a Câmara actual tivesse a consciência de ter cumprido os seus deveres, não precisaria de empregar os meios de que está lançando mão para sua eleição. Não faria propagar os boatos de que a Câmara que os amigos do governo querem eleger aumentará os tributos municipais; elevará o preço das carnes; exigirá novos direitos às regateiras, aos criados, a tudo."

Vencidas as eleições, era preciso fazer algo que calasse as críticas. Sem medidas, as apreciações negativas dos regeneradores apareceriam, iguaizinhas às que os históricos tinham acabado de fazer. Mas para a adopção de medidas eram necessárias receitas. E *O Progresso* tentou mostrar, em 11 de Dezembro de 1863, onde elas se podiam arranjar.

> "Reprovamos completamente o aumento da contribuição e estamos certos de que esse expediente não está no ânimo dos ilustres vereadores. (...) Parece-nos porém que a nova Câmara poderá fazer face a despesas mais avultadas se quiser empreender melhoramentos importantes e para que lhe não deneguem os rendimentos e dinheiros do município sem contudo vexar nem gravar os seus habitantes. Além de uma boa e exacta fiscalização de todos os rendimentos afigura-se-nos que a Câmara poderá tirar grandes recursos da remissão dos foros municipais. É uma medida proveitosa, cuja utilidade a experiência tem mostrado. Reduzindo-se a inscrições o produto de foros, tal que o município venha a receber anualmente o mesmo rendimento que recebia até à época da remissão, além de se obter o mesmo rendimento

> sem vexames, sem a despesa com a fiscalização, e sem demandas, o que é um grande proveito para o município, vai-se por esta forma consolidar o crédito, porque quanto maior for o número de indivíduos e de corporações que possuírem inscrições, tanto maiores serão as garantias dos eu pagamento. Mas além desses benefícios acresce que a Câmara poderá, sobre a receita provável do produto das remissões contrair um empréstimo importante e com ele fazer face a despesas que sejam convenientemente aplicadas a grandes obras e melhoramentos de reconhecida necessidade. E dizemos contrair um empréstimo porque, como de ordinário a remissão não se verifica de momento, mas com certa demora. Se a Câmara esperasse pela receita dessa operação, gastaria talvez todo o tempo da sua gerência preparando o caminho para a vereação que se lhe seguisse."

A solução era, portanto, a mesma de sempre. Contrair empréstimos, embora mais sustentados. Só que a obtenção do crédito passava pelo beneplácito governamental, que não era dado se fosse exigida uma carga fiscal excessiva sobre os munícipes.

Em 22 de Junho de 1864, *O Bracarense* era um jornal da oposição à Câmara e apesar disso estava a embarcar na onda construtora:

> "A nossa Câmara Municipal pediu autorização para um empréstimo de 50 contos que há-de ser empregados em várias obras de utilidade como o melhoramento das ruas, conclusão do edifício da Câmara, abastecimento de águas, alargamento da Rua de Maximinos, Cemitério Público e conclusão da estrada do Bom Jesus. É inegável a utilidade de todas estas obras mas cumpre não dar a preferência senão àquelas de onde resulte maior interesse público. Que o alargamento da rua fronteira à Sé, suposto seria muito agradável, não o julgamos todavia de primeira necessidade pois há uma outra rua de maior trânsito que está reclamando mais pronto melhoramento. É a Rua do Campo por onde transitam milhares de pessoas todos os dias e como continuação desta a Rua dos Sapateiros e a Rua Verde até ao Postigo. Esta rua, atravessando quase toda a cidade, não só seria de uma bela vista mas também aumentaria o número de prédios habitáveis e destruiria esse foco de corrupção chamado Rua Verde. (...) A *respeito do cemitério entendemos que é por enquanto muito escusado, havendo como há o do hospital para o pequeno número que deseja ir às catacumbas e por isso deve atender-se a outras necessidades*."

Repare-se neste pormenor do cemitério desnecessário. Pouco tempo depois, numa fase de maior vigor oposicionista, *O Bracarense* acusará a edilidade de não o construi. Reparemos agora na sua prosa, em 25 de Novembro de 1864:

> "É uma vergonha para o progresso rasgado (...) que em Braga não haja cemitério público e que se continue a enterrar em lugares que a lei declarou impróprios e insalubres." (...) "Provavelmente dirão que não há dinheiro; mas o cemitério tem um fundo especial já muito antigo e por isso não vale para ele a desculpa que se dá para a falta de estradas ruas e outros melhoramentos."

Em 15 de Julho de 1864, o periódico de Alves Passos já mostrava desilusão:

> "A Câmara que principiou a sua gerência prometendo obras pomposas, está sem dinheiro, porque gastou inconsideradamente, tudo o que a sua antecessora lhe deixou nos sacos, e porque lhe falhou o projecto de empréstimo. Em consequência disso vai cessar a continuação das obras municipais, e até alguns arrematantes delas já foram avisados para interromperem os trabalhos começados."

Mas havia também as tentações sugeridas pelo próprio poder central em tempo de eleições. Talvez a principal tenha sido uma portaria transcrita com muito cepticismo pelo *O Bracarense*, em 5 de Agosto de 1864, anunciando a construção de uma estrada rua, provavelmente à boleia das eleições eram no mês seguinte, em Setembro.

> "Começará a estrada rua supradita em S. Pedro de Maximinos, segue pela rua Cruz de Pedra, Biscainhos, Campo da Vinha, viela da Escoura até Infias. Será imediatamente construída." (...) "Art.º 3º – Que no acto da construção se dê ao perfil transversal entre as arestas exteriores das bermas, a largura de 12 metros em lugar de 10 metros como se acha indicado no projecto. Art.º 5º – Que os trabalhos sejam desenvolvidos à proporção que a Câmara Municipal de Braga for entregando os terrenos expropriados. Art.º 6º – Que se calcule em orçamento especial o excesso da despesa pelo aumento de dois metros de largura, como ordena o Art.º 3º." (...) "A Câmara não tem com que mande cantar um cego, porque pedindo ao governo autorização para levantar um empréstimo, não o pôde conseguir. (...) O pouco que lhe resta do que recebe em herança da Câmara velha (...) está quase exausto e na estrada do Bom Jesus trata-se de regular o dinheiro, por forma que se não acabe antes das eleições. Ora se a Câmara não tem dinheiro nem autorização para o pedir emprestado, como poderá expropriar a metade da ria Cruz de Pedra e outra metade da viela da Escoura para entregar os terrenos às obras públicas? Não podendo portanto trabalhar-se na estrada rua da Cruz de Pedra e na Escoura, resta o Campo da Vinha e

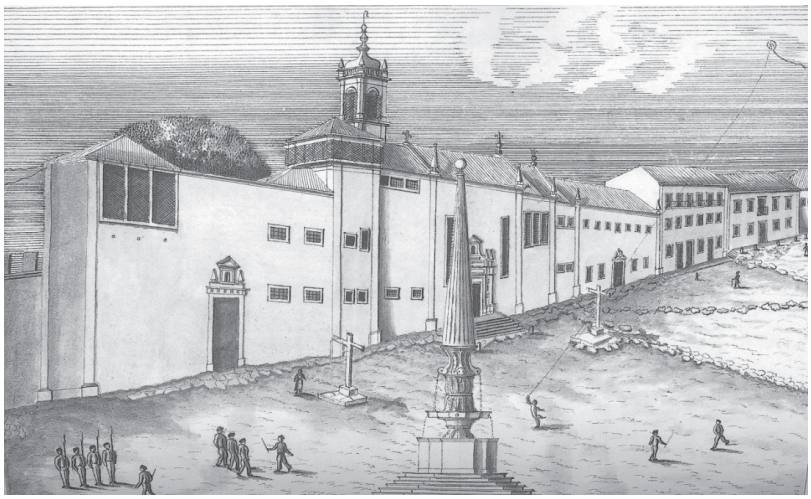
> os Biscainhos." (...) "A outra estrada rua desde a Ponte até ao Largo dos Remédios está muito adiantada. Falta-lhe só o projecto definitivo que o governo agora mandou fazer para o examinar e meditar durante o ano da graça de 1865, que será aprovado do de 1866, e lá para as eleições de 1868 virá ordem para se proceder imediatamente à sua construção nos terrenos que a Câmara de Braga for entregando expropriados."

Tornava-se realmente muito fácil anunciar grandes obras, especialmente se fossem outros a pagá-las...

Em 6 de Agosto de 1864, *O Progresso* mostrou-se entusiasmado:

> "A rua estrada que deve ligar as estradas do Porto e de Valença não deixará de se fazer por falta de dinheiro, como diz o Bracarense. Se em grande parte são necessárias expropriações, começarão os trabalhos como manda a Portaria do Governo, onde elas são precisas. E se a Câmara não tem já dinheiro para expropriar, tê-lo-á dentro em poucos meses e estando feita a parte de uma estrada que pode já começar-se, faz-se convergir no resto toda a força de trabalho e não haverá assim perda de tempo, como parece ao Bracarense. Se a despesa aumentou muito com o aumento de dois metros de largura. Daremos o maior custo por muito bem empregado, porque ficamos com uma obra muito melhor."

Mesmo sem dinheiro, alguns pequenos avanços se conseguiram e não foram apenas meros projectos. Em Abril de 1864, apareceu um edital camarário anunciando a recepção de propostas para a construção de dois lanços da estrada do Bom Jesus. E em Dezembro de 1863, a Câmara decidiu optar pela construção do cemitério no Monte de Arcos. Provavelmente, o aperto financeiro ainda não se manifestava com tanta acuidade. A falta do cemitério era realmente uma vergonha, pois nesta altura já algumas freguesias do distrito estavam habilitadas com o serviço. E Braga era a terceira cidade do reino, como gostava de se proclamar.



Era no Campo da Vinha, aqui reproduzido num desenho do Dr. Chasco existente no Museu dos Biscainhos, que passava a estrada rua que iria unir as ligações de Braga com o Porto e com Valença

O 2º governo de Loulé não era criticado apenas pela questão da desamortização. Em Braga, os conservadores acusavam-no de outras maldades reprováveis, de natureza mais ideológica. Em 30 de Junho de 1864, *O Bracarense* enumerou e explicou as suas críticas:

> "Os projectos de liberdade de cultos, de extinção da pena de morte e de desamortização são as três grandes calamidades que o governo prepara ainda a esta nação, já tão oprimida de males e desgraças, esperando na próxima legislatura converter em lei esses ruinosos projectos."

E explicou que quanto ao primeiro projecto, o da liberdade dos cultos, a própria comissão sugeriu um adiamento. Quanto ao segundo...

> "... nada mais é preciso para se julgar da sua "utilidade" senão atender ao nosso estado policial, à corrupção dos costumes que lavra na nossa sociedade, à falta de educação religiosa que se descura completamente entre nós." (*idem*)

E sobre o terceiro, opinou:

> "A goela dos históricos é um abismo, A sede de dinheiro devora-os a ponto de se sujeitarem a todas as eventualidades, ainda às mais temíveis, só para saciarem a sua sede inextinguível de ouro".

Naturalmente, toda esta febre de construções era fogo-de-vistas. E no final do ano de 1864, *O Bracarense* que desde o início apontara as estradas rua como um engodo eleitoralista, voltou ao ataque:

> "Quer o público saber no que pararam as famosas estradas ruas? (...) Comece a revista no Largo de S. Vicente e Rua de Infias. Aqui, desde o adro até passar o senhor das Ânsias, vê-se: do lado do norte levantadas as pedras da rua e esta convertida em lamaçal e atoleiro intransitável. (...) Passemos das ruas e atoleiros de Infias à Escoura, ai Campo da Vinha até à Cruz de Pedra por onde na véspera das eleições andaram em passeio quotidiano as bandeirolas da administração brilhante. A estrada rua nestes pontos está um pouco melhor e mais transitável, porque aí ainda não chegou o dedo destruidor e insensato que só sabe cortar os ares traçando planos mas que não sabe coordenar e realizar com método nenhum melhoramento."

Diz que nas obras da Cruz de Pedra e daí até S. Vicente, ninguém buliu.

> "E tarde ali bulirão, porque só as expropriações da Cruz de Pedra excedem os 60 contos e a Câmara não tem nem 60 reis para a conta."

E sobre a estrada rua da Ponte, afirmou:

> "Na estrada rua da ponte de Guimarães para a cidade, sucede outro tanto. Falou-se muito dela, desdobraram-se as bandeirolas, aturou-se muita poeira ao ar para cegar os eleitores, e mais nada. Por ora vai-se por ali passando aos saltinhos de pedra em pedra, de barranco em barranco e os que não quebram as pernas dão parabéns à sua sorte. Em conclusão. Nada se fez ainda na estrada rua desde a Ponte de Guimarães até aos Remédios, nem na outra desde Maximinos até S. Vicente; e na rua de Infias, onde já mexeu o dedo do Sr. Januário, só há lamaçal, fossos, água encharcada, pedras levantadas do seu leito para impedirem o trânsito, desordem e incomunicabilidade dos vizinhos" – (*O Bracarense,* 14 de Dezembro de 1864).

E em 24 de Fevereiro de 1865*, O Bracarense* fez um balanço e apontou a causa do insucesso:

> "As estradas ruas do Sr. Correia (*Trata-se de Januário Correia, o governador civil*) que no ano passado se apregoavam como uma das mais valiosas fontes da administração brilhante, estão ainda no limbo. Faltam dezenas de contos de reis para que possam ser começadas.

> E não só faltam os contos de reis, mas também se não sabe aonde se há-de ir por eles. A Câmara não tem recursos. São precisos perto de 100 contos para as obras que nos prometeis. É preciso levantar os empréstimos, porém com que renda se há-de fazer face ao juro desse empréstimo? O governo não pode autorizar uma dívida municipal sem que se proponha a solvabilidade dela em termos justos e condições severas. A Câmara e o Conselho Municipal andam em busca da resolução do problema e não atinam com ele, senão por meio de um novo imposto."

Mas havia muitas outras obras de utilidade a realizar. A mais importante era sem dúvida o abastecimento das águas, apenas lembrado pela imprensa, quando estava na oposição. E havia também a limpeza e a higiene. Em 15 de Junho de 1864, o *Bracarense* lamentava:

> "Há uma postura que proíbe verter ourinas às portas dos templos e não obstante vê-se com manifesto escândalo de naturais e estranhos fazerem-se as necessidades da natureza junto ao frontispício das Igrejas que deviam respirar tanto no interior como no exterior o maior asseio e limpeza. Se os vigias re4cebessem parte da multa imposta aos infractores, opor certo se não repetiriam estes escândalos, como se observa a respeito da apreensão dos cevados, que mal aparecem são pilados imediatamente. (...) O que ocasiona essas indecências junto às portas dos templos é também a falta de ourinois nos sítios mais frequentados e por isso cumpre colocá-los onde a necessidade do lugar os pedir e mandar aplicar indistintamente a multa aos violadores. Um outro escândalo e já velho é o permitirem-se aos domingos e dias santificados as lojas de mercadorias, capelistas, negociantes e outras abertas todo o dia, com violação da postura municipal e escândalo dos fiéis."

Anos depois, a imprensa chegaria ao ponto de informar que a melhor forma de encontrar um monumento em Braga, seria através do cheiro... E em Janeiro de 1867 as autoridades militares até resolveram postar uma sentinela nas proximidades da porta da igreja do Pópulo, para evitar a sua transformação em urinol.

No ano de 1864, os bracarenses esperavam que fosse possível a resolução de alguns problemas de tesouraria. Falava-se na criação de uma instituição bancária genuinamente bracarense, onde pontificariam personalidades interessadas no progresso da cidade, como o capitalista Miguel José Raio. Surgiria efectivamente o Banco do Minho, mas antes que ele começasse a funcionar, foram necessários muitos ajustes. Entre os accionistas principais instalaram-se rivalidades

mesquinhas que atrasaram o processo. Em 15 de Setembro de 1864, *O Bracarense* relatou-as:

> "Projectou-se nesta cidade um banco e foi geralmente aplaudida a ideia, ainda que algumas pessoas versadas em negócios comerciais, julgaram fatal para a maior parte dos negociantes de Braga o estabelecimento do Banco do Minho. Passando-se à realização do projecto, chegou a reunir-se Assembleia Geral dos subscritores e a nomear-se a direcção do novo estabelecimento bancário, mas por uma inexplicável dissidência entre os eleitos e repreensível despeito dos não eleitos, ainda se não realizou a instalação. Um tal diz que não aceita o cargo de direcção sem que entre o Sr. Fulano ferido no seu amor próprio pelo não o nomearem director, amuou-se e quer retirar a sua subscrição. O Sr. Beltrano diz que deve sair um dos eleitos para que ele possa entrar: mas o eleito diz que quem o elegeu tem direitos para isso e que não há vontades nem caprichos superiores às decisões da Assembleia Geral. Enfim, as ambições mataram o Banco."

Não mataram, mas atrasaram dois meses. Em Dezembro de 1864, os problemas já estavam resolvidos, embora, infelizmente, a novidade não tenha modificado o desenrolar das actividades económicas.

Quase no final da vida do segundo executivo de Loulé, o seu ministro da Fazenda, Matias de Carvalho ainda se mostrou com vontade de tentar o impossível. Declarou em Março de 1865, que pretendia lançar novos impostos, exigindo ao país aquilo que faltasse ao Tesouro. Não teria tempo. No mês seguinte seria demitido.

Resumindo, podemos dizer que a falta de dinheiro bloqueava tanto as obras nacionais, como as municipais. Na fase final do 2º governo do duque de Loulé, estava tudo atrasado. No início de 1865, faltava concluir a estrada para Guimarães, entre as Taipas e a cidade berço. Também continuava o lamaçal de Infias, em resultado das estradas rua que não avançavam. A estrada de Ponte de Lima lá estava ela, como sempre travada em Frossos, onde nascera mais um lamaçal. A estrada do Bom Jesus ainda marcava passo. A via para Chaves continuava uma miragem, escondida sob a forma de projecto nas mesas dos engenheiros que lhe estudavam o traçado.

Só mais tarde, durante o governo da Fusão, os ministros tentariam resolver a crónica falta de capital. Tratou-se de uma solução falhada, que felizmente teve o mérito de pela primeira vez, desde há muitos anos, pôr o país a reflectir sobre as suas próprias limitações.

DA FUSÃO À JANEIRINHA

O governo do duque de Loulé caiu em Abril de 1865. Estava dilacerado pelos conflitos que opunham as suas sensibilidades – a unha branca chefiada pelo próprio Loulé e a unha negra, dirigida por Lobo de Ávila. Farto das manobras e intrigas de um companheiro de partido desejoso de ascender à cadeira da chefia, o duque de Loulé bateu com a porta. D. Luís ainda tentou, sem êxito, convencer o Marquês de Sá da Bandeira a saltar para a ribalta. A recusa obrigou-o a retomar as escolhas de sempre, renomeando o duque de Loulé. O ministro das Obras Públicas, João Crisóstomo manteve-se e apareceram novas caras. Sá da Bandeira entrou para a pasta da Guerra e Matias de Carvalho para as Finanças. Saía finalmente de cena o mal amado Joaquim Tomás de Lobo de Ávila que reduzido à condição de personagem secundária não se conteve. Começou a comportar-se como membro e chefe da oposição. Em 18 de Setembro de 1864, Rebelo da Silva, Par do reino e membro da unha negra, propôs uma moção de censura ao governo de Loulé, isto é, ao governo do seu próprio partido. Seria derrotada por uma margem mínima de apenas 37 votos contra 32. O próprio Lobo de Ávila não largava o seu sucessor, Matias de Carvalho, acusando-o de incompetência. O ministro das Obras Públicas, João Crisóstomo de Abreu e Sousa era outro bombo de festa para a unha negra. Então, deu-se o improvável. Cansado do papel que estavam a tentar atribuir-lhe, João Crisóstomo pediu a demissão. E atrás dele, todo o ministério se desmoronou.

Foi a vez do Marquês de Sá da Bandeira tentar consertar o que não tinha conserto. Incapaz de congregar mais apoios, formou um governo em versão reduzida, com apenas quatro ministros. Os escolhidos distribuíam-se pelas sensibilidades que já anteriormente tinham feito parte dos Conselhos da Coroa, mas que dele tinham sido afastados em momentos diversos. Reapareceram os moderados Carlos Bento e António José de Ávila, remodelados em 1862, para na altura darem espaço à entrada de Lobo de Ávila no ministério de Loulé. Júlio Sanches e o próprio Sá da Bandeira completavam o elenco. Curiosamente, Ávila e Sanches eram defensores duma aproximação aos regeneradores. Estavam à frente do seu tempo...

As escolhas de Sá da Bandeira não agradaram ao partido histórico cuja ala mais radical o acusava de demasiada moderação nas opções. E os mais moderados também não lhe aceitavam o

excessivo apagamento a que parecia votar os históricos. É que estes, embora dominassem de forma avassaladora o Parlamento, apenas controlavam 50% das pastas. Mas como havia ministros interinos que acumulavam as cadeiras não preenchidas, os históricos depositavam ainda a esperança de serem homens seus a acabar por ocupá-las. Só que Ávila, receoso de que a diluição do seu poder acabasse por determinar uma perda de influência, recusou a solução. E novamente o ministério, como já acontecera noutras vezes, vacilou.

Lentamente concretizar-se-ia um processo de aproximação entre os históricos e os regeneradores. É que a ideia de Fusão prevalecia maioritária no seio do executivo. Em meados de Maio de 1865, a pedido do próprio governo que se queixava de não conseguir gerir os negócios do estado com uma maioria parlamentar que o abominava, D. Luís, dissolveu o parlamento.

Após as eleições realizadas em Julho, o governo de Sá da Bandeira ainda se aguentou mais umas semanas. Foi o tempo indispensável para que os deputados, colocados nas listas governamentais e nelas eleitos, rumassem para a oposição. Hesitavam em opor-se a um governo que os promovera, mas com o tempo acabaram por fazê-lo. Numa fase inicial, ninguém tinha certezas. Será que o governo obtivera mesmo uma maioria parlamentar? Será que tinha sido derrotado? O tempo desenganá-lo-ia. A perda repetida de votações mostrava que a sua vitória tinha sido um mito. E a imprensa relembrava-o. Em 1 de Setembro de 1865, o *Jornal do Port*o, mais afastado dos centros políticos lisboetas e consequentemente pior informado, ainda imaginava que o governo estava em funções. Dizia:

> "O ministério *vive* decididamente por efeito de uma maioria insignificante que lhe não pode ministrar alentos e ainda assim flutuante, incerta. (...) Neste estado de coisas não é possível governação séria que crie uma situação estável e definida."

Enganara-se. O tempo verbal não estava bem aplicado... O ministério já deixara de viver, vivera... É que no dia anterior, de acordo com a *Revolução de Setembro*, Sá da Bandeira, apresentara a demissão. Considerava *que só um apoio parlamentar sólido ao executivo lhe permitiria desempenhar eficazmente as funções.* Estava aberto o caminho para a *Fusão*, sob a presidência de Joaquim António de Aguiar.

O grande problema que afligia o novo ministério era o mesmo de sempre. E para a sua resolução, todas as forças políticas tinham um ponto de acordo comum. A redução do deficit deveria passar por

um largo programa de economias. Veremos se a falta de coragem política que até aqui bloqueara a sua implementação se voltaria a fazer notar.

O governo de Sá da Bandeira foi um tempo perdido. As questiúnculas políticas imperavam. A presença de Carlos Bento e do duque de Ávila no elenco governativo, se para alguns funcionava como elemento repulsivo, para outros era uma atracção. O jornal *O Bracarense* foi um dos atraídos. Quanto mais não fosse, procurava evitar males maiores. Inicialmente hesitante, o jornal afirmava em 21 de Maio de 1865:

> "Depois de quatro anos de desvarios e pecados, devia suceder assim. (...) Fundiam-se os partidos, mas os elementos heterogéneos desta fusão repelem-se dentro do cadinho. (...) Separam-se amigos de 14 anos, agrupam-se inimigos de toda a vida e o Sr. Duque de Loulé torna a ressuscitar do túmulo em que os seus próprios erros o tinham sepultado. (...) Pela nossa parte recusamos alistar-nos debaixo do comando do sr. duque de Loulé."

Mas em 13 de Junho de 1865 a sua posição já era mais explícita:

> "Se apoiamos o gabinete a que preside o Sr. Marquês de Sá, é porque nesse gabinete predominam as ideias moderadas de progresso e o amor da tolerância, conciliação e ordem, ideias por que sempre combatemos. O Sr. Marquês de Sá cometeu uma imoralidade com os soldados do 3 de Caçadores, nossos companheiros de infortúnio (*Enviou a unidade para África, devido ao seu envolvimento na Maria Bernarda...*); mas o Sr. Duque de Loulé tem cometido um milhão de erros de doutrina, de ofensa de princípios, de escárnio das leis. O governo do Sr. Marquês de Sá será mau, mas o do Sr. Duque de Loulé era péssimo."

As eleições estavam marcadas para o mês seguinte e o *Bracarense* apresentava uma solução infalível para as vencer. Era um caminho que costumava repudiar, quando a sua parcialidade assentava arraiais na oposição. Em 15 de Junho de 1865*, O Bracarense* aconselhava a intolerância para que fosse possível semear a harmonia:

> "As demissões do pessoal administrativo são uma necessidade do novo gabinete, que projecta dar novo rumo, destruir as pressões locais que tiranizam o corpo eleitoral, moderar a marcha em que íamos para o abismo, alimpar o funcionalismo corrompido pelas administrações Loulé e cercar-se de funcionários dignos para lançar as boas sementes da tolerância e ordem."

Depois das eleições, quando começou a tornar-se mais visível que as coisas não tinham corrido bem, *O Bracarense* insistiu na tecla persecutória:

> "Na conjuntura apertada e difícil em que se encontrou o ministério, corria-lhe a rigorosa obrigação de acercar-se de autoridades de provada fidelidade e de mostrar por factos de energia e severa moralidade que estava disposto a governar contra a Fusão. (...) Em presença do procedimento do governo para com os funcionários que mais ou menos abertamente o hostilizaram traindo os deveres de fidelidade e moralidade e fazendo mesmo alguns, gala da sua atitude hostil, não há fé que não entibie, apoio que não enfraqueça, devoção que não afrouxe até ao desalento." (17 de Agosto de 1865).

O governo fusionista entrou em funções ainda na primeira metade do mês de Setembro. No dia *12*, *O Bracarense* outrora tão enérgico a combatê-lo, já se tinha rendido. Uma equipa ministerial sem figuras de proa do partido histórico tê-lo-á convencido. O partido histórico estava a ficar finalmente confinado ao seu verdadeiro espaço. E tratava-se de um espaço secundário, como devia ser. Mas tratou-se de um apoio com *limitações*. A desamortização dos bens religiosos estava excluída.

> "O novo gabinete, prosseguindo na empresa do seu antecessor e adoptando o seu programa de paz e tolerância, progresso e economias, moralidade e fiel observância dos preceitos constitucionais, não pode deixar de merecer o apoio de todos os amigos do ministério transacto, de todos os antigos adversários do governo pessoal e exclusivista do Sr. Duque de Loulé, uma vez que os seus actos não desmintam as promessas."

Durante cerca de um ano, nada seria feito para reorganizar as finanças. O país continuava a viver do crédito, aparentemente alheio à borrasca que se avizinhava. Os anos económicos estendiam-se entre 1 de Julho e 30 de Junho. O deficit previsto no orçamento de 1866--67 ultrapassava os cinco mil contos. Para o cobrir o ministro da fazenda, Fontes Pereira de Melo, contava com as famigeradas economias e com a obrigação da Companhia dos Caminhos de Ferro devolver ao estado cerca de 2 mil contos. *O Bracarense* mostrava-se algo desiludido e afirmava em 27 de Janeiro de 1866:

> "As medidas propostas são remédios para ir vivendo mais um ano e não remédio radical contra o mal, como esperávamos do génio fecundo e empreendedor do Sr. Fontes."

A ideia daquele periódico era combinar as medidas a adoptar, não privilegiando nenhuma em particular. Seria necessário combinar impostos e economias. Mas tinha dúvidas. Temia que já não houvesse tempo:

> "Só uma série de providências, calculadas todas debaixo do mesmo pensamento e inspiradas pela mesma tendência, podem atingir o fim que nos propomos. Para isso é necessário estudo, circunspecção e iniciativa fecunda. (...) Mas poderá o doente esperar, enquanto o médico estuda?" – (1 de Fevereiro de 1866).

Em 17 de Março de 1866, *O Bracarense* anunciou que a situação empalidecera. E o seu desencanto cresceu:

> "A questão da fazenda... quem podia acreditar na força de uma situação, em que o avisado e inteligentíssimo ministro da fazenda, o Sr. Fontes, se viu forçado a propor unicamente medidas de expediente, adiando para 1867 a questão capital – a do equilíbrio das receitas e despesas?"

Ainda por cima, o capital de confiança que sustentava o governo tinha sofrido um abalo em Novembro de 1865, quando o estado assinou o contrato do caminho-de-ferro do sueste. Garantia-se à Companhia gestora um rendimento excessivamente alto, com perdas prováveis para o estado durante 50 anos e com a consequente descredibilização da imagem de defensor de economias que se pretendia sustentar.

Em Maio e Junho de 1866 aconteceria uma remodelação ministerial que reforçou a importância das forças moderadas no executivo, com a entrada no ministério de três pesos pesados do partido regenerador – Martens Ferrão, Casal Ribeiro e Andrade Corvo. O governo continuava a afirmar-se como fusionista, embora essa qualidade estivesse desaparecida. O lado histórico ou setembrista do governo, inicialmente reduzido a figuras de segunda categoria, estava agora limitado a nada. O governo dizia-se de Fusão porque, segundo afirmava, o seu programa *continuava a ser o mesmo de outrora*.

A dificuldade de distinção dos partidos do sistema, o Histórico e o Regenerador, era uma realidade indesmentível. Embora as diferenças fossem detectáveis e fosse possível perceber em qual dos

lados se situava, *O Bracarense*, afeiçoado aos regeneradores, tinha dificuldades em posicionar-se.

> "O partido histórico avança para a democracia pura e tem a monarquia constitucional como meio e não como fim. O Partido Regenerador respeita a monarquia constitucional como o termo do processo político, procura regenerar e aperfeiçoar esta para que todos sejam iguais perante a lei e se estenda a todos o encargo e o juízo do direito; mas detesta a democracia pura. Ainda por outros princípios e outras crenças se distingue o partido regenerador e o partido histórico. Este pretende para o estado uma supremacia a que chama racional, mas impossível, sobre a Igreja; aquele, menos regalista, deseja que o poder do papa não esteja sujeito à vontade febricitante das turbas. Ambos os partidos amam o progresso; mas o histórico avança a passos rasgados e sem querer abrir os olhos para evitar os escolhos e precipício de que a prudência manada acautelar: enquanto o partido regenerador prefere o progresso lento, prudente, bem pensado e calculado." (19 de Maio de 1866).

Em Maio de 1866, aconteceu o inevitável. A fim de regularizar as suas contas, o ministério viu-se forçado a contrair um empréstimo de 6.500 contos. E em Setembro insistiu que as economias deviam abandonar a esfera do ideal e passar à aplicação prática. Curiosamente todos imaginavam que essa coisa das economias era um problema que apenas afectava os outros. Outra ideia que começou a aparecer foi a da reforma administrativa. Falava-se da supressão de distritos, de concelhos e de freguesias e da consequente redução de despesas no horizonte. No final do ano de 1866, *O Bracarense* anunciou para breve reformas na fazenda. Preparava-se um aumento de impostos com a consequente confusão que lhe ficaria associada.

O panorama acima apresentado sobre a situação económica nacional, encontrava paralelo no concelho de Braga. A ausência de abertura de novas obras com dimensão significativa sugere falta de dinheiro. Os trabalhos que em 1865 estavam em execução eram os mesmos de sempre. Completava-se o edifício camarário, prosseguia-se em passo muito lento com a estrada do Bom Jesus e ultimavam-se pequenas obras relacionadas com o Jardim Público e com o calcetamento de algumas ruas. A crise económica nacional fazia-se sentir não apenas no número de dimensão das obras, mas também nas dificuldades de cobrança dos impostos. Em Maio de 1865, a praça dos impostos camarários de consumo ficou vazia e obrigou a edilidade a optar pelo regime de *administração*, apoiada numa autorização

que lhe foi transmitida em 30 de Junho. Mas a Câmara preparava-se para inverter este estado de coisas. Desde Maio de 1865 que pensava num empréstimo de 93 contos. Só assim conseguiria obter os meios indispensáveis para avançar, de forma sustentada, em direcção aos melhoramentos.

Em meados de Julho de 65 a Câmara sofreu um revés. O orçamento que elaborara e enviara recentemente para Lisboa foi devolvido. Assim se gorou, durante cerca de um ano, a hipótese de autorização para o desejado empréstimo multiplicador de obras. A justificação governamental para a recusa de aprovação era simples. A Câmara recorria excessivamente ao lançamento de impostos indirectos. Devia diversificar as fontes de rendimento, dando maior peso às contribuições directas. Aflita, a edilidade usou o argumento máximo. Sugeriu que o governo ou aprovava o orçamento ou devia dispensar os vereadores de continuarem na administração municipal.

Os impostos propostos pela edilidade tinham realmente sofrido um agravamento substancial, único meio de se tornar possível o custeamento das despesas previstas. O vinho verde passara, no orçamento de 1864-65, de 1200 reis a pipa para 1600. E o maduro saltara de 1920 para 2400 reis.

Em 13 de Janeiro de 1866, *A União Progressista,* jornal ligado à Fusão*,* apoiou o governador civil nas suas movimentações para tentar desbloquear o empréstimo. Mas tinha dúvidas sobre o êxito da tarefa a que aquela autoridade se dedicava.

> "Não sabemos o que Sua Ex.ª conseguirá. Não afiançamos até que os seus desejos sejam coroados de bom êxito. Mas como filhos desta terra, como amantes dos deu progresso, não podemos deixar de associar o nosso pedido ao de Sua Ex.ª, esperando que o governo resolva esta pendência de tanta importância para esta cidade. Os rendimentos do município são ténues e mal chegam para satisfazer a despesa obrigatória. A cidade está a pedir melhoramentos e carece deles. Não é uma obra só que se necessita. Há muitas, todas igualmente necessárias, todas igualmente reclamadas, mas os dinheiros do município não chegam, mas a Câmara não tem recursos próprios e só por meio do empréstimo é que se poderá satisfazer a essa necessidade e dar impulso vigoroso aos melhoramentos mais reclamados. Porque se não há-de pois autorizar uma medida de que resulta imediato interesse para o município. Pois não merecerá Braga essa consideração? Pois não estará a terceira cidade do reino no caso de dever ser aformoseada, atentas a sua categoria, as relações em que está com as cidades principais, e a visita que todos os dias tem de cidadãos nacionais e estrangeiros, que se vêm deleitar a esta pitoresca e encantadora província."

Seja como efeito das pressões ou talvez devido à convicção de que o governo mais tarde ou mais cedo iria reconhecer o seu erro, a Câmara antecipou-se. Firmou com o Banco do Minho um projecto de empréstimo, em Maio de 1866. A imprensa reconhecia o exagero dos tributos, mas desculpava-os:

> "O empréstimo é de 93 contos e será levantado por séries, não podendo o juro exceder a 6,5%. Para garantia deste empréstimo serão hipotecados especialmente os impostos seguintes – 5 reis em cada arrátel de carnes verdes e secas e 400 reis em cada pipa de vinho verde que se consumir no concelho. A alguém pareceria pesado o imposto que vem agravar o preço já elevado dos géneros alimentícios, mas a necessidade é imperiosa e o aumento não é tal que se eleve o preço dos géneros consumidos acima do que custam noutras cidades." – (O *Bracarense,* 5 de Maio de 1866).

E logo se começou a pensar na aplicação do dinheiro. O *Bracarense* de 28 de Junho de 1866 aconselhou aquilo que mais desejava – uma aliança entre o progressismo e o conservadorismo, isto é, a criação de uma espécie de *turismo religioso*. E quando em Braga se falava de turismo religioso, o discurso passava necessariamente pelo Bom Jesus e pela sua estrada.

> "Lembramos à Ilustríssima Câmara que tendo passado o decreto que a autoriza a contrair o empréstimo para fazer as obras que devem aformosear a cidade, deve dar, primeiro que tudo preferência à conclusão da estrada do Bom Jesus do Monte, cuja obra é geralmente reclamada."

Infelizmente, faltava ainda um longo caminho a percorrer. Um mês depois chegaria o desencanto. O velho problema do excessivo peso dos impostos indirectos regressou à ribalta. A Câmara voltou a sentir necessidade de argumentar contra as autoridades centrais e apresentou provavelmente a única justificação verdadeira. Afinal, era o medo que a movia...

> "Sendo os impostos directos e indirectos igualmente legais, pertencendo somente às Câmaras lançar as contribuições municipais, não podem ser invadidas na sua escolha sem quebrar o direito público constitucional e expresso do poder que assim o determinar. *A Câmara não tem optado pela contribuição directa por estar eficazmente convencida que este sistema lhe acarretaria indefectivelmente o ódio dos seus administrados."* – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de 1865-66,* 28 de Julho de 1866).

Apenas em Junho se concretizaria a almejada autorização para o levantamento da primeira série do empréstimo. Era altura de *O Bracarense* rejubilar:

> "Já não será por falta de meios que a Ilustríssima Câmara deixa de atender às reclamações da opinião pública e da imprensa para proceder ao menos, aos reparos mais urgentes das ruas de maior trânsito. De urgentíssima necessidade é que se proceda já aos reparos da Rua das Águas, quase intransitável entre os Granjinhos e o campo de Sant'Ana. Há uma questão pendente a respeito da directriz da estrada rua por causa das expropriações nos Granjinhos; porém, a Ilustríssima Câmara e o público não podem esperar pela resolução desta pendência entre um particular e a Repartição das Obras Públicas. Mande a Ilustríssima Câmara reparar e melhorar esta rua desde os Granjinhos para cima e deixe aos litigantes desfrutar à vontade os seus direitos ou caprichos. (...) As ruas dos Chãos e de S. Vicente que são comunicação do centro da cidade para a estrada dos Arcos exigem também reparos imediatos. O trânsito das carruagens é difícil e perigoso nestas ruas, onde os mais bem construídos veículos só a custo podem atravessar, incomodando os passageiros com imensas e arriscadas lacadas e os transeuntes com os ziguezagues que são obrigados a fazer, para procurar, ora num ora noutro lado da rua o menos arriscado trilho. A outra obra que não pode esperar mais tempo é a conclusão da estrada do Bom Jesus do Monte. A maior concorrência de visitantes da nossa cidade é devida ao Santuário e à riqueza do panorama natural que se goza naquele sítio encantador. (...) São urgentíssimas estas obras. Nenhuma desculpa pode salvar a Ilustre Câmara da censura pública pela demora. Não são avultadas as quantias que se requerem para as levar a efeito. O governo autorizou os orçamentos respectivos e as quantias votadas pelas cortes chegam para elas. Se há dificuldade em levantar com vantagem o empréstimo decretado, levante a Ilustríssima Câmara, ao menos as quantias indispensáveis para as obras referidas, embora por preço menos vantajoso." (12 de Julho de 1866).

Dois meses depois, *O Bracarense* veio a terreiro defender a sua dama contra *O Districto*, jornal que acusava a Câmara de pouco empenho no início das obras. Segundo ele a grande culpada era a burocracia. A lei que autorizara o empréstimo estava datada de 11 de Junho e a Câmara não podia trabalhar antes da publicação da lei pois só recebera os orçamentos e plantas no dia 20. Depois, seguira-se uma demora. Fora preciso escolher as obras e confeccionar uma proposta para o levantamento da 1ª série do empréstimo. O Banco do Minho, recebeu a proposta municipal para a 1ª série do empréstimo no dia 12 de Julho e respondeu a 17. A Câmara, inteirada no dia

17 da anuência do Banco, pediu logo no dia 18 para o governo civil uma licença para o levantamento da 1ª série. Desde 18 de Julho até 2 de Agosto esteve a representação da Ilustríssima Câmara à espera da resposta do governo civil, sem resolução alguma. No dia 2 de Agosto, o pedido camarário foi devolvido, mandando que se remetesse ao Governo Civil, devidamente impressos, novos documentos necessários relativos aos impostos indispensáveis para a edilidade poder custear as despesas. A Câmara reclamou no dia 3, mostrando a injustiça daquela exigência. E lá subiram os documentos ao conhecimento do governo que para mais demorar o começo das obras, mandou no dia 13 que lhe fossem outra vez presentes as plantas, orçamentos e projectos que tinham servido de base ao projecto do empréstimo. E *O Bracarense* questionava:

> "Poderia a Câmara ordenar obras antes de serem autorizadas por lei? Poderia mandá-las fazer sem levantar o empréstimo respectivo? Poderia levantar o empréstimo sem autorização para ele?" – (Em 15 de Setembro de 1866).

O filme não terminaria aqui. Os lavradores, temerosos duma possível interpretação camarária abusiva, ameaçavam não pagar o imposto sobre o novo tributo que incidia no vinho, se ele também se estendesse às colheitas realizadas nos seus vinhedos, para *consumo próprio*. Além disso, também em 20 de Novembro de 66, de acordo com *O Bracarense*, o governo, para além de *apontar erros nas contas*, voltaria à carga com o antigo argumento do peso excessivo dos impostos indirectos nos orçamentos municipais. Mas aparentemente já nada podia interromper a estrada que agora se abria em direcção aos melhoramentos.

O final do ano de 1866 elucida-nos sobre o que estava para vir. Apoiante indefectível dos regeneradores, *O Bracarense* começou a preparar a opinião pública para o que se avizinhava. Em 20 de Dezembro de 1866, anunciou que, quando abrisse o parlamento, o governo iria apresentar projectos de reformas há muito anunciadas. E teceu alguns comentários cautelosos, para não assustar:

> "A reforma das finanças, se é certo que aumenta os impostos sem entrar profundamente no campo das economias bem entendidas, que não são as que amesquinham o serviço nem as que forçam o empregado à miséria ou dependência, mas as que cortam o supérfluo e as que extinguem o que é estéril, também serão mal recebidas."

Já três meses antes, o panorama que o periódico apresentava não sugeria um futuro calmo. As reformas só eram bem recebidas na teoria. Quando se tratava de as pôr em prática, os clamores subiam de tom.

> "Fusionistas, dissidentes, oposicionistas, todos disseram ámen (*às reformas*...). Chegado porém o momento de realizar a promessa e decretadas as primeiras economias, eis que se levanta contra elas o clamor dos que se julgam prejudicados por elas! (...) Decretou-se pelo ministério da Fazenda a economia de alguns ordenados de empregos que foram vagando. Decretou-se pelo ministério das Obras públicas a economia de alguma abatimentos razoáveis em ordenados superiores às forças do Tesouro e desproporcionadas para com outras categorias; decretou-se a supressão de algumas direcções de Obras Públicas em distritos pequenos que podem e devem ser anexados aos vizinhos: eis que se ergue um clamor contra estas economias. (...) As economias trazem sempre a oposição dos descontentes, mas estes, no caso presente, são poucos e as suas queixas injustas. Siga o governo o seu caminho, ainda mal encetado; siga com perseverança e com passos mais rasgados o caminho das economias e o país inteiro o protegerá em sua jornada e bem dirá os seus esforços." – (*O Bracarense,* 22 de Setembro de 1866).

Mas a situação financeira insustentável tornava urgente a adopção de medidas severas. A reorganização ministerial ocorrida em meados de 1866, com a entrada no executivo de personalidades fortes do partido regenerador como Martens Ferrão e Casal Ribeiro, abriu novas possibilidades de avanço. Para grande estranheza da oposição, o governo refugiou-se no mutismo. Quebrá-lo-ia em Janeiro de 1867, como nos dá conta *O Partido Liberal* ao referir-se a comentários do Ministro da Fazenda, Fontes Pereira de Melo. Segundo Fontes, um novo imposto sobre os géneros de consumo era importante e juntamente com o recurso ao crédito e com a redução da despesa, seria o meio indicado e o remédio proposto para salvar a fazenda pública. A partir daqui e até ao final do ano, *O Bracarense*, fiel seguidor dos regeneradores, desenvolveu todos os esforços ao seu alcance para convencer as populações da bondade das medidas projectadas. Do lado oposto, *O Partido Liberal*, órgão dos Históricos, dedicou-se ao trabalho contrário. Mas algumas das suas afirmações apenas serviram para reforçar a argumentação adversária. Em 10 de Março de 1867, esquecendo que assim estava a justificar a necessidade de adopção de medidas radicais, *O Partido Liberal* fez um apanhado dos empréstimos mais recentes, contraídos junto de casas bancárias

europeias. Referiu operações acontecidas em 15 e 19 de Junho de 1866 e também em 6 de Julho desse ano. Seguiram-se os dias 9 de Novembro e 19 de Dezembro de 1866, além de 5, 15 e 24 de Janeiro de 1867. Informou que juro contratado variava entre 8 e 15% e ao fazê-lo reconhecia que a via do crédito não resolvia os problemas.

Porta de Santo António, uma joia desaparecida que ligava a Praça Municipal ao Campo da Vinha. A sua demolição foi aprovada em 1885.

Seguiu-se depois a luta de *receitas culinárias* entre os dois jornais. Em 14 de Março de 1867*, O Partido Liberal* abriu as hostilidades, transcrevendo um artigo do jornal *O Paiz*, onde este apresentava o cálculo do imposto que cada família iria passar a pagar no fim de cada ano. No caso de *O Partido Liberal*, a sua culinária era muito genérica. Mas *O Bracarense* era muito mais específico, com os seus argumentos a atingirem o patamar de uma puerilidade impensável. Dizia-nos *O Partido Liberal*: Família de 3 pessoas – carne de vaca –

um arrátel e meio (jantar e ceia) – 45 reis; toucinho, meia quarta – 5 reis; arroz – meio arrátel – 5 reis; manteiga de porco – manteiga de porco – uma quarta – 2 reis; azeite, um quarteirão – 7 reis; Vinho – um quartilho – 20 reis; sacrifício diário – 84 reis; Sacrifício anual – 30$660 reis; Família de 8 pessoas – carne de vaca – 2 arráteis e meio – 75 reis; toucinho – uma quarta – 10 reis; Arroz – Um arrátel – 10 reis; Azeite – meio quartilho; 12 reis; vinho – um quartilho e meio – 30 reis; sacrifício diário – 137 reis; sacrifício anual – 50 mil reis; Família pobre de três pessoas *na aldeia* – unto, uma quarta – (para 9 tigelas) – 5 reis; azeite, um quarteirão para tempero e luz – 10 reis; vinho, um quartilho – 20 reis; sacrifício diário – 35 reis; sacrifício anual – 12.775 reis.

O Bracarense entrou em cena mais tarde, confortado com una *amenização* do imposto, noticiada pelo jornal em 11 de Abril de 1867. Da alteração então apresentada resultou a isenção do unto, das banhas e das miudezas. As carnes de porco e de gado lanígero e cabrum, em vez de 20 reis por cada kg, passaram a pagar apenas 10 reis. A aguardente e o azeite também foram reduzidos. Apenas uma semana depois, em 18 de Abril de 1867, *O Bracarense* respondeu ao seu adversário, elaborando receitas e apresentando custos completamente diferentes para cada uma delas. Começou pela *Alimentação para a classe indigente*:

> "***1ª Receita*** – Caldo de feijão e hortaliça adubada com unto ou pingo. Sardinha e pão. Nada disto paga imposto; ***2ª Receita*** – Caldo de feijão branco e cebola, adubado com pingo de porco. Peixe fresco adubado com manteiga de vaca. Pão. Uma vela de sebo para a luz. Nada disto paga imposto. ***3ª Receita*** – papas de farinha de milho com grelos, adubadas com unto e pingo, Feijão ou batatas guisadas com cebola e adubadas com manteiga de porco ou de vaca. Pão. Uma vela para a luz. Nada disto paga tributo. ***4ª Receita*** – Caldo fresco; ou misturadas com adubo de porco. Fígado ou boche guisado com batatas e com adubos de porco. Pão. Uma vela para a luz. Nada disto paga tributo. ***5ª Receita*** – Caldo de miúdos de boi ou de carneiro. Misturada com miúdos de porco e outras entranhas guisadas com feijão branco. Fígado de porco assado com touca ou redenho. Pão. Uma vela para a luz. ***6ª Receita*** – E esta será para a doença: Caldo de galinha. Frango assado. Pão de trigo. Uma vela para a luz. Por nenhuma desta alimentação pagará o pobre 5 reis de tributo. Pois todos estes géneros ficam livres do imposto pela lei proposta pelo governo. Mas de todas se pagava antes da lei porque as Câmaras Municipais e os meetingueiros de hoje só tratavam de esfolar os pobres, que agora são favorecidos pelo governo."

De seguida, *O Bracarense* apresentou a *Alimentação para a classe dos artistas,* à qual não faltou o custo da iluminação:

> "***1ª Receita*** – Caldo de feijão com repolho, adubado com azeite e unto. Bacalhau cozido com batatas e molho de azeite e alho. Pão. Velas ou gás para a luz. ***2ª Receita*** – Papas de farinha de milho com grelos, adubadas com unto e azeite. Feijões e hortaliça, guisadas com cebola, azeite e pingo de porco. Pão. Velas ou gás para a luz. ***3ª Receita*** – Caldo fresco ou misturadas com adubo de azeite e unto. Peixe fresco com batatas, molho de azeite e sumo de limão. Pão. Velas ou gás para a luz. ***4ª Receita*** – Caldo de cebola e feijão branco, adubado com unto. Pastéis de bacalhau e ovos, fritos em azeite ou manteiga. Pão. Velas ou gás para a luz. ***5ª Receita*** – Caldo de frango com tronchudas ou Sabóia. Fígado frito em azeite ou assado com redenho. Boche e miudezas guisadas com batatas e feijões. Pão. Velas ou gás para a luz. Isto é quase um banquete. ***6ª Receita*** – Caldo de galinha. Frango assado ou guisado. Pão de trigo. Vela ou gás para a luz. Esta receita é para o artista quando tiver a desgraça de estar doente e nada pagará dela para tributo do consumo."

E *O Bracarense* continuou, com a sobremesa, de que se havia esquecido.

> "O pobre portanto fica isento do tributo de consumo e o artista só pagará do azeite. Mas ai que nos esquecemos a sobremesa! Estamos porém a tempo e aí vão as sobremesas para completar as nossas receitas. ***Sobremesa para pobre*** – Maças, peras, cerejas, ameixas, uvas, figos, melão ou melancia, segundo seu gosto. Nada disto pagará tributo pela lei do imposto; mas tido isto pagava às Câmaras antes desta lei. ***Sobremesa para o artista*** – Fruta e toda a qualidade de doce se o puder obter. Nada disto pagará o novo tributo à excepção do arroz doce, mas em lugar dele poderá comer letria ou creme. Isto só tem serventia para os gulosos. Assim tem pois o povo a verdade como Deus a manda dizer. A nova lei do imposto de consumo favorece o pobre e o artista. Sobre o rico, principalmente, é que recai o imposto; mas o rico que pague e que não bufe."

Espantoso! À la carte...

Na conclusão, o jornal chamou a atenção para um aspecto que talvez explique as resistências camarárias aos novos tributos.

> "De todos os géneros de que se compõe esta receita, só o azeite paga tributos ao governo. Todos os outros géneros pagavam até agora, por crueldade das Câmaras; mas não pagarão de ora em diante, porque são isentos pela nova lei do imposto."

O Bracarense exagerou, ao dizer que a partir dali as pessoas estavam isentas dos impostos *camarários* de consumo. A lei previa uma redução e não uma isenção. Mas mesmo assim, enfeudadas como estavam às receitas dos tributos lançados sobre os bens de consumo alimentar, a hipótese de uma redução deve ter significado para as Câmaras uma perspectiva sombria. Segundo a lei, as Câmaras só poderiam lançar sobre estes géneros metade daquilo que o governo pedia.

Para aqueles que não quisessem pagar qualquer imposto, *O Bracarense* tinha a solução. Sugeriu que comprassem por grosso, pois a lei isentava-os, se cumprissem essa condição. Até aconselhou uma espécie de cooperativismo...

> "E agora quer saber o povo como pode fugir ao imposto de consumo. É comprando géneros sólidos em porção de 25 kg e os líquidos pela taxa de litros marcados para a venda por grosso, que é isenta de impostos. O pobre e o artista que não puderem individualmente comprar por junto, poderão associar-se aos dois, aos 4, aos seis ou mais para depois dividirem entre si. E deste modo nada pagarão, porque a lei isenta a venda por grosso; e classifica como tal a que exceder 25 kg. Onde está pois o motivo para tanto berreiro contra o imposto de consumo?" (16 de Março de 1867).

O quadro que os documentos nos apresentam para o governo da Fusão foi este. Temos um estado aflito e à beira da falência, que tentou resolver as dificuldades criando um imposto de consumo que acabaria por originar uma contestação brutal, conhecida como a *Janeirinha*. Mas isso não o impedia de sonhar e de transmitir esse sonho aos habitantes de Braga. Acabara o tempo das estradas e impunha-se agora outro mito.

As grandes obras, que geravam discussões capazes de polarizar a sociedade bracarense nos anos de 1866 e 1867, continuam a ser as mesmas: a directriz do caminho-de-ferro e a estrada para Chaves. Sobre a directriz do caminho-de-ferro, às hipóteses já aqui referidas no capítulo *O segundo governo do marquês de Loulé*, há a acrescentar um outro traçado, promovido pelo visconde de Pindela, homem de Famalicão e governador civil de Braga que estava interessado numa solução mais conciliadora. Ficaria conhecido como o projecto Agnello Moreira e previa que a linha cruzasse os concelhos de Rio Tinto, Maia e Santo Tirso, passando a igual distância entre Famalicão e Guimarães e terminando em Braga. *O Bracarense*, em

29 de Maio de 1866, recusou esta hipótese. Provavelmente, o seu desejo era afastar o mais possível a via-férrea da cidade berço. Não queria reconhecer como válido um traçado que colocava as duas cidades em pé de igualdade. Naturalmente que para si a razão alegada não podia ser essa. *O Bracarense* escudava-se nas dificuldades e custos da construção.

Quanto à estrada de Chaves, já aqui a apontamos como uma bandeirola que se agitava em tempo de eleições. Estavam marcadas eleições municipais para o final de 1867. Era altura de agitar a bandeirola. Em 18 de Julho de 1867, *O Bracarense* noticiou a vinda do ministro das Obras Públicas Andrade Corvo à cidade, para inspeccionar os trabalhos da estrada de Chaves que decorriam *desde os Peões até Gualtar*. Seria recebido com entusiasmo. A sua presença foi anunciada e festejada com girândolas de foguetes e grandes ajuntamentos de povo que à porfia o saudavam e bendiziam. No Jardim Público foi preparada uma festa em sua honra. Em 20 de Julho de 1867, *O Bracarense* informou:

> "Quinta-feira á noite, em honra do Sr. Ministro das Obras Públicas apareceu esplendidamente iluminado com milhares de lanternas venezianas (*O Jardim Público...*) o que produzia um efeito maravilhoso visto a alguma distância, e muito mais de algum ponto iminente ao Jardim. Duas músicas tocavam alternadamente qual delas mais harmoniosa, tendo escolhido para a noite as melhores composições de grandes mestres. (...) No Passeio talvez estivessem mais de 5 mil pessoas. (...) Foi uma noite de devaneio, de amor e poesia; e também uma noite de eterna recordação para os que têm algum amor ao progresso e adiantamento da primeira e mais formosa cidade das províncias do norte."

Braga não perdera a arte de bem receber...

A ESTABILIZAÇÃO DESMENTIDA

O período que antecedeu 1868 foi marcado pela falta de dinheiro e por dificuldades em o conseguir no mercado de capitais. Os *deficits* acumulavam-se, numa altura em que o governo central precisava de mostrar ao exterior alguns sinais de estabilização capazes de acalmar os receios das instituições que forneciam o crédito. Aumentaram os impostos e desse aumento nasceu a Janeirinha e a grande confusão política a ela associada. Em

Braga, a situação acompanhou o que se passava no resto do país. O lançamento de impostos passava por dificuldades e era vulgar a praça dos impostos de consumo ficar vazia, impondo a necessidade de proceder à sua cobrança por administração.

Após 1871, ultrapassada a confusão da Janeirinha, instalou-se alguma acalmia no relacionamento entre as principais forças políticas nacionais e locais. O cansaço provocado pela instabilidade, a que se aliou o fim da guerra que opunha o Brasil e o Paraguai e ainda a resolução da guerra civil em Espanha, contribuíram fortemente para a intensificação do afluxo de capitais. Começava agora a ser possível aos governos o envolvimento em despesas inconsequentes, como sempre tinha acontecido.

A entrada na década de 80 trouxe algumas mudanças. Entrou em cena um novo factor dissolvente: a irrupção das ideias republicanas. Para isso terão contribuído a comemoração do centenário de Camões e uma enorme inépcia dos principais partidos do regime. Na ânsia de eliminarem a influência dos adversários monárquicos que consideravam o principal inimigo, preferiam por vezes aliar-se ao Partido Republicano, branqueando-o. A degradação da situação política ia aumentando e os casos de corrupção multiplicaram-se. Parecia que ninguém se entendia. Foi em meados desta década que ocorreria um grave conflito que opôs as cidades de Braga e Guimarães.

Finalmente, em 1890, surgiram alguns factos perturbantes que mostravam aquilo que o país iria enfrentar: uma crise multifacetada que envolvia aspectos económicos, sociais e políticos. Assistiu-se à falência da casa Baring Brothers, a principal financiadora do estado português. Aconteceu um crescimento significativo das movimentações grevistas e os republicanos puderam jogar a sua cartada nacionalista na sequência do Ultimato. Quanto a Braga, o motor do progresso continuava a ser o mesmo de sempre - os empréstimos. Até quando?

As obras realizadas em Braga privilegiavam as aparências. Procuravam responder ao desejo dos habitantes desejosos de publicitar uma imagem de progressismo que sabiam não possuir. Numa primeira fase os bracarenses continuavam a adiar o inadiável. Pretextando falta de receitas, os trabalhos verdadeiramente importantes como o abastecimento de água e o saneamento eram protelados. Mas depois de 1890 alguma coisa mudou. O saneamento continuaria adiado ainda durante mais algumas décadas. Mas o abastecimento de água acabaria por se concretizar, tal como um melhoramento que no imaginário bracarense representava o progresso – a iluminação eléctrica. Disso daremos conta.

OS GOVERNOS DA JANEIRINHA

No início de Janeiro de 1868, as circunstâncias sociais e políticas não permitiram a entrada em funções da reforma administrativa e da lei do consumo. Em 3 desse mês, *o Jornal do Porto* indicava que no domingo anterior, 29 de Dezembro, se realizara no edifício da Bolsa uma assembleia da Associação Comercial do Porto, para ser discutida a questão do imposto de consumo. O jornal referia que a concorrência de pessoas fora de tal ordem que se tornara impossível acomodar no salão bastante amplo destinado para a reunião, todas aqueles que entraram no edifício. As resoluções aí tomadas prometeram *desobediência*:

> "1º – Não fazer manifesto dos géneros que possui. 2º – Não fazer despachos nas barreiras, nem da Alfândega, enquanto não for suspensa ou revogada a lei que tal imposto criou. 3º – Fechar os seus estabelecimentos para evitar os varejos, conservando apenas meia porta aberta para vender sem aumento algum de preço os géneros alimentícios que actualmente tem e deste modo atender às necessidades públicas, principalmente das classes pobres, cuja dispensa é a loja ou tenda e que não podem prover-se por grosso. Resolve outro sim, que a direcção da Associação Comercial fique encarregada de dar aos poderes públicos com a maior brevidade possível, conhecimento desta deliberação do comércio aprovada por esta assembleia".

O movimento contestatário também se faria sentir em Braga, embora mais moderadamente. Em 4 de Janeiro, *O Bracarense* referiu que, no dia 2, as mercearias da cidade tinham aparecido fechadas e que havia piquetes que obstavam ao abastecimento de pão e géneros ao mercado. O povo reuniu-se, dava vivas ao rei Sr. D. Luís I e gritava contra os impostos. Os populares percorreram diferentes ruas e praças da cidade em manifestação. Houve dois lojistas que conservaram abertas as portas dos seus estabelecimentos. Mas como a aglomeração do povo diante das suas casas fosse excessiva e como faltasse o socorro de quem cumpria dá-lo, resolveram encerrar os estabelecimentos, para evitar prejuízos.

Fiel aos seus amigos regeneradores e rejeitando o que estava a desenhar-se, *O Bracarense* tentou enquadrar os acontecimentos, apresentando-os como algo alheio ao espírito da maioria dos cidadãos. Dizia:

> "O povo de Braga tem-se mostrado cordato e pode assegurar-se que as ocorrências que referimos foram filhas de instigações estranhas e resultado da agitação do Porto transmitida aos comerciantes desta cidade. A grande maioria dos cidadãos foi completamente estranha a estes acontecimentos."

O Bracarense agoirava problemas. Dizia que se a agitação dos últimos dias resultasse da nova circunscrição administrativa e da execução da lei dos consumos, talvez o país não tardasse a arrepender-se. Achava que o rei não devia ter resistido às sugestões dos agitadores. Em 18 de Janeiro, numa rara alusão crítica ao papel do monarca, a quem só em momentos especiais costumava apelidar friamente de *chefe de estado*, *O Bracarense* dava mais explicações:

> "O chefe de estado, receando talvez graves desordens, recusou ao seu governo o apoio que este pediu para adiar as Câmaras, com o fim de atender principalmente à execução das duas leis impugnadas pelas massas. Demitiu-se o ministério a quem faltara este apoio constitucional. Foi organizado novo gabinete a quem logo nos primeiros dias faltou outro apoio constitucional, o do Parlamento. O rei prestou-se a remover esse impedimento, dissolvendo as Câmaras. Mas a agitação e tumultuar das praças exige a revogação ou suspensão daquelas leis, e o novo governo, não tendo conseguido por isso a autorização e o voto do Parlamento, vê-se obrigado a assumir a ditadura, para satisfazer por actos dela as reclamações populares." – (*O Bracarense*, 18 de Janeiro de 1868).

Na realidade, o rei até tentou ser prudente. Na constituição do novo ministério recorreu a gente com provas dadas, possuidora de alguma independência e, portanto, da credibilidade necessária. Por indicação do monarca, entrou em cena, no papel de primeiro-ministro, o nosso conhecido Conde de Ávila. Talvez essa fosse a solução mais lógica. Homem conservador e não ligado a nenhum partido político, o conde de Ávila parecia ser a pessoa mais adequada para travar os excessos de radicalismo que provavelmente iriam aparecer. Mas infelizmente as circunstâncias não lhe eram muito favoráveis. Sendo necessário equilibrar as finanças, a margem de manobra do novo executivo era curta. Lançar impostos, mostrava-se perigoso e fazer economias à custa de uma reforma administrativa, também não parecia adequado. Aliás, é provável que tenha sido a combinação destas duas medidas ou pelo menos a interferência de uma delas na esfera da outra, que inviabilizou o programa do governo fusionista anterior e polarizou o descontentamento. É que os impostos de consumo eram

acompanhados de limitações à capacidade contributiva das câmaras municipais. Como poderiam elas, daqui para a frente, gerar as receitas indispensáveis ao seu correcto funcionamento? E além de tudo isto passara a existir a nova questão da *falta de autoridade*. Como se poderia governar um povo, que provara a si mesmo ser possível construir um futuro novo, através de uma actuação anárquica e directa?

A questão financeira continuava e continuaria a ser o grande problema da governação nos anos que se seguiram. O Tesouro tinha um deficit crónico de 5000 contos anuais e a única forma de o resolver exigia, de acordo com a opinião de *O Bracarense* manifestada em 14 de Janeiro de 1868, a combinação de três meios: tributo, economias e crédito. Segundo ele, mais tarde ou mais cedo a questão do lançamento de novos impostos iria colocar-se de novo. Apesar de se declarar disponível para considerar e apoiar outras medidas mais suaves que eventualmente se descobrissem, aquilo que *O Bracarense* mais temia era a aplicação do imposto sobre a propriedade agrícola, baseado em matrizes incorrectas.

> "Se porém se pretender cobrir o deficit com empréstimos, onerando cada vez mais o Tesouro e agravando cada vez mais o deficit – se se pretender aumentar as décimas aos lavradores sem primeiro regularizar as matrizes, neste caso não poderemos concordar."

Como não era possível ao governo pôr em prática medidas opostas às de Fontes apoiado na câmara electiva *anterior*, as circunstâncias tornavam imperiosa a sua dissolução. Foi o que sucedeu, como acima se transcreve no número de 18 de Janeiro de 1868.

Iniciava-se um período ditatorial, que mais tarde o jornal de Alves Passos utilizaria como arma para justificar outras ditaduras da sua simpatia. Mas agora o tempo era outro. Era preciso cavalgar o descontentamento provocado pelo atropelo das normas constitucionais. No número de 21 de Janeiro, fez uma curiosa comparação entre as boas e as más ditaduras:

> "Pode-se desculpar a ditadura como uma necessidade pública, para salvar a sociedade de um perigo; mas não se pode desculpar uma ditadura impotente para conter as massas em respeito à lei, nem uma ditadura inspirada pela praça e dirigida pelos clubes."

As eleições foram marcadas para Março e o governo começou a prepará-las. No final de Janeiro, já estavam demitidos os gover-

nadores civis. *O Bracarense* não se espantou e até aprovou, apesar de a acção persecutória estar a dirigir-se contra os seus correligionários regeneradores. Declarou que esse fora sempre o seu voto. Que a máquina administrativa não sendo bem manobrada, não tendo as suas rodas em perfeita harmonia com o motor principal, não poderia funcionar com proveito... (*O Bracarense,* 23 de Janeiro de 1868).

Aproximava-se a hora das grandes decisões. Os boatos fervilhavam e o povo inquietava-se. Em 8 de Fevereiro de 1868, *O Bracarense* alertava. Dias Ferreira, o ministro da Fazenda, *considerara a necessidade de aumentar impostos*. As manifestações de descontentamento já tinham principiado antes deste alerta e *O Bracarense* tentava alimentá-las, chamando a atenção para as teorias esquecidas do ministro. Quando fora deputado, Dias Ferreira pugnara por economias e agora, no governo, parecia só pensar em impostos, como era habitual os partidos fazerem. Quando estavam na oposição, os partidos incitavam os governamentais a aplicar economias, sabendo que tal medida iria ferir interesses instalados, acelerando o seu desgaste.

Como acima vimos, o descontentamento tinha aparecido em muitos locais. Os lavradores estavam aflitos com os boatos. Temiam que as décimas viessem a ser triplicadas.

Em 30 de Janeiro de 1868, *O Bracarense* informava:

> "Numa das noites passadas apareceram em Lisboa alguns grupos de povo agitado e parando um grupo de 30 a 40 homens defronte do ministério do reino gritaram: – Fora o ministério! Abaixo o Ávila! (...) Nos distritos de Bragança e da Guarda continuam as cenas anárquicas e vandálicas do povo amotinado e desenfreado: queimam-se os cartórios e arquivos, sendo reduzidos a cinzas documentos de que depende a sorte de muitas famílias; são incendiadas as moradias dos cidadãos prestantes. As autoridades e empregados públicos são apedrejados, espavoridos e obrigados a fugirem de seus lugares e a força pública é insultada e agredida, a ponto de terem sido mortos ou feridos oficiais, sargentos e soldados de uma força do 9 que tinha sido mandada nestes últimos dias para Vila Flor, para manter a ordem."

Uma semana depois foi a vez de Famalicão. E aqui já não se tratava de problemas exclusivamente fiscais. A crise financeira paralisara as obras públicas e trouxera a fome a muitas famílias. Os populares tentavam evitar a saída de cereais para fora dos conce-

lhos, única maneira de manter o preço do pão num patamar minimamente aceitável.

> "Em Vila Nova de Famalicão sucedeu como noutras partes. O povo amotinado não se retirou das praças, nem quis sujeitar-se à lei. Assaltava as casas particulares e quando encontrava as portas fechadas, procurava entrada pelos telhados. Intimava os proprietários para que não vendessem os seus géneros, ameaçavam os celeiros com a repartição fraternal entre o povo soberano e assaltava e espancava nas estradas os carreiros que conduziam os cereais vendidos para fora do concelho." – (*O Bracarense*, 6 de Fevereiro de 1868).

Em Guimarães, os populares foram mais criativos. Organizaram uma procissão fúnebre que representava o enterro do ministério de Fontes Pereira de Melo, deposto no início da Janeirinha. O governo de Fontes tinha sido o grande promotor de uma solução baseada no aumento da carga fiscal, que agora as autoridades pareciam querer repetir.

O Bracarense usava de todos os meios ao seu alcance para excitar as populações contra o ministério do Conde de Ávila. As eleições, marcadas para Março, eram apontadas como corrompidas. A desamortização dos bens das Confrarias, Irmandades, Hospitais e Misericórdias foi dada como facto adquirido. Os prejuízos que Braga tinha sofrido com a chegada da Janeirinha, eram publicitados até à exaustão. Dizia que a estrada para Chaves, prometida pelo governo anterior, tinha passado ao rol dos esquecidos. O caminho-de-ferro para o Porto desaparecera das cogitações governamentais. A incorporação do distrito de Viana no de Braga, prevista pelo governo de Fontes, tornara-se uma miragem. Segundo *O Bracarense*, a culpa de algumas dificuldades também era do Governador Civil. Homem de Guimarães, o governador procuraria canalizar os apoios estatais para a cidade-berço, em detrimento da cidade dos arcebispos. Dizia *O Bracarense* que o esquecimento ou antes o desprezo com que o governo tratava a estrada de Braga a Chaves, preferindo o adiantamento da de Guimarães para aquela cidade, *servia para esta boa gente da situação se ir dando a conhecer melhor*. Resumindo, *O Bracarense* também tentava capitalizar as rivalidades entre as duas cidades minhotas.

A imprensa de Braga contrária à Fusão tinha naturalmente outras justificações. *O Partido Liberal* de 19 de Março de 1868 mostrava

uma opinião diferente. A culpa era do governo anterior, aquele que *O Bracarense* queria defender:

> "A estrada de Chaves progride como principiou e se aos seus trabalhos se não tem dado maior desenvolvimento é porque o governo caído, ao despedir-se do poder, deixou varridos os cofres da nação; e porque tendo cobrado, poucos meses antes, um empréstimo de 5 milhões e 35 mil libras, não deixou um só real; ignorando-se qual foi a aplicação que lhe deu."

Os tumultos continuavam um pouco em todo o lado, assumindo por vezes aspectos de grande radicalidade. Em 7 de Abril de 1868, *O Bracarense* noticiou:

> "Em Guimarães no dia 4 do corrente, foi o administrador esbofeteado e insultado pelo povo na feira de cereais: tocaram a rebate os sinos de S. Francisco, foi a tropa apedrejada e alguns agentes da autoridade levaram para o seu tabaco por tentarem acomodar o tumulto. O povo desesperado pela falta de trabalho e não podendo ver impassível o regalo dos traficantes, arrojou-se contra a força pública e contra a autoridade porque não dava providências contra a saída do milho. As mulheres, incorporando-se no tumulto acendiam as iras anárquicas. O administrador mandava-as fiar roca; mas elas respondiam que não tinham pão e menos linho e que por isso fiariam as barbas da autoridade. E os homens a quem o mesmo administrador mandava trabalhar, respondiam que não tinham trabalho; mas para não ficarem inteiramente ociosos iam descarregando alguns murros nas regiões maxilares de Sua Senhoria. (...) Em Janeiro era o povo soberano? Pois não estranhem que o povo em Abril se julgue senhor dos mesmos direitos que lhe concederam em Janeiro."

O primeiro governo da Janeirinha duraria pouco mais de seis meses. Para a sua queda muito terá contribuído a questão da desamortização. Havia clivagens no governo sobre as atitudes a tomar. Havia quem quisesse generalizá-la aos passais dos párocos. Existia ainda a questão do contrato do caminho-de-ferro do sueste. Próxima da falência, a Companhia a quem foi entregue a adjudicação das obras não cumpriu com as suas obrigações. Numa situação normal, o governo rescindiria o contrato, alegando justa causa. Só que a referida Companhia era *inglesa* e a rescisão iria indispor os capitalistas ingleses, podendo ficar avariada a torneira dos empréstimos. Embora os radicais lisboetas exigissem a rescisão e tivessem começado a contaminar a câmara electiva, o governo assustou-se e em

vez da rescisão optou pela elaboração de um novo contrato. Ficou obrigado a pagar 2.900 contos à Companhia e entregou-lhe a concessão durante 99 anos. *O Bracarense* de 4 de Julho de 1868 considerou o contrato como ruinoso, pois se no acordo anterior se pagavam 4.000 contos, a linha ficava a pertencer imediatamente ao estado.

Este problema, aliado a uma oposição parlamentar crescente às medidas financeiras de Dias Ferreira, determinou o fim do gabinete. O conde de Ávila tentou junto do rei autorização para governar em ditadura e o monarca recusou. A partir daqui, Ávila ficou encurralado. Não tinha outro caminho senão apresentar um pedido de demissão. Terminara em nada uma situação aparentemente promissora. Embora o governo tivesse fabricado no mês de Março uma maioria parlamentar que considerava sólida, o apoio que pretendia dela foi-se esfumando. Perdia-se gradualmente nos meandros da falta de dinheiro.

Entre Abril e Julho de 1868, a situação continuou a degradar-se. O deficit cresceu. Dizia-se que os militares iriam passar a pagar décima e isso podia ser perigoso. E foram criados novos impostos de consumo, que levaram *O Bracarense* a rejubilar. Era a confirmação da inevitabilidade das suas previsões. E fez comparações. Em 28 de Maio de 1868, informou:

> "O açúcar, o arroz, o chá, o vinho, a aguardente, o vinagre, o azeite, o tabaco, o melaço, as madeiras, a manteiga, as gorduras, os adubos para a agricultura, os gados e muitos outros géneros de primeira necessidade são onerados com o aumento do imposto. Dizem que não, mas sempre teremos de pagar direitos de consumo. Porém, maiores e mais desiguais do que os da lei que os patriotas aboliram. O açúcar fino pagará por kg 120 reis; o grosso, 90; o negro, 70; o arroz com casca, 10 reis; com meio preparo, 15; descascado, 20 reis; a manteiga, 140; o café com casca, 70; descascado, 100 reis; o chá – 560 reis; o azeite, 55 reis; etc., etc., etc. (...) A lei do Sr. Fontes obrigava os lojistas ao manifesto e às visitas. Com isto tramaram os contrabandistas. (...) Pelo sistema do actual governo, podem os lojistas encher as lojas e armazéns de contrabando, vender pelo preço correspondente ao imposto e guardar o produto no bolso, sem risco de multa ou de qualquer outra pena."

O Bracarense puxava a brasa para a sardinha da sua verdade. Passou a alertar para os prejuízos que se desenhavam para a causa de Deus. E chamou em seu auxílio o fervor religioso popular. É que, contrariamente aos cuidados adoptados pelos governos anteriores à

Janeirinha, que sempre tinham tentado excluir os passais da desamortização, o novo governo não se preocupava com isso. E o jornal sugeria outras atitudes, perguntando se os prejudicados se limitariam a sofrer em silêncio. O descontentamento foi-se generalizando e também se alargou aos professores. Em 13 de Junho de 1868, *O Bracarense* referiu um comício de docentes, onde se protestou contra a abolição das jubilações.

Como vimos atrás, o Conde de Ávila acabaria por demitir-se. O rei D. Luís terá hesitado na formação do novo governo. Pretendia uma solução prudente e terá pensado no regresso do duque de Loulé. Apenas a incapacidade deste em amanhar um executivo funcional o fez decidir por uma solução mais radical. Passados dias entrará em funções, como primeiro-ministro, o Marquês de Sá da Bandeira. Farão parte do executivo algumas figuras mais radicais, como o Bispo de Viseu e Latino Coelho, por quem os regeneradores nutriam um ódio de estimação. A Revolução de Setembro e por tabela o Bracarense, sempre que a ocasião se proporcionava, caracterizam estas duas personagens de forma muito pouco abonatória, ressaltando as suas incoerências. No caso de Latino Coelho, também estava em causa o seu iberismo de outrora, atitude pouco recomendável para um ministro de um país independente. Vejamos a *Revolução de Setembro* de 23 de Julho de 1868:

> "O Sr. Bispo de Viseu é o antigo Sr. Alves Martins que conhecemos de trabuco ao ombro contra a Revolução de Setembro, de camaradagem com os dois Passos na Junta do Porto, (...), histórico em 1857, defensor denodado e inconveniente das Irmãs de Caridade e das ordens religiosas em 1862 e incitador ultimamente da anarquia da Câmara dos deputados, contra o Sr. Conde de Ávila, andando a berrar por essas ruas de cacete na mão e cruz lançada para as costas contra os regeneradores que jura aniquilar e extinguir. (...) O Sr. Latino Coelho rasgará aqueles artigos patrióticos que escreveu em 1862 contra o seu colega de hoje? (...) Teremos adoptado o casamento civil e revogado o art.º 6 da Carta acerca da religião do estado, visto que o Jornal do Comércio, onde colabora o Sr. Latino Coelho, nos disse anteontem que sem isso não havia progresso?"

O governo de Sá da Bandeira tentou cumprir aquilo a que se propunha em termos de economias. Em 11 de Agosto, *O Bracarense* noticiou e desaprovou a grande bomba. As obras públicas foram suspensas e, curiosamente, o jornal, em jeito de compensação, até achava que a cidade poderia tirar daí algumas vantagens!

> "O governo mandou parar as obras públicas. Foi isto decerto para adiantar os melhoramentos do país e fazer avançar o progresso. Mas que destino terão os operários, mulheres e crianças que até aqui encontravam trabalho nas obras públicas mandadas suspender? (...) Como porém no mundo é tudo relativo e não há males de que venham alguns bens, resultou para Braga o benefício de serem demorados os trabalhos em cinco laços da estrada de Guimarães a Chaves e portanto haver tempo de representar e fazer valer o nosso direito em favor do adiantamento da estrada de Braga a Chaves, votada ao desprezo e parece que condenada a ir da Póvoa (*de Lanhoso...*) para Cavez como um simples travesso da de Guimarães."

Uma semana depois, esta medida foi atenuada, sendo dela excluídas as estradas vicinais, a fim de gerar empregos. Já em Outubro, o estado contraiu um empréstimo com o juro de 18%, de acordo com o *Times*, citado pelo *O Bracarense*. A necessidade de gerar confiança entre os credores obrigou o estado a adoptar algumas medidas mais radicais. Foram cortadas muitas despesas da viação. Os estudos foram suprimidos e a fiscalização passou de 12 para 3 contos. Às reparações, apenas foram atribuídos dez contos. As estradas de primeira que tinham 1000 contos de dotação passaram a ter agora apenas 500. O subsídio para estradas municipais que era de 250 contos passou a 100. A rubrica das novas plantações de florestas nas montanhas passou de 10 contos para zero. E o periódico reforçou a mensagem crítica, notando que o Bispo de Viseu em vez de economias oferecera miséria e que a este ritmo demorariam 96 anos para serem construídas as estradas necessárias.

> "Quando o país pede clamorosamente o desenvolvimento das vias de comunicação: quando todos reconhecem a necessidade de progredir nas obras da nossa regeneração económica, porque sem isto nunca poderemos extinguir o deficit, quando o povo está convencido da necessidade de melhoramentos materiais e pede que os impostos sejam aplicados para estradas, canais e vias-férreas é quando o governo manda suspender mais de metade das obras públicas e corta cegamente no orçamento os meios necessários para elas." – (*O Bracarense,* 22 de Outubro de 1868).

Mas as poupanças não ficaram por aqui. No final do ano apareceu a extinção da Repartição de Pesos e Medidas, do Conselho Geral da Instrução Pública e também o fim do Corpo de Engenharia Civil. Em Janeiro de 1869, os ordenados dos funcionários públicos sofreram uma dedução variável, que podia chegar aos 15%. A situa-

ção não era de molde a gerar sossego, pois havia muitos deputados afectados com as alterações decretadas. Era previsível, a curto prazo, que alguns roessem a corda e que abandonassem o apoio ao governo que supostamente diziam sustentar.

O governo depositara grandes esperanças num empréstimo de 22 mil e 500 contos que o ministro Carlos Bento foi negociar a Londres em meados do mês de Dezembro. O referido empréstimo chegaria a ser confirmado, mas depressa acabou desmentido. Em 29 de Dezembro de 1868 *O Bracarense* relatava:

> "Apregoam as tubas ministeriais que o governo provera de remédio a grave crise financeira que aflige o tesouro: mas não é verdade. A grande moléstia financeira, em vez de ter encontrado remédio, agrava-se de dia para dia. São necessários 18 mil contos até ao fim do próximo Julho e não há fonte de receita de onde tão grande quantia possa porvir, nem o governo tem crédito para a obter de empréstimo. Pelo que diz respeito às necessidades de momento, pouco melhor é a posição do governo. Pediu aos capitalistas de Lisboa e Porto 1.800 contos para pagar em Londres os juros, que vencem no 1º de Janeiro e apesar de grandes usuras e vantagens oferecidas aos capitalistas, ainda mão está preenchida a soma pedida. Os bancos do Porto emprestaram apenas 247 contos. Os capitalistas particulares declararam não ter confiança no governo e por isso nada emprestavam. Os bancos e particulares da capital, depois de muitas instâncias do governo e seus amigos, depois de muitos trabalhos e diligências, emprestaram 900 contos."

Apontado como incompetente nesta questão do empréstimo falhado, o ministro Carlos Bento apresentou a demissão e no seu lugar seria colocado o Conde de Samodães.

A incerteza do apoio parlamentar ao ministério agravou-se no início de 1869, quando a presidência da Câmara electiva foi entregue a um peso pesado do Partido Regenerador, o deputado Mendes Leal. Foi a gota que fez transbordar o copo. Sá da Bandeira apresentou a demissão, mostrando aquilo que os históricos e os regeneradores desconheciam, que o governo até tinha uma sólida base de apoio popular. Pressionado por manifestações poderosas, o rei hesitou e o deputado Mendes Leal ainda se demitiu da presidência, provavelmente esperançado em travar a inevitabilidade de novas eleições parlamentares. Nada conseguiu, pois elas acabaram por ser marcadas para Abril.

As eleições aconteceram baseadas numa nova lei eleitoral mais *económica*, onde o número de deputados foi reduzido para 100. A lei

era nova, mas o processo eleitoral aconteceu como sempre, pleno de fumos de corrupção ou de *galopinagem*, como se dizia na altura. E o governo obteve a maioria que pretendia...

Já em Janeiro de 1869, como vimos atrás, os ordenados dos funcionários públicos tinham sofrido uma redução variável, que podia chegar aos 15%. A oposição queixava-se de iniquidades na aplicação da nova medida. Em 2 de Fevereiro de 1869, *O Bracarense* protestava, dizendo que o número de escalões era excessivamente reduzido, fazendo com que a percentagem a pagar por um ordenado de 20 contos fosse igual à que era aplicada a um vencimento de 650 mil reis.

A crise económica instalara-se de forma duradoura. A grande razão que a justificava estava provavelmente ligada à diminuição das remessas dos emigrantes brasileiros. A guerra com o Paraguai diminuíra a cotação da moeda brasileira. Mesmo que os emigrantes enviassem o mesmo valor nominal, o poder de compra que ele permitia era muito menor. E isso reflectia-se em todos os negócios, incluindo na cobrança de impostos. Em 11 de Março de 1869, *O Bracarense* lamentava-se:

> "Não temos obras públicas. Os operários que ganhavam o pão das suas famílias, trabalhando nos melhoramentos materiais do país, andam por aí aos bandos pedindo esmola e sucumbindo de miséria. O comércio sente grande falta de capitais, porque os erros financeiros do governo os atraiu ao giro do tesouro. As falências sucedem-se amiudadamente: a paralisia de transacções invade os mais bem organizados e robustos estabelecimentos comerciais. A indústria está no maior grau de definhamento. Muitas fábricas estão fechadas. Os artistas pedem trabalho e não o encontram. É a consequência do geral receio do dia de amanhã e do estancamento das fontes principais de riqueza pública – os melhoramentos materiais do país."

A solução foi a mesma de sempre. O novo ministro da Fazenda, o Conde de Samodães, optou pelo aumento da carga fiscal. E em 20 de Maio de 1869, *O Bracarense* noticiava.

> "A contribuição predial aumentará 853 contos no continente e ilhas. As terras dos lavradores são classificadas em quatro classes para pagarem mais. A contribuição de juros terá de adicionais 40% em lugar de 5. Haverá uma contribuição nova chamada da renda de 10% com 40% de adicionais, sobre títulos e acções de Bancos e Companhias. A contribuição industrial é aumentada com 50%. A contribuição pessoal é aumentada com 97 contos. Os bancos pagarão décima e adicionais."

Foram criados impostos sobre o tabaco em lugar de licenças de venda. Apareceu uma contribuição sobre os emolumentos dos funcionários. O imposto de transmissão passou a abranger as heranças dos pais para os filhos. Cresceu a tabela do imposto de selo. Foi lançado um imposto de 6% sobre as décimas vencidas, além de 3% de quota fixa. Materializou-se um imposto de consumo sobre as bebidas, arroz e carne, a saber: 30 reis por cada litro de aguardente e licores; 20 reis por cada litro das fermentadas; 5 reis por cada litro de vinho; 20 reis por cada kg de carne; 400 reis por casa decalitro de arroz; contribuição de 4.000 reis sobre cada cabeça de gado que se vendesse para exportação; contribuição de 20 reis por cada decalitro de vinho exportado.

O ministro também procurou obter um novo empréstimo que lhe permitisse respirar. O valor pretendido atingia os 18.000 contos e seria aprovado na Câmara electiva em 22 de Junho e na dos Pares em 10 de Julho. Foram aprovações infrutíferas, já que nas negociações finais o negócio acabaria por se gorar. Meses antes, *O Bracarense* notava que se tratava de um empréstimo muito oneroso. O governo iria pagar 11% de juro e 4% de comissões e com todos os encargos, o dinheiro resultante da operação – 13.080 contos, apenas chegaria até Janeiro de 1870. *O Bracarense* afirmava que pelos 13.000 contos efectivos, o estado teria de pagar qualquer coisa como 56.000 contos (*O Bracarense,* 22 de Junho de 1869).

Seria uma das últimas tentativas governamentais. Estava a acontecer com o executivo de Sá da Bandeira o mesmo que sucedera com o primeiro governo da Janeirinha. A erosão da maioria parlamentar não parava de aumentar e em 10 de Agosto Sá da Bandeira bateu com a porta.

Dias depois, *O Bracarense* transcreveu um artigo do *Comércio do Porto*, escrito pelo correspondente em Lisboa daquele jornal portuense:

> "Como se sabe o governo teve ontem na Câmara dos Pares uma votação desfavorável com uma maioria de 12 votos e na Câmara dos Deputados venceu a questão do acordo por uma maioria moral de 2 votos, pois nos quatro votos que houve de maioria dois eram dos ministros da Marinha e Obras Públicas que são deputados. Era pois manifesta a crise e tornou-se indispensável resolvê-la. Reuniram-se os ministros à noite em casa do Sr. Bispo de Viseu e este cavalheiro opinou pela demissão do gabinete, dizendo que só poderia vencer a dificuldade com a nomeação de novos Pares, porém isso era coisa que se não podia propor, em vista da insignificante maioria que o governo havia

> alcançado na Câmara dos Deputados em questão que ele declarara ministerial. (...) Objectaram os colegas e principalmente entre os novos, que se o governo não teve uma maioria de 12 votos na questão do acordo do sueste, que a podia ter em qualquer outra questão, porque aquela era especial, havia muita repugnância da parte de amigos dedicados do gabinete que o acompanhariam em outra qualquer questão." – (*O Bracarense,* 14 de Agosto de 1869).

A *Revolução de Setembro* de 18 de Agosto de 1869 justificou este pedido de demissão com as terríveis dificuldades financeiras que o ministro Samodães se mostrava incapaz de atenuar. O país estar muito próximo da bancarrota e só a capacidade negociadora do novo ministro da Fazenda, Anselmo Braamcamp, evitou o colapso. Oliveira Martins, no seu *Elogio de Anselmo Braamcamp*, resumiu a situação caótica das finanças naquele momento.

> "A situação financeira de que fora vítima o gabinete Sá-Viseu resumia-se nestes algarismos: deficit mensal corrente de 500 a 600 contos, dívida flutuante 13.000 contos, dívida de 2830 contos à Junta do Crédito Público. (...) Como recurso extraordinário tínhamos a autorização que fora concedida pela Carta de Lei de 16 de Julho de 1869 para se realizar um empréstimo de 18.000 contos. (...) Mas este ainda dependia da casa negociadora."

Anselmo Braamcamp conseguiu à última da hora a ajuda dos bancos e capitalistas de Lisboa para satisfazer sem rupturas todos os encargos. Mas teve de apresentar garantias, mostrando para isso um conjunto de medidas destinadas a gerar confiança nos credores. Com elas, estava previsto um aumento de 4.000 contos nas receitas.

Em 24 de Agosto de 1869, *O Bracarense* fez uma espécie de balanço da actuação financeira do Governo de Sá da Bandeira e do Bispo de Viseu. Tinha sido, segundo ele, um verdadeiro descalabro. As prometidas *economias* tinham-se afinal saldado por um violento recurso ao *crédito*.

> "Querem saber o que valia o pregão das economias na boca dos autores e chefes da orgia de Janeiro? Leiam o que diz o Mercantil acerca da somas de inscrições atiradas ao mercado no espaço de 12 meses: "Creio que será bom saber-se qual a importância de inscrições criadas pelo ministério Sá Viseu, o ministério das economias e da moralidade que deixou ficar a Fazenda nas óptimas circunstâncias em que a vemos. As emissões feitas foram: 30 de Julho de 1868 – 2 mil contos; 25 de Agosto de 1868 – 2 mil contos; 4 de Setembro de 1868 – 5 mil

> contos; 9 de Setembro de 1868 – 4.500 contos; 11 de Setembro de 1868 – 3000 contos; 24 de Dezembro de 1868 – 5.000 contos; 16 de Maio de 1869 – 3.600 contos; 21 de Abril de 1869 – 3000 contos; 31 de Maio de 1869 – 6.000 contos; 22 de Julho de 1869 – 4.000 contos. TOTAL – 38.100 contos. Em um ano então, a insignificância de 38.100 contos de inscrições e isto cortando quadros, reduzindo 15% aos vencimentos de todos os funcionários, despedindo muitos, reduzindo a metade a verba destinada para obras públicas! Mas em que se consumiu tão grande soma de valores? Ora 38 mil contos de inscrições devem produzir pelo menos 13 mil contos. Onde meteram os Janeirinhos estes 13 mil contos? Pagariam a dívida flutuante? Não. A dívida flutuante cresceu a olhos vistos durante a orgia de Janeiro. Amortizaram o deficit? Também não. O deficit cresceu o dobro. Desenvolveram as obras públicas? Também não. As obras públicas foram pela maior parte suspensas, os empregados suspensos, a dotação suspensa ou reduzida a metade."

O novo governo do duque de Loulé prosseguiu a actuação do anterior, embora com mais eficácia. Os objectivos a atingir eram os mesmos de sempre: economias e crédito. E espantosamente, *O Bracarense* apoiava agora o ministério de Loulé. Para ele, tratava-se de um *mal menor*.

A obtenção de um novo empréstimo no valor de 12 milhões de libras, ter-se-á concretizado em Novembro de 1869. *O Bracarense* repisava naquilo que considerava essencial:

> "É necessário que o empréstimo não seja um mero expediente para paliar a enfermidade das finanças; mas uma operação depurativa e concernente a acabar por uma vez o cancro da dívida flutuante. (...) O deficit do orçamento de estado não se extinguindo prontamente pela elevação da receita e diminuição da despesa, fará de novo reaparecer a dívida flutuante e com ela a usura, cobiça dos argentários. Depois... um novo empréstimo..." – (*O Bracarense,* 9 de Novembro de 1869).

Como vimos atrás, a actuação do governo de Loulé fez-se sentir na procura de novas receitas. Mas não era fácil consegui-las. Os impostos de consumo podiam gerar tumultos graves, como já sucedera no passado. Não havia grandes alternativas. Pouco mais restava do que tentar de novo o imposto sobre a propriedade, que os regeneradores tanto combatiam devido à desactualização das matrizes. Era, portanto, necessário *reformá-las*. Mas o povo desconfiava. De acordo com o *Bracarense*, os populares concordavam com as economias e até aceitavam que o governo as exagerasse, ao ponto de poderem matar à fome todos os empregados públicos. Mas insur-

gia-se contra os tributos e no delírio das suas paixões sopradas por vis especuladores, até contrariava as medidas decretadas em seu próprio benefício. Em Ovar, em Castro Daire, em S. Pedro do Sul, tumultuaram as massas que invadiram as povoações como hordas selvagens, incendiando e reduzindo a cinzas as matrizes e os livros e documentos das conservatórias, numa demonstração hostil aos arrolamentos ou inventários, que tinham por fim beneficiar os contribuintes mais pequenos, já que os grandes proprietários traziam sossegados os seus prédios e não pagavam metade do que deviam! – *O Bracarense* em 5 de Maio de 1870.

O mês de Maio de 1870 foi pleno de promessas. Terminou a guerra do Paraguai onde o Brasil estava envolvido e as perspectivas de melhoria da situação financeira pareciam finalmente consolidar-se. Em Braga as esperanças eram muitas, ao ponto de uma comissão composta de alguns capitalistas conhecidos, onde pontificava Miguel José Raio, ter promovido festejos que se prolongaram durante três dias. A comissão dirigiu-se à Câmara a pedir licença para utilizar o Passeio Público para este efeito.

> "Acordou a Câmara conceder a licença pedida por esta vez somente, obrigando-se os impetrantes a fazer guardar as avenidas de modo que não sejam destruídas as plantas ou arbustos e cortadas as flores dos mesmos." – (*Livro de Actas da Câmara,* 22 de Abril de 1870*)*.

E em 21 de Junho aconteceu o impensável. O marechal Saldanha, já com perto de 80 anos, provavelmente atacado de senilidade, teve energia suficiente para organizar um golpe de estado que o colocou de novo à frente de um ministério. A equipa ministerial de que se rodeou foi surpreendente. Lá estavam, além do velho marechal, homem muito conservador e sem ideias políticas definidas, Rodrigues Sampaio, um regenerador que inicialmente se colocou contra o golpe, Dias Ferreira e o Conde de Peniche. Tratava-se de um conjunto de personagens sem quaisquer pontos políticos comuns conhecidos. Era uma amálgama. Oliveira Martins deu uma explicação para a *Saldanhada* que no seu entender nada tinha a ver com senilidade. Dizia que o marechal terá agido em conluio com potências e políticos estrangeiros. Que pretenderia levar D. Luís abdicar no seu filho D. Carlos, o príncipe herdeiro e que este se tornaria simultaneamente monarca espanhol. Mas como D. Carlos tinha apenas seis anos, a sua menoridade tornaria imperiosa a nomeação de dois regentes, sendo a portuguesa liderada pelo próprio Saldanha e a

espanhola pelo general Juan Prim – (Conforme *O Golpe militar* de 19 de Maio de 1870 *e a ditadura de Saldanha*). Em reforço de uma imagem de grande personagem quase mitológica, Prim acabaria assassinado em Dezembro desse ano em Madrid, em circunstâncias nunca explicadas.

O Bracarense ficou cheio de problemas. Saldanha era indiscutivelmente o modelo político mais admirado por aquele periódico e por Alves Passos, a principal figura do jornal. Só que, na sua guerra contra a Janeirinha, *O Bracarense* estava naquele momento a apoiar o Governo de Loulé. Não podia inopinadamente passar a sustentar o marechal. Houve necessidade de engendrar um período de transição. Em 21 de Maio de 1870, *O Bracarense* começou por noticiar o golpe:

> "Soube-se que parte da guarnição da capital se revoltara e que com o marechal de Saldanha à sua frente foi atacar o Paço. Aí travou-se luta entre os revoltosos e a guarda do Paço que era numerosa e bem disciplinada. Morreram alguns soldados e houve muitos ferimentos; mas a guarda não cedeu. El-rei, aflito no meio desta luta, mandou ordem para cessar o fogo. (...) Os ministros tinham ficado no quartel do Carmo e quando principiou o ataque no Paço da Ajuda, onde o rei estava, puseram em marcha uma divisão para livrar o monarca da coacção em que estava." (...) "O marechal Saldanha almoçou com o rei. Foi encarregado da formação do ministério, ficando presidente de ministros e com a pasta da Guerra. Está anunciada a demissão de todo o ministério."

O marechal Saldanha por volta de 1870

Numa segunda fase, num artigo onde afirmava que a pátria não estava de parabéns pelo movimento do dia 19, *O* Bracarense tentou fazer esquecer a origem ilegal do novo governo e caracterizou a actuação do marechal com pinceladas mais macias.

> "Desejávamos que o nobre marechal tivesse subido ao poder pelos meios constitucionais, para o que lhe sobravam forças. (...) Agora resta governar bem. *O que passou já pertence à história*. Deixemos a esta o dever de avaliar os factos e dar a cada um dos seus autores o galardão ou a censura que merecer. Para *nós resultará maior glória de auxiliar o estabelecimento e consolidação de um bom governo do que discutir brilhantemente contra o movimento as fórmula e doutrinas constitucionais que ele ofendeu*." – (*O Bracarense,* 24 de Maio de 1870).

De seguida, não renegou a actuação do governo de Loulé e apontou o seu lado positivo. Afirmou que o ministério demitido tinha melhorado consideravelmente a administração pública. Que o crédito se fortalecera. Que nas Câmaras se discutiam os projectos financeiros do Sr. Braamcamp e que pelo razoável e progressivo aumento das receitas, se calculava a próxima extinção do *deficit*. Que por via disso parecia inoportuna e perigosa a revolta – *O Bracarense* de 26 de Maio de 1870. Mas, como não podia deixar de ser, apontou ao ministério alguns erros que justificavam a nova postura do jornal.

> "O movimento insurreccional de 19 de Maio produziu a perturbação geral do maquinismo constitucional: o chefe de estado, cedendo à revolta vencedora, demitiu um gabinete e nomeou outro. A Câmara electiva pronunciou-se hostilmente e de modo pouco parlamentar contra o chefe do novo gabinete e portanto contra a nova situação. O país agitado pela última luta eleitoral (*Em Março de 1870, com vitória dos governamentais do partido histórico...*) em que o sangue dos cidadãos manchou algumas urnas e procurações e oprimido nalgumas localidades pela força pública empregada para vencer as resistências populares contra os arrolamentos (que o *Bracarense curiosamente defendeu...*), mostrava-se desgostoso da situação caída e ansiava poder tomar vinganças aliás injustas dos que tinham vencido e alardeavam poder e valentias para continuarem a luta e as vitórias. A revolta veio como consequência deste conjunto de circunstâncias. (...) A lei constitucional, é verdade, serve de escudo às exigências ilegais; mas há também outra lei a que é preciso obedecer, é a lei da necessidade. A ditadura era uma necessidade nas circunstâncias em que o país se achava, agitado e em luta aberta com o governo em algumas localidades e além disso pela incompatibilidade provada contra a maioria da Câmara electiva e a nova situação." (...)

> "A situação de 19 de Maio é o que as circunstâncias ditaram. *Siga a sua ditadura, fecunda em criar, implacável em cortar abusos e o povo a abençoará*." – (O *Bracarense,* 14 de Junho de 1870).

Os tempos eram realmente outros. Para completar o quadro justificativo da mudança da sua postura, *O Bracarense* precisou também de passar uma esponja sobre a figura do ministro da Fazenda, Dias Ferreira. Quando fizera parte do primeiro ministério da Janeirinha chefiado pelo então ainda conde de Ávila, *O Bracarense* disse dele cobras e lagartos. Agora que tinha acabado de ser chamado à pasta da Fazenda pelo marechal Saldanha, o caso mudou de figura. Tornou-se...

> "...um dos mais brilhantes talentos da Universidade, escritor festejado e que soube na primeira administração Janeirinha desviar do mau caminho os negócios da Fazenda, que os economistas da rua por vezes quiseram arrastar pelas encruzilhadas da anarquia." – (*O Bracarense,* 31 de Maio de 1870).

A tarefa de *O Bracarense* não era fácil. Estava isolado na sua cruzada de apoio a Saldanha. Enquanto tentava realçar a excelência da actuação do seu ministro da Fazenda, Dias Ferreira, que conseguira aumentar a receita do Erário Público em 150 contos através da Reforma das Alfândegas e da alteração da pauta de consumos de Lisboa e Porto*, O Bracarense* lembrava uma poupança de 200 contos de reis, conseguida no ministério da Guerra. Também não se esqueceu dos ataques àquelas franjas da oposição que tinham apoiado as ditaduras do Conde de Ávila e do bispo de Viseu e que agora se fingiam amantes da legalidade, horrorizando-se com os recentes atropelos do marechal ao parlamentarismo. Igualmente combateu a oposição que, afastada da organização das finanças, não tinha problemas em promover a resistência ao pagamento de impostos.

O Bracarense ainda tinha esperanças na futura postura do Partido Regenerador. Achava que depois de resolvida a questão da *ditadura*, o partido se iria harmonizar com o marechal.

> "Cessada esta é de crer, e oxalá seja (*Seriam marcadas eleições para o início de Setembro...*), prevê-se que o partido regenerador se coligue ao lado do marechal para o auxiliar na obra difícil de salvar o país. Mas depois destes factos, já patentes a todos, houve ainda néscios que, sem consultar os chefes do partido nem mesmo os seus correligionários das localidades e levados somente pelo terror que a

> própria fraqueza lhes incutia ou pela ambição cega de deitar depressa a mão a algum novo emprego, se fundiram com os seus implacáveis inimigos! (*Os Históricos...*) Quando na capital os partidos se extremavam (*Os Históricos e os regeneradores estavam em processo de separação que se consumaria em 15 de Julho...*) fundiram-se em Braga dois partidos!" – (*O Bracarense,* 14 de Julho de 1870).

O grande desejo de Alves Passos era ser deputado. Era candidato por Vila Verde nas eleições marcadas para dali a poucos dias. Para atingir o objectivo, devia apresentar-se como alguém que fosse indefectível apoiante do seu ídolo. Talvez assim potenciasse o apoio popular indispensável. Devia mostrar-se dedicado e diligente. É neste contexto que se inclui a sua actuação numa Assembleia Católica realizada em Braga, nos Terceiros. Aí, alguém terá querido agredir o governo e especialmente o nobre duque de Saldanha. Alves Passos pôs-se em campo e conseguiu que a assembleia castigasse essa tentativa com manifestas e significativas demonstrações de desagrado e reprovação. O nome do marechal terá sido aplaudido com amor e entusiasmo. A agressão foi repelida com energia e por consenso da mesma assembleia. – (*O Bracarense,* 28 de Julho de 1870).

A candidatura de Alves Passos a deputado fê-lo até chocar com amigos de longa data, como foi o caso de Marques Murta. Secretário-Geral do Governo Civil de Braga e um dos fundadores do Bracarense, Marques Murta, um regenerador de sempre, logo depois do golpe de 19 de Maio, solicitou a protecção de pessoas *valiosas*. Não queria ser demitido. Contudo, de acordo com *O Bracarense* de 11 de Agosto de 1870, atraiçoou os seus padrinhos. Na sua repartição escrevia cartas para diferentes concelhos a favor da oposição, dando toda a cooperação aos trabalhos eleitorais dentro do círculo de Guimarães, contra o governo que estava a servir. Algo semelhante se terá passado com o Administrador do concelho de Braga, José Joaquim Soares Russel, antigo presidente da Câmara. Chamava os regedores da sua mais íntima confiança e combinava com eles, na própria Administração, os trabalhos eleitorais contra o governo. Ambos tiveram direito a referência de primeira página como traidores, em vários números seguidos daquele periódico.

Infelizmente para *O Bracarense* e para Alves Passos, a situação política estava demasiado volátil. Em 30 de Agosto o rei demitiu o ministério e afastou o marechal para Londres, encarregando-o de uma missão diplomática. Diz-se que só o fez, depois de ouvir da boca de Sá da Bandeira a garantia de que este o apoiaria em quaisquer

circunstâncias. Diz-se que o rei foi sensível aos protestos que se iam acumulando no seu gabinete, provenientes de várias Câmaras e não só. O *Jornal do Porto* referiu muitas representações dirigidas ao monarca para que ele acabasse com a ditadura. As Câmaras de Mirandela, Arcos de Valdevez, Porto, Ponte de Lima, Vila Verde, Valença, além da Associação Comercial do Porto, do Partido Reformista liderado pelo bispo de Viseu e do Partido Histórico foram algumas das entidades que se pronunciaram contra a ditadura do marechal. Um artigo, aparecido no *Jornal do Porto* em 31 de Agosto de 1870, mostra bem como a imagem do marechal estava degradada.

> "Três meses e 10 dias, foi o espaço de tempo que durou a ditadura detestável do duque de Saldanha. (...) A política do duque de Saldanha define-se pelas transições de um para outro partido. (...) As suas evoluções políticas têm sido tantas e tão diferentes que ninguém poderá explicá-las senão pelo *interesse pessoal* demasiadamente grande no duque. (...) Noutros tempos era o defensor da Carta Constitucional, o general que lidava, para que o governo democrático substituísse o governo pessoal; em 19 de Maio último foi o adversário da Carta, o introdutor do governo personalíssimo e usurpador das liberdades públicas. (...) O que o duque de Saldanha fez outrora é o que ele há pouco destruía; o que o marechal defendia na juventude é o que condena na velhice; move-se em todos os sentidos, professa todos os princípios porque não professa nenhum; crê em tudo porque não crê em coisa alguma. (...) O marechal Saldanha foi ainda há poucos meses violentamente censurado na imprensa inglesa pelo seu indigno procedimento em Portugal em 19 de Maio."

A demissão do ministério de Saldanha foi muito mal encarada pelo conservadorismo de *O Bracarense*. Ele apelidou a demissão de *emboscada* e criticou o próprio rei, acenando com uma reacção antimonárquica:

> "De emboscada em emboscada vai o rei preparando uma reacção antimonárquica em que serão obrigados a tomar parte os que amam do coração a liberdade e não podem consentir que o depositário das últimas relíquias do poder absoluto abuse assim do que a constituição lhe confiou para servir de medianeiro e moderador, mas não do azote destruidor das situações populares." – (3 de Setembro).

No próprio dia da demissão de Saldanha, seria atribuída mais uma oportunidade ao Marquês de Sá da Bandeira, mas o novo gabinete duraria pouco. Os nomes que faziam parte dele eram os

mesmos de outras alturas. Lá estavam o bispo de Viseu, o agora Marquês de Ávila e Bolama e Carlos Bento. A organização das eleições, cuja realização estava prevista para dali a menos de uma semana, competia como sempre ao ministério do Reino, que fora entregue ao bispo. Quando o acto eleitoral foi adiado para dali *a 15 dias,* pensou-se que Alves Martins teria uma actuação diferente da que adoptara nas eleições de Março de 1869. Imaginava-se que iria ser mais interventivo e controlador. Em 13 de Setembro de 1870, *O Bracarense* até protestou, questionando os seus leitores:

> "Sabem para que foi o adiamento da eleição de 4 para 18? Foi para mudar os administradores e regedores, corromper outros e explorar o terreno para dar batalha aos eleitores, impondo-lhes candidatos."

Seja por inépcia ou por falta de vontade do ministro, o acto eleitoral não correu de forma muito positiva para o ministério, que apenas conseguiria uma maioria relativa. O bispo terá dado rédea livre aos seus delegados. Enquanto alguns governadores civis foram efectivamente controladores e fiéis ao ministério, outros transformaram a solidez da maioria parlamentar numa miragem. Foram demasiado permissivos. Ainda por cima, Sá da Bandeira demitiu-se no final de Outubro, alegando problemas de saúde. E para o lugar de primeiro-ministro, acabaria escolhido novamente o Marquês de Ávila. Parecia estar em marcha o regresso a Janeiro de 1868.

Na apreciação que fez ao acto eleitoral, *O Bracarense* ficou dividido. Em Braga reivindicou uma vitória estrondosa, suportada numa candidatura sem concorrência, apoiada depois de algumas hesitações pela autoridade distrital. O visconde de Montariol, Francisco Manuel Costa, amigo e correligionário de Alves Passos no Partido Regenerador de Braga, foi o vencedor. Antes do acto eleitoral sentiu necessidade de se explicar na imprensa, como que a afastar possíveis suspeitas de conluio com o Partido do bispo Alves Martins. Afirmou que o governador civil lhe oferecera apoio sem exigir nada em troca e que ele, no seu programa eleitoral, declarava que só agiria de acordo com aquilo que a consciência lhe ditasse e que se oporia a tudo o que ofendesse a religião Católica Apostólica Romana, sem a qual nenhum estado poderia existir.

Se as eleições em Braga foram um sucesso para os regeneradores, o mesmo já se não pode dizer da candidatura de Alves Passos por Vila Verde. Derrotado, não teve alternativa a não ser

justificar-se, trazendo à luz do dia as traficâncias que supostamente terão ocorrido. Naquele mês de Setembro, *O Bracarense* não deu tréguas às denúncias:

> "Os pais ou amparados que no último recrutamento havia, requerido livramento de algum recruta, foram mandados intimar pelos regedores para comparecerem na administração em dia e hora determinada e aí foram ameaçados com perseguição dos recrutas se votassem com a oposição. Ora estando livres estes mancebos, e não podendo o Sr. Gualdino inutilizar os acórdãos de livramento, foi a sua ameaça uma trampolinice e uma patifaria sem exemplo. (...) A eleição foi um escândalo. Os eleitores iam arregimentados, como soldados na fileira, à ordem do regedor, entregar timidamente a lista que de ordem do administrador lhe fora dada. E à boca da urna estavam postados dois aguazis, armados de papel e lápis, para apontarem os que ousaram votar outro papel que não fosse a tirinha anilada do administrador. (...) Na Assembleia da Portela não houve urna: as listas foram lançadas num chapéu. Não decorreram as duas horas de lei depois da chamada geral. Não houve escrutínio: apartaram-se para um lado as tirinhas aniladas e para o outro as listas dobradas em quatro e disse-se: as pequenas são nossas, as maiores são da oposição: contaram-se as maiores e concluímos que as pequenas deviam conter 377." (24 de Setembro de 1870).

A demissão de Sá da Bandeira criou problemas de sucessão. O rei entendeu que o novo primeiro-ministro deveria ser o bispo de Viseu, Alves Martins, o segundo nome mais importante do gabinete. Só que a incapacidade política deste e as pressões internas dentro do Partido Reformista empurraram-no noutra direcção. O poder acabaria por ser entregue ao Marquês de Ávila e Bolama. De acordo com o *Jornal do Porto* de 3 de Novembro de 1870 a explicação para essa nomeação residiu na ausência, dentro do partido Reformista, de pessoal habilitado. Era preciso gente que propusesse às Câmaras, sem demora, as medidas que o país necessitava para a melhoria geral dos negócios.

A chegada ao poder do novo ministério, não resolveu nem atenuou o problema que o afligia – a questão financeira. E essa era uma questão com potencialidades para gerar divisões. Enquanto tradicionalmente o partido do bispo defendia a contracção das despesas, o Marquês de Ávila estava mais vocacionado para o aumento da receita, apoiado no reforço da carga fiscal.

Após passar uma esponja sobre os actos ilegais da ditadura de Saldanha, o governo de Ávila iniciou o seu programa financeiro, do qual fazia parte o aumento da contribuição predial e a retoma do

velho imposto de consumo, agora apelidado de *real d'água*. Talvez tenha assumido este nome apenas por disfarce e para assim poder evitar as comparações inconvenientes e perigosas com a situação de Janeiro de 1868. O governo lançou ainda um imposto especial de 400 reis sobre cada hectolitro de arroz.

Embora disposto a engolir sapos vivos, o Partido Reformista tinha os seus limites. Acabou por contrariar a preferência de Ávila na nomeação do Cardeal Patriarca. Enquanto Ávila preferia o arcebispo de Goa, os dois ministros reformistas inclinavam-se para o bispo do Algarve. E foi assim que o ministério *quase* se desmoronou... E o descalabro só não aconteceu porque há ultima da hora os reformistas decidiram continuar a sustentá-lo, embora o tivessem abandonado...

Mas no final de Maio de 1871 a paz podre desapareceu. O deputado reformista Latino Coelho perdeu as estribeiras e atacou o governo que o seu próprio partido dizia apoiar. Na Revista Política publicada em 30 de Maio de 1871, o *Jornal do Porto* traçou um quadro muito negro do futuro. Temia que o país não tivesse solução.

> "Vemos, pois, por um prisma bem pouco lisonjeiro o presente e o futuro, e confessamos que ao nosso espírito só se oferece, como *única* salvação – não *certa* mas possível – a resolução da crise pela imediata demissão do gabinete. (...) O gabinete Bolama, sem partido que o apoie, sem iniciativa própria, tendo exuberantemente mostrado ao país que não está à altura da sua difícil missão, deve ceder o passo a outro que tenha elementos e força própria para poder vencer sem hesitações as muitas dificuldades que assoberbam a nossa situação financeira."

A governação tornara-se impossível e o rei compreendeu-o. Dissolveu o parlamento e convocou novas eleições para Julho de 1871.

Ávila era o ministro do Reino e, nessa qualidade, desempenhava um papel chave na organização de actos eleitorais. Mas tinha uma fraqueza. Como não chefiava nenhum partido político, tinha de sujeitar-se às promessas de fidelidade dos outros, promessas que nem sempre se concretizavam. Assim sendo, o governo saído destas eleições navegava mais uma vez num mar de indefinições. As maiorias iam-se formando ao sabor das circunstâncias. E neste domínio as possibilidades eram praticamente inesgotáveis. Não nos podemos esquecer que existiam no parlamento os Avilistas, os Regeneradores, os Constituintes de Dias Ferreira, os Reformistas e os Histó-

ricos. Dependente sobretudo do apoio regenerador, sujeito às pressões constantes de Fontes Pereira de Melo, Ávila encontrava-se na situação que o seu espírito autoritário mais abominava. Finalmente, em 14 de Setembro, a imprensa anunciou o pedido de demissão. Estava prestes a começar um novo ciclo político, com a chegada de Fontes Pereira de Melo que agora batia ruidosamente à porta.

As eleições de Julho permitiram a concretização do grande desejo de Alves Passos. Tornou-se deputado por Vila Verde, derrotando uma figura importante do Partido Histórico, Anselmo Braamcamp. No rescaldo da sua vitória, Alves Passos aproveitou a multidão que sempre se reúne nos dias de feira. Dirigiu-se a Vila Verde com o intuito de agradecer ao eleitorado que o escolhera. *O Bracarense* regozijou-se com a recepção que ali o esperava. Lá estavam os vivas, as bandas de música e o foguetório. Quanto à oposição histórica derrotada, embora acusada de mentirosa pelos governamentais, realçou na *Gazeta do Povo*, as irregularidades de que teria beneficiado Alves Passos.

Não se conhece a forma como a imprensa bracarense encarou a evolução política ocorrida entre as eleições de Setembro de 1870 e as de Julho de 1871. Infelizmente, não existem, nos arquivos consultados, jornais locais disponíveis para aquele período. Só a partir do início de Julho se conseguem novamente informações pertinentes. Durante estes nove meses, aconteceram dois factos importantes: a Comuna de Paris e as Conferências do Casino. Teria sido curioso constatar as posições de uma cidade tão conservadora como Braga, *no momento* em que as coisas aconteciam. Será que ignorou aqueles acontecimentos? Será que lhes foi dada importância? E se foi dada, terá sido logo no início? Infelizmente, não é possível obter estas informações. Mas consegue-se imaginar, através do que foi dito *depois*. *O Bracarense,* assustado, misturou os dois acontecimentos. Pressentia que os casos estavam relacionados. Achava que era preciso acabar com aquilo que apelidava de *niveladores sociais*. Três semanas depois, até noticiou a prisão de um suposto agente da Internacional que andaria a espalhar prospectos subversivos na cidade.

> "É já público e de toda a gente sabido que existe na Europa uma sociedade secreta, ramificada em todos os países com o nome de Associação Internacional de Operários. Dela saiu a Comuna de Paris, aborto monstruoso de crimes e desvarios. A Internacional tende, nada mais, nada menos a destruir todos os fundamentos e liames da socie-

dade, a família, o culto, o capital, os capitalistas, a propriedade e enfim todas as nacionalidades, para que o homem viva sem obrigações nem deveres, onde quiser e como quiser, assemelhando-se às feras quanto seja possível, o que na escola comunista constitui a máxima felicidade. (...) Ataca esta seita com infernal teima e combinada perseverança tudo quanto a velha sociedade respeita e admira. Os momentos históricos, as obras clássicas nas artes e nas ciências, tudo a Internacional se propõe destruir. A imprensa tem vomitado escritos contra as coisas mais santas, contra o direito estabelecido, contra a propriedade, contra Jesus Cristo, contra Maria Santíssima, contra tudo quanto é digno de respeito e venerável. Ultimamente várias associações parciais de literatos e poetas, filiadas na Internacional e por ela sustentadas, têm procurado propalar as suas erróneas doutrinas entre o povo por meio de prelecções públicas. Entre nós ultimamente estabeleceu-se também as prelecções do nivelamento, preliminares da Comuna. Foi atacado Camões e as suas obras, os nossos melhores clássicos e mais afamados heróis. Preparava-se uma conferência contra a divindade de Jesus. Lisboa presenciava este espectáculo com pasmo e assombro. Quem diria há 30 anos que isto havia de suceder em Portugal? Pois sucedeu. Mas o governo do rei fidelíssimo interveio como lhe impunha. É seu dever vigiar pela sociedade portuguesa e portanto afastar tudo quanto possa perturbá-la ou tenda a destruí-la. O nobre Marquês de Ávila e Bolama, digno ministro do Reino expediu a seguinte portaria: Tendo chegado ao conhecimento de Sua Majestade el-rei, por informação do governo civil de Lisboa e publicações dos jornais que no Casino Lisbonense no Largo da Abegoaria desta capital se celebram reuniões públicas com a denominação de "conferências" nas quais se tem feito uma série de prelecções em que se expõem e procuram sustentar doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições políticas do estado; e sendo certo que tais factos além de constituírem um abuso do direito de reunião, ofendem clara e directamente as leis do reino e o código fundamental da monarquia, que os poderes públicos têm a seu cargo manter e fazer respeitar; determina o mesmo Augusto senhor, conformado com o parecer do Conselheiro Procurador-Geral da Coroa e Fazenda, que o Governo Civil de Lisboa não consinta as referidas reuniões e conferências, tanto no local em que têm sido celebradas até agora, como em qualquer outro, escolhido pelos prelectores e que para este fim faça intimar esta resolução às pessoas que pretenderem celebrar as aludidas reuniões e aos donos das casas para onde essas reuniões forem convocadas, sob pena de proceder contras os transgressores em conformidade das leis. Paço, em 26 de Junho de 1871. Marquês de Ávila e Bolama. Andou bem o governo português e todos os governos do mundo pela sua energia e vigilância contra as ameaças e tentativa do comunismo. Bem-haja o nobre Marquês de Ávila e Bolama por haver mandado fechar as portas do Casino Lisbonense, onde se apostolava o erro e a mentira" (1 de Julho de 1871).

Em 13 de Outubro, *O Artista*, jornal que embora dirigido pelo reitor do liceu afirmava ter por missão defender as classes operárias, também alertava:

> "Diz-se por aí que a sociedade de operários denominada a Internacional, tem em Portugal diversos agentes para angariarem a filiação dos artistas portugueses naquela sociedade e afirma-se até que no Porto existem alguns indivíduos que se empenham em angariar prosélitos para aquela instituição, hoje espalhada por quase todos os países da Europa. (...) Haja ou não agentes nesta cidade, o que desde já aconselhamos à classe operária do Porto é que não se deixe fascinar pelas douradas promessas desses propagandistas de ideias insensatas e perigosas e que rejeitem com desdém e desprezo as doutrinas falsas com que pretendem transviá-los do bom caminho que até agora têm seguido, caminho de ordem e moderação."

Novos tempos se estavam a avizinhar. E rapidamente.

O Bracarense tinha ideias muito próprias sobre os tempos que corriam. Para ele, boa parte dos problemas que se manifestavam residiam na permissividade das autoridades, aumentada depois da Janeirinha. Em 22 de Abril de 1869 afirmava:

> "Não foi o pacífico povo de Braga o iniciador das desordens de Janeiro; mas epidemias contaminam os ares e afectam mais ou menos a respiração das mais robustas organizações. A orgia de Janeiro teve também aqui alguns ecos, ainda que brandos e serôdios. Mas isso foi bastante para originar nas classes laboriosas a indiferença pela ordem e o desapego do trabalho. A soberana justiça não consente que o artista seja modesto e prudente: inspira-lhe o orgulho e a soberba, como outrora aos anjos rebeldes patriotas exímios das regiões celestes que a anarquia precipitara no abismo. A gloriosa de Janeiro fez nascer o desenvolvimento aos maus instintos de uns e encher de soberba a outros. Os artistas de sapateiro desta cidade agitam-se contra seus mestres e patrões a pretexto de diminuição de salários e falta de trabalho. Os mestres e patrões despedem os oficiais e iram-se contra as suas queixas. Uns e outros se julgam soberanos e argumentam em nome dos direitos do homem." (...) "O remédio não está nas petições, mas na moralização do povo. Quando os mandões derem o exemplo de respeito às leis, os artistas e oficiais serão obedientes e respeitosos. Quando a autoridade cumprir religiosamente o seu dever, os cidadãos cumprirão também os seus. (...) Queixam-se estes artistas de que os mestres se conluiaram para lhes tirar a ração que era de costume dar-lhes e diminuir 20 reis ao jornal. Não sabemos até que ponto isto seja verdade; mas informaram-nos que a ração lhes fora tirada em razão de terem feito chacota dela numa oficina da Rua da Ponte, chegando alguns

> oficiais a insultar os mestres. (...) Deixem-se os artistas de meetings e de greves. Os que lhes pregam a doutrina da insurreição são os seus maiores inimigos."

Durante os pouco mais de três anos e meio de duração da Janeirinha, a política de melhoramentos materiais sofreu um bom impulso. Enquanto o governo central continuava ameaçado pela bancarrota, a Câmara Municipal, apoiada no empréstimo de 93 contos autorizado em meados de 1866, parecia viver com mais desafogo. O levantamento da primeira série deste empréstimo, no valor de 33 contos, tinha ocorrido já em Março de 1867.

Inicialmente, enquanto não se resolviam as questões eleitorais relacionadas com a abortada reforma administrativa anterior à janeirinha, avançaram as mesmas obras de sempre. Eram trabalhos de dimensão individualmente pouco significativa: estrada do Bom Jesus, arranjos nos arruamentos do Passeio Público e calcetamento de diversas ruas, incluídos naquilo a que a Câmara chamava o 1º lanço das obras programadas desde 1866. Também avançavam as obras do Cemitério, agora localizado definitivamente no Monte de Arcos. Mas em Março de 1868 estava finalmente instalada a nova edilidade. Tomando consciência das gravíssimas dificuldades que afligiam a vida dos artistas das diversas indústrias estabelecidas nesta cidade e concelho, resolveu dar maior desenvolvimento aos trabalhos já decididos em 1866. Na reunião de 27 de Março de 1868, a Câmara apontou as suas baterias para as ruas de S. Gonçalo, do Carvalhal a S. Vicente, para o Sardoal, para a futura rua de Santa Margarida, para a rua do Assento, para as Carvalheiras e para a construção do novo mercado e dos lavadouros públicos. A ideia era a elaboração de um *mapa* indicativo das quantias orçadas e votadas para cada uma destas obras, que serviria de base a uma representação que se enviaria ao governo. Só assim se poderia iniciar o processo.

Outra preocupação, incluída nos trabalhos que aquele empréstimo permitiria resolver, foi a questão da Companhia da Bomba. Em 4 de Abril de 1868, o Livro *de Actas da Câmara Municipal de 1867-68* informava:

> "Pelo vereador encarregado do pelouro dos Incêndios foi feita a seguinte moção: que tendo examinado a Companhia das Bombas, entrou no conhecimento de que esta se acha em estado deplorável tanto no que respeita ao pessoal como ao material, não sendo este já susceptível de conserto ou reparo; e que por isso propunha que a Câmara

> tivesse desde já em consideração este ramo do serviço por ser um dos de primeira necessidade, dando as providências necessárias para que seja melhorado pelo modo possível com preferência a outros, o que tudo foi aprovado."

Na reunião realizada neste dia, a Câmara decidiu ainda adicionar à lista das obras a incluir no mapa decidido em 27 de Março, outros trabalhos: a elaboração de uma planta da cidade, o orçamento de todo o material novo para a Companhia de Incêndios, a abertura da Rua da Sé até às Carvalheiras, a criação de uma rua para fazer comunicar o Largo dos Penedos com a Rua da Escoura e, para *aformoseamento*, o alargamento da futura rua de Santa Margarida. Em 17 de Abril decidiram-se novos acrescentos: uma rua nova que saísse da projectada entre a Sr.ª a Branca a Infias, em direcção à entrada do mesmo Cemitério e outra que partisse de S. Vicente pelo charqueiro do mesmo Cemitério. E em 6 e 8 de Maio, a Câmara aprovou mais alguns pequenos aditamentos. No caso da reunião realizada no último destes dias, a Câmara mostrou-se consciente do grave problema que afectava o abastecimento de águas e sugeriu gastar 600 mil reis em estudos que permitissem resolver ou minorar o problema.

Perspectivavam-se grandes mudanças, embora no caso das águas, como sempre, os avanços tenham ficado confinados aos estudos ou a soluções pouco definitivas…

Em Julho de 1868, chegou seiva fresca à árvore das obras. Foi autorizado o levantamento da 2ª série do empréstimo de 93 contos. Iam começar ou prosseguir as obras nas ruas de S. Gonçalo ao Campo Novo, na Rua do Carvalhal e nas ruas que ladeiam o Campo de Sant'Ana. Também seria intervencionada a Rua do Souto, o Passeio Público, o Cemitério, o mercado do Carmo, sem esquecer a estrada do Bom Jesus e, espantosamente, um reforço do aproveitamento e canalização de águas.

Cansada de ver os seus orçamentos rejeitados, por fazer incidir os impostos também sobre o vinho produzido pelos lavradores, a Câmara, embora reclamasse a justeza das suas opiniões, resolveu, em reunião conjunta com o Conselho Municipal fazer cedências. Derramou um imposto directo de 1.850$000 reis, para que as suas contas pudessem ficar equilibradas no orçamento de 1869 a 1870.

O ano de 1869 trouxe novidades agradáveis. Em 17 de Setembro o governo civil remeteu um ofício com o Regulamento da Companhia de Incêndios e com uma portaria do Ministério do Reino que

autorizava a Câmara a avançar com a criação daquela Companhia e a comprar todo o material necessário. Soube-se também que estavam prestes a concluir-se as obras do Passeio Público, do Cemitério e da Rua de Santa Margarida. No que respeita ao Cemitério, a Câmara determinou a realização de uma sessão especial para sinalizar a sua abertura: Determinou-se

> "...que se convidassem todas as pessoas autorizadas que costumam sê-lo para os actos públicos, os vereadores do último biénio e os juízes e provedores de todas as Irmandades e Confrarias da cidade com os respectivos irmãos ou confrades." – (*Livro de Actas de 1868-1870,* 25 de Junho de 1870).

Os funerais eram sempre momentos de despesa. E às despesas todos querem escapar. Para as minorar, a Câmara resolveu recorrer à ajuda do Arcebispo. Solicitou-lhe que nos atestados de pobreza passados pelos párocos, estes declarassem se os falecidos pertenciam a alguma Irmandade obrigada a dar-lhes sepultura. O Arcebispo responderia que não podia impor aos párocos obrigações que eles, por falta de dados, não podiam satisfazer. – (*Livro de Actas da Câmara* em 5 de Agosto de 1870).

Conheceu-se também uma prática muito incorrecta seguida pela empresa que fazia o transporte de passageiros entre Braga e a Póvoa de Varzim. Foi o vereador encarregado da fiscalização que alertou a edilidade, originando com isso a elaboração de uma postura que impedia o abuso de os empresários elevarem o preço das viagens sempre que o desejavam, aproveitando-se da necessidade das famílias regressarem a casa – Conforme o *Livro de Actas de 1868-1870 da Câmara Municipal de Braga,* em 24 de Setembro de 1869. E como os melhoramentos não podiam parar, foi pedida autorização para levantar os pouco mais de 3 contos que ainda sobravam do empréstimo de 93 contos. (*Idem*)

Terminadas as obras e esgotado o empréstimo contraído, novos melhoramentos se impunham. Curiosamente, a Câmara, embora a isso não fosse obrigada, resolveu adiantar-se na construção de algumas estradas municipais. Alegava que esperando pelas verbas da dotação da viação, seria confrontada com uma demora de mais de 15 anos. E que uma vez iniciada a obra, o desgaste provocado por um tempo tão dilatado, destruiria o que se estivesse a fazer, inviabilizando os benefícios do trabalho. Assim sendo, o presidente propôs à Câmara que se pedisse autorização para contrair um

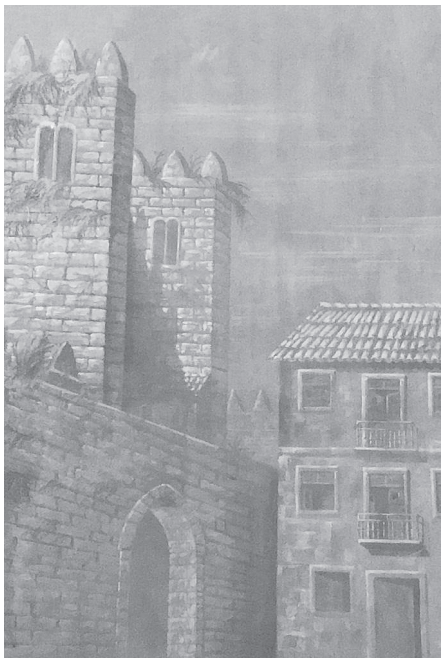
empréstimo de 21 contos, consignando ao pagamento do juro e amortização do capital a quantia que anualmente a edilidade recebia da dotação da viação. Inicialmente rejeitada pela maioria, a proposta só seria aceite quando o vereador fiscal propôs que o juro máximo aceite pela Câmara baixasse de 7 para 5%.

A limpeza da cidade era um problema que urgia resolver ou pelo menos minorar. No início de Outubro de 1870, a Câmara pôs em marcha várias alterações às posturas ligadas a esta área. Tornou-se proibido, sob pena de multa, varrer lixo doméstico para as ruas e praças, lançar águas, estar sentado ou deitado nos passeios e urinar dentro do Passeio Público ou nas ruas e praças em que houvesse urinóis. Mas a própria Câmara reconhecia as dificuldades, como o *Livro de Actas da Câmara* nos informa:

> "Acordou a Câmara, de combinação com o arrematante da limpeza dos bairros nº 2 e nº 6, tolerar as faltas de varrida das correspondentes ruas, atento o estado de incorrigibilidade dos habitantes e constantes faltas de respeito aos jornaleiros nisso empregados." – (*Livro de Actas da Câmara,* 17 de Julho de 1871).

Ainda neste domínio da higiene e para terminar, não podemos deixar de recordar uma apreciação, que embora se situe fora do período em análise neste capítulo, se adequa com perfeição ao assunto tratado:

> "Está patente na Arcada do Campo de Sant'Ana uma exposição de galinhas. Para se poder estudar bem os costumes e graciosos movimentos destas aves, acham-se em completa liberdade. (...) Lamentamos que só haja dez a quinze espécimes. (...) Como exposição achámo-la deficiente. Lembramos aos expositores a conveniência de apresentar também alguns indivíduos da espécie suína e bovina. À Ilustre Câmara porém pedimos que mande verificar se o local é próprio para este género de exposição, ou se a Arcada deve ser um galinheiro." – (*O Partido Liberal*, 12 de Abril de 1866).



A Porta da Ajuda, segundo uma imagem existente na sala dasSessões da Câmara Municipal. Foi demolida em 1831

O LONGO GOVERNO DOS REGENERADORES

Foi em meados de Setembro de 1871 que Fontes Pereira de Melo subiu ao poder. Com eleições realizadas dois meses antes, nada fazia prever um novo sufrágio, embora a preferência do executivo apontasse para aí. Com novas eleições garantia a estabilidade dos apoios parlamentares, sempre muito problemática quando a composição de um parlamento era preparada por estranhos. Mas Fontes, exímio na gestão das expectativas, conseguiria aguentar-se contra ventos e tempestades.

Embora provavelmente desejasse apoiar-se num orçamento *seu*, apresentou-se aos deputados com o do governo anterior. Aliás, ser-lhe-ia muito difícil fazer o contrário. O Partido Regenerador apoiara o anterior ministério de Ávila e a apresentação de um novo orçamento poderia criar polémica. Se o fizesse, arriscava-se a um confronto com o grupo parlamentar avilista, de cujo apoio necessitava. Mas Fontes teve o cuidado de ir um pouco mais longe, não foi um

mero continuador. Apresentou-se em S. Bento de coração aparentemente aberto e tentou demarcar-se da péssima imagem que construíra em 1867. Sabia que nessa altura, ao tentar implementar o imposto de consumo, tinha provocado um verdadeiro terramoto político e considerava não ser conveniente reeditá-lo. Mais experiente e cauteloso, prometeu fazer economias. Com elas procurou seduzir os reformistas e os históricos. É certo que apenas teve sucesso com os segundos, mas ainda assim os resultados foram positivos. Conseguiu durante algum tempo anestesiar o principal partido da oposição.

O seu discurso de apresentação foi significativo. Começou por declarar que o ministério não era uma *restauração*, isto é, que o fantasma de 1867 estava enterrado. E prosseguiu:

> "A questão da fazenda pública não pode unicamente resolver-se recorrendo ao imposto. Se alguém assim o pensa, ilude-se completamente. É preciso sem dúvida criar receita, mas é indispensável fazer tantas economias quantas comportem as necessidades do serviço público." (13 de Setembro de 1871).

Na resposta, o porta-voz dos históricos, José Luciano de Castro, mostrou-se rendido:

> "Mantendo a nossa individualidade nós estaremos sempre ao lado do governo em todas as grandes medidas de utilidade pública em todos os incontestáveis melhoramentos com que Suas Ex.as queiram assinalar a sua passagem pelo poder. (...) A questão da fazenda é uma das principais e porventura mais difíceis a resolver. O governo prometeu empregar a sua actividade e os seus grandes esforços ma apreciação e exame deste assunto. Bem haja o governo. Permita-nos apenas que aguardemos que às suas palavras de hoje correspondam os seus actos de amanhã." (13 de Setembro de 1871).

Encerrado o parlamento, o governo ganhou tempo. Poderia preparar mais calmamente as medidas capazes de esvaziar o programa das oposições, ou pelo menos de parte dele. Atingido esse objectivo, estaria apto para abordar a questão financeira, aquela onde Fontes queria deixar a sua marca. O período que decorreu até final de 1871 foi de espera. O país aguardava as medidas financeiras. A imprensa que se dedicava à análise política lamentava a falta de assuntos. Os jornais politicamente mais enfeudados, como era o caso de *O Bracarense*, procuravam manter a chama acesa.

> "Ignora-se completamente qual será a base da futura reforma financeira – ignora-se o que o governo projecta a respeito dos impostos; mas a oposição vai indo adiante com a sua candeia acesa, não para alumiar duas vezes uma questão que ignora, mas para duas vezes soprar a discórdia e mais seguramente iludir o povo. Tornam de novo a pregar economias os esbanjadores de 68 e 69". – (14 de Novembro de 1871).

Ainda em meados de 1871, antes da chegada dos regeneradores, primeiro os reformistas e depois os históricos centraram a sua actuação nas mudanças políticas. Fiel aos seus compromissos de sempre, *O Bracarense* discordava e já alertava, em 19 de Agosto de 1871, para a urgência de resolver o problema financeiro:

> "São graves as nossas circunstâncias financeiras, todos o proclamam e todos reconhecem a impreterível necessidade de quanto antes atendermos a elas Distrair a atenção pública para outras questões e reformas, aliás muito importantes e quiçá convenientes *noutra ocasião*; agitar o espírito público com reformas políticas que por mais radicais e profundas hão-de forçosamente trazer sensíveis alterações no modo de ser político do nosso povo, não nos parece muito prudente nas actuais circunstâncias. As reformas financeiras, para poderem realizar-se, precisam sossego e tranquilidade pública. (...) Venham primeiro as reformas financeiras e depois as políticas."

Mas em 1872 Fontes Pereira de Melo não pretendia começar pelo problema financeiro. O seu desejo era esvaziar o programa dos adversários. Pretendia adoptar algumas das medidas por eles preconizadas, especialmente se não trouxessem despesa. Foi o seu ministro do Reino a dar o pontapé de saída. Apresentou no Parlamento um relatório que preconizava a descentralização, argumentando com a necessidade de aliviar o governo central da obrigação de tutelar interesses cuja defesa podia ser confiada com mais proveito aos corpos dirigentes do distrito, nascidos do sufrágio popular – Conforme o *Jornal do Porto* de 14 de Janeiro de 1872. E nos dias 15 e 16, os regeneradores avançaram com um projecto. Entre outras coisas defendiam o fim da hereditariedade do pariato e a extensão do direito de voto aos chefes de família e a todos os que soubessem ler e escrever. Face a esta investida, os Históricos não podiam manter-se quietos. No dia 20 desse mesmo mês, o *Jornal do Porto*, próximo do Partido Histórico, afirmava que a reforma da Carta era uma questão vital. Dias depois, José Luciano de Castro apresentaria as suas medidas: queria a liberdade de culto doméstico para outras religiões, o fim do

foro privado que permitia aos ministros serem julgados no parlamento, a transformação da Câmara dos Pares numa câmara electiva e o alargamento do direito de voto a todos os cidadãos.

O aspecto curioso de toda esta questão é que nenhum dos projectos seria aprovado. Os regeneradores eram um partido conservador e entre eles alguém se terá assustado com o radicalismo emergente. O projecto histórico nunca foi viabilizado e o regenerador, esquecido nas gavetas, nem sequer foi posto à votação. Mais tarde, Fontes justificou o recuo com a impossibilidade de conseguir um acordo consensual com a oposição... Mas a questão da reforma da Carta teve pelo menos um mérito. Permitiu a aproximação entre os reformistas e os históricos, prenunciando a fusão entre os dois agrupamentos, que ocorreu poucos anos depois e que deu origem ao *Partido Progressista*.

Relegado para segundo plano o problema político, entrou-se no reinado da questão da fazenda. E logicamente, Fontes, agora mais cauteloso, evitou pôr em prática um imposto com a mesma designação daquele que promovera em 1867 e que dera origem à *Janeirinha*. O nome "*imposto de consumo"* estava demasiado *queimado*. Consciente disso e da necessidade de produzir receitas, um dos governos da Janeirinha tinha outrora reatado a designação de real d'água, um velho imposto de consumo que pontificara na baixa Idade Média. Em 30 de Agosto de 1871, ainda antes da chegada dos regeneradores ao poder, o jornal bracarense *Liberdade* constatou a incongruência dos novos tempos. Lembrou que o povo se revoltara em 1868 contra o lançamento de um imposto velho com a denominação nova de *imposto de consumo*. E parecia aceitar de bom grado o *mesmo* imposto, embora mais imperfeito, com a alcunha velha de *real d'água*.

O chefe dos regeneradores era sem dúvida um homem sagaz. Preferiu aumentar as taxas do imposto reactivado durante a Janeirinha, em vez de retomar a designação antiga, que afinal era a *sua* designação mas que tinha má imagem. As propostas financeiras dos regeneradores foram apresentadas em meados de Fevereiro de 1872. Eram muito variadas. Estendiam-se desde a criação de repartições de Fazenda em todas as sedes de concelho, até à reorganização das profissões para a aplicação do imposto industrial, passando pela abolição dos privilégios dos bancos em matéria fiscal e pela divisão da contribuição predial em duas, apelidadas de Rendas de Casa e Sumptuária. O já acima referido real d'água foi agravado e para a sua cobrança foi proposta a criação de barreiras à entrada das

povoações. A capacidade tributária das Câmaras em matéria de impostos indirectos foi limitada. Muito optimista, o executivo imaginava que conseguiria deste modo fazer nascer um excedente de 27 contos. Imaginava...

A reacção às medidas governamentais variou. A oposição parlamentar ficou confundida. Tornou-se até surpreendente o empenho dos históricos em melhorar as medidas do governo. Em 12 de Março de 1872, a *Revista Política* do *Jornal do Porto* fez eco desta falta de rumo.

> "A oposição parlamentar houve-se com louvável cordura, não levantando dificuldades ao governo para demorar a aprovação dos projectos da fazenda, mas procurando melhorar as disposições dos mesmos projectos. E o Sr. Fontes correspondeu por parte do governo a estes bons desejos, aceitando as indicações sensatas sem curar de onde vinham."

E em 27 de Março, o mesmo *Jornal do Porto* noticiou mais um sinal do marasmo oposicionista. Referindo as eleições suplementares em Paredes, Amarante e Caldas da Rainha, informou que a vitória governamental ocorrera sem oposição.

No que respeita a Braga, as informações disponíveis são poucas. Ligado ao partido regenerador, *O Bracarense*, periódico muito contundente, poderia ter sido útil. Embora se tenha publicado até ao final de 1872, não existem nos diferentes arquivos consultados quaisquer exemplares deste ano. Quanto a *O Artista*, igualmente regenerador, o último exemplar disponível data de 16 de Janeiro desse ano, um mês antes da apresentação das propostas financeiras do governo. Não conseguiu portanto apreciá-las. Aliás, *O Artista* parece ter sido apanhado de surpresa. Até nem queria enfrentar a questão da fazenda. Nesse número de 16 de Janeiro atacou a oposição, declarando:

> "Os fins da oposição são bem transparentes, e não há ninguém que não veja que a oposição desejava que o governo tratasse em primeiro lugar a questão da fazenda, por ser esta a que indispõe mais facilmente o povo com o governo. A oposição queria servir-se da questão dos impostos, que por muito justos e racionais que sejam indispõem sempre contra o povo aquele que os pede. Era neste campo que a oposição queria dar batalha ao governo, promovendo a dissolução para depois vir dizer ao país que não votasse nos deputados propostos pelos esfoladores do povo."

Resta-nos *O Futuro*, um jornal miguelista. *Em 6 de Março*, este periódico atacou o governo. Depois de lembrar os diferentes impostos que o país pagava – as contribuições industrial, predial, pessoal, do selo, do registo e os direitos de transmissão, concluiu:

> "O Sr. ministro em vez de fazer cortes rasgados em todos os ramos do funcionalismo desde as camadas inferiores até ao primeiro funcionário constitucional, segundo chamam ao seu rei, com o que podia não só matar o deficit, senão ainda modificar o imposto, de si oneroso em relação ao país, teima em tributar tudo, até o sal e breve tributará o chão que pisamos, a água que bebemos, o ambiente que respiramos, o horizonte em que empregamos a vista e os sons que nos ferem tímpano auricular, não escapando mesmo o olfacto e o tacto também."

O *Futuro* tentava aproveitar a maré, divulgando atitudes de resistência. Parecia-lhe que estavam reunidas as condições para reeditar os episódios de Janeiro de 1868:

> "Os comerciantes de Viana do Castelo reunidos em 16 do corrente resolveram o seguinte: não manifestar os géneros existentes até ao dia 2 do corrente. Não manifestar os géneros recebidos do dia 2 em diante sem que o gove5rno apresente o regulamento a que é obrigado pelo Art.º 5 da lei de 13 de Maio. Representar, pedindo a imediata convocação das Câmaras para ser derrogada a lei. Pelos modos a nossa vida vai-se complicando. (...) Aqui nesta cidade, segundo nos consta, projectam os comerciantes sujeitos ao imposto, fazer outro tanto; e para esse fim terão hoje uma reunião em casa da Associação Comercial." (19 de Junho de 1872).

Três semanas depois, *O Futuro* classificou de fria a recepção a D. Luís, que estava de visita a Braga, mas talvez tenha confundido os desejos com a realidade. Acusado de inexactidão, acabaria por moderar um pouco as suas apreciações:

> "Quando dissemos que o Sr. D. Luís fora recebido friamente, dissemos a verdade porque nos referimos à entrada que fez no meio de gritos – Viva o Sr. D. Luís, abaixo as fintas, proferidos por imenso rapazio e alguns empregados somente, no Campo das Hortas, onde um senhor empregado tentou bater num artista por este gritar – Fintas abaixo e ministro a baixo. (...) No outro dia houve vivas no teatro; mas ainda assim proferidos só por empregados e alguns poucos mais indivíduos e não nos admira que nesse número entrassem estudantes, por nos constar que alguns foram para isso convidados e rogados." (10 de Julho de 1873).

Não foi um acaso o aparecimento em Braga de um jornal miguelista como *O Futuro*. A implantação do liberalismo já tinha acontecido em Portugal há quase 40 anos, mas continuava a existir na cidade um punhado de tradicionalistas irredutíveis. E estavam convencidos de que a situação existente em Espanha, onde o absolutismo retomara a luta, oferecia boas condições para a afirmação da causa em Portugal. E mais se convenceram quando em Fevereiro de 1873 a república foi implantada naquele país e os tradicionalistas vizinhos pegaram em armas. Os miguelistas, que nunca tinham deixado de acreditar, imaginaram que o seu momento tinha finalmente chegado.

Em meados de 1872, em 5 de Julho, a calma política terá começado a esfumar-se. Pela primeira vez há várias semanas o *Jornal do Porto* emitiu opiniões visivelmente não coincidentes com as do governo. Classificou como desumanos os impostos que como o real d'água obrigavam o indivíduo a contribuir não em função dos seus rendimentos, mas em resultado das suas necessidades de consumo. E sugeriu que o povo só permanecia calmo, porque tinha medo do exemplo do país vizinho, onde grassava a anarquia. Dias depois, após o rei regressar a Lisboa vindo do Norte, o jornal anunciou o fim das férias políticas. Para ele os partidos oposicionistas deviam agir com cuidado. Considerou que uma imediata queda do governo seria muito prematura. Mas não se coibiu de manifestar com clareza a sua opinião e o seu desejo de que o período de vida do governo se estenderia no máximo por mais seis meses. Segundo ele, os sinais de avanço do descontentamento eram cada vez maiores. As desordens cresciam, as representações contra o real d'água multiplicavam-se e começara a correr uma petição a pedir a convocação de novas eleições.

No dizer do *Jornal do Porto*, de 31 de Julho, a ocasião para as movimentações oposicionistas do partido reformista e do partido histórico não era a melhor. Incitar os contribuintes contra o governo constituído por causa das imperfeições de algumas leis tributárias seria, naquela ocasião, um perigo, um erro que se poderia voltar contra quem assim procedesse. Poderia fazer acreditar numa aparente conivência com os desordeiros, que pululavam em todo o lado, conivência que não existia. Quer isto dizer que a oposição simultaneamente amava e encarava como perigosos aqueles que protestavam. Eram perigosos, por terem potencial para levar ao fortalecimento do partido regenerador, devido ao medo da anarquia que desperta-

vam. Eram desejados por talvez serem capazes de contribuir para o enfraquecimento da imagem das autoridades. Muito cauteloso, o *Jornal do Porto* optava pela prudência. Preferia que aqueles que protestavam fossem abandonados à sua sorte e entregues à justiça. Preconizava a via legal para atingir o poder.

> "Deixem debelar e castigar os desordeiros se querem desassombradamente subir ao poder em condições de governar o país." (31 de Julho de 1872).

A segunda metade de 1872 foi marcada pelas tentativas de resistência às medidas financeiras do governo e pelos acontecimentos na vizinha Espanha. Fiel à via legal, a oposição não queria ser confundida com os autores de um suposto golpe de estado, que os boatos apontavam estar a ser organizado pelo Marquês de Angeja. Dizia-se que o fim último desta revolta era a criação de uma república federativa na Península Ibérica. As medidas policiais adoptadas para debelar a revolta devem ter fortalecido o governo, criando-lhe uma imagem de prontidão e eficácia. Houve prisões e julgamentos que acabariam por se materializar numa mão cheia de nada, pois apenas três militares foram condenados.

No que respeita à resistência às medidas financeiras, os partidos reformista e histórico promoveram dezenas de representações que foram encaminhadas para o monarca. Segundo o *Jornal do Porto* de 18 de Agosto de 1872, o total de assinaturas não era inferior a 50.000, o número mágico que derrubara Fontes Pereira de Melo no longínquo ano de 1856.

Houve ainda um terceiro acontecimento a marcar o final do ano. Menos de trinta anos após o golpe de Saldanha que instituiu a Regeneração, o país assistiu a um movimento grevista sem precedentes. A situação era nova e nem todos a compreendiam. Isso é bem demonstrado pelo *Jornal do Porto,* em 17 de Novembro*,* que encarou a situação de uma forma quase moralista:

> "O que a justiça não permite, nem a boa razão justifica é um pedido desarrazoado de aumento de salário ou de diminuição de trabalho, quando essa diminuição ou aumento não está na regra da proporção. Pelo que toca ao trabalhador, a sua exigência é sobremodo censurável, quando não visa só ao melhoramento da sua condição pelos meios legais, mas além disso pretende cooperar numa revolução social."

Braga parece ter ficado à margem deste movimento grevista, embora os sinais de mudança também a tivessem atingido. Mas Braga vivia em momento diferente. Para ela as mudanças apenas se materializaram em pequenos sinais de amortecimento do conservadorismo político mais radical. Em 2 de Outubro de 1872, na sua revista política, o *Jornal do Porto* noticiou:

> "O partido miguelista comemorou com um lauto jantar o dia 10 do corrente (Setembro), em que completara 19 anos de idade o Sr. D. Miguel de Bragança. Braga foi e ainda se julga, o empório dos eternos veneradores do velho regime; ainda há dez anos era dificílimo aos partidos liberais levarem ao parlamento um deputado seu por aquela cidade; nada se conseguia sem o auxílio dos miguelistas e não era raro que estes impusessem pelo círculo da capital do Minho um deputado da sua feição; (...) Hoje vê-se que as ideias liberais ali têm conquistado vasto terreno, pois, do grande partido legitimista bracarense só houve 46 indivíduos em condições e em disposições de concorrerem a um banquete político! Registamos o facto com satisfação."

O ano de 1873 foi marcado por vários acontecimentos favoráveis ao executivo. Em primeiro lugar a guerra civil em Espanha, que principiou em Março e se estendeu até ao final de 1874. Nela combateram os monárquicos constitucionais, os legitimistas e os republicanos. À semelhança do que se verificaria na guerra civil de 1936-39, o grau de violência dos beligerantes assustou a Europa. O receio permitiu ao caso português ser encarado com maior benevolência, precisamente o que interessava para promoção do afluxo de capitais em condições mais favoráveis. Em Maio de 1870, também tinha acontecido o fim da guerra entre o Brasil e o Paraguai e a maior disponibilidade de capitais continuava a manifestar-se. E isso era bom. É que, apesar dos ventos favoráveis, permanecia a necessidade de conter o *deficit*. E mais uma vez, o governo adoptou a velha fórmula, já aplicada outras vezes. Contraiu um empréstimo para pagar a dívida flutuante e ficou assim capacitado para começar tudo do zero, ou pelo menos para começar a fazer pagamentos mais suaves. Evidentemente que esta medida podia constituir uma panaceia de resultados nem sempre garantidos. O governo português costumava sentir-se mais aliviado nos quantitativos a pagar e tendia para a relaxação. Criava novas dívidas e com elas satisfazia outras necessidades que con-

siderava pertinentes. No discurso da Coroa de 1873, o rei mostrou como as coisas aconteciam. E deu o aval:

> "Usando da autorização concedida pela Carta de Lei de 3 de Março de 1858 contratou o governo um empréstimo que se realizou em, parte, com o produto do qual ficou o Tesouro habilitado a pagar quase todas a dívida flutuante contraída mas praças estrangeiras. Igualmente usou o governo da autorização que lhe confere a Carta de Lei de 2 de Julho de 1867 para a construção do caminho-de-ferro do Minho cujos trabalhos foram começados e progridem com sensível adiantamento." – (*O Comércio do Minho*, 4 de Janeiro de 1873).

A sessão legislativa de 1873 não foi diferente das outras. Um mês depois de aberto o parlamento, ainda se discutia a resposta ao discurso da coroa. Assim fora sempre e o gasto de tempo com essa inutilidade obrigava a que no final de Março, quando o tempo começava a escassear e a sessão legislativa estava prestes a terminar, fossem aprovadas medidas, algumas das vezes quase sem discussão. A falta de tempo a isso obrigava.

Em 7 de Janeiro de 1873, o ministro da fazenda reconheceu no parlamento que a receita prevista nas propostas fiscais do ano anterior não fora atingida e apresentou propostas tendentes a regularizar a cobrança. Declarou ter esperança de reduzir o *deficit* para uns aceitáveis 700 contos. As esperanças eram uma outra constante da governação. O resultado obtido era sempre pior do que o que tinha sido previsto. No ano económico de 1872-73, o governo imaginava atingir um *superavit* de 27 contos e o saldo final foi um deficit de quase 3 mil e trezentos. No ano seguinte, a previsão apontava, como vimos trás, para um *deficit* de 700 contos. Acabaria por se fixar em mais do dobro. Havia sempre mais alguma despesa *indispensável* a realizar. E não era apenas uma questão de obras. Em 1875, no dia 8 de Janeiro, o *Jornal do Minho* noticiou a compra de uma corveta, completamente sem sentido. Terá ficado por um dinheirão e tornava-se quase inútil, por vir desacompanhada de tudo o mais que era necessário para que correspondesse ao seu fim. Este mesmo jornal bracarense, ligado ao partido histórico, pareceu encarar a situação como uma fatalidade:

> "Já se decretou a revisão das matrizes prediais, a receita vai, pois, aumentar por isso que segundo as recomendações do governo terá considerável aumento; mas porque ainda assim não chegarão as rendas públicas para satisfazer as enormes despesas que se esperam, os des-

> perdícios que são apanágio deste governo, as grossas fatias que se hão-de continuar a repartir pelos compadres e afilhados, virão os suprimentos do tesouro aumentar espantosamente a cifra já descida da dívida flutuante, para cuja consolidação total há um ano se contraiu a enorme soma de 38.000 contos de reis nominais. E será esta a obra do governo: gastar sem conta nem medida, aumentando prodigamente a dívida pública sem haver dinheiro possível que o faça postergar sempre as reformas úteis e indispensáveis como as administrativas e de instrução pública e largar só o poder quando chegar a hora tremenda das dificuldades e dos embaraços em que a ilusão seja já impossível. Fartar, pois, enquanto a onda popular não cresce, e não cospe o governo no abismo do nada, de onde para bem do país nunca mais deverá ter saído desde que a última vez lá foi arrojado." – (*Jornal do Minho,* 5 de Janeiro de 1875).

Teria sido importante acompanhar os seis anos da governação de Fontes Pereira de Melo, tendo por base um órgão da imprensa regeneradora de Braga. Infelizmente isso não foi possível. Desaparecido de cena no final de 1872, *O Bracarense* terá sido substituído pela Regeneração. Infelizmente não existem exemplares deste periódico em número suficiente que nos permitam uma apreciação mais alargada. Resta-nos o *Comércio do Minho*, que sendo igualmente conservador, se inscrevia na área legitimista, assumindo dentro dela uma neutralidade política enervante. O *Comércio do Minho* era um periódico doutrinário e religioso que evitava imiscuir-se nas tricas partidárias entre os regeneradores e os históricos e o seu alheamento empobrece as análises que seria possível realizar. Era de uma forma geral um jornal coerente no seu discurso conservador. Mas por vezes surpreendia pela negativa. Uma dessas vezes aconteceu logo em 1873. Criticado a respeito do real d'água por um periódico que não identifica, mas que provavelmente seria a *Regeneração*, o *Comércio do Minho* insurgiu-se, afirmando que *tem direito a ter as suas próprias opiniões*. Mas dois meses depois emitiu uma opinião extraordinária sobre a liberdade de imprensa:

> "O liberalismo pondo em dúvida tudo quanto existia bom ou mau sem discernimento algum, abrindo os diques a todas as ruins paixões abalou a autoridade divina e humana, desprestigiando os prelados e os ministros do altar, o chefe de estado, os seus ministros e as autoridades desde a mais superior à mais inferior." (…) " A imprensa, que, bem regulada é hoje um grande instrumento, religioso e social; e mal regulada é um veneno deletério, uma alavanca poderosíssima e terrível para derrubar a sociedade." (18 de Março de 1873).

A governação regeneradora, que se estendeu até 1877, foi muito homogénea. Poderia ser resumida em poucos tópicos: empréstimos, acrescentamento de despesas e alargamento da carga fiscal para cobrir as despesas decididas.

Um dos melhoramentos que se concretizou em 1875 diz respeito a Braga. Em Maio desse ano, a cidade ficou finalmente ligada à rede ferroviária. Como referimos em dois capítulos intitulados *O 2º governo do Marquês de Loulé* e *Da Fusão à Janeirinha*, a questão do comboio despoletou uma polémica que envolveu o seu traçado. Embora o negasse, Braga pretendia, naquele ano de 1867, colocar Guimarães fora da viação ferroviária. Pelo menos não queria que Guimarães recebesse a locomotiva antes de esta atravessar Braga. O seu grande desejo era uma linha que ligasse directamente ao Porto e que prosseguisse depois em direcção a Barcelos, de onde partiria para a fronteira. Argumentava que a alternativa a este desejo era muito mais cara. Achava que se Braga fosse servida por uma linha que chegasse cá vinda de Guimarães, os acidentes de terreno implicariam mais obras e mais despesas. Desconhecemos as razões que levaram o traçado adoptado a ser aquele que existe hoje. Braga conseguiu derrotar Guimarães, que durante momentos ficou sem ligação ferroviária. Mas teve de pagar um preço. Ficou servida apenas por um ramal. Pelo meio ainda foi proposto um projecto liderado pelo capitalista João Evangelista de Sousa Torres e Almeida, que no essencial retomava a directriz desejada por Braga. Mas seria um projecto recusado pelo governo devido ao custo.

Muitos anos depois, em 11 de Setembro de 1926, o *Correio do Minho* relatou o que se terá passado naqueles tempos:

> "Fazia-se o estudo da linha do Minho e como na Associação Comercial desse tempo houvesse uns três ilustres e inteligentes patriotas que não levavam a bem que o caminho-de-ferro passasse primeiro em Guimarães do que em Braga, aproveitaram o ensejo da vinda a esta cidade do ministro das Obras Públicas e, caladamente conseguiram fazer-se apresentar como representantes da opinião da cidade, pedindo para que ela fosse terminus de linha e não simples estação de passagem. O ministro ainda lhes fez ver que Braga lucraria muito com o traçado estudado, mas como Braga pedia com tanto empenho, ele ordenaria uma variante. Passaram-se meses e quando se soube da patetice dos homens, houve um grande movimento de protesto e o governo comprometeu-se a voltar ao antigo traçado com a condição porém de que Braga teria de pagar as despesas dos estudos da variante, o que a poucos contos de reis montava. Apelou-se para a Câmara, mas como esta era

> da mesma política dos pataratas, sacudiu a água do capote, a politiquice fervilhou e ficou Braga terminus de linha e não estação de passagem. Berrou-se muito ali pelas lojas da má-língua, uns a favor, outros contra o ramal de Nine, conforme eram da política da Câmara ou do partido contrário e todos sabem hoje o que devemos aos patriotas desses tempos. Braga viu-se sem ligação fácil, coda e rápida com o Alto Minho. Nasceu logo o desejo de levar daqui um caminho-de-ferro de via reduzida a Monção, atravessando Vila Verde, Barca, Arcos, até àquela vila. (...) O assunto foi muitas vezes versado e como no ministério estava um filho desta cidade, o conde de Paçô Vieira, fez-se o concurso dos caminhos-de-ferro do Alto Minho, que a princípio tiveram uns concessionários, homens de negócios pela certa e depois outros que há 20 anos andam a acenar com eles, mas que até hoje não têm passado do papel."

Ainda antes da inauguração da linha, já o traçado adoptado estava lamentado na imprensa da cidade. Curiosamente, as culpas são apontadas ao governador civil, uma personagem de Guimarães. Em 22 de Janeiro de 1875, *O Brado Liberal* escreveu:

> "Por mais de uma vez temos incitado as atenções dos bracarenses, para não perderem de vista o caminho de ferro do Porto a Braga. Temos-lhe feito ver que se enganam decerto, supondo que esta nossa cidade fica em condições vantajosas como imagina muita gente ficando como fica na ponta de um ramal de umas três léguas de extensão. Ao Ex.mo governador civil do distrito – a querer mostrar-se advogado dos interesses de Braga – cumpriria ter-se esforçado ante as estações superiores do governo para que daqui se estudasse a saída do caminho-de-ferro para o Alto Minho e não desde o entroncamento de Nine. Não o fez no entanto assim o Ex.mo visconde de Margaride: e não sabemos o que Sua Ex.ª poderá dizer de convincente aos que o acoimarem de querer sacrificar esta cidade, não instando com o governo para se adiantar o quanto antes a estrada daqui a Chaves, ao passo que se promovem outras vias de comunicação que ligam a toda a rapidez com o Porto a província de Trás-os-Montes. (...) Se os bracarenses deixarem correr este negócio à revelia – ao mesmo tempo que não se ultima com rapidez a estrada daqui a Chaves, e se levam à execução outras vias de comunicação de Trás-os-Montes com o Porto, contem decerto os bracarenses com a morte social de Braga."

Ainda em 1874 o mesmo jornal alertaria para a asneira que se desenhava. Opinava que aqueles que se esforçaram em Braga por tirar um olho a Guimarães iriam reconhecer em breve, por castigo da sorte, que tiraram os dois olhos a Braga. Relembrou que os vimaranenses já estavam ligados à cidade invicta através de Bougado e

que assim Braga não pudera evitar aquilo que mais temia, isto é, o enfraquecimento das suas ligações comerciais com o Porto. Achava que a linha devia sair do Porto até às proximidades de Guimarães e que daí devia rumar até Braga, por terrenos menos acidentados e menos custosos. Só daqui partiria mais para norte (*O Brado Liberal*, 27 de Novembro de 1874). Em 25 de Dezembro deste ano, o mesmo periódico voltou a pôr o dedo na ferida:

> "Quem tiver de dirigir-se para este caminho-de-ferro, quer do sul para o norte, quer do norte para o sul, só por excepção especial se dirigirá de Nine a Braga Isto é mais claro que a luz do dia. O contrário é fechar os olhos à verdade. Quem viesse do norte para o sul ou do sul para o norte, tomaria bilhete de viagem para Braga se por aqui passasse o caminho-de-ferro do Minho. E em Braga tomaria depois o bilhete da direcção que tivesse de seguir, demorando-se decerto algumas horas ao menos no Bom Jesus do Monte e algumas horas ao menos por consequência nesta capital do Minho. Com estas demoras lucrava a cidade sempre, como ninguém pode contestar. O viajante do caminho-de-ferro do Minho não saía de Braga sem a ver, sem gozar dos seus arredores aprazíveis e encantadores. Com o entroncamento em Nine, passarão os viajantes de uma direcção à outra, subirão do sul para o norte e descerão do norte para o sul sem se lembrarem sequer de Braga, com prejuízo manifesto dos bracarenses. Quando aqui esteve ultimamente o Ex.mo Ministro das Obras Públicas dirigiu-se uma comissão de bracarenses a Sua Ex.ª representando-lhe a conveniência de se remediar ainda esta fatalidade para Braga, ordenado Sua Ex.ª que daqui se estudasse para o Alto Minho a continuação do caminho-de-ferro em lugar de se continuar desde Nine. Não atendeu Sua Ex.ª a comissão."

Em 21 de Abril de 1875, ainda antes da abertura oficial da linha, acontecida só em 20 de Maio com a presença do rei, ocorreu a viagem inaugural. Vieram do Porto imensos populares e a polémica estalou. Os portuenses comportaram-se mal, achincalhando a imagem conservadora de Braga. Aliás, os desaguisados entre os populares das duas cidades repetiram-se noutras alturas. Até *O Brado Liberal*, jornal ligado ao partido Progressista e supostamente não visado nos ataques, se incomodou com os visitantes. Quanto ao *Comércio do Minho*, preferiu ignorar o sucedido. Alegou que o jornalista passara por um incómodo, não assistindo à chegada do comboio. Leiamos O *Brado Liberal*:

> "No meio dos visitantes do Porto a Braga, nesse dia festivoso para esta capital do Minho, vieram infelizmente alguns insofridos que podiam aqui ter produzido cenas desagradáveis – enlutadoras do rego-

> zijo geral da ocasião. Adversários em excesso contra a toada reaccionária de Braga, motejaram algumas pessoas nas ruas e nos cafés assim como nas hospedarias com chascos impróprios de quem ama do coração na liberdade e o progresso. Sentimos e lamentamos este proceder censurável, como campeão cordial que somos do século, em que ao lado do mote liberdade e progresso, inscrito no estandarte da civilização, folgara como base inconcussa o lema tolerância e respeito. (...) Insultar os reaccionários a torto e a direito, abusando da nossa posição de vencedores contra os vencidos – chasquear d' envolta com eles a cidadãos liberais e a pessoas alheias a sistemas políticos – é uma acção inqualificável, sem nome aviltador apropriado, ainda no vocabulário das abjecções mais torpes e degradantes." (23 de Abril de 1875).

Nesta viagem inaugural os pobres não foram esquecidos:

> "Para comemorar este faustoso acontecimento os barraqueiros estabelecidos na feira de S. Marcos deram também um bodo a 74 pobres que teve lugar no recinto da mesma feira, às 2 e meia horas da tarde e constou de sopa, cozido e arroz, assado, laranjas e vinho. No fim foi distribuído a cada um uma esmola de 100 reis e cigarros e charutos, que lhes foram generosamente oferecidos pela Casa Havanesa."

Em 1875 apareceram sinais de uma viragem política. Já aqui tínhamos constatado, que logo depois da chegada dos regeneradores ao governo, a oposição ficara anestesiada, perdida. Enquanto aguardavam melhores momentos para agir, os reformistas e os históricos foram construindo uma identidade comum. Seria em 1875 que os dois partidos se fundiriam no chamado Pacto da Granja. E assim nasceu o que se passaria a chamar Partido Progressista. A partir daqui a oposição tornou-se mais forte. Aliás, esta alteração política já se sentia nos anos anteriores. Em 1875 nasceu o Partido Socialista e no ano seguinte seria a vez do Partido Republicano. Os republicanos depressa ganharam notoriedade. Mesmo nas aldeias mais recônditas se discutia a ideia da República, embora isto não queira dizer que as opiniões fossem maioritariamente favoráveis. Ser republicano era muito diferente de ser socialista. Enquanto os republicanos pertenciam frequentemente às classes letradas e se isso acontecia eram respeitados, os socialistas, sobretudo nas terras mais pequenas, concitavam as desconfianças resultantes da sua condição de inimigos de Deus, grevistas e desordeiros. Para além dos novos partidos emergentes, estava a nascer uma nova mentalidade não ligada à acção política, tributária de um pensamento mais livre e independente. Tal-

vez tudo isso tenha resultado dos reflexos das Conferências do Casino de da Comuna de Paris, que teriam começado a criar a ideia de que tudo podia ser objecto de crítica. Em Braga, esta nova maneira de encarar a realidade materializou-se no surgimento de alguns jornais efémeros, com características nunca vistas até então. *A Borboleta* foi uma publicação dedicada às damas bracarenses. Iniciou a sua publicação em Março de 1876. *O Palrador* apresentou-se ao público em 1872. No livro intitulado a *Imprensa Bracarense,* Lopes de Oliveira apontou este jornal como um quinzenário humorístico. Mas *O Palrador* estava muito longe do humorismo. O jornal dedicava-se à crítica. E por vezes era incisivo. Percorrendo os números disponíveis, verifica-se que põe a nu os abusos do carcereiro, chama a atenção para os maus padres, não poupa as Irmandades incumpridoras dos seus deveres funerários, critica o comportamento dos populares dentro do cemitério, aponta as irregularidades dos cónegos na gestão dos fundos de pessoas falecidas, não se esquece das amantes dos cónegos, relembra o desvio de dinheiros na Sé, etc., etc. Resumindo, não poupa a podridão dominante. *O Espreitador*, que começou a publicar-se em 1876, foi outro caso semelhante. Definia-se como jornal de oposição aos abusos das mesas administradoras das Irmandades e das Confrarias. A sua leitura deve ter espantado os bracarenses.

Em 1876 também houve crise financeira. Para o seu desencadeamento talvez tenha havido a combinação de dois factores aparecidos em momentos diferentes. Por um lado, é conhecido que nos anos anteriores a 1876 existiu uma guerra entre o Brasil e o Paraguai, muito penalizadora do afluxo de capitais provenientes daquela antiga colónia portuguesa. A situação resolveu-se em Abril de 1870, mas teve consequências. Os capitais brasileiros começaram a fluir mais intensamente, e criou-se o problema de encontrar uma aplicação lucrativa para eles. O dinheiro abundante levou muitos capitalistas a encarar a actividade bancária como o meio mais expedito para reproduzir os seus capitais. Assim nasceram bancos em quantidade não comportável para a dimensão de um país tão pequeno como o nosso. Entre 1873 e 1875, Portugal assistiu ao nascimento de 39 bancos e a concorrência entre eles era forte. Numa fase inicial, muitas destas jovens casas bancárias foram atraídas pelo jogo especulativo com fundos espanhóis. Parecia ser o único recurso de que dispunham. A situação manteve-se estável até ao momento em que o

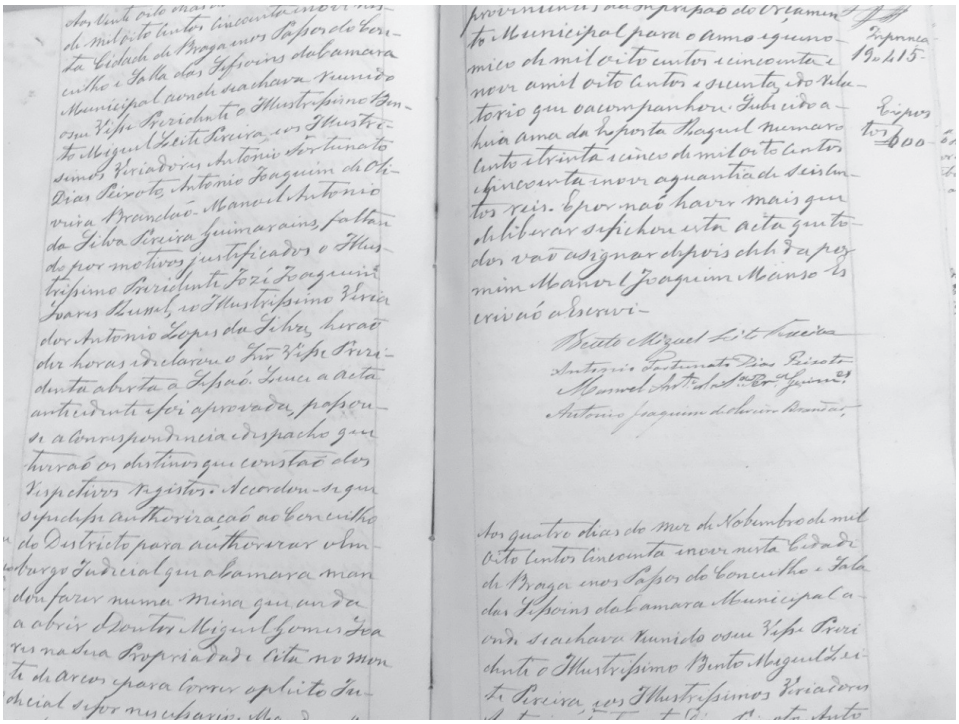
país vizinho mergulhou numa guerra civil que opôs os monárquicos constitucionais, os legitimistas e os republicanos. Foi uma guerra que se estendeu entre Março de 1873 e Setembro de 1874. Mas mesmo depois de terminado o conflito, os seus efeitos mantiveram-se nos anos seguintes. A desorganização completa da economia espanhola era agora a questão a enfrentar.

Já em 12 de Fevereiro de 1875, o *Jornal do Minho* pressentia o problema. Vejamo-lo:

> "A verdadeira, a sólida riqueza de um povo não se mede pelas algibeiras de uma pequena parte dos seus habitantes, que liquidaram as suas fortunas ganhas no Brasil e vieram com elas produzir na mãe pátria essa febre bancária que, Deus queira, não degenere em breves tempos num tifo, que leve a morte a muitos desses bancos que para aí regurgitam e com eles sejam arrastadas à desgraça milhares de famílias."

Instalada a crise, o *Comércio do Minho* deu mostras de não a entender.

> "Apareceu e espalhou-se na cidade do Porto um impresso anónimo censurando as direcções dos bancos por se negarem a fazer descontos de letras. Parece-nos que esta censura é algum tanto injusta: e que se os bancos suspenderam os descontos é porque assim o entenderam as suas direcções; são medidas que ninguém pode taxar de injustas sem que primeiro saiba a causa por que foram adoptadas, que segundo o nosso entender não é mais do que uma precaução e uma prevenção bem acertadas." – (26 de Maio de 1876).



Estas duas actas, escritas pelo secretário Manuel Joaquim Manso, têm curiosamente poucos erros ortográficos

Mas poucos dias depois, em 11 de Junho de 1876, o mesmo periódico assustou-se com a falência, no Porto, do Banco Agrícola e Industrial da Estremadura. Para ele, a culpa residia na agiotagem dominante que retirou a crise da esfera financeira e a transportou para a economia, promovendo a falência de muitos negociantes criadores de empregos. E, fiel ao seu lado mais moralista, apresentava as soluções que lhe pareciam ser mais pertinentes:

> "Desenvolveu-se há pouco na praça do Porto uma crise comercial que teve fatais consequências para algumas casas bancárias, que fazem importantes transacções sobre papéis de crédito público e que assim mesmo produziu a quebra de alguns negociantes que não duvidaram arriscar fortunas inteiras no jogo especulativo de fundos espanhóis que estão tão depreciados, como abatida a Espanha depois da luta sangrenta que a dilacerou. (...) Destas dificuldades se vão ressentindo algumas das nossas províncias mais populosas, aonde o povo,

> muitas vezes desesperado, *tem recorrido a meios violentos para atender à sua subsistência*, que corre risco de perigar, visto que ele não pode chegar ao alto preço que os géneros têm no mercado. (...) Permita-se a entrada livre de direitos de alfândega aos géneros de primeira necessidade, destinados ao abastecimento dos nossos mercados, mas sobrecarreguem-se os objectos de luxo, que há sido causa de muita ruína; não se permita até a importação de artigos estrangeiros, que vêm disputar competências com os nacionais e por este modo a indústria portuguesa, animada e fomentada por um governo sábio e protector crescerá e prosperará a par da agricultura, que lhe ministrará os seus produtos."

A reaparição dos sinais de crise no final de Agosto de 1876 levará o *Comércio do Minho* a reflectir novamente sobre as causas, procurando-as no discurso de outros órgãos de imprensa. Adoptou como suas as afirmações do Primeiro de Janeiro, segundo o qual no centro do problema estava o luxo imoderado e imprudente, nas necessidades novas que hoje são imperiosas e que ontem nem sequer lembravam a ninguém e num certo prurido de enriquecer depressa e com pouco trabalho. E concluiu:

> "A sociedade, voltando costas a Cristo, deixou-se impregnar de sensualismo, que lhe trouxe o luxo, o egoísmo, a ambição, em suma todos os vícios que a vão minando e destruindo nos seus diferentes modos de ser." (20 de Agosto de 1876).

A segunda fase da governação de Fontes Pereira de Melo aconteceu num quadro muito diferente da situação vivida nos anos de 1871 e 1872. O país começava a cansar-se e a oposição apresentava-se muito mais aguerrida. Um exemplo significativo desta nova realidade foi-nos dado em Janeiro de 1875, quando a oposição bracarense decidiu fazer frente às autoridades na eleição da comissão de recenseamento. Esta comissão, escolhida pelos 40 maiores contribuintes, era uma peça muito importante nas falcatruas eleitorais. Era ela que elaborava a lista dos eleitores. Dominá-la era meio caminho andado para atingir as vitórias eleitorais que se desejavam. Seria mais fácil afastar eleitores da oposição e acrescentar indevidamente figuras amigas da situação. Normalmente, os 40 maiores contribuintes evitavam enfrentar as autoridades constituídas, receosos de retaliações que pudessem prejudicar os seus negócios. Mas nesse ano a reunião não foi pacífica. Apenas compareceram 33 dos quarenta convocados. O presidente da Câmara, pertencente ao partido regenerador, mandou que os presentes, apoiantes da sua lista, se

colocassem à direita e os que discordavam o fizessem à esquerda. Foram oito os discordantes e 25 os apoiantes, números que o presidente considerou suficientes para considerar eleita na *totalidade*, a lista que patrocinava. E assim seria se, de acordo com a lei, mais de três quartos dos presentes apoiassem a sua lista. Em caso negativo o grupo dos vencidos tinha o direito de indicar um nome para entrar na composição. Neste caso, oposição protestou e recorreu para o Conselho de Distrito, que se declarou incompetente para dar um veredicto. Aliás, desconhecemos a forma como o problema foi resolvido. Os termos em que a oposição fez o seu protesto foram os seguintes, de acordo com o *Jornal do Minho* de 18 de Janeiro de 1875.

> "Diz o Art.º 24 do citado decreto: o presidente da Câmara lhe proporá sete cidadãos para formarem a comissão de recenseamento. Se esta proposta foi aprovada por mais de três quartas partes dos membros presentes, ficará eleita a Comissão de recenseamento. Ora é evidente que esse *mais de*... entre indivíduos eleitores, não pode deixar de ser, pelo menos um indivíduo, porque a lei não podia considerar fracções de voto; e que sendo as três quartas partes exactas de 33, vinte e quatro e três quartos, mais das três quartas partes, não podiam deixar de ser vinte e quatro e três quartos mais um, isto é 25 e três quartos, precisando por isso a proposta feita, para vingar na sua totalidade, de ser aprovada por 26 eleitores, pois que não podia partir-se um eleitor em quartos para a proposta poder será provada por 25 e três quartos exactamente."

Começavam a discutir-se *fracções* de eleitores.

Os ataques ao governo regenerador começaram a multiplicar-se. Alegando que o ministério caracterizara o estado financeiro como próspero, a oposição propôs a extinção das deduções aos funcionários públicos, medida que foi aprovada. Também foi sugerido o fim do adicional de 40% sobre a contribuição predial, opção que foi rejeitada com o argumento de que o estado financeiro do país o não permitia... Em 5 de Março, o partido progressista de Braga resolveu, pela voz do *Jornal do Minho*, cavalgar o descontentamento religioso. Mimetizou a postura que os regeneradores adoptavam quando ficavam confinados à oposição. Repare-se no tom respeitoso utilizado:

> "Acham-se em almoeda os bens das Igrejas e a sua alienação está-se efectuando a retalho e quase em surdina. Assim se opera a transmissão deste importante património do poder dos párocos para o

> dos especuladores e agiotas. E que benefícios há a esperar de tal medida? Que reforma de subido alcance premedita o governo fazer com o produto de tais bens? Projecta-se, dizem, estabelecer a precisa e conveniente dotação do clero. Não dos insurgimos contra a ideia. Reconhecemos a importância que os serviços do clero podem e devem prestar; e que para ele se desempenhar condignamente da sua missão augusta, tem de se premunir com muitas habilitações, que nem se alcançam com grandes sacrifícios e trabalhos, nem se procuram sem esperanças no futuro. É mister pois que tais serviços sejam devidamente remunerados. (...) Dissipados, pois aqueles meios, prepare-se o povo para os ministrar por inteiro e exclusivamente à custa do seu trabalho. (...) O povo dorme porque da parte da oposição não há quem saiba nem queira acordá-lo. Os agitadores, os revolucionários estão todos em volta do governo. Se os regeneradores estivessem fora do poder e presenciassem o que se está vendo; que celeuma, que perfídias, que meios indignos não teriam empregado para o assaltarem! Quantas excomunhões não teriam dardejado! Quantos impropérios e calúnias! Como teria feito ressoar os campanários e alborotado o povo, acendendo tumultos e revoltas."

Dias depois foi a vez de ser referida a excessiva dívida flutuante que, em 21 de Dezembro de 1874, se aproximava dos quatro mil contos. Dizia-se que apesar do aumento das receitas, o mesmo acontecera com as despesas, sempre pressionadas pelos esbanjamentos e desperdícios crescentes. Em 19 de Março de 1875, o *Jornal do Minho* apresentou os valores do *deficit*, que apesar de mais mitigado, continuava a existir. Em 19 de Janeiro de 1877, menos de dois meses antes da queda de Fontes, o *Jornal do Minho* comparou os números do *deficit* com as promessas feitas no início de cada ano económico. Os resultados eram esmagadores. Em 1874-75, em vez do prometido equilíbrio orçamental sucedeu um *deficit* de 2593 contos. Situação semelhante aconteceu em 1875-76, quando o prometido *deficit* de 977 contos se transformou na realidade bem mais amarga de 2843. Quanto a 1876-77, a promessa apontava para um desequilíbrio de 1003 contos. Infelizmente a realidade mostraria um *deficit* de 3888 contos, até ao momento em que o artigo foi escrito. Restava o ano de 1877-78, onde o prometido *deficit* de 1682 contos se transformaria afinal na previsão da falta de 4000 contos, de acordo com a opinião do jornal. Nem um só ano se salvou...

E também surgiram alguns escândalos. Dizia-se que os ministros utilizavam a sua autoridade para beneficiar amigos. Apontava-se o caso da concessão de uma linha do caminho-de-ferro entre Cacilhas e Pinhal Novo. No início de Fevereiro, o governo foi interpelado

no parlamento sobre este caso, gerando-se uma prolongada discussão que se estendeu durante três sessões. Embora a proposta de censura oposicionista tivesse sido rejeitada, a oposição não esmoreceu. Continuou a luta num plano diferente, tentando envolver os populares na rejeição do ministério.

Em 29 de Março de 1876, o *Comércio do Minho* noticiou um comício antigovernamental realizado dez dias antes no Casino Lisbonense. Um deputado histórico propusera aí que o governo fosse responsabilizado criminalmente, devido ao caso da linha de comboio de Cacilhas atrás referida. E em 26 de Março corria o boato de que os históricos de Braga projectavam realizar um *meeting* semelhante. Parecia que o cerco em volta do governo se começava a apertar. O *Comércio do Minho*, que até aqui cultivara sempre uma imagem de equidistância relativamente às diferentes facções liberais, pressentiu o fim de uma época e vacilou. Começou, em 31 de Março de 1876, por publicar a carta de um leitor que justificava a sua preferência pelos regeneradores.

> "Li e também ouvi dizer que é o Partido Histórico, o promotor da tal patuscada que se anuncia para breve e que o seu fim é representar ao chefe de estado contra a actual situação política. Muito bem. Mas que motivos fundamentam essa pretensa representação que o partido que menos confiança merece ao povo pretende levar aos degraus do trono? Que significa um meeting nas circunstâncias actuais? Estas perguntas são de resposta fácil O corrilho que tem sido mais nefasto ao país, o partido caluniador dos Lazaristas, o partido que advoga a liberdade de cultos, o partido que professa as ideias mais avançadas, o partido que pretende descristianizar o reino fidelíssimo, finalmente o partido histórico, convicto da sua impotência para por meios dignos empolgar o poder, que devora com olhos famulentos, procura somente concitar o povo à desordem, a fim de realizar as suas ambições desmarcadas. (...) Lembrai-vos que partido Histórico é o mais hostil à religião santa que professais e o menos zeloso dos vossos interesses. Se ele quiser fazer de vós o fácil joguete de suas ambições ominosas, repeli-o com desprezo e indignação."

Dez dias depois, não seria necessária a tomada de posição de um leitor preocupado. O próprio jornal afirmou explicitamente que lhe era *indiferente* o gabinete ser composto de históricos ou de regeneradores, *embora preferisse estes àqueles porque os factos lhe impunham essa preferência*. Quer isto dizer que afinal o jornal sentia uma indiferença muito, muito pequenina... Em Outubro, o *Comércio do Minho* voltaria à carga, sugerindo que entre dois males inevitáveis era lícito

escolher o melhor. Do mal, o menos, lembrava ele sabiamente o adágio português...

No final de Julho de 1876 houve mais um episódio desgastante para os governamentais. Os estudantes liceais de Coimbra manifestaram-se contra aquilo que consideravam ser reprovações excessivas nos exames. E as autoridades reagiram muito mal. As balas apareceram e atingiram um popular que acabaria por falecer. A cidade culpou as autoridades e o *Comércio do Minho* sentiu necessidade de vir a terreiro defender o governo de Lisboa que considerava alheio aos acontecimentos. Sustentou que em vez de utilização de tiros, o problema se teria resolvido facilmente com umas palmatoadas. Em 30 de Julho apresentou uma *solução* que preveniria futuras manifestações de descontentamento. Segundo ele seria conveniente a existência de liceus também nas terras mais pequenas...

> "No estado em que estão as coisas, reduzidas as escolas às capitais de distrito, onde pela careza de subsistências e facilidade da pândega, poucos são os pais em circunstâncias de sustentarem seus filhos, nunca haverá verdadeira instrução. (...) A juventude cursando *sob a vigilância paterna* ou de zelosos superiores as primeiras aulas secundárias, habituar-se-ia melhor ao estudo e quando fosse chamada a completar a sua carreira literária nos grandes centros de população, iria já melhor prevenida contra o veneno da corrupção e da libertinagem que mais afecta uma idade de todo inexperiente."

O ano de 1875 foi marcado em Braga pela existência de dois actos eleitorais. O primeiro destinou-se a preencher um lugar deixado vago no parlamento, quando o deputado aqui eleito preferiu representar outro círculo. Quando o governo tentou impor um desconhecido da sua confiança chamado Lopo Vaz de Gouvinhas, os bracarenses reagiram. Foi organizado um meeting que contou com a presença de 400 ou 500 participantes, segundo *O Brado Liberal* de 26 de Julho. A escolha recaiu no Conde de Bertiandos que foi desde o início encarada pela oposição como uma questão decisiva. A campanha foi marcada por alguns episódios curiosos, como a publicação de versos contra o candidato oficial e contra o seu principal apoio na cidade, Jerónimo da Cunha Pimentel. Contra este político, também circulou um impresso onde era apelidado de fera;

> "Aviso aos amadores de feras – Transpôs os umbrais desta cidade, um animal de nova espécie, um verdadeiro aborto, assombro e pasmo das aldeias e vilas por onde tem passado, animal híbrido que participa

> do leão e do urso... um horror! Cidadãos! Quando encararem o monstro, cuidado! Nem um movimento, nem um gesto, nem um olhar equívoco; quando não ficam filados. Cidadãos! Há aí alguém que deseje ver a fera? Mostra-se todos os dias das 8 horas da manhã até às sete horas da tarde, no Campo das Carvalheiras. Esperamos numerosa concorrência. Até ao dia 16 temos fera, depois recolhe-se à floresta."

A vitória do Conde de Bertiandos foi um acontecimento muito festejado pela oposição. Foi badalado nas páginas do *Jornal do Minho* durante um mês. Até foi realizado um Te Deum. Também serviu para promover ataques ao Governador Civil. Poucos dias antes da eleição, alguns apoiantes do Conde de Bertiandos foram perseguidos por caceteiros a soldo da candidatura adversária. Dirigiram-se ao Governador Civil que os acalmou. Mesmo assim telegrafaram ao Ministério do Reino que adoptou medidas, fazendo com que circulassem pelas ruas algumas patrulhas de cavalaria. Repetindo-se posteriormente o incidente, alguns dos caceteiros, depois de pressionados e encurralados, declararam, na presença do governador civil, que trabalhavam a mando do Sr. Alves Passos, o nosso conhecido deputado por Vila Verde. Instado para que prendesse aquela gente, o visconde de Margaride preferiu ser mais suave, dizendo para irem para casa e que se voltassem a aparecer os mandaria meter na cadeia. E o articulista do *Jornal do Minho* concluiu com ironia:

> "O Sr. Governador Civil não tinha *ordem* para prender os caceteiros."

O segundo acto eleitoral destinou-se à escolha da nova Câmara. Também aqui se realizou um meeting do S. Geraldo e nele tiveram destaque os políticos históricos mais conhecidos. Contrariamente ao que sucedera na eleição anterior, o *Comércio do Minho*, isto é, os miguelistas, preferiram apoiar o candidato proposto pelo governo. Era uma lista quase clandestina, que só o *Comércio do Minho* teve a coragem de apoiar frontalmente, mas que recebia a simpatia escondida dos regeneradores. De nada lhes valeria. A razão que o *Comércio do Minho* alegou para o seu apoio ao governo fazia jus à sua natureza:

> "A vossa lista não nos serve porque tem nomes que podem citar-se como modelos de péssima administração dos próprios bens; e nós queremos para camaristas quem saiba administrar os bens do município porque a fazenda é nossa. (...) A vossa lista tem nomes que foram

> de Braga a Lisboa dar votos de louvor ao autor e caluniador dos Lazaristas e que aqui se empenharam contra a autoridade para a forçar a consentir na representação de tão monstruosa peça no dia do aniversário de Pio IX – e que conseguiram, dando assim uma bofetada nas faces do Vigário de Cristo e de todos os verdadeiros católicos bracarenses! Tais camaristas não nos servem. A vossa lista tem nomes que, nas horas de maior ternura, fazem gala de andar por aí de braço arregaçado mostrando certos emblemas maçónicos gravados na pele a tintas de cor; e este povo preza-se de ser católico." (7 de Novembro de 1875).

Nos cinco anos e meio que durou o governo de Fontes, manteve-se a política de melhoramentos materiais do município, pelo menos na vontade de os fazer. Em 1873 a Câmara fez um ponto da situação. Na sessão de 17 de Março foram aprovadas várias obras que a edilidade considerava necessárias, no valor total de 97 contos. Encontrava-se lá de tudo: ruas novas, reparação de ruas antigas, embelezamento de praças, aformoseamento do Passeio Público, construção de um Tribunal de Justiça, construção de mercados e a reforma da Arcada da Lapa. Apenas ficou a faltar a intervenção no abastecimento de água. E naturalmente faltava também o dinheiro. Em Março de 1875 a Câmara decidiu contrair um empréstimo de 6.600$000 reis destinado ao mercado da Praça Municipal. Supostamente o mercado pagava-se a si próprio, com o arrendamento dos espaços. Nessa mesma altura, foi pedida autorização para que o empréstimo de 93 contos, ainda em execução, fosse elevado para 173. A proposta seria aprovada com modificações e para o seu pagamento, foram mobilizados os suspeitos do costume: as cargas fiscais sobre a carne e sobre o vinho. Observando as obras a que o imposto se destinava, constatamos algumas alterações relativamente à ideia manifestada em 1873. A mais importante delas talvez seja a cativação de 10 contos para o abastecimento das águas. Também foi contemplada uma verba de 2 contos para a uma planta da cidade, proposta por Francisque Goullard. Quanto ao abastecimento de águas, tratou-se de um propósito que não deve ter passado do papel. Embora durante o mês de Setembro de 1875, a Câmara tivesse decidido levantar as duas primeiras séries deste empréstimo, respectivamente no valor de 32 e de 22 contos, por aquilo que se percebe o abastecimento de águas não foi contemplado com nenhuma verba com capacidade estruturante.

Sempre que uma nova vereação entrava em funções, decidia as obras que considerava prioritárias. O problema estava nas verea-

ções seguintes, que possuíam ideias diferentes sobre o que seria necessário fazer e deixavam bloqueada a obra anteriormente decidida. Sempre tinha sido assim e isso prejudicava o avanço do progresso. Para evitar os inconvenientes, o *Comércio do Minho*, logo no início de 1874, propôs a elaboração e exposição pública de uma planta da cidade, que seria acompanhada da relação das obras consideradas necessárias. Isso permitiria ao público em geral, e também aos peritos e críticos apresentarem as suas sugestões. Evitar-se-iam os malefícios que o jornal enumerava:

> "Exemplifiquemos: Um proprietário deseja construir um prédio em determinado local; como sabe de antemão o plano de melhoramentos adoptados pela Câmara, manda levantar a planta e procede à construção de modo que as obras ulteriores do município lhe não vão inutilizar os seus trabalhos. Por omissão do prévio conhecimento desse plano, quantos indivíduos não se têm visto obrigados a abaixar ou recuar os seus prédios de que tinham licença moderna, seguindo as exigências das obras ultimamente encetadas?" (27 de Janeiro de 1874).

As forças mais conservadoras, onde o Comércio do Minho se incluía, estavam muito interessadas na melhoria da imagem da cidade. Queriam eliminar todos os entraves que pudessem atrasar o progresso material. O *Comércio do Minho* indicou qual era para si o ponto de partida desejado.

> "Resulta aos olhos a necessidade de se realizarem certos melhoramentos na terceira cidade do reino, que, se em alguns sítios é formosa, noutros faz lembrar uma aldeia desprezível e imunda. Está neste caso o bairro denominado das Travessas, porventura o mais bem colocado de toda a cidade, quando dignamente explorado e dotado dos melhoramentos que requer. Tem este bairro onze ruas e uma tortuosíssima que as corta, afora as ruas da Sé e dos Sapateiros, Não ignoramos que não está nas forças da Câmara o melhorá-lo de uma só vez. O que lhe compete porém é organizar o plano e dar começo à sua execução. (...) É de instante necessidade que as nossas câmaras saiam do estado de apatia em que sem ofensa particular a nenhuma das transactas vereações transactas, se há demorado." (27 de Janeiro de 1874).

Reparemos na expressão *aldeia desprezível e imunda*. Braga tinha de *parecer* moderna e o mundo rural possuía uma carga emocional negativa de atraso, que urgia eliminar da *terceira cidade do reino*. Braga não queria ser confundida com o mundo rural, não queria descer de escalão na hierarquia do progresso. E o sinal mais

óbvio da proximidade do mundo rural estava nas árvores. Estas eram portanto criaturas em perigo. Eram frequentes a referências noticiosas a vandalismo exercido sobre elas e nem sempre os culpados seriam os populares. Em 6 de Fevereiro de 1884, o *Comércio do Minho* apelidou o vereador encarregado dos arvoredos de personagem *arboricida*.

Pressionada pelo tempo seco que se fazia sentir durante o Verão, a edilidade enfrentava periodicamente o problema da falta de água. E fazia-o à sua maneira: estudando-o. Em Setembro de 1871 o vereador das águas estava convencido de que seria possível aumentar a produção e racionalizar o consumo do precioso líquido, introduzindo, à semelhança do que sucedia em Lisboa e noutras terras, um sistema de contadores. No fundo, o que ele queria era modernizar o abastecimento. O vereador convenceu a Câmara a proceder a estudos que infelizmente só principiariam no ano seguinte. No entender do Engenheiro Municipal, qualquer estudo devia ter por base um consumo de cem litros diários por cada um dos 20.000 habitantes. Mas o processo não avançou significativamente. As medidas propostas limitaram-se a uma reforma das torneiras que encaminhavam a água pública para as casas particulares. Pretendia-se com essa medida evitar que os particulares fossem contemplados com mais água do que aquela que tinham contratado. Simplesmente, o problema tinha uma dimensão muito maior. Na fonte da cadeia, no largo de S. Francisco, de acordo com o *Comércio do Minho* de 22 de Setembro de 1889, juntavam-se por vezes 100 cântaros para encher. A aglomeração de populares era tão grande, que se mostrou necessário um polícia para manter a ordem e evitar os insultos e os palavrões indecorosos. Alguns anos depois, em 8 de Agosto de 1896, o mesmo jornal explicou a forma como intermitentemente nascia e rapidamente era abandonada a ideia de reformar o abastecimento:

> "De ordinário entra-se para a Câmara com o espírito profundamente convencido da necessidade inadiável de abastecer a cidade de boa água. Porém, uma vez investidos os edis nos respectivos pelouros, surgem as pretensões audazes dos que votaram na lista vitoriosa, intervêm em favor destes ao magnatas políticos, satura-se o Paço do Concelho de uma atmosfera puramente partidária, intromete-se a municipalidade pelos meandros tortuosos de uma administração facciosa e os pobres vereadores atordoados pelo concerto infernal dos importunos famintos, estonteados pelas instâncias dos padrinhos que não se cansam de apelar para a obediência, disciplina e alta conveniência partidária, sufocados

> por aquela atmosfera viciosa e irresponsável, perdidos no labirinto em que inadvertidamente se internaram, acabam por deixar-se dominar e conduzir cegamente como sujeitos magníficos na mão de habilíssimos hipnotizadores. Depois... adeus melhoramentos, adeus espírito de rectidão e justiça. (...) Infelizmente as suas vereações atendem mais aos negócios da política partidária do que aos de interesse público."

Em 1876 as dificuldades do abastecimento mantinham-se. As esperas junto dos fontenários eram muito longas, criando conflitos não só entre os populares, mas também entre os militares e os paisanos. Mas a vontade reformadora limitava-se ao verão, quando as chuvas outonais ainda eram uma miragem. Quando elas apareciam tudo ficava esquecido, tudo se acalmava. No ano seguinte reatava-se a mesma comédia, com idêntico desenlace e assim sucessivamente. E isto aconteceu durante dezenas de anos. Em 1876, o vereador das águas, Fernando Castiço, resolveu verificar o estado das condutas. Estava convencido que as sucessivas vereações tinham boa parte da culpa, pois nada faziam. O relatório que faz, na sequência da sua vistoria é catastrófico. Vejamos:

> "Entramos em Infias pela primeira porta pertencente à Câmara Municipal. A poucos passos dela está uma latrina encostada à parede do cano da cidade. Por cima do cano um depósito de água podre e imundície. Parece que qualquer que seja o sistema de encanamento há-de com o tempo e pelo efeito da filtração alterar-se a excelente qualidade da água com que a natureza dotou as Sete Fontes. (...) Em seguida vêem-se as traseiras térreas de algumas casas assentes nas capas do cano. Outras fazem sobre ele despejos de águas servidas. Continua atravessando campos e hortas. As árvores estão quase encostadas às paredes do cano e as plantações caixas de todo encostadas A maior parte das árvores são choupos, a pior vegetação para vizinhança de um cano condutor de águas Ao sair do Areal há num coberto uma latrina e um galinheiro aos lados do cano e uma estrumeira sobre ele. Desse ponto para diante acabam as edificações, mas continuam as árvores, principalmente os choupos encostados às paredes do cano. (...) As caixas de água feitas há 140 anos com solidez, elegância e podemos dizer com luxo estão cobertas de hera e plantas, as portas velhas e algumas desconjuntadas e sem ventiladores." – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de 1874-76.* 10 de Março de 1876).

Em Fevereiro de 1875, de acordo com o *Jornal do Minho* de 5 de Março de 1875, nasceu na cidade um consórcio chamado Companhia Edificadora Industrial Bracarense. Como investidores lá estão

José Maria Rodrigues de Carvalho, o Visconde de S. Lázaro, Jerónimo da Cunha Pimentel, Henrique Guilherme Tomás Branco, Francisco de Campos Azevedo Soares, Henrique Freire de Andrade, João Carlos Pereira Lobato, Francisco Casimiro da Cruz Teixeira, António José Gonçalves Braga, Frederico Augusto Pimentel, João António Oliveira Braga, Francisco da Silva Araújo, João de Melo Falcão, José Alves de Moura, Gonçalo Antão de Macedo Sá e Abreu e Fernando Castiço. Lá estão vários presidentes de Câmara e antigos vereadores. Será que as obras terão ficado enfeudadas aos interesses desta Companhia? Os capitais de que ela dispunha eram avultados. Eram 1000 contos de reis, divididos em séries de cem contos cada. Os negócios a que propunha dedicar-se eram muito variados. Iam desde a construção civil, até à abertura de talhos, passando pela carpintaria, moagem, fundição, projectos de arquitectura e saneamento e abastecimento de águas. Infelizmente, são desconhecidos projectos a que se tenha dedicado nesta última área.

Duas outras preocupações afligiam a Câmara Municipal: a organização da Companhia de Incêndios e o Cemitério de Monte d'Arcos, que tinha sido inaugurado em Julho de 1870. Quanto à Companhia de Incêndios, a intervenção camarária fez-se sentir sobretudo em 1872. O número de praças foi aumentado para 100 e um novo regulamento seria apresentado na mesma data, em 2 de Agosto. Houve dois vereadores que votaram contra, alegando que desde o mandato da vereação anterior, já existia um regulamento elaborado com base nos de Lisboa e do Porto e que tinha sido aprovado pelo governo. Que, ainda por cima se tratava de um projecto mais económico, pois previa que a função de inspecção fosse desempenhada pelo Engenheiro da Câmara, pessoa competentíssima que trabalharia gratuitamente. E lembravam que tal função era agora desempenhada por um capitão, que não lhes parecia ser a pessoa ideal para a função. Recordavam um pequeno incêndio ocorrido na Rua D. Pedro V, onde o seu desempenho fora caótico. Lembravam as dragonas douradas de que se munira e as pinturas que mandara fazer nos cântaros, transformando-os em algo que mais parecia serem brinquedos do que objectos destinados a um serviço tão sério.

Quanto ao Cemitério, fora inaugurado em Julho de 1870. E como em tudo o que se refere a pagamentos, as populações não gostavam de os fazer. Nem que se tratasse de funerais. Na reunião camarária de 23 de Fevereiro de 1872 ficou decidido regular o pagamento

das despesas de enterro através dos sinais exteriores de riqueza apresentados no caixão:

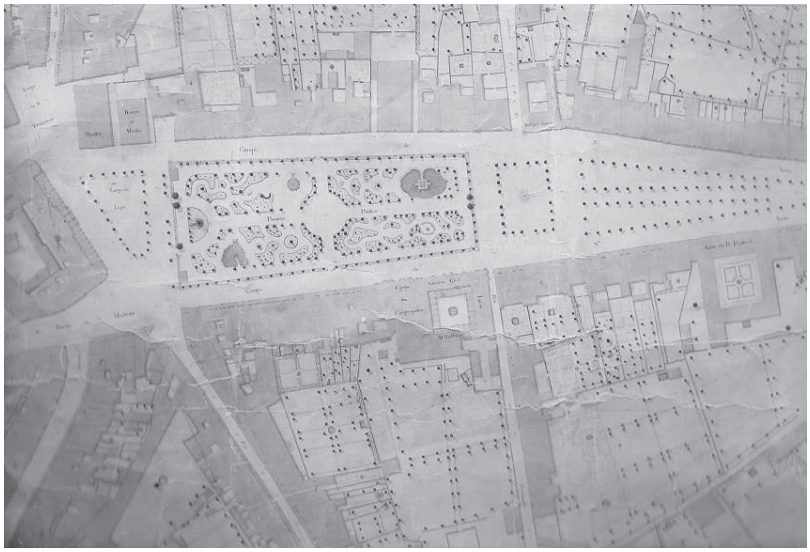
> "Sob proposta do vereador do Cemitério, deliberou a Câmara a que não se considerem de pobres para terem sepultura gratuita os cadáveres que se apresentarem em caixão ou acompanhados de fausto, embora tragam atestado de pobreza, porque semelhante fausto tornou-se contraditório e denuncia ódio e propósito de ofensa aos direitos estabelecidos no respectivo regulamento que assim se pretende sofismar."

As questões ligadas ao Cemitério eram sempre muito sensíveis, pois mexiam com crenças e com dinheiros. Em 1872, provavelmente pressionado pelas forças mais conservadoras, o governo instruiu a Câmara Municipal no sentido de construir um pequeno muro, que permitisse delimitar terreno suficiente para o enterramento de indivíduos que não professassem a religião católica. Em Novembro desse mesmo ano, saiu uma tabela de preços, não apenas das sepulturas mas também dos ofícios religiosos realizados na capela do cemitério. Tudo ficou aí especificado com pormenor: capelão, sacristão, responso cantado com música ou sem ela, velas a 50 reis cada uma, coveiro, sepultura em jazigo, em catacumba ou em terra, etc. Era *à la carte*...

Em 1876, o governo de Fontes aproximava-se do fim. Um mês antes do seu pedido de demissão, o jornal Times teceu algumas críticas à política económica governamental. Reconheceu que os orçamentos eram sempre construídos com *superavit*, mas acabavam invariavelmente em deficit. A culpa era das despesas extraordinárias, que o ritmo excessivo das obras públicas impunha. Afirmava que a compra de navios de guerra com dinheiro emprestado em tempo de paz nunca foi uma boa política. Quem apresentou as conclusões do *Times* foi o *Jornal do Minho*. Não se esqueceu de apontar ao *Times* a condição de periódico de referência no mundo londrino. E à cautela recordou ser *precisamente Londres o local onde Portugal teria em breve de contrair um grande empréstimo*.

Foi em curto período de tempo que vários acontecimentos desfavoráveis abalaram a paz desejada por Fontes. Após 1875, o país viveu a crise financeira, o *deficit* orçamental persistente, os protestos populares contra o aumento de impostos, a revolta estudantil no liceu de Coimbra, a capacidade do jovem Partido Republicano de entusiasmar as elites estudantis, os fumos de corrupção que afligiam os regeneradores e acima disto tudo o reforço da oposição parla-

mentar após o Pacto da Granja. A estes acontecimentos, há ainda a acrescentar, em 1873 e 1874, o suposto golpe de estado liderado pelo marquês de Angeja e também a guerra civil espanhola. Ainda por cima, a imagem do ministério estava desgastada pela actuação inepta do ministro da Fazenda nas sessões parlamentares. O chefe dos regeneradores estava cansado. Pediu a demissão. Precisava de férias e resolveu viajar. Curiosamente, em Espanha afirmava-se que Fontes depressa regressaria às lides políticas. Que o que se estava a passar era apenas um intervalo. E assim foi. Levaria na sua viagem de recreio um militar amigo, Joaquim Carlos Paiva de Andrada, que em 1879 apareceria como protagonista de um grande escândalo. Mas isso é história para outro capítulo.



Aspecto da planta de Goullard, elaborada em 1883-84

A REPÚBLICA NO HORIZONTE

Entre a queda do ministério de Fontes Pereira de Melo em 1877 e a revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891, passaram 14 anos e 9 governos. Foram tempos de crise profunda que não poupou nenhum aspecto da sociedade portuguesa. Os partidos monárquicos tradicionais, o regenerador e o progressista, estavam acomodados ao papel de guardiães incontestados do sistema, perdendo a capaci-

dade de inovar. Cada vez se mostravam menos atractivos e o grande beneficiado foi o jovem Partido Republicano Português, nascido em 1876. Para o avanço republicano contribuíram factores variados, onde pontificava a corrupção crescente nas altas esferas governamentais e a política de alianças muito duvidosa que os regeneradores e os progressistas adoptaram mais de uma vez. Era frequente os partidos monárquicos desavindos privilegiavam acordos eleitorais tácticos com o PRP. Pensavam que esse era o melhor caminho para anular a representação parlamentar do adversário monárquico que, espantosamente encaravam como inimigo principal.

Para o engrandecimento republicano também contribuiu a completa inversão do funcionamento das instituições políticas. Em Portugal não eram os governos que nasciam das eleições, eram os resultados eleitorais que nasciam dos governos. Em todos os actos eleitorais a legitimidade do executivo era posta em causa. Todos sabiam que as vitórias eram fruto das pressões que só o exercício do poder tornava possível. Ao dar posse a executivos constituídos nestas condições, sem nunca os colocar em causa, o próprio monarca ficava ferido de ilegitimidade. E os monárquicos, particularmente o partido progressista, pela voz de Mariano de Carvalho, um dos seus principais dirigentes, não poupavam o rei. Classificavam-no de forma muito agressiva, chegando ao ponto de o acusarem de ser *capa de ladrões*.

A somar a estas condições, houve outras, não menos importantes, alheias à prática política diária dos governos e das oposições, onde se inclui a crise económica aparecida na última década do século XIX, que não é estranha ao advento de uma contestação operária cada vez mais insistente. Esta contestação contribuiu de forma importante para que a paz social se degradasse e para que se criassem condições de aceitação de mudanças. Também devemos levar em conta a resposta internacional à concorrência capitalista. Necessitando de matérias-primas baratas e de mercados para os excedentes, o mundo capitalista começou nesta altura a olhar gulosamente para África, iniciando-se uma corrida aos territórios coloniais africanos, incluindo os portugueses. Ora Portugal, devido à sua fraqueza militar e industrial, era o parente pobre dos Impérios, sendo incapaz de dar uma resposta eficaz à cobiça internacional compatível com as tradições gloriosas de um passado distante. E os republicanos estavam sempre prontos a lembrar a importância nacional perdida. A sua ideia de rejuvenescimento era tão consensual que rapidamente foi adoptada por todos, incluindo os monárquicos. Havia que travar a

decadência portuguesa e se possível criar algo *novo*. Foi assim que começaram a pensar franjas sociais cada vez mais alargadas. Só que neste esforço de rejuvenescimento, apenas os republicanos pareciam autênticos, dando a sensação que todos os outros iam a reboque.

A queda do governo de Fontes Pereira de Melo aconteceu, como vimos, no início de Março de 1877. Animal político sagaz, o primeiro-ministro sabia que o seu tempo tinha chegado ao fim. Serpa Pimentel, titular da pasta da Fazenda, envolvera-se na Câmara dos Deputados numa teia de mentiras e de omissões que os progressistas não perdoaram, deixando o presidente do ministério numa situação muito frágil. Embora tentasse dar a volta por cima com o apoio do rei, o chefe do governo sabia que as suas possibilidades eram poucas e que a sua insistência poderia complicar as hipóteses de um regresso ao poder pela porta grande. Restava-lhe a demissão, para a qual alegou doença e necessidade de descanso. Partiria em recreio pelo estrangeiro de onde apenas regressaria em Setembro, após ter feito pelo menos parte dessa caminhada na companhia de um militar amigo, Joaquim Carlos Paiva de Andrada.

O novo governo não seria chefiado pelos progressistas como estes esperavam. Anos depois, Nogueira Soares, um dirigente do Partido Regenerador, justificaria a escolha real do duque de Ávila, uma personagem independente, dizendo que fora uma opção lógica. Que os regeneradores quando pediram a demissão se colocaram automaticamente fora de equação e que os progressistas eram uma força muito minoritária no Parlamento, que além de tudo estava dividida em duas tendências: a histórica, herdeira do duque de Loulé e a reformista, com as suas raízes no Bispo de Viseu. Que o duque de Ávila fora sugerido pelo próprio Fontes e que essa sugestão significava apoio parlamentar garantido no futuro, isto é, estabilidade. (*in Duarte Gustavo Nogueira Soares, Considerações sobre o Presente e o Futuro Político de Portugal, 1883).*

A não nomeação de Anselmo Braamcamp, o dirigente máximo dos progressistas, foi encarada como um acto inadmissível por alguns dirigentes daquele partido. Para eles o rei, ao alinhar descaradamente com um partido, perdia a inviolabilidade e a independência. Tornava-se chefe de uma facção e como tal devia ser criticado. Perdera a inocência. E o filme continuaria em novos actos. Quando no final de Janeiro de 1878 os regeneradores, em plena Câmara dos Deputados, retiraram o apoio ao Ministério de Ávila, a escolha real para a formação do novo governo recaiu no inevitável Fontes

Pereira de Melo que tinha regressado da sua viagem de recreio. E aquilo que ainda poderia ser considerado um erro, tornou-se uma certeza. O rei foi acusado de alinhamento com um partido político e, pior ainda, foi lembrada *a sorte futura de umas crianças loiras e inocentes*.

O momento político teve eco na longínqua cidade de Braga. Durante o governo do duque de Ávila nasceu o *Diário do Minho* jornal progressista. Apoiante do governo, o periódico assumiu uma postura cooperante com as autoridades locais, Câmara e Governo Civil incluídos. Era governador o nobre Marquês de Valada, Par do Reino e personagem muito conservadora que todas as tendências políticas amavam. Ele era considerado uma espécie de salvador do progresso bracarense. Reparemos no tom encomiástico.

> "A despeito das dificuldades criadas por interesses contrários à norma com que Sua Ex.ª entende superintender ma Administração Pública e que tem sabido vencer com o desinteressado apoio dos que almejam que se vivifiquem as forças vitais do distrito e que há muito se viam paralisadas, não se tem Sua Ex.ª poupado a esforços para fazer vingar os princípios exarados no programa que expôs publicamente ao tomar as rédeas da governação do distrito." – (*Diário do Minho,* 31 de Outubro de 1877).

Dias depois os louvores estenderam-se ao nobre ministro das Obras Públicas e ao governador civil a quem foram dados os parabéns por mais um desbloqueamento da estrada para Chaves. Infelizmente não seria o último desbloqueamento. E a seguir viria o louvor ao empenho do governador civil pela construção do Asilo de Mendicidade. Na reunião preparatória realizada para este efeito, houve um pleno. Estiveram presentes, além de alguns capitalistas e artistas, o Partido Progressista, o Partido Regenerador, o Partido Realista (miguelista), na pessoa do proprietário do jornal *Comércio do Minho* e ainda a Sociedade Católica, representada pelo Dr. Penha Fortuna, um dirigente progressista.

Mas nem tudo era harmonia. Em Dezembro de 1877, os operários da chapelaria Taxa entraram em greve. Protestavam contra a admissão de novos aprendizes. Temiam perder o emprego e o *Diário do Minho* criticou-os por utilizarem meios subversivos.

> "Esperamos que os operários, convencidos de que erraram no passo que deram retomem os seus lugares naquela fábrica, onde os seus direitos continuarão a ser mantidos sempre que for de justiça." – (*Diário do Minho,* Dezembro de 1877).

Retomariam o trabalho após a promessa patronal de manutenção dos postos de trabalho.

A harmonia entre o jornal e as autoridades cessaria com a queda do governo de Ávila. A nível nacional, Fontes precisava de aumentar a carga fiscal para tentar equilibrar as contas e isso era um grande problema. A nível local, a questão era a mesma de sempre: a rivalidade com Guimarães. O *Diário do Minho*, agora na oposição, não perdoava. Apoiou a Associação Comercial na sua ideia de marcar um grande comício tendente a recusar a pretensão da Companhia de Caminho de Ferro do Porto à Póvoa de Varzim, que desejava um subsídio estatal para a construção de uma linha até Chaves. Esta linha partiria de Famalicão e passaria por Guimarães e Fafe, tornando-se um perigo ao colocar Braga fora do circuito. A Associação Comercial pretendia uma ponderação mais dilatada no tempo. Queria o estudo de uma variante capaz de ligar directamente Braga com Trás-os-Montes. Para realçar a união dos bracarenses neste caso e o carácter apolítico do comício que tentava promover, o jornal deu relevo à presença do nosso conhecido deputado Alves Passos, um regenerador de longa data. (Em 12 de Março de 1878). Esta questão do caminho-de-ferro para Chaves levou a Câmara Municipal a decidir representar ao governo, numa reunião de Dezembro de 1877. Sugeriu que essa representação fosse acompanhada da manifestação de todos os munícipes, convidando todos os habitantes da cidade a reunirem-se no Paço do Concelho para esse efeito.

> "Determinou também a Câmara que se oficiasse às Câmaras de Amares, Terras de Bouro, Póvoa de Lanhoso, Vieira, Boticas, Montalegre e Chaves pedindo-lhes representassem ao governo de Sua Majestade para que sobre esteja na concessão pedida pela Companhia do caminho de Ferro de via reduzida do Porto para a Póvoa de Varzim e Vila Nova de Famalicão e daí para Guimarães, Fafe, Arco de Baúlhe e Chaves, até que se façam os necessários estudos que há-de convencer da mudança da directriz pelo vale do Cávado a Montalegre e Chaves." – (*Livro de Actas da Câmara Municipal,* 21 de Dezembro de 1877).

Quanto ao aumento da carga fiscal, o *Diário do Minho* alertou para as dificuldades que se aproximavam:

> "Vão ser aumentados excessivamente os impostos indirectos. (...) As classes produtivas do país terão de pagar um grandíssimo imposto quer pelos produtos que tenham de comprar, quer pelos que tenham de vender para uma ou outra localidade. (...) A casa, por exemplo, do agri-

> cultor, há-de ser franqueada aos fiscais que nela poderão entrar constantemente para realizarem a cobrança a fazer pelo que se coma." – (*Diário do Minho,* 16 de Março de 1878).

E de seguida fez apelo para que o descontentamento popular se manifestasse:

> "Não apelará (*o povo*) para os comícios, onde na força do seu direito arranque a hedionda máscara desses que locupletando-se com as suas migalhas ainda dele zombam? Não patenteará aí bem alto a animadversão que tem pelo governo, que só o pode ser bebendo a tragos sequiosos o sangue dos cidadãos? Veremos se o povo deixará de empregar os meios que a lei lhe faculta para não ser espoliado em tido o que, por trabalho incessante chegue a possuir*." – (Diário do Minho,* 16 de Março de 1878).

Mas o grande escândalo rebentaria em Janeiro de 1879 e o *Diário do Minho* não o esqueceu no seu primeiro número do ano. Tratou-se da concessão da exploração mineira do norte de Moçambique, a totalidade da Zambézia, ao capitão de artilharia Paiva de Andrada, precisamente o militar que acompanhou Fontes da sua viagem de recreio em 1878. Curiosamente, o *Diário do Minho* não pareceu ficar chocado com a atribuição de um território extensíssimo a um particular. *O Diário do Minho* ficou aflito com algo diferente:

> "O concessionário que naturalmente procurará realizar o máximo proveito da concessão que lhe foi feita e que não dispõe de capitais próprios, nem pensa em levantá-los no país, apresentar-se-á na praça de Londres para negociar a concessão." – (*Diário do Minho,* 1 de Janeiro de 1879).

Quer isto dizer que para ele o grande problema parecia residir na possibilidade de o domínio útil do território passar para mãos estrangeiras. Era o nacionalismo a manifestar-se e o republicanismo a marcar pontos. Os tempos que se seguiram foram de intensa exploração política do caso. Houve reuniões no Centro Progressista de Braga e em todas as terras mais importantes. Decidiu-se a realização de meetings um pouco por todo o lado. No dia 9, secundando a visão oficial das forças progressistas mais radicais, o *Diário do Minho* afirmou:

> "O trono português, respeitado até há pouco tempo começou a ser abalado pela solidariedade desse trono com os regeneradores, Sua Majestade protege os regeneradores. (...) Por agora a Monarquia está

> ainda salvaguardada pelo partido Progressista, que apesar as ofensas que tem do monarca, continua monárquico; se o partido progressista se dissolvesse, os eleitos que o compõem, o povo que o segue não se faziam decerto regeneradores, far-se-iam republicanos e o trono português submergir-se-ia breve" – (*Diário do Minho,* Janeiro de 1879).

Era esta a argumentação dos progressistas. Atacavam o rei tentando mostrar o perigo em que ele se movia, para terem a oportunidade de se apresentar como os únicos capazes de o salvar. Só que se tratava de uma argumentação apoiada nas críticas ao rei e estas eram capitalizadas pelos republicanos. Para culminar a vergonha, no final desse mês a Câmara dos Pares aprovou a concessão.

Joaquim Carlos Paiva de Andrada

É muito curioso notar que o jornal mais conservador da cidade, o *Comércio do Minho*, não parecesse ter ficado muito preocupado com a concessão. Nos primeiros anos da sua existência, o *Comércio do Minho*, embora se declarasse fiel às ideias miguelistas, era sobretudo um jornal religioso. As suas notícias principais tinham a

ver com encíclicas e peregrinações, além de discursos morais onde pontificavam os ataques ao liberalismo, considerado a principal causa da perdição que grassava nos tempos modernos. Só mais tarde assumiria gradualmente uma postura politicamente mais interventiva, crítica e moderna. Vejamos como apreciou o caso Paiva de Andrada. Considerou-o um escândalo, embora para si esse não fosse o aspecto essencial. O que havia de mais importante era o possível aproveitamento que as forças políticas poderiam tentar tirar do caso.

> "Está na ordem do dia a concessão feita ao Sr. Paiva de Andrada nas nossas riquíssimas possessões da Zambézia. (...) E todavia não é o interesse da questão em si que tanto dá que falar, mas o que ela pode aproveitar aos fins a que os diferentes partidos se propõem." – *(O Comércio do Minho,* 1 de Fevereiro de 1879).

Embora considerasse que a questão do progresso moral devia prevalecer, o Comércio do Minho reconhecia a importância daquelas terras para o futuro do país.

> "Naquelas paragens longínquas está ainda a esperança do país, no estado de abatimento em que se encontra. Curar delas é preparar o nosso futuro. Abandoná-las, esquecê-las ou dá-las de presente a quem quer que apareça será a nossa desgraça e a nossa ruína." – (*O Comércio do Minho,* 1 de Fevereiro de 1879).

No final desse mês, um novo problema surgiu. As medidas financeiras do governo Fontes voltaram à ribalta.

> "Tudo isto espremido, a crer nas indicações ministeriais, deve produzir anualmente 1.500 contos de reis. Já é! Note-se porém que além destes mágicos tostões, produzirão as medidas muitos vexames para os contribuintes e muitas fatias pata os compadres da situação." – (*Diário do Minho,* 29 de Janeiro de 1879).

O início de 1879 foi terrível para os mais pobres. O *Diário do Minho* referiu uma miséria crescente provocada pela escassez de trabalho, pela carestia das subsistências e pela subida vertiginosa das rendas de casa. Em 14 de Fevereiro de 1879 o *Diário do Minho* afirmou:

> "É verdadeiramente pavoroso o que se está passando nos grandes centros manufactureiros e nas praças comerciais. Em resultado da paralisação do comércio e das indústrias, centenas de operários vagueiam pelas ruas das cidades e pelos campos solicitando a esmola de não perecerem à míngua."

Pressionado por todos os lados, o governo de Fontes optou pela demissão no início de Junho de 1879. Os tempos não lhe tinham corrido de feição. Primeiro tinha sido a questão Paiva de Andrada que mobilizou vários comícios, onde os progressistas e os republicanos chegaram inclusive a actuar juntos. Ainda nesta questão da concessão a Paiva de Andrada devemos incluir a oposição que ela sofreu por parte de Martens Ferrão, Procurador-Geral da Coroa e peso pesado do partido regenerador. Depois aconteceu a questão da necessidade de elevação da carga fiscal. A seguir houve desinteligências dentro do executivo e do partido regenerador por causa da vontade do ministro Barjona de Freitas não prescindir da criação do Registo Civil. Finalmente aconteceu o fim do apoio do regenerador Casal Ribeiro ao executivo que terá sugerido a Fontes a sua demissão. Sem alternativas, estava finalmente a chegar a vez dos progressistas.

Quanto à gestão camarária, a actuação era a mesma de sempre. A Câmara continuava a viver sobretudo com base no empréstimo de 130 contos autorizado anos antes. Também se apoiava nas determinações legais nascidas na década de 60 que previam a comparticipação do estado na concretização das obras consideradas municipais ou distritais. O subsídio do estado para as estradas distritais nunca excedia metade do custo e para as estradas municipais atingia a terça parte do valor total, não incluindo as expropriações que ficariam sempre a cargo dos respectivos concelhos.

Até meados de 1879, o *Livro de Actas* mostrou-nos inúmeras reparações e construções destas vias: estrada da Veiga de Penso, estrada de S. Paio de Merelim, estrada de Braga a Landim, via de ligação de Esporões ao Bom Jesus, a concelhia nº 7 no lanço entre Ruílhe e Cambeses, reparação na estrada da Ponte do Porto, etc., etc. Também aparecem obras da exclusiva responsabilidade camarária, como a continuação da Rua Nova de Santa Cruz até Nogueiró sobre o rio Este, as obras na Arcada da Lapa, o início das expropriações para a construção da rua até aos Atlantes e a construção da Rua da Sé até às Carvalheiras. Surgiram as primeiras preocupações ligadas ao abastecimento de águas, embora ainda se acreditasse que o problema seria resolúvel com o reforço das minas das Sete Fontes. Pontualmente foram contraídos empréstimos para obras específicas, como foi o caso dos 2.900$000 para o mercado localizado na Praça Municipal e dos 7.100$000 para a obra da estrada até Nogueiró. As contribuições camarárias para o cofre distrital não eram

nada despiciendas. Em Junho de 1877 foram-lhe atribuídos 9.959$287 reis e no ano seguinte andaram na casa dos 8 contos. Outra preocupação camarária era a elaboração de um mapa da cidade que permitisse racionalizar as obras futuras. Para o efeito seria mais tarde contratado Francisque Goullard, depois de algumas resistências das autoridades superiores e da incapacidade de levar à prática o acordo com Augusto Gerardo Teles Ferreira, o primeiro encarregado da realização da obra, que desistiu em Setembro de 1880.

O governo progressista de Anselmo Braamcamp terminaria no final de Março de 1881. Não chegou a durar dois anos. Durante esse tempo, no que respeita a obras, as coisas permaneceram iguais àquilo que já eram. O empréstimo de 130 contos continuava a pautar a vida municipal e as pequenas construções e reparações também. Mas havia projectos, estudos novos, alguma obra que se iniciou e outra que já estava principiada e que se continuou. Fiel ao seu conservadorismo e à vontade de o explorar economicamente, a Câmara promoveu a estrada para o Sameiro, que arrancou em Janeiro de 80. Mas não houve mais nada significativo. No centro do problema devia estar a falta de dinheiro. E depois, o governo central também não ajudava. Não cumpria atempadamente as suas obrigações perante a Câmara, como se pode verificar.

> "Foi decidido pedir ao Director das Obras Públicas o pagamento do que a este município se deve da *terça* das estradas construídas desta cidade à Ponte do Porto, de Cabeceiras a Vila do Conde, lanço da Misericórdia a Ruílhe e do Feital à Graça, significando-lhe que tendo a Câmara empreendido outras construções de viação não pode satisfazer os respectivos encargos sem que lhe sejam pagas as quantias por aquele modo adiantadas." – (*Livro de Actas de 1879-81*, 27 de Agosto de 1880).

A repetição deste lamento quase 3 meses depois, em 15 de Novembro, mostra-nos como as dificuldades de tesouraria vividas pelo governo de Lisboa condicionavam as autoridades locais.

O governo de Anselmo Braamcamp foi palco de um acontecimento importantíssimo que se reflectiria no futuro. Referimo-nos às comemorações do tricentenário de Camões, realizado em Junho de 1880 a pedido da Sociedade de Geografia e que assumiria âmbito extrapartidário nacional. Foi uma manifestação nacionalista muito importante de que se aproveitaram sobretudo os republicanos, único partido que parecia ter as mãos limpas na questão colonial. Embora os casos passados não fossem referidos, é óbvio que todos se lem-

bravam da questão Paiva de Andrada e da assinatura do tratado de Lourenço Marques. Ainda por cima, o governo progressista teve escrúpulos em capitalizar as comemorações em seu benefício, manifestando um apoio discreto e não oficial. Alegou tratar-se de uma manifestação particular que lhe não competia apoiar.

As comemorações realizadas em Braga reflectiram o conservadorismo dominante na cidade, apesar de o processo ter sido despoletado por um convite endereçado pelo professor Pereira Caldas à imprensa da cidade. Pretendia a realização de uma reunião nas instalações do *Comércio do Minho*, na altura o jornal mais antigo. Pereira Caldas já devia nesta altura pelo menos simpatizar com os republicanos, pois apenas um ano mais tarde surgiu como candidato a deputado na lista daquele partido, tendo os seus fracos resultados sido objecto de chacota pelo *Comércio do Minho*.

> "Ingrata! Mil vezes ingrata! Porque não elegeste o doutor Pereira Caldas, para teu representante em cortes? Porque deixaste o grande democrata a ver navios? Quando eu passar por baixo do teu arco, hei-de fazer-te figas, ingrata, mil vezes ingrata!" (25 de Agosto de 1881).

O grande cortejo que existiu em Lisboa esteve ausente em Braga. A Câmara apenas se limitou a pedir aos moradores que iluminassem as suas casas e procurou encontrar alguém que a representasse no cortejo lisboeta, o que não foi fácil.

Em 3 de Junho de 1880 o *Comércio do Minho* anunciou que no dia 10 pelas 10,30 horas da manhã haveria na Igreja do Colégio uma missa rezada pelas almas de tantos heróis que imortalizaram o nome português. E que no fim se iria cantar um solene Te Deum em acção de graças por tantas glórias concedidas outrora ao nome português. No dia 15*, o Comércio do Minho* descreveu as festas do tricentenário. Classifica-as de brilhantes, embora as tivesse remetido para uma página interior, reservando a primeira para notícias religiosas:

> "No dia 8, três bandas de marciais percorreram as ruas da cidade tocando o hino do centenário composto pelo Sr. Gomes de Campos e outras peças musicais. No salão da Sociedade Democrática Recreativa abriu-se nesse dia a exposição camoniana, com numerosas e raríssimas edições, a qual foi muito concorrida. À noite esteve iluminado o edifício daquela Sociedade e algumas casas particulares. No dia 10 celebrou-se no majestoso templo do Colégio, por iniciativa do clero bracarense, uma missa de requiem por alma de Camões e dos heróis que

> tanto honraram outrora a pátria. Seguiu-se um solene Te Deum em acção de graças pelos benefícios que Deus concedera a Portugal nas épocas das suas maiores glórias."

Mas o *Comércio do Minho* não se esqueceu daquilo que estava em Jogo. No número de 8 de Junho relembrou-o e declarou a forma de atingir os objectivos pretendidos. Tratava-se da sua grande tese, apresentada de forma recorrente.

> "Não! No dia 10 deste mês não vai fazer-se a simples apoteose de um homem. (...) Vai celebrar-se principalmente a glória dos nossos irmãos que arvorando a cruz ou empunhando a espada fundaram na Ásia, na África, na América e na Oceânia, um império mais vasto e mais extenso que Dario, Alexandre e os Césares romanos. (...) É grande com efeito a decadência das nossas possessões ultramarinas. Na Ásia temos perdido quase tudo e estamos ameaçados de perder o pouco que nos resta ainda. Na África temos já perdido muito e sabe Deus, se em breve espaço de tempo teremos de lamentar maiores perdas. Na América não possuímos já um palmo de terra verdadeiramente portuguesa; e na Oceânia que nos resta? Nada ou quase nada se não considerarmos algumas léguas da ilha de Timor, onde flutua ainda a bandeira imaculada das quinas portuguesas E esta decadência continuará enquanto não mandarmos para as colónias exércitos pacíficos e missionários da fé, da ciência e do trabalho; *estes homens tão prestáveis e indispensáveis para a salvação das nossas colónias, são os sacerdotes; porque sem sacerdotes não há verdadeiros missionários*."

Dois anos depois, o país seria marcado por um novo centenário. Mas aqui as reacções dos bracarenses foram diferentes, adequadas à personagem que estava em jogo, o Marquês de Pombal. O Marquês enervava profundamente os conservadores devido às conotações anti-jesuíticas a que estava ligado. Nessa altura, o *Comércio do Minho* caracterizou os novos tempos de forma muito desprendida, classificando-os como o *tempo da mania dos centenários*. Mas os bracarenses responderiam com o programa que se esperava deles. Rumaram pela alvorada até ao Sameiro em peregrinação.

> "Às seis horas (*de 8 de Maio*) rezou-se missa pelas vítimas do Marquês de Pombal; foi bastante concorrida. Às seis e meia saiu a peregrinação dos Congregados. O povo era imenso. (...) Iam muitas senhoras com bouquets entoando hinos à Virgem, acompanhadas pela música da Filarmónica Bracarense. (...) A peregrinação foi muito concorrida. Se não fosse dia de trabalho e outras circunstâncias que ocorreram, decerto subiria ao Sameiro Braga em peso. Ainda assim calculam-se 4:000 peregrinos." – (*Comércio do Minho,* 11 de Maio de 1882).

Em Março de 1881 o governo progressista atingira uma situação muito perigosa. Aqueles 22 meses foram um tormento. Quando os progressistas assumiram o poder em Março de 1880, tinham recebido um presente envenenado. Embora demitido, o governo regenerador assinara um tratado com a Inglaterra onde se previa o acesso das forças militares inglesas ao porto de Lourenço Marques. Os britânicos precisavam de um corredor fácil para travar as tentativas de independência do Transval. Era um tratado que continha cláusulas que a opinião pública considerava lesivas da independência portuguesa. Ainda por cima, os ânimos nacionalistas estavam ao rubro com a proximidade das manifestações do tricentenário de Camões, que aconteceriam dali a dias sob a égide do partido republicano. Consciente de que a aceitação daquelas cláusulas significaria um verdadeiro tiro no pé, os progressistas pediram a demissão, que não foi aceite. Tiveram de elaborar uma nova versão mais aligeirada, apresentada e votada favoravelmente já em 1881. Mas, infelizmente para eles, a bondade do Parlamento não teve correspondência na opinião pública.

Em Novembro de 1880, aconteceu novo caso. O ministério enfrentou acusações graves de corrupção e desvio de dinheiros públicos. A personagem principal desta história era o ministro da Fazenda. Era um grande problema. Não nos podemos esquecer que, durante a longa travessia do deserto acontecida durante o ministério de Fontes, os progressistas procuraram afirmar-se como paladinos da moralidade pública, não tendo problemas, para este efeito, em promover comícios com a presença de dirigentes republicanos. Os progressistas chegaram a apodar o rei de *capa de ladrões*, como já vimos atrás. Infelizmente para eles, aqueles fumos de corrupção minaram a credibilidade do partido e arrastaram consigo a própria credibilidade da monarquia.

Finalmente, aconteceu a questão das finanças. Os progressistas afirmaram, em tempo de oposição, que seriam contrários ao aumento da carga fiscal. Chegados ao poder renegaram as afirmações anteriores e propuseram a criação de um imposto novo, chamado de rendimento. Diziam que a alternativa era a bancarrota e que esta seria mil vezes pior. Todas as forças oposicionistas organizaram então meetings de rejeição. Curiosamente, num deles, organizado por republicanos em Alcântara, apareceram alguns amigos políticos do duque de Ávila que com aquela presença ajudaram a credibilizar os que se opunham à monarquia.

Parecia que os republicanos se tornavam indispensáveis a quem quisesse provar a sua integridade.

As pressões, tendentes a minorar o efeito do descontentamento instalado chegaram aos municípios através da autoridade civil máxima. Em 11 de Março de 1881 o governador Civil de Braga recomendou à Câmara que no interesse da justiça, da verdade e dos mais altos interesses sociais procedesse como lhe parecesse mais justo e conveniente para esclarecer os povos que administrava, *evitando-lhes o desvairamento que as diversas parcialidades políticas querem incutir e porfiadamente promovem (Livro de Actas da Câmara Municipal de 1881--82)*. O ministério não tinha solução possível. Estava condenado.

O novo governo, o 38º da Monarquia Constitucional, foi presidido por Rodrigues Sampaio. Causa estranheza não ter sido Fontes a chefiá-lo. Que razões explicarão o afastamento do velho político? Talvez a justificação resida na forma como terminou o governo progressista anterior, muito marcado pelos meetings ocorridos no mês de Março contra o imposto de rendimento. Alguns destes meetings foram muito sofridos, degenerando em arruaça. Terá sido este lado menos polido que inibiu Fontes Pereira de Melo. Não queria ver o seu nome associado à chefia de um ministério conduzido ao poder pelas turbas. O executivo de Sampaio duraria menos de oito meses, apenas até 14 de Novembro de 1881. Os seus ministros tinham sido recrutados na ala mais jovem do partido onde existia uma vontade imensa de protagonismo e de acrescentamento de importância. Os ministros guerreavam-se, procurando sobrepor-se aos seus pares. Qualquer medida menos consensual poderia resultar em demissão. Foi isso que terá sucedido com a reforma da cavalaria, onde o ministro da Guerra terá sido advertido pelo rei devido a uma omissão protocolar. Lopo Vaz, ministro da Fazenda e Hintze Ribeiro, que tinha a pasta das Obras Públicas, também viviam um relacionamento difícil. Eram ambos cabeças de cartaz e não se suportavam. Num quadro tão volátil, o inevitável aconteceu. Seguiu-se um executivo mais longo, o 39º, presidido por Fontes Pereira de Melo. Aguentaria até 24 de Outubro de 1883. Sucumbiria em resultado de divergências internas insanáveis sobre problemas fúteis ligados à composição da lista regeneradora candidata à Câmara de Lisboa e às divergências pessoais entre Júlio de Vilhena e os ministros que pertenciam ao Partido Constituinte. Fontes foi mais uma vez o contemplado, chefiando uma governação regeneradora que se estenderia até Fevereiro de 1886.

Nas eleições do Verão de 1881 os progressistas ficaram reduzidos a cinco deputados. Consideravam que a sua má prestação reflectia as escolhas do tempo em que eram governo, quando privilegiaram a resolução dos problemas económicos em detrimento dos políticos. Agora na oposição tentaram mudar de rumo. Um pouco a contragosto foram secundados pelos regeneradores, assustados com e avanço eleitoral republicano nas eleições do verão de 1881. Quer isto dizer, portanto, que a sintonia que os animava conduziu a que se adiassem os problemas financeiros em detrimento dos políticos. Viveu-se então um período de discussões e negociações sobre a reforma política que se prolongaram até meados da década e que acabariam por ser materializadas em medidas de limitação da hereditariedade dos pares, de limitação no número dos seus membros a 100 e da criação da figura do Par electivo.

Mas o problema financeiro não tinha desaparecido. Durante a maior parte deste tempo, o estado foi vivendo à custa dos inevitáveis empréstimos. Mas em 1886 o ministro da Fazenda, Hintze Ribeiro resolveu atacar o problema. Fez uma série de propostas que apontavam para a elevação da carga fiscal. Declarou querer suprimir as contribuições industrial, bancária, de rendas de casa e sumptuária e também o imposto adicional de 6%. Estes impostos seriam substituídos por um único, apelidado de Contribuição Geral Mobiliária que envolvia todas as profissões. As povoações foram classificadas em seis graus, variando as taxas de acordo com essa classificação. O saldo das contas entre o estado e o contribuinte acontecia no acto do pagamento dos ordenados, dos dividendos e dos juros. Ninguém escapava. Para determinar o valor a colectar a um lavrador seriam levadas em conta as cabeças de gado e o número de criados. Bastava existir um para imediatamente ser aplicada a taxa de 24.500 reis nas terras de 1ª e 2ª ordem e de 14.000 reis nas restantes. Também houve mudanças no real de água, que sofreu um agravamento. Para travar o aumento do défice, as próprias despesas extraordinárias foram regulamentadas, havendo tectos intransponíveis que variavam de acordo com cada ministério.

Era demasiado. Consciente da borrasca que se desenhava, Fontes tentou acalmar o seu ministro. Mas Hintze, convencido da justeza das suas medidas recusou e ameaçou ir-se embora. Fontes não tinha qualquer hipótese. No meio de uma contestação popular tremenda, demitiu-se. Fê-lo em 23 de Fevereiro de 1886. Curiosamente, Fontes não quis reconhecer o peso das manifestações populares no seu

abandono. Alegou que o fizera devido às desinteligências provocadas no partido pelas rivalidades entre Braga e Guimarães.

Realmente, a cidade de Braga encontrava-se nesta altura ocupada com a vontade de Guimarães se separar do distrito. Mesmo assim, o descontentamento causado pelas medidas económicas regeneradoras foi visível. Em 18 de Fevereiro o jornal *Comércio do Minho* noticiou a chegada de militares à cidade e boatos de atentados à ordem pública. Dois dias depois, o Governo Civil publicou um edital onde tentava contrariar estas ameaças de alteração da ordem, com a Associação Comercial a manifestar-se contra as medidas governamentais. Nesse dia 20, o *Comércio do Minho* publicou um artigo muito agressivo na primeira página, intitulado *O Espectro da Fome*:

> "Um clamor terrível retumba em todo o país como o prenúncio de uma borrasca medonha. O povo farto de ser calcado e oprimido levanta-se num só impulso e num só grito, estorce-se numa convulsão geral como a pantera mordida por uma víbora, e brada do recôndito do peito: Abaixo os impostos! Abaixo o governo! É que o espectro da fome incita-o à revolta. E a fome é negra! A fome não tem lei! O povo está esbulhado de tudo; têm-lhe roubado até ao último ceitil para gastar na orgia desenfreada. Hoje está pobre. Já não tem mais que umas negras migalhas no fundo do celeiro recheado em tempos mais felizes. E essas migalhas pretendem ainda roubar-lhas para o deixar entregue a penúria extrema! Por isso o espectro da fome lhe aparece num horizonte lodo coberto de nuvens espessas, gritando-lhe: Levanta-te, povo desgraçado! Levanta-te, eterno mártir! Levanta-te, servilíssima besta de carga! Arremessa ao ar a vergonhosa albarda com que querem enfeitar-te por escárnio! Expulsa do teu seio os vermes que te sugam o parco alimento! Despertai, levantai-vos companheiros, Ou ficai para sempre aqui submersos! E o povo escutou com remorsos esta voz terrível e ameaçadora. Com remorsos, por não haver mais cedo reagido contra os espoliadores que o roubavam e se riam da sua simplicidade. Com remorsos, por haver dado ouvidos aos cantos de sereia dos larápios que o deslumbraram com o ardil espaventoso da liberdade, para depois o aperrear ao cepo da ignomínia e chicotear-lhe as espáduas tostadas pelo sol e calejadas pelo trabalho. O povo escutou a voz de alerta do espectro da fome, e envergonhou-se de que fosse preciso para se defender dos comilões a incitação de um estranho dorido da sua sorte. Escutou. E num 'esses desesperos que sobrevêm a quem sente o ventre vazio e vê arrebatarem-lhe as últimas migalhas, bradou: Fora os impostos Abaixo o Governo! Se ele amanhã atingir o supremo grau de desespero e gritar: Fora os ladrões! Fora os ladrões! Quem poderá calar-lhe a voz? Ninguém! Debalde o governo usará de todas as artimanhas infames que aprendeu na escola do Mindelo. Debalde chamará em seu socorro o

> exército. Ninguém lhe valerá, porque as artimanhas não prevalecerão contra a justiça e contra o direito, e o exército e o povo, e tem no povo família e amigos. Ninguém lhe valerá, *e* o chicote que empunha descarregar-se-á sobre o próprio dorso, à voz de: Aqui d'el-rei contra os ladrões! Fora com os comilões!"

Ainda antes da entrada em funções do governo regenerador de Rodrigues Sampaio, a panorama financeiro nacional era objecto de preocupação. Em 1880, *O Constituinte*, jornal bracarense que se declarava representante do partido de Dias Ferreira, propunha soluções. Representante de um partido da oposição, a sua ideia era naturalmente a realização de economias. Tratava-se de uma arma habitualmente utilizada por quem estava fora do poder e queria aproximar-se dele. Mas o Constituinte mostrava-se preocupado com algo mais. O medo da República afligia-o,

> "A desorganização financeira ameaça-nos e a bancarrota e o descrédito em face da Europa civilizada. (...) Por outro lado a corrupção dos costumes públicos, o desprestígio da lei, a inobservância e desrespeito pela Constituição, levam-nos fatalmente à ruína das instituições políticas e à anarquia e dão lugar às tentativas dos partidos avançados em cujos braços o povo desenganado de tantas fraudes e ludíbrios se há-de lançar um dia para vingar agravos feitos e para protestar contra a especulação escandalosa de que o fizeram joguete." – (*O Constituinte,* 31 de Julho de 1880).

Até 1883 as finanças de Braga continuaram a viver no mesmo regime, apoiadas em grande parte no empréstimo de 130 contos, datado do longínquo ano de 1875. As obras que se iam realizando eram da mesma natureza, pequenas e sem impacto na estrutura urbana. Não podia ser de outra forma, devido à exiguidade dos recursos. Ainda por cima, em 1881, o custeamento da instrução primária tinha passado para a alçada dos municípios, ao abrigo das determinações de uma lei datada de 1878, a que só agora começou a ser dada eficácia prática. A lei de 2 de Maio de 1878 dividia a instrução primária em elementar e complementar, sendo a primeira obrigatória para ambos os sexos, *constituindo um encargo de todas as Câmaras Municipais*. O ensino complementar primário era da responsabilidade das Câmaras municipais e das Juntas Gerais do Distrito *que concorreriam com metade das despesas*. A obrigação estendia-se a todas as crianças que vivessem num raio de 2 km em volta da escola. O decreto de 11 de Junho de 1880 dizia explicitamente no seu artigo 11º que para

cumprimento do disposto no Art.º 61º da lei de Maio de 1878, as câmaras municipais, na falta de heranças, doações ou legados deixados a favor das escolas e na insuficiência das suas receitas ordinárias, eram obrigadas a lançar um imposto especial para a instrução primária e que este imposto poderia elevar-se até uma soma igual ou equivalente de 15% adicionais às contribuições directas do estado. Tratava-se de um encargo suficientemente pesado para promover protestos. Em 7 de Julho de 1881, apareceu-nos a informação de que a Câmara de Braga decidira anuir ao pedido da Câmara de Alcobaça, representando ao governo para aliviar os cofres municipais dos encargos em relação à instrução primária – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de 1881-83*).

As dificuldades de tesouraria deviam ser asfixiantes e isso reflectiu-se no anúncio, em 15 de Setembro de 1882, da disponibilidade camarária para a concretização de um novo empréstimo. Seriam apenas 25 contos, aplicados à viação municipal. Mas também foram tentados outros caminhos. *Em* 20 de Julho de 1883, o vice-presidente fez aprovar um imposto novo.

> "Fundando-se na grande quantidade de uvas que entrando as barreiras da cidade advém ao mercado da mesma para fabricação de vinho e água-pé, escapando assim à contribuição camarária; e na necessidade que a Câmara tem de promover o aumento da sua receita para acorrer ao aumento da despesa que lhe adveio dos encargos da instrução primária, da viação e outros: toda a uva que entrar nas barreiras da cidade deve pagar por cada quilo, 2,5 reis." – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de 1881-83).*

Anteriormente, durante três meses, a partir do final de Dezembro de 1881, a Câmara renegociou a sua dívida com o Banco do Minho. A ideia era reduzir os encargos bancários para níveis mais aceitáveis que não ultrapassassem 6 contos anuais. Chegar-se-ia a um acordo, assinado em 30 de Março de 1882:

> "Apresentadas diferentes razões pelas quais se demonstrou que a administração municipal ficava assim habilitada para acorrer às novas despesas que lhe advieram da execução da lei da instrução primária obrigatória e outras novamente orçadas sem aumento daquelas contribuições e encargos para os administrados, por isso que para custeamento dessas citadas despesas vem o resto do produto dos impostos orçados por lei para pagamento do juro e amortização do mencionado empréstimo de 130 contos de reis; foi a dita proposta aprovada unani-

> memente determinando-se que fosse pedida superiormente a necessária aprovação dela, quando a gerência a que se alude se conforme com a proposta reforma dos contratos feitos."

A questão do escândalo Salamanca, que na altura estava em pleno andamento e que mais uma vez feria os brios nacionalistas dos portugueses e empurrava as suas consciências para o lado republicano, também chegou a Braga. A Câmara, regeneradora como o governo, elaborou uma representação muito suave onde sugeria que na sua alta sabedoria o governo saberia encontrar uma solução. Este caso girava em torno do financiamento português a uma linha do caminho-de-ferro espanhola, tendo em vista ligá-la ao comboio do Douro. Supostamente assim se reforçaria a importância da cidade do Porto no escoamento das mercadorias espanholas, evitando que os nossos vizinhos se interessassem pela modernização do porto de Vigo. Em 15 de Junho de 1882, o *Comércio do Minho* também noticiou um grande comício que se realizou para protestar:

> "Mais de 100 comerciantes, proprietários e industriais desta cidade dirigiram um convite ao povo de Braga para concorrer ao grande *meeting* que se há-de realizar amanha pelas 11 horas no teatro de S. Geraldo. O *meeting* tem por fim protestar contra o sindicato de Salamanca. E' justo que o povo se capacite dos seus direitos e deveres e os exerça. A questão do caminho de ferro de Salamanca tem agitado os espíritos e preocupado o parlamento há já bem tempo. A cousa já não esta barata a nação. Temos seguido o movimento da imprensa, do parlamento e do povo nesta desastrada questão e no conflito das opiniões, na colisão de interesses políticos e até particulares, segundo e fama e no redemoinhar vertiginoso dos caprichos exaltados, lemos mantido uma certa reserva, sem contudo nos inclinarmos de modo algum para a Salamancada, que se nos antolha monumental escândalo, um insulto ao país e um roubo ao tesouro público já de si bem entibiado."

No final de 1882 e início de 1883, Manuel Joaquim Gomes, um capitalista com grande espírito empreendedor, apresentou e fez aprovar pela Câmara uma proposta que constituiria o pontapé de saída para uma revolução nos transportes públicos urbanos. Pretendia autorização para construir uma linha americana, onde os carros fossem puxados por máquinas a vapor. O objectivo era ligar a estação do caminho-de-ferro até à base do Elevador do Bom Jesus, melhoramento que Gomes instalara no ano anterior. A partir de agora os visitantes poderiam afluir directamente ao santuário, onde Gomes

também possuía a concessão de um hotel. Certamente que não imaginava as complicações de segurança que as máquinas iriam trazer dentro de poucos anos à sua empresa, contribuindo para que a edilidade começasse a pensar na tracção eléctrica.

Os sinais de que a situação financeira não era das melhores iam-se repetindo, embora a natureza e quantidade das obras permanecesse a mesma. Mas pressentia-se que o executivo camarário pretendia, pela primeira vez, enfrentar um dos problemas mais importantes que afligia a cidade.

Em 7 de Abril de 1884, o presidente, que se tinha deslocado a Lisboa, apresentou na reunião camarária um projecto de abastecimento de água que trouxe da capital. Vinha assinado pelos engenheiros Morel e Francisque Goullard, personagens de reconhecido valor. Só que se tratava de um negócio de grande envergadura que exigia capitais muito avultados. O executivo receava envolver-se. Preferia o adiamento para melhor altura, continuando no mesmo ritmo morno de sempre.

Mês e meio depois, o vereador Valença, homem muito dinâmico, sugeriu mais um pequeno empréstimo de 11 contos e 500 mil reis destinado a obras na Rua do Beco e na Rua do Caires. E em Setembro, José Valença apresentou o seu projecto urbanístico para a cidade, que previa intervenções em vários locais. Parecia que mais uma vez as opções iriam conduzir ao abandono do abastecimento.

> "Pelo vereador Valença foi feita a seguinte proposta: que estando próxima a época de se proceder à confecção do orçamento para o futuro ano de 1885 e sendo conveniente que a Câmara se ache habilitada com os elementos necessários para a realização de vários melhoramentos, propunha que se mande estudar e orçar com a máxima brevidade os seguintes: O alargamento da Rua do Poço e a de Santa Maria, entre a Rua da Sé e a de S. Tiago; Rua das Carvalheiras à Rua de S, João pela Travessa Nova, Rua do Coelho e Rossio de S. João. Alargamento da Rua do Forno, sito da Rua dos Sapateiros, dito da Rua do campo, dito e aformoseamento da Praça da Alegria, dito da Rua de santo António, Rua do Campo do Salvador a S. Vicente, dito do largo da Senhora a Branca e S. João do Souto." – (*Livro de Actas da Câmara de 1883-85,* 22 de Setembro de 1884*).*

A máquina que ligava a estação do caminho-de-ferro ao Bom Jesus, aqui a passar em frente ao Teatro S. Geraldo e ao Banco do Minho

Surgiu entretanto a ameaça da cólera e as prioridades alteraram-se. A perspectiva da epidemia assustava e foram decididas medidas para a travar. A criação de porcos foi proibida. Foi construído um hospital de campanha, aquilo a que se chamava um hospital barraca. A cidade foi dividida em zonas de intervenção e dentro de cada uma havia uma comissão encarregada de reportar os casos que aparecessem. Foi criado um cemitério para animais e até foi marcado um meeting de esclarecimento.

A higiene impunha-se e tornava-se cada vez mais óbvio que a falta de água constituía um perigo muito sério. Em 20 de Outubro de 1884 a Câmara resolveu abrir concurso de abastecimento, pelo prazo de 60 dias e nomeou uma comissão para redigir as condições. Finalmente, em *15 de dezembro de 1884* seria tomada a grande decisão. A Câmara decidiu contrair um novo grande empréstimo. Mas tratou-se de um flop e por duas razões. Por um lado, a quantia destinada ao abastecimento das águas era ridícula, como podemos ver e, por outro, os receios acabariam por se impor, ainda desta vez.

> "E pelo presidente foi apresentada uma proposta para se contrair um empréstimo de 200 contos de reis, concebido nos seguintes termos: Art.º 1º – A Câmara Municipal resolve solicitar da Junta Geral do Distrito autorização para contrair um empréstimo de 200 contos de reis com a

> seguinte aplicação: 41.100$000 reis dos saldos que se deverem no dia 31 do corrente dos empréstimos autorizados por decreto de 13 de Abril de 1874 e por acórdão do CD de 5 de Agosto de 1874 e 20 de Julho de 1877; 158.900$000 para a realização dos melhoramentos abaixo indicados. (...) Melhoramentos a que se refere o Art.º 1º da proposta: Exploração e canalização de águas e obras não concluídas e não pagas e a sua continuação, 4.500$000 reis. Aumento dos Paços do Concelho ou a compra de edifício para alojamento de Repartições a cargo da municipalidade, 6.000$000 reis. Construção do novo Matadouro, 25 contos. Dito do mercado para cereais, 10 contos. Prolongamento da Rua D. Frei Caetano Brandão ao largo de Santo Agostinho, 22.700$000 reis. Alargamento da Rua do Poço de S. Tiago, entre a Rua da Sé e o Largo do Colégio ou S. Paulo, 17 contos. Dito da Rua do Forno, 8 contos. Abertura de uma Rua desde as Carvalheiras à de S. João, 20 contos. Alargamento da Rua de Santo António na Praça Municipal ao Campo D. Luís I, 7.500$000 reis. Abertura de uma Rua do Campo do Salvador a S. Vicente, 11.700$000 reis Alargamento da Rua do Carmo ao Campo do Salvador, 1.500$000 reis. Abertura de uma Rua do largo da Senhora a Branca ao Largo das Latinhas, 12 contos. Melhoramento dos Largos do Colégio e de S. Sebastião, seis contos. Dito dos aquedutos da cidade, 7 contos."

Inicialmente, o custo do novo empréstimo foi anunciado como módico. A Câmara dizia que apenas precisaria de cativar as mesmas receitas que já utilizava na amortização do empréstimo de 130 contos. Bastaria acrescentar um real em cada litro de vinho, verde ou maduro, vendido no concelho.

Finalmente, em 15 de Janeiro de 1885, a Câmara recuou. Numa sessão extraordinária para decidir se devia ou não contrair o empréstimo, a edilidade, embora reconhecendo que a Junta Geral do Distrito não punha entraves à operação, considerou que esta não era aconselhável. Disse que estado financeiro do país empurrava os bancos a impor exigências excessivamente gravosas e que os vereadores não tinham o direito de as aceitar. E assim o abastecimento ficou adiado, ainda desta vez.

No que respeita ao fervor religioso, a cidade continuava a rever-se nele, embora com as adaptações resultantes dos novos tempos. As peregrinações continuavam a existir, potenciadas pelas dificuldades da vida, como o exemplo recente da cólera o mostrava, e também pelo medo da morte. Mas Braga mostrava sinais de maior modernidade, até na escolha dos assuntos que a levavam à reflexão. A questão do descanso semanal, um assunto recorrente, foi exemplar. Durante os executivos regeneradores de Rodrigues Sampaio e de Fontes Pereira de Melo, enquanto as forças políticas mais

avançadas argumentavam com a necessidade física de *descanso*, para os mais conservadores o que estava em causa era a *santificação* do domingo. Mas em Maio de 1881 a força dos novos tempos já se fazia sentir nos argumentos utilizados. O *Comércio do Minho* justificou as suas opções de uma forma que seria impensável uns anos antes. Dizia que se o descanso do domingo fosse violado, *apareceriam mais tarde as greves a pedir aumento de salário*. Era um argumento de peso, útil para convencer os possíveis hesitantes. Mas na realidade o *Comércio do Minho* tinha uma posição mais *doutrinária e mais religiosa*. E usava-a:

> "Não podemos dizer-nos devotos da Virgem do Sameiro, se continuarmos como dos dias anteriores à peregrinação a vender e negociar publicamente ao domingo. (...) Se algum mesquinho se recusar a esta prova de amor, não desarmem os bons comerciantes porque os punirá o desprezo a que serão votados como comerciantes; há o rigor da lei municipal, que pode cair sobre eles e há infalivelmente o castigo do divino legislador, que não tardará sobre os pertinazes." (10 de Maio de 1881).

O medo dos conservadores era agora o republicanismo e o socialismo. Consideravam que o socialismo nascera da república. Aliás, até pensavam um pouco mais longe. Achavam que o liberalismo era o pai do republicanismo e que este gerara o socialismo. Vejamos;

> "Na segunda-feira é dia de grande gala em consequência de ser o aniversario do *juramento da carta!* Que quer dizer a tal *carta?* É *carta* branca para todas as patifarias, *carta* branca para dilapidar tudo o que havia e há de venerando e sagrado, *carta* branca para vender as possessões e até o reino, *carta* branca para toda a desordem, *carta* branca para a *santa* liberdade mindeleira, que nos deu como pomo delicioso o socialismo. O Socialismo! Que utopia! Dirá o leitor. Pois bem, então digam-nos que diabo de doutrinas apregoam esses papeluchos imundos que se dizem republicanos? Que república é essa que põe tudo em anarquia, nada respeita e tudo emporcalha com a baba sórdida?" – (*Comércio do Minho,* 29 de Julho de 1882).

Durante o governo regenerador que terminou em 1886 e numa altura em que o distrito era chefiado pelo Marquês de Valada, a cidade de Braga foi palco de um acontecimento muito interessante que provavelmente dividiu os seus habitantes entre o riso e o choro.

Em dia 1 de Novembro de 1885, realizaram-se eleições camarárias e o partido progressista absteve-se. Tudo se conjugava para uma campanha eleitoral morna e sem sobressaltos. Assim não foi. Apareceram duas listas regeneradoras e nunca tal tinha acontecido. Uma delas apresentou como candidato principal o cidadão José Borges Pacheco Pereira de Faria, presidente da Câmara em exercício e opositor ao Marquês de Valada, o governador civil. Amparava-o Jerónimo da Cunha Pimentel, um político bracarense importante que pertencia ao partido regenerador. A outra lista, protegida pela autoridade distrital, era dirigida por Francisco Perestrelo. Nas campanhas eleitorais a vida pessoal dos candidatos nunca era badalada. Era uma questão de decoro. Nestas eleições os ânimos exaltaram-se e não foi assim. O pontapé de saída foi dado pelo candidato José Borges que no seu manifesto disse:

> "Eleitores do concelho de Braga: Não vos iludais com o governador civil deste distrito, o conhecido lisboeta Marquês de Valada.
>
> Eleitores: O hospital de S. Marcos de Braga foi defraudado em somas importantes pelo marquês de Valada, hoje infelizmente à testa do nosso distrito, onde tem dado expansão contínua ao despotismo da sua vontade, que ele toma por única lei dos seus desvarios.
>
> Eleitores: o marquês de Valada aceitou em Lisboa uma herança de valor, com a condição expressa de pagar ao hospital de S. Marcos, em Braga, não só o grande capital de uma dívida particular, senão ainda os juros vencidos dessa dívida sagrada.
>
> Eleitores: pois o marquês de Valada aceitou essa herança momentosa e nada quis pagar ao hospital bracarense, apesar de compelido nos tribunais judiciais, onde teve sentença contra si em Braga e no Porto.
>
> Eleitores: O marquês de Valada, aceitando a herança e não pagando os ónus dela roubou aos pobres do hospital uma grande soma de contos de reis, e roubou assim aos artistas o descanso nas doenças e lenitivos nos sofrimentos.
>
> Eleitores: não vos iludais com o marquês de Valada; se o virdes ir aqui às igrejas e aparecer com espalhafato nas romarias, fingindo-se um grande catolicão, não o acrediteis. Eleitores: o marquês de Valada não consta que vá ouvir missa em Lisboa: assim o acabam de proclamar aos quatro ângulos do país os jornais da capital.
>
> Eleitores: o marquês de Valada passa pelo fidalgo mais imoral do mundo: ainda não há muito tempo, que em Lisboa foi preso duma casa de devassidão, onde foi achado em flagrante delito a servir de mulher a soldados licenciosos.
>
> Eleitores: foi o governador civil de Lisboa, o conselheiro Arrobas, quem assim fizera prender pela polícia o marquês de Valada. Eleitores:

horrorizai-vos; não voteis na lista camarária do marquês de Valada; derrotai-o solenemente agora nas eleições da Câmara, para o enxotardes de Braga, dando-lhe uma lição de independência vossa, como soubestes dar na eleição do conde de Bertiandos para deputado.

Eleitores: votai na lista do actual presidente da Câmara, o Dr. José Borges de Faria, por isso que é filho de Braga, cavalheiro honrado e amigo do povo, a quem a cidade deve preitos de subida estima, como bastaria por todo o benefício por ele conseguido como deputado, em favor das irmandades e confrarias, que são os bancos do povo nas necessidades da vida, e os donos dos sufrágios da alma no seu passamento da vida para a morte.

Eleitores: À urna. À urna pela lista do Dr. José Borges de Faria e contra a lista do marquês de Valada!"

A resposta do candidato Francisco Perestrelo foi um verdadeiro hino aos deuses da inconveniência, pondo a nu a podridão dominante na cidade. Vejamos:

"Causa dó o que a oposição ao Sr. Marquês de Valada escreve nos seus papéis.

Como nada têm que dizer daquele nobre fidalgo, só lhe fazem carga com uns pequenos defeitos, que as más língua dizem que Sua Ex.ª tem.

Mas quando mesmo isso fosse verdade, que tem com essas misérias a oposição? Querem eles moralizar o Sr. Marquês, hein?

Pois de acordo. Então devem ter caridade, porque defeitos todos nós temos, e até há muita gente que para encobrir fraquezas, usa de meios engenhosos e até pouco saudáveis.

Não há virtude sem sacrifícios e para um homem viver livre da maledicência pública tem de passar por muitas provações e de sofrer muitos revezes.

O Sr. Marquês de Valada é um grande fidalgo do nosso país; veio para Braga porque o Sr. Fontes precisava de o ter fora de Lisboa em uma terra onde houvesse irmandades e confrarias ricas á custa das quais engordam os malandros e os santarrões.

Vêde, cidadãos bracarenses o que Sua Ex.ª já fez aos comedores da Irmandade Senhora do Sameiro?

Que dizeis àquelas traficâncias e comedelas que a Irmandade fazia?

Não era preciso acabar com aquele ninho de harpias? Era sem dúvida.

Pois foi o Sr. Marquês de Valada que pôs termo a essas ladroeiras e há-de brevemente acabar com outras, que todos nós conhecemos e de que esta cidade está cheia.

Em Braga há muita religião, mas é religião de comilões e de sarrabulheiros, dos quais o Sr. Marquês de Valada há-de dar cabo, ou aqui ou em Lisboa, para onde Sua Ex.ª vai logo depois das eleições para

trabalhar messe sentido, e se livrar dos importunos que costumam aparecer às autoridades depois das eleições a exigir favores e muitas vezes injustiças.

O Sr. Marquês é um homem sério que não falta à sua palavra; disse uma vez Sua Ex.ª que o Sr. Fontes o mandou para Braga para fazer administração, e não para fazer política nem favores à custa do distrito e há-de cumprir.

A prova de que vos digo na verdade, aí está a lista camarária em que o Sr. Marquês nos manda votar.

Diz a oposição que o Sr. Francisquinho Perestrelo é uma grande ignorante, é verdade; mas o que também é verdade é que Sua Ex.ª é um grande fidalgo e não é capaz de fazer favores a ninguém, como o Sr. José Borges e outros que todos nós conhecemos.

Braga não precisa agora de sábios, mas de homens independentes, embora pouco ilustrados, principalmente por causa do câmbio do Brasil, que traz por aí toda a gente a tinir e por consequência a incomodar as autoridades com pedidos de empregos e de dinheiro das irmandades.

Braga precisa de homens como o Sr. Perestrelo, quer não tenham relações com ninguém na cidade nem pelas aldeias para fazer entrar nos cofres do município as centenas de libras que os caloteiros lá devem.

São estas as minhas ideias, e também as ideias do Sr. Marquês de Valada, e de todos os cavalheiros desta cidade que estão ao lado do sr. Marquês de Valada: porque diga-se a verdade, ao lado do Sr. governador civil só está gente de gravata limpa; o que não acontece à oposição.

Cidadãos, votai na lista do sr. Marquês de Valada; sua Ex.ª que nomeou o Sr. Perestrelo para presidente da Câmara, lá sabe o que faz e para que o faz; a nós pertence obedecer porque lá o dizem os livros sábios – devemos obedecer às autoridades legalmente constituídas, não por temor, mas por amor. Braga, 30 de Outubro de 1885."

(*Os documentos acima transcritos foram-me cedidos pelo Sr. Luís Costa*, *figura ímpar já desaparecida, a quem a história da cidade de Braga muito deve*).

O Constituinte e o *Comércio do Minho* foram os dois únicos jornais consultados que se referiram à grande confusão. Pelo menos não encontramos mais nada nas páginas de mais nenhum. Mas fizeram-no de uma forma não totalmente explícita. Mostraram maior decoro que os próprios candidatos. Em 29 de Outubro de 1885 o *Comércio do Minho* espantava-se:

"O que para aí vai, com um milhão de farrucos! O que para aí vai! Proclamações, novos jornais criados com avant propos, cambalachos intermináveis de pilhéria burlesca, promessas a certos almudeiros, finezas às carradas, uma azáfama sem limites. (...) Anteontem de manhã espalhou-se uma proclamação borgista. Diz ela entre outras coisas: Mostrai que sois honestos e dignos (por quem Deus nos manda avisar!...)

> e sobretudo que sois homens independentes que não recebem imposição de ninguém." (...) Pouco depois distribuía-se profusamente por toda a cidade o novo jornal, o Distrito (*criado pelo governador Civil*). Dizia ele: "Uma luta renhida e grave se vai travar neste concelho no próximo 1º de Novembro. (...) Os cidadãos que figuram na chapa apresentada pela autoridade são amigos pessoais do nobre Marquês; têm habilitações de sobejo para gerirem a administração municipal. (...) O Sr. José Borges lança mão da Folha de Braga para deprimir e aviltar o Sr. Marquês de Valada; este combate, arma com arma e funda o Distrito para apresentar os podres do Sr. José Borges. Tudo isto é mesquinho e revolta, quando não desentope aos canais do riso."

E *O Constituinte* reagiu de maneira parecida, não conseguindo aparentemente perceber o que se passava:

> "Que significa politicamente uma luta eleitoral entre um governador civil e um deputado da maioria? (...) Mais ainda; como se explica que o Sr. Jerónimo Pimentel, ex-governador civil de Braga, o mesmo funcionário que levou ao parlamento e ao município o Sr. Dr. José Borges, venha agora de reforço lançar toda a sua influência contra o mesmo deputado e o mesmo vereador que escolhera e cuja lealdade havia necessariamente de ter garantido perante o governo. (...) Francamente, se tudo o que se está passando eleitoralmente aí por Braga não é um cúmulo, então já não há cúmulo nem lógica, nem senso comum. É tudo uma completa e estrondosa bexiga." (21 de Outubro de 1885).

De acordo com este jornal, o Marquês de Valada atribuiu a derrota ao envolvimento de Jerónimo Pimentel no processo eleitoral. Quanto a este considerava que o descalabro do seu adversário se justificava com os desvarios e loucuras a que aquele se entregara.

Como vimos, o governo de Fontes Pereira de Melo sucumbiu aos efeitos da contestação popular contra as medidas financeiras do seu ministro da Fazenda. Seguiu-se um executivo liderado por Luciano de Castro, que não tinha grandes alternativas. Ou tentava enfrentar os problemas financeiros, arriscando-se a sofrer o mesmo destino do antecessor ou ignorava-os, encetando um caminho que a médio prazo levaria o país à bancarrota. Optaria pelo primeiro. Acabaria derrotado em resultado de um acontecimento não previsto – a falência da casa Baring Brothers, a grande financiadora do estado português.

Mariano de Carvalho, o novo ministro da Fazenda, beneficiou de uma conjuntura financeira internacional favorável. Os juros tinham descido e havia que aproveitá-los, embora isso representasse a

negação de tudo quanto até aí afirmara sobre o não recurso ao crédito. Os progressistas começaram por contrair um empréstimo de 10 800 contos, a que se seguiram outros menos volumosos ainda em 1886, num total de mais 13 mil contos. Depois, decidiram-se pela reforma administrativa, onde propuseram uma diminuição das capacidades contributivas dos municípios e consequentemente o reforço dessas capacidades do lado do estado. Sabendo que uma parte importante da receita fiscal do estado português estava ligada à comercialização dos tabacos, Mariano resolveu alterar os sistemas de comercialização e cobrança para conseguir maiores ganhos, por si estimados em mil contos. Acabaria acusado pelos regeneradores de beneficiar os seus amigos pessoais em detrimento do financeiro Burnay, interessado noutras soluções. Depois voltou-se para outras áreas. Alterou os direitos alfandegários lançados sobre as importações e as exportações, sempre no sentido de reforçar a receita. Finalmente, em Novembro de 1887 aconteceu a primeira pedra no sapato, ligada à construção do porto de Lisboa. O vencedor, o francês Pierre Hersent declarou que distribuíra subornos para conseguir a titularidade do negócio.

Os fumos de corrupção aumentavam e o governo não lhes escapava. As suspeitas feriam grande parte dos ministros. Luciano, ele mesmo, o impoluto primeiro-ministro, continuava a presidir ao Banco Hipotecário; Mariano acumulava com a direcção da Companhia do Gás; O ministro da Guerra também pertencia ao Conselho fiscal de uma grande empresa. Era um escândalo e os progressistas, agora à defesa, sentiram-se obrigados a enumerar o que se passara no tempo dos regeneradores, onde as incompatibilidades e suspeitas também existiam. No seu canto os republicanos deviam estar a rir-se. Nem precisavam de fazer o trabalho sujo da denúncia. Os monárquicos encarregavam-se dele.

A gota que faria transbordar o copo aproximava-se. Primeiro foi o envolvimento pessoal do ministro da Fazenda num negócio particular ligado a uma empresa de turismo. Logo depois foi a grande suspeita de que Mariano de Carvalho se locupletara com parte de uma indemnização que o estado português devia aos descendentes dos financeiros que outrora tinham sustentado a realeza de D. Miguel. O caminho foi a demissão. Por agora foi a do ministro. Pouco depois, após o Ultimato, seria a totalidade do ministério. Mas o pior ainda estava para vir. A degradação da situação financeira nacional e internacional, que culminaria na falência da casa Baring Brothers

em 1890, levou o estado à bancarrota. Boa parte das dificuldades portuguesas assentava nas perturbações causadas à economia brasileira pela baixa da cotação internacional do café, pela abolição da escravatura e pela implantação da República. É que estas perturbações tiveram efeitos perniciosos sobre as remessas dos emigrantes.

Quando o ministério progressista assumiu o poder no final de Fevereiro de 1886, as obras na cidade de Braga estavam praticamente paradas. O dinheiro do empréstimo de 130 contos estava a acabar e a Câmara ainda precisava de amortizar 43.546$415 reis. Era preciso encontrar sangue novo que pusesse as coisas de novo a rolar. Em 30 de Novembro o vereador José Valença propôs com êxito a concretização de um empréstimo de 26 contos. Destinava-se à conclusão das estradas vicinais de Braga a S. Martinho de Dume e de Braga a Sequeira por Gondizalves, sendo certo que pelos meios ordinários do fundo de viação não se poderiam realizar tão cedo estes melhoramentos, não prestando assim utilidade alguma as partes já construídas.

Dias depois, em 6 de Dezembro, foi anunciado um novo e grande empréstimo de 160 contos, depressa acrescentado, ainda durante este mês, com mais 20. Embora parecesse haver maior disponibilidade para enfrentar o problema do abastecimento de água, ainda assim a verba que a proposta de empréstimo lhe destinava era francamente diminuta, se comparada com as outras lá anunciadas. As preocupações bracarenses estavam a apontar em direcção diversa.

> "1 – Exploração e canalização de águas potáveis e construção de reservatórios – 14 contos; 2º – Construção de um novo Matadouro – 15 contos; 3ª – Construção de um prédio para acomodação do Tribunal de Justiça e outras repartições a cargo do Município – 15 contos: 4º – Construção de um mercado de cereais – 8 contos; 5º – Construção de um prédio pata hospício dos expostos – 2.500$000 reis; 6º – Alinhamento da Rua dos Sapateiros e do Campo – 23 contos; 7º – Alinhamento das Ruas do Poço e S. Tiago – 17 contos: 8º – Alinhamento da Rua dos Chãos – 2,5 contos; 9º – Abertura de uma Rua do campo da Senhora a Branca à ponte das Gavieiras – 9 contos; 10º – Abertura de uma rua do largo de Maximinos à Rua da Ponte – 15 contos; 11º – Abertura de uma Rua de D. Pedro V ao cemitério – 6,5 contos; 12º – Alinhamento da Praça da Alegria – 3 contos; 13º – Alinhamento da Rua de S. Barnabé – 4 contos; 14º – Prolongamento e alinhamento da Rua de Santa Teresa – 3 contos; 15º – Prolongamento e alinhamento da Rua de S, Domingos – 2,5 contos; 16º – Alinhamento e calcetamento de diversas ruas e praças – 10 contos." – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de 1886-88, 6 de Dezembro de 1886*).

Os desejos dos habitantes mostravam que as construções e a abertura de novas ruas estavam na mó de cima. Em 27 de Dezembro e em 13 de Janeiro de 1887 os livros de actas fazem eco desses desejos. Os populares pediram a abertura de uma nova via que atravessasse a Rua do Souto e solicitaram o apeamento do mirante pertencente ao Convento dos Remédios que poderia dificultar o alargamento da Rua das Águas. Na mesma altura, a Câmara indeferiu a criação de uma escola primária complementar na Sé e rejeitou assumir as despesas com a criação de um laboratório destinado à detecção de falsificações alimentares. A razão alegada foi a falta de dinheiro. Simultaneamente, discutiu-se na reunião camarária, por iniciativa do vereador José Valença, a necessidade de fazer desaparecer as arcadas da Praça Municipal. Segundo ele seria possível fazer a obra sem acrescentamento de despesas:

> "Considerando que a Arcada da Praça Municipal é inútil porque pela sua estreiteza se não presta a fim algum de interesse público, sendo inconveniente porque de noite se torna *valhacouto de imoralidades*; considerando que a mesma arcada por se achar suprimida em parte e que muito concorrerá para regularidade e aformoseamento daquela praça a sua total supressão, devendo assim as novas edificações prestarem-se a bons estabelecimentos comerciais, o que actualmente não acontece. Proponho a sua supressão, devendo os proprietários que reedificarem os seus prédios trazer o andar baixo dos mesmos até ao alinhamento indicado pelos prédios da parte do poente aonde se acha já suprimida a arcada, cedendo-se o chão compreendido na mesma a cada um dos proprietários nas suas respectivas testadas pelo preço que for determinado com prévia louvação de peritos." – (*Livro de Actas de 1886-88,* 11 de Abril de 1887*).*

Mas os relatos de falta de água multiplicavam-se a um ritmo crescente. Em 28 de Novembro de 1887, o vereador José Valença propôs a abertura de um concurso para o abastecimento, onde ficaria garantido o prolongamento da concessão durante 75 anos. Terá sido um concurso sem seguimento, pois dele não existem outras referências, para além da sua aprovação em 12 de Dezembro.

Quanto ao dinheiro dos empréstimos devia estar a esfumar-se rapidamente, pois em 23 de Abril de 1888 a Câmara resolveu diminuir os seus custos financeiros. Decidiu contrair um novo empréstimo de 110 contos destinado a substituir em melhores condições alguns empréstimos mais antigos. Mas as dificuldades da Tesouraria Municipal não levavam a edilidade a reflectir sobre o que se estaria a pas-

sar em Lisboa. Em 11 de Junho de 1888, por sugestão da Câmara de Ponte de Lima, foi decidido representar ao Parlamento, sugerindo que fosse construída uma via-férrea de Braga ao Alto Minho que se aproximasse tanto quanto possível de Ponte de Lima, e passasse por Vila Verde, Barca e Arcos. Em Novembro desse ano de 1888 estavam em execução os empréstimos de 130, 180, 25 e 26 contos. No ano seguinte continuava o de 180 e apareceu o de 110. Mas já estava realizado o levantamento de 4 séries do empréstimo de 180 contos, isto é, mais 80 contos tinham entrado na voragem. E tudo acontecera em pouco mais de um ano. A loucura estava bem visível em algumas decisões camarárias. Enquanto em 24 de Setembro de 1888 a Câmara recusou subsidiar as conferências pedagógicas, como sempre tinha feito até ali, alegando "os grandes encargos e necessidades sempre crescentes que tanto sobrecarregam o município", mês e meio depois teve uma atitude completamente louca na área das obras, recusando uma sugestão mais económica do governador civil:

> "Perguntou em nome do Sr. Ministro das Obras Públicas se a Câmara concorre para as expropriações dos prédios necessários para a construção do projectado edifício para as Repartições Públicas visto que o local primitivo escolhido não oferece as necessárias e devidas condições e sendo construído no Campo de S. Tiago fica a Câmara dispensada da abertura da Rua que partindo da frente do projectado edifício defrontava com a Rua do Carmo. Tomando na devida consideração o exposto neste ofício e reconhecendo a importância do melhoramento com que o governo se propôs dotar esta cidade, construindo um edifício para as Repartições Públicas, *deliberou responder que prefere abrir comunicação ampla e nas melhores condições possíveis em frente do projectado edifício e em qualquer local que se julgue apropriado à sua construção e ao fim a que é determinado, porque lhe parece que assim dará melhor aplicação ao dinheiro do município realizando-se a um tempo dois melhoramentos importantes: a construção de um edifício público e a abertura de uma rua ou largo*." – (*Livro de Actas da 1888-90,* 12 de Novembro de 1888*).*

Em Janeiro de 1889, Braga rejubilou. Estava a desenhar-se um melhoramento que projectaria a cidade para o patamar das metrópoles modernas. O *Comércio do Minho* foi o primeiro a noticiar a novidade.

> "Consta que vai realizar-se nesta cidade um grande melhoramento. Trata se da elaboração de um projecto e do respectivo orçamento para uma ampla avenida que, partindo do largo da Senhora a Branca, vá

> terminar junto das primeiras capelas do Bom Jesus. A ideia deste importante melhoramento preocupa todos os espíritos; ninguém por certo, deixará de aplaudir uma obra tão grandiosa, que colocará esta cidade a par das primeiras do país. Braga precisa dessa avenida; aqui há corações patriotas que se esforçarão por conseguir a realização do que, por enquanto, não passa de uma ideia sublime, de um pensamento alevantado. Venha a avenida!"

Durante ano e meio os bracarenses ficaram expectantes e por vezes divididos. O *Comércio do Minho* reflectiu essas divisões no seu interior. Havia jornalistas que apoiavam a Avenida e outros que a consideravam um luxo desnecessário. É uma forma de enganar incautos, dizia Rodrigues Ferreira. Para ele era muito mais importante o abastecimento de água ou a estrada para Chaves, que depois destes anos todos ainda só chegara a Ruivães. E depois havia o problema do custo. Este jornalista não acreditava e dava exemplos de promessas nunca concretizadas. Entre elas pontificava o caminho-de-ferro de Braga a Chaves, o prosseguimento da estrada para aquela vila transmontana, o embelezamento da mata do Gerês, as oficinas para a Escola Industrial e os estudos do caminho-de-ferro de Braga a Monção.

Quem se dedique ao estudo deste caso fica com dúvidas. Será que a famosa Avenida foi uma simples bandeirola destinada a potenciar apoios ao governo progressista ou foi algo mais? Será que o governo progressista alimentou a maluqueira bracarense por recear enfrentar o espírito religioso dominante da cidade? Utilizamos propositadamente a palavra *maluqueira*. Somos obrigados a considerar este projecto uma verdadeira loucura pois o seu custo na versão mais barata apontava para 620 contos, o equivalente a três orçamentos anuais do município. Sabemos que à Câmara competia apenas pagar as expropriações e que estas estavam calculadas em cerca de 80 contos. Mas caramba!

O governo progressista não resistiu às ondas de choque provocadas pelo Ultimato. Em 14 de Janeiro de 1890 demitiu-se. O novo governo regenerador chefiado por Serpa Pimentel não transigiu com a ideia da Avenida, provavelmente assustado com os custos. Sem pernas para andar, o projecto acabaria por ser abandonado. Seria em Maio de 1890 que o *Comércio do Minho*, embora ainda se declarasse defensor da construção, sentiu que era o momento de fazer o balanço, a história. O jornal não compreendia

que o entusiasmo inicial tivesse rapidamente degenerado numa apatia conformada:

> "Estando no poder o governo progressista presidido pelo Sr. José Luciano de Castro e sendo governador civil de Braga O Sr. Joaquim Pais Abranches lembrou-se alguém de propagar a ideia de se pedir ao governo uma avenida de Braga ao Bom Jesus do Monte. Ninguém acredita ao princípio na possibilidade de um tal melhoramento. (...) A ideia, porém, ia ganhando terreno, e não tardou que Braga, *una voce* quase, pedisse por intermédio da Câmara Municipal e da Associação Comercial a avenida para o Bom Jesus. Para que o pedido surtisse melhor efeito, conseguiu-se empenhar neste belo melhoramento a boa vontade e a indiscutível influência do então o governador civil. E assim, patrocinada pela primeira autoridade distrital, pelo honrado presidente da Câmara e pelo activo e incansável presidente da direcção da Associação Comercial; lá foi a petição para Lisboa, onde ganhou também as simpatias do digno ministro das Obras Públicas, sr. Conselheiro Eduardo José Coelho. Foram grandes e aturados os serviços prestados pelo sr. Conselheiro Abranches à causa da avenida. S. Ex.ª foi de propósito a Lisboa, acompanhou a petição deste povo, advogou-a perante os poderes públicos e conseguiu regressar a esta cidade com a promessa de que a avenida para o Bom Jesus seria uma realidade. Todos estão lembrados dos festejos que tiveram lugar por ocasião do regresso de sua Ex.ª a esta cidade. O povo correu em grande multidão a esperar o digno funcionário, as músicas percorreram as ruas em sinal de júbilo, os foguetes troaram nos ares, os hossanas reboaram estrepitosos. Um jornal desta cidade que veio à luz pública com o único fim de explorar o anúncio, conforme o declarou em seu programa, exaltava nesta ocasião o Sr. Pais Abranches e chegou a afirmar – *A avenida é um facto. Há-de ser principiada antes do S. João.* Enfim, o entusiasmo era enorme, ainda que prematuro, pois não havia ainda senão uma simples promessa que valia muito sendo feita pelo digno ministro das Obras Públicas, mas que não traduzia nenhum facto como depois se viu. Vieram a Braga engenheiros para estudar o terreno da avenida, levantaram-se plantas e por fim teve de ser rectificada a representação da Câmara Municipal, em harmonia com os estudos definitivos a que se procedeu. O S. João passou e a avenida não era ainda um facto. Todavia as cousas iam bem encaminhadas, os esforços do sr. Conselheiro Abranches redobravam de vigor e puderam enfim arrancar do ministério das obras públicas uma portaria aprovando a construção da avenida, e dotando-a já com 20 contos para o primeiro quilometro, que deveria se concluído antes de findar o semestre. As expropriações seriam, como se tinha representado, à custa da Câmara Municipal, e a construção correria por conta do governo. Esta notícia produziu em Braga indizível sensação. Prepararam se logo festejos para a recepção do Sr. governador civil, e deve confessar-se que Sua. Ex.ª teve uma entrada triunfal como poucas vezes se vê. Vingara enfim a ideia da avenida, e estavam de cara ao lado todos aqueles que por

acinte e facciosismo haviam feito oposição ao melhoramento. A avenida era agora *um facto,* pois que existia um documento do governo, pelo qual se mandava proceder à construção com autorização de se gastar até à quantia de 20 contos no primeiro quilómetro." – (*Comércio do Minho,* 10 de Maio de 1890).

Três dias depois o jornal completou o essencial da exposição. E mais uma vez fez aquilo que costumava fazer quando tinha oportunidade: lançou as suas farpas em direcção a Guimarães:

"Aprovada pelo governo a construção da avenida, com autorização de se gastar desde já com ela até à quantia de 20:000$000 reis, procedeu-se em 7 de Janeiro, já à arrematação do primeiro quilómetro. Algumas propriedades já foram justas pela Câmara, que em tempo competente requereu ao governo actual a expropriação urgente, por utilidade pública, dos terrenos necessários para toda a linha da avenida. Até hoje não consta que tenha sido dada resposta a este requerimento da Câmara. Porquê? Mistério! Provavelmente os governamentais, que enquanto oposição hostilizaram abertamente o melhoramento referido, querem agora negar à cidade de Braga. o que lá lhe fora concedido pelo governo progressista. (...) Mas então como é que, tendo pedido com tanta instância e entusiasmo a avenida, está agora, (*o povo*) mudo e quedo em face da demora que tem havido no deferimento da representação da Câmara? Francamente que não compreendemos um arrefecimento tão súbito nos ânimos, a não ser que se julgue a avenida menos útil agora, do que o era então. Porém como fundamentar estas razões? A cidade não desmereceu por enquanto da importância que tinha, nem o santuário tampouco. Não. É-nos grato acreditar que o povo de Braga reconhece ainda as grandes vantagens que advirá a esta cidade da construção da avenida para o Bom Jesus. Por isso esperamos que não olvidará este assunto, que prende muito de perto com os interesses de todos nós. É preciso requerer novamente ao governo para que decrete a expropriação por utilidade pública dos terrenos para toda a linha da avenida. Neste mesmo sentido deverão ser feitas manifestações públicas de toda a ordem dentro dos limites da prudência e da legalidade A Associação Comercial como legítima representante dos interesses do comércio bracarense não deverá também olvidar esta questão, que muito de perto tratou, e ate promoveu. Lembrem-se todos de que se trata de um assunto de interesse vital para esta cidade. Braga tem sido menosprezada pelos governos, e contudo tem direito a melhoramentos como as outras terras, pois como elas contribui para o tesouro nacional. Ao passo que nós vamos ficando no rol dos esquecidos, Guimarães locupleta-se porque teve a felicidade de encontrar bons padrinhos. Lá vão ter também uma avenida e sem gastar um ceitil porque é toda feita a custa do tesouro. Depois terá o caminho-de-ferro para Chaves, pois supõe-se que a promessa de construção desta via ate Fafe, não tem outro fim, senão entregá-la nas mãos

> da Companhia do Bougado. Enfim, se Braga não acordar da letargia a que se abandona, verá dentro em pouco todos os seus interesses cerceados e a sua importância sensivelmente amesquinhada. Tendo sido quase sempre um instrumento inconsciente mas mãos de políticos hábeis, continuará a desempenhar este ridículo papel sem conseguir senão o escárnio daqueles que pretendem explorá-la em prol de interesses pessoais e facciosos." – (*Comércio do Minho,* 13 de Maio de 1890).

O *Comércio do Minho* era um jornal miguelista muito conservador. Mas durante o episódio da Avenida, a cidade possuía outro periódico da mesma matriz: A Cruz e a Espada. Curiosamente estes últimos legitimistas pertenciam à equipa dos descrentes, acusando os outros de ingenuidade:

> "Há ingénuos que se capacitam da sinceridade das promessas dos que podem; mas esses são em pequeno número. Braga tem visto pôr bandeirolas sempre que os governos careçam do espírito popular e parece-nos que desta vez não seremos mais felizes porque tudo isto é uma bandeirola. E senão, venha a votação da verba destinada a esta obra e venha a obra antes da eleição para deputados." – (*A Cruz e a Espada,* 23 de Março de 1889).

Já o Constituinte começou por tratar a questão com pinças. Não queria ferir susceptibilidades. Começou por considerar que se tratava de um grande e útil melhoramento, mas pouco conveniente nas actuais circunstâncias. Numa fase posterior, procurou mostrar a inutilidade da obra:

> "De menos dispêndio e mais proveito seria sem dúvida uma estrada ampla para o Bom Jesus que facilitasse o movimento sem os perigos a que estão expostos em dias de grande concorrência os moradores da Rua D. Pedro V. E os mesmos transeuntes que em passeio ou peregrinação concorrem àquele Santuário Mas substituir esta urgente necessidade por uma vaidosa avenida, cujo preço há-de ser importantíssimo, caso se faça mas condições reclamadas por estas obras verdadeiramente luxuosas. É no nosso parecer somente uma faustosa inutilidade e nada mais. As avenidas são hoje os figurinos da moda; quando se fala em avenidas, não há ninguém que se não sinta possuído de certos pruridos de bom nome de coquetterie, entendendo que sem elas não há elegância nem donaire em uma cidade. As avenidas estão para o enfeite das cidades como as crinolinas de outras eras e os estilos da actualidade; e contudo as avenidas só têm defesa e prestam serviços quando por meio delas se alargam bairros de grande movimento comercial e industrial, povoando-os de prédios elegantes e aparatosos estabelecimentos. As avenidas são o bom marché do comércio, o bazar distinto da

> moda e o rendez-vous dos elegantes; se não forem isto, só por uma farsada e ridícula classificação se poderão chamar avenidas. Ora, é precisamente o que há-de acontecer com a tal sedutora avenida que merecerá quanto muito o modesto nome de alameda e que será eternamente uma rua larga, despovoada, porque nem o nosso limitado comércio se estende para o Bom Jesus, nem abundam por tal modo os capitais em Braga, que se vão empregar improdutivamente em prédios formosos pelas margens de uma estrada que apenas terá concorrência notável em alguns dias de Verão. A Avenida é simplesmente uma melodia sonora com que se pretende adormecer em leito decorado de ornamentações postiças, os ingénuos eleitores. (...) Já temos de sobra ruas despovoadas para que se venha agora com falazes encantamentos hipnotizar os ingénuos eleitores. As ruas do Caires, Avelino, de Frei Caetano Brandão, de Santa Margarida e essa outra inominada que dá passagem para Santa Tecla, são documentos indestrutíveis da ineficácia de mais uma avenida, que há-de ficar deserta ou servir quanto muito para rendez-vous nocturno de vagabundos e vagabundas." – (*O Constituinte,* 11 de Maio de 1889).

O *Comércio do Minho* era um jornal ponderado e só em momentos muito especiais, quando sentia que o povo estava revoltado com a situação liberal, é que assumia um discurso mais agressivo. Mas no caso que agora relatamos não foi assim. A família real visitou o Norte em Outubro de 1887 e passou por Braga. Em Setembro, logo após o anúncio da visita, o jornal chamou a atenção da Câmara. Achava inadmissível que ela atribuísse 500 mil reis para as despesas, num momento em que os pobres eram em grande número, sem ninguém capaz de lhes acudir. Mas o verdadeiro problema nasceria com um artigo que ocupava quase toda a primeira página da edição de 6 de Outubro. Tratava-se de uma espécie de carta dirigida à princesa D. Amélia. Num tom muito respeitoso, o articulista, precisamente o redactor principal Albano Coelho, começou por tecer alguns comentários, onde dava a entender que a princesa andava enganada pelos acólitos e que não conhecia a realidade do país em que vivia. O problema é que além destes comentários respeitosos iniciais que parecia não estarem a atacar a família real, a parte final do documento era diferente. Continha ameaças directas, parecendo estar a promover uma revolução.

> "Com o dinheiro que a vossa real família gasta numa hora, teriam pão milhares de portugueses; com os vestidos que vós todos mandais fazer nas casas de modas do estrangeiro, seria coberta a miséria de milhares de infelizes, que tiritam quando o frio lhes vergasta a nudez. E vindes escarnecer dos pobres, oh monarcas! E vindes rir sobre os

> seus farrapos, oh felizes. Amanhã, a coroa que vos circunda a fronte, pode ser despedaçada pelo povo; as vestes riquíssimas que vos ataviam, podem ser esfarrapadas pelas garras desse gigante esfomeado; os diamantes que trazeis semeados nos cabelos, podem ser arrancados violentamente pela plebe; a vossa carne mimosa pode ser arrastada sobre os seixos da vereda. (...) O povo está cansado alteza, dos desperdícios dos governos e dos esbanjamentos do chefe do Estado. O povo odeia o primeiro magistrado da nação, o que mais ganha, o que, mais se diverte, o que menos se importa com o interesse de Portugal. O povo há-de tirar desforço dos insultos que lhe dirigem nessas carruagens sumptuosas, nesses jantares opíparos, nesses bailes deslumbrantes, nessas bandeiras e luminárias com que se amortalha o nome glorioso da nação portuguesa. Duvidais da profecia, augusta senhora? Talvez não venha longe o dia da desilusão. O povo português é leão amoroso nos dias de felicidade; mas também é chacal insaciável nas horas de desespero. Dizei à vossa real família que continue a rir sobre as desgraças do povo, que ostente toda a sua grandeza, que esbanje toda a sumptuosidade, e que espere pelo dia de amanhã, que há-de ser, talvez, iluminado pelos clarões de Krupp!" – (*Comércio do Minho,* 6 de Outubro de 1887).

Este discurso foi muito mal recebido no mundo liberal bracarense. Naquela noite de 6 para 7 de Outubro, a redacção do *Comércio do Minho* foi invadia, acabando alguns números do jornal por perecer na fogueira. O redactor, que estava presente, foi coagido a apresentar-se na varanda do edifício para poder ser vaiado pela multidão que se apinhava em baixo. Simultaneamente foi obrigado a retractar-se:

> "A redacção do *Comércio do Minho,* prestando sincero tributo à verdade, à honra, à justiça e principalmente à família real portuguesa e a todo o povo bracarense que, neste momento, acaba de dar tão enérgica demonstração dos seus princípios liberais, retracta-se cabalmente de tudo quanto exarou no seu nº 2:172 e que mesmo ao de leve pudesse melindrar a realeza constitucional p ortuguesa ou o público desta augusta cidade. Certíssima de que somente uma excessiva paixão podia levá-la a fazer comentários injustos, compromete-se a, de hoje em diante, apreciar factos desta ordem à luz da mais intemerata lealdade." – *(Comércio do Minho, Suplemento ao nº 2173).*

À entrada da última década do séc. XIX, os sinais de borrasca económica adensavam-se, como já vimos. Aflito com as suas próprias dificuldades, o Brasil e as remessas dos seus emigrantes deixaram de ser os amortecedores da crise portuguesa. Tudo se conjugava para que os diferentes aspectos da crise se manifestassem em

simultâneo – económicos, sociais e políticos. Como já vimos, a apetência internacional pela posse de colónias estava a aumentar, sobretudo entre as nações mais industrializadas que precisavam delas para amainar as dificuldades criadas pela concorrência. O caso português era diferente. Embora fosse agora muito mais industrializado, aquilo que movia o país eram sobretudo razões históricas, ligadas à lembrança de um passado glorioso que não queria perder.

O descalabro consumou-se em Janeiro de 1890. Deixemos a imprensa bracarense falar:

> "A Inglaterra julgou-se com direito a fazer mão baixa a algumas das possessões africanas. Há muito que se preparava para isso. (...) Manda ao governo português um ultimatum, informando-lhe que mande imediatamente retirar todas as praças, autoridades e expedições portuguesas estacionadas na margem do Chire além da confluência do Rhuo e ao sul do Zambeze na região do Mashonas. Isto sob pena de serem ocupadas pelas forças inglesas Quelimane, Lourenço Marques e S. Vicente de Cabo Verde. (...) Em bom inglês este ultimatum quer dizer: Dêem-nos para cá em boa harmonia todas as possessões portuguesas, se não tomar-lhas-emos à força e ainda em cima os bombardearemos com os nossos poderosos couraçados. (...) O governo português, julgando-se impotente para resolver este grave conflito, determinou pedir a sai demissão. Fez bem. Mas o que fará o governo que vier? A culpa não se pode atribuir ao governo actual. Já vem de longe o abandono das nossas colónias. Já há muito que os bons portugueses lamentavam a incúria com que os governos têm tratado as questões africanas." – (*Comércio do Minho,* 14 de Janeiro de 1890).

Ligado ao partido progressista, o *Correspondência do Norte* desculpou o governo:

> "O governo, prudente mas enérgico e sensato fez todos os esforços e empregou todos os meios para desviar a audácia e a ambição. Mas não o tendo conseguido, pediu a sua demissão e fez muitíssimo bem porque ante a desonra de ceder a exigências mal cabidas, entendeu que melhor era a glória de confessar que não podia vencer a força com que se pretendia esmagar o nosso direito." – (*Correspondência do Norte,* 15 de Janeiro de 1890).

As ondas de choque trazidas pelo conflito reflectiram-se em momentos de grande fervor nacionalista. Os estudantes do Porto, pertencentes à Escola Médico-Cirúrgica e ao Liceu vieram até Braga onde, juntamente com a academia bracarense, participaram num cortejo no dia 18 de Janeiro. Uma semana depois, o *Comércio do Minho*

relatou que os estudantes arrancaram as tabuletas da Mala Real Inglesa que se achavam em alguns estabelecimentos.

A mobilização da academia bracarense foi muito rápida. No dia 14 de os estudantes já estavam comprometidos na luta contra o atentado inglês:

> "A Academia bracarense reuniu-se no dia 14 às 3 horas e meia da tarde no Ateneu Comercial. (...) Por proposta do presidente nomeou-se uma comissão para granjear donativos entre o povo de Braga, para a ajuda da compra de couraçados. o mesmo já tinha sido feito no Porto. (...) Foram adidos a esta comissão todos os presidentes das associações bracarenses e redactores de jornais, pedindo para que estes abram subscrições nos mesmos."

No início de Fevereiro, *A Cruz e a Espada* fez jus à sua condição de jornal legitimista e ultraconservador, lembrando uma boa forma de travar a influência britânica.

> "Justificadíssimas são as medidas que estamos tomando para cortarmos as nossas relações com a Inglaterra. Mas se isto merece a nossa fiel aliada, o que não merecerão os nossos patrícios inglesados, azafamados em introduzir no nosso país a mais variada mercadoria inglesa?! E que se não poderá dizer dos portugueses que se prestam a aceitar tal mercadoria em vez de a repelirem e ao mesmo tempo estigmatizarem os importadores?! Referimo-nos ao odioso e criminoso mercado das denominadas bíblias, receptáculo de falsas e perversas doutrinas, inspiradas e apregoadas pelos apóstolos cuja santidade produz destas acções com que acaba de nos mimosear a Inglaterra." – (*A Cruz e a Espada,* 1 de Fevereiro de 1890).

O futuro político do país não se apresentava nada lisonjeiro. As hipóteses da implantação da república pareciam crescer e assustavam os mais conservadores e por vezes criavam neles algum conformismo.

> "Quem virá?
>
> E' a pergunta que todos fazem; e ninguém responde, apesar de todos saberem a resposta. O governo regenerador está agonizante e não pode sustentar-se. Os progressistas não assumem nestas circunstâncias a responsabilidade de um ministério. Para quem apelar? Ou para um ministério de conciliação, ou para a república. Ministério de conciliação é impossível nesta ocasião, porque há sérias rivalidades, estreitas contas a ajustar entre os dois partidos liberais mais importantes. E se bem que nestas alturas deverem ser postas de parte todas as rivalida-

des, é certo que o não serão, atendendo ao vício de origem. Que resta, pois? A república. E é tal o incremento que ela vai tomando, que nos não surpreenderá o vermos de um dia para outro implantado este sistema em Portugal. Os próprios monárquicos liberais estão já tão resignados, que nos parece que a nova forma governamental será estabelecida aqui sem resistência. Antes assim. Resistir para quê, se foi a monarquia liberal que alimentou a revolução até ao ponto em que a vemos agora? Venha, pois, a república, e em boa hora. Não nos entusiasmaremos com o seu advento e muito menos o havemos de contrariar. Para melhor, supomos que não iremos; para muito pior, também não. Temos a consolação de não haver concorrido para originar o estado de cousas presente. Aqui, neste lugar, fizemos constantemente salutares advertências em harmonia com os ensinamentos da Igreja. Não nos escutaram. Tanto pior. O resultado há-de ver-se, porque a hora do arrependimento aproxima-se. Quando nós e todos os católicos pedíamos ao governo que mandasse missionários para as colónias portuguesas, responderam: *percam-se as colónias, mas salvem-se os princípios.* As colónias estão em caminho de perdição, mas os *princípios* que os liberais queriam *salvar* não têm também muita saúde. O ídolo, que parecia um colosso, vai mostrando os seus pés de barro. No meio desta derrocada lamentável, pesa-nos sobretudo a perca das colónias, que são a razão de ser da nossa nacionalidade. Se fosse possível um supremo esforço capaz de salvar aquela herança sagrada que nos legaram os nossos conquistadores e missionários, declaramos que nos associaríamos a ele, quer partisse de um governo monárquico, quer do republicano. Venha, pois, a república muito embora mas venha com intenções patrióticas e dignas do povo português. Na situação em que infelizmente se encontra este país, só uma forte convulsão pode arrancar-nos do lodaçal a que descemos, ou acabar de nos precipitar nele. E' por isso que todos estão resignados com o incremento republicano e dispostos a aceitar a aclamação da república como um facto naturalíssimo, consequência lógica da escola perniciosa há mais de 50 anos implantada em Portugal." – (*Comércio do Minho,* 11 de Fevereiro de 1890).

Foi na segunda metade de 1890 que a descrença no regime monárquico se tornou mais visível. O parlamento, talvez pressionado pelas representações que lhe eram dirigidas e pelas manifestações que começaram a irromper um pouco em todo o lado, recusou aprovar o tratado assinado entre Portugal e a Inglaterra no dia 20 de Agosto. Corria o boato de que numa dessas representações, os signatários tinham ameaçado naturalizar-se espanhóis. Os populares ainda estavam demasiado feridos e não aceitavam que o inimigo inglês pudesse tirar vantagens. E depois estava lá formalizada a cedência portuguesa na questão do Ultimato e a liberdade britânica de acesso ao porto da Beira. É que os britânicos queriam servir os territórios

que acabavam de ocupar. A consciência nacionalista sentia o acordo como algo humilhante. Braga, pela mão da Associação Comercial iniciou um processo de recolha de assinaturas e marcou um comício. O Ateneu Comercial também se movimentou. Pressionado por todos os lados, o governo acabou por se demitir. Aguentara-se menos de nove meses e agora que era necessário substituí-lo dava a sensação que ninguém queria assumir a responsabilidade. Demoraria um mês a aparecer. Seria chefiado pelo general João Crisóstomo, um militar extrapartidário.

O vazio do poder era algo muito perigoso. Em 30 de Setembro, quinze dias após o eclipse do governo regenerador de Serpa Pimentel, o *Comércio do Minho*, muito assustado, declarou:

> "Governe-nos quem quiser. Não questionamos nomes. O que queremos, o que exigimos é probidade política. Se há aí nos partidos liberais alguns homens nestas condições, venham, apresentem-se que os receberemos com aplauso. Se os não há, ponham-se de par te princípios e instituições, deixem passar os novos, sejam quem forem que se julguem com força para arcar com as dificuldades presentes e colocar no seu eixo próprio as cousas nacionais."

Ainda por cima, este vazio político estava a acontecer no meio de uma violenta crise económica internacional. A casa bancária Baring Brothers, que sustentava o estado português, abrira falência e de um momento para o outro tornara-se muito mais difícil conseguir crédito. Simultaneamente, como já vimos, as remessas dos emigrantes brasileiros diminuíram drasticamente em resultado das dificuldades que afligiam a nossa antiga colónia. Tudo se conjugava para um final de século atribulado. Mas isso já está fora do âmbito deste trabalho.

Para terminar vamos dar mais uma vez a palavra à cidade de Braga. E recorreremos como tantas outras vezes ao *Comércio do Minho*. É que, entre os vários jornais existentes em arquivo, ele foi o único onde encontramos um relato pormenorizado do 31 de Janeiro dentro das portas da cidade. Como se verá, o boato imperou naquele dia.

> "Eram pouco mais de 8 horas da manhã do dia 31 quando nesta cidade começou a circular insistentemente o boato da revolução no Porto. Dizia-se que o Regimento de Infantaria nº 8 ia partir; por isso juntou-se muita gente defronte do quartel do Campo da Vinha. Constava

que a revolução rebentara ao mesmo tempo e, Lisboa e no Porto e havia até quem dissesse em Coimbra.

Imagine-se a surpresa e o tumulto. Todos se perguntavam notícias, todos acrescentavam o que ouviam, de maneira que dentro em pouco as versões mais inverosímeis corriam entre o povo embasbacado e atónito. Havia quem ousasse afirmar que o Regimento de Infantaria 8 também tinha de levantar-se a favor da república; mas este boato foi desmentido pela obediência com que todos, oficiais e soldados se reuniram, prontos a marchar à ordem do seu digno comandante. Não pode descrever-se a variedade de notícias que circulavam todas infundadas e a maior parte contraditórias até. Todos os jornais chegados no comboio das 8 e meia foram devorados – não lidos.

Enquanto o Regimento se aprontava, a multidão comentava ou discutia os acontecimentos. Cerca do meio-dia pôs-se em marcha a tropa. A cavalaria aqui destacada seguia pela estrada de macdam sem se saber para onde; o Regimento de Infantaria embarcou em comboio especial. Em todo o trajecto do quartel para o caminho-de-ferro alas enormes de povo formavam pelas ruas juntando-se depois todo na estação, que foi invadida a fim de presenciar a partida da tropa. Depois, aquela multidão, composta de quase todas as classes, dispersava em ordem, ficando apenas alguns grupos em vários pontos da cidade.

No comboio da 1 e meia da tarde que chegou a esta cidade, vieram do Porto algumas pessoas que trouxeram as mais horrorosas notícias. Exagerava-se tudo, aventavam-se os acontecimentos mais extravagantes. Os republicanos daqui, supondo que a revolta do Porto vencesse, aprontavam-se, dizia-se, para uma manifestação republicana. Não sabemos se eles pensaram ou não nessa manifestação. O facto é que constou, tratando cada um de se precaver contra qualquer eventualidade. A autoridade também adoptou medidas para obstar a desvarios.

Em Braga contava-se com a república, esta é a verdade. Porque às notícias aterradoras do Porto, juntavam-se as que alguns diziam saber de Lisboa. Os próprios republicanos respondiam a quem os interrogava: – Em Lisboa, bom êxito; como quem diz: em Lisboa está proclamada a República, são favas contadas.

À noite, a ansiedade das notícias subiu de ponto. No Campo de Sant'Ana e na Arcada, a multidão era compacta. Em todas as lojas de comércio havia grande concorrência de gente a discutir os acontecimentos e a comentar os boatos. Nesta altura alguém se lembrou de explorar a curiosidade pública fazendo imprimir suplementos os mais absurdos, imprudentes e comprometedores, tais foram os suplementos à Cruz e Espada e ao Comércio de Braga.

O suplemento da Cruz e Espada dizia entre outras coisas, que o Presidente da Câmara Municipal do Porto fora quem proclamara a república e arvorara a bandeira republicana; que fora morto o comandante da guarda municipal e que esta, exausta do cartuchame, se rendera aos revoltosos; que à frente dos revoltosos se encontraria o general Calheiros, e que os sargentos de Infantaria 8 levantaram vivas à república

na estação de Braga. Tudo mentiras que vieram aterrar a cidade pacata, animar os republicanos exaltados e comprometer os oficiais inferiores de infantaria 8. O do Comércio de Braga reproduzia estas mesmas mentiras, agravadas com outras também imprudentes e até criminosas.

Para serenar os ânimos apareceram depois suplementos à Correspondência do Norte e ao Regenerador, restabelecendo a verdade com um telegrama oficial. Deve-se, porém, confessar que estes não foram acreditados por muita gente e houve quem dissesse que o telegrama era forjado. À hora da chegada do comboio da noite, a estação do caminho-de-ferro encheu-se de gente. Todos corriam para ali, ávidos de notícias, esperando os jornais do Porto.

Mas não foi satisfeita a curiosidade por toda esta gente porque os jornais não vieram. Sabia-se apenas que estavam suspensas as garantias e dizia-se que a revolução continuava. Grupos de curiosos cercavam os vendedores de jornais, perguntando notícias. Porém estes pouco sabiam, e tantos que contavam as coisas mais absurdas e extravagantes. Diziam por exemplo que a artilharia estava dividida entre os revolucionários e os fiéis, e que a mortandade continuava.

Começou então a constar, não sabemos com que fim ou fundamento, que os republicanos de Braga preparavam uma manifestação. Estava já pronta a bandeira para ser arvorada na Câmara, música para tocar a Portuguesa e até nomeado o governo provisório. Tudo patranhas, pois o facto é que Braga inteira se conservou sempre numa expectativa ordeira. Todavia a autoridade não deixou de se prevenir. Os principais homens dos diferentes partidos uniram-se ao Sr. Governador Civil e puseram-se à sua disposição.

No quartel estavam alguns soldados sob as ordens do digno capitão Marques. Este brioso oficial fez chamar todos os militares que estavam de licença por motivo de estudos, formando assim um corpo de 20 praças armadas o qual esteve toda a noite de prevenção. O corpo de polícia civil estava também de prevenção, e assim a guarda-fiscal e os bombeiros municipais. Felizmente não ocorreu incidente nenhum; a cidade conservou sempre um aspecto pacífico e ordeiro. Honra seja feita aos seus laboriosos e honrados habitantes.

Apesar de dizer que o Regimento de Infantaria 8 não voltava para Braga, entrou aqui no comboio da manhã do dia 1º do corrente, com geral contentamento. Já a esse tempo se sabia ao certo achar-se sufocada completamente a revolta do Porto. Soube-se também que o Regimento fora daqui para Penafiel onde pernoitara, não se levantando do seu seio um único grito subversivo.

A cidade retomou a sua atitude habitual, lendo-se em todos os rostos a satisfação por ter sido reprimido o movimento revolucionário, mas lamentando-se geralmente as vítimas de tamanho desvario. Constou que passara por esta cidade em direcção ao Gerês o Dr. Alves da Veiga que proclamou a República no Porto. Diz-se que no Gerês se dirigia à Galiza. Não sabemos nada disto. Estão presos o proprietário do Comércio de Braga e os rapazes que vendiam os suplementos. Consta-

> -nos que a oficialidade de Infantaria 8 quer processar aquele periódico e a Cruz e Espada por terem dito que a mesma oficialidade levantara vivas à República. Também corre que será dissolvido o Centro Republicano desta cidade, fundado há poucos dias ainda. Tudo isto são boatos, cuja veracidade não garantimos." – (*Comércio do Minho,* 5 de Fevereiro de 1891).

Estava dado o pontapé de saída para o movimento que conduziria, 20 anos depois, à implantação do regime republicano. Mas em 5 de Outubro 1910 o país tornara-se muito diferente. As ideias republicanas e socialistas que até aqui tinham caminhado a par, já não se apresentavam unidas. Foi um processo de separação que principiou ainda antes do 31 de Janeiro. Se consultarmos a imprensa anterior e posterior ao 31 de Janeiro, encontraremos referências cada vez mais insistentes a esta separação. O próprio *Comércio do Minho* a fazia, num artigo que publicou em 4 de Abril de 1891 copiado do jornal *A Província*:

> "A ideia de uma revolução meramente política, no mais estreito significado desta palavra, tendo por único objectivo o rei e a corte, não passa de uma fantasia ridícula. Substituir no cargo supremo da magistratura nacional o sr. D. Carlos de Bragança, hereditário, pelo sr. Manuel de Arriaga, electivo, equivale a uma veleidade infantil, de cuja satisfação resultariam todos os inconvenientes de um profundo abalo nacional, sem qualquer das vantagens que legitimam e justificam as tempestades políticas."

Novos tempos e novas preocupações se abriam para as forças conservadoras da cidade. A importância e presença do movimento operário em modo crescente despoletavam cada vez maior pânico no conservadorismo bracarense.

> "Tem-se desenvolvido extraordinariamente nos últimos tempos estas associações (*Associações de Classe*). (...) Se em lugar de grémios beneficentes degenerarem para focos subversivos da ordem social, então a sua existência será denunciada como um perigo e as que forem conservadoras do existente há-de ver-se constrangidas a fazer-lhes guerra e a extingui-las em nome do bem geral que prevalece ao bem particular de qualquer classe. (...) No proporcionamento de recreios, por exemplo, deve-se procurar sempre os mais inocentes e económicos a fim de que não vá o operário gastar num dia toda a féria de que precisa para se sustentar e à família numa semana inteira. Resultaria daqui um desequilíbrio financeiro difícil de sanar e é de ordinário desse desequilíbrio que procedem muitos crimes, muitas desgraças,

> um recrutamento terrível para a tuberculose, para o vício, para a miséria, enfim. (...) Podem também nascer perturbações que lancem a desconfiança e o ódio entre o capital e o trabalho." – (*O Comércio do Minho*, 23 de Outubro de 1900).

Os conservadores estavam longe de imaginar como seria enorme a complicação social que teriam de enfrentar durante a República.

AS GRANDES OBRAS QUE TINHAM FICADO POR FAZER

Como foi afirmado no início, os dirigentes municipais privilegiavam as obras capazes de conferir uma imagem de progressismo. Em contrapartida era adiado o abastecimento de águas, considerado demasiado caro para poder ser levado à prática sem comprometer as acções apontadas como prioritárias. Mas após o ultimato aconteceram mudanças. O abastecimento de águas entrou na ordem do dia, juntamente com outro melhoramento, que embora não fosse tão prioritário, existia no imaginário das populações como algo que marcava o início da idade do progresso. Referimo-nos à iluminação eléctrica, cuja concretização, ocorreria no final do séc. XIX.

O abastecimento de água

Era um verdadeiro tormento conseguir prover de água as habitações das classes mais pobres. Sobretudo no Verão, formavam-se filas intermináveis que podiam constituir um atentado à moral pública devido às discussões e agressões que geravam. O mesmo não se passava com alguns privilegiados das classes altas que beneficiavam de acesso à rede de distribuição, conseguida por meio de contratos que tinham firmado com a Câmara em troca de alguma vantagem que lhe haviam concedido. Mas mesmo estes não estavam ao abrigo de contratempos, pois nos momentos mais dramáticos de grande carência, a edilidade chegava a cortar os fornecimentos. Os primeiros sinais de que algo estava a mudar aconteceram já depois do Ultimato. Por instâncias da Comissão Distrital, a Câmara decidiu criar uma comissão para estudar o problema. Mas ainda faltava um longo caminho a percorrer. Demoraria ainda muito tempo até as autoridades se convencerem de que só com o recurso à água do Cávado seria possível resolver satisfatoriamente o problema. A comissão agora

constituída demoraria 4 meses a produzir um parecer onde na prática reconhecia a sua incapacidade. Decidiu que se devia contratar um engenheiro, que a troco de 500 mil reis decidiria o mais conveniente. E a coisa por ali ficou. Dois anos depois, o problema continuava no mesmo ponto e assim continuaria. Por proposta do vice-presidente deliberou a Câmara solicitar do governo autorização para vender os papéis de crédito que possuía. Procurava evitar o recurso aos empréstimos pois considerava que os munícipes, demasiado sobrecarregados com impostos, não aguentariam um novo aumento da carga fiscal local.

Infelizmente, o dinheiro era curto e a vontade de deixar obra era muito grande. Em Agosto de 1894, por unanimidade, a Câmara decidiu contrair um empréstimo de 100 contos e a sua aplicação já previa 35 contos para o abastecimento das águas. Era até a fatia mais volumosa. Mas a presença de outras verbas ligadas ao alinhamento e embelezamento de ruas, demonstrava que a câmara ainda não tinha tomado consciência da dimensão do problema que enfrentava. E lá estavam os malfadados impostos. Para acorrer aos encargos do empréstimo até à sua completa amortização, propunha-se lançar 5 reis em cada cabeça de aves que fosse expostas à venda nos mercados da cidade, um real em cada kg de farinhas trigas entrado no concelho e dez reis em kg de manteiga nacional ou estrangeira, incluindo a de margarina. Foi o suficiente para aparecerem protestos.

Um ano depois estava tudo estagnado, provavelmente devido à sindicância de que a Câmara foi objecto e que envolveu a demissão do tesoureiro, acusado de desvio de dinheiro. Só em 1897 o processo seria retomado, tendo então a Câmara representado ao Parlamento para poder finalmente contrair o empréstimo de 100 contos anunciado anos antes.

No final desse ano a Câmara recusaria a única proposta apresentada ao concurso para o abastecimento.

> "Foi apresentado o parecer da respectiva comissão acerca da proposta de João Flores e António Augusto Henriques Ferraz para abastecimento de águas da cidade; e a Câmara concordando plenamente com aquele parecer resolveu rejeitar aquela proposta que se não conforma com as condições gerais do concurso elaborado e aprovadas pela Câmara e devidamente anunciadas e que formula condições novas e onerosas que esta Câmara não poderia aceitar." – (*Livro de Actas de 1895-98 da Câmara Municipal,* 22 de Janeiro de 1898).

Em 16 de Abril de 1898, o *Comércio do Minho* apresentou nas suas páginas as bases para um novo concurso de abastecimento. A consciência da necessidade de procurar a água do rio Cávado ainda não aparecera, mas houve avanços significativos. Já se pensava no envolvimento obrigatório dos particulares que possuíssem meios suficientes.

> "A Câmara custeará a despesa necessária à canalização da água para 10 marcos fontenários, uma fonte monumental e para as bocas-de-incêndio cuja água o concessionário é obrigado a fornecer gratuitamente. Todos os proprietários de prédios cujo rendimento anual não seja inferior a 20 mil reis, terão de encanar a água à sua custa desde a soleira da porta até ao último andar, ainda mesmo fora do perímetro da cidade até onde esteja estabelecida a canalização. O concessionário é obrigado a fornecer a água a 60 reis o m/3 para os estabelecimentos públicos e 200 reis para os particulares, ficando com o direito de reduzir estes preços e cortar a canalização aos indivíduos que não pagarem a água consumida. Desde que o produto da venda da água atinja um rendimento de 10 contos anuais o concessionário é obrigado a contribuir para o município com 50% sobre o excesso desse rendimento. (...) Por cada dia que houver interrupção no abastecimento da água, salvo caso de força maior, o concessionário fica sujeito à muita de 30 mil reis."

Quatro anos depois as coisas ainda continuam no mesmo ponto. O concurso de 1898 tinha permanecido vazio de propostas consideradas aceitáveis e os problemas da seca repetiam-se de forma recorrente. Mas a Câmara preparava-se. Projectou um conjunto de impostos para não ser apanhada desprevenida quando chegasse a hora da verdade, coisa que gerou desconfianças. O bolo previa um real em cada Kg de carvão mineral consumido no concelho, 10 reis em cada litro de petróleo, um real em cada Kg de sal, 50 reis em cada kg de baga de sabugueiro, 15 reis em cada kg de sebo das rezes abatidas no matadouro e 20 reis em cada suíno que entrasse no mercado. Por cada lugar para a venda de calçado em abarracamento coberto, 500 reis por dia, não excedendo quatro m/2 e por cada metro a mais, acresceriam 100 reis. Por cada lugar para venda de calçado ao ar livre, 200 reis não excedendo 4 m/2 e por cada m/2 a mais acresciam 40 reis: por cada carro de géneros alimentícios para venda no mercado seriam 200 reis e por cada metro de terreno ocupado nas praças, largos e ruas da cidade, 10 reis. Por cada lugar permanente 1500 reis anuais em cada m/2. Os lugares cobertos

seriam taxados em 2000 reis por cada m/2. A ideia era a produção de receita na ordem dos 10 contos. Era muito duro.

As resistências apareceram e vieram do lado onde era mais previsível, da Associação Comercial. Os industriais e os comerciantes reuniram-se naquela Associação, chegando alguns a alvitrar o fecho dos negócios. Os comerciantes temiam que a alta de preços provocasse a fuga das vendas para outras localidades que amparadas pelos preços mais baixos poderiam facilmente abastecer todo o distrito. *Também temiam que os novos impostos fossem aplicados, mesmo que o novo abastecimento da cidade não fosse levado à prática*. Ainda por cima, a Comissão Distrital eliminou a verba que resultaria dos impostos sobre o sebo e sobre o carvão. Era demais. Incapaz de dar resposta às dúvidas e temores, a Câmara tomou a decisão que queria evitar. Em 12 de Fevereiro de 1903, o *Comércio do Minho* noticiou:

> "Atendendo porém a que a este melhoramento se tem desde o seu início posto os maiores entraves. (...) Atendendo a que nos cercearam os meios de acção com a não aprovação de parte dos impostos que constituem a dotação desse empreendimento. (...) A Câmara resolve abandonar este grande empreendimento do abastecimento de águas da cidade e suprimir as novas taxas e o aumento das existentes dos lugares avulsos e permanentes das praças e mercados da cidade, cônscia de ter cumprido o seu dever, declinando a responsabilidade que lhe diz respeito."

Seria uma desistência não consumada. Os lamentos pela falta de água repetiam-se e a Câmara acabaria por aceitar de bom grado a oportunidade que lhe surgiu. Em 28 de Fevereiro de 1905, o *Comércio do Minho* informou:

> "Estiveram sexta-feira, sábado e domingo nesta cidade, retirando às 4 horas e trinta da tarde deste dia em automóvel para o Porto, três engenheiros, representantes da casa Hugues e Lancaster de Londres, concessionária das obras de saneamento daquela cidade e que como se sabe pediu licença à vereação bracarense para, sem dispêndio nenhum deste corpo administrativo proceder a estudos e elaborar projectos de abastecimento de águas e saneamento da nossa cidade. Os referidos técnicos foram sexta-feira, acompanhados do Sr. Dr. João Teixeira da Silva, ilustre capitão de engenharia, reconhecer as nascentes do Rio Este, visitando S. Mamede de Este, Rui Mau e as Sete Fontes do Sameiro. As impressões que trouxeram desta visita foi que por mais explorações que se efectuassem, nunca se conseguiria obter em todas

> as nascentes referidas juntamente com as das Sete Fontes de Montariol, o volume de água suficiente para o abastecimento da cidade. Para as necessidades actuais são precisos diariamente 1.500 m/3 de água; dentro de alguns anos, dotada a cidade com os prometidos caminhos-de-ferro e com as projectadas obras de saneamento, essa necessidade aumentará com o hábito de limpeza contraído pela população, elevando-se o consumo diário de água a 3.000 m/3. Ora, está calculado que o máximo que se poderia obter nos citados mananciais, em ocasião de estiagem, seria 600 m/3, sujeitos ainda a incertezas e contingências. *Assim têm de ser postas de parte as nascentes dos montes circunvizinhos de Braga, por insuficiência*. Resta portanto o recurso às águas da Abadia ou do Cávado. As da Abadia está provado que são excelentes, porém a sua canalização é muito dispendiosa e sujeita a malfeitorias dos naturais da região. As do Cávado têm a vantagem de ser um manancial inesgotável, mas a qualidade não é tão boa, sendo preciso filtrá-la à entrada do cano geral que há-de conduzi-las à cidade depois do que ficarão superiores em qualidade às do Alviela, do Tejo, do Mondego e do Sousa que abastecem as cidades de Lisboa, Santarém Coimbra e Porto."

Vinda de pessoal técnico estrangeiro tão avalizado, a informação não tinha contraditório possível. Era mesmo necessário recorrer ao Cávado e a partir daqui as coisas avançaram, embora de forma lenta. Ainda surgiram dúvidas e medos, como os que são relatados pelo *Comércio do Minho*, receoso de que a Sociedade de Electricidade que concorrera ao abastecimento da água no novo concurso aberto pela Câmara, pensasse utilizar as suas máquinas de produção eléctrica da Furada para a elevação do precioso líquido até à cidade. O trabalho de tais máquinas, muito próximas da fábrica de papel de Ruães, era a garantia garantida de que a água viria carregada de poluição. E depois havia também a questão dos impostos que necessariamente iriam subir. O *Comércio do Minho*, num artigo de 2 de Junho de 1906 intitulado *Alerta Povo de Braga,* recordou o patamar que os impostos indirectos iriam atingir:

> "Será elevado de 4 a 5 reis sobre cada litro de vinho verde; aumenta 2,5 reis cada quilo de peixe; eleva-se a 20 reis o imposto sobre cada litro de bebidas alcoólicas; estabelece-se o imposto de 50 reis em cada garrafa de vinho fino eleva-se de 5 a 100 reis o aluguer de cada m2 de terreno nos mercados; eleva-se de 9.000 a 22.000 reis o aluguer do terreno para cada quiosque; contribuem com 600 mil reis anuais as companhias de seguros e as agências das mesmas; (...) O peixe, por exemplo que já paga 30 reis por cada canastra, 20 reis diários do lugar permanente ou 70 reis por lugar avulso e 5 reis em cada quilo exposto à venda, ficará pagando 7,5 reis em cada quilo, além das taxas por canastra e por lugar, que provavelmente serão também elevadas."

Mas já nada parava o processo. Na reunião camarária de 15 de Janeiro de 1907 foi lido um ofício do Eng.º João Henrique Von Haffe, onde ele se prontificava a organizar, no prazo de 4 meses, um projecto do abastecimento de águas na cidade de Braga, mediante o pagamento de 2.250$000 reis. Não demoraria 4, mas seriam oito meses. O orçamento era de 220 contos, embora a previsão mais optimista apontasse para 200.

> "A Câmara aprovou gostosamente o projecto e a proposta da presidência autorizando-se a lançar mão de todos os meios ao seu alcance para a realização deste desideratum no mais curto prazo de tempo. O senhor Vítor Brandão rejubilou pela apresentação e aprovação do projecto e como ficou de fazer declaração diz agora com toda a satisfação que se regozija por a Câmara manter a sua resolução respeitante ao falado melhoramento." – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de 1906-09*).

Apenas faltava esperar o tempo necessário até à concretização da instalação, que só aconteceria já em plena República.

A iluminação eléctrica

Como sabemos, a iluminação da cidade de Braga passou por vários momentos. O seu aparecimento em 1842 foi recebido com alguma suspeição. Começou por se temer que a claridade nocturna pudesse potenciar a circulação de vadios. Mais tarde, a cidade adaptou-se a ela e até passou a desejá-la. Defendia-a, argumentando que ela inibiria os ladrões. De acordo com o Dr. Chasco, terá sido em 1838 que a Câmara pela primeira vez pensou iluminar as ruas, provavelmente com a combustão de azeite ou de petróleo. Mas a falta de receitas era crónica. Terá sido ela que determinou o abandono provisório da ideia, retomada apenas 4 anos depois. Nestes primeiros anos, a falta de rendimentos, agravada pela instabilidade política, foi a grande dificuldade que travou o pleno desenvolvimento do melhoramento. Em Setembro de 1846, durante os tempos conturbados da Maria da Fonte e da Patuleia, as circunstâncias impuseram a iluminação apenas durante os oito meses de inverno e só até à uma hora da noite. Não havia dinheiro para mais. E noutras alturas foi ainda pior, com o serviço a ser simplesmente suprimido. Mas as coisas mudariam um pouco depois do golpe de Saldanha e da entrada na época da Regeneração. A ideia da necessidade da iluminação estava a criar raízes.

O mês de Março de 1856 foi decisivo. Nele houve dois momentos importantes: a criação de uma Comissão destinada a promover o uso do gás na iluminação e a abertura de um concurso para o novo sistema. O uso do gás não foi pacífico. Os medos eram muitos. Correu um boato terrível que, no dizer de *O Moderado*, depressa chegou a Trás-os-Montes. Dizia-se que os cadáveres dos doentes falecidos, enterrados no cemitério do Hospital, alimentavam a produção do gás. Uma coisa era certa. As queixas contra a fraca qualidade da iluminação eram recorrentes. E depois havia a colocação dos lampiões, feita segundo critérios nem sempre muito claros. Em Janeiro de 1883, depois de anunciar a colocação de mais doze lampiões, *O Palrador* alertou:

> "Veremos agora se na colocação dos nossos lampiões a Câmara atende primeiro à comodidade dos habitantes, se ao bem dos afilhados; porque pontos há na cidade onde não há um único lampião pelo simples facto aparente de neles viver gente pobre, mas que tem direito às mesmas regalias que os ricos." *(*20 de Janeiro de 1873).

O carro americano a passar em frente à Arcada

A iluminação a gás era fornecida pela Companhia Geral Bracarense. O contrato desta empresa com Câmara Municipal terminava em 1893. Três anos antes, embora sem o dizer declaradamente, a edilidade ou parte dela já manifestava apetência pelo sistema eléctrico,

que considerava mais limpo e moderno. Conhecida a sua preferência pela hipótese eléctrica, os interessados manifestavam-se. Leopoldo Augusto das Neves, apresentou uma proposta imediatamente rejeitada. O executivo alegou que qualquer decisão teria de passar necessariamente por um concurso.

Nesta fase, a edilidade procurou agir com muita prudência. Sabia que a Companhia do Gás projectava resistir às mudanças e temendo que a decisão final pudesse passar pelos tribunais, foi cautelosa. Decidiu, para criar a imagem de entidade independente, abrir dois concursos em simultâneo, um para o gás e outro para a electricidade. Só depois, em função das condições oferecidas, tomaria uma decisão definitiva sobre o sistema a escolher.

A abertura das propostas ficou marcada para 5 de Janeiro de 1892 e como o concurso relativo ao gás permaneceu deserto, a decisão sobre o tipo de iluminação a adoptar acabou por ser fácil. Quanto à electricidade apareceram duas candidaturas. O *Livro de Actas da Câmara de 1891-93* explica os argumentos das partes envolvidas:

> "A nº 1 de Avelino de Oliveira Guimarães, a nº 2 de Augusto Lavarré, que seguidamente abriu. A primeira, de Avelino de Oliveira Guimarães morador na Rua Mousinho da Silveira da cidade do Porto que se obriga a fornecer aquela iluminação pela quantia de 16.880 reis por cada lâmpada de iluminação pública, a segunda de Augusto Lavarré, morador na Rua de S. Francisco da cidade do Porto que se obriga a fornecer aquela iluminação pela quantia anual de 16 mil reis por cada lâmpada. Por proposta do Sr. Presidente constituiu-se a Câmara em sessão secreta para apreciar a capacidade dos concorrentes, autenticidade e garantia das propostas e conveniência de se adjudicar a qualquer dos concorrentes. Meia hora depois foi reaberta a sessão pública e foi proferido o seguinte acórdão: (...) considerando a que não houve proposta alguma para a concessão por meio de gás carbónico e que prova até certo ponto (...) a merecida preferência dada ultimamente à luz eléctrica e que afasta os concorrentes do velho sistema; (...) considerando que pela proposta mais favorável à Câmara, ao passo que eleva consideravelmente o número de lâmpadas de iluminação, economiza uma quantia avultada, reduzindo a 2/3 a despesa actual; atendendo também a que a luz eléctrica tem sido aceite em muitas cidades importantes da Europa e tem dado os melhores resultados pelo grande poder iluminante e beleza do seu brilho; e considerando que este sistema está hoje muito aperfeiçoado tendo desaparecido os inconvenientes que se notaram nos seus primeiros ensaios e que ainda quando por caso de foça maior se der alguma intempérie parcial ou mesmo total da iluminação da cidade, esta falta é imediatamente suprimida pela iluminação suplementar a petróleo

> para o que fica o concessionário obrigado a ter todo o material necessário; acordam em Câmara aceitar a proposta mais vantajosa que foi apresentada pelo Sr. Augusto Lavarré a quem fica assim adjudicada a iluminação pública e particular desta cidade, como melhor consta do respectivo termo que se lavrou e que foi assinado pela Câmara e pelo referido adjudicatário." (5 de Janeiro de 1892).

Braga entrava nos tempos modernos, embora a instalação do novo sistema não tivesse sido imediata. Augusto Lavarré transferiu a concessão para a Sociedade de Electricidade do Norte de Portugal e surgiram alguns conflitos entre ela e o novo executivo camarário. Havia receio de um hiato temporal entre os dois sistemas. Pressionada pelo tempo que se esgotava, a Câmara decidiu aceitar a transferência da concessão, mediante condições. Segundo ela, o acordo inicial assinado entre a Câmara e Augusto Lavarré tinha de ser explicitamente reconhecido numa escritura assinada pela Sociedade de Electricidade. Também os 14 indivíduos que constituíam os corpos gerentes da Sociedade, indicados no estatuto publicado no Diário do Governo, tinham de se obrigar *pessoalmente* a cumprir o contrato, na hipótese a Sociedade deixar de existir por qualquer circunstância.

A chegada da electricidade aconteceu em 1893 e não demoraria muito tempo até que os bracarenses tomassem consciência de que o novo sistema não era tão puro como imaginavam. Em 3 de Julho já existiam referências a falhas, embora ainda se imaginasse que a solução estava próxima e que uma vez a máquina oleada, tudo entraria nos eixos. Mas os conflitos repetiram-se. A Sociedade foi acusada de não cumprir o contrato e de ignorar as cartas da Câmara. Segundo esta, o comportamento esquivo da Sociedade estava a levá-la a perder o direito ao depósito de 10 contos. Principiava agora um novo padrão no relacionamento entre as duas partes, que se prolongaria no tempo com altos e baixos repetidos.

Para terminar, apresentaremos um caso muito curioso que quase originou uma comoção popular. É por isso que merece ser relatado na íntegra:

> "A iluminação que a cidade de Braga tolera, além das frequentes irregularidades a que está sujeita, põe em iminente risco a vida e os haveres dos seus habitantes. Os factos ocorridos na noite de quarta para quinta-feira na freguesia de S. Jerónimo de Real vêm confirmar a afirmativa. Apesar de ser uma freguesia rural, aquele populoso bairro está iluminado a luz eléctrica, para o que existe ali um transformador idêntico aos que estão instalados em diversos pontos da cidade.

Quando apareceu, na quarta-feira a noite, a iluminação apresentou-se ali com muita intensidade, o que não era de costume, notando-se que a luz oscilava constantemente. No transformador e em toda a rede alimentada por ele viu-se logo ao escurecer que os respectivos cabos lançavam continuamente faíscas. Procurou-se o empregado que a Sociedade Electricidade ali tem, a fim de que fechasse a energia eléctrica do transformador; mas não lhe foi possível aproximar-se, tal era a violência da corrente eléctrica comunicada à terra. No entanto os cabos continuavam a despedir labaredas.

Nas casas particulares, onde a luz eléctrica está instalada com fios isolados, via-se arder a camada isoladora. Em algumas casas, os proprietários puderam fechar os interruptores, não sem grave risco, porque alguns houve que sofreram violentos choques. O povo estava alarmado, temendo que se produzisse qualquer sinistro.

Homem fulminado

Cerca das 9 horas da noite, chegara a sua casa, no lugar do Feital, daquela freguesia, o mestre caiador Miguel José Lopes, o Pátria de 50 anos de idade, que ia desta cidade onde dirige diversas obras. Pouco tempo depois de estar em casa, a mulher de Miguel Lopes chamou-o para ver que os fios condutores da luz para uma lâmpada que existia numa loja das traseiras estava ardendo e prestes a comunicar fogo ao soalho do andar superior. O infeliz, não calculando o perigo que corria, acudiu depressa e tentou quebrar os fios com as mãos. Foi momento fatal, porque recebeu um choque tão violento que dentro de alguns instantes estava fulminado, conservando-se de pé, amarrado aos fios. Um sobrinho do morto, António José Barbosa, torneiro, de 26 anos deidade, que nessa ocasião se encontrava ali, não supondo que o tio tivesse falecido, tentou também quebrar os fios, para o desprender, mas sofreu um violento choque, sendo arrebatado a altura do teclo. Na queda, porém, partiu os fios. O cadáver de Miguel Lopes ficou num estado horroroso, parecia carbonizado.

Indignação popular – Outros incidentes

A notícia deste acontecimento espalhou-se rapidamente e toda a população da freguesia se dirigiu a casa do morto, lamentando semelhante desgraça. Ao mesmo tempo levantava-se enorme excitação contra a Sociedade de Electricidade e contra tal sistema de iluminação. Alguns indivíduos dispunham-se a destrocar os postes e os cabos eléctricos, saindo para a rua armados de machados. A intervenção de algumas pessoas evitou que levassem a efeito o seu intento. Além deste lamentável acontecimento deram-se também alguns incidentes devido ao estado anormal da electricidade. Logo ao anoitecer seguia pela estrada naquela freguesia um carro de bois carregado de tojo. Ao passar junto de um poste, os animais sofreram tão violento abalo que fizeram tombar o

veículo e desprendendo-se dele fugiram em desfilada. Um indivíduo que seguia a cavalo pelo mesmo sitio, foi arremessado ao chão pelo animal, o qual também fugiu. Durante a noite, a maior parte dos habitantes esteve na rua, com receio de que sucedesse qualquer sinistro dentro de suas casas!

Casa incendiada

Cerca das 3 horas e meia da madrugada alguns desses indivíduos notaram que havia incêndio, em casa do nosso amigo sr. António José Lisboa, residente na rua da Ponte. A família do sr. Lisboa dormia tranquilamente, ignorando o que se passava. Dado o sinal de alarme, acudiu toda a vizinhança, tratando uns de salvar os haveres e de apagar o fogo enquanto outros lançavam escadas às janelas do prédio, por onde todas as pessoas da casa tiveram de descer. As primeiras pessoas que compareceram a prestar socorro, caíram ao entrar no recinto onde o fogo lavrava. Era este fenómeno devido a grande quantidade de energia eléctrica espalhada no pavimento.

O filho do sr. Lisboa teve a feliz lembrança de cortar com um golpe de machado os fios exteriores que conduziam a derivação para o interior. Então a electricidade ali existente foi-se atenuando, podendo proceder-se sem perigo aos trabalhos de extinção. O incêndio teve origem na cozinha, onde havia uma lâmpada cujos fios alimentares arderam, comunicando o fogo ao tapamento de madeira que atravessavam. Apenas foi conhecida nesta cidade a notícia do incêndio, partiram para ali os bombeiros voluntários e municipais com o material competente. O fogo, porém, estava quase extinto, tendo ardido a cozinha e a loja que lhe ficava inferior. Nesta loja havia algum papel, metal velho e alguns livros de escrituração. Os prejuízos estão cobertos pela Companhia de Seguros Fraternidade.

Além dos bombeiros, foram ali também os srs. Secretário-geral do distrito, comissário de polícia, chefe de esquadra e uma forca de polícia. O povo, que já estava indignado pela desgraça de que foi vítima o Miguel Lopes, redobrou de excitação ao saber que este incêndio fora produzido pela electricidade. Por toda a parte se vociferava contra tal sistema de luz e contra a sua permanência naquela freguesia. A autoridade teve um trabalho insano para acalmar os ânimos." – (*Comércio do Minho,* 7 de Maio de 1898).

Não sabemos como é que este caso terminou. Sabemos, isso sim, que a Câmara alijou responsabilidades para as costas do estado central, escudada nas determinações legais presentes no decreto de 10 de dezembro de 1892, segundo o qual competia ao governo a fiscalização da segurança da instalação eléctrica.

A cidade estava a aprender à sua custa que isto do progresso tem muito que se lhe diga.

ASPECTOS CULTURAIS

Se pudéssemos questionar os habitantes de Braga do século XIX sobre aquilo que mais desejavam para a sua cidade, a resposta seria óbvia. Gostariam de a ver admirada pelos não bracarenses. Queriam ver-lhe reconhecida a importância de que a julgavam merecedora. Estes desejos levavam os habitantes a assumir gostosamente as obras que os de fora encaravam como sinais de progresso. Se naquele tempo os bracarenses utilizassem a linguagem dos nossos dias, diriam que o cheiro a cimento fresco era um dos aromas que mais apreciavam. Mas no que respeita à vida espiritual, a situação mudava completamente de figura. A Roma portuguesa não estava disposta a abrir mão dos valores católicos e conservadores, que considerava serem a sua imagem de marca. No fundo, os bracarenses queriam mudar para que tudo pudesse ficar na mesma.

Os bracarenses viviam nesta contradição permanente. Eram conservadores, mas gostavam de aparentar progresso. Amavam os pobres que consideravam ser capazes de os transportar ao reino dos céus no comboio da caridade, mas temiam-nos. Receavam que pudessem pôr em causa o direito à propriedade e a imagem de modernidade que a Sintra do norte devia ter direito. O ensino e a escola eram amados, pelo menos em teoria. Mas também eram temidos por facilitarem a divulgação de ideias perigosas e dissolventes no seio das famílias. O divertimento, embora desejado, devia ser olhado com muita cautela para evitar atentados à moralidade. As meretrizes eram sem dúvida um perigo. Deviam ser confinadas a espaços restritos, escondidas dos olhares das famílias honestas. Mas a sua função devia ser protegida porque contribuíam para evitar males maiores. A intolerância e a prepotência campeavam e eram frequentemente defendidas em nome da vontade divina. A roda dos expostos era olhada como algo muito importante por permitir esconder a vergonha daquelas mulheres que, havendo feito o que não deviam, se arrependeram do pecado. Era uma instituição particularmente reconhecida e benfazeja, por ser defensora do segredo que convinha manter entre as classes altas. Mas simultaneamente era perigosa por poder conduzir ao relaxamento dos costumes.

São estes e outros aspectos culturais com que o leitor terá agora oportunidade de se deliciar.

ASPECTOS CULTURAIS E OUTROS

A Mendicidade

A mendicidade era uma actividade perfeitamente enquadrada na natureza de Braga. Cidade muito religiosa, apelidada de Roma portuguesa, Braga atraía os mendigos. Eles tinham a garantia quase absoluta de que a sua actividade seria minimamente compensadora e que as esmolas fluiriam. Mas não devemos imaginar que os mendigos apenas procuravam dar vazão a interesses aproveitadores. Sobre a cidade pairava uma nuvem de miséria. Foi uma mancha que variou ao longo das épocas, maior em períodos de crise e mais esbatida em tempos de abundância cerealífera. Também existiam os momentos ligados a ocasiões políticas significativas, onde eram as próprias autoridades que faziam questão de publicitar as acções caritativas em que se envolviam. O mendigo era uma pessoa amada e odiada. Amada, porque permitiria, com a esmola, conquistar um lugar no céu a quem a desse. Permitia cumprir os desígnios cristãos. Odiada, porque o mendigo impunha aos outros a presença da realidade e a constatação da sua condição de privilegiados. Ainda por cima, Jesus Cristo dissera ser mais fácil a um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que a um rico entrar no reino dos céus. E havia ainda o problema da contestação, da defesa da propriedade, da perigosidade inerente ao pobre. Os pobres são muito mais propensos ao roubo, são entes com os quais é necessário ter cuidado. É por isso que os bracarenses, relativamente à mendicidade, estão permanentemente divididos entre a necessidade de os esconder e de os mostrar. Comecemos por mostrá-los.

A aclamação de D. Pedro V ocorreu em Setembro de 1855, precisamente no meio de uma crise generalizada. O programa das festas prolongou-se durante três dias. A notícia que *O Pharol do Minho* nos dá sobre o assunto, em *20 de Setembro de 1855,* é verdadeiramente obscena:

> "Foi pois o segundo dia destinado todo a obras de caridade pela Câmara Municipal: mandou repartir a 2.000 pobres a esmola de 120 reis a cada um, o que teve lugar nas diversas freguesias pela mão dos respectivos párocos: e às 11 horas da manhã, a Câmara acompanhada do governador civil e outras autoridades, se dirigiu à cadeia da cidade e ali fez distribuir aos presos um abundante jantar, que tinha sido mandado preparar pelos cuidados da benemérita comissão de diversos cava-

lheiros que a Câmara nomeara, para dirigir todas as obras de caridade que tinha projectado e que a mesma comissão dignamente desempenhou. Findo este edificante acto de caridade, cristã, a qual na sua consolação aos miseráveis não distinguiu os criminosos e só reconheceu irmãos, dirigiu-se a Câmara Municipal igualmente acompanhada pelas autoridades e pela Comissão acima ditas, aos Paços do Concelho; onde em um dos salões ao rés-do-chão devidamente enfeitados, os esperavam 4 pobres de ambos os sexos, a quem se tinha dado um vestido completo de fazendas nacionais e aos quais se ia servir um abundante mas saudável jantar. Os pobres em cujo rosto brilhava a satisfação, sentaram-se às respectivas mesas, onde foram servidos exclusivamente só pelas mesmas autoridades, vereadores e comissão de caridade, sendo o primeiro prato servido sempre pelo Ex.mo Governador Civil. (...) Quando se distribuiu aos pobres o vinho que lhe era destinado à sobremesa, o Ex.mo Governador Civil propôs àqueles convidados da caridade um brinde à saúde do monarca, em comemoração do qual ali se achavam reunidos. (...) Em seguida o digno presidente da comissão de caridade, o Sr. Manuel Justino Marques Murta, lembrou àqueles pobrinhos em uma alocução singela e enérgica que jamais se esquecessem de rogar a Deus pela vida e felicidade do jovem monarca em cujas fraternais virtudes deviam confiar."

Era necessário enquadrar, amansar, amestrar os pobrezinhos... Mas as coisas não ficaram por aqui. Diz-nos *O Pharol do Minho* do dia 16 que...

> "...em honra da aclamação de D. Pedro V foi nos claustros do quartel do Pópulo servido aos soldados do regimento 8 pelo Ex.mo Brigadeiro e oficialidade, um abundante jantar durante o qual a música, colocada no centro, executou os hinos nacionais. (...) *Os restos do jantar, mandou o Ex.mo Sr. Brigadeiro, distribuí-los por mais de 300 pobres*, com a esmola de 20 reis a cada um."

E agora, olhemos para um momento de ocultação. A concorrência entre os mendigos era por vezes excessiva. A fim de colocar a actividade dentro de limites razoáveis e menos atentatórios da imagem da cidade, as autoridades esforçavam-se. No número de *29 de Novembro de 1858*, o jornal *Independente* transcreveu uma ordem do Governo Civil demonstrativa desse esforço:

> "Art.º 1º – Fica proibido desde o 1º de Janeiro de 1859 em diante, a toda e qualquer pessoa que não satisfizer às disposições dos artigos seguintes, o mendigar esmola em todo este distrito; Art.º 2º – Enquanto que pela diligência das circulares deste governo civil em 21 de Fevereiro e 1 de Setembro último aos Administradores de Concelho, não se con-

segue o estabelecimento do Asilo de Mendicidade com a capacidade suficiente para recolher nele os mendigos inválidos, poderão estes pedir esmolas nas suas respectivas freguesias, solicitando para isso das Juntas de Paróquia com os regedores, um atestado nos termos do Art.º 8º; Art.º. 3º – Os pobres inválidos que precisarem mendigar fora das freguesias das suas residências, só o poderão fazer sendo portadores de licenças concedidas pelo respectivo Administrador do Concelho na conformidade deste Regulamento e modelo anexo; Art.º 4º – As licenças de que trata o Art.º antecedente serão limitadas ao concelho e podê-lo-ão ser a certas e determinadas freguesias, tendo-se neste caso em vista as circunstâncias especiais da freguesia do mesmo concelho, quanto á sua população, riqueza ou pobreza; Único – Ao governo Civil fica reservada a concessão de licenças para mendigar fora do concelho de residência; Art.º 5º – Nas cidades de Braga e Guimarães, deverão os mendigos trazer ao lado direito do peito e visivelmente uma medalha com a seguinte inscrição – Concelho de... Freguesia de... nº ..., a qual lhes será fornecida gratuitamente pelo Administrador do Concelho; Art.º 6º – os mendigos que forem encontrados pedindo esmola sem licença, nas cidades de Braga e Guimarães, sem a medalha que lhes exige o Art.º antecedente serão considerados como falsos mendigos e como tais ou só por desobedientes ao presente Regulamento, serão imediatamente presos pelo primeiro empregado da polícia que assim os encontre, para serem presentes ao Administrador do Concelho que contra eles terá o procedimento devido; (...) Art.º 12º – É rigorosamente proibido procurar a caridade pública por meios importunos, por alaridos, ou aspecto de chagas asquerosas ou aleijões."

Em *5 de Abril de 1859, O Bracarense* congratulou-se com esta medida:

"A mendicidade no concelho de Braga começou a ser regulada pela polícia. Os pobres que têm provado a sua necessidade de pedir foram autorizados a isso e receberam uma chapa com a legenda – Mendicidade do Concelho de Braga. Os mendigos que não usarem esta medalha do lado esquerdo do peito, ou não são deste concelho ou não estão autorizados para esmolar. Esta medida foi de grande utilidade para os indigentes, que já não serão prejudicados pelos falsos mendigos e mariolas, que fingem moléstias e precisões que não têm, para viverem no ócio à custa alheia. Mas não será bastante distribuir as chapas ou medalhas, é necessário castigar os que pedirem sem ela e expulsar do concelho os pedintes estranhos. Andam por aí alguns mendigos sem distintivo; e será bom fazê-los recolher às suas naturalidades onde devem esmolar se disso necessitam ou então fazê-los trabalhar para serem úteis a si e aos outros. Louvamos o Sr. Governador Civil por tomar a iniciativa de tão importantes medidas; e esperamos que não desistirá do seu projecto de o ver inteiramente realizado."

É curioso notar que dois jornais, como *O Independente* e *O Bracarense,* tão frequentemente desavindos, conseguissem fazer coro comum numa medida desta natureza.

Em *7 de Fevereiro de 1856*, o jornal *O Pharol do Minho* fez uma pequena história da assistência à pobreza:

> "Houve um tempo e não vai longe, que nesta cidade não havia um albergue onde se recolhessem os infelizes que no último quartel da vida nem ainda tinham força para se arrastarem de porta em porta, mendigando uma esmola. Esses desgraçados por único abrigo recebiam uma carreta e deitados quase nus numa pouca de palha e cobertos por uma triste manta eram colocados debaixo dos alpendres do Campo de Touros *(Praça Municipal*), para aí, devorados pela fome e expostos aos rigores das estações, esperarem que a morte viesse pôr termo aos seus sofrimentos." (...) "Este estado de perfeito abandono no meio de uma cidade durou séculos até que em 1830, um homem digno, Manuel José Gomes da Costa S. Romão, (...) deu-lhes casa e sustento." (...) "Em 1850 deu-se princípio à fundação do Asilo, para o que muito contribuiu o comendador Fernando de Oliveira Guimarães, não só dando o local para a sua edificação e outros donativos, senão legando-lhe por sua morte 2.400$000 reis. Este estabelecimento já hoje recolhe e sustenta 24 entrevados".

É curioso que este Asilo de Entrevados também tivesse ficado mais tarde contaminado pela febre das obras e da aplicação de capitais. De acordo com o número de 4 de Fevereiro de 1855 do jornal *O Pharol do Minho*, no momento em que já se anunciavam problemas de abastecimento cerealífero, propôs à Câmara, emprestar-lhe dinheiro para que ela ultrapassasse as suas dificuldades de tesouraria e assim pudesse levar em frente os seus projectos do momento: o Jardim Público, o Teatro e a sempre adiada Biblioteca.

> "Na sessão de 4 do corrente da Junta de Beneficência do Asilo de Entrevados e Inválidos de S. José desta cidade, tendo o seu presidente, O Ex.mo Conselheiro Francisco Manuel Costa, apresentado uma consulta sobre a conveniência ou não conveniência de emprestar à Câmara Municipal deste concelho, com juro de 6% a quantia de 2.400$000 reis (...) Ficou a sua sessão adiada para a sessão que deveria ter lugar no dia de ontem, por ocasião da discussão do projecto de novos estatutos; e sendo aí apresentada, resolveu-se que era de vantagem."

À medida que os anos avançavam, o espírito crítico dos bracarenses crescia e as opiniões mais controversas iam aparecendo. Em 1876, surgiu em Braga um jornal como nunca tinha existido outro.

Definia-se como jornal de oposição aos abusos das mesas administradoras das Irmandades e Confrarias. No seu número de 14 de Fevereiro, o *Espreitador* afirmava:

> "Vê o clero dos nossos dias, a rainha de Portugal dizer do alto do trono – Acudam, acudam aos portugueses que morrem de fome, a esses que perderam tudo nas últimas inundações. (...) E o clero da metrópole bracarense tornou-se surdo à voz plangente da humanidade e ao brado patriótico do trono português."

A vida dos pobres não era fácil. Escorraçados em todo o lado, as suas alternativas eram poucas. Em 1883, o *Comércio do Minho*, jornal muito conservador e de espírito cristão, não conseguiu deixar de apoiar medidas repressivas. No seu número de 15 de Março, disse:

> "Com a aproximação da Semana Santa, vários grupos de mendigos têm afluído de diferentes partes a esta cidade. Pessoa fidedigna nos afirmou que a polícia se tem ocupado em fazê-los dispersar, o que não nos parece mau."

E na mesma notícia, informou:

> "Há dias apareceu nesta cidade um indivíduo que obrigado pela fome se foi apresentar à cadeia para que lhe dessem trabalho, ao que lhe responderam que o trabalho que ali havia era para os encarcerados, mas disseram-lhe que fizesse uma traficância qualquer pelo que indubitavelmente seria preso e que neste caso já tinha que comer. (...) Entrou na venda do Sr. António Joaquim na Rua da Sé e mandou frigir uns chouriços com ovos; depois de ter comido a bom comer, perguntou quanto devia e disseram-lhe 430 reis. À vista da conta, o *pândego* diz-lhe positivamente que não paga, porque não tinha dinheiro. Depois de várias altercações, a vendeira chamou um polícia que prendeu o meliante, levando-o em seguida para a cadeia."

No início da década de 80, o quadro parece ter piorado de acordo com a imprensa. O jornal *Constituinte* não poupou palavras:

> "Braga, a terceira cidade do reino oferece aos habitantes e aos forasteiros o espectáculo mais deplorável, com essa imensa nuvem de mendigos que formigam pelas ruas. Não pode um cidadão estacionar um momento por essas ruas que se não veja incessantemente assaltado por falanges de mulheres velhas, cegos, homens doentes, crianças, rapazes, uns banheiros da Póvoa que dizem no peditório coisas lamu-

> riantes e aborrecedoras. À noite, então, nos pontos mais frequentados da cidade, a invasão dos famintos, verdadeiros e falsos é assombrosamente medonha: aqui são umas mulheres a chorarem a sua viuvez e a dizerem que têm fome; Além são dois sombreireiros ainda válidos que estacam de dia e de noite diante dos transeuntes, pedindo pão; depois aparecem os aleijados, em seguida a garotada, depois uns velhos; após estes, uns rapazolas mal vestidos tiritando de frio e acusando fome e por último ouve-se dentro das tabernas e dentro de um ou outro botequim a mendicidade flutuante, organizada em companhias de dois ou três cegos que arranham duas estafadas rebecas uns sons tão irritantes e rangedores que não há sistema nervoso, por mais gasto e embocado que esteja que se não exaspere e arrepie. São companheiros destes boémios músicos um jumento esfomeado e pensativo, um garoto em mangas de camisa de estopa, com um chapéu de palha fabricado por 70 reis nas cadeias de Braga e que traz pendente das mãos um triângulo de ferro, sobre um dos lados, no qual bate com um pedaço de ferro, arrancando do maldito instrumento um som estridente que se lhe casa com a voz esganiçada em que o mesmo berra as cantigas do fado, a caninha verde ou os versos do "inumano e vaidoso pai que matou a filha em Espanha e fritou-lhe o fígado para o comer mais a amante" – (*O Constituinte,* 14 de Março de 1883).

Já antes, em Junho de 1881, o mesmo jornal lamentou a péssima imagem da cidade causada pelos mendigos durante o S. João. Disse que desde a Igreja de S. Vítor até ao Arco do Bom Jesus havia duas alas de mendigos que exploravam a caridade pública, exibindo com lacrimosos berreiros os aleijões, as deformidades e as úlceras repugnantes. Afirmou que Braga passou estes dias a ser a terra mais pobre, mais chagada e mais lazarenta do país (*O Constituinte*, 29 de Junho de 1881).

Era necessário criar um Asilo de Mendicidade capaz de albergar toda esta gente. Demoraria pouco tempo. Em *17 de Março*, O *Constituinte* reflectia:

> "Mas antes de se proceder à criação de um Asilo de Mendicidade, convém estudar e definir bem o que se entende por mendigo e que mendigos devem ser recolhidos no asilo. Não é mendigo o artista preguiçoso ou extravagante que abandona o trabalho ou gasta pela taberna num dia, o jornal de todas a semana. (...) Não é mendigo o garoto que invade os carros americanos para transportar as bagagens dos passageiros e depois anda em redor de toda a gente pedindo dez reis para pão ou para a cana. Este é singelamente vadio, o trabalho é a única escola que ele precisa." (...) " E não se julgue que faltam em Braga instituições de caridade: temos hospitais, escolas e asilos para crian-

> ças de ambos os sexos, para velhos e aleijados, para órfãos; temos de mais a mais associações de caridade, a creche de S. Vicente de Paula, muitas conferências que socorrem os seus confrades; e por último temos a caridade pública que acode prontamente a todos os infortúnios e a todas as misérias. E apesar de tudo isto, os mendigos multiplicam-se espantosamente nesta cidade. Qual a causa deste fenómeno? Será a falta de trabalho ou de polícia? Pode ser; parece-nos porém que não são só estas as causas determinantes daquele facto; mas dado que sejam, ocorre-me um meio que vamos expor e que talvez possa concorrer para diminuir bastante. Os mendigos que frequentam a cidade de Braga, uns são moradores aqui e outros adventícios. Para os primeiros seria bom formarem em cada freguesia umas comissões encarregadas de solicitar mensalidades pelos fregueses e de as distribuir pelos verdadeiros mendigos da paróquia. (...) E quanto aos mendigos adventícios, os que para aí nos aparecem em épocas determinadas e em dias fixos, seja a polícia encarregada de os enviar para os seus respectivos concelhos e freguesias e deste modo se afugentariam de Braga muitos especuladores e muitos vadios."

Basicamente, as medidas agora propostas não andavam muito longe das recomendações atrás enumeradas, apresentadas pelo Governador Civil em Novembro de 1858.

Em 18 de Março de 85, *O Constituinte* fez uma pequena história do combate à mendicidade em Braga. Nela realçou o perigoso relacionamento entre as personalidades políticas locais, a caridade, os negócios e alguma incompetência e vaidade, muita vaidade tola. Ouçamo-lo:

> "À boa vontade dos particulares pela criação de um Asilo de Mendicidade na capital deste bela província do Minho, vieram reunir-se as tentativas de alguns governadores civis no mesmo sentido.
>
> Na primeira vez que governou este distrito (*em 1877*) o Sr. Marquês de Valada, fez Sua Ex.ª alguns esforços e deu alguns passos para satisfazer esta necessidade, reconhecida por todos desde há muito. Além de uma razoável subscrição que então se obteve para começo de vida de tão importante melhoramento para esta cidade, subscrição promovida principalmente por aquela autoridade que a solicitou com outros cavalheiros nos domicílios dos benfeitores, chegou-se mesmo arrendar casa para o asilo e a pagar-se o respectivo aluguer. O edifício não era grande e o número de asilados que o deviam ocupar desde o princípio era também pouco crescido.
>
> O que se pretendia era dar começo à obra e esperava-se que o tempo, a liberalidade dos ricos e os esforços sucessivos e perseverantes de todos os homens de coração e boa vontade fossem gradual-

mente amparando, desenvolvendo e acompanhando uma instituição a quem nem faltavam os aplausos da opinião pública nem as benemerências e bênçãos de piedade. A pouca duração do governo daquele magistrado neste distrito fez com que se perdesse quanto tinha sido feito para a criação do referido asilo.

O Sr. dr. Jerónimo da Cunha Pimentel, actual director da Penitenciária de Lisboa, um dos sucessores do Sr. Marquês de Valada, herdou com o cargo de governador civil de Braga aquele nobre pensamento do seu antecessor e seguindo-lhe o exemplo, conseguiu fundar o ano passado o Asilo de Mendicidade.

Não fez porém Sua Ex.ª, como se costuma fazer nas obras de semelhante natureza e como tinha delineado o seu antecessor. Não começou por pouco para chegar a muito; quis principiar por onde poderia acabar e assim sucedeu infelizmente o que aqui estamos vendo e todos lastimam e vem a ser a mais que provável necessidade, desgraça e vergonha de acabar o asilo, fechar a porta e mandar para a rua a continuarem na mendicidade uns 140 pobres que actualmente se acham dentro dele.

O Asilo de Mendicidade não tem casa nem pão seguro para o dia de amanhã. O edifício em que o estabeleceram, que são os restos do extinto e demolido seminário de S. Pedro (...) estava dado à Junta Geral de Distrito para a ajuda da despesa feita com a compra do palacete dos Falcões, no Campo de Santiago, para as repartições do Governo Civil. O Sr. Jerónimo Pimentel que foi o negociador oculto da compra de tal edifício (*Falcões...*), compra que serviu de arranjo a muito boa gente, e que ficará para sempre lembrada na sua administração deste município como nota característica do pouco caso e nenhum escrúpulo com que entre nós se costuma pagar com o dinheiro do pobre contribuinte as conveniências políticas e económicas de certos indivíduos, sabendo que aquela casa, onde prosseguem e prosseguirão por muito tempo ainda as obras necessárias para ficar com algum leito para o fim a que o destinaram, e obras que afinal importarão um custo igual ao que se deu por ela, não era nem podia ser desde já utilizada pelo governo civil, deixou que a Junta Geral se utilizasse imediatamente do extinto seminário onde ele mesmo meteu os pobres asilados. O governo vendeu-o. Os compradores querem fazer obras no prédio e tomar conta do que é seu.

Se ainda lá estão os pobres, é porque os compradores, por condolência própria e a instâncias da comissão interina que administra o Asilo, consente que eles lá continuem até ao próximo dia de S. Miguel harmonizando quanto possível a permanência temporária do referido estabelecimento com o princípio e adiantamento de certas obras. Porque se não fez demorar a venda do referido ex-seminário até que se conseguisse uma casa para a qual fossem transferidos os asilados? O Sr. Jerónimo Pimentel, que por uma estólida vaidade e charlatanismo pedantesco criou o Asilo de Mendicidade, parece ter-se dado por satisfeito com esses ridículos ouropéis. Contentou-se com pouco."

Felizmente, esta situação que quase transformava o Asilo de Mendicidade numa instituição *ela própria sem-abrigo* acabaria por ser solucionada.

> "A comissão administrativa dos órfãos de S. Caetano, cedeu provisoriamente à Associação de Beneficência de Braga uma casa que possuía no Largo das Carvalheiras para nela serem recolhidos os mendigos que têm estado no antigo Seminário de S. Pedro no Campo da Vinha." – (*O Constituinte,* 18 de Abril de 1885).

Mas o sustento das pobres almas lá alojadas continuou a ser um problema. Dependia da boa vontade do Governo Civil e das fontes de rendimento proporcionadas pelas instituições que este tutelava. Estas instituições eram geridas de uma forma muito pessoal. As suas direcções usavam o dinheiro que tinham ao seu dispor em benefício particular.

> "E em geral os tomadores de tais dinheiros são amigos e do partido e portanto *nem pagam capital nem juro* e se alguma vez for demandado ou um ou outro devedor, este por si ou pelos seus correligionários, lá consegue ordem da autoridade superior administrativa para parar o processo pendente no juízo cível, como ainda há pouco nos consta que sucedeu nesta cidade." (*Idem*).

Nos tempos de maior afluxo de visitantes, onde se procurava dar para o exterior uma imagem de progresso e harmonia, os mendigos eram um perigo. Era conveniente *escondê-los*, como aconteceu nos festejos do centenário do Bom Jesus, realizados em 1884. Segundo o Comércio do Minho de 1 de Maio de 1884 o governador civil resolveu abrir os albergues nocturnos e o Asilo de Mendicidade. Receoso de que os espaços proporcionados não fossem suficientes, decidiu destinar para este efeito mais 100 lugares num dos seminários. De acordo com o jornal, o objectivo era proibir os mendigos de percorrerem a cidade a pedir esmola.

Era o diabo...

A CIDADE, A CULTURA E O ENSINO

O relacionamento entre a Biblioteca e o poder político raramente foi dos melhores. Foi na vereação de 1841-42 que se iniciaram os trabalhos de criação de uma Biblioteca em Braga. O primeiro Biblio-

tecário, Manuel Rodrigues da Silva Abreu, deveu a sua nomeação à amizade que o ligava a Almeida Garrett e ao deputado António José Lopes Alheira. Alberto Feio Soares d' Azevedo no seu livro *A Biblioteca Pública de Braga,* informa-nos:

> "Presidia então à Câmara de Braga um lúcido espírito, o bacharel Luís Joaquim Pereira de Mesquita, amigo de Lopes Alheira e admirador de Silva Abreu. Por influência dos dois a Câmara enviava ao governo uma representação, datada de 20 de Maio de 1840, na qual, depois de ponderado o desleixo em que se encontravam as livrarias dos extintos conventos do distrito de Braga, expostos à destruição em diferentes depósitos (...) de bom grado se oferecia a concorrer para o estabelecimento duma Biblioteca Pública, provendo para esse fim às despesas necessárias do material e pessoal."

Em 6 de Julho chegou a nomeação de Silva Abreu para o cargo.

> "Nesse mesmo dia entregava-lhe o Administrador Geral as chaves das livrarias conventuais, começando ele desde logo os trabalhos de que fora incumbido." (*Alberto Feio*).

A criação da Biblioteca apenas ocorreria formalmente em Dezembro de 1844 e desde o início, o articulado criador de 2 de Dezembro era passível de polémica. Sendo considerada municipal, as despesas inerentes ao seu funcionamento competiam à edilidade. O número de funcionários e o respectivo ordenado era determinado pelo próprio decreto, isto é, pelo estado. À Câmara apenas competia saldar as dívidas. Era uma situação contraditória a que oficialmente se agarravam as autoridades locais quando tentavam eliminar aquela despesa.

E lá vieram as obras de harmonia com os desejos camarários iniciais de Luís Mesquita. Tudo se conjugava para ser dada rapidamente à cidade uma Biblioteca de uso público. Mas entretanto a vereação mudou e assumiu o poder o nosso conhecido António Vieira de Araújo, precisamente aquele que mandou uma filha para o convento por não concordar com as suas inclinações amorosas. (Ver o capítulo intitulado *O Relacionamento Amoroso*). A Biblioteca e o seu Bibliotecário eram provavelmente uma ameaça para ele pois o presidente da Câmara terá sido um dos que adquiriu grande número de bens dos extintos mosteiros, não levando certamente a bem que o organizador da Biblioteca fosse arrecadar os livros, que ele desejaria esquecidos nos prédios que ocupava. (*Alberto Feio, obra citada*).

Vieira de Araújo chegará ao desplante de pôr em dúvida a necessidade de um ajudante para o bibliotecário. Infelizmente para ele os amigos de Silva Abreu eram poderosos. A Câmara dos Deputados fez uma lei à sua medida, pela qual à municipalidade bracarense ficava com o encargo das despesas com o pessoal e material da Biblioteca, e, além disso com a obrigação de contribuir anualmente com 80 mil reis para compra de novos livros. (*Alberto Feio, obra citada*). Mas Vieira de Araújo não desistiria, continuando a tentar por todos os meios ao seu alcance atingir Lopes de Abreu. Em 30 de Junho, de acordo com *o Livro de Actas da Câmara de 1843...*

> "...propôs o Sr. Presidente que se nomeasse uma comissão tirada desta Câmara e fora dela, para examinar os trabalhos científicos, pessoais e materiais da Biblioteca Pública do Liceu, a fim de que esta Câmara seja inteirada e com conhecimento de causa decida sobre os ditos trabalhos."

Curiosamente, nenhum dos membros indicados para esta comissão tinha as competências técnicas indispensáveis para a função que lhe era atribuída. Lopes de Abreu protestou junto do Governador Civil, mas não obteve resposta. A recusa de Lopes de Abreu determinou a sua suspensão e substituição por Marques Murta, futuro genro de Vieira de Araújo. Afirmava o Bibliotecário que na sua qualidade de funcionário do estado apenas responderia ao Governador Civil pelos seus actos. E que à câmara, apenas competia prover às despesas do pessoal e material. Abreu contestou a sua demissão e Vieira de Araújo entrou num novo patamar de loucura, tipicamente bracarense em função dos argumentos apresentados.

> "O bibliotecário é um homem imoral já por sua vida privada, porque sendo casado não faz vida marital, porque nunca foi visto em templo algum desta cidade a dar satisfação aos preceitos da Igreja e até havendo sido convidado por esta Câmara para assistir a diversas solenidades por ocasião de festas nacionais nunca compareceu (...) Que o Bibliotecário hoje suspira por uma Câmara de agitadores que em santo ócio o deixe correr o excessivo ordenado de 300 mil reis."

E terminou com uma sedução...

> "Propôs o presidente que se peça a Sua Majestade ou às Câmaras legislativas na sua próxima sessão, que se lhe dê a cerca dos Congregados para um teatro que se intitulará da *senhora D. Maria II*." – (*Livro de Actas de 1843,* 15 de Setembro).

A sedução não resultou e em 4 de Novembro Lopes de Abreu seria reintegrado com direito aos ordenados que não recebera. Terminava *por agora* a novela da Biblioteca.

Vieira de Araújo deixaria de desempenhar cargos políticos no final de 1848. Infelizmente, a sua saída de cena não significou paz para os trabalhos do Bibliotecário. Os objectivos das autoridades continuaram a ser os mesmos. Aquilo era uma enorme despesa e era preciso acabar com ela. O Conde de Bertiandos e o grande Barão de S. Martinho foram a alma do segundo ataque.

> "Com a protecção do então Governador Civil Conde de Bertiandos, intenta o proprietário de um colégio particular, Carlos da Silva de Seguier, aproveitar-se do edifício do Liceu e da Biblioteca para instalar aquela casa de educação. (...) O bibliotecário fica aterrado pelo perigo eminente de ver destruído por um incêndio o depósito que tanto amava." (Alberto Feio*, o.c.*).

O lado desenvolvimentista do pensamento das autoridades era evidente. Se o Colégio se instalasse naquele local, teria boas hipóteses de crescer, ficando a cidade beneficiada com o aumento do movimento e com a chegada de filhos família que verteriam sobre os negócios da cidade a seiva que tanto lhes faltava – o dinheiro.

As autoridades tentaram, mas foram incapazes de alterar a vontade do Bibliotecário. Segundo Alberto Feio, o conde de Bertiandos faria mesmo constar...

> "...que pedira ao governo a exoneração de Abreu, e, se lhe faltasse a paciência para a esperar, o suspenderia das suas funções." (...) Os brados de Abreu contra o escândalo não foram ouvidos, sendo em 21 de Novembro de 1851 decretada a criação do internato anexo ao liceu."

O próprio reitor achava que o espaço destinado ao colégio, ao liceu e à biblioteca não era suficiente.

Em 2 de Fevereiro de 1852 o *Livro de Actas da Câmara de 1850 a 1852* diz-nos:

> "Foi presente um ofício do Reitor do Liceu Nacional de Braga, nº 18, datado de 31 de Janeiro último com uma cópia da Portaria do Conselho Superior de Instrução Pública e querendo o supracitado reitor dar cumprimento ao que na mesma é autorizado, o não pode fazer enquanto estiver ocupado com o depósito de livros que são destinados à Biblioteca Pública, todo o recinto em que devia ser fundado o Colégio.

> A Câmara resolveu que se oficiasse ao Reitor do Liceu acusando-lhe recepção e fazendo-lhe saber que a Câmara domingo, 8 do corrente pelas quatro horas e meia da tarde vai ao edifício da Congregação para tratar do conteúdo do mesmo ofício. Resolveu-se que se oficiasse ao Bibliotecário da Biblioteca Nacional de Braga, para que no dia 8 do corrente, palas 4 horas e meia da tarde ter o salão da Biblioteca e mais casa que serve de depósito dos livros aberto, para a Câmara ver."

A pressão era imensa e o Bibliotecário não resistiu, pedindo a exoneração. Para desgosto dos seus oponentes, acabaria por não a concretizar, inviabilizando a oportunidade que parecia estar prestes a abrir-se à Câmara. Em 12 de Março de 1852, o *Livro de Actas* da Câmara informou-nos.

> "Deliberou-se por ser público que o actual Bibliotecário da Biblioteca Nacional de Braga pedira ao governo de Sua Majestade a sua demissão, a Câmara representasse ao governo para aliviar o Cofre Municipal da obrigação de pagar o ordenado ao Bibliotecário e servente e até mesmo indicar-lhe que havendo mais bibliotecas, é só a Câmara de Braga que está sobrecarregada com este ónus."

Era aqui, à questão do dinheiro, que as autoridades municipais queriam chegar…

Em Abril de 1854, numa carta dirigida a *O Pharol do Minho*, jornal para quem o bom nome da cidade passava também pela conclusão da Biblioteca, Manuel Rodrigues da Silva Abreu relatou algumas das dificuldades que enfrentou. Estas realçavam exemplarmente o lado muito mesquinho das autoridades. Disse ele:

> "Em 1847 (*Refere-se à utilização do espaço da Biblioteca como quartel, durante a guerra civil da Patuleia*) (…) salvei-a também das mãos dos gatunos, ou ratoneiros, a quem para tomar os livros, não seria necessário mais do que estender o braço, através dos tabiques, em algumas partes já rotos; e salvei-a por meio de tapamentos no topo de dois corredores, e com o enchimento de madeira cal e areia, em alguns pontos; adiantando a despesa da obra que se verificou desde 20 até 24 de Julho do dito ano, por se me dizer muito expressamente no dia 18 que a Câmara não tinha nessa época nem um vintém de que dispor." (*Foram 16.000 reis que o Bibliotecário nunca recebeu…*) "E em Outubro de 1850, se quis um toldo de prevenção, (para garantir da chuva e de possíveis vendavais, um cubículo de livros durante a abertura de um grande espaço de parede na parte sul), vi-me forçado a pagar um terço do seu aluguer, isto é, a pagar dois cruzados novos, pagando a Câmara quatro por doze dias em que o mesmo toldo serviu naquele mister." – (*O Pharol do Minho,* 17 de Abril de 1854).

E concluiu, pedindo que publicitassem os entraves ao seu trabalho, pois essa seria a melhor forma de o ajudarem.

As dificuldades do bibliotecário continuariam nos anos seguintes e vieram do lado mais improvável – do próprio Liceu.

> ”Em todos os relatórios, o bibliotecário mostrava o perigo de destruição a que a Biblioteca estava sujeita, pedindo providências que nunca lhe chegaram. Em Setembro (de 1854) queixava-se Abreu, em ofício dirigido ao ministro, de que, só com o fim de não incomodar a família de Seguier, se opunham a que ele se servisse da escada principal do edifício, que era propriedade da Biblioteca.” (Alberto Feio*, o. c.*).

Até que, finalmente, enfarinhado em mais um caso de sedução de que uma aluna foi vítima, o Colégio de Seguier encerraria as suas actividades. Só que o Conselho do Liceu resolveu retomá-las por sua conta e risco.

> “O bibliotecário pugnou quanto pôde contra tal ideia, mostrando que o próprio decreto de 21 de Novembro de 1851 só permitia a existência do internato quando não houvesse perigo para a Biblioteca.” (Alberto Feio...).

Apenas no início de 1856 é que a situação se resolveria. O novo Governador Civil, Custódio Rebelo de Carvalho foi finalmente sensível às razões alegadas por Silva Abreu. Informou o governo e este finalmente negou autorização para a continuação do colégio. (Alberto Feio*, o.c.*). Terminava mais um capítulo do caso da Biblioteca de Braga. Mas não seria o último...

Em 12 de Março de 1856. o jornal *O Pharol do Minho* escrevia e lamentava:

> “Vimos há dias a Biblioteca desta cidade e pasmamos ao observar a pouca conta em que é tido um dos mais ricos tesouros públicos neste distrito. Uma coisa é vê-lo e outra dizê-lo. Livros arrumados sobre estantes de pinho carunchoso, a quebrar; estas, pessimamente colocadas em estreitos e arruinados corredores, que não dão o preciso espaço para a devida limpeza; sem ar; tabiques arruinados, e esburacados, portas velhas e mal seguras é toda a decência, toda a dignidade da biblioteca bracarense. É um montão de riqueza coberta de pó e teias de aranha, entregue ao desprezo de tos os que devem olhar por ele. (...) Estas obras, porém estão paradas há uns poucos de anos e parece que não continuarão tão depressa, se alguém competente não tomar neste negócio uma acção decisiva. (...) E se a ilustríssima Câmara se mostra tão

> desvalida pelos melhoramentos materiais da nossa terra, bem certos estamos nós de que lhe não serão indiferentes os estabelecimentos de instrução, já hoje reconhecidos como primeira base para todo o melhoramento social."

O último episódio significativo do caso da Biblioteca aconteceria no final dos anos 50. Depois de terminarem finalmente as obras, era necessário proceder à abertura. A Câmara Municipal entendeu que a melhor data para o fazer seria em 16 de Setembro de 1857, quando do aniversário de D. Pedro V. Só que era preciso proceder à colocação dos livros dentro das estantes e, de acordo com as ideias do Bibliotecário, protegê-los dos amigos do alheio. Queria que fossem colocadas redes de protecção, medida que exigia tempo e inviabilizava a inauguração naquele faustoso dia. Lá ia por água abaixo, a possibilidade de a Câmara fazer um brilharete... E rebentou uma grande polémica, retratada no número de 18 de Agosto de *O Bracarense*. Fiel às suas amizades políticas na Câmara, o periódico foi insultuoso para o Bibliotecário, chamando-lhe parasita e sugerindo, inclusive, que ele promovera o desaparecimento de 10.000 volumes. Dizia:

> "É tempo de pedir contas ao Sr. Rodrigues dos trabalhos que tem desempenhado há 16 anos, que devem ser muito importantes na proporção dos 6 contos de reis que tem custado ao município, soma que ninguém hoje dará pelo precioso depósito confiado à sua guarda. É tempo de aparecerem os inventários e catálogos, à face dos quais se possa verificar que caminho ou descaminho levaram tantos mil volumes, quantos vão de 20.000 em que o Sr. Rodrigues afirma agora orça o precioso depósito, para os 30.000 em que em 1842 muita gente o ouviu orçá-lo, a fim de se salvar das pungentes acusações que lhe têm sido feitas em público e de que ainda se não justificou. É tempo de acabarem as alicantinas e as contemplações com mero prejuízo do público. Abaixo os parasitas, os desperdícios e as sinecuras."

No número de 21 de Agosto daquele ano, *O Bracarense* insistiu, orgulhosamente convencido da justeza da sua verdade:

> "Graças à Câmara do corrente biénio, essa sinecura acabou. E querem saber como? Ora leiam: Depois de a Câmara comunicar ao sr. Rodrigues, bibliotecário, que se achava pronto o salão da Biblioteca e de lhe fazer saber que no dia 16 de Setembro, dia de anos de el-rei, devia a Biblioteca ser aberta ao público, o Sr. Rodrigues recusou-se a satisfazer as exigências da Câmara, esta participou-o ao Sr. Governador

> Civil que imediatamente oficiou àquele para cumprir, nas havendo igual recusa da parte do Sr. Rodrigues, o Sr. Governador Civil suspendeu-o, ordenando ao Sr. Administrador do Concelho tomasse conta do depósito dos livros, e à Câmara providências para que se abrisse a Biblioteca no dia indicado. O Sr. Administrador do Concelho foi logo tomar conta do depósito e a Câmara nomeou, para a auxiliar naqueles trabalhos, uma comissão."

Oito anos depois, fiel à sua postura de apoiar ou contrariar aquilo que no momento fosse politicamente mais conveniente para si, o *Bracarense* saiu em defesa do Sr. Rodrigues Abreu, que estava aflito com a incapacidade do telhado do edifício conter a água das chuvas. Esquecendo tudo aquilo que dissera, o jornal de Alves Passos chegou ao ponto de pedir à vereação para mandar compor o telhado, aproveitando para se afastar assim do comportamento das câmaras anteriores, que tanto descuraram aquele estabelecimento. Conseguiria assim poupar o digno bibliotecário a novos desgostos e trabalhos... – (*O Bracarense,* 10 de Dezembro de 1865).

Regressando a 1857 e ao aniversário de D. Pedro V, diremos que lá abriu a Biblioteca, embora fechasse no dia seguinte. Cumprida a função da inauguração, o próprio Presidente da Câmara aceitou a derrota, no discurso que pronunciou. Reconheceu...

> "...que esta colocação (*dos livros...*) não seja ainda a conveniente e mais perfeita e que não seja acompanhada do respectivo catálogo para que o serviço da Biblioteca fosse desde já pronto e regular; mas este resultado depende *de mais largo espaço de tempo* e a Câmara tinha determinado inaugurar a Biblioteca impreterivelmente no dia de hoje, não só porque estava impaciente por mostrar ao público este depósito, posto que muito menos do que devia com direito esperar-se mas também porque sendo este o dia natalício de Sua Majestade el-rei e sendo ele tão amante das letras e tão pronunciadamente empenhado na ilustração dos seus súbditos, não podia jamais encontrar-se ocasião tão oportuna, nem este município dar um testemunho mais expresso e mais sincero do seu reconhecimento e afecto ao seu monarca." – (*O Bracarense de 22 de Setembro de 1857*).

A vingança do Bibliotecário iria consumar-se em Janeiro de 1858, quando uma Portaria do Ministério do Reino o reintegrou no serviço. Daqui para a frente, ocorreriam mais alguns episódios demonstrativos do *apreço* das autoridades bracarenses pelas coisas da cultura. Mas já chega de falarmos em misérias. As péssimas condições do

espaço onde funcionava o estabelecimento ficaram bem retratadas por Alberto Feio, na obra acima citada. Segundo ele, na visita que o rei fez à instituição em 1859, o soalho, velho e carcomido, rompeu-se debaixo dos seus pés, ficando o monarca com uma perna entalada nas tábuas carunchosas.

Muitos anos depois, em 1870, já após a morte de Silva Abreu, a Câmara recusou nomear um segundo bibliotecário, alegando algo extraordinário:

> "Não se deve fazer a proposta para tal lugar porque a Biblioteca não se acha exposta ao uso público (...) nem é possível que se ponha tão cedo por falta de inventário e correspondente catálogo." – (*Livro de Actas da Câmara Municipal de Braga*, 7 de Janeiro de 1870).

O Liceu de Braga nasceu do decreto de 17 de Novembro de 1836, quando Passos Manuel dirigia o Ministério do Reino. Nessa altura foi criado um Liceu em cada capital de distrito, embora sem espaço onde pudesse funcionar. Só em 1841, com a ajuda do Arcebispo, é que foi finalmente encontrada uma solução de recurso, ficando o estabelecimento instalado no Seminário de S. Pedro, situado no Campo da Vinha. E apenas em 1845 passaria a ter instalações próprias, estabelecendo-se no antigo convento dos Congregados. Só depois da implantação da República é que abandonou este último espaço, quando ocupou, até aos dias de hoje, as instalações do extinto Colégio do Espírito Santo. Só depois da sua instalação nos Congregados é que o liceu começou a ser dirigido por um Conselho, presidido por um reitor, apoiado num secretário permanente que era simultaneamente professor do estabelecimento.

O número de professores era muito reduzido. Inicialmente eram apenas seis. Com um corpo docente assim dimensionado, poderíamos concluir que imperaria a camaradagem, os entendimentos e os acordos. Nada mais errado. Da década de 60 do século XIX chegaram até nós as referências a tricas, inimizades e pressões constantes. O mau ambiente imperava. Quem o retratou foi Manuel Joaquim Alves Passos, professor de Introdução, médico-cirurgião conceituado na cidade e proprietário de uma tribuna excelente para relatar estes casos. Era dono e redactor principal do jornal *O Bracarense*. Para ele, o grande culpado do mau ambiente dominante era precisamente o secretário, homem a quem a importância inebriara excessivamente. Como desempenhava o seu cargo há muitos anos,

facilmente podemos inferir que o mal-estar também terá sido permanente. Ouçamo-lo:

> "No liceu desta cidade deu-se na quarta-feira um escândalo que merece a censura da imprensa e a intervenção da autoridade O Secretário Pinheiro (*Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo*) que julga ser o rei do Liceu entrou na quarta-feira na sala de exames, quando em conferência se estava votando sobre as habilitações dos examinados e querendo á fina força que lhe aprovassem um afilhado, teve o arrojo de pretender dar a lei aos examinadores e de os insultar com pérfidas insinuações. Um destes, sacerdote e pessoa de grande moderação e respeito, vendo-se tão violentamente desconsiderado precisou de reagir contra tanta insolência, de modo que foi necessário que o Sr. José Cândido, membro daquela mesa, interviesse para pôr termo ao pugilato." – (*O Bracarense,* 4 de Julho de 1862).

Uma semana depois, em 11 de Julho, o *Bracarense* continuou as acusações ao Secretário.

> "Acrescentou sem autorização de ninguém à lista dos alunos apurados em sessão do conselho para fazerem exame, o seguinte: N.B – Os alunos voluntários que queiram fazer exame deverão requerer a sua admissão instruindo os requerimentos com a respectiva certidão de frequência."

O jornal disse que esta determinação era uma prepotência, uma ilegalidade atentatória das atribuições do Conselho, a quem faltavam poderes para fazer aquela exigência.

> "Para extorquir dos alunos os 120 reis de cada certidão é que o Secretário se arvorou em legislador acrescentando por motu próprio o NB transcrito."

E em 14 do mesmo mês, o jornal voltou à carga.

> "Corre geralmente no Conselho do Liceu que fora Sua Senhoria arguido por todos os colegas, acusando-o de imodesto e atrevido, depreciador e intrigante dos seus colegas, mau secretário que pretende exercer pressão nas mesas para lhe aprovarem os afilhados, inculcando-se fiscal da lei e levando o seu arrojo até à provocação e ao insulto dos examinadores. Corre também que o Sr. Pinheiro fora tão solenemente convencido de seus abusos que saíra desnorteado pela porta fora e que o Sr. Reitor levantara a sessão por comiseração com o confundido secretário que tinha a louca vaidade de se imaginar ditador e mandão de seus colegas."

Dois dias depois, o secretário voltou a ser notícia. O periódico disse que no Conselho ele fora severamente admoestado em votação secreta. Apenas um voto o favoreceu, presumindo-se que fosse o seu próprio. Finalmente, em 18 de Julho de 1862, O *Bracarense* resumiu o caso do Secretário:

> "Mas no Liceu de Braga, quase desde a sua fundação, pesa-nos dizê-lo não tem havido esse acordo, antes o espírito de discórdia e rivalidade tem sempre trazido afastados entre si os professores, ora com questões e rixas científicas, ora com intrigas que surgem debaixo dos pés sem eles saberem como. (...) Vimos o mesmo professor Secretário Pinheiro em luta escolástica pública e pouco edificante com o professor Pereira Caldas, que por mais engenho e leitura levou sempre de vencida o seu adversário, mas teve depois de ser vencido por ele noutro campo. Um processo monstruoso apareceu, urdido pelo secretário em que eram feitas as mais graves acusações, representando o douto secretário o papel de algoz do seu colega. (...) Vimos também a luta renhida e por muito tempo travada entre o mesmo Secretário Pinheiro e o Director do Colégio do Liceu (*Trata-se de Seguier, já atrás referido como rival do Bibliotecário...*), que por fim acabou com grande prejuízo dos que pretendiam aproveitar do abrigo do Colégio dentro do edifício do Liceu. Vimos e consta de documentos publicados pela imprensa, que rixas análogas se deram entre o mesmo secretário e os professores Capela, Faria e padre Leite."

Torna-se fastidioso descrever todos os casos, mas o jornal refere ainda as tricas entre o Secretário e os professores Lopes Cardoso, José Cândido e Alves Passos.

O carácter muito bilioso do professor Pinheiro não se manifestava apenas no seu relacionamento com os colegas. Já em 2 de Abril de 1862, *O Bracarense* informara:

> "Passando segunda-feira última o professor de filosofia do liceu (*É o Pinheiro. A sua cadeira chamava-se Filosofia Racional e Moral...*) por um indivíduo que não lhe tirou o chapéu e vendo que este depois se dirigira à sua aula para o ouvir, mandou-o retirar. Recusando-se este, porque ignorava o motivo de tão insólito modo de proceder e julgando que aquela aula era pública, e regulada como as outras, o dito professor o mandou prender pelo porteiro!"

Mas o secretário tinha apoios... Em 9 de Abril de 1862, *O Bracarense* relacionou-o com o Administrador do Concelho.

> "E agora fiquem sabendo que o inexorável professor não julgou suficientemente expiada a culpa do descortês delinquente e que o pro-

> fessor ofendido, logo que saiu da aula se dirigiu ao Sr. Administrador do Concelho, queixando-se da sacrílega ofensa feita à sua prosápia e embófia. O Sr. Administrador mostrou-se nimiamente condescendente com as néscias e ridículas pretensões do ofendido e fundando-se não sabemos em que código, mandou chamar à sua presença não o suposto agressor, mas sim um seu irmão, que ficou espantado quando o repreenderam por um facto que totalmente ignorava; pois nunca frequentou o liceu, nem foi discípulo do professor queixoso."

Como foi isto possível?

A maneira se ser muito especial do professor Pinheiro não se manifestava exclusivamente nas aulas no Liceu. Ele leccionava no Seminário e também aí conseguiu criar, na década de 70, situações de revolta entre os alunos. Foi com grande mágoa, por ser obrigado a dizer mal da classe escolástica, que o Comércio do Minho relatou algumas arruaças. Um grupo numeroso de alunos chegou a atirar-lhe pedras e batatas, acabando alguns na prisão e expulsos da frequência por ordem do arcebispo. Só que, contrariamente ao que sucedera em 1862, a imagem dos alunos não foi amparada pelas inimizades que opunham naquele ano os professores Pinheiro e Alves Passos. É que este último, como já afirmamos atrás, tinha acesso à imprensa, na qualidade de redactor principal do Bracarense. Era por isso um homem temível, um fazedor de opinião. Em 14 de Janeiro de 1877, ao relatar os acontecimentos que envolveram o arremesso de pedras e batatas, o *Comércio do Minho* teve uma sensibilidade diferente. Não poupou palavras e apelidou os alunos de díscolos e arruaceiros, com comportamentos a roçar a baixeza.

Talvez o problema não residisse neste ou naquele professor mais autoritário ou menos hábil no relacionamento com os alunos. A aproximação do final do século determinou mudanças no comportamento dos discentes, aparentemente imbuídos de maior radicalismo. No ano de 1879 o *Diário do Minho* noticiou problemas graves no relacionamento entre os alunos e o professor de latim, o Reverendo Padre Lamego Maia. Este jornal estava ligado ao Partido Progressista e por causa disso talvez fosse mais susceptível de aceitar os que tinham a ousadia de enfrentar o velho mundo, isto é, a Igreja. O *Diário do Minho* não descreveu os acontecimentos com pormenores. Limitou-se a noticiar os apupos que vitimaram o professor Maia, referiu a presença da polícia e do exército e apresen-

tou a prisão de cinco seminaristas. E foi muito ligeiro nas críticas à Igreja. No número de 18 de Dezembro de 1879 limitou-se a reparar:

> "É realmente de lastimar que naquele estabelecimento não haja quem dê providências, obstando desta forma a cenas que podem dar sérias consequências."

Algo de novo começava a ferver na cabeça dos jovens...

Mas regressemos ao liceu nos anos 60. Em meados desta década, aconteceu um facto que teve ecos em Lisboa e motivou investigações que não apuraram nada. Apareceram certidões falsas no liceu, um problema que era recorrente. Em 26 de Janeiro de 1865, *O Bracarense* historiava:

> "Já em 1855 apareciam certidões falsas seladas com o selo do liceu de Braga e nesse tempo queixava-se o próprio secretário de que eram fabricadas e seladas pelos empregados da casa. Num processo que correu pelo cartório do escrivão Faria, denunciou e jurou o actual secretário que o guarda João Manuel da Silva fabricava e selava com o selo da secretaria as certidões faldas que então apareceram; (...) Em 1864 ainda continuava e continuará o mal! Quem terá a culpa disto? Será ainda o guarda João Manuel que já não existe ou terão os estudantes as chaves da secretaria do liceu? (...) Eis como corre no público a explicação do facto. Passam-se centenas de certidões verdadeiras pelos amanuenses ou fiel da secretaria, e entre essas, algumas certidões falsas. Colocam-se todas num monte para o secretário assinar quando vai à secretaria e este assina-as todas como é natural sem que a afluência de serviço lhe permita examinar casa uma delas à face do respectivo livro de exames. O porteiro sela e as certidões falsas vão correr o mundo juntamente com as verdadeiras. (...) O culpado deste crime é o que abusa da confiança do secretário e este tem a cumplicidade do desleixo e omissão."

Os exames eram a prova dos nove. E sendo muito alto o valor das propinas, era preciso evitar as reprovações. Em 9 de Julho de 1887, *O Constituinte* relatou:

> "Todos os anos ouvimos queixar-se os chefes de família de que os exames estão rigorosos. Todos os anos vemos esta cidade transformada em vasto campo de suplicantes, a encherem as algibeiras dos malfadados professores com bilhetes de recomendação. Não se dá um passo não se entra no Passeio, não se toma uma cerveja num botequim, sem que sejamos assaltados pelos pais, pelos protectores, pelos tios e pelos irmãos dos estudantes com estas fatais e invariáveis inter-

> rogações: Quem é um bom empenho para Francês? (...) E este fuão em latim? E aquele fuão em Filosofia. Enfim, é um verdadeiro inferno. E o que é pior, no meio de tudo isto, é que os examinadores queixam-se amarissimamente do atraso em que se encontram os estudantes: o que é certo é que todos nós, assistindo aos exames, sentimos calafrios, quando ouvimos os estudantes ignorarem os primeiros rudimentos das disciplinas em que são examinados. O estudante em Braga, estuda geralmente muito pouco."

Quanto mais conservadora fosse a instituição ou o indivíduo, maior era a sua tendência para desconfiar da cultura e dos efeitos maléficos que ela poderia trazer. O semanário *União Catholica* definia-se como religioso, regionalista, literário e noticioso. Tinha sido autorizado pelo Arcebispo Primaz e por isso pode afirmar-se que transmitia as ideias dominantes no Paço. São deste semanário as seguintes palavras, proferidas em 25 de Maio de 1872:

> "Resta-nos agora saber se o estado tem ou não direito de impor a obrigação de ensino. (...) A par dos direitos de estudo, está a liberdade dos direitos individuais com a individualidade que lhes é própria. (...) Todas as liberdades desapareceriam sem remédio, e o indivíduo e a família não teriam mais autonomia e independência. (...) Primeiro que se decrete a escola obrigatória, deve ser decretada a religião obrigatória. Se alguém se lembrar de que ao lado da instrução obrigatória deve estar, a bem da consciência pública, a riqueza também obrigatória, de que a par do foçado nivelamento das inteligências deve figurar também o nivelamento também obrigado da propriedade, e se esse alguém for o estado, quem se atreverá a impedi-lo? Prega-se a liberdade e prega-se o despotismo! Fala-se em direitos individuais e exige-se o sacrifício completo do indivíduo à omnipotência absoluta do estado."

Era o direito à ignorância. Simplesmente aterrador...

Dez anos depois, em 1882, as personagens tinham mudado, mas os velhos problemas mantinham-se ou até talvez se tenham agravado. O número de alunos aumentou e com ele cresceu o número de professores. Existia um grupo cada vez maior de docentes sem vínculo permanente ao ensino, que precisavam de ser colocados anualmente. Quem seria a entidade que os colocaria e quais os critérios subjacentes a essas colocações? *O Constituinte* de 6 de Dezembro de 1882 deu-nos a resposta.

> "Entre a maioria do corpo docente e o reitor do liceu de Braga existe uma incompatibilidade tão profunda e radical que se torna urgente fazer terminar este estado, para que desapareçam duma vez para sem-

pre essas miseráveis e odiosas agressões que para aí se estão reproduzindo de vários modos e formas diversas. (...) Seis grandíssimos males actuam presentemente contra os liceus: um diz respeito ao modo por que se ensina, o outro afecta o pessoal docente. Não trataremos hoje do primeiro, apreciaremos apenas o segundo, nas suas relações com os actuais conflitos do liceu de Braga. Em todos os liceus há hoje um grande número de professores provisórios que à parte a sua competência literária não gozam a independência que têm os professores encartados. Nomeados pelas influências dos governadores civis, a sua permanência nos liceus depende da sua maior ou menor adesão ao chefe do distrito, que lhes abriu as portas do liceu. E reconhecidos a esta consideração, não é de estranhar que eles desejem ser agradáveis à autoridade que os fez nomear e deste modo lá está o chefe do distrito a influir poderosamente em qualquer resolução dos Conselhos. É a montagem da máquina levada à sua mais alta e perniciosa manifestação. Vejamos agora praticamente o que sucede. O Sr. Vieira de Brito, reitor do liceu é amigo íntimo e extremamente afeiçoado do Sr. Governador Civil Jerónimo Pimentel; foi este senhor que para vingar agravos pessoais se aproveitou da condescendência do Sr. Brito para o levar a aceitar a reitoria do liceu, perfidamente arrancada das mãos do Sr. Guimarães; é ainda o Sr. Brito que obediente às ordens do Sr. Governador Civil prepara censuras e alcança castigos para os professores antigos e respeitabilíssimos; é enfim o Sr. Brito que depois de repetidas e veementes manifestações de desagravo da maioria do corpo docente do liceu se apresenta há dias com futilíssimos senão perigosos argumentos a patrocinar uma proposta para bibliotecário do liceu, de um indivíduo desconhecido da maioria do professorado, contra um pobre e inofensivo moço que há muito tempo exercia provisoriamente aquele lugar. Foi precisamente esta arrojada pretensão que provocou as cenas violentas e indecorosas de que foram teatro as salas das sessões do liceu de Braga. O Sr. Brito, para satisfazer às exigências do Sr. Governador Civil tentou levar de assalto a proposta favorável ao seu pretendente; e vendo frustrados os seus intentos porque apesar do descarado favoritismo e das pressões impertinentes que exercera, a votação lhe era fatalmente desfavorável, irrompeu em abjurgatórias e violentas e ofensivas do pundonor e do brio de uma corporação científica, chegando, segundo nos foi informado ameaçar com uma cadeira um dos professores mais qualificados e de maior mérito literário. (...) O desprestígio e a desordem de um liceu abala profundamente os seus créditos e são os alunos as principais vítimas."

A elite mais conservadora da cidade desconfiou sempre do combate ao analfabetismo. Os livros sempre foram considerados por ela uma arma, que o bom senso exigia que no mínimo fosse controlada. Quando em 1863 estava em marcha a criação de uma aula de ensino

nocturno destinada a trabalhadores analfabetos, as críticas apareceram. *O Progresso*, jornal ligado ao governo histórico, relatou-as no seu número de 10 de Março:

> "Ainda se não abriu a aula do ensino nocturno porque as obras não estão terminadas. Mas estas grandes vantagens que a classe artística pode haurir da escola nocturna que nesta cidade acaba de se criar, há quem tenha intentado obstruí-las no seu brotar interpretando malevolamente a intenção do fundador nesta obra de civilização e procurando desviar da frequência os que tanto utilizariam com ele. A aula nocturna, dizem, os intérpretes oficiosos, tem por fim levantar levas de neófitos para *pedreiros livres".*

Mas não era apenas o ensino público oficial o único a respirar problemas. *O Constituinte* fez, em 10 de Outubro de 1883, um retrato terrível do ensino no Seminário.

> "Conhecemos há mais de quinze anos o sr. Padre João Rebelo. Vimo-lo missionário fervoroso, catequista incansável, vimo-lo na companhia de Rademaker (*Trata-se de Carlos João Rademaker, um missionário jesuíta...*) e de outros missionários jesuítas e não jesuítas e confessamos com toda a franqueza que durante o período sentimos pelo padre Rebelinho, como anteriormente era denominado pelo inúmero beatério que o seguia e perseguia, uma particular e muito pronunciada simpatia. (...). Depois vieram os factos pôr a descoberto e com todo o severo rigor da verdade, o carácter moral do sacerdote e do homem que tanto nos tinha iludido. Aparentando um zelo farisaico pela moralidade do clero e pela sua instrução religiosa, soube ou pôde o Sr. Padre João Rebelo, arrancar das mãos do sr. D. José Joaquim d' Azevedo Moura (*era o Arcebispo*) a nomeação de vice-reitor do Seminário. (...) Não logrando ganhar com as suas astuciosas perfídias a confiança do Prelado, o Sr. Padre João Rebelo resignou-se à sua posição de autoridade secundária, espreitando a ocasião mais profícua para realizar os seus intentos. Foi ela proporcionada pela decrepitude do Sr. D. José."

Chegou o momento da substituição do Arcebispo e deu-se a nomeação de João Crisóstomo de Amorim Pessoa.

> "Era este positivamente o homem que convinha ao sr. Padre João Rebelo. Conhecedor das suas qualidades, era fácil insinuar-se-lhe no ânimo à custa de humilhações e agitando-lhe a todas as horas diante das faces o infecto turíbulo da adulação e da lisonja. (...) Querendo recrutar dependentes, a delação e a espionagem foram as garras

de ferro com que desfibrara a vida íntima e a ciência dos súbditos do sr. João Crisóstomo, Da sua casual e convencional informação fez-se depender as aprovações ou reprovações nos exames. Ser ou não ser bom mocinho indicava fatalmente o conceito que o padre gozava perante o prelado. Ter ou não ter espírito eclesiástico, uma revelação indefinida que só ele sabia descortinar, importava para o ordinando o atraso ou progressão nos seus exames e na sua ordenação. (...) Será um vice-reitor digníssimo, o homem que embriaga os seminaristas e vai tumultuosamente à frente deles fazer queixas ao Prelado, queixas falsas e caluniosas do chefe do estabelecimento, que além de ser um sacerdote ilustrado é a primeira dignidade capitular e de mais a mais seu patrício! Será um vice-reitor digníssimo o homem que enchia o sr. João Crisóstomo de louvaminhas nas colunas da Semana Religiosa e quando constou ser sido aceite a sua resignação não perdia ocasião para afirmar que nenhum Prelado havia entrado nesta diocese mais mauzinho nem pior que o Sr. João Crisóstomo?"

À medida que o século XIX se aproximava do fim, começou a colocar-se a questão do ensino secundário oficial para o sexo feminino. Era uma hipótese assustadora para as forças mais conservadoras. Em 15 de Julho de 1888, a *Aurora do Minho* pediu desculpa às mulheres por aquilo que ia dizer delas. Mas não se coibiu de ir dizendo...

"Será indispensável a criação de liceus femininos? Será pelo menos útil? Nem uma coisa nem outra. A mulher portuguesa não volva um olhar de ódio ao autor destas linhas, nem nos chame egoísta – julgando que só queremos a instrução para o nosso sexo. Bem sabemos que nos podem argumentar com a França, com a Inglaterra, com a Alemanha, com os Estados Unidos, onde por diferentes vezes se tem levantado a voz de alarme a favor da instrução da mulher – que é o primeiro passo dado para a sua independência e para a sua igualdade em relação ao homem. Mas há uma grande diferença entre a mulher daqueles países e a mulher portuguesa; há uma grande diferença na educação e nos costumes. A mulher portuguesa é criada mais em família do que em sociedade; é mais recatada, menos sociável, mais amimalhada, permita-se-nos o termo. Ora criados os liceus para o sexo feminino, verá o autor do projecto que cai num desastre irremediável, porque apenas os verá frequentados por meia dúzia de meninas cujas famílias tenham o arrojo de calcar aos pés os preconceitos e tradições. Mas para que é preciso o ensino oficial aplicado ao sexo feminino? Será para fazer das mulheres médicas, advogadas, militares, deputados, ministros? Talvez seja esse o propósito: inovação de um progresso que nos países mais adiantados já está em decadência."

O jornal miguelista *A Cruz e Espada,* em 1 de Setembro de 1888, foi muito mais agressivo e afirmativo e, honra lhe seja feita, não apresentou diferenças de género nas suas apreciações:

> "E como se não bastasse corromper por meio do ensino a juventude do sexo masculino, o nosso governo, sempre disposto a macaquear os estrangeiros em tudo quanto é mau, acaba de estabelecer liceus para educação de raparigas, a fim de que nem as futuras mães de família, em quem ainda se podia depositar uma ténue esperança de regeneração moral no porvir, nem estas mesmas escapem ao contágio, antes venham a ser um dos mais poderosos meios de desorganização social em que se anda cuidando."

Igualmente miguelista, o *Comércio do Minho* adoptou uma postura semelhante:

> "Antigamente não se andava com o látego da lei na mão, a empurrar para dentro das aulas os que não queriam aprender; não se forçava ninguém a ir beber a água lodacenta de uma meia instrução, cujos efeitos aí nos estão acusando as estatísticas criminais, dizendo-mos com a sua linguagem irrefragável que onde mais se tem difundido essa instrução avariada, mais cresce o número de criminosos e a hediondez dos crimes." – (*O Comércio do Minho,* em *7 de Junho de 1890*).

Seis anos depois este jornal refinou a sua oposição ao ensino obrigatório. Fez um ataque espantoso à escolaridade obrigatória, acusando-a de retirar do trabalho muitos braços, importantes para a manutenção da saúde financeira das famílias. E não esqueceu as questões mais ligadas aos aspectos morais:

> "Ainda se os resultados dessa lei atentatória dos direitos e da liberdade dos chefes de família fossem ao menos atenuados pelo ensino da religião e da moral, subministrado na escola, poderia achar-se-lhe alguma desculpa A verdade é porém que desacompanhada como é daquele requisito tão essencial, a instrução primária *só serve para tornar mais acessível ao espírito dos jovens, a leitura*, *o veneno da imoralidade e da descrença, espalhado às mãos largas pela imprensa*, especialmente pelo jornalismo que parece empenhado, não em melhorar mas em subverter a sociedade."

É uma desconfiança surpreendente, especialmente por ter vindo de um jornal...

No final da década de 80, surgiram as primeiras preocupações com o ensino industrial. O arranque foi muito tímido. Em 1888, ape-

nas funcionaria uma cadeira de Desenho, provavelmente em regime não oficial. Foi em 21 de Agosto de 1889 que *A Correspondência do Norte* anunciou que devia começar a funcionar brevemente, no princípio de Novembro, a Escola Industrial desta cidade. Para tal efeito ficaria instalada provisoriamente num edifício particular, até terminarem as obras de construção própria.

Em 1889, *O Constituinte* encarou o problema de maneira muito aberta, desapaixonada e alheia à *imagem* de progresso e importância que muitas vezes imaginavam que aquele ensino poderia trazer à cidade. Disse ele:

> "É pois evidente que a Escola Industrial para produzir todos os seus benéficos resultados tem de ter uma cor verdadeira e positivamente local; quer dizer deve corresponder à exigências dos ofícios e das artes mais comum da localidade em que elas foram estabelecidas. (...) A organização da Escola Industrial de Braga antolha-se-nos mais uma brilhante inutilidade dispendiosa e infrutífera. (...) Já aí vemos três professores suíços, os quais sem os conhecermos, reputamos o mais vantajosamente possível em assuntos de ensino industrial; mas seja-mos lícito perguntar, onde termos nós artistas que possamos ensinar com proveito uma aula de desenho mecânico ou uma aula de arquitectura. Como há-de o Sr. Bagemmoyer e o Sr. Tamm explicar engenharia mecânica ou arquitectura aos nossos artistas que, sem ofensa *ignoram inteiramente o que sejam máquinas e o que seja arquitectura*?" – (*O Constituinte*, 18 de Setembro de 1889).

Em 1891, *O Regenerador*, no número de 27 de Novembro, mostrou o seu descontentamento com a reforma do ensino industrial então feita:

> "Braga ficou descontente com a reforma da sua Escola Industrial, porque não foram atendidas as necessidades das suas indústrias locais. Concordamos. Mas não basta esta afirmação; é necessário dizer ao ilustre Ministro das Obras Públicas o que Braga reclama e em que se fundamentam os seus pedidos. As principais indústrias desta cidade são: tecelagem de algodão e de seda, obras de sirgueiro, chapelaria, obras de torno e serralharia. Pela última reorganização do ensino industrial foram estabelecidas as oficinas de carpintaria, serralharia e lavores femininos. A primeira e última podem e devem ser extintas. São perfeitamente inúteis nesta cidade, onde não há carpinteiros e onde os colégios e as aulas oficiais gratuitas ensinam, com toda a largueza e aperfeiçoamento os lavores femininos. (...) Para que possam ser estabelecidas as oficinas em que se ministra o ensino técnico profissional das indústrias de Braga é preciso que sejam criadas as cadeiras em

> que se ensinem as seguintes disciplinas: Física, Mecânica industrial e Química Industrial. (...) Parece-nos porém que as economias resultantes da supressão do ensino de lavores na escola de Braga e ainda noutras escolas, bastarão para fazer face às despesas com a nova organização do ensino industrial nesta cidade."

A concentração de jovens estudantes em número acrescido, determinou algumas irreverências. Em 2 de Junho de 1889, o jornal *Aurora do Minho* relatou o primeiro cortejo do Enterro da Gata:

> "Na sexta-feira de tarde, os escolares do liceu de Braga em grande número e em préstito aparatoso de luto foram enterrar o ano lectivo a S. João da Ponte nas faldas do Monte Picoto. Transitaram silenciosos desde a frente do liceu no Campo de Santana, Largo Barão de S. Martinho, Rua de S. Marcos, Campo dos Remédios e ruas das Águas e S. João da Ponte até ao local destinado para a cerimónia lutuosa. Levavam uma gata preta num caixão gracioso de papel acartonado, adornado com coroas de cabos de cebolas e réstias de alhos. O turíbulo do incenso era imã tigela de louça de Prado com apropriados cordões e enfeites de aparato lúgubre. No local das cerimónias mortuárias houve discursos facetos de vários escolares, alusivos à gata que se enterrava e eles auspiciavam galharda e risonhamente como protecção às gatas que nos exames os poderiam reprovar. Foi um enterro chistoso e novo na espécie aqui em Braga, em que os divertidos escolares debaixo do tom lutuoso na aparência, mas com gracioso espírito no essencial do acto deram ao público bracarense um testemunho faceto de que souberam divertir-se, a si com galanteria juvenil e aos seus espectadores numerosos, com galhardia prazenteira e jovial."

Foi também em 1889 que os estudantes receberam autorização para trajarem capa e batina, autorização extensiva aos seminaristas, que usariam cabeção, capa, batina, sapato raso e gorro. Os liceais tinham manifestado em 1882 pela primeira vez esta sua pretensão às autoridades, numa reunião da classe académica. O *Comércio do Minho* aprovou então o pedido, com argumentos que provavelmente pouco ou nada tinham a ver com os propósitos estudantis. Dizia que a capa, a batina e o gorro constituíam uma boa maneira de promover a *economia e a respeitabilidade.* No final do ano de 1888 este pedido terá sido reiterado.

O início da década de 80 marcou também uma alteração da postura estudantil perante a vida política. Talvez isso tenha a ver com a comemoração do tricentenário da morte de Camões e com a ligação que a partir daqui passou a ser feita entre o grande poeta e o Partido Republicano. Parece-me sintomático que os estudantes bra-

carenses, em nome dos de Coimbra que fossem naturais de Braga, tenham posto a correr em 1882 uma declaração de protesto. Afirmavam que o grupo coimbrão que pouco tempo antes fora em peregrinação ao Sameiro, não era constituído por estudantes. Dizia-se que eram filhos de Maria, isto é, directamente conotados com as forças religiosas. Era uma situação que desvalorizava a imagem daquela peregrinação. O *Comércio do Minho*, jornal muito conservador e católico, reagiu de forma agressiva:

> "Portugueses! É vergonhoso cruzar os braços quando a pátria esfacela nos bisturis da política. Ao campo! A República, esse infame sistema que a maçonaria levantou, tenta minar os alicerces da nossa pátria, já combalida pelos furacões do liberalismo e pelas tempestades da impiedade. Quando da peregrinação académica de Coimbra ao Sameiro, andaram a espalhar uma declaração em forma de protesto contra a pretensão de chamar académica conimbricense à peregrinação. Declarava em nome dos académicos conimbricenses residentes nesta cidade que aquela peregrinação era dos filhos de Maria e não da Universidade, etc., etc. (...) Conta que a declaração é lavra de uns calouritos, que são calouros há tempos imemoriais e que decerto não passam da cepa torta."

No capítulo intitulado *Rivalidades com outras Terras* daremos conta dos acontecimentos espantosos ocorridos em 1885. Apesar de ligados ao ensino, estes acontecimentos contribuíram para uma desagregação inédita do distrito. A cidade de Guimarães acabou por separar-se de Braga durante algum tempo e passou a reger-se por um estatuto autónomo.

Para terminar, resta-nos comparar a frequência feminina das escolas primárias, entre Braga e os outros distritos portugueses. Os vários censos apontavam Braga como o distrito onde a população feminina era percentualmente maior. Adivinhe agora o leitor qual é o distrito onde a relação entre o número de escolas masculinas e femininas penaliza mais as do chamado sexo fraco. Adivinhou! Sem dúvida que isto quer dizer alguma coisa...

O FERVOR RELIGIOSO

É indubitável que a chegada do liberalismo foi acompanhada por alguma desmoralização. Ao longo de todo o século XIX, protagonizada pelos espíritos mais ligados à defesa dos valores morais, será constante a tentativa de inversão deste caminho. Sendo conhecida a

falta de ilustração dos habitantes da cidade, esta tarefa estava aparentemente facilitada. Só que a liberdade, que apesar de tudo existia, ia criando um cepticismo crescente face aos que tinham por função defender a moralidade, isto é, face ao clero. Os episódios demonstrativos da perda de influência do clero que se repetem no manuscrito do Dr. *Chasco* seriam completamente impensáveis 50 anos antes da implantação do liberalismo. Um dos problemas que mais contribuiu para a degradação da imagem da Igreja foi a questão do sexo, com que ela nunca se relacionou de forma muito pacífica.

A situação a seguir relatada pelo nosso cronista, o Dr. Chasco, embora não se passando em Braga, foi certamente um assunto conhecido e comentado:

> "Assombra a imoral conduta que se vê praticada pelo prior de Vila do Conde que sendo religioso franciscano pregador e ilustrado um tanto, e para tal habilitado para apurar as ideias que lhe assistem, acaba de ser suspenso do ofício e benefício por crime de sedutor em o confessionário, obtendo fruto da sedução, e por mais agravante culpa causador da morte à seduzida por lhe ter ministrado remédio para abortar do feto e morrer. Trema de horror o católico que conhece a delicadeza e perfeição dos bons costumes; trema de horror, um eclesiástico que se abandona a abusar do carácter de ministro da Santa Igreja e com o carácter de mau ministro alienar de si o conhecimento do lugar da purificação para sem cerimónia se aviltar com capa de católico, manifestando ao público que uma árvore boa pode dar maus frutos contra os ditames da Sagrada Escritura."

Mas apesar destes maus exemplos, a fé continuava a ser imensa, embora estivesse muito ligada à falta de ilustração.

Vejamos dois casos acontecidos, um em 1847 e outro no ano seguinte:

> "Porque tem havido um estio tão continuado e tão quente, se tem recorrido a preces públicas para alcançar de Deus a suavidade do tempo por uma chuva favorável. Executaram-se as orações e a elas a omnipotência se manifestou surda e os frutos a excitar-se e por conseguinte a significar-se a extrema esterilidade e o nascimento de uma fome, praga sobre os males do mundo. Em um estado tão lastimoso se dedicaram os povos da cidade ao patrocínio dos santos seus advogados e sendo a sua devoção valedora para com Santa Maria Madalena, fizeram conduzir do monte da Falperra a sua imagem e nesta cidade a invocaram para o seu alívio. Por estes exercícios um tanto quebrou a ferocidade do calor da atmosfera, mas desvanecer-se-ia com a intensidade do sol que lhe sucedia e por consequência a humanidade gemendo os

> males futuros e na verdade rigoroso castigo. Multiplicaram os povos os seus exercícios devotos invocando a Virgem Nossa Senhora da Torre como advogada desta cidade e tomando o cuidado de orar por três dias sucessivos em preces públicas pelas ruas se contentavam de orar a Deus pelas necessidades públicas sem perturbação. Não contentes na prática da devoção à Virgem Santíssima da Torre, muitos dos povos mais fervorosos na devoção à mesma Senhora denominada Senhora das Angústias de S. Vítor se esmeraram em praticar a devoção por três noites contínuas em preces públicas, a fim de suceder aquela designada chuva que apontada se observasse. Como sempre o inimigo da pura verdade se empenha em dissuadir os pusilânimes do caminho empreendido, fez inquietar a devoção dos povos que na noite de quinta-feira, 18 de Agosto em preces se dirigiam para o campo de Santana. Indo em ordem o povo acompanhando a devota imagem da Senhora das Angústias, teve este piedoso acto ocasião de encontrara alguns soldados do Regimento 15 que nesta cidade estavam de passagem, com alguma indecência porque estavam cobertos com o boné; e sendo advertidos estes por alguém do povo, foi mal aceite a advertência e correspondida mais mal, com palavras e estas de pouco respeito tanto ao acto como à imagem da Santíssima Virgem, apelidando-a de canhota. Um tal desconcerto, animou a muitos concorrentes e observadores e tornando-se o acto tumultuoso trataram mal o desbocado e quiseram acabar com ele; porém outros cuidaram em pacificar a contenda e conciliar o religioso concurso. Muitos dos observadores eram soldados, ameaçando-os de irreligiosos e dignos de punição. Concorreu ao tumulto uma escolta da guarda e pôde inteirar-se da verdade a ponto de prender os cúmplices, mas contentou-se com modificar a electricidade dos povos e postar 4 soldados de guarda ao andor para continuar o acto piedoso: o que se efectuou, aliás se veria a rebelião começada, por isso se tocou nova face e por ela rondava a questão em defesa de partidos. Tudo se dissolveu e em poucos momentos se viu desenvolver uma chuva mansa que serenou a penúria dos corações atribulados. Este benefício não deixa de se reconhecer milagre e por ele ser tido como tal, obraria a providência por meios extraordinários e ser necessária a quase desordem, para os incrédulos se comoverem e deixar a omnipotência de ser insultada em público por algum desregrado. Os fiéis continuaram no dia 19 com as suas preces, mas oraram em a Igreja de S. Vítor e continuaram até concluir, deixando de sair às ruas."

Este episódio demonstra algum conformismo e receio. Os fiéis passaram a rezar as suas preces dentro do templo, evitando assumir uma postura combativa e afirmativa, como a que demonstraram na primeira procissão. Estávamos em 1847, a patuleia tinha terminado há pouco e os adversários que tiveram de enfrentar pertenciam às forças militares. Era tudo muito perigoso. Era preferível uma atitude de prudência.

Embora apresente algum distanciamento nas suas apreciações, o Dr. Chasco apontou o tempo atmosférico como resultado das escolhas divinas. Uma ideia assim poderia facilmente ser reconhecida num qualquer popular. Mas não. O Dr. Chasco não era uma pessoa qualquer. Era bacharel em Matemática numa época em que os títulos académicos superiores eram raríssimos. Mas isso não fez dele um homem completamente ligado aos tempos científicos nascentes. Nunca podemos esquecer que nesta área a bitola europeia não pode ser usada na medição do tempo português e muito menos do tempo bracarense.

Em 1847, dizia o cronista:

> "Em razão da irregular atmosfera e tormentosa chuva, pela qual se antevê uma escassez de pão e mais frutos, tem-se a devoção dos povos declarado a interceder aos santos em crises semelhantes; e porque a imagem de Santa Maria Madalena tenha e teve atendido aos tristes clamores dos povos bracarenses, tem esta devota imagem sido removida do seu oratório eremítico para esta cidade e colocada na Misericórdia; porém a omnipotência divina querendo satisfazer aos rogos dos seus adoradores tem mostrado o seu poder, nas não tem sido completo à proporção da necessidade porquanto tem sido constante o grau de chuva a ponto de inutilizar alguns frutos. É neste estado de penúria que os veneradores da omnipotência divina conhecem airosamente dos crimes da humanidade, e quanto esta tem ofendido o autor da natureza, e em vez de desarmar a cólera de um Deus algumas orações que se têm feito em preces públicas, estas não são ainda suficientes e conformes com a necessária misericórdia.
>
> Não vendo os povos o tempo favorável ao desejo, e em marcha destruidora o inimigo dos frutos, e à vista a fome; com a devoção com que tem batido à porta de Santa Maria Madalena, e de Nossa Senhora da Torre, e conhecida a insuficiência dos seus clamores se propuseram no dia 7 de Outubro a conduzir a imagem do Bom Jesus da Falperra à cidade, para receber os cultos dos povos na Igreja da Misericórdia, a fim de alcançar a benignidade apetecida. O que se observa na cidade se tem praticado em muitos outros lugares onde há imagens de devoção. *Mas o Omnipotente está surdo e na verdade se deve mostrar ofendido da humanidade à vista da moral que os humanos seguem em todas as classes*." – (*João Baptista Vieira Gomes, Memórias de Braga, Volume 7).*

Também é significativo este caso de 1848, onde se apresentou um fenómeno que a natureza ofereceu aos estudiosos.

> "Foi uma aurora boreal de extraordinária grandeza, luz e figura. Teve princípio às seis horas da tarde ao norte em um pequeno clarão

branco sobre o horizonte e salvando-se ao zénite se ia corando ígneo, mostrando-se visivelmente em um denso nevoeiro inflamado e de tal sorte luminoso que ilustrava os objectos opostos. Por entre esta névoa se observaram alguns raios brancos que se originavam, alargavam e encolhiam de momento a momento. Elevado este corpo luminoso, sem contudo encobrir as estrelas, se dividiu em dois corpos sobre um arco branco, tomando um a direcção do nascente e o outro o do poente e à proporção da sua marcha se ia desvanecendo. Durou o corpo luminoso ígneo por tempo de toda a noite e na madrugada do dia seguinte se dissipou. O povo se consternou em demasia e implorava misericórdia a Deus e no concurso não se ouvia senão timidez e susto. Alguns dos guardas e sentinelas dos pontos guarnecidos por tropa se persuadiram da ruína da sua vida e em outros pontos se multiplicaram para evitar tumultos, diziam. O governador Civil se viu nas praças e se conservou por muito tempo e em geral se ouvia reconhecimento do poder supremo e o mesmo se escutou de alguns militares." – (*João Baptista Vieira Gomes, Memórias de Braga, Volume 7*).

E os medos repetiam-se, sempre que algo de insólito acontecia. Em 7 de Abril de 1854, o jornal *O Moderado*, informou:

"Desde sábado tem-se visto, logo depois das Trindades, um cometa com uma brilhantíssima cauda. A gente do povo diz que é um sinal precursor de grandes acontecimentos; que o seu aparecimento anuncia a guerra inevitável." – (João Baptista Vieira Gomes*, Memórias de Braga, Volume 7).*

Os tempos de impiedade exigiam uma resposta adequada e nasceram uma espécie de *cursos de cristandade*, embora com designação diversa. Só que nos cursos de cristandade actuais, não houve tanto envolvimento nem tanta participação popular.

"Seja pela imoralidade pública, seja pelo receio de mais desaforos, acontecimentos e maior perversidade, alguém houve que promovesse a alguns oradores apostólicos a criar uma ordem de Missões nesta cidade e convidando o Arcebispo a assistir a elas, se abriu este edificante e religioso acto no dia domingo 7 de Janeiro (*1849*) em o Colégio, designando-se o exercício da oração mental de manhã todos os dias e confissões e os dias domingo, terças e quintas para missões. O concurso do povo católico da cidade e arrabaldes edificou no 1º dia e espera-se continuação com o auxílio de Deus Nosso senhor em uma casa, cujas paredes choram a ausência do seu antigo exercício e formosas práticas. Deus protege o zelo e afervora os ânimos dos colaboradores e assiste com a sua graça os pusilânimes, conforta os tímidos e

> nutre os corações dos pecadores para se alcançar a paz e concórdia entre os povos rebeldes e desassisados. Tem sido tão populoso o concurso dos fiéis em as práticas que se designou o Templo dos Congregados para se poder dividir o povo devoto, e assim não tem sido suficiente, contudo observa-se dedicação religiosa. (...) O fervor apostólico excitou a uma procissão de penitência no dia sexta-feira 26 de Janeiro à noite, para o que se fez deslocar a sagrada imagem do Bom Jesus da Agonia do Monte da Falperra e a da Senhora da Torre, e em devota procissão de penitência se agregou o povo em montão, numa adoração e atenção, que se via nas tocantes orações apostólicas que faziam zelosos oradores que caminhando, missionavam continuamente." (...) "Não se conheceu desgosto nem perturbação alguma, antes comoção e dedicação religiosa e como acintosa vontade e gosto em se mostrarem os povos possuídos de uma verdade, só qual a necessidade de uma penitência. Os povos das vizinhas aldeias percorreram e percorrem a todos os exercícios religiosos que se fazem diariamente, como é oração da manhã e missa aos domingos, terças e quintas-feiras, tal tem sido o concurso que tem havido excessos de imprevidência e denúncia, e falta de religião entre a abundância, e multidão de outros em contrário. (...) Por isso que está a Missão no seu fim e fosse pelo director dela escolhido o dia 15 para louvar a Deus pelos benefícios recebidos, se solenizou no Colégio uma missa solene com exposição do Santíssimo e comunhão geral aos fiéis. Este acto foi edificante pelo inumerável concurso ao confessionário e mesa de comunhão que sem se poder terminar finalizou às 3 horas da tarde, deixando-se a conclusão para o dia seguinte, em cujo se admirou outro igual número de fieis. No mesmo dia quinta de tarde, houve missão recitada no público, isto é, na rua e terreiro do Colégio, onde se apinhou o povo (...) No fim se deu a absolvição papal e se lhe concedeu indulgência plenária e remissão de pecados. Houve um Te Deum Laudamus no templo e se concluiu a festividade." (João Baptista Vieira Gomes*, idem).*

A forma como a acção terminou foi cativante, e o missionário, o padre João Teixeira, foi obrigado a fugir para não ser engolido pela multidão:

> "Fazendo uma breve oração na Igreja (*Da Madalena, na Falperra*) e aproximando-se a hora de continuar a sua marcha para Guimarães, os povos se alarmaram e quiseram impedir-lhe a sua marcha com afinco e lágrimas, que foi forçoso fugir e ocultar-se até ao desengano dos povos que finalmente se retiraram à cidade. Ficou plantada em os Terceiros e S. Vicente o exercício da oração à noite para homens e de manhã para mulheres: reanimando-se a devoção das terças a Nossa Senhora, em muitas ruas se cantava diariamente e em muitas se erigiu de novo. Finalmente vive Braga bem moralizada." (Idem, *Ib*.).

E a prova provada do sucesso da actividade seria dada pelo Dr. Chasco, no Volume 7. Nesse ano o carnaval ficou diminuído...

> "Acreditava-se pelo costume que os brinquedos do Entrudo que estes dias se vissem em um e outro sítio da cidade; porém convence que a santa Missão produzira algum proveito porque não se atreveram os irreligiosos a mostrarem-se em público e nem os rapazes se manifestaram dissolutos em seus desordenados entretenimentos. Só contando faz sentido. Sustentaram os povos o sério porte. Nesse dia não houve alguma máscara que desafiasse a curiosidade popular; porém na segunda e terça-feira, apesar de alguns se verem pelas ruas eram tão dispersos e desprezados que a sua mesma vergonha os fez recolher." (Idem, *Ib.).*

E em 1850 aconteceria um fenómeno, aparentemente inexplicável, que embora não se tenha iniciado em Braga, não deixa de retratar uma época. O Minho teve finalmente direito a uma santa.

> "Tendo aparecido próximo à vila de Barcelos um objecto extraordinário, qual uma criatura (mulher) que vivia sem que comesse mais que uma simples água de galinha de 24 em 24 horas porque não suportava o seu estômago outro qualquer alimento sob pena de o repor; e manifestava uma constante satisfação em viver retirada para estar sempre em contemplação. (...) Ela mostrava ter em volta da sua cabeça uma como coroa de buracos que deitam sangue nos dias sexta-feira, que ele limpava cautelosa e encobria quanto podia, por cujo motivo uns a apelidavam santa, outros a reputavam visionária. (...) Este objecto foi constante e divulgado entre o povo e por fim chegou a ser examinado pelas autoridades, que não ajuizando mais que superstição e por isso fanatismo entre o povo fizeram que a observada se recolhesse ao Hospital para que se tratasse e curasse. Foi com efeito tratada e examinada com escrúpulo, porque os remédios eram todos inúteis e de tudo abusavam as supostas feridas: e mais e mais erigia a opinião popular à proporção que desesperavam os excessos das autoridades. Foi com efeito desamparada e mandada retirar dali e para evitar o ódio as autoridades foi e estava oculta em diferentes lugares até que por esta ocasião puderam os fiéis melhor intencionados alcançar do Arcebispo que ela se recolhesse ao convento da Conceição, (*em Braga*) até onde a acompanharam alguns fiéis e o seu confessor. Acha-se aqui com respeito e cuidado, não dando nenhum cuidado o seu viver, e está observada sem diligência." (*Memórias de Braga,* Volume 7).

Braga era isto: uma cidade muito conservadora, muito devota, que parecia sempre disposta a contribuir para a derrota dos que não reconheciam Deus como o centro das preocupações. Só que a prática

dos habitantes era a negação daquele desejo oficial. Os bracarenses mostravam-se precisamente senhores dos tiques e das manias que declaravam querer combater. A este respeito, o acontecimento de 1849 a seguir relatado é exemplar. Vejamos:

> "A Câmara tendo dado para arrematação o conserto do lajeado da Rua do Souto, para o que se esperava a ocasião de principiar-se aquela obra e para a qual ainda não havia pedra indicativa da reforma, apareceu no dia da Paixão a mesma rua sarjada (*picada*) no princípio, isto é, na Galeria (*actual Largo do Paço*), e de tal natureza que ficou impossibilitada de transitar. Este acontecimento desgostou aos próximos moradores e ao todo da cidade, porque tinha de solenizar-se a procissão do Enterro do Senhor e alguns sujeitos da cidade se tinham encarregado e interessado satisfazer com empenho e despesas avultadas suas e alheias. (...) Por isso e neste sentido delineou-se a sua marcha pelas melhores ruas da cidade entre as quais se conta a Rua do Souto. Sabido o destino e movidos os festeiros do seu pundonor e capricho fizeram que o movimento da procissão se efectuasse pela Fonte da Cárcova (*Capelistas*), em cuja rua moravam; como porém os moradores da Rua do Souto vissem que além do costume parecia ofensivo mudar o giro da procissão, indicaram não querer concorrer para a magnificência da função e tomaram calor para sustentar-se o primeiro giro. Travou-se caprichoso empenho e para vencerem, os festeiros e moradores da Fonte da Cárcova moveram ao Presidente da Câmara Francisco Félix, ex-frade carmelita (...) para que consentisse que se mostrasse (*exibisse*) a reforma da Rua do Souto destinada e ajustada pela Câmara; de sorte que aprontando-se a Manuel Pereira que procedesse a levantar o ladrilho actual, por cujo acto fosse transtornada a passagem da rua e indirectamente mudado o giro da procissão. Por esta combinação é que apareceu feita a sarja na rua; mas sabido o destempero pelo Governo Civil em Guimarães, oficiou à Câmara para que se repusesse a rua no seu antigo estado ao que satisfazendo-se no mesmo dia se procedeu a fazer que na mesma sarjada rua se repusessem tantas pedras quantas facilitassem uma passagem cómoda, de tal forma que a procissão passaria se a natureza não chorasse a morte do Santíssimo e se gorasse o capricho dos que abusavam da seriedade do acto." (*Memórias de Braga,* Volume 7).

Está aqui tudo o que há de condenável. São as rivalidades mesquinhas entre duas ruas, é o uso do dinheiro como arma de arremesso numa guerrinha ridícula, é a utilização das influências políticas para a obtenção da vitória. E tudo em nome de Deus. Em 1918, nas suas *Jornadas em Portugal*, Antero de Figueiredo retratou exemplarmente a religiosidade dominante. Para ele, o fervor bracarense era sobretudo postiço. As apreciações de Antero de Figuei-

redo, que se reportam a uma época anterior situada na segunda metade do século XIX, foram publicadas pela primeira vez em 1913 no *Primeiro de Janeiro*. As suas afirmações seriam muito mal recebidas e o autor acabaria apontado como mentiroso e maldoso, conforme *O Imparcial* de 28 de Novembro de 1914. Num capítulo intitulado *O Braguês*, incluído no livro acima referido, o autor utilizou uma frase muito simples onde sintetizou as características de Braga e dos habitantes daquele tempo:

> "Saía-se pouco e sabia-se tudo."

O articulista do *Imparcial* considerava Antero de Figueiredo um ingrato. Tinha vivido na cidade e seria de esperar alguma afeição por esta terra, ou pelo menos um mediano respeito. Referindo-se à forma como meio século anos antes era feita a chamada dos penitentes para as solenidades da Semana Santa, Antero de Figueiredo não poupou palavras. Da boca dos farricocos ou fogaréus saía o impensável para os dias de hoje:

> "Roubos feitos em confrarias, e até esse dia desconhecidos; heranças descaminhadas; mancebias escandalosas; tramoias clericais; conluios políticos; adultérios aristocráticos e plebeus; amores de padres e amores de freiras; negócios de usurários; desavenças domésticas; suspeitas caluniosas; ditos de intriga; tudo o que se sabia, tudo o que se dizia, ou tudo o que a maldade conjecturava, era apregoado em frente das casas, e cara a cara dos delituosos, em palavrões desbocados, por essa voz de trovão, que estrondeava no bojo do bando anónimo – monstro infernal feito das almas da Insídia, da Difamação, da Torpeza, da Inveja e do Despeito. Das goelas da besta desavergonhada e perversa ressoam urros como estes: "Seu agiota, restitua à viúva de fulano o dinheiro que o marido lhe deu para guardar!"; "Doutor da Mula Ruça, não sentes que o chapéu te não cabe na cabeça?"; "Senhora dona fidalga, que nome pôs à enjeitadinha?"; "Seu ricaço, veja se morre, que o herdeiro anda danado por isso!" (...) Tudo se dizia! Era a calúnia mascarada; a carta anónima em pregão; a surdina do mexerico em voz reforçada; a barrela pública das mais íntimas porcarias; a trágica revista do ano feita às consciências pelos maldizentes de ofício, pela gente vingativa, pela ralé inculta e de má índole!" (*Jornadas em Portugal, A procissão dos fogaréuz).*

Em 1860, para terminar com a algazarra que acompanhava os fogaréus, a Mesa da Irmandade da Misericórdia, pressionada pelo Arcebispo, resolveu suprimi-los. Mas devem ter acontecido resistên-

cias. O *Bracarense* de 2 de Abril de 1861 deu voz ao desconforto que se manifestou no ano seguinte e informou:

> "Este ano, querendo a Mesa cumprir religiosamente o seu estatuto e procurando harmonizar as disposições com o desejo de toda a Irmandade e povoação, tinha resolvido fazer a procissão com toda a pompa estatuída no compromisso."

Mas a intervenção das autoridades administrativas seria muito forte. Fizeram ostentação ridícula de uma autoridade que não era sua, mas de que dispunham como de coisa que não tinha dono. E foi então que face àquela demonstração de força, a Mesa resolveu suprimir a procissão. E o jornal concluiu:

> "Essa patrulha de cavalaria e de polícia começou a cruzar pelos lugares mais públicos. Quem visse os cabos a seis e seis e visse como as patas municipais dos cavalos do Porto faziam tremer o granito das ruas, diria que esta pacífica cidade se tinha transformado numa praça de armas ou hospital de doidos. (...) O que viriam fazer a Braga 20 cavalarias municipais do Porto?"

Suprimida em 1861 e reatada no ano seguinte com a repetição dos escândalos habituais, a procissão voltaria em 1863, sem a presença dos farricocos. Demoraria ainda alguns anos até que estas figuras, finalmente domesticadas, fossem reintegradas na cerimónia.

A orientação religiosa dos bracarenses, sobretudo da incipiente classe média, estava perfeitamente enquadrada por instituições próprias, as Confrarias e as Irmandades. As suas Mesas eram dirigidas por personalidades marcantes que as utilizavam frequentemente como trampolim para voos de outra natureza, os voos políticos. Mas, sobretudo a partir da década de 70, os comportamentos das Mesas eram mais escrutinados. Em 14 de Fevereiro de 1877, o Jornal *O Espreitador*, que a si próprio se definia como denunciador das irregularidades das Irmandades e das Confrarias, apresentou este comentário delicioso e audaz:

> "De tempos a tempos surgem nos mesários das nossas confrarias certos entusiasmos que prometem grandes coisas, mas que tão momentaneamente aparecem como são esquecidos. São apenas clarões terníssimos de uma estrela cadente, que breve desaparecem. Na última procissão de cinza que saiu nesta cidade haverá quatro anos houve no fim um simples beberete para os mesários da Ordem Terceira,

> na sala para esse fim reservada. O entusiasmo começou a manifestar-se em todos aqueles rostos logo que alguns cálices de fio aqueceram aqueles cérebros e o caso é que no meio de tal delírio, por entre o estrepitoso tinir dos copos, do ruidoso gargalhar daquela boa gente e dos "vivas" que ali se soltavam sem nexo nem ordem, lembraram-se de propor a iniciativa da construção de um hospital, visto que em todas as outras terras o possuem. A lembrança era digna de elogios, mas a prática tornou-se apenas uma quimera! Aqueles entusiasmos não devassaram os umbrais daquelas portas e ainda hoje se lá conservam! Dissiparam-se aqueles divinos vapores e os projectos lembrados com tanta esperança, mirraram-se entre aquelas paredes silenciosas como um túmulo. Que sonhos nos inspira o melodioso concerto que forma o saltar das rolhas das garrafas, o gritar desvairadamente daqueles que vêem diante de si um copo bem cheio de perfumado xerez, que sentem escorregar mansamente pela garganta uma saborosa malvasia. Pois tudo aquilo foi assim. Apenas desapareceram da mesa os últimos cálices e os últimos doces, aqueles entusiasmos, filhos da ocasião, desapareceram também para só voltarem em ocasião análoga. E é tudo assim. São projectos à *António da Caneca.* (...) Este ano tornam decerto a lembrar tal assunto na mesma ocasião."

A pertença à direcção das Irmandades e Confrarias era muitas vezes o trampolim para uma carreira política. Para outros funcionava como um meio de comprar o reconhecimento da superioridade que se desejava aparentar. Eram normalmente cargos alheios a qualquer espécie de escrutínio, embora formalmente o controle existisse nas mãos do governador civil. Porém, nesta segunda metade da década de 70 apareceu em cena *O Espreitador* e com a sua língua afiada surgiram as denúncias. Em 1877 o alvo principal deste jornal foi Marques Murta, o eterno secretário do governo civil. Marques Murta era uma personagem importante. Era casado com uma filha de António Araújo Vieira, um antigo presidente da Câmara que, entre outras habilidades fizera a vida negra ao primeiro bibliotecário, Abreu e Silva. E depois era secretário do Governo Civil, cargo que lhe permitia o contacto permanente com a autoridade máxima do distrito, precisamente a personalidade que tinha o poder de fiscalizar os seus actos. *O Espreitador* acusou-o de várias irregularidades, algumas relacionadas com o recebimento irregular de quotas:

> "Os estatutos da Irmandade da Misericórdia desta cidade determinam que os principais cargos daquela Irmandade serão exercidos por pessoas dignas, mas só durante um ano: no fim do mesmo haverá nova eleição e assim anualmente. Dizem mais os mesmos que os lugares

> vagos serão preenchidos por novos irmãos, etc., etc. Ora aqui começa a nossa incerteza na veracidade dos estatutos ou na pouca monta que o presidente faz de tais estatutos Exemplo: Há quantos anos é presidente daquela Irmandade o Sr. Manuel Justino Murta? Cremos já passa de um ano! E contudo ele continua a exercer o cargo contra todas as disposições. Ainda mais. Sendo o Secretário-Geral não podia mesmo durante um ano ocupar tal lugar, e não obstante tudo isso, lá se vai conservando, assim como na confraria do Bom Jesus do Monte! (...) É bem proverbial a sensatez do Sr. Murta e bem conhecido de todos o modo por que Sua Ex.ª exerce os cargos que as Irmandades e confrarias lhe concedem." *(*7 de Março de 1877).

Duas semanas depois, *O Espreitador* voltou ao ataque, imaginando uma situação que, se acontecesse, descredibilizaria várias instituições:

> "Entre a Mesa da Misericórdia e a do Bom Jesus do Monte pode dar-se uma pendência, cuja questão se deve decidir. Bem sabem os leitores que o sr. Marques Murta pertence a uma e a outra e por consequência torna-se autor e réu, o que realmente é notável e digno de ver-se. Se ficar culpado numa parte torna-se ileso na outra e portanto está sempre no mesmo oceano encapelado, sim mas que ele arrosta com denodo e sangue frio, próprio de um consumado marinheiro. Esta questão, já de si tão complicada, mais séria se torna ainda com a última cena que se deu. Como todos sabem, ao governador civil pertence o cuidado de mandar fiscalizar tais corporações e dar os eu alvitre em caso de pendência entre alguma delas. Ora o Sr. Marques Murta fazendo parte da mesa da Irmandade da Misericórdia e da do Santuário do Bom Jesus do Monte, tomou no sábado à uma hora da tarde conta provisoriamente do cargo de governador civil, para dar depois a sua opinião sobre qualquer pendência. Ora nós acreditamos sinceramente que havia de arranjar a coisa de modo tal que tudo ficasse na paz do senhor, que outra coisa não podia fazer." *(*21 de março de 1877).

Isto é, Marques Murta seria juiz da hipotética pendência, podendo legalmente decidir qual dos lados da sua pessoa tinha razão. Seria um verdadeiro três em um. A situação era insustentável e o Marquês de Valada, o futuro governador civil, foi obrigado a intervir. Marques Murta deixou a direcção da Confraria do Bom Jesus, embora tivesse a habilidade de colocar na presidência o Conde de Bertiandos, personagem que além de ser pouco firme e de opiniões muito moldáveis, tinha a particularidade de ser amigo do Marquês, podendo influenciá-lo.

Os bracarenses viviam divididos. Por um lado, seguiam os apelos ancestrais que os levavam à oração, às preocupações religiosas e à procura de um lugar no céu. Por outro, sobretudo nas classes populares, ninguém era surdo ao chamamento da carne, da malandrice, da brincadeira por vezes inconveniente e muito pouco religiosa. A circular do Governo Civil enviada aos Administradores dos concelhos, transcrita no jornal *O Bracarense* de 4 de Agosto de 1857 é um bom exemplo:

> "Tornando-se intolerável o abuso, muitas vezes cometido pelos que se dedicam à indústria de fogueteiro, apresentando em várias figuras de ambos os sexos pelo fogo-de-artifício, alusões a actos torpes e indecentes, que a boa educação e a decência mandam ocultar, e sendo este abuso tanto mais intolerável, quanto é ele praticado, a maior parte das vezes por ocasião das festividades e em maior esplendor de uma religião que nos impõe a obrigação da compostura nos costumes e a decência e gravidade nas mossas acções, sirva-se vossa senhoria mandar imediatamente intimar os ditos fogueteiros, se porventura algum ou alguns houver no concelho a seu cargo, para que de hoje em diante se abstenham da prática de semelhante abuso, declarando-lhe que lhes fica expressamente proibido o apresentar semelhantes figuras com alusão aos referidos actos, devendo Vossa Senhoria ter toda a vigilância para que de uma vez para sempre cesse tão escandaloso abuso e proceder contra qualquer que o pratique, formando o competente auto."

O fogo-de-artifício era muito perigoso...

Como veremos no capítulo final intitulado *Intolerâncias e Prepotências*, a rejeição de tudo o que pudesse promover a liberdade religiosa era total. E a imprensa estava sempre disposta a recordá-lo. Em 1 de Setembro de 1863, *O Distrito* de Braga lembrou.

> "Já se não pode duvidar da nefasta propaganda do protestantismo em nosso país. A Pastoral do Ex.mo Prelado Primaz datada de 22 do corrente (*Agosto*) e a resenha dos erros heterodoxos que a imprensa denuncia circulando entre os incautos, leva o caso à evidência. (...) Os Srs. Bispos têm uma maior tarefa a preencher: cumpre-lhes extractar ou fazer extractar os erros principais que se contêm nessas heresias que a propaganda mete à cara dos simples, inexpertos e indoutos e combatê-los, proclamando contra eles a verdadeira e genuína doutrina da Igreja e ensinando as suas ovelhas a extremar o trigo do joio. Ao governo também não incumbe só acautelar a geral nascente da toxina que se lhe pode inocular no seio das escolas; é ocasião de fazer executar o Código Penal, onde se mandam punir os crimes contra a religião do reino."

Mas como o Estado cada vez fazia menos, restava aos particulares as tomadas de decisão mais fortes, sempre apoiados pela imprensa.

> "No domingo, cerca do meio-dia, vários indivíduos animados de louvável zelo pela nossa santa religião, dirigiram-se à casa da Rua de Janes onde se acha descaradamente estabelecido um coio de propaganda protestante e arremessaram pela janela fora, queimando-os em seguida, uma grande porção de livros falsos que os propagandistas impingem gratuitamente às crianças e pessoas menos cultas com o título de livros sagrados." (...) O povo de Braga é zeloso pela nossa religião, as não pode tolerar quando as leis não toleram também a propaganda de Lutero dentro das portas da fidelíssima Roma portuguesa. A lei não permite a propaganda anticatólica: tolera apenas o culto interior de qualquer religião." – (*O Comércio do Minho,* 4 de Maio de 1886).

Para as mentes mais conservadoras em termos religiosos, os livros eram um perigo, contra os quais se podiam e deviam adoptar medidas radicais. Em Abril de Maio de 1864, o Bracarense tinha-se colocado à frente do combate contra os erros em forma de livro:

> "Corre que foram enviados de Lisboa para esta cidade, alguns exemplares desta obra irreligiosa (*Vida de Jesus de Renan*). A situação é a mais asada para os que intentam inocular o veneno da impiedade no seio do povo." – (*O Bracarense,* 7 de Abril de 1864).

E em 11 de Maio de 1864, voltou à carga:

> "Os agentes do protestantismo semeiam no seio das nossas famílias Bíblias falsas e truncadas e livros pestíferos condenados pela autoridade da Igreja. (...) Estes livros sacrílegos não se podem nem vender nem dar, nem conservar, sem incorrer nos anátemas da Igreja. O melhor de tudo é queimá-los em continente."

Na década de 70 tinha havido mudanças importantes, mesmo entre as classes mais populares, supostamente alheias às alterações sociais que ocorriam nas metrópoles europeias. Soprado pela Comuna de Paris e pelas Conferências do Casino Lisbonense, parecia que um vento de impiedade se instalara nas mentalidades e, pior ainda, na prática diária dos bracarenses, especialmente dos mais jovens. Anos antes teria sido impensável o que *O Comércio do Minho* relatava, indignado, em 4 de Novembro de 1874:

> "O sineiro da Real Capela de Santa Cruz costuma deleitar-nos com o toque das canções ainda as mais obscenas que por aí se

> ouvem aos moços galhofeiros e à rapaziada vadia, e isto nos dias das grandes festividades religiosas. No dia de Todos os Santos tocava ele o *Casa-te ó prima*. Ora isto é indecente e contrário ao espírito religioso que a Igreja mantém em todas as suas instituições e por isso deve ser proibido."

Segundo o autor, alheio à solenidade da época, o rapazio até dançava ao som dos sinos do templo sagrado. O profano, obra do demónio, estava a sair vitorioso... Na falta de diversões criadas especificamente para si, os gaiatos faziam-nas nascer a partir daquilo que tinham à mão, por vezes com a ajuda de alguns malandros que se prestavam a isso. Tudo para desgosto das consciências mais conservadoras. Vejamos *O Comércio do Minho* de 10 de Janeiro de 1882:

> "Na noite dos Reis percorreu as ruas da cidade um grupo de gaiatos, parodiando o terço de Nossa Senhora da Torre. Tocavam uma campainha, pronunciavam uns *latinórios* no meio de grande celeuma e respondiam todos *ora pro nobis.* Consta-nos que no meio desses gaiatos andavam alguns estudantes pulhas (pois fazemos justiça à classe nobilíssima; eram três ou quatro patifes que envergonham a academia bracarense). Berravam constantemente — *Sulpício Severo capítulo supplicantibus ergo, ora pro nobis.* A tal patrulha foi fazer arruaça repetindo os *latinórios* à porta do digníssimo reitor do liceu e insultou o bedel do liceu, dando lhe com uma bengala e com a maçaneta do bombo. Já se sabem os nomes de quase todos e já que a policia se não importa, recorremos ao Ex.mo sr. Governador Civil para que se digne providenciar. Felizmente sabe-se que a iniciativa não foi dos tais rapazes; eram meros instrumentos. Castiguem-se os *meninos,* para que tenham educação. (...) Que em Braga havia garotos, já nós sabíamos, porém estranhamos que a polícia consentisse; pois sabemos que alguns cavalheiros se reuniram para arrancar as orelhas a esses meninos e não custou pouco a algumas pessoas prudentes contê-los. Para tais garotos não há prudências nem admoestações, o melhor é palma e açoites em certo sítio."

Dava a sensação que mesmo os adultos tinham perdido a noção da dimensão interior dos valores religiosos. Parecia que para eles a presença nos templos se transformara num formalismo.

> "Costumam muitas das vendedeiras da praça levarem para os templos, quando vão ouvir missa, cestos de fruta, bilhas de leite, açafates com galinhas e outros objectos desta laia. Isto é, além de uma irreverência suprema, um abuso intolerável e muito nos admira que nesta terra que se preza de civilizada ainda se tolerem factos desta ordem,

> quando sabemos de aldeias sertanejas onde em tempo nenhum se consentiram. Pedimos a Sua Ex.ª Rev.ma o Sr. Arcebispo Coadjutor, haja por bem providenciar convenientemente para que cessem tão escandalosos quanto repugnantes abusos." – (O *Comércio do Minho,* 28 de Setembro de 1875).

Os avisos contra a presença das hortaliças e outros produtos dentro das igrejas continuaram a repetir-se sem êxito. Em *22 de Dezembro de 1881* o *Comércio do Minho* pediu providências:

> "As mulherzinhas dos cabazes cheios de hortaliça, frangos, broa e não sabemos quantas cousas mais, precisam de ser admoestadas para entrarem na Igreja com decência. Não vai há muito que um padre estava celebrando a Santo Sacrifício e à elevação começou um galo a cantar com toda a força e não foi possível calar-se sem lhe torcer o pescoço. Imagine o público que cena tão edificante!"

Um ano depois, *O Comércio do Minho* pôs o dedo na ferida, ressaltando que Braga, vivendo do elemento religioso, caminhava a passo dobrado no desfiladeiro da corrupção, empurrada pela indiferença. Afirmava que a religião em Braga geralmente não é fervorosa. Embora não houvesse ímpios propriamente ditos, os católicos bons também eram poucos. E se as igrejas eram concorridas, isso devia-se a um certo espírito de moda pois *ficava mal* não ir à missa e não concorrer aos actos da religião (*O Comércio do Minho*, 3 de Abril de 1883).

A dimensão económica do fenómeno religioso preocupava *O Comércio do Minho*. Em 23 de Fevereiro de 1884 o jornal relatou uma situação que, no limite, poderia conduzir os protestantes ao domínio sobre o Santuário do Bom Jesus.

> "Para que os leitores possam fazer ideia ainda que vaga da questão, diremos de passagem que a Mesa do Bom Jesus está discutindo um projecto em que concede ao arrendatário do Grande Hotel, a faculdade de fazer segundo andar no hotel à sua custa, com a condição de no fim de 19 anos, se a mesa não quiser completar o prazo do contrato que é de 77 anos, indemnizar o arrendatário com 9 contos de reis, quando o orçamento das obras a fazer é de seis contos. O arrendatário (*Manuel Joaquim Gomes*) tem em vista passar o hotel a uma companhia inglesa, fazendo nisto um bom negócio."

Da impiedade e do aproveitamento das cerimónias religiosas para fins profanos, também se queixava o próprio Arcebispo. Em 1875 sentiu

necessidade, conforme é relatado no número de 23 de Julho da *Semana Religiosa Bracarense*, de regulamentar as procissões denominadas Cercos de S. Sebastião. Foi vedado aos párocos conduzirem-nas para lá dos cruzeiros das igrejas. Alegou que elas circulavam em volta das freguesias, por lugares escabrosos e ermos, dando azo a imoralidades a que urgia pôr cobro.

O RELACIONAMENTO AMOROSO

O relacionamento entre os sexos era muito complicado, especialmente quando estavam em causa as mulheres. E mais ainda, quando pertenciam às classes superiores. Os progenitores, de acordo com os valores que consideravam mais pertinentes, procuravam escolher um par para os filhos, usando-os nos seus projectos de engrandecimento familiar. Não levavam em consideração os anseios e desejos dos descendentes. Acontecido no final de 1841, o caso da filha de António Vieira de Araújo, presidente da Câmara de Braga em três períodos distintos, retrata de forma exemplar as dificuldades do relacionamento amoroso dos jovens. Homem de carácter bilioso, António Vieira de Araújo contrariou as inclinações amorosas da filha por um oficial do Regimento de Infantaria 8. A situação complicou-se, quando o alferes raptou a jovem e a levou para o quartel do Pópulo. Furioso, o pai Araújo...

> "dirigiu-se, acompanhado de alguns cabos de polícia ao Regimento, mandou prender a filha debulhada em lágrimas, enquanto o seu namorado se propunha resgatar a sua culpa pelo banho lustral do casamento. Ele porém a nenhum rogo cedeu, implacavelmente determinado a executar o seu plano. (...) A filha desobediente foi forçada a atravessar a cidade sob prisão, precedida de três tambores a rufar quase sinistramente, entre o espanto da populaça alarmada, e ainda seguida de um criado que, em tom escarninho, conduzia os lençóis da cama onde passara a noite da véspera." – (Aníbal Mendonça, *Ao Compasso das Semanas*).

Mas o problema ainda não ficaria resolvido. Quem o conta nas *Memórias de Braga* é João Baptista Vieira Gomes, o nosso conhecido Dr. Chasco.

> "Tendo trabalhado a comissão militar em o ponto e negócio de que era acusado o alferes Mendonça do Batalhão 8, militarmente, foi no dia 24 de Setembro julgado e comprovada a sua defesa, em consequên-

> cia do que foi absolvido. (...) Acredita o público que a filha do Dr. Vieira de Araújo se resolvera a seguir a vontade de seu pai, propondo que a não seguir o seu gosto desafiava outro qualquer esposo que se lhe propusesse e adoptava para morada sua, aquela em que estava, o convento, resolução que acalmou um tanto a bílis do pai doloroso, porém não diminuiu a sanha contra o mau oficial, contra quem uns advogados tentam forma de impor o crime de rapto e sedução, e outros estudam destruir com argumentos a firmeza estudada e entre tudo se maneja o negócio deveras."

Os seus intentos seriam bem-sucedidos. O alferes Mendonça acabaria transferido para um quartel distante.

> "Não ficou, todavia, por aqui o seu acto brutal de vingança. (...) Decorrido um ano sobre a data do seu ingresso no convento, promoveu aí uma luzidia festa, falsamente congratulatória, em que frei Miguel Justino Álvares se incumbiu de demonstrar, numa homilia, utilizando argumentos engenhosos e sofismas subtis, que a jovem carmelita era afinal, puríssima na sua inviolada virgindade" (Aníbal Mendonça*, Ao Compasso das Semanas*).

A sua morte, acontecida no convento dos Remédios, já no início do séc. XX, diz-se que abriu o caminho para a demolição do edifício. Pobre senhora...

Este não foi o único caso amoroso retratado por João Baptista Vieira Gomes. No Volume nº *5* das suas *Memórias de Braga*, refere dois outros casos, mais próximos das classes populares: Observemos o primeiro:

> "Há na Rua da Água uma família que compreende duas meninas pouco invejadas pelos seus meios, porém apetitosas pelas suas maneiras. Contando entre os seus adoradores um célebre Francisco Pacheco, houve de parte a parte conluio para facilitar conversação e ajustada a hora e modo se executou, munindo-se o amante de uma escada de corda. Lançada na hora dada e lugar próprio, foi fácil ao rufião aproveitar-se daqueles momentos que se lhe facultavam; e por ocorrência se despediram, tomando a retirada. A menina salvou-se, porém o Adónis retrogradado nos laços, teve de se lhe embaraçar um laço no pé e impedi-lo de se retirar, porquanto o seu corpo pesando na corda, obstava a que esta facilitasse o poder-se desamarrar da janela, e neste conflito e à custa do esquecimento do corte da corda, ficou fazendo sentinela à porta da sua amante."

Seriam necessários os soldados da ronda para o libertar.

E agora o segundo, ainda mais curioso, protagonizado pela mesma personagem da história anterior.

> "Acompanhando uma família à vila de Viana a cumprimentar uma religiosa, fez-se adorado de uma secular do mesmo convento e de colóquio em colóquio se declarou seu amante. (...) Chegou finalmente o momento da retirada e por se mostrar amante intrépido e firme, prometeu escrever o nome da sua amada no seu peito para onde quer se lembrar do objecto dos seus cuidados; e com este resolução lança mão de pedra infernal e escreve no peito as duas letras iniciais do nome da secular, talvez na persuasão de que ali se conservava a nódoa e que desta se não seguisse coisa alguma mais. Aquele sacrifício custou caro ao Quixote porque de volta para esta cidade se inflamou o lugar infernalmente queimado e teve de purgar um sério curativo para ser restituído o estado natural daquela parte."

O relacionamento dentro dos casais era por vezes pautado pela desconfiança. *O Partido Liberal* conta em 28 de Fevereiro de 1867 um caso que nos mostra o engenho de uma esposa desconfiada. Conhecendo a natureza conquistadora do marido, a esposa resolveu engendrar uma situação fabulosa. Em casa, o esposo infiel recebeu uma carta perfumada, onde era convidado para um encontro no baile de máscaras do teatro S. Geraldo. Dizia a dama que iria vestida de dominó vermelho. O homem deixou a mulher em casa e foi ao encontro do dominó. Saíram para a estalagem Aveirense onde o homem encomendou uma ceia. Quando pediu à mulher que retirasse a máscara ficou completamente estarrecido ao constatar que a estava em frente da própria mulher... Não sabemos como terminou este episódio, mas não será de estranhar uma cena de violência doméstica, muito frequente nestes tempos. E não se pense que a violência era exclusiva dos homens. Os casos de vingança feminina também aconteciam e manifestavam-se de forma variada, desde as sovas facilitadas pelo adormecimento induzido dos homens, até às tentativas de estrangulamento e de castração durante o sono. A violência sexual sobre as menores era também frequente.

O quadro que José Valdez traçou ao namoro em Braga, numa das conferências que realizou em Dezembro de 1911, no Ateneu, não devia ser muito afastado daquele que estava presente na primeira metade do séc. XIX. Disse-nos ele:

> "O namoro em Braga é o de todas as partes. Uma futilidade que começa num encontro, por meio dum olhar ou dum sorriso e que termi-

> na a maioria das vezes por um atracão. Tem a sua hierarquia nos processos, mas é vazio de sentimentos e ideias. Desde o namoro da tricana de pé descalço, suja e porca; desde a costureirinha aperaltada e *chic* até ao *flirt* requintado e galante, toda uma gradação pelintra os assemelha. No primeiro não há graça nem gentileza e cultiva-se na rua, no rio, na fonte e em toda a parte. Começa por um *pisa calos* e acaba quase sempre no abandono. No segundo há á malícia e um tudo-nada de graça e gentileza. Começa por um *dichote,* vegeta pelos portais, vive com presentes e morre geralmente no lupanar. O terceiro, não. Revestido de gentileza, elegância e distinção é preparado pelas mamãs que pretendem ver a filha *arrumada*. Nasce no jardim, num encontro de banal de olhares incendiados; começa no salsifré entre banalidades, fixa-se numa volta de valsa, requinta-se no jogo das prendas e vegeta durante noites intermináveis, ao frio, ao relento, à chuva, debaixo duma janela, *gargarejando*..." (*Uma noite no Ateneu*).

Os contactos entre os sexos não eram nada fáceis. A proximidade dos corpos era um perigo. Na voz pública, qualquer movimento mais ousado despertava mil olhos inquisitórios e o falatório não demorava a aparecer. Exigia-se discrição. Mas havia locais muito propícios para o desencadear das paixões. O Teatro e o Passeio Público eram os espaços que propiciavam as situações mais perfeitas. E mais perto do final do século XIX, apareceram os quiosques. A imprensa mais conservadora considerava-os um perigo. Inicialmente, os funcionários que os administravam eram homens mais ou menos estropiados, no dizer de *O Comércio do Minho*, de 6 de Agosto de 1887. Mas depois os donos descobriram que o negócio ficava muito mais próspero quando eram raparigas a desempenhar essa função. E foi assim que os quiosques se transformaram em locais de maior convívio e conversação.

> "Esta alteração foi realmente mefistofélica. As caixeiras para demonstrarem a sua superioridade, começaram a desentranhar todos os feitiços do seu reportório e o quiosque converteu-se em bazar de madrigais onde uns sorrisos maliciosos e uns olhares provocadores atraem os diletantes inflamados."

Mas a consciência trazida pelos tempos modernos acabaria por começar a minar as opiniões mais conservadoras. A propósito do rapto de uma menina de 17 anos, promovido por um jovem em Merelim,

O Comércio do Minho, jornal ultra conservador, apresentou em 22 de Fevereiro de 1881 um comentário muito pouco ortodoxo:

> "Ora, porque não deixam os pais casar os rapazes e as raparigas que na verdade aos 17 anos, na primavera, quando os passarinhos se preparam para fazer os ninhos, também querem gozar o sol da boa primavera criadora, que nos promete a ano de 1881?"

A paixão entre estes dois jovens desapareceu depressa e ao fim de dois meses o casal estava separado. À saída do tribunal que julgou o caso, a rapariga declarou ter sido levada ao engano. Foi o suficiente para despoletar os insultos do povo presente, incondicional apoiante do rapaz injustiçado.

Havia também as procissões onde todos se misturavam, para grande desespero das consciências mais beatas. Em 14 de Março de 1877, *O Espreitador* indignou-se e recordou...

> "...a necessidade de os homens estarem separados das mulheres (*Na festa das Dores de sexta-feira santa de Ramos*), porquanto havendo lugares destinados para os dois sexos, não se darão com certeza certas irreverências e até inauditas impiedades que ali se têm dado em anos anteriores. A energia da Mesa, com o apoio da força, pode facilmente fazer caducar tão inqualificáveis patifarias. A casa de Deus é casa de todo o respeito e oração e não é covil de imoralidades como desgraçadamente tem muitos anos acontecido na Igreja dos Congregados."

O quadro até aqui descrito é citadino. Nos campos talvez as coisas fossem diferentes. Em 15 de Agosto de 1896, o *Notícias do Norte* apresentou aquilo que podia ser o lado rural da questão:

> "Nos montes da freguesia de Santa Maria de Bouro, criam-se muitos gados de várias espécies que são guardados indistintamente por moços e por raparigas. Esta circunstância e o ermo e os acidentes dos montes dão lugar a transporem os limites da honra e da decência. É por esta razão que quando aqui se trata de algum casamento, é costume antigo o seguinte: No acto de irem receber-se, vem um dos principais parentes do noivo à porta do que há-de ser o seu sogro, onde está à sai espera um parente dos pais da noiva; e tirando ambos os chapéus pergunta o parente da noiva ao outro: Que procurais? Responde o outro: "Mulher, honra, fazenda e dinheiro. Logo o de dentro toma a noiva pela mão e apresentando-lha, diz: Ela cabras guardou; sebes saltou; se em algumas se espetou e a quereis assim como é, assim vos la dou. Dito isto dirigem-se todos à igreja e celebra-se o matrimónio; e não pode haver desunião nem questão alguma, ainda que haja defeito."

Para os bracarenses, o segredo de uma boa sociedade estava nas mulheres. Eram elas que transmitiam os valores desejados aos filhos. Quando as coisas funcionavam mal, a culpa era delas. Em 13 de Agosto de 1876, *A Borboleta* foi clara:

> "É nos exemplos sublimes e santos do pai e da mãe que como em espelhos puros e cristalinos os filhos se devem mirar sempre, para acostumados às acções nobres e santas entrarem mais tarde na sociedade como homens de bem e honrados. Infelizmente, hoje o lar doméstico, a família, não corresponde a esta missão. A mulher que há-de sempre dominar nela mais do que o homem, não cumpre na grande parte rigorosamente o seu dever. (...) Com efeito é necessário que todos os homens que ainda se não hajam tornado cínicos façam abertamente e sem desviarem os olhos da chaga, por mais asquerosa que seja, uma cruzada contra a imoralidade que penetrando com frequência no lar doméstico, ameaça despedaçar todos os laços, ainda os mais sagrados. É preciso que todos os homens de boa vontade fulminem o vício em qualquer parte onde o encontrem e não tratem de o ocultar nem de o lisonjear."

A emancipação das mulheres era um perigo que precisava de ser controlado. Em 20 de Março de 1872, a *Atalaia do Minho* apontou o caminho.

> "Lembra-nos dizer que muito gostávamos de ver o tal senhor (um *jornalista do Correio do Ave com quem estava a polemizar...*) e dignos correligionários de roca à conta e fuso na mão, preenchendo na família o lugar que a mulher, em virtude dos seus direitos abandonará, quando emancipada, para exercer os altos cargos de estado ou da república. Julgamos a ideia excelente em tudo, até na prática, porque o homem no seio da família havia de amamentar a filharada sua ou de outros, enquanto a mulher nas suas funções ou de chefe da República ou de ministro ou de embaixador, etc., andasse fora dos penates, ganhando o sustento seu e da família."

O perigo residia nos livros. Hoje, tentamos interessar as nossas filhas e netas pela leitura. Naquele tempo qualquer pai sensato queria evitar que os seus entes queridos fossem contaminados pelas ideias nefastas transmitidas pelos romances. A verdadeira solução estava numa educação dada em estabelecimentos religiosos. Observem estes conselhos e temores transmitidos pelo *O Bracarense* em 21 de Dezembro de 1858:

> "Em nenhuma outra parte como nas casas religiosas, de quem há-de um dia ser esposa e mãe. A educação do século, como agora se usa, não dá às meninas senão ideias de luxo e perdição. Toilettes à

> francesa, bailes e romances, aí tendes tido o que vossas filhas têm de aprender hoje, para serem meninas do tom. Os deveres dos filhos para com os pais e destes para com os seus filhos; os deveres recíprocos dos esposos, e dos cidadãos, não se ensinam nas cartilhas da educação fina nem se discute nas conversações animadas do galanteio. Espreitai o boudoir da menina, depositai todos os dias sobre o seu bufete asiático um novo romance, um novo jornal de modas ou ainda não vistos figurinos, e tereis posto à disposição da vossa filha, tudo o que a moderna educação do grande mundo lhe indica mais necessário para a sua ventura; mas que antes lhe trará a sua perdição e dos que um dia com ela se ligarem."

Exemplar, não há dúvida...

O DIVERTIMENTO

Na primeira metade do século XIX, não era fácil o divertimento em Braga. Numa cidade fortemente religiosa onde imperava a preparação para a morte que se avizinhava, qualquer tentativa de diversão era conotada com o demónio, figura sempre à espreita para desmoralizar o bom povo cristão. As coisas só começaram a mudar na década de 50, quando passou a sentir-se maior descompressão e surgiu finalmente no horizonte o teatro e as folias carnavalescas, que passaram a ser encaradas com muito maior abertura. Mas as resistências foram imensas...

Comecemos pelas classes altas e pelas suas festas. As datas com significado político eram motivo de comemoração. Entre elas pontificavam o aniversário da rainha e o desembarque dos 7.500 bravos no Mindelo. Nestas alturas, o governador Civil e outras autoridades abriam os salões, tentando congregar a maior quantidade de notáveis possíveis. Em 4 de Abril de 1842, a aniversário da rainha foi comemorado numa festa realizada no quartel do Pópulo, a convite do general Barão de Valongo. Foi um evento que não terá corrido da maneira mais desejável, manifestando-se algumas resistências:

> "Algumas senhoras não concorreram, protestando com moléstia que naquela ocasião atacou em geral umas mães, filhas, noras e sogras. E a mesma feriu também a homens. Também não se vexaram alguns e algumas de terem pontos de falta, por não terem meios para gastar em vestidos e outras despenderam sem medida. Durou o baile por toda a noite e deu fim pelas 5 horas da manhã, tempo em que para

a retirada se serviu um caldo de galinha para consertar os estômagos inquietos com as diversas comidas e bebidas, como para agasalhar e resguardar do frio excessivo que passava naquela época." – (João Baptista Vieira Gomes, *Memórias de Braga*).

Nas vésperas da movimentação popular da Maria da Fonte, em Abril de 1845, o tempo não ajudou, mas as coisas terão corrido um pouco melhor:

"O dia 4 de Abril se mostrou carregado de densas nuvens que continuamente determinaram chuva em forma de orvalho. A sua constância desgostou os festeiros e desconsolou os convidados para o baile. Porém, tanto ou quanto solenizou-se a reunião declarando-se a sua entrada pelas 7 horas da tarde ao som de um foguete de respostas. Esta foi luzidia, grave e abundante de tudo o que podia deleitar, houve música instrumental e vocal, etiqueta em vestidos entre os sensatos e acomodados; e nenhuma entre os cavalheiros da terra (...) Serviu-se abundância de comidas e uma coberta de carnes e peixes briosamente feitas; serviram-se vinhos em profusão. (...) Não se significou motivo algum de desdouro, nem em destinação ou particularidade, até mesmo em a música instrumental; pois lhe foi participada ordem para não tocarem hino algum." – (João Baptista Vieira Gomes, *Memórias de Braga)*.

Repare-se no pormenor dos hinos não tocados. Era necessário promover a harmonia e o toque de um hino arriscava-se a estimular a abertura de feridas políticas.

Além destes encontros, viabilizados pelas comemorações com significado especial no calendário liberal, existiam também amizades e cumplicidades que aproximavam as classes mais altas e certamente levavam os seus membros a visitarem-se. Nesta primeira fase do liberalismo que se estendeu até à Regeneração, existia ainda uma casa de divertimento, provavelmente menos restrita e certamente mais aberta àqueles que possuíssem as condições pecuniárias adequadas. Chamava-se Assembleia Bracarense e funcionava com as receitas que resultavam do pagamento de quotas. Em 1843 a vida desta associação terá passado por dificuldades. Devido ao atraso económico nesta época, Braga apenas possuía uma incipiente classe média. Não lhe devia ser fácil a sustentação de uma casa que funcionasse naqueles moldes, por meio de quotas. Diz-nos João Baptista Vieira Gomes:

"São 28 de Maio e está anunciado o baile em a casa da Assembleia, indicando-se ao mesmo tempo pelo convite para o último, que

> aquela sociedade tem de fazer. O concurso não foi notável, nem houve algum extraordinário, o luzimento manifestou-se grave e os sócios presentes significaram desconsolação por finalizar aquele Panem Nostrum Quotidianum e na verdade é sensível. Ao senhor da casa já se fez ciente a tenção da sociedade e está persuadido da não continuação. Já grande parte dos sócios deixou de concorrer com a propina mensal e muitos, mesmo dos perenes, não têm contribuído nem desistido do seu gasto diário; e se têm negado à satisfação. De sorte que não há remédio senão fazer bancarrota."

Felizmente tratou-se de uma falência não consumada, pois em 1844 e nos anos seguintes, aquela associação ainda solenizava a data do seu aniversário. Com o avançar do séc. XIX, para os grupos sociais médios, nasceram, floresceram e morreram outras casas do género, Clube Progresso, a partir de 1874, a Sociedade Recreativa, a partir de 1883 e o Clube Musical que funcionava por cima do Café Viana a partir de 1886. Também apareceu a Sociedade Democrática que se fundiu com a Assembleia Bracarense em 1885 e ainda o Ateneu Comercial, mais ligado aos republicanos, que nasceu em 1886.

E depois, existiam as classes baixas. Para estas, o horizonte limitava-se a pouco mais do que os circos equestres, as romarias e as tabernas. Estas pululavam um pouco por todo o lado, especialmente nas Travessas. As Travessas eram o nome colectivo atribuído às ruas estreitas, localizadas em volta da Sé. Constituíam um foco de depravação que urgia controlar. Para o conseguir, era preciso criar áreas abertas que tornassem observáveis, aos olhos inquisitórios do bracarense sensato, aqueles espaços escondidos. A imprensa fazia eco dessas preocupações e apresentava propostas. Referindo-se ao espaço fronteiro à Igreja de S. João que apelidava de "pocilga que de noite é um teatro de devassidão", vexatório das famílias que passam e não menos daqueles que habitam aqueles circuitos. *O Espreitador* de 28 de Fevereiro de 1877 sugeriu:

> "O remédio mais eficaz para se evitar este mal pela raiz é a Ex.ma Câmara mandar atirar com aqueles casebres a terra, medida esta que seria louvada por toda a gente que muito realce daria àquele lugar".

O que se passava nos espaços escondidos era um problema sério e exigia medidas radicais, urgentes, sobretudo se fosse posta em causa a santidade dos locais. Em 23 de Dezembro de 1875,

O Comércio do Minho rejubilou com uma medida camarária em prol da moralidade:

> "A Ex.ma Câmara acaba de mandar demolir as guardas exteriores do chafariz do Largo do Paço. É uma boa medida porque aquelas guardas já de há muito, mas especialmente desde que o chafariz não deita água, só tem servido para ocultar as cenas mais escandalosas."

Muitos anos depois, em 15 de Novembro de 1902, *O Comércio do Minho* fez um balanço dos trabalhos realizados nas Travessas e concluiu que estavam quase terminados. Apenas faltava uma pequena intervenção na Rua de Santo António das Travessas:

> "Se a Câmara actual quiser, completa com pequeníssimo dispêndio, um dos melhores planos de melhoramento da cidade e conseguirá que os moradores daquela rua – as toleradas – batam em debandada para longe das famílias honestas. (...) Até nos quer parecer que sem esta vizinhança os estudantes exteriores do Seminário seriam menos perturbados quando de livros abertos estacionam no Largo de S. Tiago à espera da hora das aulas."

O jogo também inquietava os bracarenses sensatos. E supostamente, as autoridades ignoravam-no. Muito conservador, *O Comércio do Minho* era um dos periódicos que mais bradava. Em 22 de Novembro de 1881, alertava:

> "Não cessaremos de bradar contra este horrível flagelo das famílias e ao mesmo tempo cancro da sociedade. Não nos consta que se desse um passo para obviar a tão grande mal. As autoridades bem sabem onde se alojam os tais jogadores, mas no entanto iremos formando uma estatística que aumentará segundo as informações que nos derem. Eis a estatística: roleta na Rua de S. Marcos; batota no café e taberna do Luís, na Rua do forno, onde os vizinhos não podem repousar, onde os palavrões obscenos atingem um desaforo incrível e *onde a voz da polícia é afogada em meias canadas*; batota do café de trás da Sé; batota da Rua dos Chãos; batota do Largo do Pópulo. Em nome do bem público, em nome da moral, em nome dos brios desta cidade augusta, em nome das lágrimas de muitas famílias e em nome das autoridades da terra, pedimos que envidem todos os meios para pôr um dique a este vício tão degradante e deletério."

E em 8 de Dezembro do mesmo ano, o jornal especificou melhor algumas das informações que prestara. Acrescentou os casos do café Ferreira Braga, por baixo da Arcada, "onde o escân-

dalo é tal que chega a estar à porta um sujeito embuçado num xaile manta, esperando as visitas", o bilhar do Sr. Dias na esquina da Rua de S. João e a celebérrima batota do campo da Feira "onde se reúne a escória da sociedade e rara é a noite em que não há ali soco, paulada ou facadas". E concluiu:

> "Note porém o público que estas são as mais célebres, pois se quiséssemos enumerar todas as casas onde mais ou menos se joga decerto que elevaríamos o número a mais de cem. Nós sabemos que as autoridades não dão providências lá por certas razões que elas e nós sabemos *e quando mandam revistar, mandam primeiro avisar as mais célebres*, para não apanhar por lá algum... amigo ou pessoa de certa ordem: isto ao menos é o que nos dizem."

À medida que o século XIX avançava, os comportamentos tornavam-se cada vez mais impróprios e susceptíveis de gerar críticas. Em 29 de Dezembro de 1881, o jornal *Comércio do Minho* comentou:

> "Há ruas de Braga onde a noite assume as proporções de um verdadeiro inferno. Não se pode dormir; os alarmes, os gatunos as cantilenas e tocatas báquicas estrugem os ouvidos dos vizinhos. (...) Essas pândegas contínuas e imoralíssimas que terminam quase sempre por murros e insultos os mais desbragados, porque se não evitam?"

Existiam ainda os folguedos carnavalescos, que irmanavam estratos sociais diversos, embora já não tivessem a pureza e a graça de outrora. No dizer de João Baptista Vieira Gomes, o poder dos tempos modernos contaminara-os:

> "É com todo o descaramento e sem a menor sombra de vergonha que se pôs em uso nesta cidade o mascarar-se todo aquele que professa leveza de cabeça. Uma tal mania acompanhou a todo o cidadão quando o acompanhou em algum tempo algum motivo de regozijo público e para ele cada qual se esmerava em alusões divertidas e simplesmente com o fim do gracejo e sempre em tom sério e de crédito para a máscara: em cujos divertimentos se acompanhavam ideias, de boas provisões de dinheiro. Porém agora emprega-se tudo quanto é de ridículo, nojento e odioso, fazendo brilhar a liberdade mais desenvolta; de sorte que o olhar a tais objectos conduz a desprezo. Tal desenvoltura voga mesmo entre famílias, que trocam o sério pelo ridículo, o grave e polido pelo desairoso e menos lícito; de sorte que é o chiste na classe cavalheira o aparecimento nos dias anuais do Entrudo em os acompanhar com diferentes motejos de bandalhice e passe por heroicidade este desenxovalho e mais benemérito o que mais ridículo aparece. É de expressar que

> as classes inferiores tomam o exemplo das superiores e jamais se estranha o encontro de um dos tais objectos que merece contemplação e ocupa o vazio da ociosidade mais legal; tudo tem sido escandaloso e imoral; até se encontram mulheres em grupos disfarçados. Louva-se a classe dos moleiros a quem competia outrora o enredo, e força da chegada, e volta do Entrudo em um desenlace burlesco pelas ruas da cidade acompanhado de um igualmente burlesco cartaz significando aquele préstito; porém hoje não tem lugar no público um semelhante enredo, porquanto recolheu-se ao particular a valsa."

Por vezes, os folguedos carnavalescos, agora tão criticados, eram integrados em obras pias. A receita de alguns bailes de carnaval era entregue ao Asilo de Entrevados. Era provavelmente um meio de dar respeitabilidade a algo que nascera com intuitos contrários. O demónio também se podia e devia converter...

Mas havia aqueles que resistiam à adaptação. A moralidade foi sempre uma preocupação constante dos bracarenses ou, pelo menos, de uma parte importante deles. E o carnaval era uma seta apontada aos bons costumes: O *Comércio do Minho* de 22 de Fevereiro de 1873 fazia comparações com o passado:

> "O carnaval era três dias de diversão, não de libertinagem; folgava-se mas sem se ofender o pudor; comia-se, mas sem intemperança. Não se insultava a decência pública, não se zombava da religião, não se ridicularizavam as pessoas e as cousas mais santas e sagradas. Nada de máscaras, pois só servem para fomentar a licenciosidade e o desavergonhamento: nada de reuniões nocturnas, porque *dão ensejo a cousas nefandas e abjectas*; nada de disfarces, pois ocasionam grandes escândalos e perversões."

Mas *O Comércio do Minho* estava deslocado no tempo. O carnaval ganhara raízes no seu formato menos próprio. Em 18 de Fevereiro de 1863, *O Progresso* retratou o entusiasmo que nele se vivia:

> "Braga pareceu estes três dias uma outra Veneza. Não faltou que verem todas as ruas e praças durante os três dias consagrados às folias carnavalescas. Uma infinidade de máscaras, umas a pé, outras a cavalo e muitas em carros fizeram as delícias deste bom povo de Braga (...). Os bailes do teatro estiveram magníficos e surpreendentes. A concorrência foi sempre extraordinária, mas ontem, principalmente, eram tantas as máscaras e os espectadores, que ninguém ali se podia mover. Em todos os três bailes, não houve ali o mais pequeno desgosto. Foram três noites deliciosas."

E em 20 de Fevereiro, novamente para *O Progresso*, o carnaval voltou a estar no centro.

> "Anteontem e ontem o objecto de conversações entre a rapaziada, principalmente, era o carnaval. Os parvos falavam de conquistas, os ursos do muito que dançaram em todas as três noites e os positivistas nos vinhos e fiambres com que foram mimoseados nas casas de João Braga, Francisco Casimiro e Miguel Raio."

Mas os folguedos carnavalescos nem sempre eram bem recebidos, precisamente por aqueles de quem menos se suspeitaria, pelas crianças. Em 3 de Fevereiro de 1863 o *Distrito de Braga* dizia-nos*:*

> "Ontem, em consequência de o dia estar bonito, percorreram bastantes máscaras pelas ruas da cidade, indo convergir todas no Campo de Sant'Ana. Lamentamos a nenhuma polícia que há nestes dias; os garotos não só os apedrejaram, mas também lhes atiravam com lama e laranjas, procurando assim as desordens. Ao mesmo tempo, notamos que os máscaras andavam com armas de fogo."

Conscientes da incapacidade de aceder a um mundo que provavelmente invejavam, as crianças da rua optavam por destruí-lo, despoletando uma reacção que fez nascer uma espécie de carnaval armado...

E também havia os estudantes. Em 14 de Dezembro de 1858, *O Bracarense* fez coro com o Arcebispo. E noticiou:

> "A devassidão e descompostura de costumes que ameaça contaminar o corpo escolástico de Braga faz temer pela perdição dos mancebos o Ex.mo Prelado desta diocese: Sua Ex.ª acaba de publicar um edital dirigido contra os excessos da mocidade menos considerada, e ordenando medidas tendentes à conservação da disciplina e reforma de costumes. (...) A sociedade escolástica de Braga pela maior parte vai errada no caminho que a sua própria conveniência aconselha. Em vez do estudo assíduo e reflectido, em vez de uma vida modesta e regulada pelo dever, andam os mancebos de lupanar em lupanar, de perdição em perdição. O jogo e as rameiras absorvem o tempo do estudo e o dinheiro das mesadas que os pobres pais, talvez à custa de grandes sacrifícios, lhes dispensam dos seus fracos rendimentos."

A grande mudança principiara em meados da década de 50. Mas não se tratou de um processo fácil. Foi em 9 de Fevereiro de

1855 que apareceu a grande novidade. Nas páginas de *O Pharol do Minho* podia ler-se:

> "Trata-se de promover acções entre os particulares, para se construir o novo teatro, projectado nesta cidade; e de se pedir licença ao governo para se empregarem, na estrada do Bom Jesus, os 12 contos do último empréstimo municipal, destinados para ele. Segunda-feira (*No dia 5*) reuniram-se em casa do Ex.mo Barão de S. Martinho alguns brasileiros, capitalistas e bons proprietários e nessa reunião já se arranjaram alguns contos de reis. A lembrança foi feliz; louvámo-la, não só porque querendo nós em todo o caso o novo teatro, preferimos que ele seja feito à custa dos particulares; mas até porque com os 12 contos que a Câmara Municipal tem destinados para ele, acaba-se uma estrada de primeira necessidade para esta terra, essa estrada do Bom Jesus, da qual muito carecemos."

E em Agosto desse ano, o velho teatro, que os bracarenses apelidavam de barracão e que muitos consideravam indigno de uma terra civilizada, acabaria vítima de um incêndio. Mas não foi isso que fez as perspectivas melhorarem. A imprensa situou bem o problema, interpretando o sinistro como um auto de fé. E isso era a garantia de que haveria oposição. Em 14 de Agosto de 1855, *O Bracarense* informava e comentava:

> "O único teatro que possuíamos foi, como já noticiamos, presa das chamas na madrugada de 8 do corrente; e já não resta dúvida de que o incêndio fora provocado por alguns mal intencionados que, para desonra nossa, residem nesta terra. Este facto além de revelar grande malvadez, depõe muito contra o estado na nossa civilização; e muito mais ainda, considerando que a maior parte da gente das classes baixas, que ao mais leve indício de fogo costuma largar o trabalho e deixar até o leito do repouso, para o ir apagar, na madrugada do dia 8, apenas constou que as chamas devoravam a casa do teatro, olhou para elas com igual prazer ao do cruel Nero, que incendiou a soberba Roma. A ideia há muitos anos incutida neste povo de que o teatro é uma escola de desmoralização e a primeira sala do inferno, ainda entre nós reina em grande força e para vergonha nossa não está de todo extinta em famílias da classe alta."

E a oposição apareceu. E fê-lo com alguns argumentos extraordinários, que a Câmara precisou de combater. Em 4 de Dezembro de 1855, o *Copiador da Correspondência expedida para o Governo Civil (1846-1856)* começa por fazer a história do problema:

> "Em resposta ao ofício de 21 de Setembro em que Vossa Ex.ª ordena esta Câmara responda o que lhe oferecer sobre os fundamentos

da oposição que se faz contra a edificação do teatro no local do largo do Ourado, onde já se acha começado e adiantado; esta Câmara não pode deixar de lamentar uma oposição que nasceu já depois da obra do mencionado teatro se achar arrematada e o local aforado para o mesmo fim à comissão encarregada da sua edificação por esta Câmara, não tendo até então sofrido a mais pequena oposição, antes aprovação de alguns daqueles que já são os campeões da oposição.

A Câmara, (...) tendo resolvido fazer um teatro e para este fim já se achava competentemente autorizada e quando ia levar a efeito este seu projecto, apareceu a Comissão de accionistas oferecendo-se para fazer o teatro, contanto que a Câmara aplicasse o dinheiro destinado para a sua edificação para a construção de uma estrada ao Santuário do Bom Jesus do Monte. A Câmara, conhecendo as vantagens desta proposta e quanto era necessário uma estrada que ligasse Braga para o Bom Jesus do Monte e os grandes proveitos que daí resultariam ao Município, não hesitou um só momento em aceitar a proposta e pedir para o mesmo fim autorização que conseguiu.

A comissão de accionistas tratou da escolha do local. O Largo do Ourado (*Local onde hoje está o Banco de Portuga*l) lhe ofereceu toda a comodidade que esta Câmara reconheceu e então teve lugar o aforamento que em seguida foi confirmado por V. Ex.ª em Conselho de Distrito, sem oposição da queixa de pessoa alguma, e só apareceu depois de alguém entender que devia ficar privado das vistas para parte do Campo de Santana. Esta é a história verdadeira da origem do teatro de Braga e da sua oposição."

Em seguida, apresentou as razões dos oposicionistas:

"Toma como protesto que ele obstrui o templo dos Terceiros, estreitando a entrada para a Rua Fonte da Cárcova e vai oferecer depósitos de imundície e valhacouto de imoralidade pelos becos ou vielas que é necessário deixar e que não tendo o teatro as comodidades precisas, obstrui uma praça, que é necessário conservar-se livre quando contígua a ela se anda fazendo o Passeio Público."

E finalmente procurou rebater os argumentos dos adversários:

"A Câmara entende que nenhum destes fundamentos é verdadeiro ou suficiente para embargar a edificação do teatro naquele local. O templo da Ordem Terceira fica a muita distância do teatro e assim também a Rua Fonte da Cárcova, metendo-se de permeio o grande Largo chamado dos Terceiros, de sorte que nem aquele templo é obstruído, nem a rua estreitada, nem mesmo as vistas são prejudicadas, porque da máxima parte da Rua Fonte da Cárcova não há vista para o Campo de Sant'Ana e a vista do templo dos Terceiros para o mesmo Campo não é

> prejudicada pelo mesmo teatro, mas sim por uma casa fronteira no fim dos alpendres entre a qual e o templo fica assim amplíssima e espaçosa rua para comunicar para o Largo já dito dos Terceiros.
>
> O Largo do Ourado, onde se edifica o Teatro é um recanto que fica entre a Rua dos Chãos de Baixo e a casa de Cristóvão de Almeida que fica com a frente para o campo de Santana e então a construção do teatro não prejudica nem obstrui o mesmo Campo e longe de prejudicar o passeio que fica independente, ao contrário o tornará mais agradável pela existência de um edifício daquela natureza junto a uma das suas ruas. É verdade, Ex.mo sr., que ficam dias ruas estreitas, uma pelo lado do norte na retaguarda do teatro, outra pelo lado do nascente, porém nem está é em toda a sua extensão porque ainda fica um bom largo para onde deita uma das portas laterais do mesmo teatro, assim ambas sendo como são habitadas não podem ser valhacouto de indecências ou depósitos de imundícies, acrescendo que estas duas ruas que se comunicam, só dão serventia para os seus moradores e não são de trânsito geral. O teatro, segundo o risco oferece uma plateia para 300 pessoas, varandas para 150 e mais de 40 camarotes e um palco de 51 palmos e meio e então é mais do que suficiente para os moradores desta cidade, ainda quando mesmo venha a crescer em população. As saídas do teatro são magníficas, a sua frente é para o Campo de Sant'Ana, a saída do lado do nascente para um Largo que comunica com o mesmo Campo e a do poente para o espaçoso Largo dos Terceiros. É o que esta Câmara tem a responder, tendo a consciência de que, não se levando a efeito o teatro já começado, esta cidade não terá por enquanto um teatro, por falta de meios e perderá a vantagem de uma estrada para o Bom Jesus do Monte, altamente reclamada."

O governo Civil deve ter sido sensível aos argumentos camarários, mas a oposição não se deu por desarmada. Recorreu para o Conselho de Estado e obrigou a nova argumentação. As razões por ela alegadas associavam a construção do teatro com os interesses particulares dos vereadores. Dizia-se que eles eram accionistas do teatro e que, portanto, tinham interesse na aquisição do terreno, o que a Câmara negou. Sem responder directamente ao argumento adversário, a Câmara justificou-se de forma algo esfarrapada, dizendo que "nenhum accionista agiu com vista no interesse (*Entre-se, segundo o secretário Manso...*) ou em lucros que ninguém espera" e que só a movia "o pensamento patriótico de concorrer para que esta cidade fosse ductada (*Lá está mais um erro...*) de um estabelecimento que a sociabilidade e a civilização altamente reclamam." – (*Livro de Actas da Câmara de 1856-57, em 26 de Fevereiro de 1856*).

A construção pôde finalmente avançar. Mas trinta anos depois, as forças mais conservadoras ainda não se tinham adaptado

aos novos tempos. Em 21 de Maio de 1889, o *Comércio do Minho* rezava:

> "O teatro está sendo entre nós uma perigosíssima escola de imoralidade e corrupção."

E a concluir, defendia o...

> "...estabelecimento de uma censura mista que proíba nas precárias condições de legalidade actual, a representação de obras dramáticas que pelo fundo, pela forma e pela mise-en-scène, sejam a ruína da moral e do poder."

O 28 de Maio estava a mais de 30 anos de distância, mas já se anunciava... Naquele ano de 1889, já alguém defendia a censura... Mas as apreciações conservadoras de *O Comércio do Minho* não eram exclusivas. Em 1895, *O Combate* utilizou palavras muito mais agressivas para caracterizar o teatro. Só lhe faltou defender a sua proibição...

> "O teatro é hoje uma escola de imoralidade, a mais perniciosa e corruptora de todas as escolas. (...) O teatro é um lugar concorrido onde se presta culto sacrílego às paixões mais perniciosas do coração humano e se cultivam os mais perversos instintos da idade contemporânea (...) Ali pode-se por meio da música e do baile representar-se ao vivo as danças lascivas e os quadros obscenos que foram encomendados à pena dos novelistas e ao pincel dos pintores." (26 de Abril de 1895).

O teatro mais popular era precisamente o mais amado. E por isso constituía também o perigo maior. Em 9 de Janeiro de 1879, *O Comércio do Minho* espantou-se:

> "Parece incrível! O quê? dirá o leitor. Isto. Pretendeu o grande actor José Carlos dos Santos, o mais notável ornamento da cena portuguesa, dar há dias no teatro S. Geraldo uma segunda récita e não pôde efectuá-la por causa de não haver concorrência que desse para custear as despesas feitas com os empregados. Seis dias depois surge a Companhia do Barracão de Variedades, do Porto e obtém três enchentes reais. (...) E foram aplaudidos! Meditemos."

O teatro não era o único perigo a pôr em causa a moralidade. Em 1874, na sua obra *No Minho*, D. António da Costa, antigo ministro da Instrução do último governo de Saldanha, retratou-nos o pro-

cesso lento que conduziu à aceitação do novo espaço no Campo de Sant'Ana, o chamado Jardim Público:

> "Não se julgue, porém, que logo, num repente, todos cometeram o pecado de ir ao novo jardim. Da parte de alguns e algumas, foi pouco a pouco. Nem eles sabem como foi. O caso passou-se deste modo: alguns embiocados e embiocadas, ao princípio, benziam-se quando ouviam falar no jardim. Depois aguçou-lhes o apetite, quando à noitinha se encaminhavam pelas ruas adjacentes, presenciando o crime de revés, para dentro das grades. Depois atreveram-se mesmo a chegar à porta de ferro, como quem se atreve numa casa de jogo, nas sumindo-se logo por uma das ruas laterais e espreitando de lá, a furto, por entre as árvores, supondo que toda a gente os via. Depois... – mau é principiar – passaram das ruas laterais para a grande rua do centro, prometendo ser uma vez sem exemplo, só entrar e sair. Assim o fizeram, olhando com receio para todos os lados como que vai perpetrar um assassínio. Não desgostaram. Finalmente, na vez seguinte, já não puderam prometer nada, porque se demoraram toda a noite enquanto a música tocou. Tinham caído no inferno."

A aproximação do final do séc. XIX determinou a generalização de outros hábitos. Referimo-nos à frequência das praias, inicialmente olhadas como uma pequena mania, objecto de crítica. *O Comércio do Minho,* de 20 de Julho de 1882, brinca:

> "Já principiou a emigração para as praias. A quadra balnear ostenta-se formosíssima. Daqui a pouco teremos desertas as povoações afastadas do litoral do mar. Agora é tudo – para as praias, para as praias. Ali gasta-se o dinheiro, no meio do regozijo mundano. Não há madame que não sofra enxaquecas, dispepsias, nevroses e outras doenças que reclamam urgentemente banhos ... de mar. Os médicos vêem-se a braços com a sua consciência, com a sua ciência até e com as impertinências das damas que exigem a receita dos banhos. E os papás lá vão escorregando para gáudio das mimis. Lá tudo é folia, bastam os ares, saturados de vapores de água salgada para correr tudo às mil maravilhas... até a saúde se estampa logo nas faces rosado-tostadas."

No dia 6 de Agosto de 1889, *O Comércio do Minho* separou a época balnear em fases, de acordo com a divisão económica e cultural das classes:

> "É verdade que a estação balnear tem três épocas: a primeira que dizem principiar em 10 de Julho e terminar em 15 de Agosto é frequentada pelas pessoas envergonhadas; a segunda que começa em 15 do

> corrente e termina em 20 de Outubro é concorrida pela alta sociedade. (...) A última é de Outubro por diante, é frequentada por outra classe mais baixa que diverte os habitantes desta vila (*Póvoa de Varzim*) com o clássico tambor, clarim e castanholas."

Em 12 de Setembro de 1886, o *Domingo* caracterizou a ida para as praias como uma mania, uma espécie de vício:

> "A maior parte dos chefes de família não vão às praias porque obedeçam aos conselhos médicos que os forçam a tomar banho, porque desejem descansar um pouco do trabalho que no decurso de um ano tanto os fatigou ou porque vão espairecer de suas doenças, mas sim porque vêem nelas um íman que os atrai, um acepipe que provando-se uma vez, deseja-se outra vez repetir."

A mania da época balnear principiara anos antes. Em 21 de Julho de 1863*, O Progresso* já a relatava:

> "Preparam-se desde já, e dentro em breve nos deixarão algumas das principais famílias desta cidade para irem procurar a salutaríssima panaceia da água salgada nas praias da Foz."

Temos até aqui apresentado sobretudo os divertimentos próprios do espaço urbano. Daremos agora uma pequena atenção ao mundo mais rural, normalmente ligado à religião. Comecemos pela romaria do Espírito Santo no Bom Jesus. Tratava-se de uma romaria onde o consumo de vinho, potenciado pelo tempo quente, se tornava notícia de jornal. Em 1889 foram 19 pipas, qualquer coisa como 9.213 litros. Nesse ano o tempo não ajudou. Se estivesse mais calor, diz o *Comércio do Minho* que não chegariam 45 pipas... O retrato que este jornal traça da romaria em 1882, lembra-nos um mundo já desaparecido. No dia 1 de Junho diz:

> "Acudiu a esta cidade uma imensidade de povo por ocasião da festa do Espírito Santo. Houve comboios extraordinários para poder conduzir os forasteiros. O povo do Minho é essencialmente religioso e tem espírito pronunciadamente romeiro. As famílias agrupam-se e confraternizam, preparam as merendas e ei-las a caminho do Bom Jesus. Os maneis vestem domingueiras e sobraçam os longos paus *para o que der e vier*; as raparigas ornam, ou melhor carregam as orelhas com brincos de palmo e meio e o peito com corações de ouro muito grandes, vestem saias pintalgadas e outras ainda trazem um chapéu cravejado de vidrilhos que reflectem os raios de sol tremulando. Depois,

> o mais pimpão da freguesia toca um harmónico ou três ou quatro concertam uma banza, uma rebeca e um bombo de pequeno diâmetro e põem tudo em movimento. Dançam, cantam, riem, segredam, beliscam, olham-se etc., etc. E assim entram na cidade. Pelas janelas estão penduradas mil cabeças, observando curiosamente todos os requebros, toda a ingenuidade desta santa gente."

Além dos festejos do S. João, esta era talvez a romaria mais importante. Havia ainda a da Santa Marta, onde por tradição aconteciam desordens monstruosas. Em 1886, a inexistência de roubos naquela romaria deu direito a notícia no *Constituinte*.

E não nos esqueçamos das vindimas e das espadeladas. Em todas elas o vinho era muito perigoso. E o calor também. Em 22 de Setembro de 1880*, O Constituinte* relatou uma desordem numa espadelada, em Pedralva:

> "Como eram muitas as raparigas, dizem-nos que mais de 50, também eram decerto muitos os rapazes. Deu provavelmente origem à desordem que já trouxe consequências graves a uns e custará bem caro a outros, algum dos bestiais gracejos com que costumam ter graça os mariolões da aldeia. Houve muitos tiros e muitos feridos. (...) Pena é que na alçada do Ministério Público não caiba a fiscalização do uso e porte de armas, visto que não há administradores e regedores que saibam cumprir com o seu dever."

O minhoto era por natureza uma personagem alegre. E nas festas, essa alegria era multiplicada com o uso dos foguetes. Estes, funcionavam também como uma forma de chamar as pessoas à diversão, uma maneira de criar ambiente. Mas a sua utilização era um exagero. Em 22 de Junho de 1881*, O Constituinte* traçou um quadro louco sobre o foguetório.

> "Se Sua Ex.ª (*O Governador Civil*) soubesse que no seu distrito se deitam foguetes pela nomeação de um Juiz de qualquer Irmandade, pelo baptismo de qualquer neófito, pela queda de um ministério, pela nomeação de outro, pelo vencimento de uma Junta de Paróquia, pela posse da eleita, pelo casamento do Sr. N, pelos anos do Sr. F, pelos prémios da lotaria de Espanha, pelas Honras dos Monsenhores, pela absolvição de qualquer criminoso, etc., etc., etc., teria necessariamente proibido esta estoirada manifestação ou pelo menos lembrado ao Ministro da Fazenda um novo imposto sobre eles."

Esta opinião motivou mais um episódio curioso nas tradicionais questiúnculas que separavam o *Comércio do Minho* e *O Constituinte*.

O primeiro daqueles jornais resolveu gozar o seu adversário, propondo que fosse o localista de *O Constituinte* a fiscalizar a aplicação do imposto que estava a propor ou que pelo menos os contasse pelo rabo. Face a esta proposta, O *Constituinte* retrucou:

> "Pelo rabo queria o tal Comércio uns certos foguetes que se não lançam ao ar e que ...etc... etc... etc."

MERETRIZES

Numa cidade tão conservadora como Braga, a prostituição era curiosamente olhada como um mal necessário, como um escape indispensável que permitia a manutenção do equilíbrio social. Mas como se tratava de uma actividade perigosa para a saúde pública, eram necessárias atitudes preventivas. Numa época em que a cidade acabara há pouco de sair dos tempos de maior fervor religioso típicos do miguelismo, essa prevenção não foi bem recebida. Em 1838, no volume 3 do seu manuscrito, João Baptista Vieira Gomes tomou partido.

> "Não tem sido menos diligente o mesmo Administrador para com as meretrizes porquanto foram avisadas em geral para concorrerem ao Hospital e sujeitas a um exame se deduzirá pura natureza e impuras: àquelas se brindam com uma cédula impressa por onde se oferece a qualidade do estado em que se acha, bem o seu emprego e exercício por tempo de um mês e com a responsabilidade de se denunciarem imediatamente que se acharem infeccionadas de peste gálica: e para com as impuras se ordena ao Hospital lhes franqueie as portas para o tratamento competente. Eis os progressos do tempo, seja louvado o cuidado da justiça, seja louvado o fim de destruir na humanidade o mal venéreo; e seja condenado o Hospital a curar aquele mesmo tormento que desgraçadamente pesa sobre os infelizes; porém será louvada a energia das autoridades em fazer embolsar ao Hospital o cômputo da dívida que o estado constitucional deve ao mesmo Hospital em consequência do curativo militar que tem havido, há e paciência haverá, que não sendo extraordinária é escandalosa pois chega a 70 cruzados."

Mais tarde, no Código de Posturas de 1852, apesar de a prostituição estar reconhecida e de alguma maneira regulamentada, a Câmara não levou esse reconhecimento ao ponto de a apresentar como uma actividade semelhante às outras. Ignorou-a, provavel-

mente por a considerar indigna de uma cidade como Braga. Mas em 1864, a vergonha apareceu mitigada. O Código deste ano, no art.º único do seu Capítulo II, diz:

> "Toda a meretriz que morar fora do arruamento respectivo designado pela competente autoridade, ou que divagar pelas ruas, ou praças, com o fim de provocar à devassidão, incorre na coima de 8 dias de prisão e na de 30 dias em caso de reincidência."

Quanto à revista, como era chamada na altura, nada consta. Mas isto não quer dizer que não estivesse prevista. As prostitutas estavam portanto confinadas a um espaço próprio, sob pena de serem multadas, o que provavelmente não acontecia, se levarmos em conta os protestos constantes da imprensa. Por vezes eram relatadas situações em que as *mulheres honestas* se viam na necessidade de abandonar os locais vedados à divagação das meretrizes. E a regulamentação das vistorias exigia precauções especiais, como o fez notar o jornal *O Moderado* no editorial de 16 de Fevereiro de 1856:

> "*A prostituição é um daqueles males que se tolera pela necessidade de evitar outros maiores*; quando porém abandonada a si mesma e fora do alcance da fiscalização da autoridade, ela se torna em um foco permanente de moléstias e padecimentos prejudicialíssimos à saúde pública, algumas vezes perigosos e de ordinário com resultados e consequências sempre desastrosas. Na maneira, contudo, de se verificar essa indispensável fiscalização, é necessário, não só muita prudência, mas também muito cuidado; pois se da falta desta procede a ineficácia da medida – do abuso daquela resulta infalivelmente o aumento do deboche, seguido, mais a mais de um verdadeiro insulto à moral pública. Consta-nos que as pequenas autoridades subalternas a quem de ordinário se incumbem as intimações para isso a que se chama revista de saúde na prostituição, não são nem muito cuidadosas nem muito prudentes na desinfecção ou escolha das pessoas intimadas. Consta-nos também que o local da inspecção não é dos mais recatados e que as mais das vezes essa mesma inspecção começa e acaba por uma verdadeira patuscada e caçoada."

Demoraria ainda alguns anos, mas a Câmara, por pressão do Administrador do Concelho, resolveu adoptar uma medida que, embora não garantisse a completa eficácia contra as inspecções em *modo festa*, provavelmente iria diminui-las. Em 1 de Março de 1867

a Câmara alertou o seu médico de partido para a necessidade de ser adoptado um procedimento novo:

> "Em aditamento ao meu ofício nº 185 de 9 de Março de 1866, comunico a Vossa Senhoria que pela Administração deste Concelho me acaba de ser novamente representado que os bilhetes de sanidade passados às meretrizes em revista particular sejam assinados por *dois* facultativos, sendo V. Ex.ª um deles, sem o que não serão admitidos." – (*Copiador da Correspondência Expedida para Diversos – 1860-69*).

Tratava-se uma medida já decidida no ano anterior, mas cuja execução fora travada pela inércia.

O mal venéreo assustava. Já em 10 de Setembro de 1853, o Administrador do Concelho oficiava aos seus regedores, informando-os:

> "Tendo sido designadas ao Ex.mo Governador Civil deste distrito diversas queixas e representações contra as meretrizes afectadas de venéreo e efeitos do seu contágio, determinou que a revista do estado sanitário das mesmas fosse semanal e não mensal; e para que melhor seja fiscalizada esta muito importante precaução da saúde pública, cumpre que d' ora em diante se observe o seguinte: 1º – Logo que este seja recebido formará Vossa Mercê uma relação dos nomes, misteres e moradas de todas as meretrizes residentes nessa freguesia, a qual será acrescentada ou diminuída segundo as alterações que ocorrerem, devendo todavia haver a maior circunspecção e prudência para que não sejam capituladas como tais aquelas que não são, consultando-me no caso de dúvida para o resolver. 2º – Formada que seja a relação das meretrizes residentes da freguesia, serão imediatamente intimadas pelos cabos de polícia (...) para em todos os sábados de cada semana sejam ou não santificados ou feriados e pelas 9 horas da manhã, comparecerem no Hospital de S. Marcos, a fim de ser examinado o seu estado de saúde, com pena de que não comparecendo sejam recolhidas imediatamente as que faltarem, à casa do Aljube." – (*Copiador Geral da Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho, 1851-54*).

A preocupação com a prudência nem sempre existia. Alguns regedores sentiam-se demasiado importantes com o poder de que estavam investidos e abusavam dele. E as vítimas eram sempre os mais fracos. Numa correspondência trocada em 1857 entre o Administrador do Concelho e um regedor não identificado, são bem visíveis estes sinais de prepotência. Dizia o Administrador do Concelho:

> "Diz Maria Emília, casada da Rua dos Granjinhos desta cidade que acaba de ser intimada por ordem de Vossa Senhoria para no dia sábado, a bem da saúde pública se apresentar para ser revistada. (...)

> Tenho a expor a Vossa Senhoria que conquanto as leis sanitárias reclamem esta medida, ela só se entende com as mulheres públicas e nunca pode servir de meio para descobrir a fragilidade e ainda colocar na situação de prostituta pública a mulher, que suposto frágil, não põe à venda o uso do seu corpo. (...) A suplicante, reclamando em seu favor a lei e a moralidade pública, vem pedir a Vossa Senhoria a cessação de tal procedimento, visto não ser prostituta e demais porque sendo uma mulher casada, suposto que não viva com o seu marido, este estado, ainda quando a suplicante seja frágil, merece atenção para que ao caso não acresça o escândalo público e o labéu não merecido."

Em resposta, o regedor deu uma explicação completamente esfarrapada, demonstrativa da enorme prepotência que o animava:

> "A dita Maria Emília é casada e anda em mancebia com um criado de servir, ignorando o seu nome, porquanto naquela rua, onde a requerente mora, poucas pessoas há com que me pudesse informar sobre a sua conduta, nem mesmo o pároco desta freguesia que mora na mesma rua, os quais me disseram que a não conheciam e outros que andava amancebada com o dito criado de servir, não sabendo se ela dá entrada a mais algum indivíduo em sua casa ou fora dela." – (*Arquivo Distrital – Correspondência do Governo Civil – Pasta sobre a Moralidade Pública, 1851-1884*).

Repare-se neste raciocínio tortuoso. O regedor nada sabe e o facto de nada saber, nem ele, nem ninguém da rua onde ela mora, nem o próprio pároco, torna a mulher muito mais suspeita, sendo conveniente agir, enviando-a para a revista das prostitutas. E não se pense que este era um caso único... E também aconteciam momentos mais sicilianos, onde um regedor isentava as prostitutas de ir à revista, a troco de dinheiro. O mundo bracarense era fértil e variado nesta área...

Em 1871, o *Regulamento Policial das Toleradas do Concelho de Braga*, registou os deveres das prostitutas e as penalidades atribuídas àquelas que não os cumprissem. É significativo que neste domínio, como em muitos outros, os bracarenses dessem especial relevo à manutenção das aparências. No art.º 49 diz-se:

> "É expressamente proibido às toleradas, sob pena de 500 reis de multa ou 5 dias de detenção: 1º – Ter as janelas sem cortinas ou persianas: 2º – Escandalizar a vizinhança ou o público com gestos e actos desonestos: 3º – Estacionar nas ruas, praças ou passeios, entretendo conversações ou proferindo palavras desonestas: 4º – Apresentarem-se

> em trajos ofensivos do pudor. 5º – Estar à porta ou janela de modo indecente: 6º – provocar os transeuntes com palavras ou acenos desonestos. 7º – Divagar de noite pelas ruas, passeios e praças."

Existia em Braga uma instituição vocacionada para colocar no bom caminho as mulheres que enveredavam pela prostituição. Chamava-se Colégio da Regeneração e em 1874, cinco anos depois da sua criação, *O Comércio do Minho*, jornal miguelista, fez o primeiro balanço da sua actividade:

> "Pelo livro do movimento que tenho à vista, vejo que este estabelecimento, hoje chamado pelos seus estatutos Colégio da Regeneração, principiou a funcionar em 18 de Agosto de 1869 e até à data que escrevo tem sustentado 130 mulheres à custa das esmolas dos seus benfeitores e das piedosas filhas de Maria (...) Das 130 mulheres que ali têm entrado existem no Colégio 24, colocaram-se a servir 37, casaram 8, faleceram contritamente 5, voltando uma ou duas à prostituição por serem incorrigíveis, sendo as restantes entregues às suas famílias completamente morigeradas."

Curiosamente, na direcção desta casa de recuperação pontificavam figuras femininas cujos apelidos sugeriam o estrato social a que pertenciam. Lá estavam além de D. Maria Gracinda de Marinho Vasconcelos, D. Rita de Cassia Barbosa Sotto-Maior, D. Margarida Angélica de Aguiar e a viscondessa da Torre.

As prostitutas eram a ralé da sociedade e qualquer indivíduo se julgava superior a elas. E pior ainda, sentia que tinha o direito de as maltratar. E espantosamente, fazia-o com o beneplácito da imprensa. Leiamos esta notícia de 13 de Novembro de 1855, retirada de O *Bracarense*:

> "No princípio da noite de anteontem, no Campo de Sant'Ana, uma infeliz mulata foi gravemente ferida na cabeça com uma pedra, que uns indivíduos que por ali andavam divertindo-se, sobre ela atiraram. A mulata foi conduzida ao Hospital onde se acha em risco de vida. Nos países civilizados as prostitutas não são consentidas nos lugares públicos, a praticar factos de imoralidade. Em Portugal toleram-se. É por isso que aconteceu este facto revoltante aqui em Braga, onde elas andam em toda a liberdade, divagando pelas ruas."

É exemplar...

E há ainda a referência à cor da pele da prostituta. Um verdadeiro mundo...

O RECRUTAMENTO

A Memória Histórica sobre o Recrutamento, adiante transcrita e hoje guardada no *Arquivo Distrital*, terá sido produzida em 1790. Nela, o seu anónimo autor informou as autoridades superiores do péssimo estado de ânimo com que as populações encaravam a prestação do serviço militar.

> "Vendo a dificuldade que sempre costuma haver em fazer gente para a guerra principalmente na província do Minho, onde os povos têm uma total aversão ao serviço, que capazes são de dar tudo quanto têm a ganhar podem para não serem soldados: de tal sorte que procuram provar com justificações falsas, atestações de párocos, médicos e cirurgiões e daquelas pessoas que autorizá-los podem, queixas e qualidades que não têm, chegando ao excesso de cortarem dedos, tirarem dentes; picarem os seus próprios olhos, aleijarem-se, fazerem chagas nas pernas, fugirem para os matos, e aí morrerem à fome; precipitarem-se nos rios para fugirem às justiças e ordenanças, tudo por efeitos da educação de que mais culpados são os particulares grandes e poderosos das terras, assim como o clero: estes que influem nos povos que não só exemplo lhes não dão, mas os persuadem de que o homem mais infeliz é o soldado; pois morre de fome, lhe dão pancada e sempre maltratado é: pelo que lhes fazem conceber um terror e pânico; tudo a fim de que não queiram ser soldados para deles se servirem como escravos; como costumam fazer, de tal forma que logo que eles os não queiram servir e sofrer a escravidão lhes fazem ameaças de que os há-de fazer soldados, quando doutra maneira lhes oferecem a sua protecção a fim de lhes extorquir quanto têm, sendo assim tributados os povos com avultadas somas. Tal é o carácter do povo d' Entre Douro e Minho de que tenho verdadeiro conhecimento por ter sido por duas vezes encarregado pelo meu general de lhe fazer recruta e verificar gente para a guerra."

O autor não se limitou a apresentar um estado de ânimo. Ele deu soluções. E elas giravam em volta da intransigência. No seu entender, ninguém deveria ficar isento. Apenas se exceptuava quem fosse…

> "… cego de ambos os olhos ou do esquerdo, pois do direito não o impossibilita; aleijado, coxo, corcovado, mudo, demente ou outra qualquer sezão que totalmente o impossibilite de poder servir, sem atender a quebraduras, hérnias, chagas que nas mais das vezes fictícias são, e outras moléstias que os não embaraçam nas suas terras a fazer os seus trabalhos, andarem à caça de rio e do monte, fazerem jornadas a

> pé e a cavalo, andarem de noite pelos serões, assembleias e outros excessos e exercícios que mais violentos são que aqueles que têm ao serviço de Sua Majestade. Nem mesmo se atenderá à figura e à estatura, pois nada quer dizer realmente para o serviço e para a guerra."

Embora não se reporte ao período que analisamos, esta Memória Histórica pode, sem erro de maior, representá-lo. Faltava-lhe apenas prever que o *poder ia deixar de ser absoluto* e que a intransigência ali defendida seria totalmente derrotada pelas necessidades eleitorais do século XIX. Mas isso é assunto para outro local... O nosso ponto de partida é o de que as populações odiavam o serviço e procuravam escapar-lhe. E usavam dos meios mais engenhosos para o conseguir. Iremos ver que, a partir de certa altura, nasceu e floresceu um negócio que se aproveitou desta vontade de escapar ao serviço militar.

Qualquer família era mal-encarada pelos seus vizinhos, se aceitasse o serviço militar dos filhos sem resistência. E esta resistência era a força potenciadora. Se alguém conseguia ser bem-sucedido nos seus desejos, todos queriam imitá-lo e a vontade estatal de promover o serviço da pátria tornava-se muito difícil de concretizar. Durante o período em análise, foram várias as leis que regularam o recrutamento para o serviço militar. Pelo meio, houve algumas portarias e regulamentos que tentaram melhorar a lei que no momento estivesse em vigor. Mas nada amainava a negação popular, potenciada pelas humilhações e pelos maus tratos físicos e psicológicos de que os recrutas eram frequentemente vítimas. E não se tratava de boatos. As pessoas também *viam* essas humilhações e por isso sabiam que não era mentira. Em 1860, o *Independente* noticia um caso de chibatadas aplicadas por instrutores de Infantaria 6. E no número de 12 de Fevereiro de 1884, *O Comércio do Minho* relatou:

> "Temos presenciado, com horror, as cenas que os instrutores dos recrutas do Regimento de Infantaria 8 exibem escandalosamente no Campo de D. Luís. (*Trata-se do Campo da Vinha*). Os pobres recrutas são martirizados pelo cabo e furriel, chegando o desaforo dos tais instrutores abusarem da autoridade que têm sobre os recrutas e bater-lhes pontapés, bofetadas e sopapos. Por várias vezes os recrutas têm sido mimoseados com puxões de orelhas, como qualquer calouro de primeiras letras."

O objectivo mais desejado pelos mancebos era escapar ao odiado serviço militar. E para o conseguir existiam vários caminhos,

sendo o da emigração provavelmente o mais utilizado. Mas ela era dificultada. A entrega de passaportes estava proibida aos que tivessem mais de 14 anos. Mas isso talvez não fosse suficiente. Em 28 de Junho de 1859, o jornal *O Bracarense* apreciou a relação entre a nova Lei do Recrutamento e a questão dos passaportes:

> "Nessa lei determina-se que a nenhum mancebo, desde a idade de 14 a 21 anos completos, se dê passaporte para país estrangeiro, sem que preste fiança de como, sendo chamado ao serviço militar, se apresentará ou se fará substituir. O legislador quis com esta disposição diminuir a emigração para o Brasil. (...) Enganou-se porém ou calculou mal. A escravatura continua como antes; *porque há muito que não é raro ver mancebos de 12 ou 13 anos nos bandos de engajados que por aí passam, de cada vez que se anuncia um navio à carga de escravos."*

Segundo ele, deveria existir fiança em qualquer saída para o estrangeiro, quando a idade fosse inferior a 21 anos.

As preocupações demonstradas em *de* 31 de Janeiro 1861 pelo *Independente,* quando apreciou a novíssima lei de 1859, são outras. Sendo propriedade do Cónego Montalverne, o jornal insurgiu-se contra o papel vergonhoso e perigoso que o Estado reservava aos párocos na aplicação da lei:

> "Faz ele (*o governo...*) aprovar pelos seus deputados a última lei do recrutamento que é a lei que mais tem indignado a nação e a que mais flagela o povo, por isso que tem por fim sacrificar os mancebos pobres e apanhar o dinheiro dos ricos. E pelo bem que quer aos párocos, não se esqueceu de na mesma lei lhes impor a obrigação de tomar parte na sua execução, fazendo-os vir com os livros paroquiais à cabeça do concelho, todas as vezes que as autoridades locais quiserem; e obrigando-os a declarar debaixo de juramento, se os mancebos são robustos ou doentes e se os seus pais, além das mesmas qualidades são ricos ou pobres e se podem ou não trabalhar. (...) Quer acender entre eles e os seus paroquianos o fardo da discórdia, porque devendo os párocos acudir pelos seus paroquianos como o pai pelos filhos, protegendo-os na desgraça, que se lhes prepara, vêem-se violentados a tomar parte na sua perseguição, chamando contra si o ódio dos paroquianos, que esperando toda a protecção dos seus párocos, *os ficam considerando seus acusadores*."

Esta obrigação imposta aos párocos não estava isenta de sentido. Com fundamento ou sem ele, corria o boato de que havia freguesias onde os assentos de baptismo estariam falsificados, provavelmente com a conivência dos párocos, mudando-se o nome

de machos para fêmeas, *com o intuito de iludir a lei do recrutamento* (*O Bracarense, 12 de Janeiro de 1867).*

A partir do momento em que a emigração se consolidou e começaram a ser criados pontos de apoio para parentes e amigos em muitas cidades brasileiras, a fuga para aquelas paragens aumentou em quantidade e diminuiu na idade. Isso é atestado pelos vários censos que se realizaram no período em análise; 1864, 1878 e 1890. Até aos 15 anos, o sexo masculino em Portugal conservou sempre superioridade numérica sobre o feminino, explicável pelo excedente de nascimentos. Mas daí para diante, a situação inverte-se. A provável exposição a maiores perigos, a vontade de melhorar as condições económicas e a repugnância ao serviço militar explicam essa inversão. Os 14 anos de idade eram a referência. Mas não eram uma idade exclusiva. A partida de barcos para o Brasil, com origem em Vigo, era frequente. E de acordo com o *Brado Liberal* de 25 de Setembro de 1874, era muito fácil atravessar a fronteira e conseguir um passaporte galego...

Esta realidade reflectiu-se na composição da população de Braga. Nesta cidade e também em Guimarães, a percentagem de homens era das mais baixas do país. Outro indicador sugestivo é o crescimento populacional. O distrito de Braga cresce abaixo da média nacional. E em 1878, Portugal era de todos os países da Europa aquele onde a população masculina era percentualmente mais baixa.

Mas também havia aqueles que não queriam ou não podiam emigrar. Para eles, os processos eram outros. E à cabeça de todos eles estão os pedidos, os empenhos. Mas evidentemente, como em tudo, isso era um negócio, uma troca. E aqueles que estavam em condições de proporcionar a desejada isenção, os chamados influentes, faziam exigências. E entre estas estava, sem dúvida, a atitude face às eleições. Em de 30 de Julho de 1881*, O Constituinte* disse-nos:

> "Nos distritos do Minho é o recrutamento que dá as eleições aos governos. As influências ganham-se livrando recrutas. Todos sabem isto, todos clamam contra o abuso, a corrupção e o escândalo que os governos fazem no recrutamento. *Mas a verdade é que os que mais gritaram contra tais injustiças e imoralidades, uma vez sentados nas cadeiras do poder fazem pior que os outros contra que haviam pregado*. (...) O distrito de Braga é o mais escandaloso em matéria de recrutamento. Há a este respeito coisas que fazem arrepiar os cabelos e isto de há muitos anos."

Já em 27 de Novembro de 1880 o mesmo periódico afirmara, num artigo intitulado *Recrutas livres por amparo*:

> "Temos em nosso poder curiosíssimos apontamentos e óptimas informações a respeito do modo por que tem de aparecer brevemente diante da comissão distrital uma quantidade enorme de processos para livramento de recrutas por amparo. É inacreditável que autoridades, Câmaras Municipais e Juntas de Paróquia de alguns concelhos faltem à verdade tão impudentemente. (...) Há filhos de 40 maiores contribuintes que pretendem livrar-se do serviço militar por amparo e a vergonha é que os processos vêm regulares. Tudo ali é falso desde a primeira informação até à última. Há outros que pagam 20 e 30 mil reis de décima, que vêm pelo mesmo caminho. São apostas feitas, são valores entendidos, são vergonhas que convém trazer a público para que todos as conheçam e classifiquem como entenderem. O proprietário rico, o lavrador abastado que pôs os seus serviços eleitorais à disposição do Administrador do Concelho, verá o filho livre. Ao pobre, aquele a quem a lei quis favorecer na sua pobreza e na sua velhice, levarão o filho para o exército. É justo, é digno dos tempos que correm tão cheios de moralidade política progressista."

Outro recurso muito em voga era o passaporte falso. Em 2 de Setembro de 1885, *O Constituinte* explicou como se fazia a falcatrua:

> "Arranja-se um sujeito que tenha uma tal ou qual semelhança com o indivíduo que quer fugir, tira o passaporte e no governo civil aparece um fiador a abonar a identidade do intrujão. Para evitar que o mesmo fiador apareça muitas vezes no governo civil, procuram-se os lavradores arruinados e é fácil descobri-los, porque o chefe da casa exportadora é geralmente um agiota que tem na carteira as letras das vítimas que fez; e esses desgraçados insolúveis são os fiadores, mediante a espórtula de algumas coroas e de um jantar. Obtido o passaporte, o prófugo escapa-se para o Brasil, tendo largado antecipadamente 18, 19 ou 20 libras para pagamento da passagem e várias despesas. Este meio tem os seus riscos e para os evitar segue-se agora outro método. Vai-se a casa de um vice-cônsul espanhol e ele fornece umas cédulas pelas quais se apresenta o fiador em Vigo e ali diligencia o passaporte."

E havia também as companhias de seguros. A primeira que se dedicou a este nicho de negócio fê-lo logo em 1872. Chamava-se Protectora e aproveitou-se da lei que previa a possibilidade de o mancebo se isentar do serviço militar a troco de uma quantia, que variou ao longo dos anos e que em 1892 atingia 50 mil reis. O estado

precisava de dinheiro... Em 23 de Outubro desse ano, o jornal *O Futuro* anunciou:

> "Esta Companhia de seguros tem por fim fornecer aos segurados, quando venham a ser recrutados para o exército, os meios de escaparem ao serviço militar. (...) O seguro pode efectuar-se desde o nascimento até à idade de 19 anos por meio do pagamento de uma prestação única ou prestações anuais, à escolha dos segurados." (...) "Ficam pertencendo à Companhia as prestações por ela recebidas, tendo ele unicamente de pagar a quantia segurada quando os mancebos forem sorteados e apurados para o serviço de primeira linha. O pagamento das prestações será feito em metal, na caixa da Companhia ou agências. A demora no pagamento das prestações anuais depois de 15 dias da época fixada para ele, sobrecarrega o segurado em o juro de 1% ao mês, até se passar um ano em que perde todos os direitos ao benefício do seguro."

A falta de recrutas era de tal modo grave que, em 1879, Braga se tornou o alvo das atenções do monarca. Em 18 de Junho de 1879, o *Diário do Governo* noticiou:

> "Foi presente a Sua Majestade el-rei o mapa das inspecções do recrutamento feitas pela Junta Revisora do distrito de Braga no dia 30 de Setembro de 1878 e que mandou remeter à Câmara dos senhores Deputados em conformidade com o pedido feito em sessão de 12 de Maio último. Mostra-se do mapa que no referido dia 30 de Setembro de 1878 a Junta Revisora inspeccionara 153 mancebos, dos quais 141 foram julgados incapazes do serviço militar, temporizados 4, em observação 1 e aprovados 8. O mesmo Augusto senhor, achando dignos de reparo alguns factos ocorridos na inspecção de que se trata, há por bem determinar que se pondere ao governo civil do distrito, o seguinte: Que não é fácil compreender que em uma só sessão da Junta pudesse ser inspeccionado avultado número de mancebos com o necessário exame que requer uma das mais simples operações de recrutamento; que é pouco verosímil que quase todos os inspeccionados estivessem em circunstâncias de ser julgados incapazes do serviço militar."

Desconhecemos o resultado desta chamada de atenção. Mas o que não duvidamos é que as situações de falcatrua permaneceram e que muitas vezes eram orientadas de cima, muito de cima... Disso é exemplo a notícia de *O Constituinte* de 25 de Fevereiro de 1888:

> "Por ordem do Ministro da Guerra de 20 do corrente foi dispensado da Junta de Revisão do Distrito de Braga o cirurgião mor de Infantaria 10, o Sr. Vicente Pereira dos Santos. Esta ordem, transmitida na

> ocasião em que ainda funcionava a Junta Revisora dá lugar a uns certos reparos, que se traduzem em apreciações pouco dignas da autoridade superior do distrito. (...) Já há bastantes dias constava em Braga que o Sr. Ferreira dos Santos não era o facultativo que servia na Junta para os interesses do nobre visconde (*É o visconde de Pindela – Governador Civil*). Aquele facultativo dizia-se não só lhe não atendia os seus pedidos, porque procurava fazer justiça; (...) Como era de prever este procedimento digno e correcto da parte daquele médico militar, magoou profundamente a autoridade balofa do governador civil; pois queria a todo o transe que lhe livrassem os seus caros recrutas. (...) Apesar do muito segredo que o Sr. Governador Civil deixava conservar com relação ao empenho que faria, para ser eliminado o nome do Sr. Ferreira dos Santos da Junta de revisão, na cidade, muito antes do dia 25, já constava que este senhor seria substituído na inspecção que principiou naquele dia, por qualquer dos facultativos do regimento 8. No entanto, as muitíssimas pessoas que já conheciam de há muito o carácter *nobre e independente* do Sr. Pindela, diziam com verdadeiro fundamento que, a dar-se a substituição, o substituto seria o Sr. Lopes Cardoso, cirurgião ajudante e nunca o cirurgião mor, o Sr. Marques Coelho. A substituição pelo Sr. Marques Coelho nunca poderia dar-se; pois que para este senhor já o ínclito Governador Civil tinha conseguido substituto, quando aquele digníssimo facultativo foi nomeado em Dezembro passado, para fazer parte da Junta de Revisão deste distrito: Não lhe seria portanto prestável para os seus interesses. O Sr. Governador Civil pretendia ter na Junta de revisão pessoa em quem pudesse contar nas ocasiões difíceis."

Em 12 de Setembro de 1887 foi promulgada uma lei que terá contribuído para minorar um pouco o escândalo da fuga generalizada ao recrutamento. No §1º do artigo 4º, dizia-se que ficavam proibidas as remissões e as substituições, excepto as substituições entre irmãos. Mas quatro anos depois, em 29 de Outubro de 1891, o Decreto que aprovou o Regulamento dos Serviços de Recrutamento dos Exércitos de terra e mar já não é tão restritivo. Já permite as trocas e regulamenta os procedimentos para as conseguir. Diz-se no Art.º 97 que o mancebo proclamado recruta que pretender substituir-se no serviço militar, assim o requererá ao governador civil do distrito em que foi recenseado. Terá de entregar documentos: 1 – Certidão de baptismo do substituto que mostre que não tem mais de 30 anos; 2 – Certidão da Comissão de recrutamento que diga estar ele livre da obrigação do serviço militar. 3 – Atestado de bom comportamento, registo criminal, etc.

A lei de 12 de Setembro de 1887 atrás referida, tinha uma particularidade que terá permitido moralizar um pouco o escândalo. No

§ 1º do Art.º 21º definia-se a forma como ficava organizada a comissão de recenseamento militar. Abria-se a porta para que a *fiscalização da comunidade* fosse mais efectiva. Dizia-se que a essa comissão ficavam a pertencer o Presidente da Câmara e quatro cidadãos, *pais ou tutores de mancebos que estivessem a servir no exército*.

Mas havia escapatórias que certamente continuaram a ser usadas por aqueles que queriam eximir-se ao serviço. Previa-se no Art.º 40º o adiamento da incorporação mediante certas condições. O mancebo teria de ser importante para a casa de lavoura ou empresa comercial ou industrial. Era preciso que a casa de lavoura fosse colectada em 10 mil reis há pelo menos três anos. No comércio e na indústria, para que o mancebo pudesse pedir adiamento, a colecta exigida variava de acordo com a importância da localidade onde a empresa se inseria. Ficou igualmente institucionalizado o adiamento para estudantes. Quer isto dizer que o recurso ao adiamento e às substituições estava limitado a pessoas que tivessem algumas posses. Não estava ao alcance de todos.

Para terminar, recordemos a actuação dos desesperados. Em 3 de Janeiro de 1882, *O Comércio do Minho* referiu-a.

> "No campo sucede com frequência que mancebos que têm a altura para soldados procuram e conseguem às vezes diminuí-la, até não poderem ser aceites nas inspecções. O processo que empregam consiste em permanecerem sem se deitar uma ou duas noites, antes do dia das inspecções; andar muito com os ombros e a cabeça carregados com fortes pesos e beber aguardente."

EXPOSTOS E OUTRAS APARÊNCIAS

Embora possa parecer pouco clara a associação entre estes dois itens, a realidade encarrega-se de os ligar. Os bracarenses tinham uma preocupação central. Desejavam manter as *aparências.* Era isso que condicionava boa parte das suas atitudes e raramente aparecia alguém indiferente aos valores da maioria. Todos queriam ser identificados com ela, todos queriam passar despercebidos, não ser notados. A própria moralidade, tão repetidamente lembrada, não passava de uma ficção, de uma *imagem,* de algo não vivido. Era uma espécie de garantia do desejado anonimato. A moralidade era apenas mais uma das muitas *aparências* que convinha manter.

Embora raramente o reconhecendo, todos também sabiam que a justificação oficial, apresentada para o apoio aos expostos, estava contaminada por esta grande mentira em que a sociedade se apoiava. O que estava em jogo não era *apenas* a ajuda cristã aos infelizes abandonados, embora essa ajuda e esses propósitos cristãos também existissem. O que punha as autoridades em movimento era *também*, mais uma vez, a necessidade imperiosa de manter as *aparências*, de evitar o alarmismo social, de defender o recato, de não crucificar as mulheres que tinham pecado e que desejavam a redenção, especialmente se pertencessem às camadas sociais mais elevadas.

Os expostos

Mesmo levando em conta que a Roda de Braga integrava três concelhos – Amares, Vila Verde e Braga, o número anual de expostos era brutal. Nos últimos anos da década de 30, os valores nunca ultrapassaram as 200 exposições. Na década de 40, os números subiram, acontecendo apenas dois anos em que o patamar dos 200 não foi atingido. Nas décadas de 50 e de 60, particularmente nesta última, as exposições ganharam força. Os valores estiveram quase sempre acima dos 300 e isso significava uma exposição por dia... Para onde teria fugido a moralidade bracarense? Apenas depois de 1887 é que as quantidades começam a retratar uma situação mais moderada, abaixo da centena, sugerindo a média de uma exposição por semana. Que justificação haverá para esta descida? Porquê uma alteração tão forte? Uma possível explicação poderá residir na legislação nova, publicada em 23 de Fevereiro de 1887, que previa subsídios de lactação. O decreto dessa data dizia:

> "Art.º 1º – As despesas com subsídios de lactação e com o serviço de expostos e crianças desvalidas ou abandonadas até à idade de sete anos serão pagas, a contar do dia 1 de Janeiro do corrente ano, pelas Câmaras municipais dos concelhos onde residem as pessoas subsidiadas, ou às amas, a que os mesmos expostos tenham sido entregues."

E o *Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados*, publicado em 1888, confirmou esta tendência além de reforçar as medidas de repressão. No *Art.º 33* dizia-se:

> "Na administração do concelho ou comissariado de polícia deverá haver um registo policial das mulheres solteiras ou viúvas não recatadas que se reputem grávidas. § Único – Os regedores de paróquia

> darão parte à administração do concelho das mulheres que souberem achar-se nas condições referidas, informando ao mesmo tempo acerca da sua vida e costumes."

E no *Art.º 34* continuava-se:

> "O Administrador do Concelho ou cabo de polícia adoptará as providências necessárias para que as mães a que se refere o Art.º antecedente dêem oportunamente conta do parto."

Quando uma criança exposta ou abandonada aparecia, constituía dever de quem a encontrasse entregá-la às autoridades concelhias ou policiais. Passaria depois para uma ama, procedendo as autoridades às diligências necessárias para tentar descobrir a identidade da infeliz. Descobertos os progenitores, a criança era entregue à família se esta estivesse em condições de a receber. Mas isso não anulava a sua responsabilidade criminal.

Talvez a melhoria pós 1887 também resultasse de uma consciência nova. A Câmara ter-se-á convencido, à semelhança do que imaginava a elite governamental, que a melhor forma de evitar as exposições era proporcionar condições para que fosse economicamente viável as crianças poderem continuar com as famílias. E para isso era preciso atribuir-lhes os tais subsídios. Aliás, estes subsídios já existiam de forma residual, há muitos anos atrás. Para os obter era necessário um requerimento, ficando as crianças a cargo da Roda. Esta seria compensada das despesas pela Junta de Paróquia. Todos tinham conhecimento que só acabando com a fome, era possível alterar o estado de coisas existente... Mas esta justificação, centrada nos subsídios de lactação, poderá não ser a mais correcta. Os subsídios de lactação foram previstos de forma generalizada, logo a partir de 3 de Janeiro de 1868, no Regulamento nacional então publicado no Diário do Governo. As exposições são aí consideradas um crime e as Rodas são substituídas por Hospícios. Mas o legislador não foi louco e resolveu garantir que o segredo não desapareceria. No Art.º 13, diz-se explicitamente:

> "É permitido a mães ocultas e recatadas a entrega confidencial e secreta no Hospício de seus filhos ilegítimos, dentro do período de lactação, quando seja reconhecido que os não podem criar sem perigar a reputação delas e não tenham meios para pagar a criação no Hospício."

O Art.º 28 ia mais longe, prevendo que...

> "...em cada Hospício será estabelecido o sistema de pensão interna e de meia pensão durante a gravidez às mulheres desamparadas em estado de absoluta pobreza."

Infelizmente, nessa altura, as coisas não tiveram o resultado que se viria a detectar em 1888. É certo que quatro meses depois de publicado, aquele Regulamento de 1868 foi abandonado. Mas houve Câmaras que continuaram a segui-lo. Terá sido Braga uma das que não continuou? Ou será que o problema de Braga estava na não atribuição de subsídios na quantidade necessária? E mais ainda, até podemos mesmo duvidar da importância dos subsídios, pois a sua atribuição estava limitada a apenas 12 meses, que poderiam estender-se por mais seis. Será que a fiscalização sobre as mulheres grávidas começou a ser exercida de forma mais aperfeiçoada? Talvez. Pode mesmo acontecer que a explicação seja outra. A solução do problema poderá estar na combinação do subsídio e dos aspectos repressivos. Seja qual for a razão ainda não descortinada, há uma realidade indesmentível. A baixa das exposições foi muito acentuada. De 263 expostos em 1883, passou-se para 235 em 1886 e atingiram-se apenas 52 em 1887. Nos três anos seguintes foram respectivamente 28, 46 e 54. Nos primeiros tempos do liberalismo, as dificuldades que afligiam o serviço eram enormes. Em 1839 o Presidente da Câmara precisou de adiantar dinheiro do seu bolso, para que as amas pudessem ser pagas. Os únicos rendimentos disponíveis para os expostos resultavam dos juros de um legado antigo. No *Livro de Actas de 1840--41*, aparece, na reunião camarária de *26 de Agosto de 1840* um registo importante nesta área:

> "Esta Administração dos Expostos apenas tem o legado que lhe foi deixado por José António de Sequeira Braga, vulgo o Vinagre, na importância de 500 mil reis, como juro do capital de 10 contos de reis (...) deixados à Santa e Real Casa da Misericórdia para o administrar e entregar a esta Câmara, sendo que pouco ou nada se tem recebido desde o ano de 1825 em que faleceu o testador e o pior é que consta a esta Câmara ter a Junta Geral do Distrito, contra a disposição da Lei, aplicado o rendimento do dito legado para os expostos do mesmo distrito, inibindo assim esta Câmara de o poder pedir à autoridade administrativa."

As amas ganhavam muito pouco. Mas as autoridades achavam que era muito. Em 13 de Agosto de 1847, a Câmara apreciou um ofício do Governador Civil onde ele questionou, se não seria útil, como medida provisória, reduzir os salários das amas e nesta hipótese, em quanto deviam ser fixados. E constatando que tendo crescido muito o número de expostos de 1846 para cá, sem que esse acontecimento provenha da diminuição dos falecimentos, pergunta quais as medidas, além das já adoptadas pelo Governo Civil, pareciam ao município ser profícuas na actualidade. A resposta camarária foi dura:

> "Pelo que respeita ao salário das amas, melhor será remeter ao silêncio uma tal ideia para evitar consequências desagradáveis porque mesmo pelo salário que vencem de 800 reis, não aparecem amas que supram, tanto assim que se está fazendo uma despesa diária com expostos que pela falta de amas estão entregues à caridade de mulheres que as aleitam."

E concluiu:

> "Finalmente ao que de pronto se precisa prover é ao pagamento às amas dos expostos, visto que o grande atraso neste dever tem acarretado e continua a acarretar gravíssimas consequências e em seguida delas acontecerá ao não menos irremediável, a qual é o da entrega dos expostos pelas amas com o justificado motivo de se lhe não ter pago."

É que realmente o atraso do pagamento dos salários chegava a atingir nove meses...

Em 5 de Setembro de 1850, o Governador Civil tentou aligeirar um pouco a difícil situação económica, propondo medidas para aumentar a receita. Dizia ele:

> "Convindo não se obste a que continuem na Roda certas crianças nela expostas, que os pais prontificando-se a pagar as despesas das criações não as querem levar para a sua companhia *por motivos que cumpre não investigar, antes se devem encobrir*, encarregando-me Sua Ex.ª de declarar a Vossa Senhoria que fica prometida a conservação na Roda dos Expostos nas preditas circunstâncias, dando-se baixa no livro de entrada no qual se notarão como entregues aos pais, abrindo-se-lhes novo assento em um caderno denominado dos filhos de pais conhecidos, o qual será exclusivamente escriturado pelo vereador encarregado da Administração dos Expostos para não se revelar o segredo em que devem ficar sepultadas as declarações dos pais ou das terceiras pessoas por eles encarregadas de as virem fazer, ficando responsável o referido vereador por qualquer revelação que faça."

Era preciso defender o segredo das classes altas...

A grande discussão sobre os expostos girava em torno das causas e das consequências da existência das Rodas. E, por vezes, as opiniões expendidas eram de uma enorme crueza. Em 13 de Maio de 1854, *O Moderado* afirmava:

> "Não ignoramos que a instituição deste estabelecimento foi para ocultar o erro ou fraqueza das mulheres pobres ou ricas que guardaram todo o recato durante e depois da sua gravidez. Seremos sempre defensores das Rodas enquanto elas servirem para esse fim; porque respeitamos muito o princípio da *moralidade pública* e conhecemos que a sociedade perde e não lucra com o conhecimento da desonra dessas pobres ou ricas."

Em *8 de Maio de 1854*, *O Pharol do Minho* vai um pouco mais longe:

> "As rodas não foram instaladas para sustentar os filhos dos pobres. O seu fim é muito diferente. Pobres e ricos, todos têm direito ao abrigo das Rodas, todos têm direito a *ocultar o seu erro*, quando uma imprudência os leva a cometê-lo."

Mas havia quem tivesse dúvidas. Em 8 de Outubro de 1860, *O Independente*, jornal dirigido pelo cónego Montalverne, um antigo guerrilheiro setembrista, sugeria que as Rodas poderiam ser um foco de perdição:

> "Não se pode negar que conquanto os sentimentos religiosos – a educação – e os sentimentos de honra tenham a mais pronunciada influência sobre o comportamento de uma mulher e sejam uma das mais justas barreiras que se opõem à sua prostituição, todavia a lembrança que a assiste de que uma união ilícita lhe pode resultar a existência de um filho, é uma das causas que mais directamente actuam sobre o seu comportamento e que muitas vezes detém os seus passos e a afasta do caminho tortuoso do vício. (...) Ela sabe que seria olhada por todos como indigna e apontada como mulher perdida. (...) *Quem poderá negar que se essa tiver a certeza de que poderá ocultar o filho, de que terá quem o receba, o agasalhe e lhe preste todas as condições necessárias para a vida, será mais fácil a sua queda?*"

Um mês depois, *O Independente* respondeu às acusações que o colocavam como defensor sobretudo da imagem das mulheres das classes altas. O jornal negou e disse que todas tinham direito à boa

reputação. Mas foi acrescentando que na mulher de alta condição "o alarme causado pelo crime ou pela fraqueza é muito maior: é por esta a quem se torna mais necessário por isso ocultar o filho aos olhos da sociedade." – (*O Independente, 8 de Novembro de 1860)*.

O autor, Penha Fortuna, não se limitou a defender uma proibição pura e simples. Apresentou um projecto alternativo, de acordo com o que viria a ser feito em 1868 e em 1888. Em 25 de Outubro de 1860, o articulista explicou:

> "O sistema que expusemos (...) consistia em se fundarem e erigirem casas ou hospícios onde os expostos possam é verdade ser recebidos, mas onde se declare a pessoas para isso encarregadas, e que deviam ser da mais sã moral e probidade, os nomes dos pais dos infantes que ali iam ser expostos, para que tendo meios concorram com um tanto para a sustentação dos seus filhos. No caso porém de se reconhecer o contrário, de se achar que eram pobres e lhes era impossível o poderem contribuir para a sua alimentação, então se a mãe fosse de uma classe tal, que, o amamentar ela mesma o seu filho não trouxesse a desonra nem descrédito algum, que neste caso o hospício deve dar a essa mãe uma esmola mensal com que ela pudesse fazer face à despesa que lhe trazia o filho."

Uma posição semelhante, embora sem oferecer alternativas, seria assumida por *O Bracarense* em 1864:

> "As rodas, pela má administração e abusos introduzidos nelas, não correspondem ao fim humanitário do seu instituidor, pois que as criancinhas morrem ali aos centos; e além disso servem as rodas de valhacouto ao vício e incentivo do desamor maternal, porque pela facilidade da exposição, ninguém tem medo do crime, nem tempo para pensar nos inocentinhos que um amor criminoso expulsa para sempre do lar paterno." (12 de Julho de 1864).

Embora ganhassem muito mal e raramente tivessem os pagamentos em dia, aquele magro salário dava margem para o negócio. O espírito empreendedor dos bracarenses era forte, pelos vistos. *No Livro de Actas de 1852-53*, em 21 de Junho de 1852, relatou-se algo impensável:

> "Tendo notícia de que na freguesia de S. Miguel de Prado, Maria Rosa de Oliveira traficava com expostos, conservando em seu nome as guias e repartindo os mesmos a diversas pessoas com certas e determinadas condições, procurei informar-me com o administrador do Pico e este com o respectivo regedor e verificando-se ser certo, fez vir aquela Maria Rosa Oliveira com o exposto à minha presença."

Em 4 de Março de 1853, no mesmo *Livro de Actas*, referiu-se um ofício do Governador Civil dizendo algo semelhante. Que tinha chegado ao seu conhecimento que um farmacêutico da freguesia de Santo Emilião de Lanhoso, chamado José Gomes Caldas, contratava a criação de expostos com algumas mulheres pobres da mesma freguesia e que não estavam nas circunstâncias exigidas pela lei. Obtinha as crianças por meio de atestados falsos e viciados e entregava-as a mulheres por si escolhidas. O Governador Civil recomendou que a Câmara verificasse até que ponto era exacta aquela notícia, a fim de dar providências.

Um verdadeiro caso de subaluguer. Pobres crianças...

Além do serviço dos expostos, existia também o Asilo de Infância Desvalida D. Pedro V. Era uma instituição que funcionava maioritariamente com base em receitas resultantes de dádivas mais ou menos generosas, que permitiam aos dadores construir uma imagem de beneméritos. À semelhança do que se passava com outras instituições de beneficência, também aqui pontificavam nos corpos gerentes, na qualidade de inspectoras, as esposas de personalidades masculinas de relevo na cidade. Lá encontramos em 1874 a Viscondessa de Pindela, a Viscondessa de Margaride, D. Gabriela Raio e D. Lina Castiço.

A moralidade

Para não correrrmos o risco de repetição, integramos no capítulo intitulado *O Relacionamento Amoroso* as questões mais ligadas às mulheres. Aqui vamos limitar-nos aos aspectos menos conotados com o sexo. Começaremos pelos antros de perdição das classes baixas, as tabernas. Em 5 de Agosto de 1893 *O Comércio do Minho* declarava:

> "Cremos que não erramos, afirmando que a taberna é uma das piores escolas do crime. O frequentador da taberna gasta ali o seu e o alheio no jogo e no vinho. Depois o homem bêbado fica para ali estatelado, descomposto, esquecido de tudo, a roncar ao canto de uma rua, até que venha a polícia carregar com ele para casa, onde a mulher e os filhos sofrem, além da penúria, o eterno isolamento a que os condena o vicioso marido e pai e frequentemente bárbaros espancamentos com que o miserável lhes arruína os corpos tenros e fracos. Às vezes no decorrer do jogo a meias *canadas* de vinho, os heróis da taberna zangam-se, vociferam exaltados pelos vapores alcoólicos, insultam-se de epítetos os mais infames, ameaçam-se, empurram-se, saltam para a

rua, bulham, pegam-se, espancam-se e não raro destas escaramuças resulta um assassinato, ou cometido ali mesmo na ocasião do barulho ou reservado para nova contenda em que o agredido espera vingar-se do agressor. O próprio roubo tem muitas vezes, na taberna, um verdadeiro propulsor. O homem acostumado a jogar e embriagar-se, joga e bebe enquanto lhe resta qualquer quantia; e esgotada ela, não duvida procurar no roubo os meios para continuar a jogar e a beber. A maior parte dos crimes que a cada passo comovem e aterram o espírito público, têm a sua origem próxima e remota nesse antro de imoralidade a que se chama taberna. Devemos acrescentar que as tabernas são, além duma escola de ladrões e assassinos, um viveiro de prostituição. É lá que a mulher perde, muitas vezes na embriaguez, a vergonha, o pudor e a honra, porque infelizmente a mulher das classes baixas frequenta também a taberna, saindo dali não raro para o *alcouce*. Este elemento está por tal modo disseminado pela cidade de Braga, que não passa rua nenhuma onde as tabernas não estejam constantemente abarrotadas. Só desde a entrada da Rua dos Chãos até à Igreja de S. Vicente, há nada menos de 25 tabernas; na rua da Água, em S. Vítor, na rua Cruz de Pedra, na rua da Cónega e noutras, as tabernas são também em grande quantidade. Temos tabernas em número suficiente para converter esta população à selvajaria."

A solução para o excessivo número de tabernas não era fácil. Nesse dia 5 de Agosto de 1893, o mesmo jornal reconhecia:

"Mas como reduzir o número de tabernas? Eis a dificuldade. Se tal se tentasse não faltariam reclamações contra a violação da liberdade comercial. Nós também não exigimos que as tabernas sejam reduzidas ao estritamente necessário, ainda que isso nos parecesse muito razoável e acertado! Proíba-se que as vendas estejam abertas até altas horas da noite, ou toda a noite, como acontece frequentemente. Proíba-se o uso e abuso de palavras obscenas, que são muitas vezes motivos de desordem. Quem vier a Braga pela primeira vez, fiado na fama de religiosa que esta cidade goza lá fora, fica tristemente surpreendido vendo a cenas pouco edificantes que à noite se observam por essas ruas e ouvindo a linguagem desbragada que certa gente se compraz usar. *O resultado é que o visitante, levando daqui fracas impressões e generalizando-as a toda a população, vai dizer lá fora que Braga é uma terra de beatos falsos, de impostores, etc.* Quando a verdade é que a maioria da população desta cidade é ainda, não obstante os incentivos ao vício e a crime, uma população religiosa, morigerada, honesta, hospitaleira e boa. Não se deve ocultar que a polícia tem uma grande responsabilidade nas más impressões que daqui leva o visitante. As palavras obscenas são proferidas muitas vezes até em ruas centrais, onde a polícia tem giro permanente, diante da polícia mesmo e nem por isso temos visto coibir tal abuso."

Repare-se no argumento que o articulista utiliza para convencer o leitor. *Que irá o visitante dizer lá fora?* A postura dos bracarenses relativamente à vida era pautada pelo receio de que aquilo que fazíamos ou deixávamos de fazer pudesse *parecer mal*...

A procura da moralidade e do recato era talvez a maior preocupação dos bracarenses. E tudo aquilo que pudesse pôr em causa a imagem de progresso que deveria acompanhar a cidade também era objecto de censura. A imprensa escandalizava-se com tudo quanto pudesse transmitir uma imagem mais retrógrada e ruralizada da cidade. Em 17 de Outubro de 1855, *O Moderado* apelidou de *escandalosa* a presença de uma videira numa casa voltada para o Largo da Senhora a Branca. A castração de porcos em plena feira semanal, foi objecto de chamada de atenção em *O Districto* de 5 de Junho de 1867. A presença de uma cadela com cio, propriedade de um sapateiro da Rua de S. Marcos, com capacidade de atrair todos os cães do mundo, seria notada por *O Bracarense* em 14 de Maio de 1861.

Por vezes estabeleciam-se conotações entre a imoralidade e as posições políticas.

> "Segundo nos têm citado várias pessoas de toda a confiança há aí muito próximo da Senhora a Branca uma casa onde come grande súcia de estudantes, que esquecendo os preceitos da delicadeza e boa educação, se têm tornado célebres na garotice com escândalo e censura de toda a vizinhança, estorvando muitas senhoras de poderem chegar-se às suas janelas e fazendo retirar outras com pejo do chocho e indecente palavreado, com que lhes dispensam suas amabilidades."

Esta notícia de *O Bracarense*, publicada no número de 3 de Maio de 1865, não tem *aparentemente* nada de estranho. Mas o leitor ficará com uma ideia diversa, se dissermos que o jornal a publicou com o título mais improvável possível: *Republicanos.*

Uma das coisas que mais irritava a consciência dos bracarenses era a falta de respeito nas cerimónias religiosas. Situações similares são constantemente relatadas pela imprensa, especialmente à medida que o século XIX se aproxima do fim. Quando as lemos, quase ficamos com a ideia de que os bracarenses eram afinal um bando de depravados. Vejamos:

> "Há em todas as classes da sociedade indivíduos que praticam o escândalo altamente criminoso de profanar as solenidades religiosas com suas misérias livres e licenciosas. (...) Contudo, podemos asseve-

> rar, formados na mais atenta observação e no mais atento exame, que os libertinos que percorrem os templos e as suas proximidades para entreterem a febre impura das suas luxúrias, pertencem por via de regra à classe dos estudantes, dos militares, com especialidade cabos e sargentos, à dos empregados públicos, dos filhos ociosos e vadios de muitas famílias abastadas mais ou menos distintas por sua posição e nobreza e fecha o préstito infame destes insolentes, principalmente aos domingos e dias santos, uma turba audaz e mal-educada de caixeiros de diversos estabelecimentos. Eis em duas palavras a classificação dos libertinos autores desses desacatos revoltantes e até algumas vezes inqualificáveis que há muito se estão cometendo nas Igrejas desta cidade e que se têm renovado de uma maneira pasmosa no corrente ano durante os sagrados lausperenes e que continuarão a repetir-se, a partir do momento em que as autoridades não tomem as mais enérgicas, severas e frontais medidas para lhes pôr cobro.“ – (*O Comércio do Minho,* 3 de Abril de 1879).

Cinco dias depois, o mesmo jornal relatou novos casos, acontecidos na Igreja dos Congregados, onde os protagonistas eram mulheres:

> “O centro do templo era repleto de mulheres em grande parte sentadas de um modo desordenado e indecente e algumas numa atitude constantemente provocadora. Aos lados uma multidão compacta de homens debruçados teatralmente sobre as grades laterais com os olhos fitos nas mulheres e sustentado continuamente um tiroteio de ditos obscenos, de arrieirices, de sorrisos entremeados de gargalhadas, de olhares impuros e de outras coisas que não nos atrevemos a dizer por decência.”

A levar em conta aquilo que *O Comércio do Minho* relatou em 21 de Março de 1889, o interior dos templos assemelhar-se-ia a uma feira:

> “O escândalo na Igreja de S. João do Souto no dia de anteontem foi grande. Vários pedantes atiravam com rebuçados às senhoras, apalpavam e empurravam as moças, fazendo-as cair, ofereciam-lhes cartas e riam-se altamente. (...) Se aqueles patifes continuarem a frequentar as casas de Deus para as vilipendiar e escarnecer, publicaremos no próximo número os seus nomes.”

As procissões eram outro problema. As mães gostavam de se rever nas filhas crescidas, trajadas de anjinhos. Mas isso motivava

comentários impróprios que urgia travar. Em 11 de Julho de 1882, O *Comércio do Minho* relembrava:

> "Temos notado com desgosto que se transgridem as providências sapientíssimas do nosso mui venerando Prelado, relativamente aos anjos nas procissões. Aparece por aí cada anjo que quando passa de saiote branco, coroa e mais adereços para a Igreja de onde deve sair a procissão, mais parece que vai tomar estado, do que outra coisa. São uns anjos dos seus 14 e 15 anos, todos empavonados, etc. Dá azo este mau costume a certos palavreados durante o transcurso das procissões e a religião não pode ser solidária em tais escândalos. Cumpram-se as ordens de Sua Ex.ª e as mães que tiverem gosto em ver as meninas de 14 e 15 anos vestidas de anjo, façam-no embora, nas mas suas casas. Asseiem-nas, muito asseadinhas, mirem-se e remirem-se nelas: isso pouco importa aos de fora e será de muito gáudio para os da casa; mas não apareçam nos actos públicos de culto católico que deve transpirar em tudo gravidade, inocência e sublimidade."

Uma verdadeira vergonha! Que se estava a passar com a religiosidade bracarense? Será que os habitantes tinham perdido a noção de que os anjos não têm sexo?

O quadro acima pintado poderá induzir-nos em erro. Poderá fazer-nos imaginar que a malandrice dominava. E não era bem assim. Eram ainda muitas as vozes que se ouviam contra a perdição que parecia querer instalar-se. O caso que a seguir se relata refere-se aos Congregados, em cuja Cerca estava instalado um posto de cobrição destinado às vacas. Reparemos no Livro *de Actas da Câmara Municipal de 1874-76*:

> "Deliberou a Câmara que se oficiasse ao Ex.mo Governador Civil pedindo-lhe adopte as providências que entender convenientes para que desapareça o quadro da padreação que se verifica na Cerca dos Congregados e contra o que lhe representaram os habitantes da Rua da Água e do Campo de Santana que têm traseira para aquele lado, como ofensivo da honestidade e educação de suas famílias." (*24 de Maio de 1876*).

RIVALIDADES COM OUTRAS TERRAS

Como sempre acontece, o relacionamento com as outras localidades estava condicionado pela imagem que cada uma tinha de si e das outras. Braga pressentia o perigo quando se confrontava com

as terras cujo desenvolvimento considerava próximo do seu. Temia que o seu espaço natural de superioridade fosse ocupado ou que a sua imagem saísse denegrida, quando comparada com as outras terras. Guimarães e o Porto eram as cidades mais temidas. Eram por vezes encaradas como inimigas e tornava-se imperioso travá-las, controlá-las. Os desentendimentos que separavam Braga e Guimarães eram os mais vincados e faziam sentir-se em todas as áreas, sobretudo nas ligações ferroviárias ou terrestres com outras regiões. Mas a Roma portuguesa e a cidade berço, como gostavam de ser chamadas, não eram caso único. Também havia outras rivalidades entre terras mais pequenas, freguesias ou lugares dentro de uma freguesia, terras habitualmente vizinhas. Devido a possuírem uma dimensão menos significativa, não vão ser apresentadas aqui.

Para melhor desenhar este quadro, decidimos mostrar os casos mais significativos e curiosos. O primeiro a chamar-nos a atenção principiou em 1885 e prolongou-se durante mais de um ano. Os protagonistas foram precisamente a Roma portuguesa e a cidade berço.

As relações entre as duas cidades já andavam esquinadas há muito tempo e essa situação era conhecida das instâncias governamentais. Não era produto do acaso serem habitualmente de Guimarães as personalidades escolhidas para desempenhar o cargo de governador civil. Havia que ser prudente e manter os equilíbrios, embora Braga considerasse que se tratava de uma prudência excessiva. Em 14 de Outubro de 1871, *A Liberdade* dizia-nos:

> "Desde 1834 até hoje, tem dado Guimarães para este distrito nada menos de nove governadores civis, sendo eles os Srs. Condes de Vila Pouca, Arrochela e Azenha, visconde de Pindela, barões do Costeado e Paçô Vieira, Rodrigo de Freitas dos Guimarães Sampaio, António Alves Carneiro e José Barbosa da Costa Lemos. Realizada agora a nomeação do Sr. Sr. Luís Cardoso, fica sendo Sua Ex.ª o décimo governador civil de Braga vindo de Guimarães."

A última situação em que Braga se opusera a Guimarães fora recente, acontecera no final da década de 60. Nessa altura Braga tentou evitar que a linha do caminho-de-ferro chegasse à sua vizinha e rival. Provavelmente foi a memória desse caso que potenciou o problema de 1885. Pelo menos é isso que indica o jornal 28 de Novembro, de Guimarães.

Fazia parte das atribuições das Câmaras a indicação de delegados à respectiva Junta Geral do Distrito. A Junta Geral era uma instituição que tinha por função coadjuvar a actuação do governador civil. Em 1885 a anormalidade começou a fazer-se notar dentro da Junta. Em 26 de Novembro desse ano, *O Comércio do Minho* relatou a atitude estranha dos procuradores de Guimarães:

> "A Junta Geral do Distrito tem-se reunido mas ainda não resolveu a questão da criação do curso complementar de ciências no liceu desta cidade. Ontem devia reunir-se para este fim mas não compareceu número legal de procuradores, razão porque os membros presentes resolveram dirigir um ofício aos seus colegas para que infalivelmente compareçam no próximo sábado, para tratar da criação do curso complementar de ciências no liceu, do aumento do corpo de polícia, etc. Parece que os senhores procuradores adversos ao projecto que toda a cidade aprova, faltam de propósito às sessões em que se tem de tratar este importante assunto para que ele seja adiado e o liceu de Braga seja provado de um curso que lhe é de suma importância." (26 de Novembro de 1885.)

O grande problema estava nas determinações governamentais. O curso complementar dos liceus só poderia ser posto em prática se as despesas fossem pagas pela Junta Geral do Distrito de que Guimarães fazia parte. Isto é, a cidade berço seria chamada a contribuir. E Guimarães estava pouco disposta a assumir despesas para beneficiar outros.

Inquietos, os estudantes reuniram-se dois dias depois na sede da Associação Comercial, que se situava na Rua do Souto. Protestavam contra a Junta Geral que demorava a dar a sua aprovação ao projecto de criação das cadeiras complementares e reflectiram sobre a atitude que a academia devia adoptar. Acabaria por ser organizada uma manifestação e na sequência dela aconteceria a desordem:

> "Cerca das 4 horas da tarde entre os diversos grupos reunidos aqui e ali no Largo da Lapa e Largo de Sant'Ana passa de boca em boca este grito: Aqui vai o homem, aqui vai o homem! Era um dos mais acérrimos procuradores contrários que acabava de tomar lugar na sua carruagem, a fim de se dirigir para casa em Guimarães. (...) De um lado roncam as buzinas, do outro sulcam gritos subversivos, de outros despedem-se pedradas, batatas e tremoços. (...) Os artistas daquela Rua (*Água*) atiram contra a carruagem os seus instrumentos de trabalho: formas de sapatos, martelos, ferros e até panelas velhas." – (*Comércio do Minho,* 1 de dezembro de 1885*).*

Os vimaranenses não ficaram quietos. Por iniciativa do Barão do Pombeiro e dos viscondes de Lindoso e de Santa Luzia, foi organizado em meeting de resposta:

> "Este meeting tinha por fim protestar contra os apupos feitos em Braga aos procuradores por Guimarães, aos gritos de morra Guimarães! – dizia o convite. (...) Um suplemento à Religião e Pátria diz que os procuradores foram recebidos em Guimarães com grandes manifestações de regozijo, como protesto contra a agressão que lhes foi feita em Braga. (...) *Consta que Guimarães quer repelir a tutela de Braga e portanto deixar de fazer parte deste distrito*. É este há muito o desejo de alguns orgulhosos vimaranenses, e é daqui que provém a guerra acintosa e injusta a tudo o que seja melhorar esta cidade." (*Comércio do Minho,* 1 de Dezembro de 1885).

Foi uma resposta muito forte e o Marquês de Valada, que era o Governador Civil em exercício, demitiu-se. Sentia-se responsável pelo caos que se instalara, resultante da sua incapacidade em apagar a fogueira. A imprensa, muito radicalizada, ajudou a agravar o mal-estar. *O Comércio do Minho* sugeriu que Guimarães era a culpada. Para ele, a cidade berço via com maus olhos tudo quanto pudesse colocar Braga no seu justo lugar, *que era alguns dedos acima.* Afirmou que uma das coisas que mais irritava Guimarães era o Regimento de Infantaria 8 desta cidade. Guimarães queria ter um bom regimento, a fim de se igualar com Braga ou sobrepujá-la, se possível fosse. Os vimaranenses terão até pensado em organizar um regimento numeroso e valente. E o jornal concluía, de forma pouco agradável para os adversários e nada consentânea com o que deveria ser a postura de um jornal sério:

> "Parece que para esta plêiade de bravos estão já recrutados 2.600 saltões, 500 sardões, outros tantos grilos e cerca de 90 lacraus de unha envenenada. Estabeleceu-se já um arsenal e uma fábrica de pólvora de pó de bugalho e andam-se preparando numerosas peças. (...) Depois sim! Depois é que Guimarães fica como quer. Qualquer dia entra-nos pela Falperra dentro, aponta contra Braga um cento de peças... catrapum! E vai tudo raso! São terríveis estes hominhos." – (*O Comércio do Minho* 19 de Dezembro de 1885).

Guimarães responderia com força. No dia 12 de Dezembro viu a luz do dia o primeiro número do *28 de Novembro*, cujo nome relembrava a data em que os procuradores de Guimarães tinham sido escorraçados de Braga por uma multidão que aquele jornal avaliou

em mais de 2.000 pessoas, pertencentes a todas as classes sociais. Segundo o *28 de Novembro*, jornal de distribuição gratuita, os procuradores de Guimarães só terão escapado incólumes porque a carruagem tinha cortinas. O *28 de Novembro* relembrou mais dois casos que desagradavam aos vimaranenses:

> "Não há dúvida. Braga é sobremodo exigente, não querendo distinguir o que aproveita exclusivamente àquela cidade do que interessa ao distrito inteiro ou à maior parte dele. (...) Assim por exemplo a polícia civil que só funciona nas capitais do distrito, devia ser para somente pelo concelho que se serve dela e não pelos outros. (...) Os estabelecimentos de beneficência distrital, Asilo de Mendicidade e creche, feitos à custa da Junta, são outro absurdo. Que quererá dizer Asilo de Mendicidade Distrital? Deve ser o que recolhe os mendigos do distrito ou uma grande maioria deles. Ora o distrito de Braga tem aproximadamente 300.000 habitantes e em geral é pobre. Supondo que 1% esteja no caso de ser asilado, temos 3.000, isto é o dobro da população de Famalicão e tanto como a de Barcelos. Vejam que edifício e que receita seriam precisos. Perfeito impossível! (...) Sobre as creches distritais nem vale a pena falar. Há-de ir alguma mãe levar todos os dias seus filhos a seis e oito léguas de distância?" (*28 de Novembro nº 2,* 24 de Dezembro de 1885*).*

Finalmente, em 19 de Janeiro de 1886, Guimarães pediu a sua desanexação de Braga e a inclusão no distrito do Porto. Era provavelmente a concretização de um desejo anterior pois, de acordo com um número de *O Comércio do Minho* de Maio de 1884, fora esse o propósito nascido em Guimarães quando o Governador Civil, Jerónimo Pimentel, mostrou vontade de criar um Instituto de beneficência distrital sediado em Braga.

Agora, quase dois anos depois, em comício realizado em Braga no dia 17 de Janeiro, um orador miguelista relembrou a Maria da Fonte. Sugeriu, em jeito de ameaça, que ainda restavam *as bocas dos sinos*. Houve também um padre que se mostrou horrorizado com a hipótese de o Sameiro poder vir a passar para o distrito do Porto. E no dia 21, de acordo com *O Comércio do Minho*, os bracarenses deram sinais de grande nervosismo. Interpretarem mal a ausência de informações da comissão bracarense que se deslocara a Lisboa. Imaginaram uma traição, quando na realidade aquilo que sucedera fora uma interrupção causada por problemas eléctricos. Alguns grupos mais entusiasmados e de cabeça perdida saíram para a rua a cantar a Maria da Fonte. Cerca das onze horas, finalmente, recebeu-se um telegrama onde o governo declarava que

iria tentar conciliar os interesses das suas cidades. Foi o sinal para passar do 8 para o 80...

> "Este telegrama produziu um efeito indescritível. A multidão rompeu em vivas à Comissão nomeada no meeting do teatro S. Geraldo, à Câmara Municipal, aos deputados favoráveis à causa de Braga, etc." – (*O Comércio do Minho*, 21 de Janeiro de 1886).

Uma semana depois, regressou a comissão que se dirigira a Lisboa. Foi recebida entusiasticamente por uma multidão que *O Comércio do Minho* avaliou em 20.000 pessoas. O comboio que a trazia era vitoriado no percurso. Em algumas estações, eram mais de mil as pessoas que aplaudiam os heróis. Estava na hora de Braga criar o seu próprio jornal dedicado ao caso. Era também de distribuição gratuita e intitulava-se a *Integridade do Distrito,* título que nos indica o objectivo a que se propunha. O seu primeiro número veria a luz do dia em 7 de Fevereiro de 1886.

A posição do governo era muito complicada. Extremadas como estavam, as duas cidades não permitiam posições intermédias. O governo ainda tentou descalçar a bota introduzindo no Código Administrativo de 1886 uma disposição que permitia a *autonomia* concelhia, mediante o preenchimento de certas condições. A medida, da autoria de um governo progressista, foi muito mal recebida pela imprensa bracarense ligada à oposição. Em 22 de Julho de 1886, *O Regenerador* vociferava:

> "Consumou-se o mais grave atentado que contra o sistema constitucional de há praticado neste desgraçado país. (...) Desde que se permite que se declarem autónomos e independentes do laço distrital os concelhos de primeira ordem e nesta classe estão os de Guimarães e Barcelos porque têm mais de 40,000 habitantes, o que fica sendo o distrito de Braga? Se os outros concelhos se unem formando agrupamentos com aquela população, serão outras tantas entidades administrativas autónomas e independentes. Em lugar de um distrito teremos federações que fraccionando-o acabarão com a sua existência. Quem há-de ocorrer a seus encargos, quem há-de satisfazer às despesas que importam os diversos serviços distritais? A polícia civil há-de desaparecer, as cadeiras do liceu para o curso de ciências tão desejadas deixarão de se criar, o laboratório químico que tanto prometia aos interesses da indústria vinícola e da saúde pública terá o seu fim; a administração distrital ficará ao abandono."

Em Novembro de 1886, ainda se mantinha a autonomia de Guimarães, embora formalmente a cidade permanecesse integrada no distrito. É que o artigo 107º do novo Código Administrativo previa a autonomia, mas fazia exigências difíceis de preencher. Dois terços dos eleitores *recenseados* teriam de se pronunciar a favor da medida e precisariam de requerê-la. E depois, havia o caso das Taipas. Esta vila preferia estar ligada a Braga e para esta opção, no dizer do *28 de Novembro*, terá contribuído uma viagem de sedução que lá foi fazer o capitalista bracarense Manuel Joaquim Gomes. Mas as coisas estavam a mudar. Em 7 de Abril de 1886 a *Correspondência do Norte* tentou apaziguar o ambiente defendendo a solução encontrada pelo governo.

> "Guimarães não mandará procuradores à Junta Geral, mas a reforma administrativa (...) não isentará aquela cidade de contributos já para a satisfação dos encargos provenientes dos empréstimos levantados, já para a sustentação do tribunal do contencioso. (...) A solução anunciada, não como uma concessão ou uma mercê especial, mas como uma disposição de carácter geral, não ataca, não fere a integridade do distrito, não abate nem desonra a dignidade e os pundonores da cidade de Braga tão nobremente manifestados e defendidos e posto que não realize o fim principal de Guimarães, como confessou há pouco a sua Comissão de Vigilância e de resistência, não é desonra para esta cidade, embora ela não possa ser dispensada como parte integridade do distrito, de concorrer para algumas despesas indispensáveis à sua regular administração."

Em Guimarães continuava a dizer-se que a reconciliação era impossível, acusando-se um meeting em Braga de recusar a passagem da estrada para Chaves pela cidade berço. Mas em Junho desse ano, *O Constituinte* já se mostrava convencido que o caso não ia durar muito mais tempo. Achava que os vimaranenses acabariam por recuar. Iriam acabar por reconhecer que uma solução sem custos não passava de uma miragem. Mas infelizmente, todos continuavam ainda presos às suas posições de sempre.

A oposição entre as duas cidades continuaria viva. Aliás, ainda permanece. Quanto ao caso concreto que aqui tem estado em apreciação, desconhecemos quando foi resolvido. Apenas sabemos que o Código Administrativo de 1895 já não previa autonomias concelhias e que as Juntas Gerais de Distrito tinham acabado suprimidas pelo decreto de 6 de Agosto de 1892. Talvez tenha sido precisamente esta supressão aquela força amaciadora que convenceu Gui-

marães a não abandonar o distrito de Braga. É que com o desaparecimento das Juntas Gerais acabavam as contribuições para as despesas dos outros... E se é verdade que ainda existiam despesas comuns, as que permaneciam eram manifestamente despesas de todos.

As tricas entre Braga e Guimarães continuam firmes e actuantes nos dias de hoje. São uma constante do tempo. Para melhor ilustração do leitor, observemos o que aconteceu após o Ultimato inglês, pouco antes da supressão das Juntas Gerais atrás referida. A cidade berço foi considerada a má da fita e como sempre a disputa girou em torno da questão dos transportes, considerados o passaporte mais seguro para o desejado desenvolvimento. Foi em 30 de Abril de 1891. A Câmara de Braga jogou a cartada da vitimização e representou ao rei. Vejamos:

> "Mais uma vez esta cidade foi prejudicada nas suas legítimas aspirações ao seu progredimento *económico*; mais uma vez as suas antigas e instantes reclamações por tantas vezes apresentadas aos altos poderes do estado foram desatendidas com a concessão, que acaba de ser feira à Companhia de Bougado a Guimarães, da construção e exploração do troço do caminho-de-ferro de Guimarães a Fafe, parte integrante da linha de Braga a Chaves. Por isso esta Câmara Municipal, representante dos interesses deste laborioso povo não pode deixar de vir perante Vossa Majestade a fim de fazer sentir quão profundo foi o seu descontentamento ao ter conhecimento do alvará daquela concessão e ao mesmo tempo suplicar A Vossa Majestade que lance a sua atenção sobre as nossas actuais pretensões e que *aquela Companhia seja obrigada a construir simultaneamente além da parte da linha concedida, a parte compreendida entre Braga e Guimarães* mediante a garantia de juro ou outro qualquer subsídio que se julgue mais conveniente aos interesses do estado. O encargo que daqui derivará é tão insignificante que cremos que V. Majestade não deixará de atender ao nosso pedido, tanto mais que este pequeno sacrifício será amplamente compensado por vantagens materiais e até morais de um valor incalculável. Confiada na inteligência e benevolência com que Vossa Majestade costuma olhar para os interesses e rogos dos seus súbditos, esta Câmara ousa esperar que esta cidade verá satisfeita a sua legítima ambição da breve realização do melhoramento aludido." – (*Livro de Registo das representações da Câmara de Braga*).

Embora a rivalidade entre Braga e Guimarães seja a mais mediática de todas, não foi caso exclusivo. Apesar de se situar depois do Ultimato e, portanto, sair do âmbito temporal deste trabalho, não quisemos deixar passar em claro um momento menos harmonioso com o Porto. Já atrás tínhamos aqui referido os ataques de que Braga foi

vítima, na altura da inauguração da linha do Minho, em 1875. O comportamento dos portuenses, que naquele dia 21 de Abril rumaram a Braga na viagem inaugural, foi objecto de muitas críticas na altura. Braga acabaria por ser gozada por eles. Não tiveram problemas nenhuns em apontar-lhe o lado excessivamente conservador e beato. Mas o caso de que agora iremos tratar é diferente. Mostra-nos a face mais mesquinha e ignorante do mundo bracarense.

Todos sabemos que as duas cidades realizam ainda hoje, e já lá vão vários séculos, festividades em honra de S. João Baptista. Só que em 1910, a imprensa séria de Braga, pela mão de *O Comércio do Minho*, reivindicou uma espécie de direitos de autor. Tentou controlar o programa das festas da cidade vizinha, porque achava que esse programa a prejudicava.

> "Este ano apareceu um novo concorrente às *nossas* festas. O Porto, cidade antiga e vizinha de onde o nosso comércio se fornece, resolveu iniciar as suas festas de Verão e levá-las a efeito precisamente no dia 23 de Junho, data em que há muitos anos o Porto sabe, fazemos as nossas festas de S. João. (...) Qual o motivo porque o Porto nesta época em que tanto se fala em solidariedade de classes resolveu marcar para os seus festejos, promovidos para favorecer o seu comércio uma data que necessariamente ia prejudicar os interesses da cidade vizinha? (...) A digna comissão dos festejos, tendo conhecimento de tal resolução, entendeu dever oficiar à ilustrada direcção do Clube dos Fenianos, lembrando-lhe a mútua conveniência de serem mudadas as festas de Verão para alguns dias mais tarde. Da resposta datada de 22 de Abril passado destacamos o seguinte que fez muita luz sobre o caso: "Quando esta direcção escolheu a época para realizar as festas de Verão, não previra que os festejos de uma das cidades, Braga e Porto, fossem prejudicar os da outra. Não viu semelhante inconveniente porque não o sentiu quando a cidade de Braga festejou o carnaval em 1908, etc."Do primeiro período depreende-se que ou os indivíduos que escolheram a época das festas de Verão vêem muito pouco, o que não queremos admitir atenta a sua muita ilustração, ou então são muito inocentes. Optamos pela sua candura. A segunda parte, que respigamos do cotado e bem redigido ofício de 22 de Abril, afirma que o nosso modesto carnaval de 1908 não prejudicou os seus festejos nessa data, o que estimamos. Mas como possa haver quem ao ler aquelas meigas palavras as julgue ditadas por mal disfarçado despeito e não pela mais inocente e cândida sinceridade, narremos ligeiramente o que se passou em 1908 para que os mal-intencionados não possam deturpar os factos. Quando o Porto em 1908 realizou os seus festejos carnavalescos foi muita gente daqui àquela importante cidade, atraída pela pompa dos seus programas. Como porém nem todos puderam ir, entre os que não foram ficaram alguns rapazes de bom gosto, porque os temos, que souberam

> divertir-se, promovendo uma brincadeira que servisse também para distrair os que por qualquer motivo não quiseram ou não puderam ir. Aconteceu que os rapazes, na maior parte da classe comercial, em pouco tempo e com pouquíssimo dinheiro, arranjaram um cortejo com tal chiste e tal graça que nem ofenderam ninguém, nem fizeram alusões que magoassem e conseguiram que toda a gente risse a bandeiras despregadas. Eis o que se passou em 1908, sem reclamos e sem a menor intenção de desviar a concorrência aos vizinhos." (31 de Maio de 1910).

Para terminar este capítulo das rivalidades, vamos abordar dois casos, ambos ocorridos depois do Ultimato. Um passou-se com Coimbra e o outro com Évora. Em 1924, a *Gazeta de Coimbra*, incomodada com as referências constantes de Braga à sua condição de terceira cidade mais importante do país, decidiu mostrar aquilo que os conimbricenses valiam. Expôs nas suas páginas os motivos que a faziam imaginar-se possuidora dos pergaminhos que Braga não tinha. Ferida, Braga respondeu pela pena de Álvaro Pipa em 24 de Setembro no *Correio do Minho*. O autor começou por rebater a alegação de Coimbra, que dizia ter mais população residente. E depois prosseguiu, de forma muito civilizada, coisa pouco habitual nestas situações.

> "Para provar esta alegação (*superioridade de Coimbra*) fala (A *Gazeta de Coimbra*) em períodos de retumbante eloquência, nos grandes armazéns de mercearia, modas, cereais, farinhas, cabedais, etc., e quanto a indústria nada menos de 50 fábricas, disto, daquilo e daqueloutro, além de outras muito menos importantes e oficinas de vários géneros, enquanto Braga, dizem-lhe que pouco mais produz que chapéus, sabonetes e perfumes. Afirma que tem hotéis, restaurantes, cafés, garagens, alquilarias, padarias de trigo, etc. Ninguém contesta que tenha Coimbra isso e muito mais, mas Braga, não terá armazéns de modas, de fazendas brancas, de lanifícios, de cereais, de mercearia, de cabedais, ferragens, etc., e um sem número de casas retalhistas e de superior importância, visto que paga mais de imposto de transacção do que Coimbra? Aonde tem Coimbra uma casa de crédito como o Banco do Minho, considerado como um dos primeiros bandos do país? Aonde tem Coimbra uma casa de espectáculos como o Teatro Circo, que como teatro moderno outro não existe no país? E os nossos cafés e restaurantes da Arcada da Lapa? Onde? (...) E não sabe que aqui também há fábricas de cutelaria? E as três importantes fábricas de chapéus, fabricados pelos processos mais modernos, que as colocam a par das melhores estrangeiras? E a fábrica do Cávado com um pessoal diário de 950 operários, de fiação e tecidos de algodão? (...) E a fábrica de papel de Ruães, uma das mais importantes do país? E a fábrica Confiança de sabonetes e perfumaria, cujos produtos muito invejam os estrangeiros?"

Sempre no mesmo tom, o autor, um republicano conservador, concluiu com uma proposta. Sugeriu a cooperação entre as duas cidades, de forma a ambas poderem contribuir para o engrandecimento da pátria.

Foi também depois do Ultimato que ocorreu a situação que a seguir vamos relatar. Aconteceu em 1895 e opôs Braga a uma cidade alentejana. Nas festas comemorativas do 7º centenário de Santo António realizadas em Lisboa em 1895, algumas personalidades de Évora ficaram muito descontentes quando a organização lhes atribuiu apenas o 4º lugar no desfile, com Braga a ocupar a posição a que os alentejanos se julgavam com direito. Os jornais bracarenses, *O Comércio do Minho* e *O Combate*, puxaram então pelos galões, tentando justificar a superioridade da Roma portuguesa e lembrando os motivos do seu orgulho. Que Braga era uma cidade com seis freguesias e 23 mil habitantes. Tinha centenares de oficinas dignas de nota. Tinha três fábricas de chapéus a vapor, três de chapéus à mão, uma de carruagens, uma de cordões, três de curtumes, 12 cafés, 10 lojas de chapéus, sete confeitarias e doçarias, 9 drogarias, sete lojas de ferragens, 13 hotéis, 8 estabelecimentos de louça, 16 farmácias, três casas de fotografia, cinco restaurantes, 11 tipografias, etc., tudo isto sem contar com dois seminários, 10 sociedades e associações, três estabelecimentos de órfãos, seis colégios e dois hospitais. Isto é, Braga constituía uma verdadeira metrópole, uma terra cujo desenvolvimento justificava um estatuto de superioridade...

No mês seguinte o conde de Tourega, um muito irritadiço presidente da câmara de Évora, reagiu mal às manias de superioridade bracarense. Dirigiu uma carta ao presidente da Câmara da cidade dos Arcebispos, em termos que foram considerados muito ofensivos. A indignação instalou-se e dela fez eco a *Correspondência do Norte*, no seu número do dia 13 de Julho de 1895:

> "À uma hora da tarde de sexta-feira, (*dia 12*), começou a constar pela cidade que a Câmara Municipal se achava reunida em sessão extraordinária, para tomar conhecimento de um ofício excessivamente provocador relativo à pendência entre Braga e Évora e dirigido à presidência da mesma câmara, pelo Sr. Conde de Tourega. Pouco depois era a sala das sessões invadida por numeroso concurso de povo que instantaneamente pedia a leitura do insolente ofício. Pálido de comoção e com a voz ligeiramente trémula, leu o Sr. Dr. Chaves (*o presidente da Câmara*) um documento que nos abstemos de reproduzir por não ser de uso dar-se publicidade a lucubrações de hidrófobos. Até então tudo correra

> normalmente; mas o que se seguiu fez suspeitar que a missiva do feroz eborense continha micróbios de histerismo ou de epilepsia perigosamente contagiosos para os delicados nervos dos nossos conterrâneos. (...) Assistimos ao conflito inglês (*Ultimato*), mas nunca vimos assembleia tão violentamente excitada como aquela. Sucediam-se, ou antes misturavam-se os discursos e propostas. Um grupo de corajosos mancebos propôs que o Sr. Dr. Chaves (*o presidente...*) chamasse ao campo da honra (*duelo...*) o Sr. Conde de Tourega. Ofereciam-se modestamente para padrinhos. O Sr. Chaves, alegando a sua nenhuma prática de tais operações cirúrgicas, declinou esse cargo no Sr. Vice-Presidente, que igualmente recusou essa honra, propondo que se convidasse o Sr. Conselheiro José Novais (*O Governador Civil*)."

Espantoso! Um duelo! E tudo começou por causa de um cortejo de Santo António!

AS ELEIÇÕES

A honestidade eleitoral foi sempre uma miragem durante a monarquia constitucional portuguesa. No nosso país não era o resultado das eleições que condicionava a formação dos governos; eram os governos que determinavam os resultados eleitorais.

Na primeira fase do liberalismo, que se prolongou até ao início da Regeneração, as eleições eram indirectas, com excepção dos curtos períodos de vigência das constituições de 1822 e de 1838. Após 1842, quando o movimento de Costa Cabral implantou definitivamente a Carta Constitucional de 26 parecia que a matriz eleitoral indirecta não voltaria a sofrer novas contestações. Enganava-se quem assim pensava.

Com o golpe de Saldanha, este estado de coisas alterou-se. O marechal duque pretendia pacificar um país que há longos anos se mantinha em efervescência. Como vimos no capítulo *O Governo de Saldanha*, promoveu várias cedências aos setembristas, procurando integrá-los numa governação onde desaparecesse a interferência militar na esfera política. No Acto Adicional à Carta, datado de 5 de Julho de 1852, determinava-se que a eleição dos deputados ficaria a ser directa e que a condição de eleitor impunha o preenchimento de novas condições, que agradavam aos setembristas. Embora a obrigação da renda líquida anual de cem mil reis persistisse, a idade de 25 anos poderia ser contornada. O cidadão poderia ser

eleitor com apenas 21 anos de idade se demonstrasse condições de madureza. Para isso teria de preencher uma de várias condições: ser casado, membro das ordens sacras, ou oficial das forças armadas ou ainda estar habilitado com títulos literários. Neste último caso havia dispensa da prova do censo. Quer isto dizer que, à semelhança do que sucedia antes da Regeneração, a exclusão feminina permanecia, com o acordo de todos.

Ao longo do período em análise, a Carta Constitucional e a legislação especificamente eleitoral sofreram alterações. Em algumas delas o sufrágio foi alargado e noutras acabaria por ser reduzido. Mas não é esse aspecto que nos prende. Pretendemos simplesmente mostrar os processos menos claros que os diferentes governos utilizavam para ser atingido o grande objectivo da permanência no poder.

O controlo do sufrágio principiava logo no recenseamento. Estando o acto eleitoral condicionado pelo censo, isto é, pelo valor dos impostos que se pagavam, tudo era mais fácil quando um escrivão da Fazenda correligionário ou amigo se dispunha a desempenhar as tarefas necessárias. Repare-se no que *O Bracarense* nos diz em 26 de Fevereiro de 1865. Aqui, a abnegação dos envolvidos na vigarice chegou ao ponto de adoptarem as medidas necessárias para o estado não ser prejudicado. Aliás não podia ser de outra forma.

> "A todos os eleitores da oposição que pagavam 1.600 até 2000 reis de contribuição, foi esta reduzida a 905 ou 909, impondo-se a soma deduzida a estes, sobre os maiores contribuintes pertencentes ao mesmo partido da oposição, com o que chegou a dobrar a colecta de alguns! Outros contribuintes oposicionistas foram riscados do recenseamento predial e as suas contribuições mudadas para o nome das mães ou pais entrevados, que não têm direito ou possibilidade de votar. Ao mesmo tempo que esse escândalo se praticava contra os leitores da oposição, empregava-se igual artifício em favor do partido dominante. Algumas colectas que até aqui figuravam em nome do chefe de família foram agora divididas pelo pai e filhos, pelo sogro e genro para se conseguir maior número de votantes afeiçoados ao administrador. (...) Na matriz industrial praticou-se o mesmo. Reduziram a contribuição aos artistas para os privar do voto que costumavam dar em favor da oposição; e alguns vendeiros, almocreves e estalajadeiros que estavam no mesmo caso, mudaram a contribuição industrial para o nome das mulheres ou das mães que não têm voto. (...) Tudo isto se fez a portas fechadas, na ausência e com desprezo dos trabalhos dos louvados informadores."

Quando o escrivão da fazenda não se dispunha a executar o trabalho sujo, havia sempre alguém disposto a fazê-lo:

> "O administrador com os regedores e alguns seus parciais apaixonados, constituíram-se em supremo poder recenseador e prepararam à sua vontade a corrupção do sufrágio, ralhando por largo contra a oposição, pondo fora da condição de votantes os que realmente pagam as contribuições, sobrecarregando escandalosamente os maiores contribuintes desafectos ao actual governo e aumentando artificialmente o número dos votantes históricos sem aumentar a soma das contribuições pelo imoral e criminoso artifício de dividir pelos filhos a colecta do pai." (*idem*)

Também havia outra espécie de falcatruas, pura e simplesmente riscando uns nomes e acrescentando outros. Mas para isso ser feito em paz e sossego era indispensável dominar a maioria da comissão recenseadora. Esta comissão era eleita pelos 40 maiores contribuintes do concelho que, enquanto homens de negócios estavam pouco interessados em prejudicar-se, criando conflitos com o poder político local. Preferiam ceder. Mas mesmo que a comissão de recenseamento fosse dominada de forma total, havia outro problema. Para conseguir o domínio completo daquela comissão, era indispensável controlar três quartas partes daqueles 40 homens, ou pelo menos 75% dos que estivessem presentes na reunião. E isso nem sempre era possível. Por vezes os resistentes eram em número perigoso. Esta situação aparece-nos retratada mais atrás, no capítulo *O longo governo dos regeneradores.* Apenas se fosse constituída uma equipa homogénea, sem qualquer fiscalização adversária, se abria o caminho para as grandes falcatruas.

Cumulativamente, a estas vigarices somavam-se as pressões directas sobre os eleitores. Em 30 de Julho de 1864, *O Bracarense* informou como elas eram feitas:

> "Pede-se pelo governo, que tem feito muitos caminhos-de-ferro e que é muito amado pelo rei, pede-se em nome do Governador Civil, que é amigo da lavoura e dos lavradores; mas se o eleitor torce o nariz, ameaça-se com o recrutamento, com o serviço da polícia, com o lançamento dos tributos e com o desagrado da autoridade, que nunca mais deferirá a nenhuma pretensão do votante rebelde. Outras vezes vai o próprio Governador Civil com dois ou três amigos em ar de passeio, finge-se encontrado com algum eleitor mais respingão dirige-lhe quatro amabilidades estudadas e reservadas somente para épocas de campanha, fala do seu poder, das pretensões certas ou prováveis do votante,

> promete-lhe bom resultado e acaba por lhe pedir o voto. Se o eleitor resiste, pode contar com as iras da autoridade. No dia seguinte ou está feito cabo de polícia ou tem o criado e o filho perseguidos para soldados, ainda que o seu número não seja muito alto e que para lhe chegar seja preciso passar em claro por muitos outros a quem primeiro tocasse. (...) A ingerência e a pressão não se exercem unicamente pela autoridade pública: manda-se exercer pelos parentes, pelos amigos e pelos galopins de profissão. Meia dúzia de endinheirados folgam com a escravidão do povo (...) Combinam-se com a autoridade, recebem dela carta branca para fazer promessas ou ameaças e entram pela porta dos eleitores, pedindo e ameaçando em nome do poder. Para dar autenticidade ao seu valimento, citam estes figurões as recrutas que têm isentado, os cabos que têm livrado (...) A corrupção é outro meio que está sempre em exercício. Promete-se ao padre uma Igreja, ao pároco um canonicato, ao caixeiro um emprego, ao negociante uma caneta, (...) enfim, promete-se a cada um o que deseja. (...) Em tempo de eleições todo o indivíduo que puder dispor de meia dúzia de votos é já uma potência respeitável, uma espécie de régulo a quem as autoridades pagam o feudo do respeito e da lisonja. (...) Este exige o livramento de um recruta e conta ser servido, se não ameaça passar-se para a oposição. (...) Um outro quer que lhe passe uma estrada pela porta e diz ao governo – Se não decide este negócio a meu favor, conte com inimigo nas eleições. Outro quer que lhe paguem pelo dobro uma expropriação de terreno e jura vingar-se se lho não fizerem."

Também existia a campanha eleitoral propriamente dita, muito intimista e personalizada. Aquela gente, que no dizer do Bracarense apenas se levantava ao meio dia, saía de manhãzinha cedo para se encontrar com quem se dirigia para o trabalho. Com um sorriso nos lábios, elogiavam a autoridades e pediam o voto para elas. Era-se de tal modo instado e ameaçado, que para resistir era necessária uma firmeza heróica. Na campanha de 1864 acima referida, quem estava no poder era o partido histórico. *O Bracarense,* regenerador convicto*,* usava as armas que tinha ao dispor ou que lhe pareciam mais eficazes. Insistia na tecla religiosa, como sempre foi o seu timbre:

> "Se os mações estão excomungados como é claro na bula dos Santos Padres e nas declarações do arcebispo desta diocese e se esta situação é de mações e presidida pelo duque mação (*Loulé*), qual de vós em sã consciência irá votar em mações?" (4 de Setembro de 1864).

E finalmente, chegava o momento da eleição. Para descrever o que habitualmente lá se passava, recorremos sobretudo a uma obra

da autoria de Domingos Tarroso, chamada a *Forma de Votar*, escrita em 1898. O autor nasceu em Ponte de Lima e faleceu em Viana do Castelo. É, portanto, de presumir que os casos por ele retratados se terão passado no alto Minho, situação que não foi considerada impeditiva do rigor pretendido. Apenas devemos levar em conta que as situações descritas pelo autor se referem provavelmente ao mundo rural.

Principiemos pelas *pressões*:

> "A experiência tem ensinado aos funcionários judiciais, quando o movimento nas suas comarcas é maior e mais intenso – vivo como um incêndio, por ocasião de eleições muito disputadas. Os influentes endinheirados, os Mesários das Irmandades, Confrarias ou Misericórdias, os directores de estabelecimentos de piedade e beneficência não se esquecem de fazer accionar e executar todos os seus devedores que não lhes prometem ou lhes negam o voto." – (Domingos Tarroso, *A Forma de Votar*).

Havia também a compra do voto:

> "A compra dos votos é coisa vulgar. No sábado, véspera da eleição as notabilidades eleitorais ou os seus agentes, munidos com dinheiro, partem pata as aldeias pobres e mais nomeadas pela sua miséria e ausência de ilustres e de escrúpulos a transaccionarem a compra do voto por alguns mil reis." (*idem*).

E que ninguém se esqueça do espancamento ou das ameaças de o pôr em prática...

> "Há outras freguesias em que o grande influente é o cacete de bordão. Vivem lá dois ou três valentes, dos que nas bulhas das feiras, recomendados de grossos varapaus costumam ser os mais celebrados desordeiros e os proeminentes condutores de todos os distúrbios. Sucedem-se os espancamentos que levam e efeito e com que tecem a própria nomeada específica na freguesia natal ou nas limítrofes. A sua celebridade ordena e rumoreja num sussuroso pânico. São temidos. O labrego frágil encolhe-se num sentimento de submissão e de pavor. Politicamente esses terroristas não se fixam em partido nenhum. Vivem e barafustam. São de uns e de outros, conforme se inclinam e se comprazem as conveniências do momento. Parecem deputados independentes. (...) Os moradores amedrontados da freguesia a que pertencem, receosos de se verem maltratados ou cuidadosamente civilizados a pontapés, seguem-nos à urna e num feixe – em rebanho" (*idem*).

E também havia que levar em conta o cerco às habitações dos oposicionistas:

> "Algumas casas de votantes duvidosos ficam nocturnamente cercadas por apaniguados dos valentes. (...) Que alguém da freguesia se atreva a penetrar nos caminhos públicos a solicitar de manso, balbuciando, um voto adverso, há alarido, apitam, surge tudo e o infeliz é escangalhado e desconjuntado a cacete" (*idem*).

Estava prestes a começar a votação, mas antes de ela acontecer era preciso organizá-la para se atingir a vitória. Vejamos o que nos diz Domingos Tarroso sobre a preparação do acto eleitoral:

> "Uma das coisas em que mais trabalham os espíritos dos condutores de eleições é evitar, somando argúcias, que o escrutínio seja secreto. (...) Um dos mais exercidos processos para conseguir esse resultado consiste em dobrar as listas por um modo especial, imprimir-lhes com a dobra que se faz uma forma típica, por meio da qual se conhecem à distância na mão do eleitor e no momento de passagem para o presidente da Mesa. Logo que as listas chegam da tipografia, brancas, listas abertas, em quartos de papel, os dirigentes assentam-se à mesa e começam pacientemente o ensaio da dobra. Experimenta-se uma forma, outra, diversas, até que a centelha surge e um dos conjurados lhe consegue o feitio inconfundível. A forma que se deu à lista dobrada, eis o grande segredo inicial. (...) Há todo o cuidado, há sempre o mais apavorado zelo em não deixar que uma dessas listas escape das mãos dos dirigentes até ao próprio dia do acto eleitoral, até quase ao momento de entrarem na urna. Aquela dobra é a senha da insurreição. Revelá-la é perder ou pior, ficar perdido. Nos dias que precedem o acto chama-se gente de confiança. E, abancados ao redor da larga mesa, dada para modelo uma lista a cada um, por aquela se dobram todas e assim se conservam fechadas até ao domingo pelo alvorecer. Então atam-se, lacram-se e entregam-se a pessoa da máxima confiança para as distribuir aos eleitores à porta do edifício, poucos momentos antes da votação." (Domingos Tarroso*, idem*).

Mas a oposição nunca dormia em serviço...

> "Por meios tortuosos e sempre difíceis, amiúde mercê de dinheiro, obtém-se no sábado à noite – quantas vezes alta noite, ou no próprio domingo da eleição, de manhã cedo, a dobra inimiga e ambicionada." (...) "O eleitor a quem foi passada com precisa antecipação essa lista de contrabando e deseja favorecê-la, mete-a no bolso e dirige-se para a assembleia. Aí ou à porta recebe claramente ou à vista de todos a lista do partido que prometeu acompanhar. Está a fazer-se na mesa a cha-

mada dos eleitores. O nosso homem vai-se aproximando e descuidadamente leva a mão ao bolso onde tem a outra lista, Retira a mão dali a pouco, deixando a lista agora recebida e tomando a outra em que deseja votar e que de facto entrega ao presidente, logo que é pronunciado o seu nome. Todavia isto é mais fácil de praticar pelos eleitores de quem os partidos não duvidam ou duvidam pouco, do que por aqueles cuja atitude falsa ou equívoca está muito em evidência. Em tal caso os agentes eleitorais não lhe dão a lista senão quando o nome desse eleitor é chamado e não despregam os olhos do papel, até que ele entre na urna." (...) "A lei proíbe estes excessos, é certo, como reprime a distribuição de listas dentro da Assembleia ou qualquer pressão sobre os votantes. Todavia, como ambos os partidos em luta executam as mesmas gentilezas e como a autoridade administrativa e o presidente da mesa são afincadamente partidários de uma facção – ou cada um diversamente da sua – que disputam o resultado da urna, todos simulam que não ouvem, que não vêem e raramente alguém reclama e raramente alguém protesta contra a desvendação do sigilo." (Domingos Tarroso*, idem*).

Antes do voto ou depois dele, existiam sempre momentos especiais de convívio e pagamento do serviço:

"No domingo, ao despertar da madrugada, os representantes graduados de cada facção partem a buscar os seus eleitores a casa – para não haver extravios ou abstenções. (...) Dizia-me há tempos um rico proprietário de aldeia ao passar comigo num carro ou omnibus, perto de uma larga esplanada – um vasto souto de carvalheiras: – acolá, na eleição passada dei eu de comer à minha parte a 160 eleitores. A refeição, por via de regra compõe-se de bacalhau frito com batatas, pão e vinho. Outras vezes se é no inverno, figos do Algarve, pão de trigo, vinho e aguardente. Noutros casos o celebrado carneiro com batatas, pão, vinho e sempre cigarros para o caminho. Também é vulgar em actos eleitorais pouco trabalhados, dar somente castanhas areadas e vinho." (...) "De manhã cedo, o alarme desperta em sobressalto os cidadãos. Juntos, alinhados, conduzidos em grande grupo a uma ou outra planície da freguesia, aí comem, bebem, há gritos de alegria abundante e grossas gargalhadas compactas, mas sobretudo bebem quanto podem o vinho genuíno da região e como condimento obtêm e fumam cigarros brejeiros. Se a eleição se faz no inverno, a aguardente em devotada confraternidade política, anda à mercê dos apetites no meio da alegria unânime. Concluído o bodo, toda aquela turbamulta forma em coluna cerrada, em ordem de batalha, como um esquadrão alemão, levando aos lados em guarda, numa atitude de influência, os caceteiros dirigentes. E no meio da vasta algazarra e de pesadas facécias candentes, a coluna abala e põe-se e, marcha para a sede da assembleia eleitoral." (*idem*).

E depois seguia-se a votação propriamente dita. Era preferível, para o bom resultado das falcatruas, que a Mesa eleitoral estivesse controlada na totalidade. Só isso impediria a oposição de exercer alguma espécie de fiscalização. E tudo era conseguido de forma espantosamente legal. Eram sete os membros que compunham a mesa da assembleia eleitoral: o presidente, escolhido pela Câmara Municipal, dois secretários, dois escrutinadores e dois suplentes, todos eleitos pelos cidadãos presentes na abertura da assembleia. Para que a Mesa ficasse a pertencer exclusivamente a uma única parcialidade, era necessário que pelo menos três quartas partes dos presentes aceitassem os nomes que ao Presidente competia propor no momento da abertura. Quando apenas uma maioria simples os aceitava, os lugares disponíveis *podiam* ficar distribuídos entre o partido maioritário e os outros grupos políticos ali presentes. Seriam três indivíduos para cada lado, além do Presidente que era membro por inerência. Mas como a divisão equitativa não era a hipótese que desejava, o Presidente questionava a assembleia, perguntando se todos aceitavam aquela composição. Espantosamente, *quem manifestava desacordo era precisamente um ou alguns dos seus amigos*. Frisemos que em resultado da primeira votação *já havia três nomes escolhidos na área política do Presidente*: um secretário, um escrutinador e um suplente. Apenas faltavam outros três.

Era aqui que principiava a vigarice legal. Os discordantes eram convidados a separar-se do grande grupo. E eram muitos. Eram a maioria. Toda a oposição o fazia e se não o fizesse, para todos os efeitos seria o mesmo, *desde que entre os discordantes existisse uma maioria simples dos presentes*. Estava previsto na lei que fosse este grupo de discordantes a apresentar de comum acordo os três nomes que faltavam. Evidentemente que não havia acordo possível, devido à natureza politicamente não homogénea do grupo. Era a vez do presidente, qual salvador de uma situação difícil, aparecer com os seus nomes, nomes que os amigos já traziam no bolso, escritos numa lista destinada para a ocasião. Só que nesta segunda votação *a maioria necessária era apenas simples*, sendo apurada *exclusivamente* entre os que faziam parte do grupo discordante, onde o Presidente possuía a maioria. Tinha conseguido atingir o seu objectivo. Armara com sucesso a grande ratoeira para a vigarice que se ia seguir.

Esta desfaçatez era por vezes mal-encarada pelos presentes, que reagiam:

> "Então, os eleitores ali reunidos vêem de súbito, percebem numa impressão fugaz que estão perdidos os seus esforços de meses, inúteis os seus sacrifícios, tanto dinheiro gasto sem nenhuma vantagem... Sentem a tristeza, o aniquilamento dos vencidos, defrontando-se com a alegria, o sorriso e as frases picarescas dos vencedores. (...) Adivinham que vão sucumbir, talvez por essa manobra que, ainda é tempo, urge evitar por todos os meios... Não se contêm. Os mais corajosos dão o grito de revolta. Turva-se a assembleia O alarido ruge. As frases exasperadas e os gestos ameaçadores irrompem logo contra o que se passa, contra os adversários, o presidente da assembleia, tudo! Invectivam, todos gritam Num momento, o barulho é terrível. Flutuando, tumultuando, precipitam-se para a Mesa, oscilante ou já desconjuntada que está no centro do edifício e que todos pretendem ocupar. Insulta-se, empurra-se, agarra-se. É o primeiro recontro. Num instante, subindo de tensão, batem-se esmurram-se, rasgam-se, dão pontapés – as mesas, os bancos, anda tudo aos tombos pelo chão ou pelo ar – em pedaços. Cá fora, em vozes desabridas, vocifera-se, grita-se por socorro num berreiro uníssono, enorme – tudo acorda, homens, mulheres, crianças, formam à volta do templo um motim medonho, sobem à torre, todos os sinos tocam a rebate, como num dia de insurreição e barricadas. Vem chegando gente. Cada vez aflui mais, mesmo das freguesias vizinha. Dentro da Igreja, às portas e nas proximidades, a desordem e a pancadaria continuam de marcha desenvolta, marcial. Já não é simplesmente uma questão de murraça. Os de fora levam cacetes aos amigos. Dos que os não conseguem, este armou-se com um castiçal, aquele com uma cadeira, o outro com um banco e aqueles que nada disso encontraram lembraram-se de meter as mãos nos bolsos e acharam o que tinham guardado para as eventualidades. Por cima das cabeças agitadas, ondeantes num ou noutro ponto, ergue-se um braço armado de navalha cuja lâmina cintila." (Domingos Tarroso*, idem*).

Mas apesar de tudo, o respeito ia-se mantendo.

> "É sintoma digno de mencionar-se que quando esses tumultos surgem dentro de um templo, geralmente não há ferimentos, porque os camponeses por um sentimento de respeito ao lugar, limitam-se a empurrar-se, socam-se, esbofeteiam-se, mas não se ferem, receosos de que fique interdita a sua Igreja, o que seria um caso estranhamente sensacional na freguesia. Nas aldeias há sinceramente esse modo de sentir. Os que estão fora do templo ferem-se à cacetada, mas dentro, em regra não se passa nada além do encontrão e do murro. Depois de perdido muito tempo chega-se afinal a um acordo por fora das lutas legais. Transige-se. Cada um dos dois partidos escolhe três vogais para

> a mesa. E quando há dúvida sobre um eleitor, sobre o seu nome, o presidente, cumprindo a lei, consulta a mesa. Se toda ela é duma parcialidade delibera unicamente que o eleitor é o próprio ou não é, conforme pertence ou não à sua política. Se a mesa é mista, três dizem que o eleitor é o mesmo e três que não é, e o presidente desempata, excluindo o eleitor se lhe é adverso ou admitindo-o se é seu partidário. (...) Alguns presidentes, já práticos e mais cordatos procedem de outro modo. Sabe-se à partida em que partido os eleitores votam. Se dum lado surge um cidadão duvidoso e contestado, o presidente lembra à assembleia que visto haver dúvidas sobre a identidade é melhor ficar para um pouco depois a apreciação daquele voto e manda ler o nome seguinte. Invariavelmente pouco depois, sai do outro lado um eleitor cuja identidade é por igual controvertida. Chega então o momento para a mesa conciliar as partes, admitindo os dois a votar. Esta é a solução prudente. Presidentes mais facciosos, simulando uma distracção, fingindo que não ouviram logo os primeiros protestos, metem de súbito o voto na urna – se o conhecem como um dos seus – e cortam assim a discussão, mas não sem que muitas vezes dê isso lugar a graves controvérsias com intercedência de pancadaria." (Domingos Tarroso*, idem*).

Imaginemos agora que na votação inicial o grupo do presidente estava em minoria, mas tinha *mais de um quarto* dos presentes. Não era a situação ideal, mas do mal, o menos. Com esse número, tinha garantido a presença de quatro correligionários seus na Mesa e isso era a maioria: ele próprio e mais três, que a lei lhe permitia na sua condição de minoritário. Nunca cometeria a imprudência de questionar os presentes se concordavam com os nomes encontrados. Já tinha aquilo que queria, aquilo que dadas as circunstâncias era possível. Isso bastava-lhe para resolver favoravelmente muitos conflitos.

No meio de todo este processo, também existia a participação das crianças. Sim, é verdade! Vejamos os dois momentos seguintes, ambos escritos no *Comércio do Minho* com um intervalo de 17 anos.

> "Informam-nos que na tarde de domingo próximo passado se deram no Campo de Sant'Ana e na Rua das Águas alguns factos lamentáveis provenientes do rapazio que em grande número descia de Guadalupe, onde se reunia a parodiar com visos de seriedade o acto da eleição de deputados. Informam-nos que por ocasião das eleições que tiveram lugar nesta cidade alguns grupos de garotos principiaram em vários pontos a fazer o mesmo que viram fazer. Constituíram mesas, compraram votos e procederam a eleições, cujo espectáculo iam presenciando. (...) Mas a moda foi propagada com tal entusiasmo que no domingo passado era uma reunião numerosíssima de rapazes que em Guadalupe representava essa cena. No meio do acto surgiram desordens entre eles, o que deu origem à intervenção da polícia, que foi maltratada e recebida com

insultos e pedradas. Da captura de alguns rapazes resultou a intervenção dos pais e outras pessoas do povo a ponto de ter de intervir uma força armada para manter a ordem e conter em respeito os desordeiros. (...) Pedimos ao digno comissário do corpo de polícia que se digne providenciar de modo a que sejam impedidos esses conventículos escandalosos e imorais do rapazio que pode trazer consigo maiores consequências; para que a autoridade seja respeitada, a ordem mantida e os habitantes de uma terra civilizada não se vejam obrigados a presenciar essas cenas nojentas e miseráveis." (*Em 9 de Novembro de 1878*).

"O rapazio de Braga levou a efeito domingo uma paródia às eleições municipais. (...) Constituíram-se duas assembleias: uma no Passeio das Carvalheiras – a dos progressistas; outra no terreiro da Rua Nova d' El-rei – a dos regeneradores. (...) O garotame fervilhava à volta das urnas como num enxame, numa grilhada ensurdecedora, ansioso por exercer os seus direitos eleitorais. (...) De entremeio, no enxame de eleitores, os costumados protestos, cachações, piparotes, piadas e até corruptela. Diz-se que se pagavam votos a vintém. Mas quando se descobria algum desses corruptores da consciência daquele povo miúdo, obrigavam-no a dar às de Vila Diogo. (...) Votaram os rapazes das escolas, os marçanos, os aprendizes de artes e ofícios, etc. Dos extremos da cidade e até das aldeias concorreu rapaziada à eleição. (...) Venceram os progressistas. Saiu portanto a rapaziada deste partido a percorrer a cidade levantando vivas aos progressistas e aos bracarenses de Braga. A manifestação estendeu-se até à noite. Música não houve porque custava dinheiro. (...) Tanto à assembleia das Carvalheiras como à outra, foram muitas pessoas ver a votação dos rapazes." (17 de Dezembro de 1895).

A cidade tinha o seu futuro político garantido...

INTOLERÂNCIAS E PREPOTÊNCIAS

Intolerâncias

Braga era uma cidade intolerante, sobretudo em matéria de religião. Era a Roma portuguesa e não queria deixar passar em claro aquilo que considerava uma ofensa às suas tradições mais enraizadas. Mas a religião não era um aspecto exclusivo. Podemos afirmar que tudo quanto saísse fora daqueles parâmetros que os bracarenses conservadores consideravam normal era objecto de crítica e de rejeição. Evidentemente, sobretudo após 1870, estas atitudes de intransigência começarão a sofrer alguma contestação.

A intolerância bracarense andava de braço dado com a prepotência. A religião, que por natureza se legitimava a si própria, escapava habitualmente às críticas. Poucos se sentiam com o direito de pôr em causa aquilo que a maior parte considerava serem determinações divinas. Os dogmas, ou aquilo que o conservadorismo bracarense considerava como tal, eram intocáveis.

À semelhança dos que, membros ou não do clero, imaginavam ser intérpretes da vontade divina, também os políticos locais pensavam ser possuidores de uma autoridade sem limites. Para os outros restava a obediência. Era nos escalões médios e baixos da hierarquia política que as prepotências se notavam mais. Mas a contestação e denúncia deste estado de coisas, apoiada na liberdade de imprensa, eram cada vez mais comuns. Curiosamente, o conservadorismo costumava justificar a intransigência política, apresentando-a como a justa interpretação da *vontade divina*. Misturava os domínios do terreno e do divino. Era a maneira mais simples e directa que tinha de promover os apoios de que necessitava.

Em 1875, a representação no S. Geraldo do drama de António Enes intitulado Os Lazaristas, marcou um princípio de alteração. É certo que neste caso ainda houve necessidade de as forças militares protegerem o acesso ao teatro. Mas algo começava a mudar. Os conservadores consideraram aquela representação como uma ofensa, por ocorrer em 21 de Junho, data em que se comemorava a entronização de Pio IX. Até promoveram um abaixo-assinado que conseguiu 900 assinaturas. De nada lhes valeu. *O Brado Liberal*, jornal ligado a opções políticas mais abertas, rejubilou em 25 de Junho de 1875 com o fracasso do boicote. Elogiou o drama e usou palavras agressivas na apreciação que fez do caso:

> "Não poupa meios a reacção contra o liberalismo, acobertada à sombra da religião que desvirtua, de inocular no povo princípios de retrocesso, corrompendo sobretudo o coração dócil da mulher. Os Lazaristas do ilustre lisbonense António Enes, drama de lances arrebatadores desmascara-lhes os ardis, descobre-lhes as matreirices, desvenda-lhes os recônditos da astúcia. (...) Vem-lhe daqui a guerra insistente da imprensa ultramontana, instigadora tenaz dos fanáticos do altar e do trono contra a liberdade e o progresso. Vieram-lhe daí as cenas astuciosas dos miguelistas de Braga postas em jogo em todos os tons da arteirice, no intuito de não subirem à cena Os Lazaristas no dia 21 do corrente e consequentemente no dia 22. Não podia sofrer os vencidos da Asseiceira os nossos perdoados ingratos de Évora Monte que no dia da coroação do Ungido Infalível do nosso século, e no teatro de S. Geraldo na

> Roma Portuguesa, se desnudassem ao povo em raios de entusiasmo os corvos do Vaticano. (...) Até os conselhos catolicões da autoridade foram inúteis para connosco, embora os olhassem como seu único paládio os odiadores das instituições vigentes e os inimigos da dinastia reinante. Até lhes foi infrutuosa a romaria fanática ao governo civil como protesto contra a sonhada profanação do teatro S. Geraldo. (...) O acolhimento da representação dos Lazaristas, entre salvas de palmas e arrobos de bravos, será para sempre a desorientação partidária dos noitibós do passado. (...) A capital esplendente do Minho, a cidade vetusta de S. Geraldo, compreendeu à saciedade o alcance imenso dos Lazaristas, encurralando nos covis da reacção os noitibós do passado. As chamadas entusiastas da plateia e dos camarotes, endereçadas ao arauto benemérito dos Lazaristas e aos actores magistrais que os desempenharam, não serão nunca esquecidas nesta capital do Minho. Foram tão repetidas, tão calorosas, tão cordiais e vitoriadas com uma poesia esplêndida e fascinadora e com repetidos entoamentos do hino da liberdade e do progresso que darão época nos anais dramáticos da nossa rainha do Este."

O Comércio do Minho, jornal conservador, apreciou naturalmente o entusiasmo da plateia com outras palavras:

> "Das famílias de Braga que concorreram ao teatro e que prezam o seu bom nome foi limitadíssimo o número; os bravos e os entusiasmos postiços que ali se fizeram notar, foram todos de encomenda e prestados por indivíduos que expressamente vieram do Porto para tão glorioso fim." (...) "Em ambas as noites esteve o teatro guardado por piquetes de cavalaria e uma numerosa força de infantaria, como se estivessem guardando uma cidadela, ou vigiando uma sessão secreta das *lojas* onde é necessário que se impeça a penetração de *profanos*." (25 de Junho de 1875).

Por vezes a questão religiosa também interferia nos negócios. Em 1884 foi mal recebida a tentativa de Manuel Joaquim Gomes, arrendatário do Grande Hotel do Bom Jesus, construir mais um andar no edifício. Se é certo que as objecções de *O Constituinte* se limitaram a contrariar aquele negócio por o considerar ruinoso, *O Comércio do Minho* foi mais longe. Receava que Gomes acabasse por vender o negócio a capitalistas ingleses e que assim se abrisse uma porta de entrada para o protestantismo. Pressionado, Gomes desistiria do negócio. Faltou-lhe o apoio dos capitais estrangeiros que mostraram receios da ira popular que parecia começar a desenhar-se.

Manuel Joaquim Gomes foi um empresário que gerou muita desconfiança nos bracarenses. Quando em 1884 pensou investir no Gerês, Braga ficou receosa. *O Constituinte*, em 29 de Novembro de 1884, fez eco das preocupações emergentes, assumindo, como era seu costume, uma postura exclusivamente *racional e económica*. Receava que o engrandecimento do Gerês implicasse a decadência do Bom Jesus. É que, segundo ele, o Bom Jesus era a única mais-valia de Braga capaz de atrair visitantes.

Em 1883 tinha havido outro momento de desconfiança bracarense. Dez anos antes, em 19 de Abril de 1873, *O Comércio do Minho* dera uma notícia sobre Lutero e interpretara-a de forma quase pueril:

> "No dia 7 de Março de 1872 às cinco horas da tarde um grande incêndio anunciava um grande sinistro – a grande cela do asilo evangélico dos órfãos, a cela de Lutero, era devorada inteira pelas chamas de um fogo tão rápido e violento que a todos tirou, desde o princípio e esperança de salvar da destruição o monumento que os protestantes consideravam o berço da Reforma, a cela do herege apóstata. Foram grandes as perdas bibliográficas; entre elas nota-se a Bíblia anotada por Lutero, muitos originais escritos pelos homens mais distintos da Reforma. (...) Não será isto um prelúdio da queda? (...) *Não será providencial este incêndio como primeira prova dada pela natureza de que a religião do reformador há-de acabar?*"

Lutero era um inimigo do peito que ao conservadorismo sempre interessara achincalhar. Referindo-se à sua vida pessoal, a *Atalaia Católica* afirmara anos antes:

> "É a vida de um homem imoral, todo entregue à luxúria e à devassidão, que, como Maomé, nada perdoa, quando se trata do objecto dos seus desejos; que não duvida escalar o mesmo asilo onde se refugiava o pudor, para saciar a sua alma faminta de torpezas". (10 de Fevereiro de 1857).

A *Atalaia* estava a referir-se ao acto imperdoável de Lutero, que se ligara sentimentalmente a uma freira. Agora, em 1883, a vingança divina contra estes disparates da Atalaia e de *O Comércio do Minho* pareceu concretizar-se. A estátua colossal da Virgem do Sameiro seria destruída numa noite de tempestade. *O Comércio do Minho* não podia utilizar os mesmos argumentos a que recorrera quando do incêndio da cela de Lutero. Fazê-lo seria reconhecer que se tratava

de uma prova, dada pela natureza, de que a religião católica estava em vias de acabar. Era necessário justificar o facto como um atentado demoníaco, apesar de a comissão encarregada de fazer a vistoria ter concluído que fora um acidente provocado por um erro de construção.

> "A estátua majestosíssima de pedra mármore tombou de seu pedestal; a cabeça separou-se do tronco e caiu perto da base (...) O povo clama que houve explosão de dinamite e que foi malvado que a lançou ao pedestal: Vox Populi, Vox Dei. (*A voz do povo é a voz de Deus*) " – (*O Comércio do Minho,* 13 de Janeiro de 1883).

Poderíamos imaginar que esta apreciação resultou de uma reacção a quente. Mas não. Três meses depois, *O Comércio do Minho* insistiu.

> "Os factos quer se vão dando tendem a explicar a destruição do Sameiro por um atentado execrando. *Que há cousa, é uma verdade!*" (10 de Abril de 1883).

Neste domínio da intolerância religiosa, Braga não ficava a dever nada a ninguém. Repare-se como 25 anos depois das Leis da Saúde de Costa Cabral, ainda havia quem criticasse o nascimento dos cemitérios. O jornal que opina sobre isto não procura melhorar o serviço. Pura e simplesmente combate-o. E não se tratava de um periódico qualquer. Publicava-se com autorização do Arcebispo.

> "No primeiro deste mês benzeu-se o novo Cemitério com a assistência do Ex.mo Prelado e mais autoridades e nesse mesmo dia foram intimados os juízes das diferentes Irmandades e Confrarias e também as abadessas das casas religiosas para que não permitissem mais enterramentos nas Igrejas. A ordem baixou do administrador do Concelho e não obstante a incompetência da autoridade mais leiga para mandar dentro da Igreja, as corporações não resistiram posto que já se mostrem bem arrependidas por verem a maneira insólita, indecente e antirreligiosa com que são conduzidos os cadáveres. Diz-se que o terreno do Cemitério não é apropriado para a recepção e consumição dos cadáveres e no juízo dos entendidos a saúde pública terá de sofrer bem cedo as consequências fatais da má escolha do terreno. *Se assim é, foi a utilidade que resultou de se proibirem os enterramentos nas Igrejas com que nunca sofreu a saúde pública*. (...) A Câmara, sem acordo com a autoridade eclesiástica e de seu motu próprio deu um regulamento que é contrário às prescrições e cânones da Igreja, e que será origem de graves conflituosa como lá começou a ser e o será no futuro, por se

> não atender no regulamento aos direitos de terceiros e às sábias determinações da Igreja. Por uma quantia anual contratou a Câmara com um alugador de carruagens a condição dos cadáveres assim dos pobres que morrerem no Hospital e que até aqui se enterravam no próprio cemitério, como dos que faleceram fora. Aqui dois homens tiram o cadáver que à vezes vai coberto só na parte superior, e que mostra a nudez da outra parte e o transportam para a cova, indo adiante uma cruz e dois homens de socos e jaqueta com luzes. O capelão, se está presente, reza um responso e o coveiro completa o acto." – (*A União Católica,* 16 de Julho de 1870).

Também existia a intransigência contra os judeus. Mas estes tinham uma vantagem. Eram poucos e não punham directamente em causa a religião católica. Em 16 de Setembro de 1882, *O Comércio do Minho* fez-se eco da imprensa austríaca e alemã, relatando o desaparecimento de uma criança cristã na Hungria. Quando os tribunais começaram a fazer averiguações descobriram que o filho do sacrificador da sinagoga, Maurício Schwartz, de 16 anos de idade, levara-a com enganos à sinagoga, que ali a atara de pés e mãos, a amordaçara e por fim a assassinara, extraindo-lhe o sangue para as criminosas cerimónias judaicas. Transformara-a numa espécie de cordeiro pascal. E o jornal concluiu, fazendo um comentário da sua lavra:

> "E há quem ache bonita a liberdade de cultos!"

Braga prometia ser eternamente fiel ao catolicismo. Garantia que as doutrinas heterodoxas não passariam pela cidade, não rasgariam as sagradas páginas do Evangelho, não semeariam a cizânia, nem vomitariam o seu veneno e se o tentassem fazer, lá estaria a *Atalaia Católica* a gritar alerta 10 de Janeiro de 1854.

Mas os verdadeiros inimigos eram os protestantes. As técnicas de divulgação que o *Defensor do Catolicismo* lhes aponta são muito curiosas. Competia aos párocos combatê-los. Sob o título "Alerta Católicos", dizia:

> "Dezanove séculos vão correndo e não há memória de que depois de estabelecida nesta augusta e sempre fiel cidade a verdadeira religião, a religião Católica Apostólica Romana, a impiedade tivesse o arrojo de vir aqui disseminar suas vergonhosas doutrinas, de mandar emissários carregados de livros heréticos e protestantes para os espalhar por este bom povo, *já dando-os*, *já vendendo-os por um preço diminutíssimo*, pregando-lhes ao mesmo tempo com incrível descaramento que aqueles livros contêm a verdadeira doutrina, que toda a gente os

> deve possuir e lê-los até os decorar! (...) Para já pertence aos párocos prevenir as suas ovelhas à missa conventual contra esses livros pestíferos, que os malvados propagandistas e agentes assalariados do erro, da heresia e da perversão dos costumes, metem à cara da gente simples e desprevenida. (...) É inegável que esses livros e folhetos ímpios e heterodoxos são atentatórios contra a pureza e generosidade da religião do estado: e demais a mais tendem a fazer maus cidadãos e maus cristãos." (7 de Maio de 1864*).*

Estes alertas por vezes podiam resultar em tragédia:

"Há dias um grupo de populares, não podendo sofrer as afrontas que com os seus opúsculos os propagandistas protestantes estão fazendo à religião católica, dirigiram-se à residência daqueles propagandistas, queimaram-lhes todos os opúsculos que encontraram e despediram-se deles com uma sova de cacete. Em tese reprovamos a ocorrência, mas dadas as circunstâncias que se dão, forçoso é que confessemos preferir este recurso da indignação pública ao indiferentismo revoltante da autoridade." – (*A Cruz e a Espada,* 15 de Maio de 1885).

Mas também havia intolerância política, que certa imprensa mais conservadora justificava. E fazia-o em nome do exemplo religioso. Em *5 de Fevereiro de 1872, O Futuro* argumentava:

> "Aquele que no campo dos princípios respeitasse os sistemas legitimista, constitucional, republicano, etc., dava assim um testemunho sem réplica de que ou todos eram verdadeiros ou alguns tinham parte da verdade; ora sendo os seus princípios fundamentais completamente opostos, e sendo a verdade uma só, segue-se que repugna à razão que todos os sistemas mereçam igual homenagem e por conseguinte igual tolerância. O cristianismo, único e fiel depositário da verdadeira religião é também exclusivista no campo dos princípios por ser ele, somente o que possui a verdade em matéria religiosa e os católicos não podem admitir outros dogmas que não sejam os da Igreja Católica."

Os anos de 1874 e 1875 foram perigosos para o conservadorismo bracarense, que se viu posto à prova. A obra de Charles Darwin, intitulada *A origem do Homem e a Selecção Sexual*, havia sido publicada em 1871 e as suas ondas de choque chegaram finalmente ao Minho. Era a Bíblia e a sua teoria criacionista que estavam a ser postas em causa. *O Comércio do Minho* sentiu o perigo e reagiu. Em 5 de Agosto de 1875 deu a sua opinião. Considerou erradas

as teorias que a este respeito se ensinavam nas escolas superiores e classificou o darwinismo de *macaquismo*.

Foi também em 1874 que começou a ser posta em causa a ideia de sepultar os católicos e os não católicos no mesmo espaço. A lei obrigava à separação das zonas, mas o cemitério de Braga não estaria a cumpri-la. *O Comércio do Minho* insurgiu-se com a promiscuidade:

> "Pretende-se contestar aos católicos o direito de ter cemitérios católicos benzidos e conservados sob a sua vigilância, onde eles possam, depois da morte, repisar em companhia de seus irmãos na fé e na caridade, descansando seus restos mortais no sopé do admirável sinal da redenção, à sombra do glorioso símbolo das suas imortais esperanças. Pretende-se que os despojos carnais de todos os cidadãos, sem distinção alguma, cristãos, israelitas, frotas. Solidários, maometanos e cismáticos, sejam depositados em câmaras comuns. (...) Pretende-se esta alteração em nome dos princípios proclamados pela revolução de 1789 que arrebatou aos cemitérios o seu carácter sagrado e atribuiu à sepultura uma missão puramente civil e profana!" (22 de Dezembro de 1874).

Oito anos depois, *O Comércio do Minho* ainda batia na mesma tecla. Protestou com veemência contra um enterro no cemitério de Barcelos, desavergonhadamente realizado com a assistência de um padre protestante:

> "O desaforo chegou a este ponto? O lugar sagrado que a Igreja tem para receber os restos mortais dos seus filhos foi poluído. (...) Ao lado das cinzas dos filhos da Igreja, repousam os restos mortais de um inimigo da Igreja. (...) Assim se insultam as crenças de um povo católico." (13 de Fevereiro de 1883).

Ligado a esta questão existia o problema do enterro civil, equacionado pela primeira vez no final de 1876. O enterro civil era considerado um acto abominável, era uma provocação, a expressão pública de um acto pelo qual um cristão, um homem baptizado, declarava no leito da morte querer separar-se da Igreja e não ter mais nada de comum com ela. Para o *Comércio do Minho*, era necessário responder:

> "O enterro civil é pois um acto público de materialismo e ateísmo, bem mais ainda que do que uma manifestação duma completa apostasia. Em resumo, quanto ao ponto de vista religioso, os enterros civis são a manifestação pública e solene do desprezo que o morto profes-

> sou e os amigos do morto professam, não somente para todo o culto positivo, mas por todo o sentimento religioso. A este desprezo que recai sobre a imensa maioria dos cidadãos de fé católica, a este desprezo agressivo de todo o culto e de todo o sentimento religioso, todo o homem deve responder com um profundo desprezo pelo cadáver enterrado civilmente." (24 de Novembro de 1876).

Também começara a nascer outro problema mais importante e perigoso, o Registo Civil. E essa era uma questão que podia pôr em causa a sobrevivência económica do clero. Se fosse colocada em prática, os emolumentos que sustentavam o clero sofreriam uma perigosa redução. *O Comércio do Minho* considerou o Registo Civil como fazendo parte de um plano cujo objectivo era transformar o clero numa classe inútil.

> "Como sabem os leitores, deu entrada no Ministério das Justiças uma representação assinada pedindo ao governo o estabelecimento do registo civil. É mais um golpe certeiro que querem descarregar sobre os párocos, arrebatando-lhes o que é só e exclusivamente do seu domínio. Não é de estranhar que estes tempos em que tanto se elogia a secularização do ensino, dos cemitérios e em que se pretende estabelecer a moda dos enterros civis, casamentos civis, etc., se procure acarrear esta achega mais para o edifício do progresso. Pois não estava reservado para estes infelizes tempos o triste espectáculo a que chamam o baptismo civil? Que outro baptismo a não ser o Sacramento da Igreja Católica, poderá ser conferido pelo pároco? E o pároco que confere e administra os sacramentos porque só ele é o seu dispensador, segundo a frase da Escritura Sagrada, não será o mais apto para abrir o termo de registo no livro competente e dar fé em todos os tempos do acto soleníssimo que praticou? A que vem pois isso a que querem chamar registo civil? Uma tolice, um despautério, com que pretendem tornar o pároco como inútil aos povos; e se a este não arrebatam todas as funções sagradas que tão legitimamente exerce, não é por falta de vontade, mas sim porque as crenças arreigadas no ânimo desses povos lho vedam; em compensação, porém tratam de lhe entorpecer e levantar obstáculos á sua acção moral e pastoral." (13 de Outubro de 1876).

O relacionamento entre os sexos era fortemente condicionado pelas leis de Deus e pela sua representante na terra, a Santa Madre Igreja. Quando em meados da década de 60 o estado começou a pensar implementar o casamento civil, as consciências mais conservadoras assustaram-se. De acordo com a *Revista Eclesiás-*

tica do Arcebispado de Braga, a cidade terá sido a primeira a erguer-se contra o projecto de Código Civil, entregando em 1 de Dezembro de 1865 uma representação com 340 assinaturas.

Para os padrões de hoje, a terminologia utilizada pelos conservadores contra o casamento civil foi quase obscena, como se pode ver a seguir.

> "Estamos ameaçados de uma revolução, mais perigosa, de mais terríveis consequências do que nenhuma outra que haja assolado este país. Os ministros do demónio da corrupção e da imoralidade querem corromper a nação! Não podem por isso achar meio mais eficaz do que legalizar a prostituição. Já havia a tolerada. Vamos agora ter a legal. No projecto de Código Civil que vai ser submetido às Câmaras, acha-se estatuído o casamento civil. Ninguém ignora que este nome é um odioso eufemismo, com que se pretende encobrir o lodo do vício. (...) Poderíamos, desde já, alargar as nossas considerações, mas queremos dar lugar ao corpo de delito; assim resumiríamos o que poderíamos dizer nestas verdades: o casamento civil é na ordem religiosa o ateísmo. Na ordem social é a negação da civilização cristã. Na família é a imoralidade e a corrupção. Brademos, pois, contra este ultraje à honra e à religião do país; preparemo-nos para resistir energicamente a esta inundação do vício e da corrupção. " (*O Bracarense,* 10 de Novembro de 1865).

Prepotências

Como afirmamos atrás, a intolerância andava de braço dado com as prepotências. Estas manifestavam-se em todos os domínios e eram especialmente visíveis na área política, sobretudo nos escalões baixos da hierarquia. Sempre que podiam, aqueles que pouco ou nada mandavam não perdiam a oportunidade para se imaginarem portadores de uma autoridade que não possuíam. Os ainda mais fracos eram as suas vítimas. A imprensa bracarense está cheia de casos desta natureza e apenas apresentaremos aqueles que nos parecem mais curiosos. Optamos por fazer o mínimo de comentários, pois as notícias são suficientemente elucidativas. Comecemos pelo caso do regedor de S. Tiago, uma personagem cujo autoritarismo, potenciado pelo vinho, espalhou o terror naquela freguesia durante os anos de 1873 e 1874. Mas é preciso ter o cuidado de não esquecer que a imprensa era usada como arma pelos partidos e que a exposição de casos de autoritarismo podia ser politicamente orientada. No primeiro dos casos que apresenta-

mos, o sr. Sá era um regenerador e a publicidade às suas misérias foi trazida por um jornal ligado ao partido histórico.

> "São tão repetidas as queixas que temos recebido contra o actual regedor da freguesia de S. Tiago e tais os desatinos praticados por esta autoridade que não podemos deixar de nos ocupar da sua pessoa. Nomeado para exercer aquele cargo, parece que à falta de homens, tem o Sr. Sá posto aquela freguesia em desordem permanente, pois é ele o seu primeiro e principal elemento. E senão veja-se o que se passa no bairro das Travessas, onde são raríssimas as noites sem que a polícia, a força armada e até os particulares não andem em polvorosa às loucas ordens deste novo régulo que não dorme descansado, diz ele, sem que faça uma prisão que acompanha ordinariamente da competente bastonada! (...)
>
> Na noite de segunda-feira em que o Sr. Sá se assemelhava mais a um deus Baco do que a uma autoridade que sabe cumprir os seus deveres, entrou Sua Ex.ª num botequim das Travessas e mandou retirar os indivíduos que nele se achavam para ficar mais à vontade. Estes obedeceram; porém houve um que parou um pouco no meio da rua a fim de desfrutar as arlequinadas do Sr. Sá que na verdade eram interessantes, em consequência do que foi ameaçado por este senhor e intimado para se recolher a casa. (...) Assim fez, não perdendo de vista o Sr. Sá que junto a outros tão armados como ele praticou pelas Travessas cenas bem pouco dignas da autoridade que quer ser respeitada. Correndo como um louco, berrando como um possesso dava e recebia fonadas no chapéu, isto acompanhado de estridentes gargalhadas: e até chegou a poisar o bengalão, símbolo da sua autoridade, no meio do chão, dizendo que no centro daquela folia não era regedor, mas sim um pândego como os outros." – (*Jornal do Minho,* 14 de Junho de 1873).

As mulheres eram vítimas óbvias:

> "A polícia civil desta cidade, confessamo-lo porque o reconhecemos, tem prestado altos serviços em prol da ordem pública e da moralidade. Mas é forçoso reconhecer também que ela tem sido por vezes prepotente, abusando da autoridade de que se acha investida. Enormíssimas vezes se nos têm queixado da fraca recepção que se tem feito a alguns capturados em esquadra policial. (...) Uma pobre mulher de nome Sílvia, foi há dias presa com seu marido por desavenças entre ambos. Sendo conduzida com seu marido à polícia, foi este posto em liberdade e a mulher recolhida no calabouço. Na ocasião em que era recolhida foi barbaramente espancada por um polícia que a encheu de pontapés, resultando que a desgraçada grávida de seis meses fosse vítima de um aborto no dia seguinte." – (*O Comércio do Minho*, 2 de Dezembro de 1884*).*

Bem ilustradora da prepotência que animava a prática das autoridades inferiores, está o caso que *O Comércio do Minho* relatou em 27 de Novembro de 1880, sob o título de "Regedor *modelo"*:

> "Um destes dias morreu uma criança filha do Sr. Joaquim Ferreira, tipógrafo, morador no Campo de Santana, freguesia de S. Lázaro. O pobre artista dirigiu-se ao regedor para lhe passar atestado de pobreza, o que este fez mediante a quantia de 120 reis, com a condição porém que o enterro devia ser pobríssimo, e que o pároco nada levasse de emolumentos, que d' outra sorte pagaria 360 reis. Chegando a casa o pobre artista, a esposa no meio de pranto disse-lhe que, embora tivesse de vender alguma cousa, queria que o filho tivesse um caixãozinho, ao que o homem anuiu. Que fez o regedor em vista disto? Mandou na ocasião do saimento um cabo de polícia exigir os 240 reis de excesso. O pobre homem respondeu que não era aquela a ocasião própria e que no seguinte dia iria pagar; mas quando se preparava para ir a casa do *regedor modelo,* já tinha à porta dois cabos com ordem para pagar ou ir preso, segundo eles diziam, por desobediência à lei!"

Anos depois, em 1890, constatando a repetição de casos de prepotência por parte das autoridades policiais, *O Comércio do Minho* sugeriu que se pagasse melhor aos guardas, que apenas recebiam uma gratificação diária de 360 reis. Achava que assim apareceriam alguns com mais habilitações.

Por vezes, os estudantes eram uma arma de arremesso na mão dos examinadores:

> "As irregularidades, arbitrariedades e disparates que se praticaram nesta época de exames não têm conta possível. (...) É público e notório e por isso ousamos assim falar, que alguns júris se excederam muito, saltando por cima de professores, por cima da lei e por cima dos sacrifícios que fazem as famílias e do trabalho dos académicos. Houve membros de alguns júris que usaram de represálias reprovando estudantes patrocinados por outros membros que por seu turno não tinham atendido os pedidos dos primeiros. (...) Que o digníssimo reitor do liceu ponha cobro a esta vergonha, eis o que desejamos." (*O Comércio do Minho,* 23 de Agosto de 1887).

A nomeação de um funcionário novo podia ser motivo para grandes irregularidades e favoritismos. Quem tinha poder procurava proteger os seus.

> "A Câmara municipal desta cidade em sua reunião nomeou para o lugar do seu escrivão, o Sr. José Maria de Sousa Machado, simpático

> estudante do curso do 5º ano de Direito na Universidade e filho do vice-presidente da Câmara, o Ex.mo Sr. João Maria de Sousa Machado." (...) "Procedeu-se do modo mais injusto e escandaloso exercendo-se um dos mais escandalosos patronatos que se tem visto, calcando-se ao pés serviços limpos e importantes, enfim, a justiça, o direito e até a decência." – (*A Cruz e a Espada*, 28 de Fevereiro de 1885).

Este caso não foi único. Era prática habitual. O grande Jerónimo da Cunha Pimentel seria acusado pelo *Constituinte*, em Outubro de 1885, de colocar os irmãos em bons empregos. Augusto tornar-se-ia Delegado de Procurador Régio numa das melhores comarcas do Minho. Ao irmão Adolfo coube um cargo directivo na Caixa Geral de Depósitos. Quanto ao mano Carlos tornou-se recebedor do concelho de Braga.

A instrução militar era outro momento crítico para a manifestação de prepotências sobre os infelizes soldados, como atrás já vimos no capítulo sobre *O recrutamento*.

Para beneficiar os amigos, o espaço público podia sofrer de ocupação privada. Assim aconteceu junto ao átrio da estação do caminho-de-ferro, onde só era permitida a entrada aos funcionários de um determinado hotel:

> "Este facto que se tornou de um ridículo sem igual e que tem sido comentado, autoriza-nos a perguntar para saber a lei em que havemos de viver, se o espaço livre fronteiro à estação do caminho-de-ferro é do público ou se é privilégio e patrono exclusivo do caminho-de-ferro desta cidade e bem assim do proprietário do Hotel Central. Se é do público, porque razão se não consente nem admite que os criados dos hotéis e os trens de praça ali esperar os seus fregueses? Se é património da Companhia e do proprietário do Hotel Central, que foi que lhe deu semelhante propriedade?" – (*O Regenerador*, 7 de Junho de 1888).

Os casos de prepotência eram incontáveis. Encontra-se de tudo: palmatoadas nos presos, violências de patrões sobre os seus empregados, um pároco que bate nas mulheres pecadoras, arbitrariedades do escrivão da Fazenda, prisões por inimizades políticas, protecção policial a tabernas com casa de jogo e que pagam para ser avisadas das rusgas, violência dos vigias municipais sobre os animais destinados a abate, agressões a bêbados dentro das esquadras, fiscais de obras que recebem jantares para amansar a sua consciência, prisão de indivíduos por razões particulares, etc. Não faltava nada. Braga era um verdadeiro mundo.

Para terminar em beleza, vamos apresentar um caso que podendo ser encarado como um misto de intolerância e de prepotência, nos mostra uma estupidez tacanha que correu o risco de ser badalada no estrangeiro. Revela-nos a actuação do macho latino na sua versão braguesa. A vítima foi uma jornalista que se deslocou a Portugal a fim de estudar as estâncias termais para a revista *Lancet* de Londres. Este caso passou-se em 1921, e embora não se situe no tempo que nos propusemos analisar, merece ser recordado. É demasiado interessante para ser esquecido. Deixemos o *Diário do Minho* falar:

> "Ontem ao cair da tarde desceu do carro do Bom Jesus na Avenida uma senhora francesa, cujo vestido e bengala atraíam um pouco de atenções. Esse pouco que noutro meio se traduziria por alguns olhares discretos, produziu no centro desta civilizada cidade um burburinho. O rapazio, infelizmente acompanhado por gente que frequenta a Arcada e os cafés, seguiu atrás da senhora, vendo-se de mistura palhinhas, fardas de soldados e camisas sujas de garotos em cabelo e sem casaco; tudo numa pasmaceira e numa risota ignóbil, obrigando a senhora a refugiar-se num estabelecimento de que se fechou a porta para pôr cobro ao vexame. Polícia, nem um! Estamos em Braga ou em Marrocos?" – (*Diário do Minho*, 15 de Julho de 1921).

Dois dias depois, o *Diário do Minho* deu novos pormenores:

> "A cena ignóbil de há dias, quando a garotada de pé descalço e de gravata obrigou uma senhora estrangeira a recolher-se num estabelecimento, corrida da pasmaceira de que era objecto, teve ontem o seu triste epílogo. Esta senhora, mandou comprar seis números do Diário do Minho em que verberamos aquela cena deprimente. Para quê? (...) Esta senhora que não é francesa como supusemos, mas inglesa, é jornalista. Os seis números do Diário do Minho são para mandar para os jornais ingleses, tornando conhecidas em todo o mundo as suas impressões deste povoado. (...). Procurou-se atenuar a gravidade do caso, dizendo que haviam tomado a senhora por... um homem disfarçado, pelo ilusionista Lauzetta, presente em Braga. Esta alegação, além de falsa não limpa os marroquinos de gravata ou pé descalço. Assistimos à cena toda, porque Madame Keppel-Thompson, vendo-nos a ler um jornal francês trocara connosco algumas rápidas palavras nessa língua. Vimo-la atravessar do Hotel Francfort para o Largo do Barão e logo da Arcada levantar-se a *jeunesse dorée* – linda jeunesse dorée – na sua habitual atitude inconveniente *quando passam senhoras sós*. Porque o caso não é único: Dá-se a cada passo. Apenas aqui teve a desgraça de dar-se com uma estrangeira e assumir maiores proporções. Essa gente que iniciou a correria degradante, sabia perfeitamente que não era Lauzetta.

> Eu estava na Arcada, e ouvi bem a explicação em calão que é outra prova hodierna de cultura: É uma gaja francesa. Está no Bom Jesus. (...) A triste, a tristíssima realidade, é que Braga precisa civilizar-se porque esta cena não é mais do que a reprodução de outras, como a de há anos quando se chegou ao descoco de ir puxar pelo rabicho de um chinês, *para ver se era autêntico*. Corremos um véu sobre o deplorável incidente e se há alguma maneira de ir desagravar a senhora estrangeira, que as autoridades o façam, como por nossa conta o fizemos. Dois cavalheiros de Braga, sabendo que a senhora desejava ver a Sé e receava tornar a descer à cidade, tomaram a iniciativa de a acompanhar, o que fizeram, atenuando quanto possível o profundo ressentimento da ilustre visitante. Mas Braga é que não pode tolerar a repetição de semelhantes cenas." – (*Diário do Minho*, 17 de Julho de 1921).

Felizmente, a jornalista acabaria por perdoar:

> "Tivemos ocasião ontem de nos avistarmos com Miss Beatriz Keppel-Thompson, aquela jornalista inglesa que há dias sofreu em Braga o vexame a que nos referimos. Acedendo ao convite da ilustre estrangeira, fomos não Hotel do Parque onde está hospedada, e tendo-lhe reiterado a expressão do nosso sentimento pela cena vergonhosa de que fora vítima, disse-nos Miss Keppel-Thompson que tem sido tão gentilmente desagravada por várias pessoas da cidade que telegrafou para Londres, suspendendo a publicação do artigo em que relatava o sucesso e que devia aparecer na Westminster Gazette." – (*Diário do Minho*, 26 de Julho de 1921).

Era assim a nossa Braga, a cidade perdoada, a auto-apelidada Sintra do norte, a terceira capital do reino, aquela que gostava de ser chamada Roma portuguesa. Desta vez tinha conseguido escapar a uma vergonha sem limites.

Índice

Nota de Apresentação	Diretor	3
Os (carto)grafismos de um manuscrito setecentista de memórias: notícias íntimas do *teatro da guerra*	Miguel Sopas de Melo Bandeira Ana Maria Macedo Mário Gonçalves Fernandes	7
Sobre a designação ‘‘capela’’ dos Monges	Eduardo Pires de Oliveira	33
A obra do arquiteto Raúl Lino no Bom Jesus do Monte	José Carlos Gonçalves Peixoto	49
O primeiro jogo oficial de futebol de âmbito nacional do Sporting Clube de Braga	João M. Fernandes	107
Júlio Fragata – Uma Lição de Ciência e de Vida	Maria Teresa Fragata	125
Braga e a mudança liberal	José de Sepúlveda Macedo	133

FICHA TÉCNICA

Edição: **Câmara Municipal de Braga**

Execução gráfica: Graficamares, Lda.

400 exemplares

Depósito Legal n.º 27697/89

ISSN 0006-8640

À

Redação

B R A C A R A
A U G U S T A

Câmara Municipal de Braga / Arquivo Municipal

Praça Municipal

4700-435 BRAGA

Acuso a receção do(s) vol.(s)_____n.º(s)_____da Revista Cultural de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga ***Bracara Augusta***

Nome_____

Direcão _____

_____

Data_____/_____/ 202__

Assinatura _____

Nota: *A confirmação da receção pode ser feita por e-mail*

"A não confirmação de receção implica a cessação do envio das edições desta Câmara"

Telef. 253 61 60 60 – e-mail: revistabracaraaugusta@cm-braga.pt